

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

CAMILA OLIVEIRA DO VALLE

A COMUNA DE PARIS DE 1871: ORGANIZAÇÃO E AÇÃO

**NITERÓI
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

CAMILA OLIVEIRA DO VALLE

A COMUNA DE PARIS DE 1871: ORGANIZAÇÃO E AÇÃO

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal Fluminense (UFF), como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política. Área de Concentração: Teoria Política.

Orientador: Prof. Dr. Claudio de Farias Augusto
Coorientador estrangeiro: Prof. Dr. Pasquale Pasquino (Doutorado sanduíche)

**NITERÓI
2013**

Agradecimentos

Aos meus pais, Arquimedes e Fernanda, que sempre me apoiaram e possibilitaram que o Doutorado fosse realizado, pelo carinho e amor;

Ao meu irmão Fabricio e à amiga Suellen, que ouviram minhas lamentações e me fizeram rir, pelos momentos de alegria, pela amizade e força;

Às minhas avós, Carmosina e Nympha, que sempre vibraram com minhas conquistas, pelo exemplo;

Aos meus padrinhos, Péricles e Margareth, e à minha prima Marisa, que dividiram comigo alegrias e tristezas, pelo companheirismo;

Aos familiares, que foram minha base de sustentação, pela cumplicidade;

Às amigas Denise e Ingrid, que participaram de minhas decisões, pela parceria;

Às minhas amigas e amigos, de Florianópolis, do Rio de Janeiro e de Paris, que compartilham das alegrias e tristezas, pelas palavras de paz e coragem;

Ao meu orientador, Claudio de Farias Augusto, e à Inês Patrício, que me concederam apoio e espaço para que a tese fosse realizada, pelas conversas e ajudas;

Ao meu coorientador estrangeiro, Pasquale Pasquino, que me permitiu ir a Paris pesquisar em arquivos e bibliotecas, pelo reconhecimento e debates;

Aos professores, em especial, da Universidade Federal Fluminense, que contribuíram para a minha formação, pelas aulas e discussões;

Aos colegas de Doutorado, trabalho e estágios, que dividiram momentos de reflexão, pela aprendizagem;

À Universidade Federal Fluminense e seus trabalhadores, especialmente ao Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Carlos Henrique Serra e aos Secretários Graça e Manoel, que me deram condições para fazer a pesquisa, fazendo vencer a burocracia, pelo apoio, declarações e documentos;

À *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, que me aceitou, pela troca de experiências;

Aos trabalhadores e organizadores dos arquivos pesquisados na França, que me ajudaram a ter acesso aos documentos, pela compreensão;

A todos e todas que me ajudaram a fazer essa pesquisa, com debates, esclarecimentos e criação de novas dúvidas, entre eles os marxistas da UFF, especialmente do NIEP-Marx, do Rio de Janeiro e de Florianópolis, pelo conhecimento compartilhado;

Aos *communards* e *communardes*, que realizaram um governo de trabalhadores num contexto hostil, pelas lições que nos deixaram;

E a todos os críticos do capitalismo, especialmente os marxistas, que me deram o embasamento teórico para realizar essa pesquisa, por todos os estudos e lutas já realizados, por me dar argumentos para a crítica e por compartilharem comigo a inquietude de buscar superar o capitalismo.

RESUMO

A Comuna de Paris é feita contra o Estado Moderno, influenciando tanto o movimento dos trabalhadores como os teóricos do socialismo científico. Encerra o período formado pelas organizações clandestinas para iniciar o período das organizações de massa. Põe fim à Primeira Internacional. A Comuna é a antítese do Império, do executivo burocratizado, e exemplificaria o que seria a ditadura do proletariado. As condições pelas quais a França passava e o avanço de consciência dos trabalhadores permitiram que ela acontecesse. O governo de Defesa Nacional é formado após a queda de Napoleão, mas vai mostrando – com as derrotas na guerra - que sua preocupação é restabelecer a ordem interna, que significaria o retorno da monarquia. Por outro lado, os trabalhadores passam a se organizar para defender a república e a pátria, seja através de um comitê central *des vingt arrondissements* (depois delegação) baseado em comitês de vigilância e clubes, seja através da guarda nacional e seu comitê central. Diante de uma tentativa de desarmamento realizada pelo governo de Thiers, em 18 de março de 1871, os trabalhadores opõem-se às suas ordens e instalam-se no *Hôtel-de-ville*, iniciando o período conhecido como Comuna de Paris. O governo revolucionário da Comuna possuía um nível central, formado pela delegação e, depois, pelo comitê central da guarda nacional e, em seguida, pelo Conselho, que terá funções de legislativo e executivo, através da elaboração de decretos, além de realizar julgamentos. Organizava-se no nível dos *arrondissements*, onde suas atividades eram realizadas pelos comitês de vigilância, por membros do Conselho, da delegação ou indicados por eles, realizando atividades administrativas, civis e militares. E tinha como base os clubes e encontros públicos. A Comuna foi uma nova prática. Ela combateu o burocratismo e o parlamentarismo e deixou como lição que o estado burguês deve ser “quebrado” para que os trabalhadores possam tomar suas decisões no sentido do fim do Estado. Mas ela mostra a possibilidade e necessidade de um governo transitório dos trabalhadores e das classes subalternas após a destruição do Estado burguês, que ocorre diante da redução da complexidade na administração. Em guerra contra o governo de Thiers durante praticamente toda sua existência, a Comuna não foi um governo do terror, mas também exerceu a violência, em decorrência da própria necessidade de usá-la. Seu exército era formado pelo povo em armas, organizado na guarda nacional. Ela continha em si o socialismo, que é percebido não apenas nas medidas da comissão do trabalho, mas na relação entre eleitores e delegados, na utilização do mandato imperativo e no comprometimento que seus membros tinham para com seus princípios e valores.

Comuna de Paris – Estado – guerra civil – revolução – partido

RÉSUMÉ

La Commune de Paris est faite contre l'État moderne, influençant le mouvement des travailleurs et les théoriciens du socialisme scientifique. Elle va mettre fin à la période formée par les organisations clandestines et à la Première Internationale. Après la Commune commence la période des organisations de masse. La Commune est l'antithèse de l'Empire, de l'exécutif bureaucraté et illustre ce que serait la dictature du prolétariat. Les conditions dans lesquelles la France passait et l'avancement de la conscience ouvrière vont permettre l'existence de la Commune. Le Gouvernement de la Défense Nationale est formé après la chute de Napoléon, mais il va montrer - avec des défaites de la guerre - que son souci est de rétablir l'ordre intérieur, ce qui signifierait le retour de la monarchie. D'autre part, les travailleurs commencent à s'organiser pour défendre la république et la patrie. Ils forment un comité central (après appelé délégation) qui était fondée sur des comités de vigilance et des clubs et un comité central de la garde nationale. Quand le gouvernement de Thiers, le 18 mars 1871, essaye de désarmer les travailleurs, ils s'opposent à ses ordres et occupent l'Hôtel-de-ville. L'événement est le début de la période connue comme Commune de Paris. Le gouvernement révolutionnaire de la Commune avait un centre, ce serait la délégation et après le 18 mars le comité central de la garde nationale, puis le Conseil. Elle était organisée au niveau de l'arrondissement, dont l'organisation a été menée par des comités de vigilance, par des membres de la délégation ou du Conseil ou indiqués par eux. Elle avait un niveau de base, formée par des clubs et des réunions publiques. La Commune était une nouvelle pratique. La Commune a combattu la bureaucratie et la gauche parlementaire. Son expérience montre que l'État bourgeois doit être « cassé » afin que les travailleurs peuvent exercer leur gouvernement pour mettre fin à l'état lui-même. Elle montre la possibilité et la nécessité d'un gouvernement de transition des travailleurs et des classes subalternes après la destruction de l'État bourgeois, qui se produit avec la réduction de la complexité de l'administration des choses. Dans la guerre contre le gouvernement de Thiers pendant presque toute son existence, la Commune n'était pas un gouvernement de terreur, mais elle a exercé la violence en raison de la nécessité. Son armée était formée par des travailleurs organisés dans la garde nationale. Elle contenait en elle-même le socialisme qui est perçu dans les mesures de la commission du travail et dans la relation entre les électeurs et les délégués, à l'utilisation du mandat impératif et dans l'engagement que ses membres avaient pour les principes et valeurs de la Commune.

ABSTRACT

The Paris Commune is made against the Modern State, influencing as the labor movement as the theorists of scientific socialism. It closes the period formed by clandestine organizations and starts the period of the mass organizations. It ends the First International. The Commune is the antithesis of the Empire, the centralized executive, and exemplifies what would be the dictatorship of the proletariat. The conditions under which France passed and the advancement of workers' conscience will allow it to happen. The government of national defense is formed after the fall of Napoleon, but the defeats in the war will prove that his concern is to restore internal order, which would mean the return of the monarchy. On the other hand, workers start to organize themselves to defend the republic and the country, either through a central committee (after delegation) based on vigilance committees and clubs, either through the National Guard and its central committee. Thier's government tries to disarm workers, on march 18, 1871 and they oppose his orders and settle in the Hôtel-de-ville, starting the period known as the Paris Commune. The revolutionary government of the Commune had a central level. First, it was the delegation, second the central committee of the national guard and then the Council. It has the level of *arrondissements*, whose organization was conducted by vigilance committees, by members of the Council delegation or indicated by them. And a base organization, formed by clubs and public meetings. The Commune was a new practice. It fought the bureaucracy and the parliamentarism and left as a lesson that the bourgeois state must be broken so that workers can exercise their government in order to end the state itself. It shows the possibility and the necessity of a transitional government of workers and subaltern classes after the destruction of the bourgeois state, which occurs with the reduction of complexity in the administration of things. The Commune was at war against the government of Thiers during almost its entire existence, but it was not a government of terror. They needed to use the violence. Its army continued to exist, now formed by organized armed people in the National Guard. The Commune contained the socialism that is perceived not only in the measurements of the commission's work, but the relationship between voters and delegates in the use of the imperative mandate and commitment that its members had for their principles and values.

Paris Commune – State – civil war – revolution - party

Sumário

Cronologia	10
1. Introdução	17
2. Dominação e emancipação	29
a. Política e Estado	29
b. Consciência: da reprodução à crítica	45
c. Partido, governo e exército revolucionários	65
d. Revolução: processo, ruptura e consolidação	98
e. “Comuna”: uma palavra em debate	114
3. Do Império à Comuna	123
a. O Império	123
b. O começo da guerra e o 31 de outubro	128
c. Plebiscito e eleições	149
d. Os clubes de Paris	169
e. Do 18 de março ao 4 de abril	180
f. A luta na França e o internacionalismo	203
4. A Comuna de 1871	209
a. Partidos, associações e organizações	209
b. O governo revolucionário	233
c. O exército revolucionário	251
d. Situação revolucionária e insurreição	268
e. As decisões e o programa mínimo	287
5. Conclusão	308
6. Anexos	324
7. Referências Bibliográficas	327
a. Em português	327
b. Em francês e inglês	332

*« Paix et travail, voilà votre avenir.
Voilà la certitude de votre revanche
et de votre régénération sociale, ainsi comprise,
la République peut encore faire de la France
le soutien des faibles, la protectrice des travailleurs,
l'espérance des opprimés dans le monde
et le fondement de la République universelle »*

le Père Beslay,
veterano de 1830 e 1848, discurso em 28 de março de 1871

*« Quand nous chanterons le temps des cerises,
Et gai rossignol, et merle moqueur
Seront tous en fête !
Les belles auront la folie en tête
Et les amoureux du soleil au cœur !
Quand nous chanterons le temps des cerises
Sifflera bien mieux le merle moqueur ! »*
Jean-Baptiste Clément

*« Dis-lui que par le temps rapide
Tout appartient à l'avenir ;
Que le vainqueur au front livide
Plus que le vaincu peut mourir »*
Louise Michel

« Vive la Commune!! »

Cronologia

- 11 de janeiro de 1844

Expulsão de Karl Marx da França por decisão do Ministro *des Affaires Étrangères*

- 22, 23 e 24 de fevereiro de 1848

Manifestações em Paris

- 23 a 26 de junho de 1848

Jornadas insurrecionais em Paris. Repressão violenta

- 10 de dezembro de 1848

Louis Bonaparte é eleito presidente da República

- 2 de dezembro de 1851

Golpe de Estado de Louis Bonaparte

- 11 de janeiro de 1852

Dissolução da guarda nacional

- 2 de dezembro de 1852

Louis Bonaparte torna-se Imperador da França

- janeiro de 1866

Organização da primeira seção da Associação Internacional de Trabalhadores (AIT) em Paris

- 10 de janeiro de 1870

Homicídio de Victor Noir cometido pelo príncipe Bonaparte

- 12 de janeiro de 1870

Manifestações durante o enterro de Victor Noir

- janeiro de 1870

Greves em *Creusot*

- 8 de maio de 1870

Plebiscito sobre a aprovação das medidas liberais tomadas por Napoleão III

- 10 de julho de 1870

Inicia a Guerra entre a França e a Prússia

- 4 a 6 de agosto de 1870

Derrotas francesas em Wissembourg, Froeschwiller e Forbach

- 9 de agosto de 1870

Manifestações em Paris contra a guerra

- 14 de agosto de 1870

Tentativa blanquista contra o quartel dos bombeiros *de la Villette*

- 1 e 2 de setembro de 1870

Capitulação de Napoleão III à Sedan, prisão do exército francês.

- 4 de setembro de 1870

Jornadas revolucionárias em Paris. Proclamação da República. O general Trochu torna-se presidente do governo da *Défense Nationale*¹

- 7 de setembro de 1870

O governo da Defesa Nacional nomeia os *maires*² de *arrondissements*³

- 18 e 19 de setembro de 1870

Início do *siège*⁴ de Paris

- 8 de outubro de 1870

Manifestação no *Hôtel-de-ville*⁵

- 29 de outubro de 1870

Metz capitula

- 31 de outubro de 1870

Jornadas revolucionárias em Paris. Nova manifestação no Hôtel-de-Ville. Marcha e ocupação

- 1 de novembro de 1870

Proclamação da Primeira Comuna de *Marseille*

- 3 de novembro de 1870

Plebiscito sobre o governo de defesa nacional

- 5 e 7 de novembro de 1870

Eleições municipais de Paris

- 26 de dezembro de 1870

A partir dessa data, Paris é constantemente bombardeada

- 6 de janeiro de 1871

L'*affiche rouge* – o cartaz vermelho do Comitê Republicano *des XX arrondissement*⁶ denuncia a traição do governo de defesa nacional

- 18 de janeiro de 1871

O império alemão é proclamado no *Château de Versalhes*

¹ Defesa Nacional.

² São as autoridades administrativas de cada *arrondissement*.

³ *Arrondissements* são as divisões administrativas de Paris, é a maneira como a capital é dividida e organizada geograficamente. Paris é formada por XX *arrondissements*.

⁴ Invasão de Paris pelos prussianos.

⁵ Um dos palácios governamentais.

⁶ *Comité Républicain des vingt arrondissement*. A explicação sobre o que é esse Comitê será feita ao longo da tese.

- 22 de janeiro de 1871

Trochu é destituído do governo. Jornadas revolucionárias em Paris. Fuzilamento contra a manifestação dos guardas nacionais⁷

- 28 de janeiro de 1871

O governo de Thiers assina um armistício com a Prússia. Capitulação de Paris

- 8 de fevereiro de 1871

Eleições para a Assembleia Nacional

- 13 de fevereiro de 1871

Primeira reunião da Assembleia Nacional, em Bordeaux

- 17 de fevereiro de 1871

Thiers passa a ser o chefe do poder executivo

- 22 de fevereiro de 1871

Jules Vallès funda o *Cri du Peuple*⁸

- 26 de fevereiro de 1871

Assinatura das preliminares de paz entre Thiers e Bismarck

- 1 de março de 1871

Versalhes é escolhida para ser o local onde ficará a Assembleia Nacional

A paz é assinada. Os prussianos entram em Paris

- 3 de março de 1871

Constituição da Federação republicana da guarda nacional

- 11 de março de 1871

Blanqui é condenado à morte pelos atos de 31 de outubro

- 14 de março de 1871

Thiers vem a Paris e se instala na *Préfecture de Police*⁹

- 15 de março de 1871

Eleição do comitê central da guarda nacional¹⁰

- 17 de março de 1871

Prisão de Blanqui

- 18 de março de 1871

⁷ A Guarda Nacional é uma guarda civil existiu na França e em alguns outros Estados da Europa ocidental. Foi criada pela primeira vez na França em 1789, no início da revolução, e existiu com intervalos até 1871.

⁸ Jornal.

⁹ É a administração responsável pelas questões de polícia.

¹⁰ Com a federação da guarda nacional, um comitê central é nomeado e passa a ser a autoridade máxima da guarda nacional.

Canonade em Montmartre. Ações contra a retirada dos canhões da guarda nacional. Execução dos generais Lecomte e Thomas. O comitê central ocupa o *Hôtel-de-Ville*

O governo de Thiers refugia-se em Versalhes

- 19 de março de 1871

Reunião do comitê central da guarda nacional que decide organizar as eleições. Posição de marchar em direção a Versalhes é derrotada

- 21 de março de 1871

Em Versalhes, é a primeira reunião da Assembleia Nacional

- 22 de março de 1871

Eudes, Duval e Brunel são nomeados delegados da guerra

A Guarda Nacional dispersa a manifestação dos “Amigos da Ordem” na Praça Vendôme

O Comitê Central acolhe, no *Hôtel-de-Ville*, delegações de *Lyon, Bordeaux, Marseille, Rouen* etc

É proclamada a Comuna de *Lyon*

- 23 de março de 1871

Proclamada a Segunda Comuna de *Marseille* e a Comuna de *Toulouse*

- 24 de março de 1871

Proclamação da Comuna em *Narbonne* e *Saint Etienne*

O Comitê Central remete o poder militar a três delegados: Brunel, Eudes e Duval

- 26 de março de 1871

Eleições da Comuna de Paris

Proclamada a Comuna de *Creusot*

- 27 de março de 1871

Preparações para a proclamação da Comuna de Paris

- 28 de março de 1871

O Conselho da Comuna¹¹ instala-se no *Hôtel-de-ville*

- 31 de março de 1871

Hasteamento da bandeira vermelha no Pantheón

- 2 de abril de 1871

Ataque de Versalhes contra *Courbevoie* e *Puteaux*

Publicação do Decreto que separa a igreja do Estado

¹¹ O Conselho é a assembleia da Comuna, com poderes legislativos e executivos. Até a sua eleição e formação, o *Hôtel-de-ville* é ocupado pelo Comitê Central da Guarda Nacional, que fica responsável pela administração e organização das eleições. Depois de formado, o Conselho da Comuna irá criar 9 comissões, ligadas pela comissão executiva.

- 3 de abril de 1871

Resposta *communard* aos ataques de Versalhes. Início da marcha em três colunas

Uma das colunas bate em retirada. Flourens, que a comanda, é executado

- 4 de abril de 1871

A segunda coluna não consegue mais avançar. A terceira coluna, comandada por Duval, é derrotada. Duval é executado

Derrota do ataque dos *communards* contra Versalhes

Cluseret é nomeado delegado de guerra

Fim da Comuna de *Marseille*

Breve Comuna de *Limoges*

- 5 de abril de 1871

Os *communards* reforçam as barricadas sobre Paris

- 6 de abril de 1871

Destruição de duas guilhotinas em frente à estátua de Versalhes

- 8 de abril de 1871

Jules Favre consegue o repatriamento de em torno de 100 mil prisioneiros do Exército francês

- 11 de abril de 1871

Criada a *Union des femmes pour la défense de Paris et les soins aux blessés*¹²

- 13 de abril de 1871

Publicação do Decreto sobre a destruição da Coluna *Vendôme*

- 16 de abril de 1871

Eleições complementares ao Conselho da Comuna

Encontro de apoio à Comuna no *Hyde Park*, Londres

Três mil trabalhadores encontram-se em Hanover, e enviam um apoio à Comuna

- 17 de abril de 1871

Ataque *anticommunards* sobre o fronte nordeste

- 25 de abril de 1871

Bombardeamentos versalheses contra *Neuilly*

- 26 de abril de 1871

Versalheses avançam pelo setor sul, ocupam *Les Moulinaux* aproximam-se dos fortes de Issy e de Vanves.

- 29 de abril de 1871

Manifestação de franco-maçons. Thiers recusa qualquer conciliação

¹² União de Mulheres para a Defesa de Paris e ajuda aos feridos.

Evacuação do forte d'Issy pelas tropas *communards*, durante a madrugada de 29 para 30 de abril

- 30 de abril de 1871

Reocupação do forte d'Issy

- 1 de maio de 1871

Destituição de Cluseret, que foi substituído por Rossel como delegado da Guerra

Criação do *Comité de Salut Public*¹³

- 9 de maio de 1871

Perda do forte d'Issy, ocupação pelos Versalheses. Rossel anuncia e renuncia

A Comissão de barricadas reforça as defesas de Paris

- 10 de maio de 1871

O Conselho da Comuna decide submeter Rossel à *Cours Martiale*¹⁴. Nomeação de Delescluze

A vila de Vanves é tomada pelos *anticommunards*

- 13 de maio de 1871

Ocupação do forte de Vanves pelos *anticommunards*

Carta de Marx a Frankel e Varlin

- 15 de maio de 1871

Declaração da minoria da comuna, em desacordo com a criação do *Comité de Salut Public*

Em Bruxelas, manifestação em apoio à Comuna

- 16 de maio de 1871

Demolição da Coluna Vendôme

- 17 de maio de 1871

Explosão da cartoucherie da avenida Rapp, símbolo de resistência armada da Comuna

- 21 de maio de 1871

Entrada dos *anticommunards* em Paris pela Porta do *Pont-du-Jour*

Dissolução da Assembleia da Comuna

- 22 de maio de 1871

Chamada às armas do *Comité de Salut Public*

Os *anticommunards* ocupam o sudoeste de Paris

- 24 de maio de 1871

Perda de Montmartre e da *Place Blanche*, onde lutou um batalhão de mulheres comandado por Nathalie Lemel

¹³ Comitê de Saúde Pública.

¹⁴ Corte Marcial, responsável pelos julgamentos.

Dombrowsky é mortalmente ferido na barricada da rua Myrrha e morre no hospital de *Lariboisière*

O *Hôtel-de-Ville* é evacuado, Delescluze e os serviços da Comuna são instalados na *rive droite*¹⁵

As tropas *communards*, após resistência no *Quartier Latin* e Luxemburgo, vão se retraindo próximo à Austerlitz e no XI *arrondissement*

- 25 de maio de 1871

Última reunião da Comuna na *Mairie*¹⁶ do XI *arrondissement*

As tropas de Mac Mahon vão em ofensiva em direção à *Butte-aux-Cailles*, Bastilha e *Château d'Eau*

Delescluze é morto na *place du Château d'Eau*

- 26 de maio de 1871

Execução dos reféns pelos *communards*, em resposta ao massacre realizado pelos *anticommunards*

- 27 de maio de 1871

Resistência da barricada na boulevard Voltaire e no *Butte-chaumont*. Continuação de fuzilamentos cometidos pelos *anticommunards*

Um dos últimos pontos de resistência é o cemitério *Père-Lachaise*, onde muitos serão fuzilados no *mur des Fédérés*¹⁷

- 28 de maio de 1871

Alguns homens ainda lutavam na rua *Fontaine-au-roi*

Às 16 horas, tomada da última barricada *communard* entre as ruas *Ramponneau* e *Tourtille*

Muitos *communards* foram presos na prisão *de la Roquette*

Linchamento e morte de Varlin

- 29 de maio de 1871

Capitulação do forte de *Vincennes*

- 10 de julho de 1880

Todos os condenados que lutaram na Comuna são agraciados

- 14 de julho de 1880

Anistia.

¹⁵ Lado direito do rio Sena.

¹⁶ *Mairie* é a organização administrativa de cada *arrondissement* de Paris.

¹⁷ Muro dos Federados.

1. Introdução

O Estado moderno – capitalista ou burguês – consolida-se com o desenvolvimento das relações sociais de produção capitalista e vai possuir diferentes formas, relacionadas também com a maneira como se manifestam essas relações sociais. Centralizado e burocrático, o Estado francês que se constitui após a revolução de 1789 sofrerá transformações, mas manterá no poder as classes possuidoras e terminará por consolidar a dominação da burguesia.

Contra esse Estado e governo, a Comuna de Paris é feita. Ela terá reflexos tanto no movimento dos trabalhadores como na obra dos teóricos do socialismo científico, em um momento em que Marx ainda está em plena capacidade intelectual. Seus últimos anos de estudo e pesquisa são influenciados por ela. É vivenciando a guerra civil na França que Marx aprofunda politicamente sua teoria. Tomando a experiência da Comuna de Paris, o pensador analisa a atuação dos trabalhadores enquanto governo. Mais do que isso, Lênin afirma que a única correção que Marx e Engels fizeram ao *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, foi realizada com base na experiência da Comuna de Paris, qual seja, a de que a classe operária deve quebrar a máquina de Estado burguês e não apenas tomar posse dela.

Marx viu elementos constitutivos de uma forma de poder. Ele vai usar a expressão “ditadura do proletariado” pela primeira vez no início da década de 50 e é, inclusive, uma expressão que vem de Auguste Blanqui, um dos socialistas franceses que terá destaque nas lutas do século XIX e que tem grande influência entre os *communards*. É uma nomenclatura, portanto, que vem do jacobinismo tardio francês, de tradição conspiratória. Mas Marx abandona a nomenclatura e vai retomá-la após a Comuna.

A experiência da Comuna também teria mostrado para Engels que os métodos de luta dos trabalhadores consagrados ao longo do século XIX estariam superados: revoluções da minoria. Agora, as revoluções ou seriam feitas pela maioria, ou não o seriam feitas.

A Comuna de Paris é um marco para o movimento dos trabalhadores. É um dos momentos da história em que a causa da humanidade se identificava com a causa da pátria sem xenofobia e isso coincidia com a causa operária estrito senso. Ela e suas consequências vão influenciar diretamente as lutas operárias. As derrotas de 1848, na França, apresentam um resultado negativo para as demandas do movimento socialista, todavia, a derrota da Comuna, apesar de toda a dureza contra os trabalhadores, tem outro significado. Já desde 1864 Marx está prevendo e apostando no momento da recuperação do movimento socialista e isso vai

resultar na fundação e preparação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). E quando Marx tem conhecimento dos acontecimentos na França em 1870, posiciona-se contra a tentativa da tomada de poder, diante da inexistência de condições capazes de conduzir à vitória. Todavia, passa a apoiar a iniciativa dos trabalhadores quando ela é realizada em 1871 e como Secretário do Conselho Geral da AIT redige as moções de solidariedade.

Essas moções de solidariedade são ainda mais fundamentais diante dos ataques que a Comuna de Paris sofreu. Poderia se dizer que ela é a primeira disputa ideológica significativa da modernidade entre a burguesia e o proletariado, pois ainda que as calúnias tenham ocorrido já em 1848 e durante todo o Império, é com a Comuna que começam esses ataques contra o movimento operário da maneira feroz como ocorreu. Veja-se, inclusive, o surgimento do mito *petroleuses*¹⁸.

A Comuna mostrou a ferocidade das classes dominantes frente aos dominados, com seus massacres e fuzilamentos. Ela evidenciou o ódio de classe e “desmistificou” a noção de nação. Apontou para o internacionalismo: trabalhadores estiveram lado a lado, mas também os partidos da ordem se uniram – inclusive no parlamento brasileiro ecoou um apoio à repressão.

A Comuna foi o exercício de uma democracia efetiva¹⁹, real e de classe. Ela não é somente uma insurreição, ela é um processo revolucionário no marco da guerra entre a França e a Prússia. Os trabalhadores tinham que proteger Paris dos prussianos, mas também da burguesia, da oligarquia, dos que queriam o fim da guerra a qualquer preço.

Não é apenas a discussão entre crepúsculo ou aurora que envolve a Comuna, ou seja, a continuação das lutas de 1789, 1830 e 1848 ou o começo das lutas seguintes, até culminar na revolução russa e demais revoluções proletárias. Ela e seus acontecimentos têm reflexos diretos na organização dos trabalhadores: a superação das organizações secretas e clandestinas, o fim da Primeira Internacional, o surgimento dos partidos de massas.

Para Haupt (1972), a Comuna teria duas dimensões: como símbolo e como exemplo. Símbolo diante do impacto que exerceu sobre as mentalidades coletivas, sobre o movimento operário. Exemplo do ponto de vista da teoria política revolucionária. A Comuna é um elemento significativo no nascimento de uma consciência operária moderna. E é exemplo porque com a incorporação da Comuna ao marxismo, Marx cria as bases para a construção de uma teoria revolucionária.

¹⁸ Petroleiras. Refere-se aos incêndios causados durante a Comuna.

¹⁹ Não irei fazer uma análise do termo democracia nem república, mas abordarei a noção de democracia tal qual Lênin aponta: a democracia de tão ampliada, deixa de existir em uma sociedade comunista. Já o termo república, no contexto da França e para os *communards* ainda não estava marcado pelas concepções de república da atualidade e, muitas vezes, referia-se – se pegamos os materiais produzidos pelos *communards* – a um governo do povo, dos trabalhadores, por eles próprios.

A Comuna de Paris ainda está em debate. Ela intriga até mesmo porque, ainda hoje, muitos franceses não a conhecem e, aparentemente, “o partido” da atual ordem, os que participam do governo francês, mais ou menos à direita, também não querem lembrá-la. Comemora-se a revolução de 1789, mas as lembranças da Comuna são espalhadas por uma Paris que não se vê: a praça da Comuna, no fim da rua da *Esperance* e ao final da *Buttes-aux-cailles* é pequena e simples. Ali onde foi um dos focos de resistência. O *square* Louise Michel é humilde perto da grandeza de uma *Sacre Coeur*, construída onde ocorre o 18 de março e para expurgar os pecados dos *communards* que ali, naquele lugar, fuzilaram dois generais (que já tinham fuzilado tantos e tantos militantes, lutadores de 1848). E a *boulevard* Auguste Blanqui – que, provavelmente, muitos franceses não sabem quem é - ocupa um espaço deslocado se comparada com as grandes avenidas com nomes de generais.

O grande espaço da Comuna é o cemitério. É onde podemos encontrar alguma referência um pouco mais concreta. “*Aux morts de la Commune 21 – 28 mai 1871*” está marcado no *Mur de Fédérés*. Foi no *Père Lachaise* e nas ruas próximas a ele que foram travados os últimos embates da Comuna, e é na rua *Ramponneau* que, segundo os historiadores, cai a última barricada. Os túmulos dos *communards*, elevados, muitos deles, por subscrição popular, como o de Auguste Blanqui e de Jules Vallès, contrastam com o enorme monumento em homenagem a Thiers, chefe do poder executivo e responsável pelos massacres.

Mas os livros sobre a Comuna e seus arquivos não permitem que ela seja esquecida. A Associação dos Amigos da Comuna de Paris continua em atividade, lembrando de suas reivindicações, que ainda são pertinentes. Entretanto, pouco se produziu no Brasil sobre isso, o que me motivou ainda mais a estudar esse tema.

O termo Comuna significa municipalidade, mas na França, em termos políticos, passa a ter outros sentidos. Essas acepções e sentidos serão analisados no primeiro capítulo. Chamamos de “Comuna de Paris” àquilo que ocorre entre os dias 18 de março, quando ocorre o fuzilamento de dois generais em *Montmartre* e quando é ocupado o *Hôtel-de-ville*, ficando o poder ao comitê central da guarda nacional, até 28 de maio de 1871, o final da semana sangrenta, quando as tropas do partido da ordem entram em Paris e realizam os massacres. É uma experiência de 72 (quando teria caído a última barricada) / 73 dias (incluindo o dia 29, quando capitula o Forte se *Vincennes*), ainda que tenha seu preparo anterior e uma longa repressão, inclusive judicial, após seu encerramento.

Com o início da guerra entre a França e a Prússia, em 19 de julho de 1870 e as derrotas dos franceses, a situação interna do país vai sofrendo graves complicações. Louis

Bonaparte capitula em Sedan, é feito prisioneiro e o império desmorona. Seus críticos, que durante todo o período eram perseguidos, conseguem retornar pouco a pouco à França. Em 4 de setembro, a república é proclamada, sendo composta por políticos tradicionais que não mudam a estrutura do Império.

O povo e, em especial, os trabalhadores de Paris começam a fazer exigências frente a esse governo, para que não ocorra uma derrota vergonhosa da França e, principalmente, para que a monarquia não seja restaurada. Durante todo esse período, as ações dos clubes são intensas. Em 18 e 19 de setembro inicia o *siège* (invasão, ocupação) de Paris. As manifestações contra o governo são inúmeras. Em 31 de outubro ocorre uma tentativa de ocupação do *Hôtel-de-ville*²⁰. Essa ocupação termina ao fim desse mesmo dia, com um acordo no sentido da realização de eleições municipais, que é feito quando os revolucionários percebem que a correlação de forças era desfavorável a eles. Mas o acordo não é cumprido pelo governo, que realiza uma manobra convocando um plebiscito.

O plebiscito acontece em 3 de novembro e mostra que, nas principais cidades, o governo não possui apoio, ao contrário do campo, onde se faz maioria. Quando ocorrem as eleições para as *mairies*²¹ de Paris, alguns simpatizantes para a formação de uma Comuna já conseguem êxito.

A partir de 26 de dezembro, Paris passa a ser bombardeada sistematicamente. As ações políticas continuam. Em 6 de janeiro de 1871, *l'affiche rouge*, o cartaz vermelho da delegação *des XX arrondissements*, denuncia a traição do governo “republicano”.

Em 18 de janeiro de 1871, o Império alemão é proclamado no *Château* de Versalhes. As derrotas militares por falta de competência ou traição geram repercussões e indignação em Paris. Em 22 de janeiro, muitos manifestantes vão ao *Hôtel-de-ville* exigir respostas, mas são surpreendidos por tiros. Trochu é destituído do governo.

O governo demonstra sua posição de por fim à guerra e o repúdio em Paris aumenta, já que os parisienses percebem que as condições de paz serão humilhantes e que a paz significa o retorno da monarquia. Nos clubes e comitês, os militantes de esquerda questionam a postura do governo, acusam-no de traição e repudiam a conclusão de um armistício.

Em 28 de janeiro, o governo assina um armistício com a Prússia e em 8 de fevereiro ocorrem eleições para a Assembleia Nacional, que elege uma assembleia monarquista e bonapartista. Em 17 de fevereiro, Thiers é eleito chefe do poder executivo e em 26 de fevereiro

²⁰ Noël (2000) aponta que ele é o símbolo dos direitos e liberdades da cidade antiga (medieval) e a casa do povo da cidade nova.

²¹ A *mairie* é a organização administrativa da cidade. Cada um dos *XX arrondissement* de Paris possui a sua *mairie*.

ocorre a assinatura das preliminares de paz entre Thiers e Bismarck. A paz é assinada em 1 de março e os prussianos entram em Paris.

Os trabalhadores, revoltados, chegaram a pensar a se opor à entrada dos prussianos mas a ação de membros da Internacional e dos comitês *de la Corderie*²² fizeram com que eles evitassem um conflito desnecessário. A indignação apenas aumenta. Em 3 de março de 1871, a guarda nacional constitui sua federação republicana. É o povo armado organizando-se. Em 15 de março, eles elegem o comitê central.

Em 17 de março Blanqui é preso e no dia 18 ocorre a *canonade* em *Montmartre*. Em resposta a uma ação do governo de retirar os canhões e armas pertencentes à guarda nacional, os guardas nacionais resistem e fuzilam dois generais. A resistência ocorre por toda a cidade. O governo se refugia e foge para Versalhes e os guardas nacionais ocupam o *Hôtel-de-ville*, onde se instalam. É o início da Comuna de Paris.

O comitê central passa a dar as ordens. Na reunião de 19 de março, decide organizar as eleições, sendo derrotada a posição de marchar em direção a Versalhes. Em Versalhes, dia 21 de março, ocorre a primeira reunião da Assembleia Nacional, que repudia as ações de Paris.

Enquanto em Paris os *communards* começam a organizar seu governo, em Versalhes continua um governo nacional, que não reconhece a Comuna. Em outras cidades da França são proclamadas Comunas, como em Lyon, Bordeaux, Marseille, Toulouse, Rouen, Narbonne e Saint-Etienne, mas logo são duramente reprimidas. Em outros países da Europa, os trabalhadores lançam manifestos em solidariedade à Comuna.

Em 24 de março o Comitê Central remete o poder militar a três delegados: Brunel, Eudes e Duval. As eleições da Comuna são adiadas mais de uma vez, mas acabam se realizando no dia 26. No dia seguinte, iniciam os preparativos para sua proclamação, o *Hôtel-de-ville* é tomado por bandeiras vermelhas. Em 28 de março é instalado o Conselho da Comuna. Organizam-se comissões e os trabalhos são constantes durante todo o período.

Em 2 de abril, os *anticommunards* atacam, bombardeando Courbevoie e Puteaux. Cluseret é nomeado delegado da guerra. Os ataques geram indignação em Paris, provocando uma saída desastrosa em direção a Versalhes em 3 de abril. Uma das colunas bate em retirada. Flourens é executado. Em 4 de abril, a segunda coluna não consegue mais avançar e a terceira comandada por Duval, é derrotada. Ele é executado.

²² Os grupos *de la Corderie* são formados pela AIT, pelo comitê *des XX arrondissements de Paris* e pela *Chambre Syndicale de sociétés ouvrières*.

Com as derrotas, os *communards* passam a reforçar as barricadas. Em 8 de abril, Jules Favre consegue o repatriamento de aproximadamente 100 mil prisioneiros do exército francês. No dia 16 são realizadas eleições complementares ao Conselho da Comuna.

Os ataques versalheses não cessam. Os *communards* vão apresentando complicações militares, como a evacuação do forte d'Issy, durante a madrugada de 29 para 30 de abril, que irá gerar a destituição de Cluseret, em 1 de maio, e sua substituição por Rossel, ainda que no dia 30 de abril o forte tivesse sido reocupado.

Também diante dessas complicações é criado o *Comité de Salut Public*, que consolida a divisão no Conselho da Comuna entre a maioria e a minoria. A minoria lança um manifesto, em 15 de maio, criticando a decisão da maioria.

Em 9 de maio os *communards* perdem o forte d'Issy, Rossel anuncia a derrota e renuncia. A Comissão de barricadas reforça as defesas de Paris. Em virtude de sua atitude, o Conselho da Comuna decide submeter Rossel à *Cours Martiale*²³. Delescluze é nomeado delegado da guerra.

Em 13 de maio, o forte de Vanves é ocupado pelos *anticommunards*. Em 17 de maio ocorre a explosão da cartoucherie da avenida Rapp, símbolo de resistência armada da Comuna. Em 21 de maio ocorre a entrada dos *anticommunards* em Paris pela Porta do *Pont-du-Jour* e o Conselho da Comuna é dissolvido. Inicia a Semana sangrenta. No dia 28 caem as últimas barricadas.

Alguns aspectos dessa experiência histórica são analisados. Mas, para além disso, analisa-se a guerra civil na França e o contexto da guerra franco-prussiana, verificando-se como os *communards* se organizaram para realizar o seu governo e para lutar contra o governo de Versalhes.

A partir disso, foram construídas as minhas questões e hipóteses: a guerra franco-prussiana foi um fator determinante para o acontecimento da Comuna de Paris? Qual a sua relação com as ações dos trabalhadores? Pois se cada movimento, cada tentativa de ocupação do *Hôtel-de-ville* acontece após vergonhosas derrotas na guerra e mesmo o 18 de março é desencadeado com a assinatura da paz, a guerra externa foi um acelerador histórico para que a guerra civil acontecesse?

Inúmeros partidos, organizações, associações e clubes existiam em Paris durante esse período e organizaram ações de crítica e questionamento ao governo. Então, quais os partidos e organizações estiveram presentes durante o período e como eles agiam? Eles conseguiram organizar o movimento e dar-lhe uma direção? O que permitiu às pessoas agirem em sentido

²³ Corte Marcial, responsável pelos julgamentos.

crítico? Em que medida poderia alguém se opor ao que, constantemente, foi lhe passado como norma?

Existiu um governo revolucionário nesse período? Como ele era constituído? Em quais níveis e como se dava a participação em cada um desses níveis? A falta de organização, que ligasse os diferentes lutadores da França, teria sido o elemento que faltou, ou seja: não havia o elemento subjetivo capaz de dirigir a insurreição e a guerra civil a uma revolução? Aliás, eles queriam a revolução? O isolamento de Paris foi consequência de circunstâncias concretas, ligadas a todo o período da guerra franco-prussiana, ou foi decorrência de posições políticas tomadas pela Comuna, onde muitos de seus membros defendiam a noção de federação?

Ao longo do *siège* a guarda nacional vai sendo organizada, forma sua federação e elege um comitê central, formando a base da organização militar da Comuna. Como foi formado o exército revolucionário? Como a Comuna vai se organizar militarmente? Qual a participação do comitê central da guarda nacional e sua interferência nas decisões da Comuna? De que maneira as falhas militares interferiram no desempenho da Comuna? A decisão de realizar as eleições e não marchar em direção a Versalhes foi um apego à legitimidade burguesa, via eleições, num momento tão importante – o início da insurreição – ou foi consequência de uma teoria que defende a federação e critica o centralismo?

O Conselho da Comuna decidia por decretos, resolvendo tanto questões concretas como debatendo princípios. Qual a contribuição política que a Comuna deixa? Como se configurou o mandato imperativo e a relação entre eleitores e eleitos?

A revolução francesa foi marcada por um Terror, por vezes necessário, já a Comuna não apenas queima a guilhotina como se recusa a tomar medidas mais drásticas – entre elas a marcha imediata contra seus opositores – deixando os *anticommunards* se reorganizarem. Então, quais as medidas violentas que a Comuna teve que tomar e por que motivo?

As traições ao longo da história de França (na verdade, ao longo da história da humanidade, especialmente quando falamos de história militar, da batalha das Termópilas à morte de Marat), inclusive no século XIX, vistas e vividas por tantos *communards*, não teriam mostrado que traições também iriam existir e, portanto, que seria necessário redobrar a segurança em alguns aspectos? A contrarrevolução francesa, o massacre da insurreição de 30, de fevereiro e de junho de 1848, a rápida atuação em 31 de outubro e 22 de janeiro, não teriam mostrado aos *communards* que haveria uma resposta política e militar?

Se a Comuna seria o exemplo concreto da ditadura do proletariado e, portanto, esse momento de transição onde ainda é necessário o uso da força, o que caracteriza esse período

e por que ele é necessário? Que governo provisório é esse que se estende após a tomada do poder e dá direção às transformações?

Não é abordada a discussão terminológica ou mesmo teórica sobre o conceito de trabalhadores, travada entre os marxistas, nem a possível diferença entre os termos classe trabalhadora, classe proletária, proletariado, operários etc – eles são usados com um mesmo sentido. Logo, não explicarei porque entendo que um trabalhador de bancos – um executivo – que seria, em termos econômicos, um trabalhador (vende sua força de trabalho e recebe um salário) e um artesão que faz pares de sapatos para vender, e contrata dois trabalhadores assalariados a ele obedientes, seria um “pequeno burguês”. Até porque a questão política, os valores e a posição na luta transcendem a inserção econômica de classe. Ou seja, esse pequeno burguês pode vir a desenvolver uma consciência de classe que um grande executivo – trabalhador assalariado - não desenvolveria.

É utilizada a expressão *communards* e *anticommunards* para diferenciar os dois lados que participaram da guerra civil. Mas é preciso fazer a ressalva que Serman (1986) faz em seu livro: é pelos nomes utilizados pelos seus adversários que se definiram os partidários da Comuna, chamados de *communeux* a partir de março de 1871, e *communards*, depois de junho e, mais habitualmente, depois dos anos 1880. *Par bravade*, segundo Serman, os interessados e amigos aceitaram esse último termo, que também gera polêmica.

Apesar da discussão terminológica, essa terminologia é adotada, por serem termos consagrados e comumente utilizados. Inclusive, pois em muitos momentos considero aqueles que lutaram na Comuna como um todo homogêneo, ainda que eles não fossem um todo homogêneo. Ou seja, as decisões da Comuna são indicadas como decisões de um todo único, ainda que existam divergências. Serman também sustenta que, apesar da diversidade de origens, tendências e temperamentos, os *communards* formavam um todo indissociável, onde a unidade era formada antes do 18 de março e mantida até a semana sangrenta de maio.

Para não incidir em repetição, considero que a expressão *communards* abrange tanto homens quanto mulheres. Reconheço que no francês há a diferença entre *communards* – que se refere aos homens da Comuna - e *communardes* – que se refere às mulheres. Entretanto, ao adotar a expressão *communards* estou me referindo a ambos.

Os autores chamam os *communards* de federados, insurgentes ou parisienses, uma vez que eles instalaram seu governo em Paris; da mesma forma que chamam de versalheses, partido da ordem e governo oficial, aqueles que se opuseram aos *communards*. Republicanos podem ser os membros de ambos os lados, normalmente a noção de “moderado” ou “radical” vem acompanhando o termo para fazer a diferenciação.

Por ser uma nomenclatura consagrada, irei utilizá-la, ressaltando que é preciso ter cuidado com aquelas que possuem uma relação geográfica, pois não foi uma “guerra contra Paris”, mas uma luta de classes: objetivo ressaltar o caráter de classe dessa guerra e desmistificar o “mito” regionalista ou nacionalista. Ainda que se aponte para as Comunas identificando as cidades em que ocorreram, daí a Comuna de *Marseille*, de *Lyon* etc, é importante ressaltar que só se compreende a guerra civil na França realizando-se uma análise de classe. Foram os monarquistas, os burgueses, os proprietários, contra os trabalhadores, as classes subalternas. O partido da ordem contra os insurgentes.

Efetivamente, foi uma Comuna de Paris. Foi esse o poder tomado. Mas o que ela significa, o governo que ela desenvolve vai para além de se pensar no governo de uma cidade. Até porque a Comuna é composta por pessoas de muitas outras cidades francesas e porque existiram Comunas em outras cidades. Apesar de possuir como foco os acontecimentos que giraram em torno de Paris, pretendo trazer à tona o que significou a Comuna: uma guerra que não foi pontual, não foi apenas de Paris.

Aliás, o internacionalismo e a participação de estrangeiros também é um traço marcante da Comuna, de modo que, às vezes, falar em guerra civil na França poderia representar um reducionismo. Esclareço, portanto, que estarei analisando um conflito, onde os acontecimentos de guerra se passaram na França, mas que teve a participação de estrangeiros, tanto em suas ações diretas como com moções de apoio e ajuda no exílio.

Ainda, a Internacional e seus membros tiveram participação fundamental na guerra. Esse será um ponto bastante tratado ao longo de minha tese, não apenas em função do que eles fizeram, mas em função do que foi a Internacional.

Suponho que o ponto de viragem da história é a guerra franco-prussiana. Pretendo verificar essa hipótese. É durante o período de guerra que as contradições do sistema ficam mais à mostra. A guerra aflora o sentimento de defesa e, ao mesmo tempo, entrega armas aos, que comumente, são excluídos do poder. É preciso mencionar, desde já, que o amadurecimento da noção de Comuna e que o início da guerra civil ocorrerá tendo ampla relação com essa guerra entre “Estados”, pois só assim se entenderá porque tantos vieram para o lado dos revolucionários e porque, em Paris, existiam comitês de vigilância. O chamado à resistência, à defesa, mostrando as traições dos governos imperialistas e republicanos burgueses, ocorre em virtude da ocupação da França. E isso auxiliará a entender por que os acontecimentos se deram enquanto tal.

Antes de escrever os capítulos, apresento uma cronologia. Como é um curto período histórico que estou analisando, esse instrumento contribui para sua compreensão. Veja-se,

entretanto, que não pretendo contar a história da guerra civil ou da Comuna, que tantos autores já fizeram. Não quero fazer uma narrativa do que aconteceu na França. Pretendo responder minhas perguntas e as hipóteses que desenvolvi. Para isso, faço um estudo da história e irei mencionar, inclusive cronologicamente, muitos dos eventos que ocorreram durante esse período. A minha proposta é fazer uma análise teórica tendo por base esse evento histórico.

Organizei a tese em três capítulos. O primeiro capítulo é destinado a uma análise teórica, sem iniciar uma verificação específica sobre a Comuna. São abordadas questões fundamentais para entender o fenômeno. Posteriormente, verifica-se como esses termos, conceitos e noções se manifestaram durante a Comuna. Ou seja, as discussões teóricas aqui abordadas são analisadas no caso concreto – no segundo e no terceiro capítulos.

Os pontos de análise foram escolhidos em virtude da importância que apresentam na compreensão do tema: a maneira como os trabalhadores se organizaram e sua ação no sentido da construção da Comuna. A Comuna apresenta discussões em diversas áreas e a tese não tem por objetivo abordar todos esses aspectos, até pela sua impossibilidade.

Assim, realizo um estudo teórico sobre o Estado moderno, para verificar de que maneira a organização comunal se opôs a ele. Marx não teria uma obra específica sobre o Estado, mas sua crítica ao estado e à política permeiam suas obras. Suas análises, seus textos de conjuntura mostram a importância de se pensar em questões que se relacionam em nível macro, ou seja, que transcendem e perpassam as questões concretas.

Mas, se por um lado, o meio formaria a consciência fazendo os sujeitos reproduzirem os valores dominantes, por outro lado, o ser humano poderia agir no sentido da crítica. É verificado como a consciência pode conduzir à reprodução das relações sociais ou à sua crítica e, portanto, a uma ação transformadora. É observado, também, como os trabalhadores agem enquanto classe no sentido da mudança.

É feita uma diferenciação entre a noção de partido de Marx e Blanqui. Marx não teria desenvolvido uma teoria sistematizada do partido político, todavia, seus escritos trazem uma concepção de partido, que combina atividades clandestinas com ações públicas e de massa. São analisados o papel que o exército revolucionário ocuparia dentro da organização política, por que ele seria necessário, quais os elementos da situação revolucionária e quais as diferentes etapas de uma insurreição, além da própria noção de revolução e guerra civil. A revolução francesa estava num passado recente, a noção de revolução e seus conceitos ainda permanecem no imaginário do povo francês: a Comuna de 92, Robespierre e Marat não foram esquecidos.

O segundo capítulo é destinado à análise que vai do Império até os dias iniciais da Comuna, com foco central na questão histórica. Analisa-se a situação da França anterior à Comuna e como a guerra entre a França e Prússia vai interferir na ação dos trabalhadores e na sua tomada de consciência, já que eles passam por um processo de descrença e perda de paciência. São verificados: os fatores que contribuíram para a tomada de consciência dos *communards* e para que se desencadeasse um confronto; o que ocorre no 31 de outubro e qual sua diferença para o 18 de março; e qual o contexto e os motivos históricos que permitiram que a guerra civil acontecesse.

O terceiro capítulo é destinado à análise da Comuna propriamente, ou seja, verifica-se no caso concreto como se manifestaram os conceitos e fenômenos estudados no primeiro capítulo: quais os partidos, organizações e associações participaram da Comuna; como o governo revolucionário era estruturado; o que diferencia a Comuna do Estado; como se relacionaram os trabalhadores e seus delegados; como se manifestou a questão subjetiva em relação a essa experiência concreta; como estava estruturado o exército da Comuna, a guarda nacional; como e se ocorre uma situação revolucionária e se os decretos da Comuna apontavam para o socialismo.

É analisado como o poder *cai nas mãos* do comitê central da guarda nacional e qual sua relação com a Internacional e demais organizações de trabalhadores. Quais as medidas tomadas pelo comitê central da guarda nacional e pelo Conselho da Comuna. Considerando que muitos autores, entre eles Marx e Lênin, entendem que a derrota da Comuna se dá, especialmente, em virtude da ausência de elemento subjetivo verifica-se se há essa falha e se haveria, no contexto, alguma organização que fosse capaz de ter realizado essa tarefa. Verifico o mecanismo do mandato imperativo e em que medida ele permite que a decisão seja tomada pelos trabalhadores. Analiso como estava organizada a parte militar da Comuna, os problemas relacionados à direção e organização, as falhas nas escolhas das delegações e os equívocos militares. A utilização das barricadas.

A guerra civil francesa é a primeira guerra onde as fotos foram utilizadas para a repressão, para identificação de lutadores. Marx bem afirmou, quando prestes a se chegar ao fim da guerra, a importância de impedir que os papéis comprometedores chegassem às mãos do inimigo. Uma das lições da Comuna é a sua derrota e como ela ocorreu.

É na conclusão que vou responder minha questão central. Para Clausewitz, a guerra é a continuação da política por outros meios. Outros pensadores divergem dele, mas não deixam de pensar essa relação entre a política e a guerra. Política é poder e dominação. Como os trabalhadores se organizaram diante disso para tomar o poder?

Não pretendo apontar certezas para hipóteses que não teria como testar: não acredito que poderei afirmar que o futuro do movimento revolucionário teria sido outro caso uma ou outra decisão tivesse sido tomada, ainda que possa ficar propensa a dizer. Não julgarei como inocentes ou culpados, muito menos como responsáveis pela derrota.

Algumas perguntas podem não ter respostas, de toda a forma, buscar respondê-las traz esclarecimentos sobre essas e muitas outras questões. E a própria história da França mostra que os problemas dos *communards* não eram novos, eram, talvez, apenas apresentados de outras formas. Já Marx falava da tragédia e da farsa. Não penso, portanto, que os problemas da atualidade sejam tão novos assim – ainda que não sejam iguais.

2. Dominação e emancipação

a. Política e Estado

É contra o governo e o Estado que se ergue a Comuna. Contra sua centralização, burocratização e especialização, voltadas para os interesses das classes dominantes e tradicionalmente governantes na França. A Comuna apresenta outra configuração da política e mesmo do Estado, por isso há quem afirme, como Balibar, que ela foi um *não-Estado*. As transformações pelas quais a organização política de Paris passará evidencia que a Comuna foi a antítese do Império, como mostra Marx. Ela vem do Império, nasce de seu ventre, mas se opõe a ele.

O Império Napoleônico era centralizado, concentrado em si mesmo e burocratizado. Baseado numa organização militar e suas honrarias, já não é o mesmo Estado anterior à revolução francesa, todavia, contém muito de seus antigos privilégios sob outras formas. Opondo-se a ele, a Comuna trazia nela uma nova prática e outra organização. As medidas que tomou na esfera política são apontadas como o seu avanço mais radical: democracia direta, corpos de trabalho concentrando os poderes executivo e legislativo, organização em conselhos, ampla participação política, povo em armas. Por vezes, ela se apropria e ressignifica termos que a monarquia e o império transformaram em “palavras vazias”, ou mecanismos de legitimação de um poder comprometido com as antigas estruturas, como o sufrágio universal²⁴.

Mas a que prática política ela se opõe? Se ela busca realizar e aprofundar a revolução ao social, em uma luta contra a burguesia, qual Estado que ela estaria destruindo? Não pretendo fazer uma abordagem aprofundada sobre o Estado e toda sua complexidade. O objetivo é apenas apresentar, brevemente, a compreensão de política e a crítica ao Estado Moderno, burguês e capitalista, que se apresenta como uma organização especializada capaz de ordenar a sociedade, mas que não pode solucionar seus conflitos sem eliminar a si mesmo.

O que seria “política” para Marx? Em obras como o *Manifesto do Partido Comunista*, Marx afirma que política é poder e, portanto, opressão – o que daria à política um sentido negativo. Em outros escritos, reconhece a importância do movimento e da ação política – que ele diferencia do que é meramente econômico. Marx identifica a “Comuna” como uma forma

²⁴ O sufrágio universal na Comuna refere-se à participação masculina. A Comuna foi um movimento de seu tempo e ainda que as mulheres tivessem cada vez mais voz e influência, elas não podiam ser candidatas ao Conselho da Comuna. O próprio proudhonismo reforça essa postura de exclusão das mulheres.

política, um momento de transição, a ditadura do proletariado. Percebe a necessidade de um governo dos trabalhadores – ou do Estado proletário, como escreve Lênin - e, portanto, não é contra toda e qualquer forma de governo – mesmo que esse governo seja provisório. A política seria o elemento que oprime, mas apenas a luta política – enquanto resistência, organização e ação – poderia realizar a emancipação.

Marx e Engels não dissociam a política das relações sociais. Em seu conhecido *Prefácio para a crítica da Economia Política*, Marx afirma que a sociedade é formada por uma estrutura econômica, onde se encontram a produção social da existência, as relações sociais de produção (necessárias e independentes da vontade humana) e o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais; e a superestrutura política (decisão), jurídica (normatização) e a consciência social.

As forças produtivas materiais são o conjunto das forças que somadas permitem a produção da vida. Há três fatores que se combinam para dar “um certo grau” de desenvolvimento das forças produtivas: a natureza (da onde vêm a matéria), o ser humano e o “saber fazer” (conhecimento). Daí a importância que Marx dá à economia, termo que vem de *oikos* – casa (esfera da produção da existência). Apesar da metáfora, Marx compreende o mundo como uma totalidade. O ser social determina a consciência e as relações sociais de produção não são determinadas pela vontade dos seres humanos, ainda que estes sejam sujeitos históricos.

Nessa relação e organização social, a política exerce um papel destacado de decisões e reprodução das relações sociais: daí sua atuação repressora. É um “lugar” de confronto, embate e luta. Para Serge, a repressão é uma das funções essenciais de todo o poder político e é a polícia a organização através da qual essa função é exercida: a tarefa da polícia seria vigiar, conhecer e prevenir.

Chasin vai realizar a crítica ontológica à política, mostrando que a politicidade é incapaz de promover o caminho que conduza à emancipação humana. A política não seria um atributo necessário do ser social, mas contingente no seu processo de auto-entificação.

Chasin evidencia que Marx é levado a compreender a ‘força política como força social pervertida e usurpada, socialmente ativada como estranhamento por debilidades e carências intrínsecas às formações sociais contraditórias, pois ainda insuficientemente desenvolvidas e, por consequência, incapazes de autorregulação puramente social’ (J. Chasin, *Marx – estatuto ontológico e resolução metodológica*, editora ensaio, São Paulo: 368) (Silva, 2000, p. 3)

Chasin (2000: 103) afirma que a leitura dos *Materiais Preparatórios* de Marx para a elaboração de *A guerra civil na França*, mais especificamente do capítulo O Caráter da Comuna, “oferece a explícita determinação do estado e da política em geral como ‘meio orgânico de ação’”.

Enquanto a política é esse espaço da discussão, decisão e repressão, o Estado é a organização especializada para o exercício dessa decisão e repressão, para amortecer a luta de classes presente na sociedade. “Para o marxismo, a política é o lócus dos conflitos pela apropriação do poder político, o poder organizado sob sua forma estatal” (Bianchi, 2007, p. 41).

Segundo Lênin, o Estado é o produto e a manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe. Em *O Estado e a revolução*, onde analisa a obra de Marx e sua análise da Comuna, aprofunda sua crítica ao estado burguês, que deveria ser destruído. Diferencia este Estado do Estado proletário, erguido sobre novas bases e que tenderia ao definhamento.

Saes (1987) afirma que Marx teria apresentado diferentes tipos de Estado, que correspondem a tipos diversos de relações de produção: o Estado capitalista ou burguês, o Estado antigo, o Estado feudal e o Estado asiático²⁵. A base de sustentação dessa diferenciação realizada por Saes pode ser verificada no *Prefácio*: “Nas suas grandes linhas, os modos de produção asiático, antigo, feudal e, modernamente, o burguês podem ser designados como épocas progressivas da formação económica e social” (Marx, 1859).

O Estado e suas manifestações, as formas de governo e regime, variam e podem apresentar-se de diferentes maneiras. É a análise de cada momento histórico com suas relações que permitirá compreender como Estado e política configuram-se. Para Bianchi (2007: 61) “a descrição feita por Marx do desenvolvimento histórico do Estado francês revelou que, sob um mesmo fundamento de classe, este pôde assumir uma multiplicidade de formas determinadas pela relação de forças entre as classes”.

Segundo Saes (199, p. 16), “o Estado, em todas as sociedades divididas em classes (escravista, feudal ou capitalista), é a organização especializada (= o ‘poder especial de repressão’) na função de moderar a luta entre as classes antagônicas, garantindo por esse modo a conservação da dominação de classe ou, por outra, o conjunto das instituições (mais ou menos diferenciadas, mais ou menos especializadas) que conservam a dominação de uma classe por outra”.

²⁵ “Numa passagem do Terceiro Livro de *O Capital*, Marx define, de modo concentrado, a natureza da correspondência entre forma política e relações de produção” (Saes, 1994, p. 17). Além de *O Capital*, em outros livros, como *A Ideologia Alemã*, Marx evidencia esta correspondência.

Para além de sua função repressiva, ele possui uma organização. Assim, o elemento função não é o único para conceituá-lo, ele é uma organização especializada; um poder especial de repressão, um grupo de homens especiais para os quais reservam a denominação funcionários, o qual teria a função oculta ou latente de amortecer o conflito de classes e frustrar a revolução social encoberta pela sua função expressa e declarada de “defender uma certa comunidade étnica contra os 'bárbaros' (Mundo Antigo), a de realizar na Terra, os desígnios de Deus (Mundo Medieval) ou a de satisfazer aos interesses do povo-nação (Mundo Contemporâneo)” (Saes, 1987, p. 14).

Bianchi, analisando Marx, afirma que, “como *máquina* de dominação, o Estado é dotado de *ferramentas* institucionais – exército permanente, polícia, burocracia, clero e magistratura – criadas ‘de acordo com um plano de divisão sistemática e hierárquica de trabalho’ (Marx, 1968: 60)” (2007, p. 59).

Uma análise histórica sobre a origem do Estado pode ser encontrada em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Engels, onde ele analisa a organização gentílica e como ela teria dado origem à sociedade de classes. O autor afirma que o surgimento da propriedade privada teria possibilitado o surgimento de relações sociais baseadas na exploração: a escravidão seria a primeira delas. O Estado surgiria como órgão de dominação de classe, em virtude da necessidade de conter os antagonismos de uma sociedade dividida entre exploradores e explorados. O Estado caracterizar-se-ia pelo agrupamento dos seus súditos de acordo com uma divisão territorial e pela instituição de uma força pública, que já não mais se identificaria com o povo em armas.

Diversos autores lançaram-se na tarefa de compreender e aprofundar a teoria de Marx acerca do Estado e da política, entre eles Lênin, Gramsci, Lukács, Althusser e Poulantzas. Veja-se que, por Marx não ter escrito uma obra específica sobre o Estado, há inclusive discussões no sentido da existência ou não de uma teoria marxista de Estado (Bobbio, por exemplo, afirma que não há uma teoria marxista de Estado) ou da existência de uma teoria política em Marx. Colletti (1974) afirma que o marxismo é carente de uma verdadeira teoria política.

Todavia, Marx teria deixado tantos “estudos políticos” que apenas isso já contribuiria para compreender sua concepção de Estado. Alguns pensadores, como Althusser, acreditam haver uma ruptura entre o jovem Marx (obras de 1843-1844) e o velho Marx, chegando a

afirmar a existência de textos pré-marxistas e propriamente marxistas²⁶. Entretanto, parto da noção de que autor, no decorrer de sua vida, vai aprofundando seus estudos e elaborando sua teoria, o que tem reflexos em sua obra. Se o velho Marx evidencia o papel das classes na sociedade e sua relação com o Estado, onde a burocracia é um instrumento político das classes exploradoras e os poderes Executivo e Legislativo são formas distintas de exercício do poder político pela classe dominante; o jovem Marx evidencia a separação entre as esferas sócio-econômica e política, ou seja, a existência de um Estado que se apresenta separado da sociedade civil (influência de Hegel), expressão da alienação política – ao homem não é possível ver-se enquanto homem, perdendo sua essência de ser social.

Em obras da dita juventude, Marx sustenta que o Estado é uma comunidade ilusória que deveria representar a vontade geral. Entretanto, em seus estudos vai afirmar que a vontade geral, no capitalismo, não existiria - já que a sociedade é dividida em classes. Assim, a separação entre a esfera econômica e a política não retira do Estado seu caráter de classe, mas possibilita que ele se apresente, de forma ilusória, enquanto defensor da vontade geral.

Marx sustenta que a revolução francesa rompe com a antiga sociedade, caracterizada pelo feudalismo, onde os elementos da vida civil estavam elevados a elementos da vida estatal; ela quebra estes privilégios, tirando-os da vida estatal. Em *A questão judaica*, Marx diferencia a emancipação política - que seria incompleta, posto que só política - da emancipação humana. Com a emancipação política, o Estado passa a considerar a todos como iguais, independente da religião, do nascimento ou dos privilégios de classe, tal qual se dava com os senhores feudais. Este Estado emancipado não contém, nele mesmo, os privilégios: é o Estado real.

Entretanto, o Estado real, que já não possui uma religião, não a abole na realidade. O seu deslocamento em relação ao Estado, sua transferência à sociedade civil, constitui a consagração da emancipação política. Da mesma forma, a quebra de privilégios, a abolição, no próprio Estado, das diferenças de nascimento, não extingue essas diferenças na própria sociedade burguesa. A anulação política da propriedade privada – e isto quer dizer que o Estado já não exige que se tenha a propriedade para “fazer parte” dele - não a destrói, mas a pressupõe. O Estado Moderno anula, a seu modo, as diferenças de nascimento, status social, propriedade, etc, mas deixa que elas atuem, a seu modo – como propriedade privada, como status, etc. Longe de acabar com as diferenças de fato, ele existe sobre tais premissas, fazendo-se valer como generalidade em contraposição a estes elementos seus.

²⁶ Saes (1994) chega a afirmar que em cada um dos blocos está presente uma concepção determinada de Estado. Sobre este debate, ver “Do Marx de 1843-1844 ao Marx das Obras Históricas: duas concepções distintas de Estado”.

A revolução política libertou o político; a atividade determinada de vida e a situação de vida determinada passaram a ter um significado puramente individual: deixaram de representar a relação geral entre indivíduo e o conjunto do Estado – as diferenças da sociedade civil já não mais se transferem para o Estado. Logo, a constituição do Estado político (e não mais religioso, já que, segundo Marx, o Estado cristão – o Estado antes da revolução política - reconhece somente privilégios) e a desagregação da sociedade civil em indivíduos independentes, cuja relação se baseia no direito (e não nos privilégios) – os direitos do homem aparecem como direitos naturais -, se processa num só e mesmo ato. A revolução política, então, deixa a sociedade civil nos seus elementos constitutivos, entretanto, sem revolucionar estas partes nem submetê-las à crítica.

Se antes o Estado tratava com classes, corporações – os senhores feudais relacionavam-se com o Estado como senhores feudais -, agora o Estado passa a tratar com indivíduos, que estão na condição de iguais, ainda que não estejam, de fato (ou nas próprias relações sociais), na condição de iguais na sociedade burguesa. E o avanço se dá, justamente, porque “tirar” as classes, ou seja, fazer com que o Estado não se relacione mais com senhores feudais e servos, mas com cidadãos, é um passo para se chegar ao fim das classes na realidade (ou seja, abolir as classes também nas relações sociais). Ora, a emancipação política é a redução do homem, de um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente e, de outro, a cidadão do Estado, à pessoa moral.

Primeiramente, evidencia-se o individualismo presente na sociedade burguesa, o qual se dá na realidade, nas próprias relações sociais. É o indivíduo que vende sua força de trabalho em troca de um salário. Mas um indivíduo que pertence a uma classe, tal qual Marx mostrará em suas obras seguintes, a qual existe na realidade da sociedade civil, classe essa que é produto das relações sociais de produção, com interesses próprios. Quando considera a sociedade burguesa separada do Estado, Marx não quer dizer que o Estado “paira no ar” e que não tem sequer relação com ela. Marx evidencia este traço da sociedade burguesa que surge que, em termos políticos – e jurídicos –, “considera” a todos como iguais, um Estado que se apresenta como de todos e que permite a participação de todos. E essa é uma presença e participação real. Mas, ainda que o Estado se relacione com cidadãos nestas condições, ele não deixa de ser de uma classe, da classe dominante. Como vai afirmar no *Manifesto do Partido Comunista*, o Estado é um órgão de dominação de classe, e o Executivo no Estado Moderno é um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.

Neste sentido, indivíduos de todas as classes podem estar em seus três poderes, mas o Estado permanece tendo por função moderar, amortecer a luta de classes, reprimindo a classe

dominada e garantindo a continuação da ordem. Daí que, se perante o Estado, há cidadãos, estes estão inseridos em classes sociais, possuidoras de interesses antagônicos e em luta. E a luta de classes está, também, no Estado, ainda que ele seja “formado” por indivíduos – e, enquanto a classe burguesa permanece dominante, seja ideológica, política ou economicamente, impõe sua hegemonia. Assim, a classe burguesa não está em condição de igualdade com o proletariado, nem em termos políticos, econômicos ou ideológicos, mesmo que o Estado permita que qualquer cidadão seja eleito, seja ele burguês ou trabalhador. E o Estado de todos, que já não trata mais com senhores e servos, mas com cidadãos – “livres” e “iguais”, não está alheio às diferenças existentes na sociedade burguesa, nem às classes sociais. Daí afirmar que a contradição existente entre o poder político prático do judeu e seus direitos políticos é a contradição entre a política – que predomina idealmente - e o poder do dinheiro em geral – que predomina na prática.

O Estado passa a ser o espaço do universal, em contraposição à sociedade burguesa que é o espaço do particular. A sociedade burguesa tem por base os indivíduos, e estes – enquanto cidadãos - irão se expressar perante o Estado. Pois é perante o ele que atua o cidadão - aquele que tem que pensar no universal, o qual é, por fim, um homem abstrato; enquanto é na sociedade burguesa que atua o homem real, um homem que é egoísta. De acordo com Marx, o homem da sociedade burguesa é um homem não-político, pois atua segundo seus próprios interesses. O ser humano é fragmentado em um homem que, perante a sociedade burguesa (nas suas relações econômicas e sociais), é egoísta; e o homem que, perante o Estado (na comunidade), pensa – ou deveria pensar - no universal. “Deveria”, pois ainda que Marx considere que o espaço da política e do Estado é o espaço do público, do universal, “do pensar em todos”, ele afirma que o poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão da outra. Neste sentido, enquanto cidadão, o homem precisaria se despir de seus interesses egoístas – o que ele não consegue fazer.

Ora, Marx chama a atenção justamente para esse caráter contraditório do homem fragmentado: para o judeu ser reconhecido perante o Estado, ele tem que deixar de ser judeu – ao menos perante o Estado, que é separado da religião e se propõe a tratar a todos como iguais (faz-se referência aqui aos estados laicos e, portanto, que já admitem e reconhecem a separação entre estado e religião). O judeu pode ser judeu em sua esfera privada, mas quando se relaciona com o Estado é um cidadão como qualquer outro, cristão ou ateu, e não um judeu. Daí a cisão: o homem individual é religioso, enquanto o homem “genérico” não é. O Estado, então, é estranho ao ser humano. Neste sentido, se o Estado abole as diferenças, ele abole perante ele, pois elas permanecem; o que faz com que o Estado só possa se apresentar como

universal em oposição às diferenças da sociedade burguesa, ou seja, não reconhecendo as diferenças que existem na própria realidade. Marx, então, afirma que a diferença entre o homem religioso e o cidadão é a diferença entre o comerciante e o cidadão, entre o trabalhador e o cidadão, entre o indivíduo vivendo e o cidadão. A contradição entre o homem religioso e o homem político é a mesma contradição que existe entre o *burguês* e o *cidadão*, entre o membro da sociedade burguesa e sua aparência política. A consagração do idealismo do estado era, simultaneamente, a consagração do materialismo da sociedade burguesa.

Chasin sustenta que a crítica ontológica da política permite conhecer o significado maior do ideário marxiano: a distinção necessária entre revolução política e emancipação humana. Em *Notas marginais críticas ao artigo 'O Rei da Prússia e a Reforma Social. Por um Prussiano'*, de 1844, Marx afirma que o Estado está baseado na contradição entre a vida pública e a vida privada, na contradição entre interesses gerais e interesses particulares. O Estado não pode eliminar a contradição entre a finalidade e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e capacidade, de outro, sem eliminar a si mesmo, já que se baseia nessa contradição. A administração deve restringir-se, por isso, a uma atividade formal e negativa, pois onde a vida burguesa e o seu trabalho começam, acaba o seu poder.

Marx (1844) afirma que a lei natural que governa a administração é a impotência, esta vileza, esta escravidão da sociedade civil é o fundamento do estado moderno. “Se o estado moderno quisesse abolir a impotência de sua administração, teria de abolir a vida privada contemporânea. E para abolir a vida privada, teria de abolir a si mesmo, pois ele existe apenas em oposição à vida privada”.

O Estado Moderno diferencia-se das outras formas de Estado e sua característica é, justamente, ser esse espaço do universal, dos interesses gerais. Mas o Estado não tem como realizar os interesses “de todos”, não tem como ser essa universalidade. Opondo-se à noção de “interesse público”, em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels afirmam que o interesse público nada mais seria que os interesses de uma classe, que reafirma seu interesse como o de toda a sociedade. A classe dominante, para realizar seu propósito, é obrigada a apresentar o seu interesse como o interesse de todos os membros da sociedade; ela tem que dar às suas ideias a forma de universalidade e apresentá-las como as únicas e universalmente válidas. Nesse sentido, se o parlamento é criado para agir em nome do “povo”, se a classe dominante apresenta o seu interesse como o de toda a sociedade, esse interesse de toda a sociedade “esconde” o seu próprio interesse – que acaba sendo passado como interesse de todo o povo.

No *Grundrisse*, Marx diferencia o capitalismo das formas pré-capitalistas por estas se caracterizarem por modos extraeconômicos de extração de mais-valia. Resgatando a análise

de Marx, Wood (2003) argumenta que, nas formas pré-capitalistas, a coação política, legal ou militar, obrigações ou deveres tradicionais, determinam a transferência de excedentes para um senhor ou para o Estado por meio de serviços prestados, aluguéis, impostos. No capitalismo, as funções sociais de produção e distribuição, extração e apropriação de excedentes, e a aplicação do trabalho social são, de certa forma, privatizadas e obtidas por meios não autoritários e não políticos.

A organização capitalista de produção pode ser considerada o resultado de um longo processo em que poderes *políticos* se transformaram gradualmente em poderes *econômicos* e foram transferidos para uma esfera independente. A organização da produção sob a autoridade do capital pressupõe a organização da produção e a reunião de uma força de trabalho sob a autoridade de formas anteriores de propriedade privada. O processo pelo qual essa autoridade da propriedade privada se afirmou pela reunião nas mãos do proprietário privado, e para seu próprio benefício, do poder de apropriação e da autoridade para organizar a produção, pode ser visto como a privatização do poder político. A supremacia da propriedade privada absoluta parece ter se estabelecido em grande parte por meio da devolução política, a apropriação pelos proprietários privados de funções originalmente investidas na autoridade pública ou comunitária (grifos no original) (Wood, 2003, p. 40).

O feudalismo ocidental resultou da fragmentação, parcelização e privatização do poder político. “O poder de Estado cuja fragmentação produziu o feudalismo ocidental já havia sido substancialmente privatizado e investido na propriedade privada” (Idem, p. 41). Na forma de administração imperial que precedeu o feudalismo no ocidente, o poder imperial era exercido não tanto por meio da hierarquia de funcionários burocráticos mas por meio de uma confederação de aristocracias locais, um sistema municipal dominado por proprietários privados locais, cuja propriedade lhes oferecia a autoridade política assim como o poder de apropriação de excedentes. A relação entre apropriadores e produtores era uma relação entre indivíduos, os donos da propriedade privada e os indivíduos de cujo trabalho eles se apropriavam.

Com a dissolução do Império Romano e o fracasso dos Estados sucessores, o Estado imperial foi transformado em fragmentos nos quais os poderes político e econômico ficaram unidos nas mãos dos senhores privados cujas funções políticas, jurídicas e militares eram ao mesmo tempo instrumentos de apropriação privada e de organização da produção. “A descentralização do estado imperial foi seguida pelo declínio da escravidão e de sua substituição por novas formas de trabalho dependente”. A fragmentação do Estado, o fato de serem as relações feudais a um só tempo um método de governo e um modo de exploração,

significou também que muitos fazendeiros livres passavam a se tornar, junto com suas propriedades, súditos de senhores privados, abrindo mão de trabalho excedente em troca de proteção pessoal, numa relação de dependência que era política e econômica. A natureza particular da relação da exploração no feudalismo e a fragmentação do Estado afetaram a configuração do poder de classe, tornando mais desejável e possível que os apropriadores privados expropriassem os produtores diretos.

A característica essencial do feudalismo foi, portanto, a privatização do poder político que significou uma integração crescente da apropriação privada com a organização autoritária da produção. O desenvolvimento do capitalismo a partir do sistema feudal aperfeiçoou essa privatização e essa integração – pela expropriação completa do produtor direto e pelo estabelecimento da propriedade privada absoluta. Ao mesmo tempo, esses desenvolvimentos tiveram como condição necessária uma forma nova e mais forte de poder público centralizado. O Estado tomou das classes apropriadoras o poder político direto e os deveres não imediatamente associados à produção e à apropriação, deixando-as com poderes privados de exploração depurados de funções públicas e sociais (Idem, p. 43).

Ainda que pareça contrastante que o capitalismo represente a privatização última do poder político e que ele é um sistema caracterizado pela diferenciação entre o econômico e o político, ambas as afirmações se complementam. Há um contraste entre o capitalismo - o qual é marcado por uma esfera econômica especializada e por modos econômicos de extração de excedente, mas também por um Estado central com um caráter público -, e a parcelização do poder de Estado que une os poderes político e econômico privados nas mãos do senhor feudal. Neste sentido, o capitalismo tem a capacidade única de manter a propriedade privada e o poder de extração de excedentes sem que o proprietário seja obrigado a brandir o poder político direto no sentido convencional. “A expropriação do produtor direto simplesmente torna menos necessário o uso de certos poderes políticos diretos para a extração de excedentes, e é isso exatamente o que significa dizer que o capitalista tem poderes econômicos, e não extra-econômicos, de exploração” (Idem, p. 43).

No capitalismo, o trabalhador é “livre”, pois não está numa relação de dependência ou servidão; a transferência da mais-valia e a apropriação dela por outra pessoa não são condicionadas por nenhuma relação extra-econômica. Ao mesmo tempo, o controle exercido pelo capital é imposto pelas exigências impessoais da produção mecanizada e da integração tecnológica do processo de trabalho. O capital tem à sua disposição novas formas de coação puramente econômicas.

O controle capitalista é exercido de diversas formas, desde a organização mais despótica da produção até graus variáveis de “controle dos trabalhadores”. A vida humana, então, é atraída para uma órbita do processo de produção. Isto evidencia a existência de uma esfera econômica e de leis econômicas diferenciadas, mas também uma transformação da política, já que a integração da produção e da apropriação representa a 'privatização' final da mesma, pois funções antes associadas a um poder político coercitivo estão alojadas na esfera privada como funções de uma classe apropriadora privada, isentas das obrigações de atender a propósitos sociais. “Em outro sentido, representa a *expulsão* da política das esferas em que sempre esteve diretamente envolvida” (grifo no original) (Idem, p. 46).

A esfera política, portanto, apresenta-se como separada da esfera econômica. A esfera política no capitalismo tem um caráter especial porque o poder de coação que apóia a exploração capitalista não é acionado diretamente pelo apropriador nem se baseia na subordinação política ou jurídica do produtor a um senhor apropriador. Assim, “somente quando sai para a rua, o conflito de classes se transforma em guerra aberta, principalmente porque o braço coercitivo do capital está instalado fora dos muros da unidade produtiva. O que significa que confrontações violentas, quando acontecem, não se dão geralmente entre capital e trabalho. Não é o capital, mas o Estado, que conduz o conflito de classes quando ele rompe as barreiras e assume uma forma mais violenta. O poder armado do capital geralmente permanece nos bastidores; e quando se faz sentir como força coercitiva pessoal e direta, a dominação de classe aparece disfarçada como um Estado 'autônomo' e 'neutro’” (Idem, 2003, p. 47).

A propriedade privada absoluta, a relação contratual que prende o produtor ao apropriador, o processo de troca de mercadorias exigem formas legais, aparato de coação e as funções policiais do Estado. O correlato dessas formas econômicas e jurídico-políticas privadas é uma esfera política pública especializada.

Com a separação entre o político e o econômico, podem-se fazer concessões políticas que não cheguem a afetar a esfera econômica. Da mesma maneira, o Estado pode ser visto como alheio à luta de classes, pode aparentemente pertencer a todos, por meio do sufrágio universal, apropriador e produtor, sem que se usurpe o poder de exploração do apropriador. Apesar de “separado” da economia, o Estado intervém nela.

Mas foram estas transformações, foi a criação da soberania individual, o surgimento do indivíduo, que possibilitaram que a multidão trabalhadora entrasse na comunidade política. O processo histórico que gerou a ascensão do capitalismo e juntou o trabalhador assalariado “livre e igual” ao corpo de cidadãos, foi o mesmo processo em que os camponeses foram

desapossados e desenraizados, arrancados de sua propriedade e de sua comunidade, com seus direitos comuns e costumeiros. A multidão trabalhadora entrou para a “comunidade de cidadãos” como um agregado de indivíduos isolados, sem propriedade e roubados das solidariedades comunitárias.

É interessante observar como os trabalhadores de Paris, nos clubes, agiram no tocante a essa “separação” entre o político e o econômico e como a noção e defesa da revolução social foi sendo fortalecida. As questões políticas eram proibidas, não podiam ser discutidas nos clubes. Isso foi fazendo com que os participantes dos clubes tratassem de maneira mais transparente as questões como sociais ou econômicas – para fugir da proibição. Por isso a noção de revolução social, que transferisse a suposta igualdade conquistada legalmente – e no Estado – pela revolução francesa, que seria *a política*, para as relações sociais de produção, ou seja, sociais. O ponto é que a relação entre o político, o econômico e o social possui uma complexidade que vai além de dizer que há uma separação entre eles.

Um Estado forte e centralizado é posto “acima” e distante dos indivíduos isolados. Marx entende que a Revolução Francesa de 1789, com a tarefa de quebrar todos os poderes independentes, a fim de estabelecer a unificação civil da nação, tinha forçosamente que desenvolver a centralização e, ao mesmo tempo, a extensão, os atributos e os agentes do poder governamental. Napoleão aperfeiçoara a máquina do Estado. Marx afirma, então, que todo o interesse comum (*gemeinsame*) era imediatamente destacado da sociedade, contraposto a ela como um interesse superior, geral (*allgemeins*), subtraído à atividade dos próprios membros da sociedade e transformado em objeto da atividade do governo. Sustenta, ainda, que os antigos privilégios dos grandes proprietários de terras e das cidades, quebrados com a Revolução Francesa, transformaram-se em “privilégios modernos”, ou seja, outros atributos do poder de Estado; os dignatários feudais transformaram-se em funcionários pagos, e os poderes absolutos feudais em conflitos entre si, no plano regular de um poder de Estado cujo trabalho está dividido e centralizado como numa fábrica.

O Estado “aumenta” e isso se refere ao “aumento” do poder executivo, que está submisso ao chefe da república ou, no caso da França de *Bonaparte* (seja o primeiro ou o segundo), ao Imperador. Um poder executivo com uma imensa organização burocrática e militar, com sua extensa e engenhosa máquina de Estado, abrangendo inúmeros funcionários e tropas regulares, um “corpo de parasitas”, segundo Marx.

É o poder executivo que põe a máquina do Estado para funcionar, enquanto no parlamento discute-se: o regime parlamentar debate, entregando tudo à decisão das maiorias *parlamentares*. É pelo parlamento que a burguesia exerceria, enquanto classe, sua dominação

política. É o lugar de debate entre as diferentes classes ou frações de classe. Mas, quando as discussões no parlamento ou o conflito entre ele e o executivo acabam por gerar uma crise política, podendo afetar a ordem como um todo, então as concessões são feitas. Não apenas concessões de classe mas a própria possibilidade de fechar o parlamento. Apesar dos conflitos, as diferentes frações da classe burguesa, em momentos de crise, cedem e conciliam, a fim de garantir a manutenção da ordem. O regime parlamentar e o sufrágio universal são suprimidos para manter a sociedade burguesa. A lei do valor não pode ser ameaçada.

Em função das transformações pelas quais a sociedade capitalista passou, também em termos políticos, Gramsci (1989) desenvolve o conceito de Estado ampliado, entendendo como Estado tanto a sociedade civil – os aparelhos privados de hegemonia – como a sociedade política. Aquela se relaciona mais com o âmbito do convencimento e esta com o da coerção. Para Gramsci, a hegemonia está coligada com a ideologia, ou seja, configura-se no predomínio ideológico dos valores e normas burguesas sobre as classes subalternas. Ela é um processo de luta. Daí a disputa de hegemonia no Parlamento entre membros da própria classe dominante, a qual se unifica na defesa da ordem, ainda que seus diferentes setores possam ter interesses conflitantes.

Althusser (2003) afirma que o sistema político, os diferentes partidos, etc são aparelhos ideológicos de Estado, que se diferenciam do aparelho político do Estado - chefe de Estado, governo e administração - (o qual é uma parte do aparelho repressivo de Estado). O que permitiria falar do sistema político como um aparelho ideológico de Estado é a ficção, que corresponde a uma certa realidade, de que as peças desse sistema, assim como seu princípio de funcionamento, apoiar-se-iam na ideologia da liberdade e da igualdade do indivíduo eleitor, na livre escolha dos representantes do povo pelos indivíduos que compõem esse povo, em função da ideia que cada qual faz da política que o Estado deveria seguir. Ficção porque a política do estado estaria determinada, em última instância, pelos interesses da classe dominante na luta de classes. Althusser argumenta que foi sobre a base dessa ficção que se criaram os partidos políticos, aos quais cabe expressar e representar as grandes opções divergentes da política nacional. Toda a ideologia burguesa, desde a jurídica até a moral, sustenta a evidência dos direitos do homem, que cada indivíduo é livre para escolher em política suas ideias e o âmbito de sua atuação e que a vontade geral sai das urnas; quando, em definitivo, a única coisa que faz sempre é a política classe dominante.

Poulantzas analisa o Estado burguês, mostrando o duplo efeito da sua estrutura jurídico-política sobre os agentes da produção: efeito de isolamento e de representação da

unidade. O Estado burguês, então, coloca o produtor direto como sujeito individual, dotado de vontades e de direitos e neutraliza a tendência dos produtores diretos de se unirem em classes.

Desenvolvendo a teoria de Poulantzas, Saes afirma que, sobre o produtor direto, operam duas tendências permanentes e em luta: ao isolamento e à ação coletiva, determinada pela contradição objetiva do processo de trabalho típico da grande indústria moderna, qual seja, a oposição entre a independência e a dependência do produtor direto no capitalismo. A tendência do produtor direto ao isolamento só pode predominar se houver uma esfera que neutralize a tendência oposta (à ação). Esse efeito neutralizante provém da esfera do Estado, que pode ser qualificado como burguês quando cria as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalistas, o que faz desempenhando duas funções, relacionadas com o duplo efeito apontado por Poulantzas.

Uma das funções é individualizar os agentes da produção, mediante a sua conversão em pessoas jurídicas, isto é, sujeitos individuais aos quais se atribuem direitos e uma vontade subjetiva: “Essa individualização confere à troca desigual entre o uso da força de trabalho e o salário a forma de um ato de vontade realizado por iguais: isto é, um contrato de compra e venda de força de trabalho. Uma vez imposta ao produtor direto a definição da prestação do sobretrabalho como um ato de vontade, essa troca desigual pode se renovar continuamente, sem que seja necessário o exercício de uma coação extra-econômica (isto é, uma coação distinta daquela exercida pela pura necessidade vital) sobre o produtor direto” (Saes, 1994, p. 29). Esta primeira função produz efeitos tanto sobre o produtor direto como sobre o proprietário dos meios de produção.

A outra função é “neutralizar, no produtor direto, a tendência à ação coletiva, decorrente do trabalho socializado do processo de trabalho, e determinar, por esse modo, a predominância, no produtor direto, da tendência ao isolamento, decorrente do caráter privado assumido pelos trabalhos nesse processo”. (Saes, 1994, p. 30). Essa função produz, fundamentalmente, efeitos sobre o produtor direto; ele a faz organizando um coletivo oposto e diferente, o povo-nação, que unifica os agentes a produção já isolados no mercado ou no processo de trabalho e reproduz esse isolamento, ao impedir a formação de um coletivo na esfera da produção. Esta coletividade define-se como o interesse comum, de todos os agentes da produção, em que se estabelecerem como habitantes de um território. Ao implantar a coletividade nacional, o Estado burguês define todos os agentes da produção como iguais, na condição de habitarem o mesmo território, e como indivíduos. Essa individualização, portanto, neutraliza a sua ação coletiva.

Partindo da análise de Pachukanis (direito) e Poulantzas (direito e burocratismo), Saes sustenta que o Estado burguês possui duas partes²⁷: o direito e o burocratismo. O direito burguês, diferentemente dos tipos historicamente anteriores de direitos, confere um tratamento igual aos desiguais, definindo igualmente o proprietário dos meios de produção e o produtor direto como seres genericamente dotados de vontade subjetiva e, portanto, capazes de praticar os mesmos atos. Ao definir os agentes da produção como sujeitos, faz com que a troca desigual entre o uso da força de trabalho e o salário assuma a forma de uma troca de equivalentes, resultante do livre encontro de duas vontades individuais. É uma estrutura jurídica particular que cria as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalista.

O burocratismo abrange um conjunto particular de normas de organização do aparelho de Estado e os ramos do aparelho de Estado já organizados segundo tais normas (a Administração, o Exército e o Judiciário); é um sistema particular de organização das forças armadas e das forças coletoras do Estado, e deriva de duas normas fundamentais: não-monopolização das tarefas do Estado ou não-proibição do acesso a essas tarefas de membros da classe explorada (produtores diretos); e hierarquização das tarefas do Estado segundo o critério formalizado da competência. O direito burguês, com a individualização e a igualização, permite o acesso a membros das classes exploradas; e seu princípio abstrato (tratamento igual dos desiguais) só pode se tornar norma impositiva se aplicado por um corpo de funcionários organizados segundo as normas do burocratismo burguês. Este se diferencia da burocracia, que é a categoria social dos funcionários, civis ou militares. Saes entende que só uma burocracia organizada segundo as normas do burocratismo burguês pode unificar os agentes da produção, já isolados pelo direito burguês, no povo-nação e, assim, neutralizar a tendência dos produtores diretos a se constituírem em classe social.

Segundo Saes, o Estado burguês, portanto, é um tipo de Estado que pode adquirir diferentes formas e regimes políticos, ou seja, a forma pela qual o corpo de funcionários desempenha as atividades necessárias ao amortecimento do conflito de classes tem possibilidade de variação. Neste sentido, a classe exploradora pode, ou não, se fazer ouvir no processo de implementação das medidas que compõem a política de Estado. A expressão formas de Estado indica que qualquer tipo histórico de Estado pode organizar-se internamente de diferentes modos, podendo abrigar ou não órgãos de representação direta da classe exploradora. O Estado burguês pode possuir a forma ditatorial (representação puramente burocrática, ausência de representação política); a forma liberal-democrática (representação

²⁷ Esta análise é feita por Saes (1994).

fundada no sufrágio universal), a forma fascista ou corporativa (representação fundada nas corporações profissionais) e a forma plebiscitária (representação por plebiscito ou aclamação)²⁸.

Poulantzas analisa o tipo de Estado capitalista e as formas de Estado e de regime que ele pode ter. Para o autor, se todas as formas do modo de produção capitalista 'puro' implicam teoricamente em um político relativamente autônomo do econômico, o capitalismo privado implica em um Estado não-intervencionista e o capitalismo monopolista em um Estado intervencionista. Logo, as diferenças entre essas formas de Estado repousam precisamente nas formas específicas que assume a relação entre um econômico e um político relativamente autônomos, constituindo (essas relações) variáveis de uma invariante específica.

As formas de Estado dos diferentes estágios de uma formação capitalista, dominada por uma dessas formas do modo de produção capitalista, remetem às formas de Estado correspondentes a essas formas do modo de produção capitalista. Essas formas de Estado são caracterizadas por uma modificação específica da relação entre o político e o econômico. Formas de Estado podem apresentar-se sob diferentes regimes. Regime político é a relação entre o corpo de funcionários e os membros da classe exploradora no âmbito específico do processo de definição-execução da política de Estado. Assim, o Estado liberal pode ter a forma de regime monarquia constitucional (Grã-Bretanha) ou a forma de república parlamentar (França). O Estado intervencionista pode apresentar-se como regime presidencial americano, como regime parlamentar bipartidário inglês, como regime parlamentar multipartidário continental. Poulantzas sustenta que a divisão dos regimes políticos, no interior de uma forma de Estado, sobressai em primeiro lugar das coordenadas próprias do nível político.

Portanto, o Estado não é o mesmo nos diferentes países, ainda que o seja. Em *Crítica ao Programa de Gotha*, Marx afirma que o Estado se modifica com as fronteiras de cada país, mas que os diferentes Estados dos diferentes países civilizados têm em comum o fato de que todos eles repousam sobre as bases da moderna sociedade burguesa, tendo caracteres essenciais comuns. Ainda, argumenta que os impostos são a base econômica do Estado. Ao diferenciar o Estado prussiano dos demais estados, mostra que muitas das reivindicações que estariam no *Programa* já seriam realidade em outros Estados, que não o prussiano – como o sufrágio universal.

Assim configuram-se diferentes o Estado imperialista francês – contra o qual vão lutar os *communards*, da Rússia czarista ou dos estados da Alemanha. Mas o que há em comum

²⁸ Esta divisão é apresentada por Saes (1987, p. 49).

entre eles é dominação que exercem sobre as classes dominadas. E esses Estados já erguidos na sociedade capitalista também vão se diferenciar do Estado nas antigas sociedades feudais.

E nessas novas configurações de Estado, a questão nacional passa a exercer influência mesmo na postura das classes dominadas, já que, por vezes, a unidade nacional apresenta progressos – Marx mesmo era favorável à unidade nacional alemã em meados do século XIX. Todavia, é a unidade nacional o elemento capaz de criar unidade diante das classes antagônicas, sobrepondo-se a elas. É para realizar os anseios de toda a nação que os que estão no poder ali permanecem. E a defesa da nação passa a ocupar um papel tão fundamental que por vezes a autodeterminação de um povo acaba por ser confundida com independência nacional.

A nação camufla a divisão de classes de uma sociedade, criando um elo que justifique a aliança entre elas, contra um inimigo externo. E esse elo, essa unidade, existe, é real. Ao mesmo tempo, há uma união interna e há uma oposição entre os trabalhadores de diferentes países. Nos momentos de guerras externas e internas – como as Comunas na França durante a guerra entre a França e a Prússia – o apelo à nação e à união é amplamente utilizado para evitar que o povo se revolte contra o governo. Por outro lado, foi a existência dessa unidade que mostrou que o governo trairia seu “próprio povo”. A unidade nacional impulsiona movimentos de defesa e soberania e dá as condições para que essa defesa seja feita. E, principalmente, faz com que, aos olhos dos soldados, não faça sentido atirar contra seus “irmãos nacionais”.

Se o Estado é o braço armado que incide para garantir a ordem, a consciência é um braço não armado que faz o sujeito agir de uma determinada maneira. Ela também é o elemento que liberta.

b. Consciência: da reprodução à crítica

Segundo Duayer, crenças são convicções sobre a realidade²⁹ ou verdade de qualquer coisa e, nesse sentido, não há somente crenças verdadeiras ou falsas, há crenças mais ou menos elaboradas, mais ou menos complexas. É por meio de uma “totalidade articulada de crenças, ou sistema de crenças, que os sujeitos significam o mundo para si, criam para si um espaço de significação” (Duayer, p. 01).

²⁹ Vou utilizar a expressão realidade tendo como referência os autores aqui mencionados, reconhecendo o amplo debate, no campo da filosofia, no tocante ao termo.

Mas ser uma crença verdadeira ou falsa não significa existir ou não. Uma crença pode ser falsa, mas real – ela produz efeitos reais. A partir do momento que o ser humano nela crê, ele se guia como se ela fosse verdade. Logo, a crença falsa *existe*. Certas estruturas geram crenças falsas e requerem essas crenças falsas para sua reprodução. O fato de uma teoria “cumprir sua função” não significa que ela seja verdadeira, mas por mobilizar a prática do sujeito ela tem existência real.

Se a sociedade do capital é, como as demais, processualidade, ou se o seu caráter histórico é sua determinação essencial, é fácil constatar que o espaço de significação, ou a totalidade de concepções que ela pressupõe para a sua *reprodução*, apesar de *verdadeira*, no sentido de ser necessária para a reprodução, *não* captura aquela sua dimensão essencial – sua natureza histórica e, potencialmente, sua *transformação*. Portanto, as ideias dos agentes, apesar de verdadeiras no âmbito da mera reprodução da sociedade, são, naquele particular, substancialmente falsas, uma vez que suprimem a dimensão distintiva do humano – sua transitoriedade (Duayer e Medeiros, 2007, p. 7).

Marx admite a objetividade das categorias da Economia Política – elas são as categorias da economia burguesa, objetivas para este modo social de produção, historicamente determinado: a produção de mercadorias. Logo, “são formas de pensamento socialmente válidas, não importa se limitadas ou mesmo ilusórias, uma vez que expressam exatamente a forma como as relações sociais na produção aparecem para os sujeitos” (Duayer, p. 03).

Essas interpretações incompletas acerca da sociedade ocorreriam em virtude da própria lógica do capital, que faculta formas de interpretação do seu funcionamento, ou seja, as diferentes formas do capital permitem que o capitalismo seja visto e, portanto, interpretado, a partir apenas dessas formas, possibilitando que diversas concepções teórico-ideológicas possam captar elementos reais e verdadeiros desse funcionamento e tratá-los como se fossem a totalidade. A confusão entre a parte e o todo conduz a complicações teóricas e de compreensão da realidade. Parte e todo não se confundem, ainda que a parte contenha algo do todo e o todo contenha a parte.

Ao analisar as categorias da sociedade capitalista, Marx também apresenta os equívocos em que diferentes concepções teóricas incidem. A mistificação é uma forma de ver a realidade, que não é necessariamente falsa. Ela possui base real e é um desdobramento dialético do fetiche: nem todo fetiche é mistificação. Por exemplo, o dinheiro: o dinheiro vem para preencher uma necessidade, é uma forma de valor universal, mas ele não é riqueza, é falso, falso em si – trata-se de fetiche. A mistificação é um erro de representação, uma falsa consciência, ilusão propriamente dita. Salário é uma ideia falsa: ele *não* é o pagamento pelo dia de trabalho.

Mas essa mistificação não seria falsidade, e sim exasperação de uma parte (nível) do fenômeno, como se fosse o próprio fenômeno. As diferentes concepções teóricas da economia política, por pegar uma parte pelo todo, não compreendem a totalidade, daí seu caráter mistificador.

Para compreender a mistificação, é necessário diferenciar aparência de essência. A essência contém dentro de si a aparência, e ambas são reais. A aparência é forma de manifestação da essência.

A aparência não é resultado de um erro ou um engano do observador. Trata-se de uma das dimensões da realidade, tão real quanto a sua oposta, a essência. O erro não está na aparência e nem mesmo na interpretação que ela sugere, mas na crença de que a realidade tem uma só dimensão. O equívoco sobre o capitalismo consiste em pensar que a realidade é unidimensional, ou melhor, não saber de sua bidimensionalidade (Carcanholo, 2001, p. 03).

Ainda, enquanto a essência só é compreensível a partir da perspectiva da totalidade social, a aparência resulta diretamente da observação da realidade, mas de um ponto de vista particular, específico: do ponto de vista do ato individual e isolado. A aparência deriva direta e imediatamente de uma visão parcial ou isolada da relação social. Segundo Carcanholo, a relação entre um determinado empresário e um trabalhador não teria necessariamente de ser de exploração e muitas vezes não o é, de fato, na aparência.

E como a ação dos indivíduos na sociedade capitalista só os obriga (ou até os limita) à observação do ato individual e isolado, tendem a ser prisioneiros da aparência e da unidimensionalidade do real. Eles, na sociedade capitalista, não são facilmente capazes de observar a realidade de um ponto de vista global (Carcanholo, 2001, p. 03).

O autor sustenta que, apesar dessa relação entre aparência e essência, esta tem superioridade sobre aquela, posto que só ela é capaz de permitir a lógica e estruturada compreensão sobre nexos mais íntimos da realidade e porque a partir dela, com os instrumentos que fornece, é possível entender todas as características da aparência, bem como explicar a razão pela qual a aparência tem de ser como é. A dialética é característica do real e não da cabeça.

No livro I, de *O Capital* Marx sustenta que o caráter fetichista da mercadoria provém de sua forma, ou seja, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias. Assim, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, é determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquô os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais (Marx, 1996, p. 198).

Marx faz uma comparação com a religião, onde os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria. Isso se dá com a relação entre os homens. O fetichismo adere aos produtos do trabalho.

Os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas (Marx, 1996, p. 199)

E o dinheiro vela, em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, portanto, as relações sociais entre os produtores privados. O que compete a uma mercadoria enquanto coisa é o seu valor.

Essas fórmulas pertencem a uma formação social em que o processo de produção domina os homens e são consideradas pela consciência burguesa uma necessidade natural. Além da distinção entre mistificação e fetichismo, Marx distingue também alienação (Entäusserung) de estranhamento (Entfremdung).

Entäusserung significa remeter para fora, extrusar, passar de um estado a outro qualitativamente distinto. Significa, igualmente, despojamento, realização de uma ação de transferência, carregando consigo portanto, o sentido da exteriorização (...), momento de objetivação humana no trabalho, por meio de um produto resultante de sua criação. Entfremdung, ao contrário, é objeção socioeconômica à realização humana, na medida em que veio, historicamente, determinar o conteúdo do conjunto das exteriorizações – ou seja, o próprio conjunto de nossa sociabilidade – através da apropriação do trabalho, assim como da determinação dessa apropriação pelo advento da propriedade privada (Raniere, 2004, p. 16).

A unidade dos dois diz respeito à determinação do poder do estranhamento sobre o conjunto das alienações humanas. Ao falar sobre o trabalho assalariado, Marx sustenta que com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um

ser estranho, como um *poder independente* de produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa, é a *objetivação* do trabalho. A efetivação do trabalho é a sua objetivação. O trabalhador se relaciona com o produto de seu trabalho como [com] um objeto estranho.

A exteriorização do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa, mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe fora dele, independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha (Marx, 2008, p. 81)

O estranhamento não se mostra somente no resultado, mas também no ato da produção, dentro da própria atividade produtiva. O trabalho é externo ao trabalhador, não pertence ao seu ser, ele não se afirma em seu trabalho, mas se nega nele. O trabalho é forçado, não é a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Ressalta-se, entretanto, que o trabalho tem tanto um aspecto negativo, posto que o homem sempre terá que trabalhar, como positivo, pois é uma atividade que também poderia trazer realizações.

Marx afirma que, se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, ele pertence a um outro homem diferente dele, de fora. Através do trabalho estranhado, exteriorizado, o trabalhador engendra a relação de alguém estranho ao trabalho com este trabalho. A relação do trabalhador com o trabalho engendra a relação do capitalista com o trabalho. A propriedade privada é o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo.

Dado o caráter mercantil da sociedade capitalista, “os sujeitos da sociedade articulada pela troca perdem o sentido de sua produção, que para eles existe como uma coisa autônoma, estranha, fora deles, que os subordina, e a cujos imperativos estão submetidos” (Duayer e Medeiros, 2007, p. 3). A mais-valia representa a objetivação, estranhada dos sujeitos, da propriedade que possui o trabalho (social) de reproduzir de forma ampliada as suas condições antecedentes.

Nessa forma de organização social, o Estado e seu aparato também aparecem como necessidade natural. A unidade, o equilíbrio diante dos conflitos e antagonismos que formam a sociedade. O espaço ilusório do todo em contraposição ao individual – ilusório posto que o Estado não pode ser o todo, já que não há um todo homogêneo. Daí porque a concepção de nação, relacionada a existência de um todo unitário, também mascara – e carrega – os conflitos.

A falsa consciência impede a capacidade de reagir à transformação, o individualismo faz com que os seres humanos se vejam atomizados. Mas como superar as falsas teorias ou compreender o caráter mistificador dos fenômenos? A consciência, apoiada no esclarecimento teórico, apontariam para essa superação. Mas antes de compreender essa atuação libertadora da consciência, faz-se necessário entender como ela – a consciência – é formada e sua relação com o meio. Mesmo que não possa aprofundar o tema, irei fazer alguns apontamentos para compreender essa questão teórica.

Ainda que também seja um ser biológico, o ser humano é um ser social: o homem de uma sociedade ou período não é o mesmo de outra sociedade ou período. Mesmo que se veja como indivíduo - o trabalho como meio individual de vida esconde o fato que este trabalho segue sendo atividade social - o que o ser humano faz é essencialmente um ato social. Segundo Marx (2002), determinada relação com a natureza é condicionada pela forma sociedade e vice-versa. A consciência da necessidade de entrar em ligação com os indivíduos à sua volta é o começo da consciência do homem de que vive de fato numa sociedade.

Não existe homem fora da natureza: é na relação com ela que o ser humano existe enquanto tal. O homem é “constituído enquanto humano exatamente porque resultado de um determinado momento de um grupo historicamente situado que se relaciona entre si e com a natureza de uma forma específica e peculiar” (Fontes, 2003, p. 19).

O ser social, segundo Lukács, pressupõe o ser da natureza inorgânica e orgânica. O ser social não seria independente da natureza, mas as formas de objetividade do ser social se desenvolvem, à medida que surge e se explicita a práxis social, a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais sociais. O organismo enfrenta o mundo natural através da mediação biológica, a realidade do ser humano como organismo vivo modela e estrutura sua existência social.

Assim, a vida humana é autônoma com relação à natureza, mas não pode suprimir a natureza. A natureza é a base sobre a qual a sociedade se ergue, mas não há uma determinação direta da natureza com relação à sociedade. Se, por um lado, a evolução biológica evidencia uma transformação das espécies a fim de que se adaptem ao meio, por outro lado, o ser social possuiria uma “evolução social”, adaptando o meio às suas necessidades e desejos – o que diferencia os seres humanos das demais espécies.

Ao moldar a natureza para torná-la adequada aos seus desejos, criando no mundo coisas compatíveis com os seus anseios, os seres humanos criam outras necessidades: estas variam de acordo com o desenvolvimento dos próprios seres humanos ao longo da história, alterando-se conforme o desenvolvimento das forças produtivas, tendendo a se ampliarem e a

se diferenciarem de acordo com determinadas culturas e especificidades de cada povo e época histórica. “A diferente forma dada à vida material depende sempre, naturalmente, das necessidades já desenvolvidas, e tanto a criação como a satisfação destas necessidades são, elas próprias, um processo histórico que não se encontra nem no carneiro nem no cão” (Engels e Marx, 2002, p. 89).

Ainda, a sociedade pré-existe, as transformações relacionam-se com sua base material, as “circunstâncias”. Daí a afirmação de Marx de que “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas circunstâncias com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 2004, p. 15). E a existência da estrutura social é uma condição necessária para qualquer atividade humana, ou seja, a existência da sociedade é uma condição transcendentalmente necessária para qualquer ato intencional.

Segundo Lukács, os objetos naturais continuam a ser em si o que eram por natureza, pois suas propriedades, relações e vínculos existem objetivamente, independente da consciência do homem. Indo mais além: o mundo existe *fora e independente* do sujeito, ou seja, a realidade existe e as coisas – e mesmo os sujeitos - são de uma determinada forma e com um determinado conteúdo independente daquilo que pensamos delas.

De acordo com Carlinhos, o social e o discursivo não são co-extensivos, o social existe independentemente do discursivo e é mais amplo que o mental. O pensador sustenta que as estruturas sociais devem ser concebidas como propriedades emergentes das interações sociais, elas emanam das ações e estados mentais dos seres humanos individuais, mas não podem ser reduzidas a estas.

As estruturas sociais, segundo Bhaskar, embora dependam da consciência dos agentes que as reproduzem ou as transformam, não são redutíveis a tal consciência. O ato social relaciona-se com as estruturas sociais, mas estas possuem antecedência existencial. Para Bhaskar, o ser social possui uma dualidade originária, a sociedade possui dois níveis, o agir intencional – que é teleológico – e as estruturas causais, que condicionam os atos humanos.

A totalidade que forma o ser humano, portanto, é social e natural. Para compreender o ser humano de uma determinada época, é preciso conhecer as relações sociais dessa época: o ser humano “interioriza”, reproduz e/ou transforma essas relações sociais. “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência” (Marx, 1982, p. 25).

A produção das ideias, representações, da consciência está a princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. O

representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparecem aqui ainda como efluxo direto do seu comportamento material. O mesmo se aplica à produção espiritual como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc., de um povo. Os homens são os produtores das suas representações, ideias etc., mas os homens reais, os homens que realizam, tais como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do intercâmbio que a estas corresponde até as suas formações mais avançadas (Marx, 2002, p. 22)

Nesse sentido, as ideias são produtos das relações de produção e a “vontade” tem um conteúdo determinado pelas condições materiais de existência. A matéria tem existência anterior a toda forma de pensamento. O que pensamos ou o que imaginamos, imaginamos porque é expressão de algo fora de nós. O que se é e o que se faz é determinado pelo tipo de sociedade em que se vive – e o que parece “instintivo” em uma sociedade, não faria o menor sentido em outra.

E se algo parece “instintivo”, é porque ocorre um processo de “interiorização”. Essa “interiorização”, segundo Iasi (2006), teria que ser compreendida apoiando-se nos estudos de Freud. A dinâmica de constituição do psiquismo explica-se na inserção deste indivíduo nas relações imediatas que estabelece durante a infância. Freud supõe uma instância psíquica básica denominada *id* e que constituiria em tudo aquilo que seria herdado e inato ao ser humano, ou seja, sobretudo “os instintos originais na organização somática” (primeiro aspecto da determinação material). A primeira contradição que coloca em movimento a dinâmica que irá resultar no aparato psíquico se dá entre estes impulsos e o mundo externo (segunda determinação material). Portanto, uma parte do *id* iria se transformar, surgindo o *ego* - uma organização especial que possui uma função mediadora entre o *id* e o mundo externo.

A ação do *ego* como instância mediadora se dá mediante quatro procedimentos básicos que têm, em último caso, a finalidade de “autoconservação”: a) armazenamento na memória das experiências vividas e a capacidade de associar estas experiências com situações novas; b) evita os estímulos que se lhe apresentam por demais intensos por meio da fuga; c) busca situações de acomodamento diante de estímulos mais moderados por meio da adaptação; d) e, finalmente, aprende a mudar o mundo exterior mediante a atividade.

Neste primeiro momento, o *ego* deve levar em conta a realidade externa apenas como o meio no qual terá que realizar os impulsos e seu critério é ainda determinantemente a realização do desejo, ou, mais precisamente, do impulso, orienta-se, portanto, pelo chamado princípio do prazer. O reinado do princípio do prazer supõe mais a percepção sensorial do que julgamento propriamente (Iasi, 2006, p. 137).

Logo que nasce, o ser humano não possui a noção de “eu”, isto só se dá quando a satisfação de um impulso instintivo depende de outro que não ele. O ego é definido, então, como síntese entre os impulsos básicos de origem somática e um mundo externo objetivo. Esta objetividade ainda permanece externa, é vista pelo ego em formação como barreiras entrepostas entre o impulso e sua realização. Mas deixa de ser externa. Forma-se no *ego* uma instância especial que perpetua esta influência parental, à qual se dá o nome de *superego*.

O superego constitui-se, então, na interiorização de normas, regras e padrões de conduta apresentados pelos adultos que convivem com a criança, permitindo a esta que leve em conta as exigências do mundo externo mesmo na ausência destes adultos. (...) O salto de qualidade que aqui se verifica é que a mediação do ego agora se dá internamente entre as duas instâncias que representam, cada uma à sua vez, os impulsos somáticos e a realidade objetiva (Iasi, 2006, p. 138).

Freud afirma que na influência parental atuam a índole pessoal dos pais, as tradições familiares, raciais e nacionais que estes perpetuam, as demandas do respectivo meio social que representam. “Aquilo que é interiorizado por meio da formação do superego poderia muito bem ser definido como um certo estágio das relações sociais que constituem uma cultura, em outras palavras, uma sociedade” (Idem, p. 139). Portanto, observa-se o processo pelo qual uma certa sociedade e suas demandas, regras, etc, passam a fazer parte do universo psíquico do indivíduo e este passa a reconhecer estas demandas e valores como seus. A criança vive a relação com os adultos e a incorpora antes como carga afetiva. O que significa que um valor pode estar assimilado antes de assumir uma forma sistematizada de ideia.

Fontes, citando Freud, sustenta que o indivíduo é constituído de tal forma que seus elementos formadores (o superego, o id e o ego) são distintos entre si, almejam coisas contraditórias e exigem satisfações diferentes. O conflito atravessa e constitui o indivíduo.

Para compreender porque o ego aceita e exigência do meio e abre mão do desejo, ou seja, da demanda que vem de suas cargas pulsionais (pelo id), Freud elaborou o complexo de Édipo.

Uma vez que as pulsões não são de natureza idêntica, ou seja, algumas delas ligadas a um conjunto de instintos relacionados diretamente à sobrevivência física do organismo vivo (comer, respirar, manter a integridade física, beber etc.) não podem ser burladas pelos mecanismos de adaptação do ego, nem deslocadas ou substituídas, enquanto outros, de ordem mais afetiva e ligados à sexualidade, se prestam a estas ações do ego (Iasi, 2006, p. 148).

Na relação familiar, a criança escolhe um objeto externo e identifica nele seu ideal do ego, e o terceiro elemento que disputa com a criança recebe a projeção de carga negativa de

destrutividade; nesta disputa desigual com os adultos, a plena realização da integração emocional e afetiva com um dos componentes da família provocaria a reação do terceiro desencadeando um conjunto de ameaças reais ou simbólicas. Diante desse impasse, a criança, devido à natureza mais maleável dos impulsos sexuais afetivos, os reprime em nome da autopreservação física, logo, na luta entre o desejo e a sobrevivência, abre-se mão do desejo.

A condição para o desenvolvimento do complexo de Édipo parece ser uma relação de identidade restrita a algumas pessoas, uma rígida diferenciação de papéis sexuais e uma ameaça, muito mais que simplesmente simbólica, contra as manifestações da sexualidade infantil (Idem, p. 148).

Logo, seriam condições dessa sociedade que fazem com a criança desenvolva essa contradição. Para Freud, as crianças são amorais, e o papel desempenhado pelo superego está no começo entregue a um poder externo, a autoridade parental.

A condição para a emergência do complexo de Édipo é a confluência de algumas variantes: a redução ou quase-exclusividade dos objetos de identificação, a identidade de objetos de amor e ódio, a ambivalência daí resultante, e, fundamentalmente, uma contradição que oponha realidade e desejo, pulsão e normatização social restritiva (Idem, p. 150).

As relações que o ser social estabelece são introjetadas como cargas afetivas que se confundem com a dinâmica psíquica na qual o ego administra simultaneamente as exigências pulsionais e as demandas da objetividade social. A substância última das relações sociais dominantes encontra sua expressão ideal em alguns significantes mestres que em sua substância são transmitidos e internalizados como cargas afetivas, e não meramente ideias, no superego. A formação do superego é o ponto no qual uma ordem societária converte-se em visão subjetiva de mundo. O superego é uma instância “de dentro”, ele é momento de formação do ser como ser humano, ele incorpora os valores e *traz para dentro* dele mesmo. O superego não precisa, e nem pode, ser visto como dominação, ainda que ele possa servir à dominação em função dos valores que pode possuir.

Sobre uma estrutura básica e um conjunto de significantes mestres é possível constituir toda a visão de mundo que é posteriormente lembrada pela pessoa nas ações que se seguem, nas quais vão se agregando e se completando aquilo que em substância já é uma totalidade coerente. Os atos humanos são capazes de reproduzir as estruturas sociais.

O que as pessoas são é principalmente um produto do que elas fizeram ou do que foi feito a elas nas relações sociais particulares em que nasceram e viveram. O que elas fazem ou lhes foi feito tem de ser entendido em termos de suas capacidades, poderes,

inclinações e tendências históricas e socialmente condicionadas (Bhaskar, p. 6).

Interiorizadas, as relações capitalistas formam a consciência do ser social. “As ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante” (Engels e Marx, 2005, p. 57). E ser dominante significa, justamente, dominar: formar as mentes de seu tempo, o que ocorre por se ter o poder material dominante: a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. “As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio” (Engels e Marx, 2002, p. 56).

Nesse sentido, não se pode estudar o indivíduo sem estudar a estrutura. Só se compreende o indivíduo inserido na totalidade de que faz parte.

Quando o objetivo é compreender o ser social não há alternativa exceto admitir que sua especificidade e suas categorias decisivas – o trabalho, a linguagem, a cooperação e divisão do trabalho, a consciência etc. – só podem ser devidamente apreendidas em referência à totalidade que constituem (Duayer e Medeiros, p. 6).

Ainda: apreender a especificidade do ser social significa apreender a maneira como o ser humano cria a vida social a partir da natureza, o que requer a compreensão da atividade por meio da qual se dá esse processo, o trabalho humano. A atividade humana do trabalho, que é social, “permitiria que os seres humanos partilhassem de um conjunto de símbolos e representações fonéticas que, além de permitir a comunicação, possibilitariam em igual medida a representação simbólica da realidade destas relações, um ‘sistema de significações’” (Iasi, 2006, p. 128).

Explicam-se, então, as formações de ideias a partir da práxis material: a origem dos valores deve ser buscada na análise da sociedade. O conjunto de valores é determinado pelo próprio estágio de desenvolvimento social. Nesse sentido, não se pode atribuir a uma “natureza humana” características do ser humano que são datadas e desenvolvidas historicamente. A sociedade capitalista, por necessidade, traz consigo formas de consciência que a naturalizam.

A sociedade dividida em classes viria de uma evolução histórica dos seres humanos. Antes dela, teria havido um longo período em que a sociedade não era dividida em classes sociais. Indica-se que pelo menos desde o *Homo sapiens sapiens*, há 160 mil anos, durante um período de 154 (cento e cinquenta e quatro) mil anos, ao menos, a sociedade teria se organizado de forma diferente. Estima-se que somente há 6 (seis) mil anos teriam sido criadas as condições para a exploração de um homem pelo outro, quando teria sido possível e

existência da propriedade privada. Anteriormente, as relações sociais não seriam de exploração.

O *homo sapiens* desenvolve-se aproximadamente há 25 mil anos, seus antepassados mais próximos estão todos num campo temporal que gira em torno de 100 mil anos. Os primeiros registros de sociedades de classes, nas quais poderia caber a descrição da apropriação do produto do trabalho de parte da sociedade em benefício de uma pequena parcela, podem ser encontradas somente nos últimos 10 mil anos dessa história (se formos um pouco mais rigorosos, algo em torno de 6 mil anos) (Iasi, 2006, p. 203)³⁰.

Marx constata que o capitalismo é uma formação social em que a economia é determinante e onde os seres humanos são controlados pelos produtos de suas mãos. E todos, independente da classe a que pertençam, são subordinados à lógica do capital. A lógica é produzir mais valor: a troca generalizada subordina a todos os sujeitos. O fundamento mercantil dessa formação social implica que a produção da riqueza seja sempre crescente: o capital tem na sua lógica o crescimento da produtividade.

Marx indica que, na sociedade mercantil, o resultado do trabalho apresenta-se como valor, como fim, embora o trabalho seja meio para a satisfação das necessidades humanas. O trabalho torna-se, então, não somente um valor, mas o valor que subordina todos os outros valores, todas as outras finalidades. Os seres humanos estão diante de uma forma de desenvolvimento que impede a condução consciente da vida. A cisão histórica entre classes sociais reprime e limita o pleno desenvolvimento das singularidades.

Lukács sugere que o trabalho é o ponto de partida da análise do ser social. “*O Capital* demonstra exemplarmente que a mercadoria como ponto de partida possibilita a reprodução mental daquela totalidade ‘não como representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações (Marx, 1976, p. 36)” (Duayer e Medeiros, p. 6). Somente o trabalho possui um caráter intermediário, ele é um metabolismo entre o ser humano e a natureza.

Se, no início da civilização, os seres humanos subordinavam-se às forças da natureza, essa subordinação foi substituída pela subordinação de classe: dos seres humanos por seres

³⁰ Em uma de suas notas, Iasi cita Wong e Tattersall: “a abordagem mais aceita no estudo da evolução humana afirma que o ser humano teria se desenvolvido de um ancestral comum aos chimpanzés, aproximadamente entre 5 e 6 milhões de anos na África Oriental, mas a maioria dos fósseis comprovados tem algo em torno de 4 milhões de anos. (...) O aparecimento do gênero *Homo* se dá entre 2,5 e 1,8 milhão de anos (*Homo habilis* e *Homo rudolfensis*). O *Homo neanderthanlensis* viveu na Europa e no Oeste asiático cerca de 200 mil a 30 mil anos atrás. Apesar de o ato de talhar objetos de trabalho em pedra poder ser remetido até 2,5 milhões de anos, só para efeito de uma aproximação mais segura, consideremos o *Homo sapiens* que teve seu aparecimento registrado em algum ponto entre 200 e 100 mil anos” (Iasi, 2006, p. 203).

humanos. A ciência econômica é a moral do capital: ela diz o padrão de conduta para essa sociedade. Mas ainda que sejam dominantes e formem a consciência, “as ideias” não são imutáveis.

Mesmo que os seres humanos reproduzam as estruturas sociais, estas conferem poderes às pessoas, habilitando os indivíduos, inclusive, a transformá-las. Os indivíduos pressupõem a sociedade – um conjunto de práticas posicionadas e relacionamentos interconectados - em suas atividades práticas e, assim procedendo, reproduzem e transformam. “Os realistas defendem uma compreensão da relação entre as estruturas sociais e o agir humano baseada em uma concepção transformacional da atividade social e que evita tanto o voluntarismo como a reificação” (Bhaskar, 1993, p. 2).

Carllinicos (2006) sustenta que são possíveis caminhos alternativos aos agentes, que podem tanto realizar as tarefas rotineiras como transformar as estruturas. Segundo o pensador, há três maneiras pelas quais as estruturas se conectam à ação transformadora: as capacidades exercidas pelos agentes quando ocupados com essa ação são estruturalmente determinadas; as estruturas não apenas permitem ou constroem, elas influenciam a ação através do papel tomado pelas ideologias – um conjunto de crenças amplamente aceitas, cuja aceitação é causada socialmente e, neste sentido, conectada às estruturas - de motivar os agentes; tensões dentro das estruturas podem desestabilizar as relações sociais existentes e, diretamente, e/ou com resultado desta desestabilização, motivar os atores a buscar mudanças.

Cada ato humano, portanto, realiza ou nega os conjuntos de valores e, assim, os valores são modificados ou conservados. “A ação humana deve ser explicada não por sua subordinação a uma lei que a compreende, mas pela designação de crenças e desejos ao agente, proporcionando-lhe, então, um motivo para o ato em questão” (Carllinicos, 2006, p. 4).

O ato intencional, então, pode possuir diferentes motivações e a prática dos indivíduos depende da posição que eles ocupam na sociedade. Mas essa prática passa pela consciência e pode ser transformadora. Nós não criamos a sociedade, todavia, isso não significa que ela exista *independentemente* do agir humano. As relações futuras do ser social podem alterar ou entrar em contradição com a sua visão de mundo e, em certas situações, até mesmo com sua estrutura básica e o conjunto dos significantes mestres.

O conflito entre as três instâncias que Freud desenvolveu abre a possibilidade de mudanças, inclusive pelo incômodo que o sofrimento gera. O conflito permite pensar uma radical perspectiva de futuro.

O conflito intra-psíquico, em Freud, tem conteúdos de dois tipos. No primeiro, um elemento da psique – o Isso, ou Id – tem um conteúdo que, enquanto tal, é inacessível e, a rigor, sequer é

formulável de maneira sistemática. Ele figura como uma espécie de tensionador permanente, embora não seja possível alterá-lo ou modificá-lo. O segundo tipo de conteúdo, ao contrário, é aberto ao processo histórico e à singularização: temos aqui o conflito entre as instâncias psíquicas que, simultaneamente, pode ser pensado como uma estrutura (com disposições tópicas) e como um processo, na medida em que seus conteúdos se alteram duplamente: segundo os momentos da existência singular (diferentes fases do amadurecimento e da vida) e segundo cesuras ou rupturas que teriam cunho histórico (Fontes, 2005, p. 3).

A identificação do conflito como núcleo central da estruturação psíquica evidencia uma possibilidade radical de transformação dada na própria constituição dos indivíduos.

A característica da estrutura em Freud é que, para reproduzir-se enquanto tal, para manter-se enquanto característica comum de 'humanidade', ela implica não apenas no desconhecimento (ou na imprevisibilidade) do resultado do equilíbrio específico de cada indivíduo singular mas, indo um pouco mais longe, de cada grupo cultural. Desse ponto de vista, analisando indivíduos rigorosamente determinados tanto por conterem uma certa estrutura psíquica quanto por estarem submetidos a exigência culturais dadas, que são histórica e instáveis, evidencia a possibilidade da produção do diferente e do radicalmente novo que cada indivíduo porta exatamente porque constitui parte e parcela desse todo mais amplo. (Idem, p. 15).

Portanto, “o conflito permanente que a existência das classes implica e suas formas de repressão e/ou adequação reintroduz permanentemente a tensão entre a formação das singularidades e seu papel social, instaurando internamente ao processo a possibilidade de sua transformação” (Idem: 20). A própria estrutura psíquica põe a questão da mudança como ponto: percebendo o mundo real e sentindo o desconforto que ele provoca, o ser humano pode ser impulsionado a transformá-lo.

Ainda que o conflito vá ocorrer em qualquer forma de sociedade, ele não é e não precisa ser necessariamente o mesmo.

Não temos instrumentos suficientes para afirmar ou negar a tese segundo a qual poderíamos sustentar a inexistência do superego como instância psíquica em certas sociedades (...), porém, podemos dizer com margem de segurança que é pouco provável que o superego tenha forma invariável, uma vez que depende diretamente do grau de ambivalência entre as cargas pulsionais e restrições sociais impostas (Iasi, 2005, p. 151).

Sempre haverá uma certa restritividade social em confronto com a plena realização do desejo, entretanto, a “ambivalência amor-ódio, o antagonismo desejo-sobrevivência, a própria contradição indivíduo-sociedade, não são próprios do ser humano, mas de um tipo muito bem

determinado de sociabilidade humana, aquela que parece ter um sentido evidente de um processo de individualização, de autocontrole de predominância do *homo clausus* (Idem, p. 152). O princípio do real põe limites ao princípio do prazer: um homem não vai voar se desejar voar ou se crer ser pássaro. A liberdade esbarra no princípio da realidade.

Mas a possibilidade de transformação está dada. Segundo Lukács, através do trabalho, o ser humano intervém intencionalmente na causalidade natural, modificando-a em direção a uma causalidade posta. O sujeito que trabalha põe uma causalidade, ele rearranja as propriedades causais do mundo e, ao rearranjar, põe uma nova causalidade. O trabalho é uma determinação constitutiva do ser social. “O trabalho, entendido por Marx como ‘auto-realização, objetivação do sujeito, portanto liberdade real’, é a chave para compreender a unidade dialética de necessidade (lei) e liberdade que distingue o ser social dos seres orgânico e inorgânico” (Duayer e Medeiros, p. 5).

Os seres humanos, por meio da práxis, agem no terreno da história como devir; a práxis institui uma realidade em movimento que pode tanto reproduzir o real do qual se partiu, ainda que não seja o mesmo, quanto alterá-lo, produzindo nova objetivação. Surgem, então, formas de objetivação totalmente novas, que não tem analogia na natureza.

Através do trabalho, tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza; ‘desenvolve as potências nela ocultas’ e subordina as forças da natureza ‘ao seu próprio poder’. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho, em matérias-primas, etc. O homem que trabalha ‘utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas, a fim de fazê-las atuar como meios para poder exercer seu poder sobre outras coisas, de acordo com sua finalidade’. (Lukács, 1979, p. 16).

Para Lukács, o trabalho pode ser descrito como objetivação de uma finalidade previamente existente. O trabalho começa com uma ideação, o primeiro ato é uma posição de valor, ou seja, o ser humano constrói na cabeça para então ir à realidade. O ato de ideação dá início a qualquer atividade humana, a prática humana é intencional, teleológica.

O trabalho envolve, como momentos seus, o valor e o dever ser, a finalidade se põe como valor que orienta a prática e como base de comportamento. E essa finalidade vem do próprio mundo criado pelo trabalho. O sujeito que trabalha percebe o mundo, percebe as possibilidades concretas e traz novas possibilidades, ou seja, ele reconhece nas condições materiais a possibilidade.

Lembrando Lukács, Duayer e Medeiros afirmam que o “verdadeiro complexo real do trabalho” é constituído por dois atos, o reflexo mais exato possível da realidade considerada para o fim em questão e o correlato pôr das cadeias causais necessárias à sua realização. Dois atos que são heterogêneos, pois envolvem a apreensão do mundo como ele é e do ponto de vista da finalidade. Na realidade, eles são relacionados. A inspeção do reflexo revela a “inequívoca separação entre objetos que existem independentemente do sujeito e sujeitos que, por atos de consciência, tornam os objetos sua possessão espiritual” (Duayer e Medeiros: 12). Os sujeitos tomam os objetos do mundo como possessão espiritual, como reflexo do mundo: o sujeito do reflexo tem de reproduzir a realidade como sua possessão espiritual, o que só pode fazer caso seja capaz de conceber a si mesmo como distinto da realidade que está sendo reproduzida. No reflexo, a consciência transforma (converte) a realidade reproduzida em sua própria “realidade” – a qual não é realidade. O que está sendo produzido no pensamento é diferente do mundo real. A contínua relação entre esses dois momentos heterogêneos é o pressuposto da “criação” da realidade de forma especificamente humana. É o distanciamento entre a “realidade” na cabeça e a realidade que é produtivo, ou seja, que permite pensar de maneira diferente do que está colocado na própria realidade. O reflexo é o meio através do qual surgem novas objetividades no ser social. O mundo em si mesmo tem infinitas determinações, ainda que reflexo do mundo seja correto, ele não pode ser completo.

O sujeito que reflete se encontra em condições de observar a realidade em si mesma mas também no âmbito de realização de uma finalidade. No mundo do reflexo figuram coisas que não estão na realidade em si mesma, daí o caráter possibilístico da prática humana. O reflexo pode vir a ser mundo, pode se objetivar pela prática humana. O caráter possibilístico revela que o mundo em si mesmo contém alternativas. Pôr uma finalidade significa que a consciência desencadeia um processo através do qual a finalidade devém real (Duayer e Medeiros, p. 8). A dinâmica do ser social deriva precisamente da relação entre reflexo e realidade; e o reflexo, embora determinado pela realidade, pode dar origem a novas formas de existência em virtude de sua autonomia relativa. Assim, teleologia e causalidade constituem a base categorial da realidade do ser social e de seu movimento.

Para Lukács, a prática alternativa é intencional e consciente, o sujeito que trabalha escolhe entre alternativas, pautando suas escolhas em pensamento. A prática humana afirma um valor e nega outro. Mas um valor só pode ser realizado se imprime no sujeito que trabalha o dever ser de sua relação como critério da prática. Os valores são objetivos e retroagem sobre os sujeitos sob a forma de um dever ser moral, como padrão de comportamento (como um

dever ser que deve ser respeitado para que aquele valor se realize): essa ética, esse conjunto de valores, corresponde a um padrão de comportamento.

A consciência inverte a direção da determinação do agir. “O futuro pretendido (figurado) governa o presente sob a forma de um ‘dever-ser’, que simultaneamente impele e constrange a ação até a realização da finalidade” (Duayer e Medeiros, p. 16). O dever ser é o fator determinante da práxis subjetiva, ou seja, os valores são determinações sociais que condicionam o agir humano.

Por um lado, o ‘dever-ser’ só pode desempenhar esta função específica na prática porque aquilo que é pretendido é um valor para os seres humanos. Por outro, o valor não pode ser realizado a menos que ele imprima no sujeito que trabalha o ‘dever-ser’ de sua realização como um critério da prática (Idem, p. 17).

Se os seres humanos interiorizam os valores e as relações sociais de seu tempo, essa possibilidade de transformação os permite *criar* novos valores e redefinir o seu “dever-ser”. E o dever-ser é compreendido como a objetividade social dos valores retroagindo sobre os sujeitos como o critério interno de adequação das práticas. As razões para agir estão fundadas nas cristalizações que são conservadas, desenvolvidas ou transformadas na e pela prática.

Lukács vislumbra no caráter possibilísta da dupla transformação das coisas e dos seres humanos o fundamento objetivo da ética e a moral. “A ética está fundada no caráter objetivo dos valores (a possibilidade das coisas serem outras); a moral está fundada no pressuposto objetivo de toda atividade humana finalística, a saber, o autocontrole dos sujeitos, que é indispensável para a efetivação a finalidade posta” (Duayer e Medeiros, p. 16).

Nesse sentido, os objetos naturais só podem ser postos em movimento e convertidos em coisas úteis através de um conhecimento correto. A conversão é um processo teleológico. Lukács, citando Marx, sustenta que o resultado que emerge do processo de trabalho já estava presente desde o início na ideia do trabalhador, assim, o homem efetua uma mudança de forma no elemento natural e realiza, no elemento natural, a sua finalidade. E afirma que a posição teleológica do trabalho só pode cumprir sua função transformadora sobre a base de um conhecimento pelo menos imediatamente correto das propriedades reais das coisas e processos. Daí a importância da ciência.

A ética marxista buscaria descobrir, pela análise social, quais são os conjuntos de valores que estão em conformidade social com determinada época. Temos que conhecer o mundo, e é porque conhecemos o mundo que podemos registrar no mundo coisas que ele não teria. A condição de transformação do mundo em Marx é entender o mundo real, descobrir o verdadeiro e o falso. Se o nosso acesso ao mundo é mediado pela linguagem que usamos,

isso não significa que todas as sentenças sejam verdadeiras. O mundo pode se revelar diferente daquilo que as sentenças sobre ele afirmam: a verdade ou falsidade das sentenças é uma questão de como o mundo é.

A consciência é pressuposto de uma prática transformadora. Para transformar a sociedade em direção ao socialismo, é preciso conhecer as estruturas subjacentes. “Os oprimidos, ao contrário de seus opressores, têm um interesse material direto em entender as causas estruturais de sua opressão” (Bhaskar, p. 4). Esse conhecimento é necessário para que o agir intencional seja guiado na direção desejada – ainda que suas consequências extrapolem as motivações do agir.

Mesmo que o agir seja intencional e motivado por um propósito transformador, isso não significa que as consequências esperadas serão alcançadas: as consequências desse agir ultrapassam a intencionalidade humana. A sociedade não possui uma teleologia, a história não possui um final certo e definido. Ainda que se identifiquem as tendências que operam na sociedade, não há como se prever os acontecimentos. “A peculiaridade do desenvolvimento do ser social, portanto, consiste em ser um processo aberto, em si não-teleológico, mas movimentado dinamicamente por posições sócio-teleológicas” (Duayer e Medeiros, p. 18).

Ainda, nem todas as ações humanas são racionais. Freud desenvolve a teoria do inconsciente e chama a atenção para outros aspectos da formação do ser humano e da relação entre consciência e agir. O inconsciente é irracional, tem somente as pulsões e pode gerar vontades contraditórias. É algo que não silencia. Nesse sentido, o controle total de suas próprias ações seria impossível.

Resolver as contradições da realidade pelo pensamento permite pensar o novo e ter uma ação consciente de transformação. E essa possibilidade está contida na própria realidade. “No seio da velha sociedade se formaram os elementos de uma sociedade nova” (Engels e Marx, 2005, p. 57). E se a nova sociedade “vem” da velha, isso assim ocorre quando se desenvolvem as forças produtivas que a formação social “velha” contém. “Jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência” (Marx, 1982, p. 25). Os objetivos somente brotam quando já existem ou estão em gestação as condições materiais para a sua realização. Nesse sentido, a humanidade propõe-se apenas objetivos que pode alcançar.

Mas nem todos os valores existentes de uma época são realizáveis, determinadas condições sociais podem fazer surgir valores que são irrealizáveis e que somente poderiam se realizar num estágio de desenvolvimento social posterior. As finalidades emergem antes que as condições objetivas e subjetivas que as possibilitam ocorram. Os interesses antagônicos têm

esferas que são conjunto de valores antitéticos. Em sociedades de classes, evidencia-se o caráter contraditório dos valores no interior dos complexos e entre eles. De acordo com Marx, as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam as condições materiais para a solução de um antagonismo que provém das condições sociais de vida dos indivíduos. Mas produtos da consciência devem ser resolvidos pela transformação prática das relações sociais reais de que derivam a consciência.

Logo, a superação lógica das contradições da realidade não podem ser resolvidas somente no pensamento. As contradições da realidade não desaparecem com um rearranjo de termos como uma contradição que é meramente uma contradição lógica. Ainda que a contradição real possa se expressar na linguagem, para que ela seja superada, é necessária uma transformação da própria realidade. O poder material tem de ser derrubado pelo poder material.

E, tal qual afirmaram Marx e Engels, ao mudarem as relações de vida dos homens, as suas relações sociais, a sua existência social, mudam também as suas representações, as suas concepções e conceitos, ou seja, muda a sua consciência social. A produção intelectual se transforma com a produção material.

É na *Introdução* que Marx escreve sobre a *práxis*: a crítica da filosofia especulativa do direito vai dar em problemas em que a solução é possível somente por um único meio: a *práxis*. A *práxis*, portanto, relaciona-se com a possibilidade de transformação. O momento da *práxis* institui uma realidade em movimento que pode tanto reproduzir o real do qual se partiu, ainda que não seja jamais o mesmo, quanto alterá-lo produzindo uma nova objetivação. Pensamento e ação caminham juntos, a arma da crítica e a crítica das armas não se substituem.

A classe trabalhadora e os indivíduos que a compõem são simultaneamente seres da ordem do capital e seres com a potencialidade de se confrontar com esta ordem, de modo que podem, ao mesmo tempo, deixar as coisas como estão ou transformá-las. Mesmo que seja crítico do capitalismo, o sujeito não deixa de ser um indivíduo da sociedade capitalista, imerso em seus valores e relações. E um trabalhador não deixa de ser trabalhador porque acredita ser burguês, mas crer em valores burgueses irá influenciar no seu agir, ainda que ele não o seja.

Os trabalhadores são marcados pela condição social. As classes sociais são grandes grupos sociais diferenciados pela posição ocupada e pelo papel desempenhado no processo de produção e de distribuição, mas constituídas pelos efeitos da política e da ideologia. Engels definiu “proletários” como a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, privados de meios de produção próprios, se veem obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir.

Foram as condições econômicas que transformaram a massa em trabalhadores e foi a dominação do capital que criou essa situação e interesses comuns. A classe, segundo Marx, é formada na medida em que as famílias vivem em condições de existência que as separam pelo seu modo de viver e pelos seus interesses do modo de viver e interesses das outras classes, contra as quais se opõem de modo hostil.

Analisando o processo de formação do proletariado enquanto classe, Marx expressou a diferença entre a existência material da classe trabalhadora e a sua tomada de consciência, na luta de classes, daí as expressões classe em si – massa numa situação comum, com interesses comuns, sendo uma classe em oposição ao capital - e classe para si, quando os interesses que defende se tornam interesses de classe, numa luta política. E é quando tem que manter uma luta comum contra a outra classe que os indivíduos isolados formam uma classe, que se autonomiza em face aos indivíduos. A posição na vida e o desenvolvimento pessoal de um indivíduo são determinados pela classe.

Quando passa a existir entre esses trabalhadores uma conexão que vai além do local e seus interesses geram entre eles uma organização política, eles passam a pensar e agir enquanto classe, a ser uma classe para si. São as relações estabelecidas entre eles que permitirão esse amadurecimento.

Ao tomar essa consciência, agem no sentido da libertação e emancipação de sua classe, que iria por fim a todas as classes. A teoria converte-se em força material quando penetra nas massas. O objetivo dos que buscam o fim da exploração e da dominação, então, seria facultar uma prática que possibilitasse aos seres humanos escrever sua própria história, construindo uma ética intransigente que não desse condição para a continuação da formação social capitalista. Seria a supressão da ética e da moral da sociedade do capital com todo aparato opressivo.

A luta de uma classe revolucionária, no capitalismo, apresenta-se como uma luta pelo Estado (é o que aparece na luta de classes) porque para atingir as relações sociais de produção é preciso atingi-lo. Gramsci aprofunda a análise do Estado afirmando que essa “máquina” se enraíza na sociedade civil.

A luta dos trabalhadores na França, em 1871, foi uma tentativa de transformação, de nova prática. A emancipação dos trabalhadores, a revolução social, já eram bandeiras levantadas por alguns de seus membros. O internacionalismo estava presente em seus discursos. Se nas guerras imperialistas ou dinásticas, os trabalhadores são postos uns contra os outros, sua tomada de consciência dá-se quando deseja a derrota do próprio governo quando atua em agressão.

Apenas a educação crítica seria capaz de gerar um nível de participação que permitisse uma ação revolucionária. Se ela pode ser feita ao longo de anos, também pode realizar-se com meses de revolução – que simbolizam anos de marasmo político. A Comuna de Paris teria permitido esse aprendizado à classe trabalhadora. E se ela foi necessária para que dela fossem tiradas lições, isso foi feito: Marx, Lenin, Trotsky e tantos outros dedicaram estudos à Comuna.

c. Partido, governo e exército revolucionários

Essa consciência de classe, de si e para si, permitirá a atuação consciente dos trabalhadores na luta revolucionária. Mas para além de pensar apenas em suas questões específicas, que são aquelas que, a princípio, movem e impulsionam as ações humanas, para além de suas questões econômicas, a atuação dos trabalhadores conscientes caminha no sentido de uma organização capaz de relacionar suas questões concretas com as questões gerais. Ou seja, da organização capaz de realizar a transformação social que propõem.

O partido é a organização capaz de realizar essa luta e, portanto, a luta pela disputa do poder do Estado. Marx preocupa-se com essa atividade e, ele mesmo, atua durante sua vida na construção de um partido capaz de atender às necessidades organizacionais da classe trabalhadora. A função desse partido seria, antes de mais nada, conhecer as condições nas quais deve agir, para tomar a atitude que seja a resposta a essas condições postas. Lênin sustenta que os membros do partido seriam a parte mais consciente da classe. Em *O partido socialista e o revolucionarismo sem partido*, afirma:

Numa sociedade baseada na divisão em classes, a luta entre as classes inimigas torna-se inevitavelmente, num certo grau do seu desenvolvimento, uma luta política. A expressão mais integral, completa e acabada da luta política das classes é a luta dos partidos. (...) Na luta de classes não pode haver neutros; na sociedade capitalista não é possível abster-se de participar na troca de produtos ou de força de trabalho (Lênin, 1984).

A compreensão das transformações pelas quais as organizações operárias passaram somente é possível compreendendo também a história do movimento operário internacional. Balibar (1975, p. 49) afirma, primeiramente, que a Comuna e suas consequências imediatas marcam o fim do primeiro período da história do movimento operário organizado. Em seguida, sistematizando as três grandes etapas distintas do movimento operário internacional, divide a história em três momentos (Idem, p. 104): 1. Antes das revoluções de 1848, a época do

socialismo e do comunismo utópicos, das seitas revolucionárias; 2. De 1850 a 1872, a época da AIT que vai até a Comuna e suas consequências; 3. Após 1872, época dos primeiros partidos operários de massa, guiados pelo socialismo científico e que irão constituir a Segunda Internacional.

Ora, as seitas revolucionárias permanecem exercendo influência no movimento operário mesmo após a derrota de 1848, mas o surgimento da AIT, com a participação de Marx e Engels e sua crítica às organizações meramente conspirativas, mostram que o movimento operário já não se restringe a organizações clandestinas. Portanto, esse período entre 1850 e 1872, em verdade, reforça a crítica às seitas e é marcado por uma sequência de fracassos de sua tática – que vai culminar na Comuna – e, ao mesmo tempo, contém uma organização que vai, exatamente, fazer a crítica a essa forma de organização restritiva, mas sem conseguir atender, na prática, a amplitude desejada. A Primeira Internacional não chega a ser um partido de massas.

Segundo Benoit (2004), com as derrotas revolucionárias de 1830, 1848 e 1871, surgem novas concepções de organização, opondo-se às organizações secretas, às seitas. Mas essas novas concepções acabam por ser o polo oposto, deixando a clandestinidade por um trabalho público. A consequência disso – dessa atividade apenas pública – é que as organizações (os partidos de massa) vão perder a independência de classe junto com a atividade clandestina e acabam por sucumbir diante da legalidade burguesa. Refere-se aqui, portanto, a Segunda Internacional.

A influência e experiência da Comuna de Paris são cruciais na história do movimento operário. Acabam com um período histórico, no tocante às lutas, à teoria e à organização dos trabalhadores. Segundo Balibar, essa experiência mostra os equívocos do socialismo pequeno-burguês. Despedaça a unidade contraditória da AIT, que acaba por terminar, mas abre um novo período, o período dos partidos socialistas de massa e a preponderância do marxismo no interior desses partidos. O proletariado passa a adquirir um caráter universal, pois a Comuna provou a possibilidade da tomada do poder e revelou a primeira forma histórica da ditadura do proletariado. É a partir dela que iniciam as revoluções vitoriosas e é com base em sua experiência que Lênin vai aprofundar sua teoria do partido.

O que seriam essas seitas revolucionárias? Em que condições elas existiram? Elas não são apenas consequência de uma reflexão teórica, elas também ocorrem em decorrência das condições objetivas postas, da repressão e do próprio desenvolvimento e constituição da classe trabalhadora. É nesse século e no decorrer dele que a classe vai se tornando classe em si. Ou seja, que ela passa a ter existência concreta.

Balibar (1925, p. 26) afirma que nos anos 1840 já começa o desenvolvimento da grande indústria e que a “classe operária torna-se pouco a pouco uma força decisiva na luta política contra o domínio da grande burguesia agrária e da aristocracia financeira; ao mesmo tempo que começa a desenvolver sua luta econômica contra o capital”. Na França, onde a influência do socialismo e comunismo utópico é marcante, já surgem elementos decisivos da ideologia proletária, que remetem para as condições de trabalho, de vida e de luta da classe trabalhadora. E a forma de organização que corresponde a essa etapa histórica é a seita, ou seja, as sociedades secretas.

É nesse período das seitas revolucionárias que o partido blanquista vai se desenvolver, tendo ele mesmo essas características. O partido organizado por Blanqui é um dos grandes exemplos de organização de caráter conspiratório e, portanto, do tipo de organização que vai se desenvolver antes e durante a Comuna. Blanqui vai passar anos na prisão por ter organizado sociedades secretas contra as monarquias de julho (1830-1848) e o segundo Império. Sua concepção de partido diverge da concepção de Marx e de Lênin. O partido bolchevique também vai possuir uma organização diferenciada do Partido Operário Alemão – Marx irá criticar o programa deste último em *Crítica ao Programa de Gotha*.

Auguste Blanqui³¹ é considerado o primeiro, no socialismo francês, a fundar uma teoria com bases materiais. É estudante quando vê a morte de quatro sargentos, o que irá contribuir para a sua tomada de consciência, que irá acompanhá-la por toda sua vida. É ferido em 1827, no *quartier latin*, em manifestações, e em 1829 entra no Jornal *Le Globe*. Combate o regime de Carlos X em julho de 1830 nas barricadas, organiza círculos republicanos e entra na *Société des Amis du peuple*³². Em 1831 redige contra a monarquia o manifesto do Comitê *des École*, luta contra a polícia e fica três semanas na prisão. Em 1832, culpado com Raspail no processo *des Quinze*, quando o ministro espera acabar com a *Société des Amis Du Peuple*, ele se declara proletário e pega um ano de prisão. Uma vez livre, adere à *Société des Familles*, e vive na clandestinidade. Em 6 de março de 1836, é condenado a dois anos de prisão e 3.000 francos, anistiado em 1837 mas impedido de entrar em Paris, organiza um outro grupo clandestino *Société des Saisons*. No início de 1839 ele julga a situação insurrecional e prepara uma tomada de poder, a ocupação do *Hôtel-de-ville*, feita em 12 de maio, com 500 homens. Resistem dois dias, ele escapa. Preso em 4 de outubro, é condenado à morte em 31 de maio de 1840, mas a pena é comutada para prisão perpétua.

³¹ Conforme Noël (2000).

³² Sociedade dos amigos do povo.

Em 31 de janeiro de 1841, sua mulher morre e ele fica doente. Em 6 de dezembro de 1844, é agraciado pois é constatado que sua doença é incurável. Ele recusa o favor real e fica no hospital da prisão de Tours até 24 de fevereiro de 1848. Entra em Paris e exige que a Assembleia Constituinte adie as eleições, para melhor instruir o povo. Em 17 de março, está à frente de uma manifestação de 100.000 trabalhadores.

O governo lança um documento afirmando que Blanqui teria traído os trabalhadores e ele responde com um documento assinado por cinquenta de seus amigos. Imputam a ele a manifestação de 15 de maio, ele é preso e condenado a dez anos de prisão. No retorno a Paris, continua a participar da luta revolucionária. Em junho de 1861, por organizar uma sociedade secreta, é condenado a 4 anos de prisão. Um partido clandestino se organiza em torno dele. Em 1865 ele foge e vive em Bruxelas, onde escreve bastante de suas obras.

Em 1870, após a declaração de guerra, os blanquistas preparam uma insurreição contra o Império. É o contexto anterior à Comuna de Paris e sua organização já possui muitos membros.

Durante sua prisão em Sainte-Pélagie, Blanqui passa a ser referência para um grupo de jovens revolucionários, que formam uma organização clandestina, um partido político armado secretamente. Essa organização, que selecionava rigorosamente seus membros, possuía, no começo de 1870, entre 2.000 e 3.000 membros. Blanqui vinha constantemente a Paris durante o período que morou em Bruxelas, em segredo, para instruir seus colegas. Ele os comandou e depois teve participação ativa nas jornadas de 31 de outubro e de 22 de janeiro. Após a proclamação da república, os blanquistas propõe uma trégua dos partidos em nome de uma união para garantir a segurança comum.

A prisão de Blanqui anterior ao início da Comuna desorganizou o movimento, que de alguma maneira era centralizado na figura dele. E isso vem a explicar as dissidências, mesmo no Conselho da Comuna, dividindo-se os Blanquistas em *fidèles* (Chardon, Eudes, Ferré, Mortier e Rigault) e *dissidents* (Protot, Ranvier, Tridon, Trinquet). Eles tiveram influência durante toda a Comuna.

O grupo blanquista no exílio, em Londres, recebe o nome de *Commune révolutionnaire* e tem a adesão de Dereure, Longuet e Vaillant. Os blanquistas filiados à Internacional votam a exclusão de Bakunin do Congresso de *la Haye* (2-7 de setembro de 1872) mas logo apresentam seu afastamento pois a Internacional recusou-se a transformar-se numa organização insurrecional permanente dos trabalhadores.

O partido blanquista tem por base sociedades secretas, consequência do fato de Blanqui e seus demais membros acreditarem que apenas uma vanguarda, uma minoria

agitadora, disciplinada e incorruptível, poderia ter consciência das necessidades dos operários, ou seja, poderia substituir a ação das massas. Mas decorrência também da grande repressão pela qual passavam as organizações de trabalhadores durante esse período. Essa minoria iria preparar a insurreição contra o Estado burguês, preparando os trabalhadores, sem que eles chegassem a participar da elaboração da estratégia da revolução.

É uma organização formada por um conspirativismo clandestino, já que secretamente conspiravam e organizavam atos contra o Estado e o governo. Baseava-se, também, no centralismo, tendo a figura de Blanqui uma importância fundamental. Possuíam uma orientação militar, ou seja, a obtenção de armas e a ação militar tem um papel central em sua estrutura. Para o partido blanquista, a revolução viria com uma insurreição vitoriosa seguida da ditadura revolucionária. Essa concepção de Blanqui é concretizada nos atos da organização, como o *de la Villete*, quando buscam armas.

São os blanquistas que realizaram uma atividade militar mais organizada e consciente durante a Comuna, que ocuparam os principais postos no dia 18 de março, mostrando como é fundamental a existência de uma organização política, que transcenda as questões econômicas ou pontuais, e que tenha uma atividade sistematizada.

Por considerar a questão militar fundamental, Blanqui escreve *Instruction pour um prise d'armes* e vai abordar aspectos militares que envolveram os levantes de 30 e 48. Analisando os eventos de 1830, Blanqui afirma que o entusiasmo popular colocou abaixo um poder amedrontado por um levante armado, mas que o governo, com isso, passou a estudar as guerras de rua. Em 1848, o povo vence com o método de 30, mas a vitória de fevereiro ocorre mais “por acaso” (*raccroc*) que por organização, pois se Louis-Philippe estivesse suficientemente protegido, não teria sido derrubado. E a prova disso são as jornadas de junho, onde se verifica como é desastrosa a falta de tática de uma insurreição.

Blanqui, analisando 1848, escreve que de um lado estava o governo desmoralizado e do outro os trabalhadores, certos do sucesso. E que o motivo da derrota do proletariado seria a falta de organização. Quando o movimento inicia, os bairros operários formam barricadas e, à *l'aventure*, multiplicam-nas. Muitos homens recrutados aleatoriamente, a maior parte deles sem arma, começam a virar os carros e a criar barreiras nas vias públicas. Em junho teriam ao menos 600 barricadas. Apenas algumas trinta teriam sido úteis à batalha. Alguns bandos desarmavam os corpos de guarda, mas todas as ações sem direção. Pouco a pouco começam a ser erguidas barricadas mais fortes, mas foi também o acaso que determinou a localização das fortificações principais.

Durante o primeiro período da insurreição, as tropas oficiais são reunidas, os generais estudam os relatórios da polícia e a posição dos insurgentes. Quando conhecem suas posições, eles organizam os regimentos nos diferentes pontos. É assim que se mostra a diferença entre a tática popular e o exército organizado. Os insurgentes não tinham um comando geral nem uma direção, não havia sequer uma unidade entre os combatentes, onde cada barricada tinha seu grupo particular. Não se tinha conhecimento do que se passava nos demais lugares. A ideia de que cada um defende seu posto fazia com que a maior parte de insurgentes lutasse em seus bairros e, para Blanqui, isso é um erro já que facilita a denúncia de vizinhos após a derrota. “*Tandis que les insurges fument leur pipe derrière leur tas de pavés, l’ennemi porte successivement toutes ses forces sur un point, puis sur un second, un troisième, un quatrième, etc, et il extermine ainsi en détail l’insurrection* » (Blanqui, 1971, p. 328).

Em função disso, a grande revolta de 48 é derrotada. Blanqui afirma a catástrofe que seria se os insurgentes recomeçassem uma nova insurreição da mesma maneira, agora com o avanço ainda maior do militarismo, com as ruas alargadas, que oferecem inconvenientes e vantagens a ambos os lados, já que as tropas circulam mais facilmente mas também expõe-se à descoberta. Para conseguir obter vantagem das mudanças, seria preciso estudo e organização. Refletindo sobre a tática a ser usada, afirma que a arma de ruas é o fuzil e que o canhão não tem tanta função. A artilharia só pode agir seriamente pelo incêndio, mas ele aplicado como sistema logo se tornaria contra seus autores. A granada é um meio secundário que consome muita munição para pouco efeito. Para o interior das casas, o revólver e as armas brancas deveriam ser utilizados.

Cluseret não era blanquista mas foi *delegue à la guerre* da Comuna e, também, realizou estudos militares. Argumenta que a guerra de ruas não se faz nas ruas, mas nas casas. A superioridade numérica deve ser substituída pela qualidade individual. Ele afirma também que, diante das circunstâncias em que as guerras civis ocorrem, seria necessário queimar, destruir os objetos, as construções, aquilo que não pode ser defendido. É uma guerra contra coisas e não contra pessoas. Ou seja, não deve haver um respeito a propriedades, tal qual fazem os burgueses. Mas Cluseret entende que numa luta corpo a corpo, o fuzil é inútil, para utilizá-lo é preciso espaço e campo aberto. Os chefes não podem estar nos bairros, pois eles são vistos como dirigentes em função de sua posição.

Blanqui entende que o exército só tem duas grandes vantagens sobre o povo: o fuzil *Chassepot* e a organização. Mas que isso pode ser obtido com a passagem do exército para a insurreição. Nas guerras civis, os soldados lutam contra o povo com certa repugnância,

submetidos à disciplina, não possuem afeição ao poder e obedecem. Já nas fileiras populares, luta-se por uma ideia, pela convicção. O que faltaria para vencer é a unidade, que faz com que busquem um mesmo objetivo. Falta organização.

E a organização é importante para mostrar a tropa oficial que ela não luta contra forças irregulares, sem direção. Assim, a organização militar supõe um comando geral e alguns oficiais de alto grau. Esse pessoal apenas será encontrado ensinando a todo o povo o saber militar. Todos devem receber instrução. Esses revolucionários que entendem de técnica militar são encontrados também nos antigos soldados, nos ex-guardas nacionais. Apenas com o ensinamento militar a todo o povo seria possível formar esses quadros.

A importância de Blanqui e sua organização é reconhecida por Marx e os demais teóricos marxistas, afirmando que ele teria sido o único capaz de ser o “cabeça” do movimento ocorrido na França. Ou seja, Blanqui teria podido organizar, devido a sua experiência, formação e influência, o movimento que ocorre em Paris. Mas isso não ocorre e alguns desses motivos serão abordados no próximo capítulo.

Entre esses motivos poderia ser apontada a própria maneira de organização do partido, que se restringia a poucas pessoas e que dava prioridade a ações clandestinas e secretas em detrimento de atividades legais e públicas, capazes de aglutinar pessoas. Por isso, não apenas Marx, como também pensadores e organizações marxistas, fazem uma crítica à concepção de partido de Blanqui.

Marx critica aqueles que querem tomar atitudes revolucionárias a qualquer custo, o voluntarismo e as seitas políticas, todavia, a concepção de partido de Marx não se identifica com as noções de partido da política contemporânea. Primeiramente, cabe lembrar que não há uma obra sistematizada de Marx sobre aquilo que ele entende como partido. Não há um escrito ou livro específico. Ao longo de sua obra ele apresenta uma concepção de partido e, especialmente, deixa evidente a fundamentalidade da existência de um partido capaz de organizar a classe trabalhadora.

Partido significa organização e, especialmente, a possibilidade de unificação das diferentes lutas, nos diferentes setores. É através de partido que se ligam as lutas pontuais, pelas questões de necessidades diretas, com a questão mais geral, o sistema político, econômico e social. É uma organização maior, capaz de unificar os anseios da classe trabalhadora e dar uma direção, de forma democrática e, ao mesmo tempo, eficaz, no sentido do que se busca: a transformação social.

A atuação de Marx e Engels em um partido é verificada quando da fundação da Liga dos Comunistas. Em 1834, refugiados alemães fundaram uma associação, em Paris. Alguns de

seus membros mais extremistas fundaram, em 1836, uma organização secreta chamada Liga dos Justos. Eles pretendiam implantar a igualdade através da comunidade de bens e a atividade da Liga envolvia também ações secretas, por isso ela mantinha relação com sociedades francesas secretas. Seus instrumentos eram a propaganda e a conspiração.

Durante todo esse século, na França, os movimentos secretos e conspirativos sofriam grande perseguição. Por isso, muitos dos membros da Liga foram expulsos pelo governo francês. A Liga adquiria muitos núcleos de apoio pela Europa, principalmente em 1840 quando foi transferida para Londres. O movimento operário na Inglaterra estava mais desenvolvido, consequência também da sua maior industrialização. Isso fez com que ela ficasse mais fortalecida. A Inglaterra era o único país europeu onde a grande indústria capitalista era dominante, e onde a classe operária começava a organizar-se em movimentos econômicos e políticos de massa (cartismo, *tradeunions*).

Em 1843, Engels estabelece contatos com a Liga. Marx e Engels chegaram a enviar correspondências aos comitês de apoio a ela e assim foram espalhando suas ideias revolucionárias e difundindo sua crítica ao capitalismo. Os membros da Liga foram influenciados por suas teorias e chegaram a contatar Marx e Engels para que se tornassem associados.

As derrotas das tentativas conspiratórias em que os membros da Liga participaram fizeram com que eles fossem abandonando esse tipo de ação. A teoria de Marx e Engels, que passava a ser cada vez mais difundida, contribuiu para a sua formação teórica – o que vai desembocar na formação de seu estatuto e manifesto.

Marx fica em Paris até 1845 e participa de círculos socialistas e comunistas franceses, os dos operários alemães emigrados. Engels esteve presente no Primeiro Congresso ocorrido em Londres, em 1847, quando foram propostos estatutos que seriam aprovados em dezembro, no Segundo Congresso, em que Marx também participou. Os debates foram definindo melhor o programa da Liga, que passou a adotar o nome Liga dos Comunistas. Marx e Engels deveriam redigir o manifesto, que ficou conhecido como *O Manifesto do Partido Comunista*, chamando os trabalhadores para a união, para a ação conjunta contra a burguesia.

No *Manifesto*, publicado em 1848, Marx ressalta a importância de atuar sobre bases teóricas científicas. Ele só foi reeditado e largamente difundido depois de 1870, quando o marxismo aparece como a expressão teórica do movimento do proletariado. Eles identificam a atuação política do proletariado

A questão do socialismo científico, do estudo capaz de preparar os trabalhadores para agir enquanto classe e na luta pelos seus interesses torna-se crucial para Marx e Engels. A

posição internacionalista, a unidade entre os trabalhadores, ganha destaque, mostrando o diferencial do partido comunista em relação a outros partidos.

Os comunistas não são nenhum partido particular face aos outros partidos operários. (...) Os comunistas diferenciam-se dos demais partidos proletários apenas pelo fato de que, por um lado, nas diversas lutas nacionais dos proletários eles acentuam e fazem valer os interesses comuns, independentes da nacionalidade, do proletariado todo, e pelo fato de que, por outro lado, nos diversos estágios de desenvolvimento por que a luta entre o proletariado e a burguesia passa, representam sempre o interesse do movimento total. Os comunistas são, pois, na prática [*praktisch*], o sector mais decidido, sempre impulsionador, dos partidos operários de todos os países; na teoria, eles têm, sobre a restante massa do proletariado, a vantagem da inteligência das condições, do curso e dos resultados gerais do movimento proletário. O objetivo mais próximo dos comunistas é o mesmo do que o de todos os restantes partidos proletários: formação do proletariado em classe, derrubamento da dominação da burguesia, conquista do poder político pelo proletariado (Marx, 1848).

Em *A Miséria da Filosofia*, Marx escreve sobre essa atuação política da classe. Verificando a situação da Inglaterra, afirma que os trabalhadores formam coalizões permanentes, que unem os trabalhadores em suas lutas contra os capitalistas, e essas coalizões locais encontram um ponto de união na Associação Nacional (*National Association of United Trades*), que possui um comitê central em Londres.

A grande indústria aglomera num mesmo local uma multidão de pessoas que não se conhecem. A concorrência divide os seus interesses. Mas a manutenção do salário, este interesse comum que têm contra o seu patrão, os reúne num mesmo pensamento de resistência - coalizão. A coalizão, pois, tem sempre um duplo objetivo: fazer cessar entre elas a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista. Se o primeiro objetivo da resistência é apenas a manutenção do salário, à medida que os capitalistas, por seu turno, se reúnem em um mesmo pensamento de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, agrupam-se e, em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se para elas mais importante que a manutenção do salário (Marx, 1847).

Marx verifica como a associação vai adquirir um caráter político. Marx é expulso de Bruxelas em março de 1848 e é convidado para regressar à França pelo governo provisório saído da revolução de fevereiro. A revolução popular, proletária, democrática e nacional, segundo Balibar, logo se estende à Europa, inclusive na Alemanha. E essa experiência - não apenas ao ser analisada mas também ao ser vivida - vai possibilitar um aprofundamento teórico. “Uma tática marxista de direção das lutas proletárias começa a constituir-se no decorrer dos acontecimentos, com experiências positivas e negativas, sobre a base do materialismo histórico” (Balibar, 1975, p. 31).

Balibar (1975, p. 32) também afirma que Marx opõe-se ao projeto de “certos emigrados que querem organizar uma expedição militar à Alemanha”, mas ele vai redigir as *Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha*, sugerindo uma possível união entre o proletariado e a burguesia liberal, quando inicia o levante pela unidade nacional e o governo democrático. A partir de 1848, dirige a seção da Liga dos Comunistas, em Colônia, mas, buscando evitar que a vanguarda dos trabalhadores se transforme numa seita e fique isolada, aceita a dissolução da Liga em prol da formação de uma associação de trabalhadores e, com isso, toma a direção da *Nova Gazeta Renana*. Participa do Comitê de Salvação Pública em Colônia.

Segundo Balibar (1975, p. 33), depois dos artigos de Marx em defesa das revoltas de junho de 48, na França, os liberais se retiram da *Nova Gazeta Renana*. “A contrarrevolução monárquica, feudal e da grande burguesia progride na Alemanha, ao mesmo tempo que a contrarrevolução burguesa vence na França”. A burguesia alemã em seu conjunto une-se com os grandes proprietários fundiários contra o liberalismo político e a unidade nacional. Marx é absolvido por um júri em Colônia, onde era acusado de subversão. Rompendo com a burguesia democrática, retoma o trabalho de organização e formação teórica das organizações dos trabalhadores e contribui para a resistência armada dos revolucionários renanos. Em 49 Marx é expulso da Alemanha e refugia-se em Londres. Após os fracassos das revoluções na França e na Europa, acredita que o renascer do movimento irá ocorrer na França.

Na mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas, Marx e Engels vão abordar a posição do partido e como ele deve atuar. Ainda que seja uma mensagem e, portanto, não um livro teórico aprofundado, é possível verificar elementos capazes de compreender sua concepção.

Os pensadores argumentam que as reivindicações e a atuação do proletariado são diferentes das reivindicações e da atuação dos democratas pequeno-burgueses, e que é fundamental que os trabalhadores tenham consciência dessa diferença. São partidos distintos. Para eles, enquanto os democratas querem concluir a revolução o mais rápido possível, o interesse dos trabalhadores é de tornar a revolução permanente até que o proletariado conquiste o poder de Estado. Buscam abolir a propriedade privada, as classes.

Afirmam que a democracia pequeno-burguesa iria obter, por um tempo, na Alemanha, uma influência predominante. E, diante disso, indicam qual deveria ser a atuação do proletariado em três momentos distintos: enquanto os democratas pequeno-burgueses também são oprimidos; durante a luta revolucionária; e ao fim da luta.

Enquanto também são oprimidos, os sociais democratas vão buscar fazer um partido juntamente com o proletariado e é essa união que Marx e Engels rejeitam. Ela conduziria à perda da independência dos trabalhadores, o que nos leva a concluir que o partido, para os pensadores, é uma organização proletária independente e com propostas próprias. Mas isso não significa que não vão lutar contra adversários comuns. Ou que não haja pequenos burgueses que podem vir a lutar ao lado dos trabalhadores e por suas reivindicações. Mas para essa luta em comum, não seria preciso uma união particular, os interesses de ambos os partidos se coincidem momentaneamente, ou seja, é em decorrência da própria luta e seus interesses que eles se unem.

Os trabalhadores devem ter sua organização própria porque suas reivindicações são próprias, sua libertação ocorre em oposição e luta contra seus opressores. Pois quando se instala um conflito sangrento, uma insurreição ou guerra civil, tão logo a pequena burguesia cede para restabelecer a ordem. E os trabalhadores restam sozinhos em sua luta.

Isso defendeu Marx na mensagem ao comitê e isso a experiência da Comuna vai concretizar, anos depois. A pequena burguesia esteve unida ao proletariado enquanto era oprimida pelo Império. Os parlamentares defensores da democracia também foram perseguidos durante os anos de Bonaparte.

Quando a Comuna inicia, parte da pequena burguesia ainda permanece crítica ao governo de defesa nacional e mesmo alguns de seus membros lutam em nome das bandeiras dos trabalhadores. Mas ao final, são os trabalhadores que defendem a Comuna até o fim.

Compreende-se que nos conflitos sangrentos que estão iminentes, como em todos os anteriores, são principalmente os operários que, pela sua coragem, a sua decisão e abnegação, terão de conquistar a vitória. Como até agora, os pequeno-burgueses em massa estarão enquanto possível hesitantes, indecisos e inativos nesta luta, para, uma vez assegurada a vitória, a confiscarem para si, exortarem os operários à calma e ao regresso ao seu trabalho [a fim de] evitar os chamados excessos e excluir o proletariado dos frutos da vitória (Marx, 1850).

Essa organização proletária tem de “trabalhar para constituir, ao lado dos democratas oficiais, uma organização do partido operário, autônoma, secreta e pública, e para fazer de cada comunidade o centro e o núcleo de agrupamentos operários, nos quais a posição e os interesses do proletariado sejam discutidos independentemente das influências burguesas” (Marx, 1850).

Organização secreta e pública, que se relacione com os núcleos comunitários. A organização política pensada por Marx e presente na mensagem ao comitê não se restringe a núcleos conspirativos, mas estabelece grandes relações com grupos públicos. E esse partido

irá pressionar a burguesia para que execute as tarefas democráticas, além de agir para garantir a atuação revolucionária. “Durante o conflito e imediatamente após o combate, os operários, antes de tudo e tanto quanto possível, têm de agir contra a pacificação burguesa e obrigar os democratas a executar as suas atuais frases terroristas. Têm de trabalhar então para que a imediata efervescência revolucionária não seja de novo logo reprimida após a vitória. Pelo contrário, têm de mantê-la viva por tanto tempo quanto possível” (Marx, 1850).

Ao lado do governo oficial, os trabalhadores devem organizar governos próprios, sob a forma de direções comunais, conselhos comunais ou clubes ou comitês operários. Essa atuação objetiva fazer com que o governo perca o suporte operário e, também, seja vigiado.

Marx acrescenta que para que os trabalhadores consigam se opor ao governo, eles precisam estar armados, através do armamento de todo o proletariado ou da organização autônoma da guarda proletária, com chefes eleitos e um estado-maior próprio, eleito. Essa organização armada estaria às ordens dos conselhos comunais revolucionários formados pelos operários. Nesse processo de ruptura, Marx (1850) conclui: “liquidação da influência dos democratas burgueses sobre os operários; organização imediata, autônoma e armada dos operários; obtenção das condições mais dificultosas e compromissórias possível para a inevitável dominação temporária da democracia burguesa — tais são os pontos principais que o proletariado, e portanto a Liga, devem ter presentes durante e após a insurreição iminente”.

Tanto a organização em clubes, onde os trabalhadores podiam se manifestar, como o armamento da população, que se concretizou na guarda nacional – que, inclusive, passa a eleger seus chefes em oposição às indicações do governo -, foram ações realizadas pela Comuna de Paris. Foram as discussões nos clubes que amadureceram a ideia da Comuna e que, por vezes, estabeleciam ações concretas. E é a defesa de suas próprias armas que irá desencadear, mais concretamente, os conflitos de 18 de março e que, posteriormente, permitirá que os trabalhadores defendam seu governo contra as tropas oficiais.

Essa atividade armada defendida por Marx é outra justificativa concreta para que os revolucionários combinem atividades legais com clandestinas. Em nenhuma democracia o armamento de grupos organizados para tomar o poder é legalizado, de modo que o trabalho considerado ilegal é consequência dessa própria proibição, combinada com a necessidade do armamento para a realização da tomada do poder. Logo, o armamento e sua organização não é uma opção que Marx, e depois Lênin, tomam deliberadamente, mas uma conclusão decorrente da verificação concreta. E é essa atividade, combinada com a ação revolucionária realizada dentro dos exércitos antes mesmo da tomada de poder, que iria permitir sua atuação.

Por outro lado, a postura “pacificadora” da pequena burguesia foi concretizada na Comuna. Os motivos pelos quais a pequena burguesia pedia o fim da resistência de trabalhadores nada se assemelha à crítica que Marx fez anterior à Comuna, ao sustentar que um levante armado dos trabalhadores seria logo derrotado, em função da fraqueza de sua organização. São duas coisas distintas.

Segundo Marx (1850), consolidado, de alguma maneira, o governo, a burguesia iniciaria sua luta contra os trabalhadores. E é para fazer frente a isso que é fundamental que eles possuam sua organização própria, ou seja, que estejam organizados e centralizados nos clubes. Essa organização possui uma direção, que tem a função de organizar as atividades do partido. Ela é um ponto de união e sistematização.

Após a queda dos governos existentes, a Direção Central dirigirse-á logo que possível para a Alemanha, convocará imediatamente um congresso e nele fará as propostas necessárias para a centralização dos clubes operários sob uma direção estabelecida no centro principal do movimento. A rápida organização, pelo menos de uma união provincial de clubes operários, é um dos pontos mais importantes para o fortalecimento e desenvolvimento do partido operário. A mais próxima consequência da queda dos governos existentes será a eleição de uma Representação nacional.

Nessa atividade de eleição da representação nacional, todos os trabalhadores devem estar representados e deve haver candidatos operários independentes e, na medida do possível, membros da Liga. Marx e Engels ressaltam que não devem ceder aos democratas e mesmo que alguns reacionários sejam eleitos em virtude dessa divisão, o progresso do partido proletário como força independente é mais importante que evitar a eleição de alguns reacionários.

Marx e Engels defendem um programa a ser adotado. Para eles, a propriedade feudal confiscada deve ser propriedade do Estado e transformada em colônias operárias, a fim de fortalecer o princípio da propriedade comum. Sustentam que os trabalhadores devem lutar pela criação de uma república una e indivisível, centralizada, com o poder centrado no Estado, opondo-se a posição democrata de criar uma república federativa ou entregar autonomia e independência às comunas e províncias. Num país como a Alemanha, que apresenta ainda restos feudais, a existência de comunas iria por entraves locais à ação revolucionária.

Menos do que tudo pode tolerar-se que, através de uma organização comunal pretensamente livre, se perpetue uma forma de propriedade —, que ainda se situa aquém da propriedade privada moderna e por toda a parte se dissolve necessariamente nesta — a propriedade comunal, e as desavenças dela decorrentes entre comunas pobres e ricas, assim como o direito

de cidadania comunal, subsistente, com as suas chicanas contra os operários, ao lado do direito de cidadania estatal. Tal como na França em 1793, o estabelecimento da centralização mais rigorosa é hoje, na Alemanha, a tarefa do partido realmente revolucionário (1850).

Segundo os pensadores, os operários não podem propor medidas diretamente comunistas no começo do movimento, mas podem tomar outras medidas que contribuem para a consolidação de seu programa, como obrigar que se concentrem nas mãos do Estado as forças produtivas. E afirmam que o primeiro ato desse desenvolvimento revolucionário alemão coincide com a vitória direta da sua própria classe na França, e é acelerado por ela.

Concluem: “Têm de ser eles próprios a fazer o máximo pela sua vitória final, esclarecendo-se sobre os seus interesses de classe, tomando quanto antes a sua posição de partido autônoma, não se deixando um só instante induzir em erro pelas frases hipócritas dos pequeno-burgueses democratas quanto à organização independente do partido do proletariado”. Ou seja, são eles próprios, com suas reivindicações próprias. Mas a Liga dos Comunistas está longe de ser uma organização de massas, ela apenas agrupa uma minoria avançada.

Balibar afirma que a proposição de Marx de que “as classes sociais são determinadas pelo seu papel econômico, pelo seu lugar na produção material” irá iluminar tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada da tática da luta de classes do proletariado, ou seja, a luta do proletariado começa com a luta econômica e continua a basear-se nela e a luta política só atinge seu objetivo com a condição de prosseguir até a abolição do trabalho assalariado e da relação capital/trabalho. Os objetivos políticos são o meio de chegar a esse fim.

A mensagem de Marx e Engels envolve estratégia e tática. Mostra que o programa a ser seguido é no sentido da coletivização, da propriedade comum. Criticam a parcelização da propriedade do solo e a crença na federação. E, principalmente, evidenciam como há uma relação entre os acontecimentos nos diferentes países da Europa, especialmente entre a Alemanha e a França.

É uma mensagem que tem um contexto histórico, um local e momento. Marx e Engels dissertam sobre a Alemanha atrasada, anterior à formação de seu Império, com resquícios feudais. Alemanha que ainda precisa formar um Estado centralizado, para que, posteriormente, iniciem as coletivizações. Assim, se por um lado, Marx entende que a centralização do Estado é fundamental para superar os resquícios feudais e iniciar o processo de coletivização da propriedade, por outro lado, entende que os trabalhadores devem se organizar em comitês

locais, ligados por um órgão central capaz de dar a direção ao movimento. Ou seja, uma centralização democrática que organize as ações mas que tenha bases em colônias operárias.

O papel dirigente da classe operária e a atuação independente de classe são a essência do texto. Em *Revolução e contrarrevolução na Alemanha*, escrito em 1851 e 1852, Engels já sustenta o papel dirigente da classe operária na sua aliança com a pequena burguesia. Nos anos 50, Marx, fazendo análise de conjuntura, prediz a ocorrência da crise na entrada dos anos 60 e, ao fazer isso, percebe a necessidade de fornecer aos trabalhadores o aporte teórico necessário para suas lutas. Vai escrever os *Grundrisse, Para a Crítica da Economia Política*. Dedicar-se a *O Capital*. Mas, em 1864, percebendo o afluxo do movimento operário, participa da constituição da AIT.

Para Marx, a compreensão da existência das condições objetivas é uma das tarefas do partido. E essa análise é importante até mesmo para a vitória da revolução, já que uma revolução só pode ocorrer estando presentes também as condições objetivas. Balibar afirma que o desenvolvimento e a organização do proletariado seria uma condição objetiva necessária para que uma revolução tivesse êxito. Por outro lado, Lênin entende que a organização do partido refere-se a uma condição subjetiva.

Segundo Balibar, o que diferencia a AIT dos grupos anteriores, como a organização blanquista, são suas formas de trabalho e de intervenção. Ela agrupa ao mesmo tempo as organizações sindicais e as organizações políticas, além das adesões individuais. Marx fez parte de seu comitê provisório e também do conselho geral.

O Conselho geral da AIT reúne-se todas as semanas, recebe as correspondências, organiza a solidariedade e as greves. Mas ela é dominada por lutas ideológicas. Influenciados por Proudhon, alguns socialistas franceses são hostis à ação política, desdenham da ação revolucionária, que brota da classe e de todo o movimento social concentrado, realizado por “meios políticos”. São contra qualquer tipo de governo, mesmo o governo dos trabalhadores em um período transitório. « *Concluons sans crainte que la formule révolutionnaire ne peut plus être ni Législation directe, ni Gouvernement directe, ni Gouvernement simplifié : elle est, PLUS DE GOUVERNEMENT. (...) Point d'autorité, point de gouvernement, même populaire : la révolution est là*³³ (Proudhon, 1851, p.140)».

O argumento dos proudhonianos é a liberdade, o anti-governamentalismo e o individualismo antiautoritário: manifestações que serão observadas durante a Comuna.

³³ “Concluimos sem medo que a fórmula revolucionária não pode mais ser nem Legislação direta, nem Governo direto, nem Governo simplificado: ela é FIM DO GOVERNO (...) Sem autoridade, sem governo, nem mesmo popular: a revolução está aqui”.

Proudhon defende a noção de cooperativas e não vê na greve um instrumento de luta. O proudhonismo irá influenciar, inclusive, as noções de Comuna que serão discutidas entre os militantes da esquerda francesa.

Marx diverge dessa posição de Proudhon quanto à ação política. O pensador argumenta pela tomada revolucionária do poder pela classe trabalhadora e opõe-se à postura branda que os seguidores de Proudhon irão adotar. Ao defender a ditadura do proletariado, defende um governo transitório, onde a classe trabalhadora irá exercer o poder político a fim de realizar as transformações sociais necessárias à superação das classes sociais e do próprio Estado. Em *A Miséria da Filosofia*, Marx aprofunda a crítica a Proudhon.

Bakunin também exerce influência na AIT. A partir de 1868 a classe operária suíça, italiana e espanhola são influenciadas pelo anarquismo de Bakunin, sua influência aumenta rapidamente na Itália e na Espanha. Ele vai influenciar a região do *Midi*, na França, através de Richard e Bastelica e, em especial, *Lyon*.

Inspirando-se em Proudhon, Bakunin diferencia os comunistas dos anarquistas. Reconhece que o fim de ambos é o mesmo: “criação de uma nova ordem social, fundada apenas sobre a organização do trabalho coletivo, inevitavelmente imposto a cada um e a todos pela força mesma das coisas, em condições econômicas iguais para todos, e sobre a apropriação coletiva dos instrumentos de trabalho” (Bakunin, 2006, p. 78). Mas reconhece que há divergências teóricas e de método, no sentido de como chegar a esse fim.

Os comunistas imaginam que poderão chegar a isso pelo desenvolvimento e pela organização da potência política das classes operárias, e principalmente do proletariado das cidades, com a ajuda do radicalismo burguês, enquanto que os socialistas revolucionários, inimigos de todo laço e de toda aliança equivocados, pensam, ao contrário, que não podem chegar a esse fim mais do que pelo desenvolvimento e pela organização da potência não política, mas social, e portanto anti-política, das massas operárias, tanto da cidade como do campo, compreendidos nessas massas os homens de boa-vontade das classes superiores que, rompendo com todo seu passado, queiram se reunir francamente a elas e aceitar integralmente seu programa.

São estes dois métodos diferentes. Os comunistas acreditam dever organizar as forças operárias para se apossar da potência política dos Estados; os socialistas revolucionários se organizam levando em consideração a destruição, ou, se o que se quer é uma expressão mais cortês, levando em consideração a liquidação dos Estados (Idem, ib idem).

Bakunin não aceitava a ditadura do proletariado, que contradizia a sua teoria anarquista de Estado. Argumentava que os comunistas – que ele chama de autoritários – defendiam a autoridade enquanto ele e os anarquistas defendiam a liberdade.

Engels afirma que Bakunin possuía uma teoria particular, uma mistura entre proudhonismo e comunismo. “Bakúnine afirma que foi o *Estado* que criou o capital, que o capitalista apenas tem o seu capital *graças ao Estado*. Assim, como o Estado é o mal principal, seria necessário abolir, antes de mais, o Estado e então o capital iria por si próprio para o diabo” (Engels, 1871³⁴). Para Engels, a abolição do Estado sem um revolucionamento social é um contra-senso.

Como, porém, o Estado é para Bak[únine] o mal fundamental, não é permitido fazer nada que possa manter o Estado em vida, i. e., de qualquer Estado, república, monarquia ou qualquer outro. Daí, portanto, *abstenção completa de toda a política*. Praticar um acto político, mas especialmente participar numa eleição, seria uma traição ao princípio. Deve fazer-se propaganda, desacreditar o Estado, organizar-se, e, quando se tiver do seu lado *todos* os operários, portanto a maioria, destituem-se todas as autoridades, abole-se o Estado e coloca-se em seu lugar a organização da Internacional. Este grande acto, com que se inicia o Império Milenário, chama-se *liquidação social* (Engels, 1871).

Marx reforça essa crítica a Bakunin: “O seu programa era uma misturada, apanhada superficialmente à direita e à esquerda — **igualdade das classes** (!), *abolição do direito de herança* como *ponto de partida* do movimento social (disparate saintsimonista), *ateísmo* de antemão ditado como *dogma* aos membros, etc, e, como dogma principal, *abstenção (proudhonista) do movimento político*” (Marx, 1871³⁵).

Bakunin e os demais anarquistas fundaram a Aliança Internacional da democracia socialista que defendia o comunismo antiautoritário. A AIT recusa a entrada dessa Aliança, pois ela já era uma associação Internacional. Os anarquistas dissolvem a Aliança como organização internacional e entram individualmente na AIT e suas seções.

Diante da atuação que possuem, Marx e Engels afirmavam que Bakunin começou a conspirar no seio da Internacional, contra o Conselho Geral.

Em finais de 1868, o russo Bakúnine entrou para a *Internacional* com o fim de, dentro dela, formar *uma segunda Internacional, com ele como chefe, sob o nome de «Alliance de la Démocratie Socialiste»*. Ele — um homem sem qualquer saber teórico — pretendeu representar nesse corpo separado a propaganda

³⁴ Carta a Theodor Cuno.

³⁵ Carta a Friedrich Bolte.

científica da Internacional e fazer da mesma a missão especial dessa segunda *Internacional dentro da Internacional* (Marx, 1871).

Balibar reforça a afirmação de que Bakunin e sua organização desenvolviam dentro da AIT uma atividade secreta de desintegração. A partir do Congresso de Basileia/Bâle, em 1869, colidiu com os marxistas, luta que vai até o congresso de Haia, em 1872 – e, portanto, depois da Comuna – quando os anarquistas são expulsos da AIT. Apoiados pela maioria dos antigos *communards* e blanquistas, entre eles Frankel e Vaillant, Marx e Engles obtêm a exclusão de Bakunin e a aprovação de teoria de partido marxista.

Ora, uma vez que, segundo Bak[únine], a Internacional não foi criada para a luta política mas para poder imediatamente tomar o lugar da velha organização do Estado durante a liquidação social, ela terá de aproximar-se tanto quanto possível do ideal de Bakúnine da sociedade futura. Nesta sociedade não existe, antes de mais, nenhuma *autoridade*, pois autoridade=Estado=mal em absoluto. Portanto, a Internacional tem também de se orientar segundo este modelo. Cada secção é autónoma e, em cada secção, cada indivíduo. Para o diabo com as *Resoluções de Basileia*³⁶ que conferem ao Conselho Geral uma autoridade perniciosa e desmoralizadora para ele mesmo! Mesmo que seja conferida *voluntariamente*, esta autoridade tem de acabar precisamente *porque* é autoridade! (Engels, 1871)

A posição de Marx no sentido de fazer com que a AIT fosse um organismo de direção política, encarregado de elaborar a partir de situações locais, uma tática única para a luta proletária da classe operária nos diferentes países, derrota o projeto de fazer da AIT um simples organismo consultivo de ligação e solidariedade.

A AIT não é comunista, mas a sua história é a história do processo que permitiu que se instaurasse a hegemonia do socialismo científico no movimento operário. Ela não era uma organização secreta e Marx mesmo mostra isso quando é entrevistado. Suas reuniões são sempre anunciadas. Os jornais *communards* publicados durante a Comuna possuíam espaço para as convocações da AIT, como, por exemplo, o jornal *L'Affranchi* de 25 de abril de 1871 que convocava os membros para uma reunião através do secretário geral da seção, Jauffret.

Serman afirma que, com suas ramificações locais, nacionais e internacionais, articuladas em Paris sob a Federação de Seções e em Londres sob o Conselho Geral, a AIT não é nem uma confederação sindical nem um partido político, ela seria uma espécie de *société de pensée*. « *Bureau de liaison, agence d'information et cercle d'études, tout ensemble,*

³⁶ Segundo a nota de rodapé da Carta: "Referências às resoluções do Congresso de Basileia sobre questões organizativas, que alargavam os poderes do Conselho Geral".

l'AIT, conformément à ses status, est un sorte de carrefour, où les cadres du mouvement ouvrier confrontent leurs expériences et leurs théories : c'est un foyer de convergence et de diffusion des idées socialistes, syndicales et coopératives » (Serman: 1986, p. 62).

Segundo Balibar, cada congresso da AIT marcou um sucesso do marxismo e a derrota de uma forma de socialismo pequeno-burguês. Mostrou a importância da organização científica nos sindicatos, sem reformismo, percebendo que a questão salarial está ligada ao sistema de trabalho assalariado e que sem a pressão dos operários agindo de fora, a redução salarial não ocorreria, ou seja, que a necessidade de ação política geral é a prova de que na luta puramente econômica o capital é mais forte. Ou seja, os trabalhadores precisam compreender que o regime atual engendra as condições materiais e as formas sociais necessárias para a transformação da sociedade.

A AIT aponta para o princípio da apropriação coletiva dos meios de produção pela classe operária contra o regresso à propriedade individual e, portanto, “contra as utopias pequeno-burguesas do igualitarismo, da autogestão, da federação dos pequenos produtores autônomos (Congresso de Bruxelas, 1868, e Bâle, 1869)” (Balibar, 1975, p. 48). Ela também se posicionou contra a indiferença, especialmente dos proudhonianos, relativamente às lutas nacionais; pela organização da luta política de classe no aparelho político do Estado; e pela incorporação dos intelectuais revolucionários no movimento operário, outro ponto que diverge da posição dos proudhonianos, que queriam excluir aqueles que não fossem operários manuais.

Ainda, Balibar afirma que a AIT destrói as ilusões pequeno-burguesas a respeito do Estado e do direito burguês, “que se exprimem ora no desconhecimento da sua necessidade histórica”, ora na palavra de ordem da abolição imediata, ora na incapacidade de criticar as fórmulas da ideologia política e jurídica burguesas”.

Assim, o ano 1868 e 1869 marca uma volta na história da AIT, que atua diretamente nas greves. Mas é a Comuna de Paris que irá transformar a continuação histórica, já que uma de suas consequências é o fim do primeiro período do movimento operário organizado lançado sobre as bases de uma fusão de teoria e prática revolucionárias e, também, o fim da Primeira Internacional. Entretanto, a Comuna de Paris irá contribuir na verificação da necessidade de organização, centralização e atitude conjunta. Blanqui vai fazer essa crítica.

“É pela difusão da análise da Comuna que se desenvolve em grande parte o trabalho político nos diferentes países europeus a partir de 1871” (Balibar, 1975, p. 64). A Primeira Internacional cumpre sua função e deixa espaço para uma época de crescimento do movimento operário em todos os países, “caracterizada pelo seu desenvolvimento em

extensão, pela formação de partidos socialistas operários de massa, no quadro dos diversos estados nacionais” (Balibar, 1975, p. 64).

Esses partidos operários de massa intensificaram a atividade pública e legal mas, por abandonar a atividade clandestina, sucumbiram. Não apenas teórica ou ideologicamente, mas também diante da repressão a seus membros. E é como consequência das experiências históricas que o movimento operário entraria numa outra etapa organizacional. Uma organização que resgataria os estudos de Marx e sua concepção de partido e aprofundaria tendo por base essas experiências. São as contribuições de Lênin.

Benoit (2004) sustenta que o partido desenvolvido por Lênin acaba por ser a negação do que foi a negação ao jacobinismo e ao blanquismo. Mas as condições da Rússia são diferentes: na Rússia czarista, as condições objetivas, ainda de perseguição, impossibilitaram o trabalho legal do partido e exigiram o desenvolvimento de atividades clandestinas e disciplinadas. “A primeira geração marxista (Plekhanov, Axelrod, Zassulitch, etc...) que em 1883 fundou o grupo *Emancipação do Trabalho*, organização que realizou fundamental combate em nome da doutrina de Marx contra o espírito jacobino-blanquista do populismo-terrorismo, iniciou a sua militância política em organizações conspirativo-secretas como *Terra e Liberdade*, *A Vontade do Povo*, *A Partilha Negra*” (Benoit, 2004). Segundo Benoit, somente com a fundação do Partido Operário Social-Democrata Russo, em 1898, foi realizada a negação desse primeiro período organizativo, composto de organizações clandestinas e secretas.

Mas esses democratas russos, a exemplo dos demais países do ocidente, não foram capazes de manter uma atividade legal e ilegal. Após seu congresso de fundação, o comitê central eleito e os congressistas são detidos pela polícia política. Assim, os revolucionários mostravam-se atrasados diante das condições apresentadas pelo capitalismo russo. Em 1901, um grupo funda um periódico chamado *Iskra* e se propõe a construir um partido do exterior e de maneira mais centralizada, iniciando uma rede clandestina de distribuição do periódico para toda a Rússia. A sede da *Iskra* era em Londres, centro e instrumento de unificação do partido, que estava vinculado a múltiplos círculos de agrupamentos legais.

O partido que vai ser concretizado na Rússia, organizado por Lênin e os bolcheviques, que combina atividades clandestinas e legais, seria a proposta de organização que Marx já teria pensado em 1850, quando escrevia o *Manifesto do Partido Comunista*. Lênin aprofunda essa concepção em seu livro *Que fazer?*, tomando por base, inclusive, a experiência histórica e concreta que ele e os demais revolucionários russos vivem e também é muito influenciado por Blanqui.

A organização pensada por Marx e, posteriormente, por Lênin, vai reconhecer a importância e necessidade de uma atividade pública, mas também evidencia a importância de ações secretas, ou seja, de atividades clandestinas. A atividade pública é ligada à função de agitação e, portanto, à figura do agitador – que nos momentos de repressão precisa passar para o exílio. É a atuação legal e pública que irá permitir a divulgação da teoria, objetivando formar a consciência militante. As ações de massas que questionam o sistema. É com debates públicos, com ações de rua e de luta que a classe enquanto classe irá atuar e formar sua consciência.

As etapas de constituição de um partido revolucionário envolvem a organização do partido em torno de um programa; a formação de alianças; a difusão das linhas do partido e, para isso, é fundamental a agitação no interior das massas; a greve geral que iria desencadear a busca de armas e a constituição do duplo poder; e, por fim, a tomada do poder. Mas para que essas etapas avancem, é preciso que se avance a consciência. A tomada de consciência de uma grande parcela da classe mostrou-se fundamental para a vitória da revolução russa. Os bolcheviques teriam contado com o apoio de quase metade do exército e da marinha, em 1917. Sem esse apoio, não teriam vencido.

A revolução proletária é uma revolução da maioria, diferente da revolução burguesa. Elas são socialmente mais poderosas e politicamente mais difíceis, exatamente porque são revoluções da maioria. Mas o termo maioria não pode envolver um misticismo numérico, principalmente no tocante à ação. Não é uma maioria numérica ou “50% mais um” da população. É maioria porque a classe trabalhadora, em si, é uma maioria diante da burguesia.

A conquista dessa maioria está diretamente relacionada com a atuação histórica do proletariado. Essa ação pública, que insere os revolucionários nas massas e permite a formação de consciência, é uma atividade fundamental para a teoria marxista de partido e uma atividade não realizada pela concepção blanquista. Essa diferença entre ambos os partidos é consequência da atividade e atuação que essas concepções atribuem à classe trabalhadora, às massas. Enquanto para os primeiros, a atuação histórica do proletariado possui relevância, para Blanqui, a revolução vem de uma atividade realizada por um pequeno grupo, que seria seguido pelo proletariado.

Lênin vai criticar Blanqui por ter subestimado essa atuação histórica. As condições materiais dos trabalhadores, seus interesses materiais, vão ser o ponto de partida para a sua tomada de consciência. São esses trabalhadores, ao desenvolver sua consciência militante, através do estudo e da ação, que irão agir no sentido da destruição do Estado burguês.

Ou seja, as condições econômicas transformam a massa em trabalhadores e a dominação do capital criou a essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, essa classe, quando passa a existir, é uma classe-em-si, mas não uma classe-para-si. É na luta que essa classe se reúne e constitui-se em classe-para-si. Os interesses que ela defende tornam-se interesses de classe. A classe se reconhece como classe, com interesses próprios. E Marx complementa: a luta de classe contra classe é uma luta política.

E é política porque transcende as questões econômicas, ou melhor, evidencia que suas questões concretas estão relacionadas a um sistema econômico e político que as reproduz. E o movimento social não exclui o político, da mesma maneira que não há movimento político que também não seja social.

Mas os trabalhadores não irão agir sozinhos. Marx discute em *Crítica ao programa de Gotha* essa relação entre as classes. Aponta que a burguesia era a classe revolucionária frente aos feudais e estados médios e que o proletariado é revolucionário face à burguesia porque “crescido ele próprio do solo da grande indústria, se esforça por despojar a produção do carácter capitalista que a burguesia procura perpetuar” (Marx, 1875). E acrescenta que os estados médios, tornam-se revolucionários em vista da sua passagem para o proletariado. Assim, seria um contrassenso afirmar que “todas as outras classes”, como o fez o programa de Gotha, formam uma só massa reacionária. Ainda, Marx (1975) lembrou dos artesãos, pequenos industriais e dos camponeses: “face a nós, formais com burgueses e feudais uma só massa reacionária?”.

A Comuna mostra, por exemplo, a necessidade em fazer essa união entre os proletários e os camponeses. Essa união é feita para fortalecer a ação diante do inimigo comum, as classes exploradoras. O não apoio dos camponeses vai ter reflexos diretos na derrota da Comuna. Marx e Lênin vão apontar as dificuldades que o movimento camponês pode encontrar, devido à sua posição na produção. Os setores não avançados do campesinato poderiam pensar que a solução para os seus problemas seria a divisão do solo em pequenas parcelas, ou seja, a criação de inúmeros pequenos proprietários individuais, o que, além da impossibilidade concreta, difere-se da teoria comunista de coletivização. Mas, apesar da posição oscilante que tiveram os camponeses em diferentes momentos da história, entre eles diante da eleição de Louis Bonaparte, eles também ocuparam papel importante em ações contra o poder dominante e é apenas com a união entre trabalhadores proletários e camponeses que a tomada do poder teria sido possível. Assim mostrou a revolução russa de 1917.

Do mesmo modo que a burguesia ganhou o apoio das demais classes para realizar a sua revolução, o proletariado, para realizar seus interesses de classe que assumem uma posição de libertação, iria receber o apoio – e apenas com esse apoio – de outras classes – como os camponeses - para transformar as relações sociais de produção. O sucesso da revolução proletária nos países europeus “depende da sua capacidade de separar os pequenos proprietários rurais, pobres, da burguesia e do Estado que o exploram indiretamente, e de o aliar à luta contra as classes dominantes, sob direção da classe operária” (Balibar, 1975, p. 35).

A organização proposta por Marx e Engels, então, é marcada não apenas por uma postura teórica como por uma ação prática. A combinação da teoria e da prática, de uma teoria revolucionária aplicada a uma prática revolucionária, que tem por base o socialismo científico, o estudo aprofundado sobre a organização social e sua crítica, isso tudo compõe a teoria marxista do partido, que não encerra em Marx.

Militantes russos, entre eles Trotsky e Serge e, especialmente, de Lênin, vão aprofundá-la. É, também, o contexto da Rússia que permitirá que seja desenvolvido um partido como o bolchevique. A falência da Comuna, que evidencia a falha de partidos conspiratórios, e a falência dos partidos social-democratas e mesmo da Segunda Internacional, que acabam por perder a independência de classe e, posteriormente, a vitória da revolução russa vão mostrar que uma organização que combine atividades legais, públicas, e clandestinas – e mesmo ações de violência – seria a chave para garantir o avanço da consciência de classe e, ao mesmo tempo, evitar que todos os revolucionários fossem duramente reprimidos diante de uma ação repressiva do Estado – que é inevitável. Para além, também, da própria traição que poderia ocorrer no seio do partido.

As ações legais e públicas combinadas com a clandestinidade não foram, necessariamente, exercidas em separado. Muitas vezes se combinavam, já que, por exemplo, a ação de divulgação teórica e instrução das massas teve que ser realizada em espaços públicos e, em alguns momentos, de maneira clandestina. Ou até mesmo através da utilização de codinomes ou apelidos.

Quanto mais se amplia o movimento popular, mais se revela a verdadeira natureza das diferentes classes e mais premente é a tarefa do partido em dirigir a classe, em ser seu organizador. Lênin afirma que com o evoluir da revolução foi preciso instruir as massas, ou seja, a atividade de formação do partido, a elevação da consciência é feita durante todo o período e por vezes precisa de atividades clandestinas. Como esse alargamento da organização relaciona-se, muitas vezes, com as ações de guerra, a atividade clandestina

permanece necessária. Em *Novas tarefas e novas forças* (p. 142), afirma: “Em tempo de guerra é preciso instruir mais recrutas diretamente nas ações de guerra. Por isso lançai-os na batalha, recrutai mais jovens operários, alargai o quadro habitual de todas as organizações do partido, a começar pelos comitês e a acabar nos grupos de fábrica, nas associações profissionais e nos círculos estudantis!”.

O Partido Operário Social-democrata da Rússia tinha um programa mínimo, que previa transformações realizáveis no quadro de uma revolução democrática (burguesa). Mas esse programa também tinha reivindicações fundamentais e reivindicações parciais que derivam delas ou que a elas se submetem. Assim, seria necessário mostrar às massas, em forma breve e precisa, o objetivo desse governo e suas tarefas. Os objetivos imediatos e gerais são difundidos, dirige-se ao povo chamando-o à luta e convidando-o a realizar, por sua iniciativa própria, as reformas democráticas fundamentais. Diante da circunstância da Rússia, Lênin afirma que os representantes conscientes do proletariado, os membros do partido, tiveram que “esquecer” seu objetivo socialista, sua independência de classe e partido, para formular palavras de ordem democráticas avançadas, tal qual teria se passado na Alemanha. Para o proletariado, a revolução democrática teria sido uma primeira fase para a emancipação. Mas essa fase teria que ser superada o mais rápido possível a fim de proclamar uma democracia consequente: exército revolucionário e governo revolucionário.

Veja-se que a realidade russa exigia, anteriormente, a conquista da república democrática, por isso o partido apresenta pontos essenciais e um programa imediato de um governo revolucionário, indispensáveis para conquistar a república democrática³⁷. No contexto da Comuna, por exemplo, esses pontos ainda estavam para ser conquistados. Os franceses não haviam conquistado sequer a república democrática, que acaba por iniciar seu desenvolvimento com a proclamação da terceira república. Todavia, eram ainda bandeiras a serem levantadas e, portanto, o partido deveria ter um programa imediato que buscasse essas conquistas políticas.

O partido deve reconhecer que a insurreição é colocada como ordem do dia pelo curso objetivo dos acontecimentos. Em 1905, a “alteração das condições objetivas da luta, que impunha a necessidade de passar da greve à insurreição, foi sentida pelo proletariado muito antes de o ser por seus dirigentes. A prática adiantou-se à teoria” (Lênin, p. 43).

³⁷ São eles: assembleia constituinte de todo o povo, liberdade política, plena liberdade às nacionalidades oprimidas e sem direitos, jornada de trabalho de oito horas, formação de comitês revolucionários camponeses. Ora, se tomarmos os termos com profundidade teórica, veremos que eles apresentam um avanço mesmo no tocante a repúblicas democráticas. Por exemplo, a jornada de trabalho de oito horas é lei em muitas repúblicas democráticas da atualidade, mas em que medida essa lei se cumpre? De alguma maneira, os pontos foram realizados com as repúblicas democráticas.

Em *Marxismo e revolução*, Lênin (p. 309) afirma:

Para ter êxito, a insurreição deve apoiar-se não numa conjuntura, não num partido, mas na classe avançada. Isto em primeiro lugar. A insurreição deve apoiar-se no ascenso revolucionário do povo. Isto em segundo lugar. A insurreição deve apoiar-se naquele ponto de viragem na história da revolução em crescimento em que a atividade das fileiras avançadas do povo seja maior, em que sejam mais fortes as vacilações nas fileiras dos inimigos e nas fileiras dos amigos fracos, hesitantes e indecisos da revolução. Isto em terceiro lugar.

O sucesso da insurreição estaria ligado ao avanço da classe e ao nível de organização de seu partido, capaz de compreender as condições objetivas postas. É num momento em que o povo, muitas vezes em situações de marasmo e conformismo, rompe essa barreira e se põe a exigir mudanças em suas condições de vida, momento em que torna-se possível aprofundar a crítica ao governo e o sistema.

Lênin afirma que, no fim do regime czarista, as organizações revolucionárias, vastas e disciplinadas, começaram a frutificar nos seios das massas. Sem terem deixado de ser ativas, haviam adquirido uma longa experiência, o prestígio e o apoio da tradição. Graças à ciência da conspiração, alguns revolucionários puderam viver clandestinamente nas capitais russas durante meses e até mesmo anos. Para realizar a revolução, enfrentar a polícia e a repressão organizada pelo czar russo, os revolucionários teriam tido que se preparar militarmente e construir organizações clandestinas.

Para dar sistematização às ações e garantir o êxito da insurreição, consolidando suas conquistas, Lênin afirma que é preciso um governo e um exército revolucionário. Ambos já vão se desenvolvendo antes mesmo da instituição da república democrática e a própria constituição da república democrática faz parte de seu programa mínimo.

Na teoria de Lênin, o governo revolucionário é um poder paralelo organizado antes da tomada do poder³⁸, que deve mobilizar o povo e organizar sua atividade revolucionária e é indispensável à direção política das massas. É necessário para empreender as transformações políticas em nome das quais se faz a revolução.

O governo iria empreender as transformações políticas para estabelecer a autoadministração revolucionária, para convocar uma assembleia constituinte e popular. Ele seria indispensável à unificação e à organização políticas da parte insurreta. Essa organização é provisória, tal qual o governo, que toma o poder em nome do povo, para exprimir a vontade do povo e para agir por intermédio dele. Ela deveria ocorrer rápido e estar ligada ao progresso

³⁸ Lênin afirma que o governo revolucionário é indispensável à direção política das massas, primeiro no território arrancado do czarismo pelo exército revolucionário e depois em todo Estado.

da insurreição. A direção política e a direção militar seriam indispensáveis para a vitória. O dever dos revolucionários seria prevenir o povo contra as promessas ineptas e preconizar transformações realizáveis nesse momento, indispensáveis à consolidação da revolução. A própria luta vai contribuir na formação da consciência militante. Lênin aponta que o governo precisaria da iniciativa revolucionária do povo.

Mas como a criação do governo revolucionário e a organização militar deveriam ser feitas pelo povo, a atividade não é meramente clandestina. Lênin afirma que é preciso que o próprio exército oficial torne-se revolucionário, ou seja, a revolução precisa adquirir um caráter de massas e influenciar o próprio exército, de modo a fazer com que uma parcela dele entre para as fileiras da revolução. Retira esses ensinamentos já das ações de 1905, quando as ações são duramente reprimidas. Segundo ele, é impossível lutar contra um exército moderno e apenas a ruptura no seio dessa instituição permitiria fazer com que a insurreição acontecesse. Diante disso, Lênin defende o reforço do trabalho no interior das Forças Armadas, capaz de desenvolver os estudos militares e atuar no sentido da organização do exército.

Em 1905, os acontecimentos da Rússia fazem quebrar a tradição de obediência do exército, mas este ainda não seria todo revolucionário. O nível político dos marinheiros e dos soldados ainda seria muito baixo. Diferente disso, em 1917 os bolcheviques tinham a maioria nos sovietes de deputados operários e soldados de ambas as capitais e que é em virtude disso que Lênin sustentou que eles deveriam e poderiam tomar o poder – e assim o fizeram. “Podem, pois a maioria ativa dos elementos revolucionários do povo de ambas as capitais é suficiente para arrastar as massas, para vencer a resistência do adversário, para destruir, para conquistar o poder e mantê-lo” (Lênin, 1988, p. 307). Essa mudança foi fundamental para a vitória da insurreição.

É esse trabalho que permitiu avançar a consciência dos militares. O exército não permaneceu neutro. Essa consciência combinada a questões concretas permitiram a ocorrência de revoltas nas Forças Armadas, muitas vezes ligadas a sua condição. O exército revolucionário russo foi possível pois as revoltas ocorreram, combinadas com a a passagem de uma boa parte dos membros para a revolução. Segundo ele, primeiro iniciaram atos de desobediência, protestos de oficiais, explosões entre os reservistas, agitação entre os soldados e mesmo a recusa dos soldados em disparar contra os trabalhadores. Depois, uma parte do exército parra a lutar ao lado da insurreição.

São os destacamentos que proclamam a insurreição, iniciam a transformação revolucionária, fornecendo às massas a direção militar indispensável à guerra civil, e

desdobram a iniciativa revolucionária das massas. A função dos destacamentos também seria criar pontos de apoio à ação aberta do povo e alargar a revolta às localidades próximas; garantir – ainda que, a princípio, numa pequena parte do território do Estado – uma completa liberdade política; iniciar a transformação revolucionária e desdobrar em toda a sua amplitude a iniciativa revolucionária das massas populares. Segundo Lênin, o exército revolucionário seria necessário para a luta militar e para dar uma direção militar às massas populares em luta contra os restos das forças armadas. Só após terem tomado consciência desses novos objetivos, os destacamentos poderiam servir de apoio a um governo revolucionário.

Os bolcheviques assimilaram as experiências de insurreição pelas quais passaram o proletariado e, com isso, conseguiram exercer o papel de direção. Eles trabalharam para a compreensão da insurreição de dezembro. Segundo Lênin, as formas essenciais do movimento de dezembro foram a greve pacífica e as manifestações, e a maioria dos trabalhadores só participou dessas formas de luta. Esse movimento mostrou que a greve geral como forma de luta estaria ultrapassada e que o movimento ultrapassa esses quadros estreitos para dar origem à insurreição. E sob a pressão das circunstâncias objetivas que apareceram que a greve se transformou em insurreição.

Lênin verifica que as teses de Marx foram comprovadas pelos acontecimentos de dezembro. A primeira lição dos acontecimentos de dezembro é a necessidade de fazer agitação em favor da insurreição. A segunda lição é a necessidade de um exército revolucionário. Os acontecimentos provaram que a principal regra da insurreição é a ofensiva. Por isso, é preciso agrupar-se em torno do problema da insurreição armada. E a terceira lição é que a tática militar depende da técnica militar. Ou seja, a organização militar precisa acompanhar os progressos tecnológicos, a técnica precisa ser desenvolvida. O exame concreto das questões militares e a utilização da ciência militar são imprescindíveis. São as condições objetivas impostas pela insurreição que tornam essa atividade fundamental.

Mas esse exército não se assemelha ao exército tradicional, ainda que tenha e precise de muitos de seus aparatos, da experiência e dos conhecimentos científicos dos especialistas militares burgueses, oficiais, suboficiais e técnicos, a fim de enfrentar a intervenção imperialista. Como afirma Lênin em *A questão militar e o trabalho nas forças armadas*, o exército revolucionário deve se confundir com o povo em armas e os soldados, que tem formação militar no exército tradicional, devem levar seus conhecimentos para o povo. Assim, a caserna deve desaparecer e ser substituída por uma escola militar livre.

Desde o período anterior à revolução, quando está sendo formado o exército revolucionário, a organização militar já tem outras bases. Lênin afirma que o exército de uma

monarquia feudal seria diferente de um exército depois da revolução burguesa; ao mesmo tempo em que seria diferente o exército do regime russo imperial do exército vermelho.

Esse ponto, no tocante a transformação do exército, é verificado na experiência da Comuna e é também essa experiência que contribui para a formação dessa teoria: a de que o exército revolucionário é, antes de tudo, o povo em armas. Como o primeiro decreto da Comuna suprimia o exército permanente e o substituía pelo povo armado – na verdade, pela guarda nacional – ela passa a ser um exemplo de mudança qualitativa a ser seguido.

As funções puramente militares do exército revolucionário são designar patrulhas e alojar destacamentos. Foram criados quartéis gerais insurrecionais a fim de assegurar a permanência militante em condições de serem informados a tempo sobre as ações do inimigo. As questões militares foram estudadas também em tempo de guerra civil.

Segundo Lênin, em *O marxismo e a insurreição*, a revolução russa começou com a ação de homens isolados e a segunda etapa na preparação histórica foi a efervescência das massas, “que se manifestou tanto na forma de cisão dos partidos oficiais como na forma de publicações ilegais e na forma de manifestações de rua. Intensificava-se o protesto contra a guerra – aumentava o número de vítimas das perseguições governamentais” (Lênin, 1988, p. 309). A terceira etapa é a véspera da revolução, quando ocorreram as prisões em massa de dirigentes de partidos³⁹. Isso teria ocorrido na Itália e na Alemanha.

É interessante observar que, em Paris de 1870-1871, tanto a ação de homens isolados, como a efervescência das massas e, posteriormente, a prisão dos líderes – Blanqui é preso em 17 de março de 1871 – ocorrem, o que evidencia que a cidade passava por um momento político bastante singular, que iria desencadear na luta entre *communards* e *anticommunards*.

Ou seja, a atuação militar mostrou-se crucial para um partido revolucionário. A organização militar é a organização da força. O exército revolucionário é necessário porque a força é necessária, ou seja, porque para superar uma forma de organização social baseada na dominação e organizada através do uso sistemático e organizado da força, a força é necessária. E esse exército não foi extinto após a tomada do poder, ele continuou a existir mesmo durante a ditadura do proletariado.

³⁹ E, efetivamente, às vésperas da tomada do poder, Lênin escreve uma *Carta aos Membros do Comitê Central* (em 24 de outubro – 6 de novembro): “Escrevo estas linhas na noite de 24, a situação é extremamente crítica. É claríssimo que agora, na verdade, a demora na insurreição equivale à morte. (...) É necessário que todos os bairros, todos os regimentos, todas as forças sejam imediatamente mobilizados e que enviem sem demora delegações ao Comitê Militar Revolucionário, ao CC dos bolcheviques, exigindo insistentemente: não deixar em caso algum o poder nas mãos de Kerenski e C.^a até 25, de modo nenhum; decidir a questão obrigatoriamente hoje à noite ou de madrugada (Lênin, 1988, p. 389)”.

Lênin aponta para o apoio dos Estados vizinhos, que vem salvar um Estado que já está sendo dominado. E esse receio também estava presente entre os *communards*, que pensavam que a Prússia poderia, a qualquer momento apoiar as tropas de Thiers, o que efetivamente ocorreu, ainda que não imediatamente, inclusive com a libertação dos soldados franceses para que lutassem contra os *communards*.

Veja-se que mesmo nas repúblicas democráticas, determinadas ações, como a organização de um exército revolucionário, são consideradas ilegais e proibidas. Consequência disso, seus membros sofrem dura repressão, uma repressão, por vezes, maior que aqueles que são apenas críticos ou opositores do governo sofreriam. Essa repressão justifica, ainda mais, a necessidade das ações clandestinas e a ilegalidade. O objetivo da tomada de poder, de modo a conduzir à destruição da antiga sociedade, que só ocorreria através da luta armada, justificaria a realização da atividade clandestina. Ainda, muitas das atividades que foram realizadas pelos revolucionários eram e são consideradas ilegais.

Essa atuação clandestina foi fundamental para organizar a fuga em momentos de grande repressão. Muitos dos *communards* irão viver no exílio e é com o auxílio de atividades clandestinas e secretas que eles conseguiram escapar e se esconder. Por exemplo, a utilização de documentação falsa foi constantemente usada pelos militantes para que pudessem escapar da repressão. Veja-se que foram os republicanos que lideraram e legitimaram os massacres de maio, ainda que tivessem sido apoiados pelos bonapartistas e pelos monarquistas e que, durante a semana sangrenta, alguns generais republicanos tivessem tido uma postura “menos dura” que alguns generais do Império.

Serge, explorando sobre a organização do partido bolchevique, vai afirmar que a própria polícia política russa, em função da fiscalização que exerceu, conhecia melhor a estrutura do partido bolchevique que seus próprios membros. Após a tomada do poder, eles teriam visto como a polícia os havia estudado e desenvolvido métodos de perseguição. A Okhrana russa, a polícia política, teria se desenvolvido a partir de 1900. A nova escola organizou cientificamente a polícia secreta, a delação, a denúncia e a traição no seio dos partidos revolucionários. Ela estudava os partidos e como eles se organizavam. Por isso, a preparação e a precaução no interior dos partidos revolucionários seriam fundamentais.

Ora, para um partido revolucionário, se deixar surpreender por ser posto fora da lei, é desaparecer. Em contrapartida, estar preparado para a clandestinidade, é ter certeza de sobreviver a todas as medidas de repressão. (...) A legalidade tem nas democracias capitalistas mais ‘avançadas’ alguns limites que o proletariado não pode respeitar sem se condenar à derrota. Não tolera a propaganda no exército, que é uma necessidade vital. Sem a participação pelo menos de uma parte do exército, não há

revolução vitoriosa. É esta a lei da história. Em todo o exército burguês, o partido do proletariado deve fazer nascer e cultivar as tradições revolucionárias, ter organizações ramificadas, persistentes no trabalho, mais vigilantes no inimigo (Serge, p. 67).

Assim, a preparação seria o elemento capaz de fazer com que fosse possível escapar da vigilância do inimigo, para que o partido não perdesse seus membros. Inclusive, a possibilidade de um golpe de direita, por exemplo, nos países mais “democráticos”, justificaria a necessidade dessa preparação. Serge vai afirmar que as organizações teriam tido que aprender a combater a delação, que não apenas gera, dentro dos partidos revolucionários, uma desconfiança como pode colocar todo o movimento a perder.

É interessante ressaltar que a questão da traição e da delação exerceram um papel significativo durante a Comuna de Paris e que mesmo alguns de seus líderes teriam sido mortos em decorrência dessas atividades. O próprio início da semana sangrenta é apontado, por muitos pensadores, como uma ação de traição e delação, já que foi através da indicação de alguém que estava em Paris que o exército *anticomunard* conseguiu entrar na cidade. E se a delação e a traição são ações que permeiam a política, ao partido não seria possível evitá-las, mas apenas desenvolver uma atividade capaz de impedir que maiores consequências ocorram.

A organização em partidos permeia a teoria marxista e, depois de Marx e Lênin, muitos outros pensadores irão estudar seu contexto histórico para pensar na criação de organizações capazes de realizar as tarefas revolucionárias. Gramsci desenvolve o conceito de intelectuais e sua função diante de uma organização partidária, que atue no sentido de formar a consciência de seus membros e ao mesmo tempo tenha inserção ampla, diante das novas configurações do Estado – o Estado Moderno e ampliado. Retomando a noção de Príncipe desenvolvida por Maquiavel, que pensava em solucionar os problemas e conflitos de uma Itália fragmentada em províncias, Gramsci irá atribuir ao Príncipe Moderno a função de centralizar e dirigir as atividades políticas da classe organizada em torno dele. Para Gramsci, o moderno príncipe só pode ser um organismo, “um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (Gramsci, 1989, p. 6). Suas metáforas, decorrência das condições em que vivia – prisão e perseguição política – permitem refletir sobre sua teoria – que também é revolucionária e crítica ao Estado.

Já segundo Althusser (2003, p. 129), os efeitos da luta de classes podem ser vistos nos partidos operários revolucionários - os partidos comunistas.

Como estes são as organizações de classe operária são, em princípio (já que também eles podem cair no reformismo e no revisionismo) totalmente alheios aos interesses da classe burguesa e a seu sistema político. Sua ideologia (sobre cuja base recrutam seus membros) é antagônica à ideologia burguesa. Sua forma de organização (o centralismo democrático) os distingue dos partidos burgueses e, inclusive, dos partidos social-democratas e socialistas. Seu objetivo não é limitar sua atuação ao Parlamento, mas estender a luta de classes ao conjunto dos trabalhadores, e da economia à política e à ideologia, mediante formas de ação que lhe são próprias e que desde logo nada têm a ver com depositar uma cédula de voto numa urna, a cada cinco anos. Conduzir a luta de classe operária em todos os terrenos, muito além do parlamento, essa é a tarefa de um partido comunista. Sua vocação última não é participar do governo, mas derrubar e destruir o poder de Estado burguês (Althusser, 2003, p. 129).

Um partido comunista, para Althusser, não poderia entrar no governo de um Estado burguês mesmo se esse governo fosse um governo “de esquerda”, para gerir os assuntos de um estado burguês. Entraria, em todo o caso, para dar maior amplitude à luta de classe e preparar a queda do Estado burguês. Se o partido se dedica a gestão, confundindo-se como Estado, não poderia contribuir para sua destruição. Um partido operário nada teria a oferecer aos que a ele aderem em relação a vantagens materiais. Seria uma organização de luta da classe operária. Organizaria seus membros de modo a levar a luta de classes em todas as suas formas: econômica, política e ideológica. Sua prática de política, ilegal e legal, parlamentar ou extraparlamentar, nada teria a ver com a prática da política burguesa. Instituir-se-ia sobre a ideologia proletária.

A ideologia do partido comunista seria uma ideologia de massas, capaz de unificar a vanguarda da classe operária em suas organizações e luta de classe. “É ideologia, uma vez que a nível das massas, funciona como toda ideologia (interpelando os indivíduos como sujeitos), mas impregnada de experiências históricas, iluminadas por princípios de análise científica. Tal como se apresenta, constitui uma das formas da fusão do movimento operário com a teoria marxista” (Idem, p. 124).

Não se pode dizer que havia um partido organizado nos moldes que Marx escreveu atuando na França, no período em que a Comuna de Paris ocorre. A Primeira Internacional, quem mais se aproximou, inclusive pela influência de Marx, não chegou a ter a organização e atuação necessária para centralizar as ações da Comuna e a crítica a essa desorganização durante os 72/73 dias de luta é que será feita pelos estudiosos desse período.

Mas a Comuna mostrou a importância da realização de ações combinadas e sistematizadas e, portanto, da atuação de um partido. E provou também que as técnicas militares mudam conforme os avanços militares. Engels, estudioso da ciência militar, afirma que os métodos de luta dos trabalhadores consagrados ao longo do século XIX estavam superados.

As transformações de todas as condições de guerra pelo recrutamento de toda a população apta a empunhar as armas em exércitos cujos efetivos se contam por milhões, as armas de fogo, os obuses e os explosivos de efeito desconhecido até então (...) puseram bruscamente fim ao período das guerras bonapartistas e asseguraram o desenvolvimento industrial pacífico, tornando impossível qualquer guerra que não seja uma guerra mundial de inédita crueldade e cujo desfecho seria absolutamente incalculável (Engels, 1895, p. 22-23).

Engels afirma que os métodos de 1848 e de 1871 não vão mais funcionar e que, portanto, a barricada não seria mais a forma de organização da luta, até porque as cidades são reconstruídas – veja-se que Paris é modificada antes mesmo da Comuna com as intervenções de Haussmann. Sustenta, também, que as revoluções, a partir de agora, seriam revoluções de maioria e não mais de minorias, ainda que em 1917, na Rússia czarista e em virtude de seu contexto, tivesse sido possível uma “revolução de minorias”. Com o ocidente urbanizado e estruturado sob a base de exércitos permanentes organizados, não seria possível uma revolução da minoria.

Ora, mas ainda que o avanço tecnológico tenha trazido novas configurações para a luta e mesmo a luta de rua, fazendo com que a luta de barricadas não seja mais a forma de organização de luta por excelência, isso não significa que ela não seja uma tática a ser utilizada durante levantes populares e mesmo em guerras civis. Sua utilização não é descartada, ainda que possa não ser mais o foco central da organização. Até porque o desenvolvimento urbano e militar não se manifesta da mesma maneira em todo o mundo. Algumas guerras atuais mostram que as barricadas permanecem sendo utilizadas em frentes de batalha. Assim foi a guerra entre Bósnios e Croatas, especialmente em Mostar, onde as barricadas ainda podem ser vistas.

Nos ataques sérvios contra a Bósnia, entre de 1992 a 1995, por exemplo, é possível ver como, apesar do desenvolvimento das técnicas militares, as configurações da guerra podem assumir aspectos como aqueles do século XIX. Foi uma guerra que envolveu ataques entre vizinhos, ou seja, não será realizada uma destruição total da cidade, pois isso não representava o interesse dos sérvios – responsáveis pelo ataque, que pretendiam anexar o território Bósnio à Sérvia. A utilização de *snyppers* foi frequente, bem como os ataques

inesperados, mostrando como aspectos modernos combinam-se com aspectos antigos. O *corpo a corpo* não teria sido eliminado mesmo em guerras da atualidade.

A utilização de barricadas também varia conforme o contexto político de cada insurreição. Kessel (1971: 323) afirma que a barricada não tem a mesma função em cada época e mesmo durante a mesma época. As barricadas tiveram funções diferentes ao longo da história da França. Durante a Comuna, a barricada foi usada para conter os *anticommunards*, em junho de 1848 ela foi utilizada para romper com o inimigo; em maio de 1968, a barricada serviu para provocá-lo. Assim, elas podem ser apenas simbólicas. Ainda que se possa crer que essa forma de luta teria sido superada tendo em conta o progresso do aparelho repressivo, Kessel sustenta que são as características políticas da luta que fazem com que isso não ocorra. Porque a barricada é, antes de tudo, uma arma de guerra civil.

Mesmo a ação da polícia e da repressão não teria podido evitar o curso da história. Serge sustenta que esse poder político mostra-se eficaz quando atua no sentido do desenvolvimento histórico e impotente quando vai contra ele. Ou seja, diante das condições objetivas postas e de uma organização subjetiva eficiente, até a polícia secreta e política falhou.

Se uma das críticas feitas aos *communards* está no terreno militar, em suas falhas e deficiências, isso não significa que muitos desses militantes considerassem que essa atividade não era necessária. As dificuldades, muitas vezes, ocorreram mais por falta de conhecimento específico e pelas dificuldades que a situação impõe. Efetivamente, a Comuna possuía o povo em armas, organizada na guarda nacional, que não possuía uma mesma lógica e organização que o exército. E, mesmo uma parte dos soldados tivesse se recusado a lutar contra os *communards*, além de terem vindo lutar *nas fileiras* da revolução, isso não significou a vitória. Inúmeros fatores interferem e muitas dessas condições que permitem que uma revolução inicie e seja vitoriosa transcendem a questão militar e a atuação ou vontade dos militantes e do partido. As circunstâncias são legadas pelo passado.

d. Revolução: processo, ruptura e consolidação

Se um partido é revolucionário é porque a realização da revolução está em seu horizonte e programa. Ou seja, porque ele entende que apenas com uma revolução seria possível atingir seu objetivo. Mas o que seria uma revolução? A revolução não é uma forma de luta, mas que formas de luta permitiriam a sua realização? Como ela seria realizada? E qual a sua relação com a guerra civil? Aliás, o que diferencia a guerra civil das outras guerras? Apesar

da relação constante entre guerra externa e guerra interna, a ocorrência de uma guerra entre nações não traz, necessariamente, as condições para uma revolução.

Para Lênin, as guerras revolucionárias são as guerras dos oprimidos contra a classe opressora. E as guerras coloniais podem ser, para os europeus, a guerra imperialista contra os outros povos, mas também são muitas vezes as guerras nacionais ou as sublevações nacionais desses povos oprimidos. Assim, o imperialismo dá origem a muitas guerras nacionais, que podem ter motivações diferentes.

Lênin (1984) diferencia as guerras justas das injustas. As guerras injustas seriam as guerras de anexação, imperialistas e colonialistas. Justas seriam as guerras travadas pelos povos pela independência, contra o colonialismo, pela libertação nacional e social. A guerra dos *communards* era, antes de tudo, uma guerra justa, diante de suas motivações.

Os autores costumam diferenciar a guerra civil das guerras entre nações. Afirmam que a guerra civil é uma guerra que acontece entre grupos – ou classes – em um país, ou seja, é um mesmo povo que luta entre si. Não é uma guerra que se estabelece entre povos ou nações distintas, mas sim uma guerra que ocorre dentro do que hoje costumamos chamar de país ou nação. Afirma-se, portanto, que é uma guerra “interna”, dentro de um mesmo Estado. A guerra onde uma parte do povo propõe-se a tomar o poder em seu próprio território é uma guerra civil. Para Lênin, as guerras civis são o prolongamento, o agravamento, em certas condições, inevitável, da luta de classes.

Lênin afirma que a guerra civil é uma guerra da classe oprimida contra a classe opressora, dos escravos contra os escravistas, dos camponeses servos contra os senhores feudais, dos operários assalariados contra a burguesia. Trotsky sustenta que “a guerra civil constitui uma etapa determinada da luta de classes, quando essa, rompendo os marcos da legalidade, se localiza no plano do enfrentamento público e em certa medida físico, das forças que se enfrentam⁴⁰”. Ou seja, engloba as insurreições espontâneas, a greve geral revolucionária, a insurreição para a tomada do poder.

Para Lênin, a guerra civil é imposta à população pelo próprio governo. Isso é algo importante a ser compreendido diante do fenômeno a ser estudado: a Comuna de Paris é um exemplo claro de que é o governo que inicia a violência. Ainda que já venha exercendo a violência – mesmo que seja a violência legal e estabelecida pela lei – durante todo o Império, inclusive proibindo a existência de associações e obrigando muitos dos críticos do governo a ir para o exílio, após a fuga para Versalhes eles iniciam o bombardeamento da cidade.

⁴⁰ Leon Trotsky. *Os problemas da guerra civil*. Conferências realizadas na Sociedade de Ciências Militares de Moscou, em Julho de 1924.

Os eventos de 1871 seriam uma guerra civil, pois envolveram, especialmente, pessoas de um mesmo povo, ainda que muitos estrangeiros tivessem participado dela. Ou seja, foram os franceses que buscaram tirar os franceses do poder. Assim, a guerra civil na França diferencia-se da guerra Franco-Prussiana, que é uma guerra entre nações.

O início dos confrontos de uma guerra civil, muitas vezes, pode acontecer após a tomada do poder pela classe dominada. Ou seja, a guerra civil pode não ser a antessala da tomada do poder, mas sim a consequência, e por isso que a continuação do exército revolucionário mesmo após a tomada do poder se faz necessária. A contrarrevolução, portanto, pode vir armada. Assim deu-se na revolução russa, que presenciou uma guerra civil de 1918 a 1921, ou mesmo a Comuna de Paris, que foi atacada pelo exército de Versalhes em abril, depois mesmo da eleição para o Conselho. É a violência com que as classes dominantes vão buscar retomar seu poder que justifica, ainda mais, a ditadura do proletariado.

Lênin, em *A questão militar e o trabalho nas forças armadas*, diferencia as etapas que vão se suceder até chegar a uma guerra civil e uma revolução, ou seja, ele mostra o amadurecimento da insurreição armada. A primeira etapa, a fase mais primitiva, é caracterizada pelos motins. Motins são revoltas inconscientes, desorganizadas e espontâneas. A propaganda e a agitação consciente podem contribuir para que o movimento saia dessa fase primitiva e atinja uma etapa mais avançada. A etapa seguinte seria a ação grevista organizada e as manifestações políticas contra o regime. Nesse contexto, as repressões militares educam e preparam os trabalhadores e preparam-nos para formas mais superiores de ação revolucionária. Começam as primeiras tentativas de resistência armada, ocorrem batalhas de rua e batalhas de barricada. Em seguida, a luta alarga-se e transforma-se em uma insurreição. O exército passa a hesitar e a apresentar casos isolados de desobediência, motins de reservistas, protestos de oficiais, agitação de soldados e recusa de companhias ou batalhões de atirar contra os trabalhadores. Em seguida, uma parcela do exército passa para o lado da insurreição. Assim será formado um núcleo do exército revolucionário. E Lênin (p. 15) conclui: “motins, manifestações, batalhas de rua, destacamentos do exército revolucionário, tais são as fases de desenvolvimento da insurreição popular”. A insurreição popular é a última fase, mas o fato de se estar em fases avançadas não significa que o movimento tenha atingido o grau superior em todo seu conjunto.

De toda a forma, com o avançar do movimento, os representantes avançados da classe serão levados a agir, a assumir novos objetivos, ou seja, os objetivos de uma luta final contra a outra classe, pela pressão do movimento crescente e não por considerações teóricas. A

relação entre o movimento e a postura e ação do partido mostrou-se o elemento desencadeador das ações.

Analisando o movimento operário na Rússia, em *Novas tarefas e novas forças* Lênin afirma que o seu desenvolvimento teve três transições notáveis. “Primeira transição – dos estreitos círculos de propaganda para a ampla agitação econômica entre as massas; segunda – para a agitação política em grande escala e as manifestações de rua abertas; terceira – para uma verdadeira guerra civil, para a luta revolucionária direta, para a insurreição popular armada”. (Lênin, p. 136). O autor também afirma que cada transição foi preparada pelo trabalho do pensamento socialista numa direção e pelas profundas mudanças nas condições de vida e em toda a estrutura psíquica da classe operária, pelo despertar de suas camadas para uma luta mais consciente e ativa.

Segundo Lênin, a luta armada é conduzida por pessoas isoladas e por pequenos grupos de pessoas. Ela persegue dois objetivos diferentes: em primeiro lugar, visa matar pessoas isoladas, chefes e subordinados do serviço militar-policial; em segundo lugar, confiscar meios monetários tanto do governo como de pessoas particulares. Analisando a Rússia, Lênin em *A guerra de guerrilhas* (1984) afirma que, em parte, as pessoas que conduziram a luta armada pertenciam a organizações revolucionárias, em parte (em algumas localidades da Rússia, a maior parte) não pertenciam a qualquer organização revolucionária.

A guerra civil diferencia-se da insurreição popular armada, mas ambas possuem uma ampla relação. A insurreição é uma etapa determinada da revolução. Engels (1852) em *Revolução e contrarrevolução na Alemanha* afirma que a insurreição e a guerra são uma arte e que a insurreição está sujeita a regras de procedimento que se forem negligenciadas, produzem a ruína do partido que não as respeitou. São regras, deduções lógicas da natureza dos partidos e das circunstâncias com que tem de se lidar num determinado caso, mas são simples. Assim, ele entende que a curta experiência por que passaram os alemães em 1848 tornou-os familiarizados com essas regras. E indica que, em primeiro lugar, não se deve iniciar uma insurreição, a não ser que esteja preparado para suas consequências. “A insurreição é um cálculo com grandezas muito indefinidas, cujo valor pode mudar todos os dias; as forças adversárias têm toda a vantagem da organização, da disciplina e do hábito da autoridade; a menos que contra elas se tragam fortes probabilidades, é-se derrotado e arruinado” (Engels, 1852). Em segundo lugar, sustenta que uma vez que se entra no movimento insurrecional, deve se agir com a maior determinação e na ofensiva. “A defensiva é a morte de todo o levantamento armado; está perdido antes de ele próprio se medir com os inimigos”. Assim, seria preciso:

Surpreender os antagonistas enquanto as suas forças estão dispersas, preparar novos êxitos, ainda que pequenos, mas diários; manter o moral ascendente que o primeiro levantamento vitorioso forneceu; reunir, deste modo, do nosso lado, aqueles elementos vacilantes que sempre seguem o impulso mais forte e que sempre procuram o lado mais seguro; obrigar os inimigos a retirar antes de poderem reunir as suas forças contra nós; das palavras de Danton, o maior mestre da política revolucionária até hoje conhecido: *de l'audace* (Engels, 1852)

A insurreição e a guerra civil acabam por ser etapas da revolução, momentos e situações que ocorrem para que uma revolução aconteça. E os *communards* param na guerra civil, ao serem massacrados. O que a experiência da Comuna mostra é que a guerra civil pode acontecer a partir do momento em que um grupo se propõe a tomar o poder revolucionariamente, e a tentativa de evitá-la pode levar, como levou, ao massacre.

Os *communards* iniciam um ato de resistência, matam dois generais, tomam o *Hôtel-de-Ville*, que já estava desocupado, e instalam um governo municipal. Deixam que seja mantido um poder da ordem paralelo, *anticommunard*, num momento em que seria necessário superar esse poder paralelo para deixar apenas o poder *communard*, apoiado em clubes e organizações. Ao não avançar, retrocederam.

Mas revolução é algo diferente de guerra civil e insurreição. Revolução significa ruptura, ou seja, uma mudança política, socioeconômica e cultural. É uma transformação estrutural, um salto “de qualidade”. É uma transformação de todas as esferas da vida: a revolução francesa não deixa dúvidas do que significa uma revolução. Ela ocorre após um longo processo de transformação, mas se dá com a ruptura – que é um “corte” rápido, ainda que precise de todo o processo longo de amadurecimento. A revolução é a destruição das velhas estruturas e a atuação independente das diferentes classes que aspiram a criar à sua maneira a nova superestrutura.

Marx em *Notas Marginais Críticas ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social. Por um Prussiano”* afirma que “a revolução em geral – a *destruição* do poder existente e a *dissolução* das antigas relações – é um *ato político*”. Ou seja, “toda revolução derruba o antigo poder; nesse sentido é *política*”. Mas “toda revolução dissolve a antiga sociedade; nesse sentido é *social*”.

Para Chasin (2000: 64), revolução é “a desobstrução e o recentramento da atividade crítico-prática nos processos de autoconstrução humano-societária, culminando na reconversão por inteiro do metabolismo social”. Chasin argumenta pela importância de se pensar a revolução social ou emancipação humana, apontando que o que está em jogo é o devir do gênero humano considerado na sua concreta configuração de infinitude de indivíduos.

A revolução social como possibilidade real, posta pela lógica onímoda do trabalho, é a afirmação universal do homem, da universalidade da negação de sua condição de classe. A revolução marxiana concebe a liberação da humanidade de todas as classes.

“Sem *revolução* o *socialismo* é irrealizável. Ele necessita deste ato *político* tanto quanto necessita da *destruição* e da *dissolução*. Quando, no entanto, tem início a sua *atividade organizadora*, quando se torna aparente o seu ser em si, o seu *espírito*, o socialismo desfaz-se de seu envoltório *político*” (grifos do autor) (Marx, 1844).

A revolução não é um termo inédito. Não há apenas revoluções proletárias, o que fica evidente com a própria revolução francesa de 1789, quando a burguesia sai como classe triunfante. Mas, segundo Marx, a revolução francesa é uma revolução política.

Balibar entende que a revolução implica ao mesmo tempo democracia e despotismo, ou seja, Marx praticaria a negação da oposição metafísica estabelecida pela filosofia política burguesa e pequeno burguesa entre direito e fato, justiça e violência, força e direito. Essa definição é uma definição política da revolução, é a definição de uma forma política. A revolução é concebida como um processo objetivo.

E se a revolução aparece na teoria de Marx, isso não ocorre por deliberação ou escolha. Evidente que mais fácil seria que as transformações se dessem de maneira simples e rápida, mas é pelo estudo científico que Marx chega a suas conclusões. A organização social capitalista, seu funcionamento, seus valores, suas relações sociais impelem a todos a agir de determinada maneira, reproduzindo seres capitalistas e apenas a alteração de suas estruturas e de como se manifestam suas relações sociais – o que ocorreria por meio de uma revolução, já que em seu termo e conceito ela é exatamente isso – iria permitir a existência de outras relações sociais, de outros valores.

Apenas uma revolução superaria o Estado e as classes sociais e é por isso que, em sua teoria acerca da superação do Estado e da construção do comunismo, Marx defende a revolução como forma de superá-lo. A classe trabalhadora enquanto sujeito histórico capaz de realizar a revolução que iria por fim ao Estado burguês também é uma conclusão de Marx diante dos interesses que a classe trabalhadora vem a desenvolver, em virtude de seu papel, sua função, na produção da vida e nas relações sociais: sua própria emancipação ocorreria com a superação do Estado e das classes. Assim, Marx vai reconhecer o proletariado enquanto a força política capaz de fazer a transformação social. Em *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, Marx escreve sobre o “caráter universal” do proletariado em função de seu “sofrimento universal”.

Marx criticou, constantemente, em suas obras, aqueles que não reconheciam a revolução enquanto forma de chegar ao comunismo – e mesmo a indicação de que na Inglaterra ou na Alemanha seria possível aproveitar-se do sufrágio universal, ampliando as táticas do proletariado em contextos específicos (Engels deixa bem claro que seria em contextos específicos) – os autores sempre deram à revolução um papel fundamental⁴¹.

Para Moraes (2001: 98), as alternativas insurreição ou voto, luta armada ou luta pacífica são táticas, “posto que concernem aos meios (forma de luta e de organização) e não aos fins (o programa comunista)”. Mas ele entende que meios e fins se interpenetram dialeticamente na lógica da ação. Critica os oportunistas que leram no texto de Engels, de forma distorcida, como se ele tivesse renegado a revolução.

Balibar afirma que os representantes do tradeunionismo inglês, rejeitando as lições políticas da Comuna, abandonam o conselho geral da AIT, acreditando na possibilidade da passagem pacífica para o socialismo na Inglaterra, em decorrência das características particulares de seu Estado. Mas Marx vai afirmar que a burguesia inglesa mostrava-se pronta a aceitar a posição da maioria quando as eleições asseguravam o seu monopólio – o que não significa que continuaria com essa postura caso percebesse que não teria condições de vencer as eleições. A revolução, portanto, seria inevitável caso o proletariado tivesse por objetivo realizar seu projeto.

Segundo Lênin, somente a revolução violenta poderia suprimir o Estado burguês. “A necessidade de educar as massas nesta e precisamente nesta concepção de revolução violenta está na base de toda a doutrina de Marx e Engels” (Lênin, 1987, p. 236). Diante das dificuldades pelas quais uma revolução pode passar, Serge afirma que, em seu início, a revolução tem que ser bem dura e, por isso, defende a luta armada.

Essa revolução aconteceria não apenas como consequência de uma ação revolucionária. Ela é resultado de causas econômicas, psicológicas e morais situadas acima e fora do alcance da polícia e da repressão. Os acontecimentos abrem por si próprios, imperiosamente, o seu caminho a despeito de todas as casuísticas. Os antagonismos acumulados durante séculos se desenvolvem e impelem as massas à ação.

Marx, no *Prefácio*, afirma que a revolução ocorre quando as forças produtivas materiais e as relações sociais de produção entram em choque. Um exemplo de avanço das forças produtivas é o salto tecnológico, o crescimento da população que ocorre quando a revolução

⁴¹ Acerca da discussão sobre a revolução e sobre a discussão em torno da via “legal” de chegada ao comunismo, ver “Marx, Engels e Lênin perante a Comuna de Paris”, de Quartim de Moraes e “A Comuna de Paris e a Teoria da Revolução em Marx e Engels: de 1871 a 1895”, de Arcary; ambos em *A Comuna de Paris na História*.

tira o mundo do sistema feudal para o capitalismo. O sistema feudal foi se tornando insustentável diante das novas forças produtivas, por isso foi superado. Quando a produção social da vida passa a ser ameaçada, as condições para a revolução aparecem. Mas não é o grau dos avanços das forças produtivas que faz a revolução, isso, em verdade, torna possível que uma revolução aconteça. As revoluções são feitas e, enquanto há uma classe que quer manter as relações sociais de produção, há classes que só podem alcançar sua libertação superando o próprio sistema.

As condições de superação são produzidas pelo próprio sistema. Engels, na Introdução à edição de 1875 de *As lutas de classes na França*, afirma que “a crise do comércio mundial de 1847 fora a verdadeira mãe das revoluções de Fevereiro e Março, e que a prosperidade industrial que, pouco a pouco, voltara a manifestar-se desde meados de 1848 e atingira o seu apogeu em 1849 e 1850, tinha sido a força vivificante da de novo reforçada reação europeia”. Ou seja, a vitória ou derrota dos movimentos também depende das condições postas.

Com o fim das revoluções de 1848, começa um novo período que só acaba com a Comuna de Paris. “A princípio, é o triunfo da reação, no continente e mesmo na Inglaterra. É o período da aliança reconstituída entre os governos russo, inglês, francês, prussiano, austríaco, que acordam entre si apesar das suas rivalidades, manter a ordem social existente” (Balibar: 1975, p. 37). Essas diferenças são possíveis porque a base das relações é momentaneamente segura. Mas também é nesse momento que começam os primeiros confrontos imperialistas pela divisão do mundo, em que se constitui o império colonial inglês e em que a revolução industrial capitalista se espalha à França, Alemanha e aos Estados Unidos. É também o período das lutas pela libertação nacional dos países europeus como a Itália e o do aumento da classe operária, de sua organização sindical e das grandes greves.

Balibar, analisando as obras *As Lutas de classes na França* e *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*, afirma que Marx, comparando as revoluções francesa e alemã, sustenta que o “estado da relação de forças entre as classes que lutam umas contra as outras na sociedade moderna depende da conjuntura econômica”. E Marx aponta que: “Uma verdadeira revolução não é possível senão nos períodos em que os dois fatores – as forças produtivas modernas e as forças de produção burguesas – entram em conflito umas com as outras”.

Marx teria concluído, também, que os acontecimentos nos diferentes países europeus fazem parte de um mesmo processo revolucionário e que a contrarrevolução e a repressão repousam, na Europa, sobre a solidariedade das classes possuidoras. O Estado moderno é o instrumento desta dominação e solidariedade. A república democrática burguesa é a forma normal da ditadura da burguesia, permitindo a unidade das diferentes frações da burguesia. E é

por isso que a revolução proletária só pode vencer se concentrar contra o Estado suas forças de destruição e de quebrar a máquina do Estado. Para Marx, portanto, a chave da revolução está no “desenvolvimento das contradições da produção capitalista, na concentração do proletariado num movimento político de massa e no conhecimento exato destas condições” (Balibar, 1975, p. 37).

Segundo Lênin (1911), para que uma revolução social triunfe são necessárias, pelo menos, duas condições: um alto desenvolvimento das forças produtivas e trabalhadores preparados para fazê-la. E se o primeiro elemento não pode ser controlado pelos trabalhadores, ao segundo é que cabe todo o esforço revolucionário. Considerando que uma revolução não acontece, ela é feita, e que o comunismo não viria apenas com o decorrer da história, pensar a preparação teórica e militar dos que se propõem a transformação social torna-se questão fundamental e necessária, até mesmo para se caminhar para onde se quer.

Lênin analisa a revolução russa e seu contexto para entender o motivo de ela ter ocorrido. Para que a monarquia desmoronasse em poucos dias, foi necessária a conjugação de uma série de condições de importância histórica mundial. Em *Cartas de Longe*:

Sem os três anos de formidáveis batalhas de classe e a energia revolucionária do proletariado russo, em 1905-1907, seria impossível uma segunda revolução tão rápida, no sentido de ter concluído a sua etapa inicial em poucos dias. A primeira revolução (1905) resolveu profundamente o terreno, arrancou pela raiz preconceitos seculares, despertou para a vida política e para a luta política milhões de operários e dezenas de milhões de camponeses, revelou umas às outras, ao mundo inteiro, todas as classes (e todos os partidos principais) da sociedade russa na sua verdadeira natureza, na verdadeira correlação dos seus interesses, das suas forças, das suas formas de ação, dos seus objetivos imediatos e futuros (Lênin, p. 2).

Analisando o movimento de dezembro de 1905, sustenta que primeiro ocorreram a greve pacífica e as grandes manifestações pacíficas. Iniciam as primeiras barricadas. Em seguida, em decorrência de a artilharia abrir fogo contra as barricadas e as multidões, as barricadas começam a erguer-se sem hesitação. A população vai às ruas, começa uma guerra de guerrilhas, até que as forças governamentais vencem. Passou-se da greve à insurreição.

Dessa maneira, a primeira revolução e a época contrarrevolucionária (1907-1914) que lhe seguiu revelaram a essência da monarquia czarista. Todavia, foi a guerra mundial imperialista que acelerou a história, ou seja, ela gerou crises mundiais, econômicas, políticas, nacionais e internacionais. Ocorreu uma “viragem” da história que deu um golpe na monarquia. Lênin aponta que a guerra mundial esgotou a paciência popular.

Esse ponto teórico é fundamental, daí o aprofundamento disso no capítulo seguinte: a relação entre a guerra civil, as revoltas internas, e uma guerra entre nações, especialmente com caráter mundial. A Comuna de Paris ocorre no contexto da guerra entre a França e a Prússia, após a proclamação do Império alemão. E, de alguma maneira, a postura do governo perante a guerra também vai esgotar a paciência popular, que age no sentido de dar-se a si mesma um governo próprio, de tomar o governo e as decisões para si.

E isso é que estava posto em Paris. Para além do amadurecimento dessas condições, é preciso uma situação concreta para que a revolução ocorra. Ela é decorrência de um processo, mas a ruptura ocorre num determinado momento da história, onde devem estar presentes algumas condições. E é preciso um sujeito capaz de compreender essa situação. Por isso, Lênin entende que apenas quando estão presentes o elemento objetivo e o elemento subjetivo é possível que uma revolução ocorra. O elemento subjetivo relaciona-se à existência de pessoas capazes de fazer a revolução, suficientemente organizadas: o partido. Ou seja, a capacidade da classe revolucionária de, organizadamente, realizar ações que derrubem a ordem dominante, sujeitos capazes de organizar as ações espontâneas.

O elemento objetivo relaciona-se a questões concretas, a situações, que permitem que a revolução aconteça e, portanto, a algo que não é de controle dos sujeitos. Surge, portanto, uma situação revolucionária. É o momento. Segundo Lênin, a situação revolucionária é formada por alguns elementos, dos quais podemos apontar ao menos três, que devem estar presentes para que ela ocorra. Ora, é impossível que ocorra uma revolução sem uma situação revolucionária, entretanto, nem toda a situação revolucionária resulta em revolução.

Os três elementos são⁴²:

- o agravamento extremo da miséria e da angústia (uma verdadeira situação de desespero, de desesperança).
- a crise de cúpula, de uma forma tão grande que gera uma situação de ingovernabilidade. Ou seja, é a impossibilidade da classe governante de manter sua dominação de forma inalterada. Para que a revolução ocorra, não é preciso apenas que a base não consiga mais viver como antes, é preciso que a cúpula também não consiga;
- a ação independente das massas, que não respeita a ordem, que vai às ruas. Normalmente, mantém-se pacíficas, mas que em função da crise e mesmo em virtude do problema de governança, acabam por possuir uma ação independente.

⁴² De Lênin, em *La faillite de la deuxième internationale*.

O amadurecimento da crise do capital produz a crise política, a crise das cúpulas. A necessidade de alteração da forma faz com que uma parte da classe dominante queira fazer uma alteração e outra parte não queira. A classe dominante não tem unidade e, com isso, dá espaço para a classe dominada. Essa classe dominada também não deve ter mais esperanças e, movida por questões concretas que lhe gerarão angústias e lhe farão não acreditar mais no sistema, saem do marasmo e passam a agir.

Lênin em *O marxismo e a insurreição* repete e reforça a noção de situação revolucionária, ao afirmar que a decisão de tomar o poder deve ocorrer quando as condições objetivas para a vitória da insurreição estejam reunidas:

- 1) o apoio da classe trabalhadora, a vanguarda da revolução;
- 2) o entusiasmo revolucionário tem que ter atingido a massa do povo;
- 3) a hesitação de uma amplitude política séria entre os inimigos e entre a pequena burguesia indecisa;
- 4) a possibilidade de manter o poder física e politicamente, ou seja, a existência de trabalhadores e soldados dispostos a lutar e morrer.

A ação, portanto, precisa encontrar um momento histórico que põe as contradições em evidência e que origina as condições objetivas para a tomada do poder, a situação revolucionária.

Segundo Lênin, uma das grandes teses de Marx é que a revolução progride suscitando uma contrarrevolução forte e unida. Ela obriga o inimigo a recorrer a meios de defesa cada vez mais extremos e elabora meios de ataque cada vez mais poderosos.

É essa relação entre revolução e contrarrevolução que justifica a necessidade da dominação do proletariado frente a burguesia e, portanto, um período de ditadura de classe, a ditadura do proletariado. Marx usa a primeira vez o termo em 1848, quando vai fazer um balanço da revolução de 48 e fala em ditadura de classe do proletariado. Volta a falar em ditadura do proletariado em uma carta a Weydemeyer em 5 março de 1952 e aí usa a expressão ditadura do proletariado.

O que de novo eu fiz, foi:

1. demonstrar que a *existência das classes* está apenas ligada a *determinadas fases de desenvolvimento histórico da produção*;
2. que a luta das classes conduz necessariamente à *ditadura do proletariado*;
3. que esta mesma ditadura só constitui a transição para a *superação de todas as classes* e para uma *sociedade sem classes* (grifos do autor).

Toma o termo de Blanqui, fazendo apenas referências adjetivas nesse primeiro momento. Blanqui é herdeiro da conjuração dos iguais de Babeuf e quando Marx apropria-se do termo, resignifica, inclusive, diante da divergência que eles possuem com relação a forma e tática das organizações políticas. Marx e Engels só se propõem a aderir à organização proletária quando ela abandona a perspectiva clandestina.

A expressão “ditadura do proletariado” não está no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848. É a Comuna de Paris que irá estimular Marx a pensar o que consiste esse regime de classe. Analisando a organização política da Comuna, verifica mudanças substanciais com relação ao Estado burguês: a eleição e revocabilidade dos delegados, a dissolução do exército permanente e sua substituição pela guarda nacional, o povo em armas. A Comuna reprime muito pouco.

Balibar aponta que o conceito ditadura do proletariado foi constituído em dois tempos, o primeiro, de 1848 a 1852, em que Marx dá uma significação negativa: “expõe a necessidade de opor à ditadura da burguesia, que realiza o Estado moderno (incluindo o estado democrático da república parlamentar)” (Balibar, 1975, p. 132) e um segundo tempo, onde Marx dá uma definição positiva, em sua análise da Comuna de Paris, cuja simples existência e ação já significa um passo em frente no movimento operário.

Mas, primeiramente, cabe ressaltar que ditadura, para Marx, é a primazia de uma classe no controle do Estado. Ela não significa necessariamente excepcionalidade ou arbítrio. Enquanto a ditadura burguesa tem um caráter burguês, a ditadura do proletariado seria um estado novo, controlado pelos trabalhadores. É uma ditadura de classe porque é um governo que ocorre mediante intervenções despóticas no direito de propriedade. É despotismo, mas não um despotismo ilimitado. É também a conquista da democracia pela luta.

E, para Marx e Engels, ela é um regime e forma de governo. É um regime político transicional e uma forma de governo onde o povo está em armas, onde ocorre a fusão entre poder legislativo e executivo e a liquidação da máquina repressiva do estado. É uma forma de organização da produção nacional e um momento intermediário e necessário para a abolição das classes sociais.

Marx (1875) afirma que “entre a sociedade capitalista e a comunista fica o período da transformação revolucionária de uma na outra. Ao qual corresponde também um período político de transição cujo Estado não pode ser senão a *ditadura revolucionária do proletariado*”.

Marx não usa a expressão Estado proletário ou socialista, simplesmente escreve sobre a ditadura do proletariado, enquanto um momento de transição, fazendo a diferenciação entre a primeira e a segunda fase do comunismo. Lênin aprofunda a análise de Marx e utiliza a

expressão Estado socialista, um estado que já não é propriamente um Estado, referindo-se ao período de ditadura do proletariado, a fase de transição necessária para chegar ao comunismo. Lênin argumenta que, enquanto o Estado burguês tem que ser destruído, o Estado proletário deve definir. O poder político é usado pelos trabalhadores para consolidar sua posição mas, especialmente, para permitir o desenvolvimento da sociedade sem classes. Chama de socialismo ao que Marx chamou de primeira fase do comunismo e comunismo à segunda fase.

A ditadura do proletariado é diferente de ditadura de um partido ou ditadura de uma vanguarda, bem como ditadura de Estado. São os conselhos que vão ganhando força, expandindo-se, formados de trabalhadores.

A discussão em torno da ditadura do proletariado envolve, portanto, o período revolucionário e, especialmente, o momento após a tomada do poder, quando ainda há que se consolidar o poder do proletariado. É uma inversão de poder, mas de um poder que passa a apresentar outras configurações.

Para Rosa Luxemburgo, a classe deve ter a totalidade do poder político, todos os postos e funções, cabendo a ela substituir todos os órgãos da dominação burguesa pelos seus próprios órgãos de classe, os conselhos de operários e soldados. Para Althusser, a classe operária só poderia conquistar sua autonomia sob a condição de libertar-se da ideologia dominante, de marcar diferenças com ela, a fim de proporcionar formas de organização e de ação que realizem sua própria ideologia. Mas a ideologia proletária não seria a inversão da ideologia burguesa, ela é uma ideologia totalmente diferente, que leva em si outros valores, que é a crítica revolucionária. A ideologia proletária, segundo Althusser, “antecipa o que serão os aparelhos ideológicos do Estado da transição socialista, adianta, pela mesma razão, a supressão do Estado e a supressão dos aparelhos ideológicos de Estado no comunismo” (Althusser, 2003, p. 128). O específico dessa ruptura seria que as formas de organização e ação só poderiam realizar-se através de uma luta de longo alcance, que deveria levar em conta as formas de domínio burguês e de combater a burguesia no interior de suas próprias formas de dominação, mas sem nunca se deixar enganar por essas formas, que não seriam simples formas neutras, mas aparelhos que realizariam tendencialmente a existência da ideologia dominante.

O poder, segundo Althusser, seria tomado para destruir o aparelho burguês, substituindo-o em uma primeira etapa pelo aparelho de Estado proletário. Nas etapas posteriores, seria elaborado o processo de extinção do Estado (fim do poder do Estado e de todo aparelho de Estado). Portanto, entre a sociedade capitalista e a comunista ficaria o período da

transformação revolucionária da primeira na segunda. Àquele corresponde também um período de transição política cujo Estado seria a ditadura revolucionária do proletariado.

O proletariado tomaria o poder do Estado para realizar as transformações necessárias para realizar seu programa.

O proletariado toma o poder de Estado e começa por transformar os meios de produção em propriedade do Estado. Mas, com isto, suprime-se a si próprio como proletariado, com isto suprime todas as diferenças de classes e antagonismos de classes, e com isto também o Estado como Estado. A sociedade anterior, que se movia em antagonismos de classes, precisava do Estado, isto é, de uma organização da respectiva classe exploradora para a manutenção das suas condições exteriores de produção, nomeadamente, portanto, para a repressão violenta da classe explorada nas condições de opressão dadas pelo modo de produção vigente (escravidão, servidão feudal, trabalho assalariado) (Lênin, 1979, p. 232).

Balibar, analisando as medidas que devem ser tomadas pelo proletariado apontadas por Marx no *Manifesto*, sustenta que elas fazem corpo com a política revolucionária do proletariado e que ambas estão inscritas dentro da sucessão das etapas do processo histórico que, partindo do capitalismo, está em vias de conduzir para o comunismo. Esta política, portanto, é “*historicamente necessária*: é o único processo de realização efetiva dos objetivos históricos do proletariado” (Balibar, 1975, p. 113).

Chasin, citando Pannekoek, aponta que a luta não é simplesmente pelo poder mas contra o poder de estado. “Em síntese, da tomada do poder político do capital e da destruição de seu aparato estatal à extinção de toda dominação transcorre a revolução social, cabendo à política as tarefas negativas, preparatórias e de apoio” (Chasin, 2000, p. 104).

Marx considera que a passagem para o comunismo está condicionada à realização de um processo único e simultâneo, que articula três aspectos essenciais interligados: o fim da subordinação à divisão do trabalho, e da oposição entre trabalho manual e trabalho intelectual; a transformação do trabalho, que deixa de ser somente um meio de vida para se tornar a primeira necessidade vital; e o desenvolvimento multilateral do homem e das forças produtivas.

É a revolução russa que derruba o czarismo e que vai consolidar o poder dos soviets. Para efetivar-se no poder, o proletariado destruiu o Estado burguês e construiu um novo aparelho de Estado, adaptado à ditadura do proletariado e à sua luta contra a classe dominante para conquistar as massas trabalhadoras não proletárias. Esse novo aparelho de Estado era o poder dos soviets.

Como a repressão realizada pelo estado socialista é uma repressão exercida contra uma minoria burguesa, ela é uma repressão relativamente mais simples, de modo que a própria

máquina a ser usada para repressão também pode ser mais simples, através da organização das massas armadas. Só o comunismo, portanto, tornaria o Estado desnecessário, pois não há que reprimir nenhuma classe, no sentido de uma luta sistemática contra uma parte da população.

Não negamos de maneira nenhuma a possibilidade e a inevitabilidade dos excessos de determinadas pessoas, e igualmente a necessidade de reprimir tais excessos. Mas, em primeiro lugar, para isto não é necessária uma máquina especial, um aparelho especial de repressão, isto fa-lo-á o próprio povo armado com a mesma simplicidade e facilidade com que qualquer multidão de homens civilizados, mesmo na sociedade atual, separa pessoas envolvidas numa briga ou não permita violência contra uma mulher. E, em segundo lugar, sabemos que a causa social fundamental dos excessos, que consistem na violação das regras da convivência, é a exploração das massas, a sua necessidade e miséria. Com a eliminação desta causa principal, os excessos começarão inevitavelmente a extinguir-se (Lênin: 1979, p. 283).

Serge (1925) entende que o código penal do Estado proletário não admitiria, em regra geral, a pena de morte em matéria criminal, nem a de prisão perpétua, sendo a mais forte a de dez anos de prisão. A edificação da sociedade nova – onde não haverá prisões – não começaria por se conseguirem criar prisões ideais. O autor afirma que o legislador e os tribunais teriam em conta as causas sociais do delito, as origens e a condição social do delinquente. Na lei proletária, ter riquezas revelar-se-ia como uma circunstância agravante (diferente da lei burguesa, em que ser pobre é muitas vezes um crime). Onde o Estado capitalista limitar-se-ia a combater os efeitos das causas sociais a que não deseja chegar, o Estado proletário atuaria sobre as causas.

O Estado proletário deveria utilizar menos a repressão do que qualquer outro. A grande diferença do Estado capitalista e do Estado proletário seria que este trabalharia no seu próprio desaparecimento. Lênin aponta que o alargamento da democracia conduz a uma superação do próprio Estado, a uma sociedade sem classes, onde de tão ampla a participação, a democracia deixa de existir. A política enquanto dominação se extingue. Somente na sociedade comunista se tornará possível e se realizará uma democracia verdadeiramente completa e cuja regra não sofrerá exceção alguma. Só então a democracia começará a definir. “Os indivíduos se habituarão pouco a pouco a observar as regras elementares da vida social, de todas conhecidas e repetidas, desde milênios em todos os mandamentos, a observá-las sem violência, sem constrangimento, sem subordinação, sem esse aparelho especial de coação que se chama o Estado” (Lênin, 1987, p. 282). E essas transformações políticas a Comuna de Paris dá início.

No século XIX desenvolveu-se, vindo da Idade Média, o poder de Estado centralizado, com os seus órgãos onipresentes – exército permanente, polícia, burocracia, clero, magistratura. (...) A Comuna foi a forma determinada de uma república que devia eliminar não apenas a forma monárquica da dominação de classe mas a própria dominação de classe... Uma vez eliminados o exército permanente e a polícia, os instrumentos do poder material do velho governo, a Comuna estabeleceu imediatamente como objetivo quebrar o instrumento de repressão espiritual, o poder dos padres... Deste modo, a Comuna substituiu aparentemente a máquina de Estado quebrada apenas por uma democracia mais completa: supressão do exército permanente, plena elegibilidade e amovibilidade de todos os funcionários públicos (Lênin, 1987, p. 250).

Ao analisar a Comuna, Lênin afirma: “observa-se um dos casos de transformação da quantidade em qualidade: a democracia, realizada de modo tão completo e conseqüente quanto é concebível, converte-se de democracia burguesa em proletária” (Lênin, 1987, p. 250). Há um alargamento da democracia, a democracia dos pobres, ao mesmo tempo em que ocorre uma ditadura do proletariado, em que há uma série de restrições à liberdade dos opressores, dos exploradores, dos capitalistas.

Engels deixa claro o reflexo da Comuna na construção deste novo governo, o governo dos trabalhadores. Ela possibilitou pensar novas formas de organização partindo de um momento histórico curto, mas com grande significado para os comunistas. Ainda que ela não tivesse conseguido aprofundar suas medidas, ela continha em si o comunismo.

Para Balibar, a Comuna é um governo da classe operária, cuja nova forma política tem dois aspectos, povo em armas e a supressão do parlamentarismo e do funcionalismo. E esses aspectos significam o fim da especialização e da separação, características do aparelho de Estado. Ele entende que isso seriam as medidas imediatas impostas pelas circunstâncias com o objetivo de dismantelar a máquina do Estado existente e substituí-la por uma forma política diferente.

Balibar aponta que a Comuna prova que o “não-Estado” (termo utilizado por Balibar) é um aspecto inicial do processo revolucionário, sem o qual não existe processo revolucionário. A classe explorada não pode exercer o seu poder pelos mesmos meios nem mesmas formas que a classe exploradora. É uma impossibilidade material: a máquina do Estado não funciona por conta da classe operária. Assim, o reforço do poder de Estado tem como condição o enfraquecimento do aparelho de Estado ou a luta contra sua existência.

Para Balibar, a transformação revolucionária tem uma dupla condição: a existência ao lado do aparelho de estado, de organizações políticas de um novo tipo, organizações de massa, que controlem o aparelho de Estado, que na Comuna eram representadas pelos clubes

de trabalhadores e suas famílias; e a penetração da prática política na esfera de trabalho, da produção. Portanto, para a existência de uma nova prática política, uma política feita de produtores.

Balibar apresenta os clubes numa posição paralela ao Estado, todavia questiono até que ponto os clubes, durante a Comuna, não seriam parte do governo revolucionário. Por outro lado, teria ocorrido a livre manifestação do trabalhador enquanto tal, numa ação cada vez mais liberada da dominação política.

Marx entende que a verdadeira antítese do executivo centralizado foi a Comuna. A Comuna foi uma revolução contra o próprio estado, a negação do segundo império. “Ela é a reabsorção do poder do estado pela sociedade, que constitui suas próprias forças vivas, em lugar de forças que a controlem e subjuguem” (Marx, 1871).

A Comuna é a forma política da emancipação social, da libertação do trabalho usurpado pelos monopolistas dos instrumentos de trabalho. A Comuna constitui o meio organizado de ação, ela propicia o meio racional em que a luta de classes pode atravessar suas diversas fases de modo mais racional e humano. Ela inicia a emancipação do trabalho.

Para Chasin, o que diferencia a velha ordem da nova ordem instaurada pela Comuna, além da notável redução do aparato governamental (burocracia e exército) é a peculiaridade de o poder da Comuna criar o ambiente racional no qual a luta de classes pode atravessar suas diferentes fases do modo mais racional e mais humano.

Badiou percebe a importância da Comuna como um evento, uma singularidade forte. A Comuna é um sítio e o 18 de março é um sítio, ou seja, “um múltiplo ao qual acontece de se compor na situação, tanto em relação a si mesmo quanto em relação a seus elementos, de modo que ele é o suporte de ser de seu próprio aparecimento” (Badiou, 2012, p. 114). O 18 de março é o aparecimento do ser operário no espaço da capacidade política e governamental.

O 18 de março é um sítio no sentido em que ele mesmo aparece como início fulminante e totalmente imprevisível de uma ruptura com aquilo que determina o seu surgimento. “O ‘18 de março’ vem a aparecer, sob a injunção do ser, como elemento da situação que é” (Idem, p. 117).

Badiou entende que a Comuna é uma singularidade, ou seja, um sítio cuja intensidade de existência é máxima. “Existir maximamente durante o tempo de seu aparecimento/desaparecimento dá ao sítio a força de uma singularidade” (Idem, p. 122). E evento é uma singularidade forte: a Comuna também foi um evento. “Reconhecemos a singularidade forte pelo fato de que ela tem como consequência na situação fazer o inexistente

existir (Idem: 125)”. E Badiou continua: “os desconhecidos do comitê central, politicamente inexistentes no mundo de um dia antes, existem absolutamente no dia de seu aparecimento”.

Para o pensador, “o evento Comuna, iniciado em 18 de março de 1871, não teve como consequência a destruição do grupo dominante e de seus políticos, mas destruiu algo mais importante: a subordinação política operária e popular. O que foi destruído é o mito da incapacidade subjetiva” (Idem, p. 126).

Essa foi a importância da Comuna de Paris: mostrar os equívocos de concepções teóricas que se mostraram insuficientes; deixar lições teóricas e práticas para aperfeiçoar a teoria marxista. Ser lição e aprendizado não apenas para os que estiveram participando de suas ações, mas para a classe. Ela trouxe elementos para se pensar o novo e, especialmente, apontou caminhos por onde se seguir.

e. “Comuna”: uma palavra em debate

O que era a Comuna? Qual a origem dessa palavra? Os gritos de “*vive la commune*” causavam terror nas classes dominantes e, ao mesmo tempo, possuíam um grande significado para os militantes. Aliás, os termos históricos utilizados nesse período vão ser objeto de muitas discussões. E, inclusive, um termo com tudo o que ele significava – o *Comité de Salut Public* – irá evidenciar uma grande divisão na Comuna: reflexo, em verdade, do fim que se aproximava.

Muitos autores discutem o que seria “a Comuna” e mesmo na análise do que acontece na França, as compreensões no tocante a Comuna de Paris são diferentes⁴³. Se formos olhar para a história francesa, veremos que não é a primeira vez que a palavra Comuna é utilizada. Documentos da revolução de 1789 ou de outras épocas também carregam a palavra “Comuna”. Ela é, antes de tudo, uma ideia, uma referência política, uma proposta de organização social. É algo que foi – e está - sendo construído.

Tombs (1999) afirma que o termo comuna passou a ser usado como slogan em setembro de 1870. Para os parisienses radicais ele significa o nacionalismo revolucionário produzido pela guerra e pela derrota de Napoleão III. Como a ocupação alemã aumentava, o termo comuna tornou-se uma panaceia da esquerda de Paris, tendo muitos significados. Alguns viam como o governo de uma cidade eleito legalmente, que deveria apoiar o governo da defesa nacional, outros como um movimento revolucionário que deveria substituí-lo. Por muitas razões, ela excitaria os revolucionários e preocuparia os conservadores e moderados.

⁴³ Entre esses pensadores, menciona-se Hannah Arendt, que aborda o tema em seu livro *Sobre a Revolução*.

Historicamente, a municipalidade de Paris é equivalente à Comuna. Ou seja, é uma palavra que vai indicar um Município, uma unidade básica do governo local. Mas, segundo Tombs, há todas as comunas, essas municipalidades, e há a Comuna de Paris, a *Commune de Paris*, que possui, também ela, um significado histórico. Ou seja, existiam muitas comunas com “c” (minúsculo), mas apenas uma com “C” (maiúsculo). Em ambos os casos ela significa democracia local.

Para Paris, a Comuna significava uma declaração de seus direitos de autogoverno. Esses direitos foram abolidos pelo segundo império e a demanda de seu retorno foi uma oposição ao bonapartismo e à centralização de poder. O precedente de 1792 e o decisivo papel ocupado por Paris na guerra de 1870 também significava sua prerrogativa como líder da nação, coração da revolução e baluarte da defesa nacional. O significado da Comuna desenvolvido durante o *siège* foi apresentado por Rougerie: governo popular direto de uma cidade e, porque essa cidade é Paris, porque Paris é a revolução, o *quase-governo* da França.

Segundo Tombs, os contemporâneos afirmam que a Comuna é a continuação do passado. O nome *Commune* tem origem no governo revolucionário de Paris de 1792. As influências da revolução francesa de 1789 são evidentes e podem ser constatadas por algumas medidas adotadas pela Comuna. Os *communards* adotaram o calendário revolucionário de 1793, começando em 1789 e a Comuna adota, ao final, um *Comité de Salut Public*, tal qual os revolucionários de 1789.

Também a assembleia de 4 de setembro de 1870, quando a república é proclamada, ao solicitar a retirada das tropas alemãs e chamar à luta os franceses, faz referência a 1793, à guerra patriótica. Em 1792, durante a guerra entre a França e a Áustria, a cidade de Verdun é sitiada pelos prussianos. O povo é chamado para defender a revolução, sai às ruas e massacra muitos partidários do Antigo Regime. Sob o comando de Danton, Robespierre e Marat, são distribuídas as armas ao povo e foi organizada a Comuna Insurrecional de Paris.

A Comuna insurrecional de Paris, a *Commune de l'an II* (Comuna do ano II), é a portavoz dos elementos revolucionários de Paris. Na noite de 9 para 10 de agosto de 1792, uma comuna insurrecional toma a Praça da *Commune*. Ela defende as ideias dos *sans-culottes* parisienses e tornou-se um dos principais órgãos do governo. Contribuiu para a criação do Tribunal revolucionário e para a instituição do “Terror”. Ou seja, é o governo da Paris revolucionária, insurrecional. Entre 2 e 6 de setembro de 1792, são mortos padres refratários, suspeitos de atividades contra-revolucionárias e presos de delito comum das prisões de Paris. São os chamados “massacres de Setembro”. Em 20 de setembro as tropas revolucionárias derrotaram a coligação antifrancesa na Batalha de Valmy.

A Comuna que Blanqui defende, que tem influências claras do terror da revolução francesa, não tem o mesmo significado para outros grupos. Blanqui defende a Comuna revolucionária, que salvou a França e que não foi produto de uma eleição regular ou de uma emanção burguesa, mas que vem de uma convulsão suprema. A comuna de 92, de Marat.

Em função das complicações que a própria noção de Comuna pode ter, para os blanquistas, deve-se falar de Comuna apenas se falarmos de outro governo, um governo revolucionário, que tomará o lugar daquele que trai – o governo do 4 de setembro. Por isso, Blanqui praticamente nunca usa o termo *Commune*, que não aparece em *La Patrie en danger*, jornal organizado pelos blanquistas.

Os membros da AIT também vão construindo um entendimento sobre a Comuna e, por mais que possam ter questionado a utilização de termos vindos da revolução francesa de 1789, reconhecem que as lembranças desse momento histórico podem contribuir para colocar os parisienses em movimento.

É o comitê central republicano *des XX Arrondissements* que iniciará com as reivindicações da criação de uma *Commune de Paris*. Esse Comitê é formado por iniciativa da *Chambre fédérale des Sociétés ouvrières*, que por sua vez era animada pela AIT. Já na noite de 4 de setembro, após a proclamação da república, a *Chambre* irá exigir eleições municipais imediatas, entre outras medidas. No dia 5, em uma reunião, votam uma resolução para que se organizem comitês republicanos em cada *arrondissement*, e cada *arrondissement* iria delegar quatro de seus membros para formar um comitê central.

A publicação do “*affiche rouge*”, em 15 de setembro, leva a entender que os delegados teriam passado a perceber e, portanto, decidido proclamar revolucionariamente a Comuna. O “*affiche rouge*” vai assustar o governo republicano, ao conter palavras e temas de 1792 e 1793: requisições das propriedades e expropriação, iniciativa e controle popular, levantamento em massa e armamento do povo. Nos dias que seguem a publicação do cartaz, as reivindicações do comitê central cristalizam-se em torno das exigências de eleições municipais. Em tese, isso não é nada revolucionário. Só que Paris não tem nem mesmo as liberdades mais elementares, daí essas reivindicações. O governo marca as eleições para o dia 28 de setembro.

Na sessão de 20 de setembro do comitê *des XX arrondissements*, a Comuna é votada por unanimidade. E eles publicam outro manifesto que é mais radical que o primeiro: afirmam a importância das eleições do dia 28 e defendem uma Comuna soberana, que opere revolucionariamente. Fala-se, portanto, do futuro da república: revolucionária e social. Mas, apesar da radicalização desse manifesto, o comitê central não é um todo homogêneo. Radicais

e moderados embatem-se, discutem. De toda a forma, a palavra Comuna, com seu significado, já ecoa como proposta.

Em 25 de setembro, em reunião do *Comité des XX arrondissements*, afirma-se que a comuna será composta essencialmente de trabalhadores revolucionários e socialistas. No comitê republicano do *X arrondissement*, em 4 de outubro, já aparecem alguns nomes candidatos a formar a comuna: Lemaire propõe como candidatos Victor Hugo, Louis Blanc, Félix Pyat, Delescluze etc, por terem prestado serviço à pátria, e em 7 de outubro Frizon, que participa dos movimentos políticos desde 30, propõe sua candidatura. O *Comité de vigilance du I arrondissement*, em 20 de outubro, também aponta para a importância de excluir exploradores e industriais e, ao mesmo tempo, de eleger socialistas.

O comitê de vigilance do *XV arrondissement*, no início de outubro, afirma que seria necessário eleger uma Comuna, mas uma comuna revolucionária, uma vez que o governo não toma as medidas para salvar a França. O Comitê republicano do *X arrondissement*, em 3 de outubro, defende uma Comuna como a de 92, que organizou a defesa nacional, criou 14 *armées* e decretou a vitória.

Em outubro, o comitê central *des XX arrondissements* publica um manifesto onde o principal redator é Leverdays, reclamando a municipalização, ou seja, afirmando que o Estado ou a nação é apenas a união das comunas. Sustenta a autonomia das comunas, que devem se auto-organizar. Leverdays é discípulo de Proudhon e por isso o manifesto tem suas influências. Rougerie argumenta pela importância de se falar de Proudhon, quando se define a palavra Comuna, pois ele vai influenciar muitos pensadores que buscarão defini-la.

O Comitê do *XV arrondissement* entende que a Comuna tem dois inimigos, os prussianos e a reação. Mas a Comuna terá que colocar a França toda em ação para conquistar seus objetivos. O Comitê Central *des XX Arrondissements*, em 30 de dezembro, tem como ordem do dia “a comuna revolucionária e os meios práticos de instalá-la revolucionariamente”.

Rougerie percebe nos internacionalistas, os quais muitos historiadores qualificam de moderados ou proudhonianos, a referência expressa ao jacobinismo ou mesmo aos *sans-culotte* – o que é interessante, diante da crítica que muitos internacionalistas (especialmente os proudhonianos) fizeram ao uso de termos que lembrassem a revolução de 1789 e o terror, durante o período em que a Comuna existiu.

Mas há uma grande diferença entre as liberdades municipais de Proudhon e o ideal de um governo direto dos *sans-culottes*. Para Proudhon a comuna é a unidade fundamental da soberania democrática.

Arnould defende uma noção de Comuna ligada à ideia de federação. Crítico da centralização francesa, monárquica ou bonapartista, ele identifica na centralização o mal do sistema político francês, a responsável por criar uma cabeça sem corpo ou um corpo sem cabeça. Arnould sustenta que os cidadãos, longe de Paris, onde está localizado o poder político, não conseguem fazer sua educação política. A instrução fica focada na capital, enquanto a província sufoca qualquer possibilidade de instrução. Reforça a noção de comunas autônomas e independentes.

La Centralisation, l'Unité, un Pouvoir fort, sont, en effet, les grands instruments du despotisme, la condition sine qua non de son existence. (...)

Il faut en venir à l'application résolue des principes inscrits sur le drapeau de la Révolution sociale :

Affranchissement du travailleur par le travailleur, - autonomie du groupe.

C'est-à-dire restitution de l'activité, de l'indépendance aux forces vives de toute nation, substitution à l'Etat de la libre fédération de ces forces, dont le siège naturel est la COMMUNE⁴⁴ (Arnould, 2006, p. 104).

A Comuna tem um significado político. Cada organização e, por vezes, cada membro acabou atribuindo à Comuna um sentido diferente. Em discussões nos clubes é possível verificar que seu significado variou. Evidente que tanto a noção de direito políticos de uma municipalidade como a referência à revolução francesa de 1789 são pontos correntes nos debates. E é com o avanço das complexidades que a situação apresenta que a Comuna, com C (maiúsculo), vai aglutinando defensores.

Molinari, analisando os clubes vermelhos, apresenta as discussões que neles foram travadas. Rougerie, analisando o livro de Molinari, sistematiza inúmeros sentidos para a palavra *Commune*, utilizados pelos diferentes Comitês que existem na França, nesse período. No *club ambulante* de Blanqui, na sua sessão de 25 de setembro, sustenta-se que, acima dos inúmeros comitês e clubes criados, deve haver uma *Commune* livremente eleita e capaz de fazer aquilo que Paris necessita: as requisições necessárias, a organização dos gêneros de subsistência.

O clube *du passage Raoul*, em 2 de outubro, também exige uma Comuna e o envio às províncias para organizar *l'armée*, ou seja, a organização armada capaz de defender a França.

⁴⁴ “A centralização, a unidade, o poder forte, são, na verdade, os grandes instrumentos de despotismo, a condição *sine qua non* de sua existência. (...)”

É preciso chegar à aplicação dos princípios da bandeira da revolução social:

Affranchissement do trabalhador pelo trabalhador - a autonomia do grupo.

Ou seja, o retorno da atividade, da independência às forças vivas de qualquer nação, substituindo o Estado pela regra da federação livre dessas forças, cujo habitat natural é a COMUM”.

O clube *de la rue de Paris*, em Belleville, dia 9 de outubro, sustenta que a Comuna será composta de 200 membros entre os revolucionários, que terão um mandato imperativo. Já na rua Jean-Lantier, em 30 de outubro, afirma-se que é necessário uma república democrática e social, uma Comuna de Paris e um diminutivo dessa comuna nas outras vilas e vilarejos.

Durante a reunião dos oficiais da guarda nacional, *salle de la bourse*, em 31 de outubro, Rochebrune afirma que é a Comuna que deve nomear o chefe da guarda nacional e que seria necessário, anteriormente, nomear a própria Comuna. Discute-se sobre essa Comuna quando um orador aponta que o *Hôtel-de-ville* teria sido tomado e, portanto, já haveria uma Comuna. Opõem-se os dois tipos de comuna: a eleita e a revolucionária e, de algum modo, esse é o debate entre republicanos e revolucionários, entre os que acreditam que é possível via eleição nomear um governo capaz de resolver os problemas da França e os que acham que apenas via revolução isso é possível.

Quando Dupas sugere a criação da Comuna, em 12 de novembro, no Clube *de la vengeance*, isso significa a criação de governos em cada *arrondissement*. A aclamação dessa posição mostra que, ao menos, a assembleia buscava se fazer presente nas decisões políticas e, por outro lado, não acreditava no governo eleito. Veja-se que também nessa sessão são mencionados os meios revolucionários para resolver a situação.

No clube *de l'Ecole de médecine*, em 15 de novembro, reivindicam-se eleições pelo sufrágio universal direto de uma assembleia regional; em *salle Favié*, Belleville, 19 de novembro, lembra-se do 93, de Robespierre e Marat. Em *l'Elisée-Montmartre*, no 14 de dezembro, criticam-se os reacionários e defende-se a república.

Em *Reine Blanche*, 26 de dezembro, afirma-se que o único meio de salvar a França é nomeando, em Paris, uma assembleia de 300 membros que tomará a direção das coisas, que será uma convenção e uma comuna, que designará uma comissão executiva. Sustenta-se que é inútil chamar de "*Commune*" pois essa denominação "apavora os agitadores", da mesma maneira que é inútil chamar a comissão executiva de *Comité de Salut Public*. Essa conclusão, entretanto, não foi tão bem aplaudida.

No clube *Favié*, de 6 de janeiro, defende-se que antes de estabelecer uma Comuna é preciso explicar à população o que ela é. Muitos protestos surgem quando o orador diz que nem mesmo três quartos do auditório sabe o que é Comuna, mas aparecem os aplausos quando afirma que a Comuna é o direito do povo, o racionamento igual, o levantamento em massa e a punição dos traidores.

Uma resolução votada por unanimidade em 13 de janeiro, na reunião republicana de Charonne, suplica aos republicanos socialistas para reunir e instituir, de ofício, a Comuna

revolucionária, composta por trabalhadores. Propõe que eles se juntem aos cidadãos de outros grupos, que compartilham de suas intenções, e que apoiem a esses homens designados para compor o *Comité de Salut Public*.

Os debatedores nos clubes afirmam conjuntamente que a Comuna terá por missão expulsar os prussianos do território francês. No clube *des montagnards*, afirma-se que é preciso instituir um poder capaz de colocar a todos contra o inimigo; no *Elysée-Montmartre*, em 23 de dezembro, sustenta-se que é preciso expulsar os prussianos e que o dinheiro a ser utilizado depois dessa ação poderia ser encontrado confiscando-se os bens do clero, das congregações religiosas, dos bonapartistas. O clube *Favié*, em 28 de dezembro, afirma que a comuna deverá distribuir ao povo aquilo necessário para satisfazer suas necessidades. Já no clube *Reine Blanche*, em 10 de janeiro, afirma-se que a comuna terá que organizar a resistência da população, decretando a requisição geral de víveres e pegando dos burgueses as provisões guardadas; ela dividirá o comando militar em muitos generais; ela fará justiça aos covardes e traidores. No clube *de la rue d'Arras*, em 13 de janeiro, defendeu-se que apenas a Comuna poderia salvar a França, e que ela expulsaria os prussianos, sendo generosa e lhes dando a opção de escolher também pela república social.

Havia uma discussão sobre a maneira como a comuna teria que ser constituída: na reunião dos oficiais da guarda nacional, *salle de la bourse*, em 31 de outubro, enquanto alguns defendem a *commune* revolucionária, outros defendem uma *Commune* eleita. E essa discussão acaba por influenciar as consequências dos atos *communards*: um ato violento precisa de apoio suficiente para realizá-lo, logo, para que a *Commune* revolucionária seja feita, é preciso uma ação para a revolução e, portanto, a tomada do poder por modos não tradicionais.

Os grupos revolucionários não conseguem avançar e percebem que se há uma Comuna, ela deve ser imposta. Nessa mesma época, outros clubes publicam cartazes chamando a Comuna. O Clube da Revolução, em 14 de dezembro, declara que o objetivo essencial da federação é o estabelecimento da Comuna; o clube da *Reine-Blanche* também mostra aclamação pela eleição da Comuna.

Johnson (1996), analisando a atuação dos revolucionários, afirma que a principal mudança da aliança revolucionária foi no tocante ao objetivo do movimento. Uma nova concepção de comuna foi ganhando espaço, uma noção de comuna revolucionária. A diferença entre a Comuna do início do *siège* e de depois era o método para sua formação. A comuna era inicialmente concebida como um corpo eleito, ainda que a oposição ao governo pensasse que as eleições deveriam ser feitas depois de uma insurreição. O conceito motivou os eventos de

outubro, do dia 8 e do dia 31. A derrota nas jornadas e, especialmente, no plebiscito, mostrou aos revolucionários que eles não conseguiriam uma maioria, as eleições iriam significar uma vitória dos republicanos moderados. A solução seria uma comuna revolucionária, brotada dos clubes e comitês de Paris, sem o recurso das tradicionais eleições. A ideia revolucionária de comuna vai ganhando força na mesma época em que aumenta o número de blanquistas no movimento dos comitês de vigilância, mas a mudança de estratégia não ocorre simplesmente em virtude do aumento da influência blanquista.

Johnson entende que, no início do *siège*, os blanquistas acreditavam na comuna eleita, o que teria sido mostrado com sua atuação do dia 31 de outubro. Entretanto, essa afirmação de Johnson estaria descolada da análise da atuação do partido blanquista como um todo, que constantemente buscava armas e a instalação de uma comuna por meio revolucionário. Os acontecimentos do 31 de outubro terão seu fim tal qual ocorreu em virtude da correlação de forças que se criou ao final dos acontecimentos. Quando os blanquistas estiverem no *Hôtel-de-ville*, já passaram a agir como governo oficial e Blanqui mesmo chega a discutir com Flourens sobre a aceitação da convocação de eleições, concordando apenas por perceber que seria impossível manter a ocupação do local por estarem com menos força que o governo oficial. Os blanquistas já defendiam uma comuna revolucionária desde o início do *siège*. E cada setor do movimento passou a defender a comuna revolucionária, com diferentes motivos.

E essa diversidade de concepções vai se refletir nas atuações *communards*, nos momentos em que precisavam decidir questões concretas, como no que acontece em 31 de outubro. As reuniões paralelas com diferentes tomadas de posição combinada com a crença de que o governo chamaria eleições vão permitir que as tropas da ordem apareçam e ponham fim a essa tentativa organizacional.

A palavra Comuna, portanto, carrega as confusões que a Comuna possuía. Longe de ser homogênea, foi o somatório de muitas ideias, confusas ou claras. As referências à Comuna de 92, ao terror de 93, aos líderes da revolução francesa evidenciam que se está falando de uma revolução. Por outro lado, as críticas ao centralismo também aparecem, bem como o receio em se usar os nomes da revolução francesa, já marcados por aquele fenômeno histórico. Os chamados eleitorais, entretanto, mostram que ela também pode ter um significado eleitoral. Ela é, antes de tudo, uma organização dentro de um território – que se costuma chamar, na França, de municipalidade.

Tombs (1999) afirma que, por causa do peso da palavra, quando o comitê central da guarda nacional ficou com o poder em 18 de março, ele não proclamou imediatamente a Comuna. Nos dias seguintes o termo não foi muito usado e não estava claro para os membros

do comitê central ou para os deputados eleitos de que a não planejada insurreição poderia ou deveria vir a ser (*to become*) uma revolução, que o nome de Comuna poderia implicar.

Quando Clemenceau pergunta o que querem os *communards*, após o 18 de março, Varlin responde que para além de eleições para o conselho de Paris, buscam mais liberdades. As tentativas de conciliação falham, como mostram as eleições de 26 de março. A proclamação da eleição não menciona a Comuna de Paris e foi apenas na sua primeira sessão, com a menção do blanquista Eudes, que o novo conselho municipal passa a ter o nome de Comuna.

A expressão Comuna vai ser incorporada à literatura revolucionária, particularmente à literatura dos partidos comunistas. Ela está presente na denominação da Comuna de Cantão de 1927 e vai ser revivida com a revolução chinesa, nos anos 60. O nascimento da Comuna de Xangai tem na Comuna de Paris um “mito fundador”.

E é com base no que foi a Comuna que Marx e Engels passam a desenvolver e aprofundar aquilo que entendem por comuna. Comuna como outra configuração da política e do Estado, o momento de transição para se chegar à sociedade sem classes. A antítese do Império, uma forma política transitória organizada sobre bases proletárias. Ou, como afirma Lênin, um Estado proletário que tende ao definhamento, onde os trabalhadores exercem sua dominação. Ou, como afirmou Balibar, um não-estado e uma nova prática política.

A Comuna seria a solução, o levante em massa, o meio. Mas o que é uma Comuna é difícil definir. Talvez porque não se possa definir algo antes mesmo desse algo existir: precisava ser vivida, efetivamente. Agora, após sua realização, podemos dizer o que foi essa Comuna, a Comuna de 1871, e as outras comunas que adotaram esse nome. E essa é a minha proposta para os próximos capítulos.

3. Do Império à Comuna

a. O Império

O que teria possibilitado uma guerra civil na França? Qual o contexto em que se encontravam? Como a França sai de um Império e vivencia um governo de trabalhadores? No Prefácio à Segunda edição de *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte* (1869) Marx escreve:

A França é o país em que as lutas históricas de classes sempre foram levadas mais do que em nenhum outro lugar ao seu termo decisivo e onde, portanto, as formas políticas mutáveis dentro das quais se movem estas lutas de classes e nas quais se assumem os seus resultados, adquirem os contornos mais acusados. Centro do feudalismo na Idade Média e país modelo da monarquia unitária de estados [ou ordens sociais – *standische*] desde o Renascimento a França demoliu o feudalismo na grande revolução e fundou a dominação pura da burguesia sob uma forma clássica como nenhum outro país da Europa. Também a luta do proletariado cada vez mais vigoroso contra a burguesia dominante reveste aqui uma forma aguda, desconhecida noutras partes.

Os regimes políticos após a revolução francesa foram seguidos, com todas as suas turbulências, pela atuação do parlamento, ou seja, pelo controle direto das classes possuidoras. Apesar dos períodos em que o parlamento esteve fechado, sua presença já não podia ser negada. Mas o caráter político mudava com as mudanças econômicas da sociedade.

Analisando a situação da França e o Estado francês, Marx afirma que durante a monarquia absoluta, o desenvolvimento das ferramentas institucionais encontrava-se entravado pelos escombros medievais, pelos privilégios locais. Com a Revolução Francesa de 1789, esses entraves foram destruídos e o governo foi subordinado ao parlamento.

Através do parlamento a máquina capitalista ficou sob o controle direto das classes possuidoras, tornando-se terreno de conflito entre as diferentes frações de classes. Mas o controle direto pelas classes possuidoras não era, ainda, o controle direto da burguesia. “Marx descreveu, desse modo, o processo histórico no qual a burguesia assumiu o controle do aparelho de um Estado que já era capitalista. Esse processo era, por um lado, o desenvolvimento histórico do próprio modo de produção capitalista e do processo de submissão do trabalho ao capital, e, por outro, o desenvolvimento histórico do antagonismo social” (Bianchi, 2007, p. 60).

Com a derrota de Napoleão I, o rei Louis XVIII restaura o governo dos Bourbons na França. A “revolução” de 30 destrona os Bourbons e simboliza a passagem do poder das mãos dos latifundiários para os capitalistas, os orleanistas. Tendo como fundamento o desenvolvimento do antagonismo entre capital e trabalho e da própria sociedade capitalista, o Estado pôde se constituir como um aparelho de dominação de “*uma classe*” específica, a burguesia.

O governo de Louis Philippe, de Orleans, vai até 1848, quando o rei é destronado com a revolução de fevereiro. Marx (2004), em *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*, aponta que a revolução de 48 possui três períodos. O primeiro período, de 24 de fevereiro a 4 de maio de 1848, derrubava a dominação exclusiva da aristocracia financeira.

O segundo período, realiza a constituição da república burguesa. Marx afirma que a monarquia burguesa de Louis Philippe foi seguida pela república burguesa. Durante esse segundo período, durante a república burguesa, ocorrem insurreições de trabalhadores: em 15 de maio os trabalhadores penetram na sala de sessões da assembleia constituinte, declaram-na dissolvida e formam um governo revolucionário, sendo rapidamente dispersos e presos. Entre eles: Blanqui, Barbès, Albert, Raspail, Sorier. Em junho, a insurreição de 23 a 26 é esmagada duramente: a república burguesa venceu. Estão unidas a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a classe média, os pequenos burgueses, o exército, o *lumpen-proletariado*, o clero, a população do campo e competências intelectuais. Mais de 3 mil insurretos foram massacrados e quinze mil deportados sem julgamento. Após a revolução de junho de 1848, a burguesia partilha o poder com todas as frações da classe dos apropriadores.

A ameaça de uma revolução social e de trabalhadores manifestou-se de forma concreta com as jornadas de junho. Durante esse período, todos os partidos tinham se congregado em partido da ordem. Ou seja, foi a luta de todas as classes contra os trabalhadores. Mas a dominação exclusiva dos republicanos burgueses, período em que elaboram a Constituição e declaram o estado de sítio em Paris, dura de 24 de junho a 10 de dezembro de 1848, quando Louis Bonaparte é eleito presidente.

Louis Bonaparte restabelece o sufrágio universal cancelado pela burguesia liberal. Mas, segundo Losurdo (2004), a extensão dos direitos políticos é ligada a uma preocupação política. Percebendo que o sufrágio universal é o princípio legitimador, tem como programa estabelecer um regime político forte por ser popular. Mas o povo do qual ele busca apoio não é aquele organizado em partido, e sim as massas. E entre o soberano e as massas não deve haver nada, daí a crítica de Bonaparte à votação por listas. Com o voto direto em uma pessoa, é desenvolvida uma relação pessoal entre o que vota e o eleito, a luta eleitoral é personalizada e

é reproduzida a relação entre líder carismático e massa amorfa. O líder pode se destacar acima de todos como único intérprete da nação.

O sufrágio universal conduz Bonaparte à presidência da república com 5,5 milhões de votos, contra 1,5 milhões de votos de Cavaignac, que havia dirigido os massacres de 23-26 de junho. Os demais candidatos receberam, juntos, 400 mil votos.

A eleição de Bonaparte é uma reação dos camponeses, com apoio no exército. Dadas as condições de isolamento do seu modo de produção, os camponeses não desenvolviam múltiplas relações entre si. Isso contribuía para que esses camponeses vivessem numa situação marcada pela incompletude de sua constituição como classe e, por isso, Marx teria afirmado que esses camponeses formavam e não formavam uma classe. Os camponeses não formavam uma classe, uma vez que subsistia entre eles uma conexão apenas local e a identidade dos seus interesses não gerava entre eles nenhuma comunidade, nenhuma organização política.

Para Marx, o período de 20 de dezembro de 1848 até a dissolução da assembleia constituinte, em maio de 1849 abrange a decadência dos republicanos burgueses. Ou seja, essa burguesia que buscava reinar tinha se apoiado em setores monárquicos, grandes latifundiários legitimistas, ou aristocratas da finança e grandes industriais orleanistas. Durante o período de 20 de dezembro de 1848 a 28 de maio de 1849, ocorre a luta entre a assembleia constituinte contra Bonaparte e o partido da ordem (formado de legitimistas e orleanistas), aliado de Bonaparte.

O terceiro período é o período da república constitucional e da assembleia legislativa nacional, que é marcado por conflitos entre as frações que buscavam poder. Primeiramente, são derrotados os pequeno-burgueses. Inicia-se uma ditadura parlamentar do partido da ordem para depois iniciar uma luta entre a burguesia parlamentar e Bonaparte, que acaba com o fim do regime parlamentar e com a vitória de Bonaparte, além da restauração imperialista. Em 2 de dezembro de 1851, Bonaparte dá o golpe, representando a classe mais numerosa da sociedade francesa: os pequenos camponeses, conservadores e que querem manter sua propriedade. A Assembleia Nacional é fechada e a tentativa de insurreição republicana é esmagada.

E, segundo Marx, com o governo de Louis Bonaparte o Estado passa a se colocar “acima” da sociedade, única forma de governo possível em uma época em que a burguesia já havia perdido a capacidade de governar e enquanto os trabalhadores ainda não haviam adquirido essa capacidade. Ou seja, se os trabalhadores ainda não estavam preparados para governar, a burguesia já não o podia, ao menos não naquele momento, em que a maioria ainda

possuía tendência monárquica, dividida em três partidos monárquicos, os legitimistas, os orleanistas e os bonapartistas, e um republicano.

Marx afirma que o caráter contrarrevolucionário assumido pela dominação burguesa exigia o “império”, isto é, a ditadura policial-militar de Napoleão III. O império seria a “última forma do poder de Estado que a sociedade burguesa nascente havia criado como o meio de sua própria emancipação do feudalismo e que a sociedade burguesa chegando a seu pleno desenvolvimento finalmente transformou em um meio de subjugar o trabalho ao capital” (Marx, 1968: 62) Por outro lado, a revolução de junho de 1848 é a primeira ação na qual os trabalhadores teriam emergido como força política independente numa luta revolucionária contra a burguesia. O motivo imediato da insurreição de junho era a ameaça do governo de fechar as oficinas nacionais criadas pela pressão dos trabalhadores para propiciar emprego aos desempregados.

O golpe de Estado de Napoleão III, em 1851, é legalizado por um plebiscito em dezembro no mesmo ano. A pergunta feita era: “*Le Peuple français veut le maintien de l'autorité de Louis-Napoléon Bonaparte, et lui délègue les pouvoirs nécessaires pour établir une constitution sur les bases proposées dans sa proclamation du 2 décembre 1851*”⁴⁵. O resultado é quase 8.000.000 de votos para o “sim” e quase 700.000 para o “não”, além de quase 1.900.000 abstenções. Significa, portanto, uma vitória de Bonaparte e apresenta outro paradoxo do sufrágio universal, mostrando que ele, por si só, não confere caráter socialmente transformador à forma republicana. Um ano depois, outro plebiscito caucionou o governo do Imperador.

Nas primeiras eleições legislativas do segundo Império, em 1857, os governistas obtém 5.471.000 votos contra 665.000 votos da oposição republicana. “Mas em 1863, a oposição obteve cerca de 2 milhões de votos. A crise econômica de 1866-67 ampliou a desafeição pelo regime imperial, cujos candidatos obtiveram, em 1869, 4,438 milhões de votos, contra 3,355 milhões para a oposição. Embora tenham se apresentado alguns candidatos operários, a maioria do proletariado votou na oposição republicana” (Moraes, 2001, p. 85). A mobilização operária cresce nas frentes de trabalho. As greves ocorrem por toda a França.

Autoritário politicamente, o Império permite o desenvolvimento econômico. Com o Segundo Império, o Estado vai ganhando autonomia. A máquina burocrática vai se sedimentando. Mas mesmo esse Estado burocrático, centralizado e autoritário começa a

⁴⁵ “O povo francês deseja a manutenção da autoridade de Louis Napoleão Bonaparte, e delega a ele os poderes necessários para estabelecer uma constituição sobre as bases propostas na proclamação de 2 de dezembro de 1851”.

apresentar problemas, reforçado pela desastrosa guerra entre a França e a Prússia e a capitulação de Napoleão.

Durante o Segundo Império, Paris sofre transformações: o barão *Hausmann* traça novas vias que provocam o exílio da população trabalhadora no norte e no leste: *Belleville* e *Ménilmontant*. É uma cidade onde os bairros são divididos entre pobres e ricos: o que vai ter reflexos diretos na guerra. Há uma concentração de trabalhadores no norte e no sul e, sobretudo, no leste. São duas cidades diferentes e hostis. Mas são duas cidades diferentes e hostis porque o corte de classe está posto.

Napoleão III, buscando afirmar seu governo e se garantir no poder, faz um plebiscito em 8 de maio de 1870 questionando à população se ela aprovava as políticas liberais de 1860, postas na constituição. Na verdade, fez uma manobra política: da maneira como a pergunta estava feita, não seria possível desaprovar o governo sem desaprovar as medidas por ele tomadas, que eram liberais. A pergunta era: “*Le Peuple approuve les réformes libérales opérées dans la Constitution depuis 1860, par l'empereur, avec le concours des grands corps de l'État, et ratifie le sénatus-consulte du 20 avril 1870*”⁴⁶.

Ou seja, o Imperador buscou sua aprovação por meio de outra manobra. A habilidade estava em obrigar a resposta em bloco: sobre as medidas liberais e o futuro do governo. Mas para além desse novo golpe, esse plebiscito é realizado num contexto de perseguição aos republicanos e revolucionários, muitos deles exilados. Enquanto isso, os jornais apoiadores do Império, como o *Le Figaro*, e o próprio Napoleão possuem uma atividade intensa de propaganda política. Dessa maneira, foram 7.358.000 sim contra 1.538.000 não⁴⁷, apesar da grande abstenção.

O plebiscito gerou mais confiança em Napoleão III e, ao mesmo tempo, a desculpa que ele precisava para se afirmar. A França católica e legitimista votava “sim”. Já as grandes cidades, como Paris, Marselha, Lyon, Bordeaux e Toulouse, bem como o sudeste, especialmente Bouches-du-Rhône, Champagne, Bourgogne, Franche-Comté, Alsácia-Lorena e Gironda, pronunciaram-se pelo “não”.

Por outro lado, o plebiscito realizado por Napoleão em maio de 1870 causou muitas revoltas em Paris, com batalhas contra a polícia. Ora, onde era possível haver algum tipo de atividade militante, o “não” crítico ao Império foi vencedor. Esse voto “não” é um voto de questionamento. Somado a ele, o suposto “terceiro setor” neutro, que, de regra, se opunha ao

⁴⁶ “O povo aprova as reformas liberais operadas na Constituição desde 1860, pelo imperador, com a participação dos grandes Corpos do Estado, e ratifica o *sénatus-consulte* do 20 de abril de 1870”.

⁴⁷ As cifras são retiradas de livros que variam em sua exatidão, posto que alguns fazem arredondamentos, entretanto, não muda em sua essência.

governo de Napoleão. E o que se constata, é que Paris do “não”, estava diferente da França do “sim”: o número de “não” ultrapassou em mais de 50.000 o número de sim. É uma cidade que não está de acordo com as políticas do Imperador. Segundo Rougerie, durante o Segundo Império, a capital elegeu apenas deputados de oposição, sobretudo republicanos, que foram ficando cada vez mais à esquerda.

Os revolucionários não acreditavam nesse “liberalismo” do Império. Louise Michel afirma que o Império colocava essa máscara liberal, mas que todas as vezes que ele invocava 89, lembrando da revolução francesa, os militantes de esquerda pensavam em 52, lembrando do golpe de Napoleão. Durante o Império, eles não cessaram de fazer críticas, de questionar o poder do Imperador, de exigir a República. As perseguições contra os militantes de esquerda são constantes, os membros da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) sofrem inúmeros processos.

Na França, a aproximação da guerra acaba por se tornar a principal preocupação. Em 12 de julho de 1870, um manifesto da Federação das seções parisienses afirma que a guerra é um absurdo criminoso. Com a invasão alemã, as reivindicações começam a girar em torno do patriotismo, da defesa e da resistência. Até o fim da guerra a Internacional encontra-se em estado de desorganização.

b. O começo da guerra e o 31 de outubro

A relação entre guerra externa e guerra civil é bastante próxima e as experiências históricas da classe trabalhadora tem mostrado o quanto a guerra acelera problemas sociais internos e permite avanços na consciência de classe. Assim foi na revolução russa de 1917, que ocorre durante a Primeira Guerra Mundial. Como afirmado no capítulo anterior, Lênin aponta que a monarquia czarista desmoronou-se em poucos dias em virtude de uma série de condições, entre elas, os anos de luta da primeira revolução e a época contrarrevolucionária que desmistificou o regime. Mas, especialmente, em virtude da primeira guerra mundial, que ele chamou de “poderoso acelerador”.

Assim é com a Comuna de Paris, que não pode ser compreendida se não analisamos sua relação com a guerra Franco-Prussiana. A guerra é evidência e consequência de um sistema econômico e político que se baseia e se reproduz por uma lógica de competição, de apropriação privada, de exploração e alienação. O conflito de cúpulas ocorre em virtude de disputas de poder, o conflito de classes diante dos interesses antagônicos. A guerra vem

aprofundar as contradições do sistema, a tornar o frio mais rigoroso, a fome mais angustiante, as mortes mais constantes.

Tombs (1999) aponta que a relação entre guerra e revolução ficou evidente para todos, especialmente para os franceses após o século que passaram (refere-se ao fim do século XVIII, quando ocorre a revolução francesa e o século XIX e suas lutas). A mobilização das pessoas para a guerra demandou potencialmente medidas revolucionárias e era esperado que isso fosse trazer um governo revolucionário. A revolução parecia levar a guerra contra as forças reacionárias tanto para defender a revolução na França como para espalhá-la para outros países.

A Guerra entre a França e a Prússia anunciava a queda de Napoleão, do bonapartismo e de sua influência pela Europa, qualquer que fosse o seu resultado. Segundo Balibar, ela implicava a realização da unidade nacional alemã e, portanto, o processo da revolução burguesa, condição do aprofundamento das lutas de classes na Alemanha e do desenvolvimento do movimento operário. Para o lado alemão, desse ponto de vista, a guerra teria um aspecto democrático e defensivo. Mas, de um outro ponto de vista, a guerra significa que a revolução burguesa seria acabada de cima, sob a hegemonia do Estado prussiano.

Engels escreve sobre a guerra Franco-Prussiana como um choque entre “dois Bonapartes”, ao perceber as semelhanças entre Napoleão III e Bismarck. Losurdo (2004: 77) aponta que “ambos chegam ao poder depois da derrota da revolução de 1848 e se apoiam no conservadorismo agrário e camponês para bloquear e liquidar as tendências democrático-radicaís surgidas no curso daquela revolução essencialmente urbana”.

A guerra anunciava a reconstituição do bloco defensivo das classes dominantes europeias, à custa de algumas mudanças dinásticas. E isso é possível verificar com a postura das classes dominantes durante a Comuna de Paris, através da aliança de Bismarck e da burguesia francesa de Thiers, que permitiu o isolamento e esmagamento da Comuna, “que arrastou por sua vez a repressão feroz do movimento operário, não apenas na França, mas na Alemanha e em toda a Europa” (Balibar, 1975, p. 51).

A guerra entre a França e a Prússia vai influenciar diretamente as questões internas francesas. Ela pode ser considerada uma guerra provocada, já que os interesses de Bismarck, chanceler da Prússia, são notáveis, uma vez que “inveja” a vizinha França Imperialista e busca criar, ele também, o seu Império Alemão (que, vem a ser declarado em Versalhes, em janeiro de 1870). Entretanto, o Imperador francês possui seus interesses em lutar contra a Prússia, está ainda mais confiante e, supostamente, legitimado diante de sua vitória no plebiscito. Muitos dos chefes de Estado francês alertam para os perigos de uma guerra com a Prússia,

mais bem preparada, mas tantos outros confirmam a Napoleão sua vitória. As relações com a Espanha e a sucessão do trono espanhol vão incomodar Napoleão III, que teme o engrandecimento da Alemanha.

As monarquias militares, os impérios como Napoleão, precisam de guerras de conquista para se tornar popular. Buscando seu Austerlitz⁴⁸ e a consagração de seu nome na história francesa, além da necessidade em custear os gastos do Império, depois das frustradas atuações no México, que fizeram Napoleão ter altos gastos, e na Criméia, Napoleão III declara a guerra, que inicia em 19 de julho de 1870.

Mas enquanto a guerra dinástica e pelo poder altera as relações de força na cúpula, os trabalhadores trocam correspondências de solidariedade. Os trabalhadores franceses, organizados na AIT, enviam uma carta aos trabalhadores alemães, que respondem em solidariedade. Todos repudiam a guerra.

No dia 9 de agosto, colunas de insatisfeitos desceram de *Belleville*, *Montmartre* e dos bairros populares de Paris, mais de 100.000 manifestantes invadiram a praça da *Concorde*, e marcharam em direção ao *Palais Bourbon*, exigindo a república, mas as forças da ordem dispersaram os manifestantes. Os blanquistas entenderam que isso seria um sinal de que o povo iria se revoltar. Blanqui deixa a Bélgica, atravessando a fronteira da noite de 11 para 12 de agosto. Ele reúne o estado-maior blanquista, as discussões são animadas. Os jovens estavam impacientes e incitavam Blanqui à ação. Pela estratégia de Blanqui, era preciso, através de uma ação, provocar um movimento de massa que gerasse a queda do Império.

Granger, um dos blanquistas, já havia comprado armas mas elas não seriam suficientes. O estado-maior blanquista decide que era preferível atacar uma caserna onde há muitas armas. Muitas discussões ocorrem, até que Blanqui aparece com um plano para atacar a caserna de bombeiros *de la Villette* e de *Belleville*, pois os bombeiros teriam espírito republicano e não iriam se opor ao ataque. Com essas armas poderiam buscar outra caserna, ganhando o apoio dos parisienses. Cada homem do estado-maior foi ao seu bairro para chamar seus homens, mas a mobilização foi difícil, pois os homens argumentaram que logo o povo estaria armado já que a guarda nacional seria reorganizada.

Foi assim que, em 14 de agosto de 1870, ainda questionando o Império e visando a constituição da república, os blanquistas, entre eles, o próprio Blanqui, Eudes, Brideau e Granger, crendo na necessidade em se proclamar a república, põem o plano em prática. Mas o plano não sai como esperado, os bombeiros soaram o alarme, os blanquistas não queriam ter

⁴⁸ A batalha de Austerlitz é considerada uma das maiores vitórias de Napoleão Bonaparte, já que é nela que ele consegue mostrar sua capacidade estratégica e militar.

tido que usar as armas, buscaram dialogar e logo um policial surge. Os homens da polícia fogem deixando um morto e dois feridos, os insurgentes tentam pegar as armas, mas como a surpresa da ação estava perdida e os blanquistas não queriam atirar contra os bombeiros, eles resolvem abandonar a caserna e ir para *Belleville*. As avenidas estavam desertas, a ação não ganhou as massas e eles não obtiveram êxito⁴⁹.

Blanqui assume as responsabilidades como chefe da expedição e designa a hierarquia do movimento citando seus auxiliares, Eudes e Granger. Tentando analisar as causas da derrota, afirmam que a tentativa teria ocorrido muito tarde, que a raiva do dia 9 de agosto já havia passado e que o governo havia ganhando novamente a opinião reformando a guarda nacional. Concluem que o local era distante e que o dia não foi bem escolhido, pois no domingo a população que poderia apoiar os insurgentes não estava lá. Blanqui admite que os chefes falharam na preparação do ato.

Na sequência dessa ação, ocorreram muitas prisões. Eudes foi condenado à morte por um conselho de guerra, tendo se defendido de não ser um agente prussiano. Em seu depoimento, Eudes afirma que queria derrubar o governo, proclamar a república para melhor repulsar a invasão, para refazer o movimento de 1792, o único meio capaz de expulsar o inimigo estrangeiro. Mas os condenados não são executados, pois são libertados com a proclamação da república.

Tombs (1999) aponta que as razões para não ocorrer um princípio de revolução nos últimos dias do Império, em Paris, são mostradas nesses atos de 14 de agosto de 1870. Mesmo o partido blanquista estava dividido. Blanqui estava contra a tentativa. Eles não podiam decidir quando atacar e havia uma clara desorientação da arena revolucionária, que tinha sido transformada por Haussmann. Mas, ironicamente, três semanas depois uma “revolução” inicia em Paris, em virtude das transformações ocorridas em decorrência da própria guerra com a Prússia.

A guerra será uma sequência de derrotas para o Império francês e será um período de protestos por parte de militantes da esquerda. Cada derrota militar gera indignação aos parisienses, que acabam se manifestando de diferentes maneiras. O general Trochu é nomeado *gouverneur* de Paris e comanda a sua defesa. Trochu é soldado, católico e *Breton*: concentra nele os inimigos contra os quais a Comuna irá lutar.

Diante dos sucessos prussianos, o regime napoleônico resolve mobilizar a guarda nacional móvel e restabelecer a guarda nacional sedentária no dia 12 de agosto, que havia

⁴⁹ Blanqui irá escrever em seu jornal *La Patrie en danger* de 10 de setembro de 1870 sobre o episódio (Ménard, 2005).

ficado com um papel apenas decorativo durante o Império. Essa promulgação abre o debate sobre manter ou não o enquadramento dos 60 batalhões da guarda nacional sedentária entre republicanos, que querem igualdade de tratamento, e os conservadores, que querem evitar um escrutínio democrático enquanto os inimigos estão nas portas de Paris.

Em 2 de setembro, uma lei chamando a reorganização da guarda nacional de Paris e prevendo as eleições é promulgada. Nesse mesmo dia, Napoleão III capitula: quarenta mil homens são feitos prisioneiros, inclusive o Imperador. Mas o espaço vago em Paris tem que ser ocupado. E a disputa já se inicia.

Os blanquistas participam ativamente das ações do dia 4, quando a república será proclamada. Sob a orientação de Blanqui, eles intensificam a propaganda revolucionária desde a manhã de 3 de setembro. Eles têm uma reunião onde Blanqui dá a orientação para que os blanquistas preparassem a manifestação do dia seguinte, que deveria ser a todo custo uma revolução. Eles designam o *Palais Bourbon* como o local onde os grupos de militantes devem se encontrar uma hora antes da abertura da sessão legislativa.

A espontaneidade do movimento obriga os blanquistas a irem ao local já na noite de 3 de setembro. No interior do palácio, todas as combinações políticas possíveis são estudadas. Gambetta, com medo de uma insurreição popular, pensa em uma aliança com os orleanistas e mesmo com os bonapartistas. Uma sessão extraordinária do legislativo iniciou durante a noite. Os deputados de esquerda não insistiram pela queda do Império e Gambetta buscava acalmar o povo.

Na manhã de 4 de setembro, a emoção e a raiva tomaram conta de *Ménilmontant*, *Belleville*, *Montmartre* e dos outros bairros populares. Os blanquistas intensificaram a propaganda. Entre onze horas e meio dia, muitos manifestantes foram para a praça da *Concorde*. Em torno de 13 horas Blanqui aparece com outros blanquistas e muitos estudantes e trabalhadores. Outro grupo blanquista toma posição na *rive gauche*, perto do *Palais Bourbon*.

A sessão inicia e os deputados logo decidem a formação de um governo de defesa nacional, tendo como líder o bonapartista Comte de Palikao. A massa invade o palácio. Alguns blanquistas entram na sala onde está Gambetta. Os amigos de Eudes também invadem. O presidente Schneider deixa a tribuna e é substituído por três blanquistas. Granger fala para os que estão presentes que o povo quer a queda do Império e a instauração da República. Os deputados de esquerda, burgueses republicanos, realizam uma manobra. Jules Favre, para acalmar os ânimos e impedir a tomada do poder, afirma que a república não deve ser proclamada ali, mas no *Hôtel-de-ville*.

A massa vai ao *Hôtel-de-ville*, onde uma bandeira vermelha estava içada pelos trabalhadores, e alguns blanquistas e neojacobinos já discutiam sobre a criação de um governo. Lissagaray e Louise Michel afirmam que o povo tomou o *Hôtel-de-ville* e exigia a república. Para ganhar a simpatia das massas, Jules Favre proclama a república e apresenta a lista de um governo provisório onde estavam republicanos burgueses e orleanistas. Os blanquistas e os neojacobinos não conseguiram impor suas proposições. Mas, sob a ordem de Blanqui, os amigos de Eudes atacaram a prisão para libertar os presos políticos, entre eles Rochefort, Eudes e Bricard.

Ou seja, os deputados apoderam-se do governo enquanto o *Hôtel-de-ville* é tomado pelo povo. Assim é instituída a República e é formado o governo da defesa nacional: Jules Favre, Jules Simon, Jules Ferry, Gambetta, Crémieux, Emmanuel Arago, Glais-Bizoin, Pelletan, Garnier-Pagès, Picard. Os nomes são lidos ao povo e Rochefort também entra na lista, que é enviada a Trochu. O general exige a presidência e, portanto, passa a ser o chefe de Estado francês. A república é obra da guarda nacional quando o povo ainda não havia entrado em suas fileiras. O governo “jura” que não irá se render.

Os delegados da *Chambre Fédérale des sociétés ouvrières (Chambre)* e da AIT chegam ao *Hôtel-de-ville* durante a noite, exigindo que a paz não seja a qualquer preço e que a defesa seja organizada. Os presos políticos são postos em liberdade, os militantes de esquerda que estavam exilados, retornam à França, entre eles, Varlin que, posteriormente, participa da fundação do comitê de vigilância do VI *arrondissement* e do Comitê Central republicano dos *Vingts arrondissement* de Paris, além de tornar-se chefe do 193 batalhão da guarda nacional.

Arnould afirma que a partir do dia 4 de setembro começam a surgir muitas sociedades populares em Paris, entre elas as que se situam na *Corderie*: a *Union republicaine*, os *Défenseurs de la République* e *Alliance républicaine*.

A *Union Républicaine ou Ligue d'Union républicaine des droits de Paris* foi constituída em 5 de abril tendo como programa o reconhecimento da república e o direito de Paris de se autogovernar através de uma assembleia comunal. Era composta majoritariamente por representantes das Assembleias de 1848 e 1851, dispersados pelo golpe de Estado. A *Alliance républicaine* era uma cisão operada na *Union*. Os *Défenseurs* foram fundados por Brisson.

No dia seguinte da proclamação da república, em uma assembleia convocada pelos internacionalistas e pela *Chambre*, formada por em torno de 400-500 delegados de trabalhadores, nasce a ideia da criação de *comités de défense et de vigilance*, em cada *arrondissement*, que se uniriam em torno de um *Comité Central Republicaine de XX Arrondissements*. Concluem que é necessário eleger municipalidades que irão exercer a

função de polícia, substituindo a *préfecture de Police*. É votada uma resolução que afirma que é necessário organizar comitês de resistência em cada *arrondissement* e cada *arrondissement* delegará quatro de seus membros para formar um Comitê Central. Entre os dias 11 e 13, o comitê central dos XX *arrondissements* é formado, no dia 11 ocorre a sua primeira reunião, com o objetivo de ajudar o governo a mobilizar as forças vivas da população parisiense. O comitê central cria comissões (de polícia, de defesa, de subsistência, de trabalho...) e inicia seus trabalhos.

Durante a noite do dia 14 e 15 de setembro, o comitê central de XX *arrondissements* redige um primeiro “cartaz vermelho”, ainda que não seja já verdadeiramente vermelho em seu conteúdo. O cartaz é assinado com 48 nomes, os primeiros membros do comitê central dos XX *arrondissements*, entre eles, blanquistas, radicais, internacionalistas, alguns dos futuros membros da Comuna (Cluseret, Johannard, Lefrançais, Longuet, Malon, Pindy, Ranvier, Vaillant, Vallès). O manifesto é puramente defensivo.

O primeiro ponto (*mesures de sécurité publique*) contém parte do programa da Comuna: a supressão da polícia da maneira como ela está organizada nos governos monárquicos, remetendo-a às mãos da municipalidade eleita; a nomeação dos magistrados encarregados de realizar a segurança pública, com responsabilidade pessoal e direta; confiar à guarda nacional a função de assistir aos magistrados; aplicar aos magistrados os princípios da eleição e da responsabilidade; revogar as leis restritivas, repressivas e fiscais contra o direito de escrever, de falar, de reunião e de associação. O segundo ponto (*subsistances et logements*) trata, entre outras questões, das medidas relativas às expropriações; o terceiro ponto refere-se à defesa de Paris e o quarto ponto sobre a defesa dos departamentos (*défense des départements*).

Eles decidem não atacar o governo, em virtude da guerra e do pequeno grau de preparo das forças populares, mas exigem eleições municipais imediatas, a supressão da polícia do Estado, a liberdade de imprensa, de reunião e de associação, a anistia política e o levante dos franceses. Os membros da AIT buscam organizar o futuro, exigir as reformas republicanas.

Após a proclamação da república, os batalhões da guarda nacional começam a se organizar, os guardas nacionais organizam comitês de delegados, até serem dissolvidos em 11 de dezembro. Paralelamente, os conselhos de família continuam a funcionar, como estruturas independentes animadas por guardas anônimos, na maioria das vezes sem funções políticas.

O contexto muda. Se antes a repressão do Império impedia a atividade militante, com a proclamação da República a liberdade de ação é ampliada. Mas a presença da guerra e a maneira de se retirar dela é o ponto central da atuação da esquerda. O peso do patriotismo é

tão evidente que até o jornal de Blanqui tem um nome que remete à defesa nacional: no dia 7, Blanqui e seus amigos lançam o primeiro número do seu jornal “*Patrie en danger*”. A “pátria em perigo” revela que a questão revolucionária está posta com relação direta com a guerra. Da mesma maneira, o nome *comités de défense et de vigilance* remete às questões da guerra e da defesa. Ou seja, a causa da pátria coincidia com a causa operária estrito senso.

As primeiras manifestações de guardas nacionais estão relacionadas com as derrotas nas guerras e com a pressão que exercem no governo para que tenha uma postura mais eficaz. Ocorrem em 10 de setembro, praça da *Concorde*, defendendo os moradores de Strasbourg que estavam sob ocupação dos prussianos. Os prussianos vêm avançando, em 18 de setembro estão nos fortes, no dia 19 no *plateau de Châtillon*. E, ao mesmo tempo, a situação das tropas francesas não melhorava: faltavam alimentos, munição, armamento. No dia 18 de setembro, uma manifestação é organizada por mulheres em frente ao *Hôtel-de-ville*, para servir de ajuda aos moradores de Strasbourg. Muitas professoras estavam presentes. Louise Michel e André Léo são delegadas para falar com o governo, que recusa qualquer ajuda. Louise afirma que elas formavam *une petite armée*⁵⁰, totalmente disposto a lutar. Elas foram interrogadas e presas por alguns momentos, mas logo foram soltas. Nesse mesmo dia, Strasbourg capitula.

Bourgin afirma que o *Journal officiel* publicou em 22 de setembro uma conversa entre Bismarck e Jules Favre. A brutalidade do inimigo e a incapacidade de agir do governo solicitavam uma reação dos organismos populares. De 20 a 26 de setembro, uma coordenação mais ou menos formal de chefes de batalhões sob o impulso dos militantes blanquistas se organiza pedindo as imediatas eleições comunais e legislativas. Os comitês dos *XX arrondissements* realizam manifestações apoiadas pelos revolucionários organizados nos batalhões da guarda nacional, tendo Flourens à frente, nos dias 22 e 26, buscando medidas militares mais eficazes e as eleições da Comuna.

No início de setembro, a guarda nacional possuía 60 batalhões, criados em virtude das leis de 13 de junho de 1851 e de 12 de agosto de 1870, formados, especialmente, de moderados, recrutados nos bairros mais nobres de Paris. Depois, recrudescida, passou a ser composta por mais 60 batalhões. Um mês depois, já possuía 254. Esses outros batalhões eram formados por trabalhadores, em bairros populares.

Os chefes da guarda nacional eram eleitos não apenas em virtude de questões militares, mas por serem efetivamente representantes da população de Paris, das necessidades de cada bairro. Flourens, em 5 de setembro, sai de *Belleville* com 10 batalhões,

⁵⁰ Um pequeno exército.

exigindo do governo armamentos, a eleição da comuna e o levante em massa. Trochu, Gambetta e Ferry respondem a Flourens, que pede sua demissão.

Em 7 de outubro, o governo decide proibir os guardas nacionais de se reunirem sem serem convocados por seus chefes. No dia 8 e, depois, no dia 10, Flourens faz uma nova tentativa. O governo inicia uma ofensiva contra os revolucionários, após a afirmação do *préfet de police* Kératry de que, em uma reunião de 65 chefes de batalhões, organizada por Blanqui e Flourens, uma moção para substituir o governo pela Comuna foi assinada por 12 batalhões. O governo decide prender Blanqui e Flourens. Blanqui foge, Flourens resiste pela força e como Trochu nega ao *préfet de police* a força suficiente para conter a revolta, Kératry pede sua demissão.

O primeiro confronto sério entre a guarda nacional e o governo provém da ordem do general Tamisier de 11 de outubro, impondo o capitão da província da companhia como presidente do conselho de família. A decisão provoca muitos protestos já que essa decisão autoritária priva os cidadãos de seu direito de designar seus delegados. O primeiro chamado é feito pelo 186 batalhão do X *arrondissement*, pedindo para que as companhias enviem delegados para a reunião de 12 de outubro. Os reagrupamentos de guardas nacionais no XI *arrondissement* tem muitas assembleias de delegados eleitos pelas companhias para formar um comitê central *d'arrondissement*. O funcionamento é descrito em um projeto de regulamento intitulado “direitos e deveres dos delegados” proclamando para os “delegados livremente eleitos, o direito de gerar e administrar suas companhias ou batalhões respectivos”. Esse regulamento vem a consolidar a noção de mandato imperativo.

As companhias do XI *arrondissement* debatem o projeto durante a última semana do mês de outubro. O comitê é formado em 10 de novembro e 5 dias depois uma reunião de delegados de batalhões de diferentes *arrondissements* lançam um chamado para uma assembleia encarregada de eleger um comitê central, que deveria elaborar o estatuto de uma federação. O chamado não chega a mobilizar os guardas, mas o governo, buscando acabar com as manifestações, dissolve os conselhos de família atuais para substituí-los por conselhos novos, constituídos por oficiais e apenas dois membros eleitos, encarregados de discutir apenas as questões de remuneração e conflitos entre os guardas.

Os conselhos de família reagem, o 116 batalhão publica um chamado contra o governo pedindo a adesão dos outros batalhões. O 129 faz a proposição de uma federação organizada em um congresso. Os antigos membros dos conselhos de família dos batalhões do X chamam muitas assembleias gerais. O desenrolar dos acontecimentos põe fim à agitação por algumas semanas.

Enquanto alguns membros do governo de defesa nacional, como Jules Favre, começam a negociar a paz com a Prússia – que o povo vê como uma paz vergonhosa diante das condições que estão sendo negociadas – as críticas ao governo não cessam. Os trabalhadores, os participantes dos clubes, os militantes de esquerda passam a questionar a paz a qualquer preço e a exigir uma postura diferenciada do governo. Entretanto, cada vez mais o governo evidencia que a paz será assinada, ainda que afirme o contrário. Os parisienses buscam se armar. Louise Michel afirma que eles pedem armas ao governo, que recusa. Os prussianos continuam a avançar e o povo permanece sem armas.

O governo não teria essa intenção de armar os trabalhadores, em verdade, foram os próprios trabalhadores que foram conquistando seu armamento, o que ocorre, também, em consequência do avanço dos prussianos.

Se a República é logo instaurada, não há certezas de que ela seria mantida. Abre-se, para o povo francês, a questão de qual o novo regime, qual a nova forma de governo. Trochu tinha prometido defender a dinastia e é essa vinculação entre os militares e o Imperador que vai conduzir, cada vez mais, a França à derrota. Eles lutariam pelo Império, pela França grande e poderosa, mas não por uma república. As constantes derrotas frustraram esses objetivos, o Império já havia perdido e não havia mais motivos – para os bonapartistas - para lutar. Mas os trabalhadores sabem que são eles que pagam o preço da guerra: com suas vidas e, depois, com seu trabalho e até com sua liberdade: não é à toa que os deputados das regiões – Alsácia e Lorena - que seriam cedidas para a Alemanha vão pedir ajuda à Assembleia Nacional, que responde (Thiers) afirmando que não pode defender duas regiões em detrimento de um país. Como se não tivesse sido o governo desse país que tivesse declarado a guerra.

De fato, a república não muda a estrutura do Império. Sequer altera os generais bonapartistas que estão na guerra. A estrutura governamental permanece a mesma, a organização do poder não é alterada. De um só homem, de uma ditadura monárquico-militar, para uma assembleia de homens, para uma ditadura burguesa pseudorepublicana⁵¹, que logo também elegerá o seu “chefe”.

A questão é que a classe trabalhadora demorou a perceber a “traição” do governo de defesa nacional. As demissões realizadas – por exemplo, quando Trochu sai de seu cargo – geram a sensação de mudança, de que algo diferente será feito. Não acreditando numa traição tamanha, numa paz vergonhosa e, de alguma maneira, acreditando nas afirmações que o governo dá, até porque é agora, ele também, um governo novo, acabam por esperar uma atuação mais enérgica do governo – que não acontece.

⁵¹ Expressões empregadas por Arthur Arnould.

Nesse sentido, a guerra aparece como um acelerador da história. A relação entre as tentativas de tomada de poder e a guerra, ou melhor, a defesa própria, da França e da república são constantes. Afinal, se é criado um “governo de defesa nacional” e ele não consegue organizar a defesa, qual o sentido de manter esse governo? Pouco a pouco, os trabalhadores avançam na constatação de que o governo não atenderia suas necessidades e as derrotas militares, de maneira vergonhosa, vão deixar evidentes as intenções do governo.

Passa a ser uma guerra de defesa da República, interna e externamente. Os militantes de esquerda sabem que, internamente, devem lutar contra os monarquistas e bonapartistas e, externamente, defender-se de um exército forte que visa criar um Império – exatamente aquilo que eles estão destruindo.

Após a proclamação da república, os blanquistas propõem uma trégua dos partidos em nome de uma união para garantir a segurança comum. Com a invasão de Paris, a defesa da república e da capital passa a ser a preocupação para a esquerda, que se manifestava, inclusive, nas reuniões dos clubes. As condições de paz que o governo está aceitando são inadmissíveis para a classe trabalhadora. Já em 13 de setembro Blanqui acusa o governo e seu estado-maior de querer enganar o povo. Em 21 de setembro, *La Patrie en danger* alerta os parisienses. Os blanquistas denunciavam a postura ambígua do governo.

Paris começa a ser ocupada pelos alemães. Segundo Noël (2000), em 19 de setembro, os comitês de vigilância dispõem de 230 militantes. Em Alcazar, nos dias 20, 22 e 25 de setembro, eles vão ter três assembleias gerais demonstrando sua força. O comitê central reclama eleições municipais. Formados por membros da AIT, que já sofrem perseguição, também os membros desses comitês serão perseguidos. O governo da defesa nacional, sentindo-se ameaçado, lança informações envolvendo membros do comitê central, acusando-os *d'avoir émarginé*⁵² do fundo secreto do império: Briosne, Gaillard, Roullier, Vallès, Vermorel. O comitê proclama-se solidário a todos os membros; os acusados são considerados inocentes, mas o desgaste de energia é evidente.

As ameaças aos militantes e membros da AIT permanecem. A autoridade do comitê central *des XX arrondissements* começa a se refluir, eles chamam um protesto, para o dia 8 de outubro, contra o adiamento das eleições e para pressionar o governo, em frente ao *Hôtel-de-ville*, mas poucas pessoas aparecem.

O comitê reforça sua organização, tendo reuniões cotidianas, elegendo um presidente a cada semana e um comitê de administração de seis membros, renováveis por um terço a cada três meses. Eles vão se reforçando conforme as falhas do governo da Defesa Nacional, que vai

⁵² De terem recebido.

cometendo erros e perdendo apoio, além de aflorar o patriotismo francês. O comitê vai avançando em suas atividades ao tomar o controle da *Ligue Républicaine de défense nationale* e lançando o clube *central du comitê républicain socialiste dos Vingt arrondissements*.

Com as derrotas na guerra, ao final do mês muitos clubes voltariam a funcionar. Principalmente por causa de um patriotismo indignado e pela situação da cidade, os clubes tornaram-se mais críticos em outubro. Veja-se: são derrotas militares de um governo que deve defender – e não atacar. Aqui, os trabalhadores não estão defendendo uma guerra de conquista, mas sim evitando que sejam conquistados. É dessa maneira que são configuradas as manifestações de 31 de outubro e de 22 de janeiro. É vendo a insuficiência do governo que se percebe que é preciso um outro governo: mas um governo dos próprios trabalhadores, que resolvam suas necessidades. Necessidades, essas, que a guerra tornou ainda mais imperiosas – as contradições do sistema são escancaradas. Esses atos mostram a verdadeira relação da guerra com a atuação dos trabalhadores de Paris. E isso se reflete, também, nos plebiscitos e eleições.

Essa evolução transformou-se num movimento contra o poder em virtude de três eventos do dia 30 de outubro. Paris acordou, no dia 31, com a notícia de que houve capitulação sem combate, sob o comando do marechal Bazaine, com a retirada das tropas intactas, à Metz⁵³; de que o armistício era aceito; e de que teria ocorrido a perda de Bourget, em virtude da retirada de muitos batalhões da guarda nacional de uma posição que mantinham, depois que Trochu negou enviar reforços.

Johnson afirma que a insurreição de 31 ocorre em dois níveis, no *Hôtel-de-ville* e nas *mairies*. Na praça da *corderie*, uma reunião entre seus membros decidia o que fazer. As 14h, eles foram para o *Hôtel-de-ville*. Nos *arrondissements*, clubes e comitês de vigilância atuaram. A sala de *la Vieux Chene*, ligada ao comitê do 5 *arrondissement*, enviou 120 homens para o *Hôtel-de-ville*. Os comitês de vigilância do 19 e 20 *arrondissement* também participaram.

Uma hora após a fixação dos cartazes, a *foule* estava no *Hôtel-de-ville*. Segundo Louise Michel, o *mar humano* vinha de todos os lados, com dizeres de “*Pas d’armistice*”, “*La Commune*”, “*Résistance à mort*”, “*Vive la république*”. Muitos também gritavam “*Trahison*”. E, apesar da resistência dos *mobiles*, eles conseguem entrar. Arago e seus assessores, Floquet e Brisson, juram, diante dos manifestantes, que o governo busca a salvação.

Lissagaray afirma que quando uns vão embora, outros surgem à porta. Ao meio-dia, Trochu aparece buscando terminar a situação com um discurso, e a *foule* grita “*A bas Trochu!*”. Jules Simon vai falar do armistício, e a *foule* responde “*Pas d’armistice*”. Ele pede que eles

⁵³ O jornal *Le Combat*, de Pyat, em 27 de outubro anunciou a rendição de Metz.

escolham dez delegados para ir ao *Hôtel-de-ville*. Trochu, Jules Favre, Jules Ferry e Picard recebem os delegados na *salle du trône*. Trochu, que é interrompido muitas vezes, tentava se explicar, afirmando que teria sido vantajoso para a França abandonar os lugares tomados, na véspera, pelo exército prussiano e que apenas resta vencer os prussianos com o patriotismo e a união. Ele tenta demonstrar a inutilidade de Bourget. Finge ter acabado de saber sobre a capitulação de Metz e, diante disso, uma delegação do comitê de XX *arrondissements* e dos comitês de vigilância que tinha penetrado na sala grita que Trochu estaria mentindo. Não lhe é deixado continuar e um só grito de “*vive la commune*” é dado no *Hôtel-de-ville*. Os primeiros delegados foram conduzidos afirmando que Paris não iria se render.

Alguns dos presentes querem que Trochu continue, um *coup de feu* acaba com seu discurso mas Jules Favre continua. Enquanto eles falam, os *maires* deliberam na sala do conselho municipal, reunidos em torno de Arago, propondo a eleição da municipalidade, a formação de batalhões da guarda nacional e sua junção à *l'armée*. Essas informações são levadas ao governo.

Louise afirma que Trochu continuava a falar quando alguém lhe passa um papel onde estão as vontades populares: queda do governo, a comuna, resistência e a não realização do armistício. Trochu afirma que “é o fim da França”.

Em torno de 14h30, uma *foule* enorme está na praça gritando “*A bas trochu! Vive la Commune! Pas d'armistice*”. As delegações que haviam entrado no *Hôtel-de-ville* não retornam, eles perdem a paciência, empurram os guardas *mobilés*, jogam Pyat na sala do conselho municipal, onde estão os *maires*, o qual se debate e protesta que eles devem entrar “por eleição e não por irrupção”. Os *maires* apoiam-no afirmando que o decreto já está para ser assinado. A *foule* vai à *salle du trône*, onde põe fim ao discurso de Jules Favre que vai encontrar seus colegas. Eles votam a proposição dos *maires*, sem fixar a data das eleições.

O povo já está no *Hôtel-de-ville* e a confusão é instaurada. Lissagaray escreve que o salão foi invadido em torno de 16h e que Rochefort promete eleições municipais. Louise sustenta que Rochefort consente em anunciar a nomeação da comuna, coloca-se numa das janelas do *Hôtel-de-ville*, fala sobre as promessas do governo e dá sua “demissão”, sendo levado pelos revolucionários até *Belleville*, onde era chamado.

De acordo com Ménard, Lefrançais, um dos delegados do comitê de vigilância e do comitê *des XX arrondissements* sobe à mesa, proclama a queda do governo, exige que uma comissão seja encarregada de fazer as eleições em 48 horas. Os nomes de Dorian, o único ministro que teria levado a sério, de Louis Blanc, de Ledru-rollin, Victor Hugo, Raspail, Delescluze, Blanqui, Pyat, Millière são aclamados.

Lissagaray afirma que, se essa comissão tivesse podido fazer evacuar o *Hôtel-de-ville*, publicando uma proclamação, a jornada teria terminado ali. Mas Dorian refuta e Louis Blanc, Ledru-rollin, Victor Hugo, Raspail e Pyat calam-se.

Quando Lefrançais é questionado perante o tribunal⁵⁴, o responsável, buscando obter informações que lhe são negadas, vai narrar o que estaria acontecendo no *Hôtel-de-ville*. A “sala verde estava animada”, pedindo a queda do governo e decidindo aplicar a força caso os membros do governo tomassem medidas enérgicas: eles seriam presos e fuzilados. No salão vermelho, enquanto Arago afirmava que as eleições municipais ocorreriam, os insurgentes reclamavam que seria tarde, que o povo não estava satisfeito e que seria necessária a queda do governo. No salão que antecede a sala do governo, acusa-se o governo de incapacidade e traição. Na sala da república, alguém sobe em uma mesa, proclamando a queda do governo e, ao mesmo tempo, votando, por aclamação, os nomes da Comuna.

Segundo Rougerie, os jacobinos propõem as eleições regulares em uma sala; em outra sala os delegados do *XX arrondissements* entendem que é necessário fazer as eleições da Comuna, o povo entra na sala e uma lista é proposta para compor uma comissão encarregada de proceder as eleições em 48 horas: Dorian, Louis Blanc, Blanqui, Félix Pyat, Gambon, Delescluze, Ledru-Rollin e Millière. Em outra sala, Flourens, chefe do batalhão dos atiradores de Belleville, anuncia um *Comité de Salut Public*.

Flourens⁵⁵ relata que a indignação tomou conta dos chefes dos cinco batalhões que ele comandava até o 5 de outubro, quando apresentou sua demissão. Eles pediram a Flourens que deliberassem, sob sua presidência. As 9h30 eles se reuniram, Flourens e dois deles sugeriram marchar imediatamente, mas outros três acharam melhor esperar para conhecer a opinião dos colegas. Assim, 23 chefes de batalhões foram convocados para ir ao Café da Guarda Nacional, em frente ao *Hôtel-de-ville*, por volta de 16h. Flourens, não querendo ir sozinho, deu a ordem de reunir os *tirraillieurs* que ficavam sob seu comando direto, em torno de 500, e que formavam o primeiro batalhão de marcha de Paris. Em torno de 15h15, eles começam a caminhar, e durante o trajeto, um cidadão afirma que houve um levante em massa e que a Comuna tinha sido decretada, que Dorian e Schoelcher tinham sido encarregados de presidir as eleições, de governar entre o íterim dos dois governos.

Diante dessas afirmações, eles foram ao *Hôtel-de-ville*, em torno de 16 horas, viram a *foule* na praça. Um comandante de *place* veio em direção a Flourens e anuncia as novidades.

⁵⁴ Ly 12, *service historique de la défense*.

⁵⁵ Conforme documento encontrado no *service historique de la défense*, Ly 12.

Os *tirailleurs* ficam ao lado de fora enquanto Flourens entra sozinho, e percebe que as salas estão cheias de cidadãos que estão discutindo, mas numa desordem geral.

Lissagaray afirma que quando Flourens chega, ele sobe à mesa próxima de onde estão os membros do governo da defesa nacional e encontra Garnier-Pagès, Trochu, Jules Ferry, Jules Simon, Jules Favre e o general Tamisier.

Os cidadãos ali presentes pedem para que Flourens faça a prisão dos governistas. Millière propõe a Flourens que ele assine uma ordem de prisão dos membros do governo caído (*déchu*). Flourens afirma que assinar a ordem não seria difícil, mas que a dificuldade estaria em executá-la, pois não havia, segundo Flourens, condição para tanto, uma vez que muitos cidadãos não estavam armados para realizar a prisão junto com ele, inclusive Millière, que estava sem seu batalhão, o qual chegou em seguida ao local mas logo se retirou, sendo reenviado a seu *arrondissement*, já que Millière não queria expô-los por muito tempo. Assim, apenas duas companhias de outros batalhões ficaram até meia-noite. Flourens afirma que teve à sua disposição apenas seus bravos *tirailleurs* até quatro horas da manhã. Ainda, Flourens pensava que logo poderia chegar um batalhão reacionário, armado, deixando-o sozinho.

Flourens decide ficar responsável pelos presos, e ordena que seu batalhão venha a seu encontro. Mas ao menos meia hora se passou antes que a ordem expedida conseguisse passar pela *foule* do *Hôtel-de-ville*. Durante esse tempo, Flourens anuncia aos colegas a formação do *comité de salut public*. Em seu depoimento, ele afirma que de todas as discussões resultou que seria preciso remeter as questões a esse comitê, composto de cidadãos que o povo tivesse confiança. Ele faz a leitura da lista que forma o comitê de *salut public*: Dorian, Flourens, Pyat, Motin, Avrial, Ranvier, Millière, Blanqui, Delescluze, Louis Blanc, Raspail, Rochefort, Victor Hugo e L-rollin. Uns aplaudem, outros protestam, afirmando que não se deve substituir uma ditadura por outra. Flourens lê a lista em outra sala e envia à *Imprimerie Nationale* para que seja espalhada por toda Paris a notícia. Os *tirailleurs* chegam e esvaziam a sala, na medida do possível, ficando 60 membros com Flourens que ordena aos demais que se apoderem das saídas do *Hôtel-de-ville*.

Blanqui só chega ao *Hôtel-de-ville* aproximadamente às 17 horas. Em torno de Trochu estavam os *bretons*, aguardando suas ordens. Mas Trochu não dava qualquer ordem. Louise Michel narra a entrada do 106 batalhão, composto de reacionários, conduzidos por Ibus, no *Hôtel-de-ville*: Picard dá o sinal, eles chegam na entrada, gritam “*vive la commune*” e conseguem entrar. Flourens afirma que entra na sala que se encontrava o comandante do 106 batalhão, Ibus, com seus homens armados, ameaçando de morte Flourens. Ibus sobe na mesma mesa e, enquanto ocupa a atenção de Flourens, os guardas nacionais reacionários

conseguem levar Trochu e Jules Favre, o que ocorre por volta de 20 horas. Inicia uma confusão entre os *tirraillieurs* e os homens de Ibus, que tentam levar Blanqui, mas não conseguem. Uma parte do 106 batalhão vem se manifestar contra os reacionários de seu batalhão.

Flourens afirma que alguns batalhões defensores da democracia foram até a praça mas ficaram apenas algum tempo e que não foram buscar ordens. Sustenta que se o batalhão de Millière ou os batalhões de *Belleville*, que chegaram mais tarde, estivessem lá, eles não teriam libertado dois membros do governo. Ele entende que não poderia destacar duzentos homens de seu batalhão para conduzir os prisioneiros até Mazas, já que não seria suficiente, bem como não seria possível manter o *Hôtel-de-ville* com apenas 300 homens.

Flourens, Blanqui, Millière, Ranvier, Delescluze e Mottu se reúnem para convocar os chefes de batalhão verdadeiramente democráticos. Delescluze chama Dorian para que venha se juntar a eles. Chega a notícia de que dois batalhões de *mobile Breton* haviam entrado pelo subterrâneo que liga a *caserne* de Napoleão e o *Hôtel-de-ville*, do qual Flourens não tinha conhecimento, e que está prestes a ocorrer um confronto entre esses dois batalhões e os *tirraillieurs*.

Lissagaray afirma que um dos melhores batalhões de Trochu, comandados pelo general Tamisier, comandante superior da guarda nacional, chega ao local e que tudo havia mudado quando eles sabem que o governo está preso, sobretudo com os nomes dos substitutos.

Flourens consulta Blanqui, Millière e Ranvier sobre um projeto de acordo entre eles e Dorian, que tinha sido aclamado pelo povo, já que eles não conseguiriam sustentar a ocupação do *Hôtel-de-ville* diante da força que possuíam (apenas os *tirraillieurs*, que não possuíam muita munição, contra os batalhões que tinham recém chegado, além das lutas que poderiam ocorrer no exterior).

Em um relatório de 6 de janeiro de 1872, de Versalhes, que acusa Blanqui, consta que a *foule* não aceita essa proposição de acordo e que Blanqui também a combate energicamente, argumentando que seria necessário que todos os membros do governo dessem sua demissão por escrito, pois sem essa demissão eles iriam fuzilá-los no dia seguinte, logo, seria necessário fazê-los de reféns.

Entretanto, para não se fazer morrer, decidiram: as eleições da comuna serão feitas na terça, conforme os *affiches* já enviados aos *maires*, e sob a direção de Dorian e Schoelcher; as eleições para um governo novo seriam feitas no dia seguinte, quarta-feira. Acordam, também, que nenhuma perseguição seria realizada contra aqueles que estiveram envolvidos nos

acontecimentos. Os membros do governo da defesa aceitam e Millière diz que eles estão livres. Em torno de 22 horas, os cartazes eram colados em Paris.

Para evitar a efusão de sangue e mostrar aos amigos e aos partidários do governo que há um acordo entre eles, decidem que manifestantes e reacionários sairão juntos do *Hôtel-de-ville*, no meio dos *tirraillieurs*. O acordo é logo ratificado pelos membros do governo. Flourens desce com Dorian, grita aos *mobiles bretons* para que chamem um oficial, que logo chega. Eles buscam acalmar seus homens.

Flourens diz que, durante essa noite, Dorian mostrou-se bravo, honesto e inteligente, que o povo demonstrava confiança nele e que ele (Flourens) não poderia imaginar que eles não fossem cumprir com o acordo firmado por Dorian, diante de sua liberdade. Sendo concluído o acordo, Flourens afirma que não restaria mais nada a fazer no *Hôtel-de-ville* e, por isso, retira-se de lá, com os membros do governo, mas que muitos cidadãos, sem compreender exatamente a situação, não queriam deixar o *Hôtel-de-ville*, nem deixá-lo para os membros do governo. A agitação continuava, Flourens está tentando liberar o *Hôtel-de-ville*, quando Jules Ferry sustenta que não seria possível a resistência, ao que Flourens responde indicando que não entendia o que Favre estava dizendo, pois o acordo já estava concluído e seria cumprido. Vendo a situação que estaria prestes a ocorrer, Flourens pede ao general Tamisier para acalmar os ânimos. Flourens retira seus *tirraillieurs*, e Garnier-Pagès, Jules Simon, Jules Favre saem por outra saída. Blanqui, dando o braço ao general Tamisier, passa a frente dos *tirraillieurs*, seguido de Millière, Ranvier e Flourens.

Lissagaray também narra o final da história: Jules Ferry ataca por uma porta, Delescluze e Dorian vão anunciar o acordo. Às 3h da manhã, como a confusão persiste, os tambores de Trochu batem na praça, o batalhão *Breton* aparece no *Hôtel-de-ville* pela *caserne* Napoleão, surpreende e desarma alguns *tirraillieurs*. Jules Ferry sai da sala do governo. Os indisciplinados não fazem resistência, Jules Favre e seus colegas são soltos. Aos *bretons* que ameaçam, Tamisier lembra o acordo realizado e deixa o *Hôtel-de-ville* juntamente com Blanqui e Flourens.

Flourens sustenta que eles seguiram para *Belleville*, contentes de terem conseguido o que desejavam, sem fazer a guerra civil. E afirma que no outro dia todas as promessas foram violadas, que as eleições para a Comuna foram colocadas em dúvida, que não haveria levantamento em massa, que os prussianos continuavam na porta de Paris e que a fome permanecia. E Flourens termina:

« *Voulez-vous donc la guerre civile afin de recommencer plus aisément, à Paris, Sedan e Metz ?* »

Os insurgentes realizaram o acordo por perceber a relação de forças. Por constatar a impossibilidade de manter a situação e de continuar a ocupação do *Hôtel-de-ville*, os líderes insurgentes e, em especial, Flourens, decidem agir de maneira a causar-lhes menos desgaste político. A solução possível no meio da confusão. Acredito que a saída conjunta – planejada por eles - não seria uma demonstração de união entre governo e insurgentes, mas uma proteção viva de que nada lhes seria feito naquele momento. Um escudo, para ambos.

Mas eles teriam mesmo acreditado que haviam destituído o governo, como afirmaram? Que a Comuna seria eleita, que o governo permaneceria preso? Então eles apenas esperavam reforços ou acreditavam que o governo não buscaria reforços militares? O surgimento pela *caserne* teria mudado toda correlação de forças?

É interessante ressaltar também que Blanqui e Flourens já iniciam as atividades do governo, ao enviar ordens para as *mairies* e, inclusive, ao enviar uma ordem a Raoul Rigault para que ele ocupasse a *préfecture de police* – ele que será, após a eleição da Comuna, o responsável pelo comitê de *Sureté Générale*.

Ménard escreve que Eudes foi ao *Hôtel-de-ville* com o 138 batalhão, pois ele deveria se juntar a uma reunião de chefes de batalhões convocada por membros do comitê central *des XX arrondissements* que buscava organizar a manifestação. Eudes afirma, em seu depoimento, que teria ido ao *Hôtel-de-ville* com seu batalhão pois teria sido informado que a Comuna havia sido proclamada. Maurice Joly sustenta que entra com uma delegação no *Hôtel-de-ville* para expressar os sentimentos ao governo em virtude das derrotas de Bourget, da capitulação de Metz e sobre a necessidade do governo de entrar em uma via mais decisiva.

Enquanto as ações ocorriam no *Hôtel-de-ville*, no XIX *arrondissement*, Vallès e 300 homens ocupam a *mairie* e, a partir das 17 horas, passam a falar em seu nome, através do comitê de vigilância do XIX. Vesinier e 30 delegados do clube *Favié* ocupam a *mairie* do XX *arrondissement*, apoiados por uma multidão de guardas que, provavelmente, vieram dos clubes. No XIII *arrondissement*, o clube *révolutionnaire* de 190 avenu de choisy, guiados por Meillet e Serizier, ocupam a *mairie*. No V *arrondissement*, o clube *d'arras* ocupa a *mairie* e tem o primeiro contato com o comitê central *des XX arrondissements*, estabelecendo um conselho municipal provisório. A multidão do clube *de la rue Levis* também expulsa o maire da *mairie* do XVII *arrondissement*.

As coisas não vão muito bem para os revolucionários no XIV *arrondissement*, onde toda a assembleia popular do Teatro de Montparnasse tenta ocupar a *mairie* mas os guardas impedem a entrada, frustrando seus objetivos. O comitê de vigilância do XII *arrondissement* também não conseguiu entrar na *mairie* e escreveu para o *Hôtel-de-ville* buscando

informações. Blanqui escreve uma ordem autorizando a ocupação e, guiados por Montels, eles a fazem. No XI *arrondissement*, o *Maire* havia recusado entregar a *mairie* e outra ordem de Blanqui autorizou Mottu e em torno de 50 militantes a tomá-la. Algo similar ocorre no I *arrondissement*. No VI *arrondissement*, Goupil, membro do comitê de vigilância, ocupou a *mairie* depois de ter participado da ocupação do *Hôtel-de-ville*.

Ou seja, as ações já ocorrem por Paris e não apenas no ponto central, mas a derrota no *Hôtel-de-ville* vai por fim a todo o movimento. No dia seguinte, o governo não cumpre sua palavra e decide pela eleição de um *maire* e três auxiliares por *arrondissement*, e não de um conselho municipal. O governo não cumpre nem a promessa de realizar as eleições da comuna nem a de não realizar a repressão contra os manifestantes, mostrando, outra vez, como não é possível acreditar em sua palavra nem esperar que ele fizesse algo que atendesse às reivindicações da *foule*.

Os revolucionários não estavam preparados para os acontecimentos e não souberam liderar. Para os que participaram, os efeitos da derrota do movimento foram maiores. Dias depois do 31 de outubro, Blanqui, Tridon, Eudes, Ranvier, Lefrançais, Jaclard e Flourens serão presos. No início de novembro, Louise Michel, que participa de uma manifestação de mulheres no *Hôtel-de-ville* para propor diferentes tipos de defesa, também é presa.

Os manifestantes vão ser processados perante os tribunais franceses, por terem participado de um atentado, com o objetivo de incitar a guerra civil, armando os cidadãos uns contra os outros; por terem sequestrado os membros do governo; e de cumplicidade de ameaças de morte contra os membros do governo.

Nos depoimentos⁵⁶ de Lefrançais, Tridon, Tibaldi, Vermorel, Ranvier, Eudes, Joly Maurice, Génard, Vésinier, Flourens, Jaclard, Pyat, eles recusam e refutam as acusações, ainda que muitos deles reconhecessem que estavam no *Hôtel-de-ville*. Eles foram interrogados nos meses de novembro e dezembro. No depoimento de Jules Favre, ele sustenta que não foi feito nenhum acordo ente os membros do governo e os insurgentes, no tocante à perseguição dos que participaram do 31 de outubro. Entretanto, afirma que Dorian teria entrado em contato com ele, em torno de uma hora da manhã, para chegar a um final pacífico da situação, “fazendo apelo a seu patriotismo”.

Os documentos permitem conhecer os acontecimentos, já que alguns deles contam o que presenciaram. Génard afirma que teria substituído Flourens, mas que evitou que qualquer ameaça fosse feita aos membros do governo e que desde o momento em que ficou nessa função, Trochu e Jules Ferry já não se encontravam no *Hôtel-de-ville*. Génard afirma que eles

⁵⁶ Arquivos do *Service Historique de la défense*, pasta e código Ly12.

saíram do Hôtel-de-ville em torno de duas horas da manhã, tendo ele ficado responsável por obter de Trochu a garantia de que não seriam perseguidos e de que a Comuna seria proclamada, não conseguindo cumprir a missão pois teria ficado preso por guardas *mobilis*. Génard afirma que não teria ouvido, dos membros do governo, que não teria perseguição, mas que Dorian e Milière, após terem falado com o governo, teriam informado aos demais sobre esse acordo.

Paris acordou, em 31 de outubro, indignada e o desejo de tirar o governo era evidente. As derrotas na guerra, a traição, o armistício. É a *foule* que vai ao *Hôtel-de-ville*. A massa. Ora, não foram apenas alguns grupos que entraram no *Hôtel-de-ville*, efetivamente as exigências vinham de todos os lados. Flourens, Blanqui, eles chegam apenas mais tarde. Há também membros do comitê de vigilância, mas esse ato de guardas nacionais que vai tomando o *Hôtel-de-ville* por completo, que não quer deixar o governo livre, mostra que há um levante de massa.

Lissagaray, citando Jules Favre na *enquête sur le 4 septembre*, conta que “todo mundo”⁵⁷ achava que o governo deveria ser destituído em 31 de outubro. E sustenta que acabou dessa maneira a jornada que poderia ter vivificado a defesa. Segundo ele, a incoerência dos homens da *avant-garde* refizeram o governo. Nessa mesma noite os cartazes foram descolados, as eleições foram deixadas para o dia 5 de novembro. Mas antes disso o governo resolve fazer o plebiscito.

A ação não tem a força suficiente: essa é a conclusão de Flourens ao fim do dia, quando a reação consegue reforços, quando entra no *Hôtel-de-ville* por locais de desconhecimento dos insurgentes ou mesmo gritando “*vive la commune*”. Não é possível manter a ocupação, a possibilidade de derrota e morte dos insurgentes é tamanha que finalizar com um acordo é a melhor saída. Sim, até aí é uma sequência lógica.

Mas o que teria conduzido à derrota em 31 de outubro? E o que foi diferente de 18 de março? Muitos dos guardas nacionais revolucionários, crendo ter obtido a eleição de uma comuna e ter derrubado o governo, voltaram para suas casas pensando que a missão estava cumprida. A relação de forças muda, os guardas nacionais vindos dos bairros conservadores chegam.

Ainda, há os grupos reacionários. A própria guarda nacional tinha seus batalhões reacionários. Inclusive, logo que ela é reorganizada são os reacionários que formam seus batalhões. Da mesma maneira, alguns clubes, como o clube *de folie-bergère*, eram dominados pela reação. Por isso que em 1 de novembro, neste clube, havia críticas a essa tentativa de

⁵⁷ Assim escreveu Lissagaray citando Jules Favre.

tomada do poder e chegou a ocorrer a expulsão de Maurice Joly. Esse clube ainda teria repulsado o apoio à liberação dos homens do 31 de outubro.

Essa reação também pode ser vista no questionamento à legitimidade das ações. A reunião dos oficiais da guarda nacional, *salle de la bourse*, em 31 de outubro, convocada pelo 148 batalhão, tinha por objetivo saber a opinião dos guardas nacionais sobre os eventos do dia, e a plateia mostra resistência a essa ação. Quando afirmam que a Comuna já foi nomeada muitos tumultos ocorrem. Questiona-se a legitimidade desses membros: apenas um batalhão vai definir o futuro do país?

Mas não era apenas um batalhão, nem um grupo que estava questionando o governo e exigindo a Comuna. Por outro lado, o dia 31 de outubro mostra que o levantamento popular não foi suficiente para garantir o poder. Eles não tinham ilusão ao assinar o acordo e assim o fizeram pela impossibilidade em manter a situação. Mas fica evidente que o governo não deixará seu posto: nem por acordo, nem por eleições (que serão, constantemente, manipuladas e viciadas). E que irá defendê-lo militarmente – algo que os blanquistas sabiam, já que buscam arrumar armas há muito tempo.

O 31 de outubro acabou sendo a vitória de um governo que amanheceu derrotado, o que vai se refletir, de alguma maneira, em discussões de clubes e no plebiscito. Aos olhos de muitos parisienses, ainda era muito cedo para considerar o governo responsável pelas derrotas, já que era uma guerra que não foi esse governo que criou (ainda que tivesse sido, já que a estrutura governamental permanecia). A tentativa de tomada do poder não obtém êxito, mas cada vez mais as intenções do governo de defesa nacional ficam evidentes.

c. Plebiscito e eleições

Não tendo sido eleito e após ter sido ameaçado por aquela mesma *foule* que lhe permitiu chegar ao poder, o governo da defesa nacional busca legitimidade. Por isso, propõe um plebiscito para o dia 3 de novembro. O governo usa a mesma manobra do império: realizar um plebiscito legitimador, juntamente com a repressão aos principais membros da oposição. Retira muitos dos oficiais eleitos de seus postos da guarda nacional.

Gambetta é enviado para organizar a defesa na província, sobrando Trochu, Jules Favre, Jules Simon, Picard, Jules Ferry e Dorian, entre outros, como membros do governo. Ou seja, o governo está ainda mais reacionário e *anticommunard*.

E nesse contexto ocorre o plebiscito: « *la population maintient-elle les pouvoirs du gouvernement de Défense Nationale ?* » ou “*ceux qui voudront maintenir le Gouvernement voteront oui* ». Ou seja, questionada se mantém os poderes do governo de *Défense Nationale*, a população de Paris responde: 557.000 sim, sendo 321.000 da população civil⁵⁸ e 62.000 não, sendo 53.584 da população civil⁵⁹. Ou seja, a resposta ao 31 de outubro foi negativa. Os militares indicam 237.000 sim e 9.000 não.

Mas aí há que se revelar algumas questões: primeiramente, a realização de um plebiscito que não atende os verdadeiros anseios de Paris, já que a reivindicação é uma eleição municipal capaz de criar a comuna. A votação dá-se com liberdades relativas aos opositores do governo e, principalmente, sem informação à população do que efetivamente ocorre. Ainda, há uma campanha de ofensa aos militantes do 31 de outubro: o governo afirma que eles teriam levado *l'argenterie et les sceaux* do Estado.

Por outro lado, ainda há uma crença na atuação do governo, que foi formado recentemente. As reuniões em clubes mostram que a resposta seria o “sim” reflexo de uma esperança. Muitos guardas nacionais não teriam aprovado a queda dos membros do governo.

No clube *de la cours de miracle et des folies-bergère*, em 2 de novembro, ao se discutir o voto no plebiscito, repulsa-se o não. Já no clube *des Montagnards*, percebe-se que o sim ganhará, entretanto, o clube, majoritariamente de esquerda, continua a fazer críticas do governo. Lefrançais adverte que o plebiscito simboliza o armistício, a paz e a monarquia.

No clube *de la Reine-Blanche*, na sessão do dia 4 e, portanto, um dia após o plebiscito, um orador afirma que o plebiscito significa o armistício, e que este significa a paz e a paz seria a restauração orleanista. Alguém intervém e lhe contradiz, afirmando que teria votado no sim e não buscaria a restauração. Essa intervenção ganha aplausos, mostrando que o clube ainda mostra apoio – e tem esperanças – no governo.

Os clubes estão em disputa, pois o mesmo clube que mostra que vota pelo sim é aquele que se indigna com a prisão de Jaclard e Lefrançais. E que elege Clemenceau, republicano, para a *mairie*, nas eleições municipais de Paris.

Ou seja, ainda há alguma crença no governo, todavia, num governo republicano. Ainda não há um convencimento geral de que o governo está preparando o retorno da monarquia e a capitulação. Se o governo vence nesse plebiscito, muito se deve à sua recente instalação e ao fato de as pessoas ainda não estarem convencidas de seu verdadeiro caráter. Em muitos clubes fala-se do “tempo” durante o qual o governo iria se manter enquanto governo. Os

⁵⁸ Segundo Bourgin. Louise Michel aponta apenas 321.373 sim e 53.584 não (1999).

⁵⁹ Lissagaray aponta as cifras: 327.000 sim.

revolucionários entendem que logo os guardas nacionais e o povo de Paris perceberão que o governo não pode fazer aquilo que eles querem.

Mas tanto a AIT como os blanquistas não tem ilusão. Eudes faz uma proclamação para seu batalhão, que é reproduzida no *La Patrie en Danger*, afirmando a traição do governo e chamando para o não.

As eleições municipais de Paris ocorrem dias depois do plebiscito, vão de 5 e 7 de novembro e apresentam um resultado um pouco mais favorável: dois *arrondissements* elegem municipalidades “vermelhas”, o XIX elege Delescluze e o XX, Ranvier. A eleição de Ranvier é bastante comemorada na reunião de 6 de novembro, no clube *Favié*. Muitos dos participantes dessa reunião mostram seu desejo em indicar Millière e Blanqui como assistentes. Outros três *arrondissements* elegem Clemenceau, um republicano. Alguns assistentes “vermelhos” também são eleitos: Malon, da Internacional, no XVII e o blanquista Léo Melliet no XIII.

Louise Michel afirma que alguns *maires* estão ao lado dos trabalhadores, como Malon, de Batignolles e Clemenceau, de Montmartre. Essa presença, que contribui para a luta da esquerda mas causa receios na reação, vai apresentando manifestações diferentes ao longo do período. Se podem servir de apoio, também podem servir como freio.

Essas eleições são realizadas diante de um contexto de perseguição e ofensa aos militantes de esquerda, que estavam na prisão. Uma parte desses homens presos – Ranvier, Flourens, Lefrançais, Jaclard, Millière - foram eleitos para *maire* ou assessores, os *maires* e assessores republicanos foram reeleitos. Dereure, Malon, Poirier, Héligon, Tolain, Murat e Lafont foram eleitos.

A resposta a essa conquista é a repressão. O governo retira da municipalidade os nomes eleitos em *Belleville*, acusando-os de terem participado do 31 de outubro. Eles são postos na prisão. Ou seja, os avanços oficiais que os trabalhadores vão obtendo são logo cassados pelo governo provisório. A perda da confiança na legalidade e legitimidade, para muitos trabalhadores, vai sendo fortalecida.

No clube *Favié*, um dos clubes mais “vermelhos”, discute-se essa questão, até porque é de seus delegados que se está tratando. Em 10 de novembro redigem um protesto contra o ato do governo de eleger uma comissão municipal para *Belleville*, retirando os eleitos, acusados do 31 de outubro. Decidem também fazer uma comissão para contatar os demais *maires d'arrondissements*, para que fiquem engajados com a libertação de seus colegas. Uma segunda comissão será enviada à prisão, para que eles nomeiem uma comissão provisória para substituí-los enquanto não são postos em liberdade.

Os clubes acompanham e criticam os atos do governo: em 21 de novembro, o clube *de l'école de médecine*, decide publicar um protesto contra a proibição da publicação de jornais – fato interessante já que o próprio ato de publicar o protesto é proibido. Outro ato contra os revolucionários foi a dissolução do batalhão de *tirraillous* (atiradores), de Flourens, acusados de indisciplina, que gera indignação no clube *Favié*, em 7 de dezembro.

Uma declaração da seção parisiense da AIT e dos delegados das sociedades de trabalhadores (*Chambre*) nos meados de novembro protesta contra a guerra realizada por Napoleão, por motivos dinásticos, mas, com a inversão da situação da guerra e o avanço da Prússia sobre a França, posiciona-se contra o armistício e pela continuação da guerra, exigindo a retirada dos alemães do território francês e, portanto, a não entrega do território francês à Alemanha nem o pagamento da multa. Para isso, exigem o armamento do povo. Entretanto, as correntes não conseguem ter unidade e as divergências são constantes.

Segundo Johnson (1996) a derrota no plebiscito de novembro mostrou a força e a fraqueza dos clubes como organizações revolucionárias. Mas os revolucionários iriam se reorganizar. Essa nova coalizão surgiu das cinzas do comitê central *des XX arrondissements*. A desmoralização e as prisões que ocorreram após do 31 de outubro destruíram o comitê. Muitos comitês de vigilância e clubes pararam de enviar delegados para o comitê central e no meio de novembro apenas 5 *arrondissements* estavam representados. Para superar essa falta de organização, muitos clubes e comitês fizeram projetos para combinar suas forças em bases mais permanentes. Algumas iniciativas populares foram lançadas ou tiveram nova vida em novembro, e juntos eles revelaram uma radicalização nas ações e discursos dos clubes e comitês.

As mais importantes das novas organizações foram a *Légion Garibaldienne*, o clube central e a *Ligue republicaine de défense à outrance*. A *Légion Garibaldienne* foi formada em outubro como uma organização de revolucionários semisecreta. Ela estendeu suas atividades nos clubes e encontros no final da ocupação, eventualmente recebendo apoio de nove clubes em oito *arrondissements*. A legião foi formada por militantes que possuíam estreitas ligações com a AIT, que influenciava a legião. Isso pode ser visto no cartão dos membros da sociedade, onde se afirma que os legionários, trabalhadores, só reconhecem o governo do povo por ele mesmo, não aceitando outros governos e pegando em armas contra os inimigos da república social.

A *Ligue républicaine de défense à outrance* teve importante atuação cristalizando a nova coalizão revolucionária no final do *siège*. Iniciada pelos blanquistas e guiada por Chatelain e outros membros do comitê central *des vingts arrondissements* era uma organização

semisecreta, semelhante à *Ligue garibaldienne*. Lançada a ideia em 19 de novembro, a liga abre em 27 de novembro um clube *de la solidarité*. Depois é criado um *clube central du comité républicain socialiste des vingts arrondissements de Paris*, que seria uma federação de clubes sobre a capital. O clube central foi organizado no meio de outubro por delegados de diferentes organizações, coletando e disseminando as proposições de cada encontro público. Ele parece ter acabado depois do 31 de outubro mas a ideia de um clube central reaparece em final de novembro, sob a tutela direta do comitê central *des vingts arrondissements*. Todavia o clube restou isolado e une-se ao fim de dezembro com o comitê central *des vingts arrondissements*.

A maior contribuição da *Ligue républicaine de défense à outrance* foi fazer a ligação entre diferentes correntes do movimento revolucionário, como radicais tal Rochefort, moderados tal Beslay e os blanquistas, especialmente no XVIII e no XIV *arrondissement* que não eram tão envolvidos com o movimento de Paris. Para promover a coordenação, a liga apoiou dois jornais e o clube *de la solidarité*. Tomados juntos, esses três grupos reanimaram o movimento nos clubes e comitês. Muitos moderados, inclusive da AIT, tiveram seus espaços tomados por outros militantes, especialmente por inúmeros blanquistas.

Johnson afirma que houve uma evolução na tática do movimento. O plebiscito de novembro convenceu os revolucionários que eles eram uma minoria na cidade e como resposta eles criaram a comuna revolucionária e fizeram duas revoltas em janeiro buscando instalá-la. Os clubes e os comitês desenvolveram uma estratégia revolucionária. Mas os revolucionários dependiam menos dos clubes e encontros do que das novas organizações semisecretas para realizar as ações. Houve uma mudança tática consciente. A vigilância, as ações da polícia fazem com que os revolucionários busquem tomar decisões revolucionárias com menos publicidade.

Mas nenhum planejamento militante nos clubes e comitês conseguiu fazer com que a maioria dos parisienses objetivasse derrubar o governo republicano num contexto de crise. A delegação e as organizações populares haviam encontrado uma “fórmula” para tomar o poder mas somente iriam conseguir realizar quando a emergência nacional passasse e as questões políticas viessem novamente à tona.

Johnson indica que a principal mudança da aliança revolucionária foi no tocante ao objetivo do movimento. Uma nova concepção de comuna foi ganhando espaço, uma noção de comuna revolucionária. Militantes do comitê central *des XX arrondissements* organizaram esforços para formar uma comuna revolucionária, o que era comumente mencionado com a *Ligue de la defense à outrance*. Nos clubes, a noção de comuna começa a ser proposta.

Em 23 de dezembro, o comitê central nomeou um delegado para cada *arrondissement*, para coordenar os clubes locais e organizar as ações. O clube *de la révolution* delegou 4 membros para o comitê central. A reunião de 28 de dezembro do comitê central refletiu a nova beligerância do movimento revolucionário de clubes e comitês. A agenda para o próximo encontro seriam as questões práticas para a instalação de uma comuna revolucionária. Nesta tarde, o blanquista Sapia, um dos organizadores da *ligue republicaine de defense à outrance*, anunciou que o 8 e o 18 *arrondissements* tinham organizado uma comuna.

Johnson afirma que as preparações para a comuna revolucionária foram realizadas nos últimos dois dias de dezembro. O comitê central *des Vingts arrondissements* chama uma assembleia geral de comitês para discutir os nomes dos membros da comuna. Os comitês de vigilância do 19 e do 20 *arrondissements* ficaram em permanentes sessões.

A ação da polícia fez o alarme soar para os revolucionários. Em 1 de janeiro, uma assembleia geral dos comitês de vigilância inaugurou uma comuna revolucionária, com o nome de delegação do *XX arrondissement*. O comitê central foi dissolvido: os delegados foram nomeados para estabelecer a Comuna de Paris. Ou seja, o Comitê central *des Vingts arrondissements* passa a se chamar *Délégation des Vingt arrondissements de Paris* e é essa delegação que Johnson identifica como “Comuna revolucionária”. Eles começam a enviar membros para as províncias. Sob o nome de clube *de la révolution*, muitos clubes organizaram uma federação, cuja proposta era criar a comuna revolucionária. Ranvier, no clube *favié*, afirma que membros da *ligue républicaine* e da *ligue républicaine de défense à outrance* formariam a comuna revolucionária.

Johnson sustenta que a delegação formou uma nova coalizão da esquerda. Aproximadamente 140 membros da delegação eram militantes trabalhadores, e muitos dos novos eram das ligas. Muitos eram blanquistas e da AIT. A delegação formou a unidade da elite revolucionária da capital. Em 2 de janeiro a delegação discute sobre uma insurreição para instalar a comuna revolucionária. Eles discutem sobre a formação de comissão para organizá-la.

Os clubes passaram suas noites dos dias 4 e 5 de janeiro preparando a insurreição. Na noite de 5 para 6 de janeiro, a Delegação *des XX arrondissement* elabora o *Affiche rouge*, denunciando as falhas do governo, reiterando suas reivindicações e chamando a criação da Comuna. Vaillant é um dos redatores. Ménard aponta que Vaillant afirmou a existência de uma organização secreta de cinco membros que orientavam as ações das massas, que compreendia os blanquistas e revolucionários próximos a eles, como Ferré, Sapia, Leverdet,

Tridon. São eles que redigem o *affiche rouge* – Ménard aponta que é possível reconhecer o estilo de Tridon no documento.

O cartaz mostra a indignação com o governo e o quanto as questões da guerra são cruciais para o movimento da esquerda, denunciando que governo não se encarregou da defesa nacional e que eles são 500.000 combatentes enquanto os prussianos são 200.000. Acusam o governo de ser responsável pela situação, pois pensou apenas em negociar, ao invés de fazer canhões e fabricar armas, além de se recusar a realizar o levante em massa, deixando agir os bonapartistas e prendendo os republicanos radicais. Eles acusam que o governo só teria decidido agir contra os prussianos após o 31 de outubro e que pela indecisão teriam levado os franceses ao abismo: o governo não soube nem administrar, nem combater, ainda que tivesse em suas mãos os recursos, os gêneros e os homens. O governo não teria visto que em uma cidade ocupada, todos tem o direito legal de lutar para salvar a pátria. A direção militar é ainda mais deplorável, saídas sem sucesso, lutas sem resultados. O cartaz afirma que o governo deu sua medida: ele matou os franceses. Seria preciso, então, uma decisão rápida. Afirmam, no documento, que se o governo possui algum patriotismo, ele tem que se retirar para deixar que o povo de Paris cuide de sua libertação. A Comuna é a única que pode salvar o povo da morte. A continuação do governo seria a perpetuação dos mesmos erros. A perpetuação do regime é a capitulação e a capitulação é a ruína de todos. É o exército e a guarda nacional transportados prisioneiros na Alemanha, é o comércio destruído, a indústria morta, as contribuições de guerra esmagando Paris: é isso que prepara a incompetência ou a traição.

Copio o final do cartaz:

« Le grand peuple de 89, qui détruit les Bastilles et renverse les trônes, attendra-t-il, dans son coeur, dont l'ennemi compte les battements, sa dernière goutte de sang ? – Non !

La population de Paris ne voudra jamais accepter ses misères et cette honte. Elle sait qu'il en est temps encore, que des mesures décisives permettront aux travailleurs de vivre, à tous de combattre.

**RÉQUISITIONNEMENT GÉNÉRAL – RATIONNEMENT GRATUIT
ATTAQUE EN MASSE**

La politique, la stratégie, l'administration du 4 septembre, continuées de l'Empire, sont jugées.

Place au peuple ! Place à la Commune !⁶⁰ »

⁶⁰ “O grande povo de 89, que destruiu a Bastilha e derrubou tronos, esperará, em seu coração, onde o inimigo *compte les battements*, a sua última gota de sangue? - Não!

Rougerie aponta que o sentido dessa proclamação não foi muito bem entendido, que os historiadores não sabem por que eles mudaram o nome para *Délégation des XX Arrondissements*. Mas, ao mesmo tempo, afirma que as coisas estariam claras e que os revolucionários teriam decidido proclamar revolucionariamente a Comuna. Muitos clubes, já em dezembro, apontariam para o objetivo de se estabelecer uma Comuna revolucionariamente. Já Johnson argumenta que essa mudança de nome decorreria da decisão dos militantes em criar a comuna revolucionária.

O *affiche rouge* foi planejado para coincidir com o movimento insurrecional. Mas quando o cartaz aparece em 6 de janeiro, isso não causa grandes manifestações. A insurreição não ocorre. É a derrota de Buzenval que iria criar outra oportunidade.

As críticas ao governo são ainda mais concisas e o encaminhamento que a guerra vai tomando só complicam a situação da França. Trochu responde exigindo a perseguição dos membros mais “perigosos”. O mês de janeiro será uma sequência de derrotas, combinadas com frustrações que irão gerar outro ato no *Hôtel-de-ville*.

No dia 5 de janeiro começam os primeiros bombardeamentos contra Paris. Durante as próximas três semanas, 250 pessoas serão mortas pelos bombardeios. Durante o mês de janeiro, os membros da *Alliance républicaine*, da qual fazia parte Delescluze e Arthur Arnould, futuros membros da Comuna, nomeiam uma comissão onde se encontra Ledru-Rollin, encarregada de verificar a verdadeira situação militar e buscar em Paris um homem que pudesse substituir Trochu. Perguntando aos generais, todos respondem que Trochu teria cometido muitas falhas, que teria sido possível conduzir a situação de outra maneira mas que diante da situação e de como ela se encontrava, eles não queriam ficar com a responsabilidade: já era tarde demais, Trochu já teria perdido. E todos os generais são unânimes em dizer que, chegando o dia da capitulação, seria preciso salvar o exército com honra. Mas eles foram imprecisos em dizer o que seria “salvar o exército com honra”.

Os revolucionários sabem que a honra dos generais bonapartistas é algo distinto da honra dos trabalhadores de Paris. A honra militar é baseada na hierarquia e disciplina, num código de conduta e uma formação para a guerra. Mesmo com a derrota, retorna-se e entregam-se as armas.

A população de Paris nunca irá querer aceitar a sua miséria e essa vergonha. Ela sabe que ainda há tempo, que as ações decisivas permitirão aos trabalhadores de viver, a todos de combater.

REQUISIÇÃO GERAL – DISTRIBUIÇÃO GRÁTIS
ATAQUE EM MASSA

A política, a estratégia, a administração de 4 de Setembro, continuadoras do Império, são julgadas.

Place ao povo! *Place* à Comuna!”

Os membros da *Alliance* decidem que nada mais seria possível esperar do mundo oficial e que *le salut* só poderia vir de um movimento popular que remetesse a direção a forças revolucionárias, daí lançarem uma proclamação exigindo a eleição da assembleia comunal, para que assumisse as operações militares e tentasse salvar Paris e a França. A intenção era evitar uma paz vergonhosa para a França, continuando a guerra se fosse preciso.

As verdadeiras intenções do governo são cada vez mais evidentes para as massas trabalhadoras. Paris já exigia “saídas” organizadas para a defesa da França, que eram negadas pelo governo. Mas buscando deixar a guarda nacional em uma situação desprivilegiada na guerra, a fim de que ela mesmo passasse a exigir a paz, o governo consente em deixar a guarda nacional ir à defesa de Montretout e de Buzenval. Trochu comanda uma saída de noventa mil homens, onde a metade são guardas nacionais, gerando a segunda batalha de Buzenval. Entre os oficiais que marcham com a tropa, estão alguns membros da AIT.

Louise Michel mostra a narração de Cipriani, que fazia parte do 19 regimento comandado por Rochebrune, na batalha de Montretout. Em sua narração, Cipriani evidencia o descaso dos homens que estavam no topo das operações. Rochebrune lamenta a traição e é morto em combate. Os guardas nacionais lutaram bravamente. Após a longa batalha, Trochu ordena a retirada. Chega uma ordem de Ducrot exigindo-a.

O 19 regimento retorna para o enterro de Rochebrune, que causa bastante comoção entre os parisienses. Cipriani narra que muitos dos que estavam presentes no funeral queriam marchar ao *Hôtel-de-ville*. No clube *de la reine-bleue*, em 21 de janeiro, um orador conta o que aconteceu durante o enterro.

A coragem e a ação dos guardas nacionais frustra as expectativas de Trochu, pois fica evidente a incapacidade – seja por covardia, seja por desinteresse na vitória - dos generais bonapartistas em defender a França. É mais uma derrota militar que, agora, aumenta a indignação frente ao governo, especialmente dos guardas nacionais. A guarda nacional entra indignada em Paris, gritando “*A bas Trochu!*”.

O governo teria tido o efeito contrário do que esperava e mostra que o meio de organizar a defesa só pode ser obra das forças populares. Somado a isso, a proclamação do Império alemão, em 18 de janeiro, no *Château* de Versalhes torna ainda mais vergonhosa a situação da França aos olhos dos parisienses.

No dia 21, alguns blanquistas, entre eles Henri Place e Cipriani, vão a Mazas, prisão em que Flourens se encontra, e conseguem libertá-lo. No dia 22 de manhã, um cartaz de Clément

Thomas falando sobre a libertação de Flourens é colocado em Paris, deixando os homens da ordem mais alertas e inquietos, diante do papel e influência que Flourens tem diante da tropa.

Também no dia 21 de janeiro os membros da AIT e da *Alliance républicaine* haviam se encontrado. Muitos clubes já apontam para a necessidade de uma nova manifestação, marcando uma reunião para o dia seguinte.

As companhias de guardas nacionais descem gritando “*Vive la commune!*”, o que ecoa pois não era o acordado. O comitê de vigilância e os clubes marcam um encontro para o outro dia, na praça em frente ao *Hôtel-de-ville*. Os guardas nacionais são convidados a irem armados, suas mulheres acompanham para reclamar do racionamento do pão e outras medidas.

Em 21 de janeiro, no clube *de la reine-blanche*, alguém⁶¹ do XVII *arrondissement* anuncia que os republicanos irão às 8 horas à *mairie* para que ela vá também ao *Hôtel-de-ville*. A assembleia decide que três delegados devem ir até a *mairie* de Montmartre para convidar o *maire* a ir até o *Hôtel-de-ville*, no dia seguinte, acompanhá-los na manifestação. Após uma hora, como Clemenceau não estava presente, um assistente informou que iria caso os quatro clubes e o comitê de *vigilance* do *arrondissement* estivessem de acordo. Decidem se encontrar no dia seguinte, às dez horas em frente a *mairie* e ao meio dia em frente ao *Hôtel-de-ville*.

Sentindo a insurreição iminente, o governo busca dar uma resposta. Trochu e o *préfet de police* são destituídos do cargo. Um batalhão comandado por um coronel da guarda nacional reacionário fortifica o *Hôtel-de-ville*.

É nesse contexto que ocorre o ato de 22 de janeiro, do qual Flourens, Varlin, Louise Michel, André Léo, Béatrix Excoffon, Sophie Poirier participam: consequência de mais uma das derrotas na guerra e, agora, a visível traição combinada com a heroica atuação dos guardas nacionais.

A revolta aconteceu com a coordenação de diversos elementos revolucionários, incluindo grupos republicanos e jacobinos, como a *aliance républicaine*. Os membros da *aliance républicaine* não eram muitos, mas eram influentes, como Delescluze, Rollin e A. Arnould, o qual fez contato com delegados da AIT. O encontro geral era 14h na praça do *Hôtel-de-ville*. A *Union Républicaine* também estava envolvida. Os clubes e comitês participaram. A mão diretiva da comissão executiva da delegação é vista nos anúncios a seis clubes e comitês na noite do dia 21.

Na manhã do dia 22, o jornal *Le combat*, de Pyat, anunciou o chamado das alianças republicanas para a realização de um conselho. Os líderes dos movimentos chamavam para a

⁶¹ Desconheço a identidade.

ação. No início da tarde do dia 22, alguns grupos armados vão ao *Hôtel-de-ville*, mas não há uma presença massiva de pessoas. Havia muitas mulheres e crianças, alguns destacamentos de guardas nacionais, entre eles o 61, de *Montmartre*. Uma comissão é recebida pelo assessor do *maire*, Chaudey. O orador exige a Comuna. Outras comissões *communards* aparecem no local, o 101 batalhão surge, em seguida também o 207. Chaudey repele a Comuna, criticando sua inviabilidade.

Durante a tarde, Blanqui e outros guardas nacionais estão sentados num café próximo ao *Hôtel-de-ville*, acompanhando os acontecimentos. Blanqui teria mantido contato constante com os guardas nacionais durante o dia.

Mas os batalhões reacionários atiram contra os manifestantes, alguns guardas nacionais respondem e eles conseguem fugir, mas Sapia, amigo de Raul Rigault, blanquista, é morto. Restam 30 mortos ou feridos por parte dos manifestantes e apenas um morto e dois feridos, pelo lado dos homens da ordem. Blanqui consegue escapar quando acontece o tiroteio.

Se o levante é organizado, ele não chega a ocorrer. Não como deveria ter ocorrido. Molinari diz que apenas em torno de quarenta pessoas apareceram. A indignação toma conta de alguns no clube *Favié*, dia 22: todas as vezes que se disse para ir às armas, muitos concordavam mas na hora de ir ao *Hôtel-de-ville*, apenas umas quarenta pessoas apareceram, e não eram as pessoas de *Belleville*. Discute-se essa postura de *Belleville* e a importância de irem unidos, um orador afirma que só devem ir em direção ao *Hôtel-de-ville* se forem numerosos e após encontrar com o *maire*.

A saída de Trochu não significava que os planos fossem mudados, apenas lhe era acrescentado outro fator. É tornado chefe do poder executivo um homem com ambições próprias, que não medirá esforços para estar no poder. Um homem representando a grande burguesia e que quer por fim a guerra franco-prussiana: Thiers.

A delegação estava no centro da revolta de 22 de janeiro. Os grupos da *corderie* participaram ativamente. Mas o movimento não obtém êxito. Johnson afirma que o movimento do dia 22 perdeu pelas armas pois os revolucionários não conseguiram organizar sua força em número suficiente. A falha do dia 22 não foi de organização. O que faltou foi apoio, participação popular. A delegação não tinha base na maioria dos parisienses. Tendo se constituído como uma comuna revolucionária, preparado os clubes e escrito um manifesto para a revolta, a delegação descobriu que faltou suporte adequado para suas aspirações. Johnson afirma que mesmo um minoritário movimento revolucionário conscientemente precisa de apoiadores. A ação de 31 de outubro teve um sucesso parcial apenas porque as informações sobre o armistício momentaneamente ligaram a defesa nacional com a derrubada do governo. O

governo foi hábil para se reafirmar e convencer a maioria da população que ele iria lutar até o final, e a revolta pareceu constituir como traição à nação.

Embora para os revolucionários a questão nacional e a revolução estivessem conectadas, moderados e conservadores consideraram a ação de janeiro como um crime. O governo vai prender os militantes do 22 de janeiro, jornais serão proibidos. A cidade rende-se em 27 de janeiro. E a ação frustrada, que resulta em tiros contra os defensores da Comuna, evidencia as intenções do governo, além de gerar mais indignação entre os parisienses, nos clubes e perante a guarda nacional. Também entre os grupos blanquistas, que perdem um de seus homens, como na AIT, que mais uma vez sofre com a repressão. Ainda, a *Alliance républicaine*, que possui uma atuação bastante forte no dia 22, reforça as críticas ao governo.

Segundo Johnson, o fechamento dos clubes, a prisão dos militantes após o 22 de janeiro e a assinatura do armistício encerra uma parte da história do movimento dos comitês e clubes. As organizações populares falharam inúmeras vezes na formação de uma comuna em Paris, mas os meses de agitação e a experiência de iniciativas coordenadas e esforços combinados forjou uma viável coalizão revolucionária e uma cultura política radical. O comitê central *des vingts arrondissements* e o seu sucessor, a delegação, estava no centro do movimento, unindo militantes da AIT, blanquistas, socialistas independentes e jacobinos. Outros grupos se associaram à delegação, como o clube central e a liga republicana.

Johnson afirma que os revolucionários nos clubes e nos comitês aumentaram suas forças. A coalizão criada pela delegação e pelas revoltas de janeiro fortaleceu a coordenação. Após o armistício, a evolução das organizações populares continuou o movimento mais radical dos elementos. Com a crise, Johnson sustenta que a coalizão transformou-se num partido socialista revolucionário, dedicado a um novo mundo de igualdade política e social.

Durante uma semana depois do dia 22, não houve atividade da delegação. Alguns encontros em fevereiro foram preservados e eles mostram que nos dias depois do armistício, a delegação formou alianças eleitorais com duas organizações de trabalhadores da capital, a AIT e a *chambre*. A *Chambre* era composta de delegados de trabalhadores sindicais. Do final da ocupação até o final da comuna, a AIT e a delegação trabalharam juntas.

Nesse mesmo contexto, no fim do mês de janeiro, os chefes de batalhão da guarda nacional se reúnem e decidem convocar uma reunião de chefes de legião e de batalhão para 15 de fevereiro. São as agitações para formar o comitê central da guarda nacional. Segundo Johnson, “suspeitos republicanos” estariam participando desse movimento.

Rougerie afirma que desde que iniciaram os primeiros barulhos sobre a assinatura de um armistício era quase uma insurreição. Ele cita Vinoy afirmando que na noite de 27 para 28

de janeiro os guardas estão agitados e pensando numa saída pelos fortes do leste, que muitos homens se mobilizam mas que a noite é muito fria e como a ação estava pouco marcada, logo tudo voltou ao normal. Menciona que no dia 29 de janeiro o armistício é publicado e que muitas pilhagens ocorrem. No dia 30 o estado moral do exército é horrível. Em todos os batalhões são feitos protestos. No início de fevereiro, a Alemanha tem mais de 400.000 prisioneiros franceses, sem contar as tropas de Paris e os soldados internados na Bélgica depois de Sedan, e na Suíça, após o desastre do exército do leste.

Enquanto alguns homens, até mesmo Rossel, apresentam projetos para salvar a França, e mesmo muitos guardas exigem a saída em massa, o governo continua as manobras para realizar a paz, pregando a desmoralização. Thiers solicita uma trégua para os prussianos, que exigem a eleição de uma assembleia nacional com autoridade para firmar a paz, que para os alemães significaria uma parte do território e o pagamento de indenizações. As eleições para a assembleia ocorrem em 8 de fevereiro. Mas em que condições ela foi feita?

Não faltaram manobras políticas para marcar a vitória nessa eleição. O tempo acordado com Bismarck para realização das eleições era irrisório. Além da repressão contra os opositores, o governo inicia uma campanha pela França, para angariar votos. Por outro lado, Paris fica incomunicável com a província: uma não sabia da situação da outra. Em Paris, pensava-se que a província queria a guerra, até mesmo em virtude das informações de Gambetta, já a província achava que Paris tinha caído na covardia, que o partido republicano teria compactuado com os prussianos e tentado lhes deixar a capital. Por outro lado, os camponeses queriam a paz a todo preço. Arnould aponta que a república estava colhendo o que o império havia plantado: um abismo entre as cidades e o campo.

Aliás, a França tinha um terço do território dominado por um exército inimigo: 43 departamentos estavam ocupados, onde os alemães impediam as reuniões públicas. Muitos eleitores estavam sob armas, presos ou internados. Se não bastasse, há fraude eleitoral.

Ainda que os clubes fossem proibidos em 22 de janeiro, eles reabrem como encontros eleitorais, na preparação das eleições de 8 de fevereiro. As pessoas passaram a se encontrar nas ruas para discutir. No contexto da campanha nacional eleitoral a participação foi maior. Apesar da repressão, a movimentação na rua era muito grande, os anúncios de jornais, as reuniões e discussões, os cartazes nos muros. Paris, efetivamente, tinha uma vida política, ainda que a contra gosto do governo. Os desfiles de guardas nacionais, os discursos. Apenas em Paris e nas grandes cidades efetivamente teve uma eleição. Arnould narra algumas situações que ele presenciou dessa *foule anonyme*.

C'est à ce moment unique que commencèrent les manifestations de la place de la Bastille, provoquées par la violence, les menaces, les fureurs séniles et les inepties honteuses de l'Assemblée de Bordeaux.

L'anniversaire du 24 février en fut l'occasion.

Ce jour-là, un certain nombre de délégués de bataillons se rendirent, sans armes, au pied de la colonne de Juillet, pour y déposer des drapeaux et d'immenses couronnes d'immortelles. On y prononça quelques discours. Le lendemain, les manifestations s'accrochèrent et les députations devinrent plus nombreuses.

La foule aussi, prévenue de ce qui se passait, s'y rendit à son tour, afin d'assister au défilé, d'applaudir, de mêler ses acclamations à celles des gardes nationaux. Le soir, la colonne était illuminée.

Les bataillons, au lieu d'envoyer quelques délégués, ne tardèrent pas à venir au complet et en armes, tambours en tête, drapeau déployé. (...)

Bientôt un drapeau rouge apparut au sommet, flottant sur la tête du Génie doré. Plus bas, on voyait un vaste écriteau, où se lisait, en lettres colossales :

VIVE LA RÉPUBLIQUE UNIVERSELLE ! (...)

Si j'y insiste, c'est qu'à mes yeux, ces affirmations de la foule anonyme doivent être, désormais, les grands faits de l'histoire démocratique⁶². (Arnould, 2006, p. 81-83)

A delegação *des XX arrondissements* vai participar da campanha eleitoral, juntamente com a Internacional e a *Chambre Fédérale des Sociétés ouvrières*, com uma lista de candidatos socialistas revolucionários, dentre os quais apenas 4 serão eleitos (Gambon, Malon, Pyat e Tolain). Esse é um fato importante: dois trabalhadores, membros da AIT, são nomeados com uma grande maioria: Malon e Tolain. Também Millière, socialista. E Langlois que, quando foi eleito, era partidário da não capitulação e socialista. Os radicais revolucionários Delescluze, Cournet, Razoua também tiveram amplas majorias. Blanqui não é nomeado mas possui 50 mil votos. Victor Hugo, Garibaldi e Louis Blanc ocupam a ponta da lista. A eleição de Garibaldi simbolizava a democracia e a república universal. Rochefort e Gambetta também foram eleitos.

⁶² “É nesse momento único que começam as manifestações da praça da Batilha, provocadas pela violência, ameaças, loucura senil e pelo absurdo vergonhoso da Assembleia de Bordeaux. A ocasião foi o aniversário de 24 de fevereiro.

Naquele dia, um número de delegados batalhões iam, desarmados, ao pé da coluna de julho, a fim de colocar as bandeiras e as enormes coroas de flores. Alguns discursos foram pronunciados. No dia seguinte, as manifestações aumentaram e as delegações tornaram-se mais numerosas. A multidão, sabendo o que estava acontecendo, foi participar dos atos, para aplaudir e participar das aclamações dos guardas nacionais. Durante a noite, a coluna estava iluminada.

Os batalhões, em vez de enviar alguns delegados, passaram rapidamente a participar por completo e em armas, com tambores e bandeiras.

Logo uma bandeira vermelha apareceu no topo, flutuando sobre a *Génie doré*. Abaixo, estava escrito em letras garrafais:

VIVA A REPÚBLICA UNIVERSAL! (...)

Se eu insisto, é porque, para mim, essas afirmações da multidão anônima devem ser, a partir de agora, os grandes fatos da história da democracia”.

Louise Michel afirma que um grande número de revolucionários abstiveram-se, já que não acreditam no sufrágio “universal”, ainda menos universal. Segundo Arnould, a contagem de votos se fez no meio de uma desordem geral, criada pelo governo. Durou oito dias. Alguns militares ganharam muitos votos, consequência da tendência dos parisienses em não querer capitular. Os votos de Thiers e Jules Favre davam sobressaltos vertiginosos. Jules Favre foi um dos únicos nomes do atual governo que sai do escrutínio. Quanto a Thiers, Arnould entende que sua eleição deve ter sido real, mas com bem menos votos do que efetivamente teve, até porque ele não estava em Paris durante a invasão, os parisienses não chegaram a desenvolver uma raiva sobre ele, o qual ainda ganhava alguns votos da burguesia. Já Jules Favre assistiu ao escrutínio e teria interferido, também, a favor de Thiers.

Os camponeses, boa parte dos quais sequer sabia onde ficava a Alsácia, votaram em notabilidades rurais, muitas das quais pertencentes a velhas “famílias da aristocracia feudal, como os La Rochefoucauld, Noailles, Broglie, Haussonville, Harcourt, Tocqueville” (Moraes, 2001, p. 89).

Foi assim que se fez uma maioria monarquista na Assembleia Nacional: são eleitos 400 monarquistas de 675 eleitos. Ora, se havia alguma crença no governo nacional, essa crença, a partir de agora, foi drasticamente reduzida.

Com a eleição a assembleia nacional, muitos republicanos pensaram que a república estaria ameaçada. Não havia dúvidas de que a assembleia nacional queria encerrar a guerra com a Alemanha para impedir que o governo caísse na mão dos extremistas. As finanças da França não estavam boas e era afirmado que apenas a paz poderia reavive-la. Reunida em Bordeaux, em 15 de fevereiro, a Assembleia suprimiu os *trente sous* (um franco e meio) pagos diretamente aos soldados da guarda nacional. A assembleia nacional decidiu que se parasse de pagar a guarda nacional que não apresentasse atestado de pobreza.

A Terceira República não possui uma Constituição. A assembleia é chamada respondendo a uma exigência da Prússia e para esse fim, votar a guerra ou a paz. Dia 16 Thiers é eleito chefe do Poder executivo. O governo “republicano”, então, passa a ganhar rosto.

Alguns elementos, no meio de fevereiro, combinaram impulsionar o movimento revolucionário numa integração. Nos dias depois da eleição de 8 de fevereiro, a delegação, a AIT e a *chambre* fizeram um encontro para decidir quais candidatos apoiar no segundo turno. As discussões mostraram a necessidade de reformulação do movimento. Além disso, os comitês estavam com uma dívida da campanha e problemas de financiamento. Muitos militantes consideraram o momento maduro para a ação revolucionária, em Paris e na

província, e buscaram fortalecer a organização do movimento revolucionário como um primeiro passo.

Nos encontros de 10 e 11 de fevereiro, os revolucionários mostraram sua preocupação com o momento de Paris. Eles decidiram enviar delegados para as províncias para organizar o movimento. Em fevereiro e março, delegados da delegação e da AIT viajaram para as grandes cidades e depois do 18 de março eles foram responsáveis por participar das insurreições na província, especialmente Creuse e Lyon.

Os documentos dados a esses delegados descreveram a delegação como uma delegação revolucionária. A adição da palavra revolucionária indica a intenção da ação extralegal. As atas do encontro de 11 de fevereiro confirmam a intenção dos grupos de uma ação conjunta. Johnson afirma que, com esse propósito, surge o partido socialista revolucionário, formalizado em 20 e 23 de fevereiro em encontros de clubes e comitês socialistas revolucionários. Para o autor, a sua inserção na campanha eleitoral de fevereiro foi a pedra angular do partido socialista revolucionário.

Ferré levou uma moção afirmando que os novos comitês eleitorais seriam convocados para uma assembleia geral para decidir os candidatos socialistas revolucionários para o segundo turno das eleições. A tendência de criar uma organização mais exclusiva fica evidente nas palavras de Ferré, já que apenas os que tiverem comprometimento com o programa seriam convocados. O encontro de 12 de fevereiro foi o último com atas antes da formação do partido socialista revolucionário. As discussões mostram que o movimento socialista revolucionário era para ser mais que a soma dos três comitês.

Era de acordo que os comitês locais precisavam de reorganização. A falta de sólidos laços entre os *arrondissements* e o centro e entre os próprios *arrondissements* agravavam as dificuldades financeiras do movimento. Enquanto o centro do movimento revolucionário estava forte, as extremidades – onde o movimento socialista revolucionário tocava as massas da população através dos clubes e comitês – precisava de atenção. Os membros foram indicados para pedir doações ao comitê. Outro encontro foi chamado para o dia 14 de fevereiro.

Johnson afirma que não se sabe o que ocorreu nos encontros do dia 19, 20 ou 23 de fevereiro, a não ser o fato de que o movimento socialista revolucionário emergiu como um partido socialista revolucionário. O primeiro passo foi no dia 19, quando a assembleia geral adotou a declaração de princípios. Por essa declaração, todo o membro de um comitê de vigilância declara pertencer ao partido socialista revolucionário. O membro reconhece que a comuna revolucionária proveniente da delegação dos grupos socialistas revolucionários da

cidade é o único governo. Ele irá federar os grupos revolucionários e irá colocá-los em relação com a delegação central. Os princípios do cartaz vermelho são mantidos.

Não considero, como Johnson, que foi formado um partido socialista revolucionário, através dessa união entre os movimentos, seja por não considerar um partido, seja por não considerar claramente socialista, como irei abordar no próximo capítulo. Entretanto, as atividades do movimento revolucionário foram intensas durante esse período, sob os diferentes aspectos.

Em 26 de fevereiro, os membros da *salle d'arras* foram fundamentais em forçar os portões da prisão Saint Pélagie e libertar oficiais da guarda nacional que foram presos na resistência ao armistício.

No começo de março, o 18 e 19 *arrondissements* foram em grande medida controlados pelo comitê de vigilância e o 20 pela legião da guarda nacional comandada por Eudes. Duval declarou ser o comandante em chefe do 13 e com membros do clube *democratique et socialiste* propagou a desconfiança contra as autoridades civis e militares. Todos eram participantes do movimento socialista revolucionário ou da delegação.

Por outro lado, em Bordeaux, onde estava a Assembleia, 427 rurais recusam-se de ir para Paris, eles querem a capitulação definitiva. Thiers faz uma manobra para levar a assembleia nacional para Versalhes e, desde o dia 31 de outubro, já está com o seu governo no Louvre. A assembleia não retorna para a capital e começa a tomar muitas medidas que vão causar indignação popular – inclusive para setores da burguesia.

A Assembleia decide cobrar os *effets de commerce*. Em três dias, os pagamentos deveriam ser efetuados. Entretanto, as atividades estavam suspensas há sete meses. Quando vão decidir a questão dos alugueis, outro golpe contra os trabalhadores, que ficaram a mercê dos proprietários.

No dia 26 de fevereiro é assinado o acordo de rendição. Cada vez mais, para o governo, o inimigo passou a ser o trabalhador armado de Paris. Essa questão da paz é crucial. Não tendo mais condições de manter a guerra, caberia firmar a paz. Também os membros da AIT percebiam que a paz seria necessária. Aliás, para muitos a questão já não era mais – em fevereiro – a paz ou a guerra, mas sim uma paz honrosa, que não sobrecarregasse os trabalhadores. Os que são contra o armistício indignam-se pelo que ele significa: uma paz vergonhosa e o retorno da monarquia. Que não sejam os trabalhadores a, mais uma vez, pagar pela irresponsabilidade de seus governantes.

Os trabalhadores não querem trazer a “paz” da restauração monárquica, não querem que a república perca para a monarquia. Era uma guerra, uma disputa por formas de governo.

E é tanto uma guerra entre as formas de governo, que na sessão de 19 de novembro, no clube *Favié*, ao se discutir a defesa nacional e o futuro da Europa e suas alianças, afirma-se que a Rússia, o czarismo, não viria ajudar a França, já que ela tem relações com os prussianos. E a consequência disso é a união a Garibaldi e necessidade de se criar a república universal, exterminar a tirania e fazer prevalecer no mundo a revolução e o socialismo. Trochu, ainda governador de Paris, chegou a afirmar que já estava farto de Garibaldi e seus companheiros.

A questão do internacionalismo já está desde o início do movimento. E não é à toa que Vallach anuncia a criação da *Ligue cosmopolite démocratique*, que terá a missão de levar a república aos países da Europa, na reunião de 25 de novembro do clube *démocratique du casino*. No clube *démocratique de batignolles*, na reunião de 9 de dezembro, *Le Réveil* anuncia que foram fuzilados 17 oficiais poloneses que conspiravam em defesa a república francesa e muitos membros se manifestam no sentido de apoiar os poloneses.

Após as eleições de fevereiro volta o foco na preocupação à presença dos prussianos. Os canhões da guarda nacional pagos por ela encontravam-se numa zona de ocupação reservada aos prussianos. Os guardas nacionais resolvem salvar seus canhões, conduzindo-os até a *Place de Vosges*. Homens, mulheres e crianças foram buscar as peças que lá se encontravam. A munição era passada de mão em mão, num símbolo de responsabilidade e solidariedade.

Mas, a princípio, essa ação tem um sentido patriótico. O governo não se opôs, mas mesmo que quisesse se opor, não poderia, diante da força empreendida pelos guardas nacionais. Ora, Paris já não tinha um governo, os guardas nacionais já faziam suas movimentações diante de suas deliberações. Os homens do *Hôtel-de-ville* estavam em Bordeaux, o exército estava desestruturado e sem prestígio. Arnould afirma que a Comuna já existia de fato.

Em função da guerra, os trabalhadores se viram isolados e perceberam que, para continuar vivos, teriam que se defender eles próprios. Inclusive militarmente. Daí o aprofundamento, entre eles, das técnicas de guerra. Por isso, a discussão do fogo grego, que causa uma destruição arrasadora. Já no clube *démocratique de batignolles*, na reunião de 9 de dezembro, discute-se a sua utilização. Logo, muitos que aderem à Comuna o fazem por não concordar com a traição do governo de defesa nacional e sua posição perante a guerra.

Ou seja, ao longo da guerra, ficaram bem delimitadas as consequências da paz. Por fim, a Assembleia Nacional recusa-se a reconhecer a república como forma de governo. Não resta mais dúvidas, com a paz assim assinada e uma Assembleia monarquista, qual o caminho da França.

É essa guerra e o seu desenrolar que representará o “ponto de virada” da história, onde se eleva a consciência e onde se apresentam as circunstâncias. Ou seja, quando há um grupo armado que se propõe a tomar o poder. Isso estava posto em Paris. A guarda nacional possuía seus canhões e brigou por eles. E a guerra Franco-Prussiana foi o momento da história que deu as condições que uma guerra civil acontecesse, ainda que uma revolução não tivesse acontecido. A guerra fortalece o antagonismo: um governo formado por burgueses e ruralistas e uma população de trabalhadores armados.

A guerra também põe em evidência a unidade nacional, mas ao fazê-lo, desmistifica-a. Desmistifica a ideia de que as classes vivem em harmonia sob uma mesma nação. Mas, por outro lado, é essa noção de unidade nacional, de irmandade, que permite o avanço da consciência dos soldados em seu próprio território: se o povo luta junto contra um invasor, como conceber que se ataque o próprio povo? Qual o sentido de se atacar aqueles que estão lutando ao meu lado? São as contradições que a noção de unidade nacional apresenta.

Marx, ele mesmo, aponta a importância de lutar pela unidade nacional em contextos como o da Alemanha de 1850, quando ele escreve em sua defesa. Mas as manifestações tem que ser organizadas tomadas em seu contexto.

A unidade nacional é um dos argumentos que muitos defensores do governo utilizam para convencer a todos da importância de se apoiar o governo: unidade interna frente ao inimigo externo. No clube *Flavié*, em 28 de novembro, Chabert, defensor do general Trochu, defende a união para salvar a França.

E isso cai por terra pela própria postura do governo, que não defende a França. Ou melhor, fica evidente que o governo defende os interesses de uma parcela da França: a questão é de classe e não nacional. A falsidade gerada pela noção de nação, que busca gerar uma suposta “unidade” entre as diferentes classes e, portanto, a união defendida por aristocratas, burgueses, monarquistas e imperialistas é posta à prova.

E, se por um lado, o governo queria a paz com a Prússia, ele queria a guerra contra Paris. Ou melhor, contra os trabalhadores. Diante da eminência de uma guerra civil, a paz com a Prússia se fazia essencial e, ao mesmo tempo, uma guerra contra os trabalhadores, ainda não suficientemente organizados, seria uma oportunidade de desestruturar o movimento. Mas a tentativa de uma restauração monárquica geraria conflitos em Paris e, ao mesmo tempo, frustraria os planos individuais de Thiers que, para virar o chefe do executivo triunfantemente, precisaria ele também do seu dia de triunfo: a vitória na guerra civil.

Os homens da ordem sabem do perigo que é armar o povo de Paris. Mas a situação de guerra não deixava outra opção que não armar o povo e, depois, não havia espaço para buscar

desarmá-lo. Por isso o povo estava em armas e isso foi crucial para que a insurreição acontecesse. Foi a guerra que permitiu que o povo ficasse com armas e que deu as condições para que a tomada do poder acontecesse. A guerra criou o desespero. Armou a guarda nacional, uma milícia voluntária civil armada. Trouxe parte das forças armadas para o lado da revolução: foram as medidas tomadas pelo governo republicano em relação à guerra Franco-Prussiana que fizeram com que muitos militares e guardas nacionais passassem para o lado da revolução. Isso é fundamental para entender porque ocorreu uma guerra civil na França.

Quando no dia 27 de fevereiro é publicado um cartaz, em Paris, anunciando a entrada de 30 mil prussianos na Champs-Élysées, os parisienses se armam. Esse acordo firmado por Thiers, fazendo parte do armistício, deixa os parisienses ainda mais indignados. Diante disso, os militantes de esquerda agitam-se no sentido de evitar que a guarda nacional tenha qualquer confronto com os prussianos, para evitar uma luta desnecessária, o que é feito com êxito, impedindo assim que a luta dos trabalhadores, no sentido de sua emancipação, não fosse tomada por um ardor patriótico. Por outro lado, o desfile dos prussianos, em primeiro de março, deu-se para uma Paris que os ignorou – com panos pretos em suas janelas.

Aqui se mostrou, outra vez, importante a atuação da esquerda organizada que buscava evitar um desgaste desnecessário, bem como uma luta antecipada. Na verdade, a preocupação da Internacional era atuar no sentido da organização, e dessa maneira já estava agindo, entretanto, os acontecimentos de 18 de março irão alterar sua atuação. E a experiência da Comuna ensina também isso: a história não espera o partido.

Mas se a paz com a Prússia já estava evidente, os guardas nacionais, os trabalhadores em geral e, talvez, até mesmo os militantes mais comprometidos, talvez ainda não tivessem percebido que a Assembleia e Thiers já estavam determinados a fazer a guerra contra Paris. Também não se esperava que alguns dos parlamentares eleitos pela esquerda teriam essa mesma postura.

Arnould escreve uma situação pela qual ele passou e que lhe fez ter a noção do que se passava em Bordeaux, com a Assembleia Nacional. Ele foi falar com os deputados para saber suas posições. Delescluze recebeu Arnould e conversou bastante com ele. Os outros receberam-no mal. Louis Blanc, Langlois, Tolain queriam continuar com seus cargos de deputados. Louis Blanc dirigia a esquerda parlamentar e queria continuar nessa posição. Se ele tinha domínio dessa esquerda eleita, ele não tinha a direção da revolução. Ele queria construir a república, mas uma república onde exercesse seus poderes. Arnould não conseguiu se encontrar com Pyat.

Durante os dois dias que esteve em Bordeaux, Gambetta, Ranc, Rochefort, Malon, Tridon e Victor Hugo deixaram seus mandatos. Arnould constata que não seria possível esperar nada daquela esquerda parlamentar que ficou na Assembleia. Entretanto, é ela que servirá para legitimar as ações de Thiers, para ajudá-lo a ludibriar a província e para interferir, de uma maneira terrível, nos assuntos de Paris: eles irão buscar a negociação e conciliação logo após o 18 de março, ganhando tempo para Thiers organizar seu exército e ocupando os *communards* com suas eleições.

Muitos parisienses, especialmente dos distritos burgueses, haviam deixado Paris. Dia 7 de março o comando da guarda convoca os batalhões para ver quem apoiaria o governo e apenas em torno de 30 ou 40 apareceram, de um total de 200. Os guardas estavam preparados para defender seus bairros, mas não para lutar uns contra os outros a serviço do governo.

Thiers não cessa em tentar desarmar a guarda nacional. Fez assim durante todo o mês de março, até o dia 18, quando ocorre a sua fuga para Versalhes. Se, por um lado, de início, a salvaguarda dos canhões possuía um viés patriótico, com o passar do tempo, com a paz assinada e a constituição do governo oficial, a questão era aceitar o desarmamento diante do governo oficial ou permanecer armado. Se iriam permanecer em armas para defender a república ou não.

As experiências históricas mostraram que os trabalhadores, na luta pela sua emancipação, não obterão conquistas sem esforço e que as tentativas dos governos serão de tirar-lhes a força e, por consequência, suas armas. A Assembleia recusou-se a reconhecer a república.

Assim, permanecer com os canhões, agora, era garantir a defesa da república – e foi isso que os trabalhadores fizeram. Mas de uma república onde eles efetivamente pudessem exercer seu governo. Pois, afirma Arnould, se a ditadura monárquico-militar tinha levado a França a Sedan, a ditadura burguesa pseudorepublicana teria levado à paz de Bordeaux.

A guerra, a França e Paris ocupadas colocam os revolucionários em situação complicada, tendo que lutar contra seus inimigos diretos, agora unidos em dois exércitos nacionais. Era uma república burguesa e um Império que buscavam estrangular o movimento de trabalhadores, que ficaram sem opção: ocupar o *Hôtel-de-ville*, ou cair sem lutar.

Mas as condições de luta não são escolhidas pelos revolucionários, e essas causalidades, como afirma Marx, desempenham seu papel. E a aceleração e o retardamento da história estão dependentes das casualidades, dentre as quais está incluído o caráter das pessoas que no início estão à cabeça do movimento.

Desta vez, o 'acaso' decisivamente desfavorável não deve de modo nenhum procurar-se nas condições gerais da sociedade francesa mas na presença dos prussianos em França e na sua posição mesmo às portas de Paris. Isto sabiam-no os parisienses muito bem. Mas sabiam-no também os canalhas burgueses de Versalhes. Precisamente por isso colocaram os parisienses perante a alternativa de aceitarem a luta ou de caírem sem lutar. A desmoralização da classe operária neste último caso teria sido uma desgraça muito maior do que a morte de qualquer número de «chefes». Com a luta de Paris, a luta da classe operária com os capitalistas e o seu Estado entrou numa nova fase. Corra a coisa como correr no imediato, está ganho um novo ponto de partida de importância histórico-mundial. (Marx, 1871)⁶³.

Assim, a guerra vai contribuir para acelerar o avanço de consciência e para aumentar a descrença no governo, entretanto, irá deixar a luta revolucionária numa posição bastante delicada. E é assim do início ao final. A derrota dos *communards* também tem relação direta com a presença prussiana. Por ocuparem uma parte de Paris que não podia ser suficientemente defendida pelos *communards*, por libertarem prisioneiros de guerra para que lutassem pelos *anticommunards* e, para ao final, darem apoio aos versalheses. E, também, por pressionarem pela “paz” em Paris, fornecendo suporte técnico, a fim obterem os seus lucros vindos da guerra.

A guerra vai contribuir para que os trabalhadores passassem a ter noção da situação em que se encontravam, desmascara as mentiras patrióticas e reforça as relações de classe. Eles perdem a paciência. Os trabalhadores passam a ter que pensar como se proteger e o que fazer.

d. Os clubes de Paris

A crença ou não no governo pode ser percebida pelos debates nos clubes de Paris. Se e enquanto há uma crença de que o governo irá salvar a situação, os clubes discutem aquilo que o governo deve fazer e suas proposições diante desse mesmo governo, quando essa crença deixa de existir, a discussão passa a ser outra, ou seja, a preocupação passa a ser o que nós, enquanto sujeitos históricos, podemos fazer diretamente para sair da situação em que nos encontramos. E esse processo de amadurecimento vai ocorrendo nos trabalhadores em Paris, que começam a perceber que precisam eles mesmos começar a resolver seus problemas.

⁶³ Carta de Marx a Ludwig Kugelmann, 17 de abril de 1871.

São as constantes frustrações que contribuem para que os trabalhadores passem a ter consciência da situação. Quando o governo publica um decreto sobre a mobilização da guarda nacional⁶⁴, que seria um último golpe contra a defesa, o clube *de la vengeance*, em 12 de novembro, é tomado pela indignação que conduz a uma decisão de levante em massa. A assembleia nomeia um grupo para falar ao governo para que decrete o levante em massa, sob pena de provocar a ira do clube.

Também na sessão de 19 de novembro, no clube *Favié*, fala-se do levantamento de massa e critica-se a reação. Chamam de reação os aristocratas, os seminaristas, o *Hôtel-de-ville*. E afirmam que é preciso fazer a revolução, a comuna de 93. Os cidadãos de *Belleville* confirmam a condenação à morte, à revelia, de Bazaine e seus cúmplices, pronunciada com unanimidade em muitos clubes de IV *arrondissement*. Os cidadãos presentes foram convidados a executar a sentença. Outro clube onde se defende a saída em massa é na *salle du grand-pavillon*, no dia 23 de novembro, diante das críticas ao governo e da necessidade de se nomear Blanqui.

Na reunião na boulevard *Montmartre*, fala-se da situação, da traição, da guerra. Alguém afirma que apenas na semana anterior morreram 4.500 pessoas. O governo age nos pontos principais: nos líderes, nos clubes, nos jornais e nas armas. Ou seja, o governo não cumpre com sua missão de defender Paris, reprime a oposição e busca impedir que os trabalhadores resolvam suas questões. Já na reunião de 18 de janeiro do clube *de la révolution*, o presidente anuncia que os agentes de Cressons estiveram no clube, mas que não acharam nada.

No clube *de la vengeance*, em 12 de novembro um orador afirma a responsabilidade do governo, que não aplicou os meios revolucionários para resolver a situação. Por meios revolucionários, indicam o levante em massa, a supressão do comércio, especialmente o de luxo. Frente a isso, outro orador concorda que o governo não está à altura da situação mas questiona se seria completamente responsável pela situação: seria culpa do *Hôtel-de-ville* que os franceses não estivessem suficientemente armados? E esse orador vem a questionar a capacidade de Flourens, Blanqui e outros revolucionários de enfrentar a situação; ao mesmo tempo que aponta a responsabilidade do governo imperial de ter criado a situação na França. E se há oradores que vem a defender Blanqui e os revolucionários, isso não significa que haja um apoio em massa dos presentes. Dupas⁶⁵ sugere a criação de governos de *arrondissements*

⁶⁴ Acredito que seja o decreto de 2 de novembro de 1870. No material analisado, não há informações mais profundas sobre os motivos de se criticar o decreto, encontrando apenas a justificativa de que ele seria "*le dernier coup à la défense*".

⁶⁵ Não havia indicações informando sobre quem são esses cidadãos que se pronunciaram nos clubes e apenas um estudo mais aprofundado permitiria indicar quem são eles.

e de sua reunião formará uma *Commune*, posição que é aclamada: a assembleia decide repassar ao *maire* Clémenceau, para que ele deixe aos eleitores a escolha dos membros capazes.

Na reunião *de la salle du grand-pavillon*, no dia 23 de novembro, algumas pessoas chegam a dizer que os homens do *Hôtel-de-ville* são mais “canalhas” que o próprio imperador. A postura do governo não é apenas de desarmar o povo, com receio da revolução, como de evitar que ele se arme. Surge, outra vez, a lembrança dos homens de 93 (Marat, Robespierre).

A discussão em torno da traição do governo é aprofundada e transparecida ao longo do *siège*. Ao contradizer Chabert, defensor de Trochu, um orador, no clube *Flavié*, em 28 de novembro, acusa o governo de traição. Mas não é apenas uma questão de “traição”, e sim o desvendar do caráter que o governo terá: ele aceita a ajuda do legitimista Beaurepaire e recusa formar uma legião com os *garibaldiens*. Um *garibaldien* que esteve com Trochu afirma que ele teria recusado os serviços de Garibaldi, pois Trochu não iria compor com revolucionários nem estrangeiros. Entretanto Trochu teria sugerido entregar Nice e Savoie caso Victor-Emmanuel enviasse 200.000 soldados.

Trochu também é defendido pelo capitão Laporte, que assistiu às batalhas de Villiers e Champigny, em 5 de dezembro, no clube *des montagnards*. Laporte afirma que Trochu e Ducrot fizeram seu dever, sendo aclamado pelo público. Mas um orador contradiz o que Laporte afirma. Sans propõe substituir os generais responsáveis pela defesa de Paris, que devem ser escolhidos pelos *maires* dos *XX arrondissement*.

Na reunião do clube *Flavié* em 23 de dezembro, comenta-se sobre o natal e questiona-se porque o governo francês não fez uma saída em massa sabendo que os alemães celebram o natal e não estavam respondendo às baterias francesas. Critica-se o governo. Um orador da *ligue garibaldienne de la défense a outrance* afirma que o inimigo está em Paris, que mulheres e crianças morrem de fome e de frio.

Já no clube *de la rue d'arras*, em 27 de dezembro, uma mulher⁶⁶ chega com informações de Jules Ferry, afirmando que os *brancardiens* (carregadores) teriam recebido a instrução de não carregar os soldados e de carregar apenas os oficiais feridos. Ela conta que as “irmãs de caridade”, as freiras, levaram soldados feridos mas que estes teriam morrido de frio.

⁶⁶ Molinari narra esse fato, não indicando o nome da mulher. Alguém do clube chega a questionar sua identidade, mas alguns membros presentes confirmam seu envolvimento e comprometimento com as atividades políticas.

Critica-se a postura militar do governo, em 12 de janeiro, no clube *de la revendication*, que não sabe solucionar a situação. No clube *de la rue d'arras*, em 13 de janeiro, um orador também critica o governo, que para ele seria um governo de generais-advogados ou de advogados-generais. Afirma-se que somente a comuna poderia salvar a França e expulsar os prussianos. Um orador sustenta que os chefes só teriam lhes conduzido à derrota e que a solução seria a anarquia, pelo que recebe aplausos.

A postura de Trochu é criticada, também em 18 de janeiro, no clube *de la révolution*. Um orador aparece afirmando que teria sido o próprio Trochu que teria bombardeado Saint-Germain para fazer com que os proprietários exigissem a capitulação. Apontam também que os prussianos iriam levar a população masculina para a Alemanha o que, para o governo, seria bom para o restabelecimento da monarquia.

Na reunião eleitoral *de la cour des miracles*, em 1 de fevereiro, organizada pelos membros da AIT, os socialistas afirmam que não podem se pronunciar sobre a questão da guerra, já que se o exército das províncias não estão em estado de continuar lutando, é preciso concluir a paz. Mas o que todos os revolucionário concordam é que o governo traiu a causa da defesa nacional e que ele deve ser julgado. A data que inicia a traição é o 31 de outubro, quando o governo se laçou aos braços da reação. Jules Favre é acusado de se fazer excluir da conferência de Londres, de ser colocado *sous le talon* de Bismarck. Um reacionário interrompe e causa tumulto. Ele é levado ao escritório para se explicar. A assembleia continua, o orador afirma que, para ele, a guerra foi realizada para impedir o avanço da AIT, que incomoda Bismarck. Afirma que os candidatos da AIT na assembleia iriam preparar a república social. Outro orador questiona a data da traição, apontando para sete meses atrás. Um cidadão demanda que a assembleia proteste contra o julgamento de Piazza e Brunel por uma comissão militar. Os dois teriam buscado impedir que Paris fosse entregue aos prussianos. O protesto é aclamado pela assembléia, que também protesta contra a prisão de Delescluze, Ranvier e Lefrançais.

A descrença com as instituições vai se aprofundando: ora, mesmo durante a monarquia e o Império a França teve uma assembleia nacional, ainda que por vezes fosse fechada diante dos conflitos da cúpula. De toda forma, sua existência em uma república não seria significado de mudanças políticas. Um orador do clube *de la Délivrance*, em 15 de novembro, afirma que a assembleia nacional seria a perda da república, pois a província, sendo influenciada por 18 anos de império, geraria uma assembleia também com esse caráter. Mas, ainda assim, outro orador defende a província e suas ações de defesa, e sua posição foi bastante aplaudida. E a justificativa é o ponto que falta para os trabalhadores: a unidade na resistência. É por esse

motivo que Hervé, nessa mesma reunião, defende a convocação de uma assembleia, capaz de garantir essa unidade.

No clube *de la salle valentino*, há mais esperança e crença no governo. Em 30 de dezembro, um orador repreende a ação de alguns guardas nacionais que teriam violado um domicílio atrás de presunção, o que é aplaudido pelo auditório. No clube *de la révolution*, em 18 de janeiro, informa-se que um pedido de *impeachment* do governo por traição, entre outras coisas, foi feito pelo clube *école de médecine*, ao qual o clube *de la révolution* adere.

Os debates nos clubes são intensos, por vezes aumenta, por vezes diminui. Críticas, esperança, ação e reação. Não se acredita mais. Os trabalhadores se veem tendo que fazer aquilo que o governo não faz. E existem questões que não podem ser decididas em outro momento. Organizar o que não se organiza. Os trabalhadores deparam-se com uma situação que eles próprios precisam resolver: a fome. Começa-se a exigir, também, requisições dos bens de subsistência e sua repartição ao povo, a fim de combatê-la. O governo não o fará. E essa tomada de atitude, busca de solução, vai, também, dando o amadurecimento necessário para que os trabalhadores se vejam no poder.

Em *Montmartre*, Nathalie Lemel organiza a *Marmite révolutionnaire*, que serve um grande número de refeições todos os dias. Como a fome e o frio são intensos, faltando carne e pão, os trabalhadores precisam, eles próprios, dar solução aos seus problemas, diante de um governo cada vez menos ativo.

No clube *des montangards*, em 5 de dezembro, Sans, o presidente, sugere que se requisite os hotéis dos proprietários que estão no exterior. Os trabalhadores buscam alternativas para suas necessidades. Por outro lado, no clube *des montangards*, em 5 de dezembro, essas requisições arbitrárias são chamadas de pilhagens.

No clube *de la rue d'arras*, 27 de dezembro, discute-se a questão do aluguel, onde alguns sugerem que não se pague. No clube *école de médecine*, em 28 de dezembro, eles discutem sobre o sistema de reorganização industrial. Um orador fala de restabelecer as antigas corporações com sufrágio universal. Um membro da Internacional afirma que as bases do trabalho serão organizadas conforme as propostas da AIT, outro orador propõe criar uma comissão capaz de analisar isso, já que a questão social não estaria resolvida. Alguém critica o sufrágio universal, que existia inclusive no império, e afirma que é preciso expulsar primeiro os prussianos para depois debater a questão social.

Em 29 de dezembro, no clube *Favié*, um orador propõe uma resolução para convidar / obrigar – e sobre a nomenclatura houve discussão – o governo a suspender o pagamento dos alugueis e rendas, pois o capital não poderia continuar tendo os privilégios diante dessa crise.

Os locatários não pagariam os imóveis, pedindo dinheiro para os credores. A resolução é adotada e será comunicada aos demais clubes para que eles a adotem. Da mesma maneira que no clube *des montangards*, há quem acuse a pilhagem de canteiros e árvores e um orador questiona dizendo que a necessidade de combustível fez com que isso acontecesse.

O clube *Favié*, em *Belleville*, é conhecido pelo viés revolucionário. Ora, Belleville está na parte leste de Paris, aquela onde estão os trabalhadores. É, também, aqui que cairá a última barricada da Comuna. Mas mesmo o clube *Favié* mostra as interferências pequeno burguesas. Em 6 de novembro, um orador é aplaudido por afirmar que o patrão é um trabalhador mais inteligente e mais trabalhador, o que mostra a existência de uma pequena burguesia ativa nesses clubes.

O clube *Folie-bergère* é um clube de reacionários. Assim estava e continuou. Em 16 de dezembro, rebatem a proposta de requisições e rebate-se violentamente o comunismo, que iria parar com o progresso. Quando dois delegados do clube *Favié* aparecem para pedir apoio ao mecanismo de requisições, a assembleia logo se opõe.

Essa questão da guerra combinada com a questão social põe em debate, constantemente, as medidas a serem tomadas e a identificação dos “inimigos”. Na reunião do *meme clube*, em 8 de dezembro, há uma discussão entre os que querem “caçar” os jesuítas antes dos prussianos e os que querem “caçar” os prussianos antes dos jesuítas.

Deparam-se, inclusive, com a necessidade de defesa armada. Na sessão de 8 de novembro, no clube *de la rue d'arras*, adota-se uma moção de utilizar os sinos das Igrejas para fazer canhões. Também no clube *de la salle du pré aux clerics*, na sessão de 11 de novembro, relata-se sobre a fabricação de canhões. A ausência de canhões e sua necessidade é sentida pelos moradores de Paris. Mas, diferente do clube *de la rue d'arras*, eles decidem esperar a fabricação de canhões e a melhora do armamento. Mas até quando seria possível aguardar?

Na reunião do clube *democratique du casino*, em 25 de novembro, eles discutem sobre a incorporação dos padres no exército e quanto à isso há bastante discussão, ganhando a votação de uma moção para colocar os padres na mesma situação do direito comum. Se o viés democrático e igualitário aqui se fez presente, por outro lado, não foi taticamente adequado: se o clero é inimigo dos trabalhadores, seria inteligente exigir seu envolvimento na luta armada? Vallach bem denuncia a riqueza dos membros do clero.

No clube *Favié*, em 29 de dezembro, argumenta-se que faz parte do direito das gentes que uma cidade ocupada possa usar todos os meios pra se proteger, por isso defende-se a utilização do fogo grego, que foi aperfeiçoado. Foi oferecido ao governo o uso da bomba incendiária, mas ele reenviou o inventor ao comitê de artilharia. Conclui-se com isso que o

governo não irá defender Paris e que, portanto, eles mesmos devem se defender, o que só pode ser feito com a Comuna. Ainda, afirmam que se os homens não o fazem, serão as mulheres que farão. Um orador sustenta que foi possível decifrar um “pombo”: um exército de 80.000 homens teria chegado em Creil e iria marchar em direção a Paris, um outro cidadão vem a confirmar mas um terceiro vem a contradizer, afirmando que seria uma nova ilusão.

No clube *de la Reine-blanche*, em 20 de dezembro, a reunião é agitada com as “denúncias”. Um orador acusa um jovem de não fazer parte de qualquer exército ou guarda nacional, o que um guarda nacional aponta como crime, diante da situação em que a França passa, mas que isso teria que ser denunciado a *mairie*, e não ficar restrito ao clube. Para aqueles que estão nos clubes, numa situação de guerra, todos devem estar atuando como homens de guerra.

Há lamentações em virtude da vitória da paz, ou seja, as consequências de um plebiscito que irá promover a paz é sentida pelos revolucionários e a solução já é apontada por um orador: a saída em massa da guarda nacional. Entretanto, a proposição ganha poucos aplausos.

Mas teria resultados políticos outro levante em massa? De alguma maneira, a agonia política foi antecipando muitas coisas e causando derrotas em sequência: a desorganização do 31 de outubro permitiu que a repressão incidisse sobre os revolucionários que, ainda que recebessem apoio contra suas prisões, não eram totalmente apoiados em sua iniciativa. Mas o levante em massa era ponto constante nos clubes durante o período.

Também a noção de comuna vai ganhando força, juntamente com a descrença do governo. Um vem a substituir o outro. Mas veja-se: o que constantemente é aclamado é a criação de uma comuna, por meio de eleições nos *arrondissements*. E isso, até então, não significaria a supressão do governo oficial. De toda a forma, a organização de um novo poder – ainda que paralelo – já está sendo feita. E os poderes paralelos possuem essa característica: eles surgem dessa necessidade e espírito democrático (no sentido de ampliação da democracia, de efetiva participação) dos trabalhadores.

Se, no início, a noção de uma Comuna eleita ainda era bastante aclamada, com o passar do tempo e com as circunstâncias dadas, a atuação do governo e a perda da paciência por parte dos trabalhadores, a noção de comuna revolucionária – e, portanto, que viria de uma ação violenta e não das eleições – passa a ser a solução e a ganhar força.

Mas o movimento tem suas transformações, seus momentos de refluxo, e o recuo teria se tornado fundamental – e inteligente. Assim decidem os revolucionários, do clube *Favié*, ao

renunciar, por circunstâncias supremas, o ataque ao governo e decidir participar da manifestação pacífica de 2 de dezembro.

Esse é um ponto importante de análise. A tentativa constante de tomada de poder não conduziria à tomada do poder. As inúmeras tentativas, sem organização e responsabilidade, só teriam levado o movimento revolucionário a novas complicações, prisões e, por vezes, críticas e descrença.

Em dezembro, a participação em alguns clubes apresenta um refluxo. Na reunião de 5 de dezembro do clube *de la cour de miracle* quase não há presentes, e eles decidem fazer mais uma tentativa de reunião antes de encerrar suas atividades. Para o orador, os jornais reacionários querem acabar com os clubes e o direito de reunião, daí lhes caluniarem. No clube *democratique de batignolles*, a reunião de 9 de dezembro também não possuía muitos membros.

Todavia, em função dos golpes contra os revolucionários, o chamamento à ação permanece. Durante a reunião de 7 de dezembro, do clube *Favié*, o membro de um dos *bureau* chega à assembleia, lendo uma carta de Lefrançais, que pedia que os membros de *Belleville* se levantassem contra a tirania do *Hôtel-de-ville*.

No clube *democratique de batignolles*, na reunião de 9 de dezembro, discute-se sobre os bombardeamentos e os motivos pelos quais os prussianos não bombardearam Paris. Pensa-se que pela distância, as bombas não chegariam, outros entendem que o bombardeamento teria feito os parisienses saírem contra os prussianos. Isso também é afirmado na reunião de 13 de dezembro do clube *Favié*: o bombardeamento de Paris poderia ser a maneira de salvá-la, já que assim eles sairiam em massa.

Na reunião do clube *Favié*, em 19 de dezembro, a Comuna tornou-se questão de urgência. Criticava-se o governo e o fato de ele ter deixado os bonapartistas como generais e o fato de Paris estar bloqueada. Decidem que o governo tem 8 dias para desbloquear Paris, ou então marcharão em massa ao *Hôtel-de-ville*. Chegam a falar do apoio que os Estados Unidos poderiam oferecer à França e que não estaria oferecendo por não saber se a França é ou não uma república. Discutem, inclusive, sobre a maneira de instituir a república: uma, seria eleger membros em cada *arrondissement*, o que permitiria que os reacionários fizessem parte; outra, seria uma votação por lista, maneira pela qual os republicanos poderiam ser maioria; e uma terceira é a eleição pela via revolucionária, ou seja, eles mesmos escolhem 80 membros para formar a comuna. A fim de perceber de quem possuem apoio, debatem sobre os jornais. Constatam que resta aos revolucionários o jornal *La Rapel*, que segundo a assembleia não possui princípios, logo, não seria um apoio efetivo, o jornal *Le combat* e o *Le réveil*, que são

republicanos, mas não à altura do que eles precisam, e o jornal *La Patrie en danger*, o único jornal revolucionário, o qual estaria “morto” e precisaria voltar a rodar. Para isso, arrecadam dinheiro.

No clube *de la Reine-blanche*, em 20 de dezembro, os membros decidem que o governo tem 48 horas para desbloquear Paris, ou irão se levantar contra o *Hôtel-de-ville* e proclamar a república.

Um orador, em 20 de dezembro, no clube *de la Reine-blanche*, diz que os membros da Comuna foram nomeados pelo XVII *arrondissement*, pelo comitê de vigilância. Outros comitês também estavam tomando essa mesma posição. Um orador chega do clube *elysée-montmartre*, afirmando que eles decidiram que a Comuna adotaria a bandeira vermelha e afirma: “*Le rouge, dit-il, est la couleur du soleil, du feu, de la nature et de la civilisation. (...) Dans le drapeau tricolore, le blanc signifiait le roi ; le bleu la loi et le rouge, le peuple. Eh bien, nous n’avons plus le roi, et c’est le peuple qui fait la loi. Le rouge est donc la couleur naturelle du drapeau de la republique* ». A sessão termina com o grito « *Vive la Commune!* ».

No clube *de montagnard*, em 21 de dezembro, Marchand, presidente, faz um apelo à conciliação. Paulet defende a constituição de uma Comuna, seguido de Sans, que discursa em sua defesa.

A reunião do clube *élysée-montmartre*, em 23 de dezembro, inicia com *Vive la commune!*. Em muitos *arrondissements*, ela já começa a ser organizada. No XVIII *arrondissement*, o comitê *de vigilance*, encarregado de nomeá-la, já elegeu 4 delegados para o comitê central republicano, que teria um papel decisivo quando chegar o momento de marchar ao *Hôtel-de-ville*. Chamaram a atenção para as falsas comunas, compostas de advogados e “homens cultos”. E iniciam uma discussão sobre o retorno do 32 batalhão, se teriam ou não sido indispostos no campo de batalha. Depois discute-se a disciplina, se um soldado deve obedecer, um orador defende que ele siga sua consciência, outro orador afirma a importância da disciplina e são as mulheres que o aplaudem com mais vigor. Iniciam, então, a discutir o que seria uma comuna, o que ela deveria fazer: defesa, requisições etc.

Na reunião do clube *Flavié* em 23 de dezembro, noticia-se que a *ligue de la délivrance* está sendo organizada, uma comuna de 20 membros por *arrondissement* será criada e instalada no *Hôtel-de-ville* com comissões especiais e que irá nomear Garibaldi general em chefe.

No clube *de la reine-blanche*, em 26 de dezembro, novamente um orador critica o governo e sua incapacidade em “salvar” a França da guerra e afirma que é preciso nomear em Paris uma assembleia de 300 membros, que é inútil de chamar de comuna, posto que isso

causa temor, mas que ela será responsável pelas medidas que devem ser tomadas. Já outro orador afirma que é preciso chamá-la de comuna, que o governo da defesa nacional tem apenas a intenção de capitular e que se ele pode se entender com os prussianos, ele jamais iria se entender com o socialismo.

No clube *Favié*, em 29 de dezembro, a comuna foi exigida. O clube *folie-bergère* mudou seu nome para clube *de la république*. Na reunião de 5 de janeiro, um cidadão chama pela comuna, enquanto outro, aplaudido, afirma que não se deve pensar em comuna numa situação como essa. O cidadão Morel faz uma retrospectiva dos atos do governo e da ilusão da opinião pública e afirma a importância de se defender Paris.

A situação mudou: os alemães começam a bombardear Paris. A partir de 26 de dezembro, Paris é constantemente bombardeada. No clube *de la rue d'arras*, em 27 de dezembro, noticia-se que os prussianos iniciaram o bombardeio contra um forte.

Um dos oradores do clube *de la révolution*, em 18 de janeiro, que estava na África não entende a postura dos franceses, de não lutar contra os prussianos. O presidente afirma que também participou de guerras, mas questiona as guerras imperialistas francesas e diz que essa guerra de raça é feita pela burguesia, que o ódio deles deve ser contra os tiranos, a fim de proclamar a república universal.

É interessante essa diferença de posição entre os clubes e ao mesmo tempo essa relação crença-descrença no governo. Pois se o governo lança um decreto “desmobilizante”, por que ele iria decretar o levante em massa, se é o que ele quer evitar? Se o governo sinaliza para a paz e a defesa dos proprietários, porque os participantes da reunião de 25 de novembro, no clube *democratique du casino*, por aclamação, decidem enviar ao *Hôtel-de-ville* uma comissão para exigir as requisições imediatas dos gêneros de subsistência?

O clube *Favié*, em 6 de janeiro, estava mais lotado e agitado. Durante o dia, o *affiche rouge* teria sido colado por Paris, pelo comitê *des XX arrondissement*. E eles afirmam que a Comuna está feita. Eles discutem sobre o momento de marchar rumo ao *Hôtel-de-ville* e decidem ir armados. No clube *républicain*, no 7 de janeiro, discute-se a repercussão do *affiche rouge*. A plateia se indigna quando sabe da prisão de quatro pessoas que teriam assinado o cartaz. Eugene Chatelain é preso em virtude do artigo 91 do código penal que condena à morte o atentado cujo objetivo é a guerra civil. Delescluze, *maire* do XIX, pede sua demissão. Um orador fala que se ocupa da parte militar e expõe algumas táticas para expulsar os prussianos. E o orador aponta que o inimigo mais perigoso é a fome, afirmando que já comem ratos, gatos. Um orador critica a demissão de Delescluze enquanto outro aponta que, como essa função é meramente administrativa, não adiantaria ficar ocupando-a, de modo que a solução seria

entregar a Delescluze o mandato imperativo da comuna. Outro clubista afirma que há viveres apenas até o fim do mês e que o exército só tem como vencer estabelecendo a comuna, o que está de acordo com a maioria do auditório.

No clube *de la reine-blanche*, a comuna revolucionária está sendo reivindicada e sua urgência caminha junto com o avançar da guerra. Mas a derrota dos prussianos só faria sentido com a também derrota da burguesia e do clero. Um orador sustenta o fim do *budget* de cultos e defende o sufrágio universal. Ao escutar um som de canhão, sustentam a necessidade de tratar das questões práticas. Com o redobrar do som dos canhões e a constatação de que possuem em torno de 15 dias para a chegada dos prussianos, afirmam que é fundamental a proclamação da comuna revolucionária, para salvar a França.

O clube *marseillaise* foi inaugurado em 10 de janeiro. Na reunião do dia 11, eles reivindicam a comuna e criticam as falhas do governo, que seria ainda “Bonaparte”. Um cidadão aparece e narra que Trochu teria dito que não acreditaria na possibilidade de defender Paris. Eles sustentam que é preciso a comuna para salvar a capital.

Na reunião do clube *de la revendication*, em de 12 de janeiro, falou-se da miséria da situação e da necessidade em se recorrer à comuna. Em 16 de janeiro, no clube *Favié*, um orador vem a criticar a covardia do povo, que não fez a Comuna quando pôde. Briosne afirma que o tempo da comuna já passou, que é muito tarde para fazê-la, que ninguém conseguiria organizar um governo agora e que o culpado pelo desastre de Paris é a burguesia, que tem a ciência e a riqueza, e não o povo, e que com a entrada dos prussianos e seu domínio, a burguesia pagaria, inclusive, os impostos de guerra. Ele afirma que os prussianos não poderiam matar a todos (como se colocasse como opção que se deixassem morrer). E essa é a “solução” que apresenta.

Mas essa proposição é impraticável, como pedir a todos para que se deixem morrer? Se a construção da comuna é algo difícil, se o levante em massa foi se tornando difícil, exigir que se deixe morrer também não é viável. Daí um orador rebater a proposição posta por Briosne.

E a que ponto chegou o desespero: o presidente pega a palavra e concorda com Briosne, afirmando que será preciso que todos morram, uma vez que, se a situação já é essa - as filas, a fome, a mortalidade - seria melhor morrer logo que continuar nessa situação. Sugere, todavia, que se acertem as contas com a burguesia, fazendo a requisição dos víveres, dos alimentos em conserva, invadindo suas “caves” para morrer juntos, já que não tiveram comunidade na vida, que tenham na morte.

E mesmo nessa discussão sobre a morte, um orador afirma que não devem estender as mãos à burguesia para que estejam juntos, enquanto outro sustenta que não quer morrer com a burguesia.

Mas se para uns a solução é a morte, para outros é a comuna. Um orador sustenta que ainda é a hora de fazer a Comuna, que em *Belleville* é onde está a maior força, que quando o momento de agir chegar, eles terão muitos homens, e as mulheres gritam afirmando que elas irão na frente.

Ressurge a importância da participação: “eles não podem caminhar sem que o comitê tenha dado o sinal e a assembleia termina com os gritos de *Vive la republique démocratique e sociale*”.

Também no clube *de la révolution*, 18 de janeiro, ainda se acredita na Comuna, ainda que muitos duvidem dela. Pede-se a identificação dos que querem participar”. No início da reunião, o presidente lê um manifesto do *Le Reveil*, reivindicando a comuna.

No clube *favié*, em 22 de janeiro, um cidadão diz que a municipalidade está preparada para deixar seu lugar aos escolhidos pelo povo, e a assembleia indica sua intenção de nomear Flourens. Eles decidem que formar duas comissões, uma para falar com a comissão provisória e outra para falar com Flourens, concluindo que é importante que a comissão que vá falar com a comissão provisória tenha a força necessária para tanto. Voluntários são alistados, surgindo apenas 23. Um cidadão aparece informando que os funcionários da *mairie* não continuarão em suas funções, para respeitar a decisão do povo. Decide-se que os 23 inscritos entrarão em contato com Flourens para que tomem as atitudes.

Nos debates de escolha de candidatos para as eleições de 5 de fevereiro, a comuna permanece como necessidade. Em 31 de janeiro, na *salle de la redoute*, um cidadão afirma que a assembleia deveria se transformar em convenção para julgar o governo, e propõe que se escolha quarenta e três candidatos entre os cento e quarenta que tinham sido designados para fazer parte da comuna.

Se a Comuna era a solução, a ação revolucionária era o caminho. E foi isso que eles começaram a perceber.

e. Do 18 de março ao 4 de abril

Paris foi mudando. As críticas ao governo não cessaram, o final trágico na guerra com duras contas a pagar pelos trabalhadores, a Assembleia monarquista contra Paris, as

tentativas de desarmamento, tudo isso termina por desvendar os planos do governo, que não agrada trabalhadores, guardas nacionais e nem mesmo a pequena burguesia. Lissagaray aponta que a Assembleia e suas medidas acabaram por unir a pequena burguesia e os trabalhadores. E essa força responderá a mais um ataque do governo, mas, dessa vez, de forma diferente e com outras consequências.

Segundo Noël (2000), o comitê central da guarda nacional surge por iniciativa do jornalista La Pommeraye e do comerciante do III *arrondissement* Courty, republicano moderado. Rougerie afirma que a primeira reunião ocorreu em 1 de fevereiro e uma segunda no dia 6. Objetivavam motivar toda a guarda nacional. A assembleia de 6 de fevereiro ocorre sob a presidência de Courty. A reunião não deu resultados. Mas eles realizam outra assembleia, convocando os delegados dos *arrondissements* da guarda nacional.

A reunião ocorre em 15 de fevereiro. Todos os delegados apresentam-se, menos os do I e II *arrondissement*. Lissagaray afirma que um único pensamento ocupava a todos: a união de forças parisienses contra os rurais triunfantes. Adotam com unanimidade a decisão de que novas eleições sejam feitas para a Assembleia Nacional, já que Paris estaria sub-representada (muitos deputados foram eleitos por Paris e pela província), assim, qualquer deliberação dessa Assembleia incompleta seria nula. Nesse sentido, a guarda nacional estaria impedindo que a Assembleia tomasse qualquer decisão, inclusive sobre a guerra e a paz. O cidadão Piconel fala da necessidade de a guarda nacional manter suas armas e de tomar iniciativas nos assuntos da pátria. O cidadão Soncial propõe impor aos deputados a *guerre à outrance*, em vez de realizar uma paz ou ceder uma pequena parte do território; manter a república por todos os meios; acusar o governo; estabelecer um comitê de *salut public*; protestar contra a entrada dos inimigos; protestar contra o desarmamento da guarda nacional.

Eles também elegem uma comissão provisória, que vai elaborar o estatuto de uma federação da guarda nacional. O cidadão Lefèvre fala sobre o status de um comitê central, e sobre a necessidade de os delegados serem eleitos por batalhão de cada *arrondissement*. Ramel defende o sufrágio universal na escolha dos eleitos, o presidente submete para votação o projeto de um comitê central da guarda nacional e a nomeação de uma comissão provisória, formada por um membro de cada *arrondissement*, para elaborar o estatuto, que será submetido a aprovação dos delegados da guarda nacional reunidos em Assembleia. Os delegados de cada *arrondissement* retiram-se para deliberar em comitês separados, sobre a escolha dos delegados da comissão provisória. As deliberações terminam e cada grupo dá o nome e o endereço do seu eleito.

Lissagaray aponta que entre os eleitos não há nenhum nome conhecido. Os comissários são pequenos burgueses, *boutiquiers*, empregados. A ideia de federação é bastante reforçada. Clément Thomas compreende a situação e pede sua exoneração da guarda nacional, sendo substituído por Vinoy.

Uma assembleia geral é convocada para 24 de fevereiro. A convocação afirma que é dever de todo cidadão participar da defesa do país e de manter a ordem, mas não a ordem monárquica e sim a ordem sob princípios republicanos. Esses direitos são o de ser eleitor e de ter um exército que cumpra seus deveres. A guarda nacional deve substituir o exército permanente, que é instrumento de despotismo e que ameaça o país. Com o objetivo de defender os direitos cidadãos, é criado o comitê central da guarda nacional.

É um apelo para defesa da república. Na reunião do dia 24, os delegados⁶⁷ representam mais de 200 batalhões. A comissão lê seu projeto e pede aos delegados que procedam à eleição do comitê central. Eles adotam um projeto de federação. Eles também votam uma moção afirmando que a guarda nacional resistirá pela força a qualquer tentativa de desarmamento, que diante da entrada dos prussianos eles irão se engajar para pegar em armas e que a guarda nacional só reconhece os chefes que ela elege. Eles também fazem referência à província, para que ela siga o mesmo caminho que eles estão seguindo. Nesse dia, marcham pela Bastilha. O governo dá um chamado aos *quartiers* burgueses, que não respondem.

Johnsons afirma que as celebrações comemorando o começo da revolução de 1848 de 24 de fevereiro foram o ponto da virada do desenvolvimento da federação e deveriam ser consideradas o começo do ciclo revolucionário que traria a comuna. No dia 25, as marchas de guardas nacionais, de *mobilés* e de soldados continuam. As mulheres também participam.

O armistício iria se expirar no dia 26 e os jornais anunciavam a entrada dos prussianos para o dia 27. No dia 26 as manifestações redobram. A comissão provisória da guarda nacional, que funciona como um comitê central dá a ordem para que eles peguem os canhões que estão na *place Wagram* e em Passy, perto dos prussianos. As tropas enviadas por Vinoy para conter as manifestações da Bastilha confraternizam com o povo.

Durante a semana seguinte, o general Vinoy percebeu que 97 batalhões marchavam na Bastilha. Os “bons” batalhões não respondiam para restabelecer a ordem. O exército era a única força capaz de restabelecer a autoridade do governo, mas os soldados estavam incertos e as tropas fraternizavam na Bastilha.

⁶⁷ Rougerie aponta 500, Noel e Lissagaray apontam 2000.

A partir do dia 28, os prussianos começam a fazer uma ocupação simbólica de alguns *arrondissements*. A comissão designada para redigir o estatuto do comitê central reúne-se na *mairie* do III *arrondissements*, eles falam apenas em batalha, a quase unanimidade decide pegar armas contra os prussianos. O comitê chega a chamar a população para pegar em armas.

Teria sido uma catástrofe não fosse a atuação dos membros da *Corderie* - da AIT, do comitê de XX *arrondissements* e da *Fédération des chambres syndicales*. Na saída da reunião da guarda nacional, alguns delegados de batalhões que pertenciam também aos grupos da *Corderie* foram contar a eles a decisão desesperada. Alguns oradores foram enviados ao Wauxhall, onde estava tendo uma grande reunião; eles conseguiram falar e argumentar.

No dia 28, pela manhã, os três grupos da *Corderie* lançam um manifesto pedindo para que os trabalhadores se abstenham do confronto. Afirmando que todo o ataque levaria o povo para os golpes dos inimigos da revolução, e que acabariam as reivindicações sociais num banho de sangue. Chamaram a lembrança das jornadas de junho.

Em 29⁶⁸ de fevereiro, a comissão provisória da guarda nacional lança um *affiche noir*, afirmando que a agressão seria a derrota da república. Por isso, serão realizadas em torno dos quarteirões em que os prussianos estiverem inúmeras barricadas para isolar essa parte da cidade; a guarda nacional, com as forças armadas, irão velar para que o inimigo não possa se comunicar com as partes protegidas de Paris.

Eles conseguiram evitar o confronto. Esse evento vai permitir uma aproximação entre os grupos da *Corderie* e a comissão e, ao mesmo tempo, mostra a importância desses trabalhadores, organizados e consciente, com uma análise correta da situação, fazendo separar o patriotismo da questão de classe. O papel da AIT e dos grupos da *Corderie* na tomada das decisões mais avançadas é visível. Entretanto, não são eles a força que está dirigindo essas ações, apesar da influência de seus membros. No dia 1 de março os prussianos entraram em Paris.

Nas duas primeiras semanas de março, os membros dos comitês de vigilância ganharam posições eleitorais na federação da guarda nacional. Em 3 de março a federação nomeou seu comitê central provisório e 16 dos 31 membros do comitê eram da AIT, incluindo Varlin, Viard, Lacord e Pindy. A transformação da federação foi tão completa que o encontro de 3 de março foi presidido por Begeret.

As ações e influências do comitê vão aumentando. No dia 3 de março eles são mais de 1.000. Viard pede que se organizem a fim de defender a república e repelir o rei que um

⁶⁸ Lissagaray aponta que o *affiche* foi lançado no dia 28.

plebiscito rural poderia querer impor. Arnold pede que seja nomeada uma comissão de 25 a 30 membros encarregados de aplicar o estatuto, essa comissão comporia o comitê central até a eleição regular dos delegados de *arrondissements*. Assim, 32 membros são designados, a antiga comissão, alguns delegados dos XX *arrondissements* e três observadores da AIT.

O presidente afirma que eles estão reunidos para decidir o destino da França e de Paris, que devem se pronunciar sobre o desarmamento ou não da guarda nacional. É preciso não mais aceitar as ordens de Vinoy, bonapartista, mas apenas de seu comitê central. Varlin propõe a adoção do mandato imperativo: eleger e revogar seus chefes. A assembleia decide que os chefes devem ser submetidos a uma nova eleição. A assembleia aprova a moção proposta por Boursier de que a cidade de Paris deveria se constituir imediatamente em república independente.

No dia 3 de março, 200 batalhões enviam seus delegados ao Vauxhall. O projeto de estatuto redigido pelo comitê central provisório começa por afirmar a república, “como o único governo de direito e de justiça superior ao sufrágio universal que é sua obra”. O comitê central deve ser formado por três delegados por *arrondissements*, eleitos sem distinção de grau pelas companhias, legiões e chefes de legiões. Esperando as eleições regulares, a reunião nomeia uma comissão executiva, de que fazem parte Varlin, Pindy, Jacques Durand. É aprovada uma moção afirmando que o departamento *de la Seine* irá se constituir em uma república independente no caso de a assembleia *décapitaliserait* Paris.

Lissagaray critica, com razão, essa moção. Ela é antirevolucionária, antipariense e acabaria por se tornar contra a própria Comuna, já que geraria um isolamento de Paris. Apenas a província e, com a ajuda dela, seria possível “salvar” a capital. Entretanto, essa moção vem de uma situação concreta: há seis meses Paris já se vê isolada.

O governo realiza o que poderia ser chamado de Pacto de Bordeaux. Nos primeiros dias de março, os jornais da província anunciam pilhagens e incêndios em Paris. No dia 4 de março, na assembleia fala-se apenas que a insurreição estaria começando, a comunicação é cortada, o general Vinoy retira-se pela *rive gauche*. Thiers encaminha quatro deputados-*maires* a Paris, que verificam que a cidade está calma e Picard responde que seria uma calma aparente, que seria necessário agir. Vautrain, *maire* do IV *arrondissement*, afirma que é preciso parar o comitê central. Muitas provocações contra Paris e seus representantes. Malon, Ranc, Rochefort e Tridon retiram-se.

Em 4 de março, o comitê publica uma proclamação afirmando que o comitê central da guarda nacional, nomeado em uma assembleia geral de delegados representando mais de 200

batalhões, tem por missão constituir a federação republicana da guarda nacional, a fim de que ela seja organizada para proteger o país e defender a república.

Em 10 de março uma nova assembleia geral defende que não exista mais um exército permanente. A federação tem seu estatuto definitivo. Arnold vai fazer um discurso mostrando porque o comitê central transformou-se nessa força: ele porta a bandeira dos que querem impedir que a pátria seja de novo assassinada. É consolidado aquilo que já vinha sendo discutido.

A guarda nacional também passa por problemas organizacionais. Desde o dia 6 de março começa a surgir um grupo independente, com a intenção de formar um comitê central. Qualquer tentativa de destacamento, nessas condições, iria trazer muitas dificuldades para a guarda nacional, que consegue a unificação.

Picard, ministro do interior, vem denunciar o comitê central, mas isso não recebe apoio. Por outro lado, o comitê continuava a se afirmar. Lissagaray argumenta que a coalizão realista já podia imaginar o que iria acontecer em Paris. Thiers nomeia como general da guarda nacional Aurelles de Paladine, segundo Lissagaray (2000: 102) “*l'évacuateur de Orleans, le brutal commandant de l'armée de la Loire destitué par Gambetta, celui qui, dans une lettre à l'Empereur, tout récemmentt publié, se lamentait de n'avoir pu venir à Paris le 2 décembre 51, massacrer les parisiens* ». A assembleia é suspensa até 20 de março, depois de obrigar Thiers a afirmar que poderiam deliberar em Versalhes sem medo da revolta.

Aurelles chega em Paris convocando os chefes de batalhões, apenas 30 de 260 respondem. Sua intenção é tirar os “elementos maus” da guarda nacional. O comitê responde chamando os cidadãos a organizar os círculos de batalhões, os conselhos de legião e a nomear o comitê definitivo.

Picard vai tentar o desarmamento com Courty, que quase faz uma promessa de entregar os canhões. A guarda nacional desmente Courty. Está decidida a lutar pelo armamento que ela conquistou. O governo envia 220.000 homens para a província. Paris percebe a ameaça contra ela e se organiza para o combate.

No dia 11, o general Vinoy, comandante em chefe do exército de Paris, suspende a publicação dos jornais *communards*. Blanqui e Flourens são condenados a morte em virtude da ação do 31 de outubro. Clemenceau, *depute-maire* do XVIII buscava entregar os canhões de *Montmartre*, mas o comitê *de la rue de rosiers* se opunha. Esse comitê possuía uma força grande em *Montmartre*, em pé de igualdade ao comitê central.

Com isso, os revolucionários não falavam mais por jornais, mas por *affiches*. Os comitês se organizam nos comitês populares, o XIII elege Duval. Vinoy exigia que se “parasse”

o comitê, o que, segundo Lissagaray, seria fácil já que todos sabiam quem lhes formava. O problema é que o governo não tinha força suficiente para fazer isso: um jogava para o outro a responsabilidade.

Em 15 de março uma nova assembleia é reunida, há 1.325 delegados representando 215 batalhões. Em 16 de março, o governo, depois de já terem tentado desarmar *Montmartre* por duas vezes, tenta desarmar a *place de Vosges*, no *Marais*, bairro onde o espírito revolucionário não era tão forte. Eram representantes da pequena e média burguesia⁶⁹. Segundo Arnould, se a intenção efetivamente fosse retirar os canhões, eles deveriam ter enviado mais homens.

O comitê central avisado dessa tentativa e, sabendo que seria impossível fazer a segurança desses canhões, por estarem num bairro reacionário, dá a ordem para que, no dia seguinte, eles sejam levados para outro local. A tentativa mostra que a guarda nacional não se deixaria desarmar, e isso foi provado mesmo num bairro como o *Marais*.

No dia 17 de março, Thiers lança um *affiche* sobre os muros de Paris, com uma proclamação onde exige do povo que entregue os canhões, criticando os “homens mal-intencionados” que, sob pretexto de resistir aos prussianos, montam uma guarda. Thiers pede que eles ajudem a força pública, ao invés de resistir. Acusa esses homens que não tem medo de fazer uma guerra civil após a guerra contra o estrangeiro.

Apesar do teor do cartaz e das acusações de Thiers, suas desconfianças tinham fundamento: os guardas nacionais estavam dispostos a usar a força contra a ameaça de desarmá-los. E não era isso que o governo pretendia? A guerra civil estava sendo anunciada, provocada, de certo modo, pelo chefe do executivo. Thiers queria a guerra civil? Pensava em dar seu início? Imaginava que os acontecimentos do 18 de março poderiam resultar no que aconteceu?

De alguma maneira sim. Ele temia que a organização dos trabalhadores avançasse e fosse fortalecida no restante de França. Se ele ainda não estava com seu exército completamente pronto, para ter o seu “2 de dezembro de 51”, ao menos ele já iniciava seu trabalho ideológico na província, a fim de gerar o isolamento de Paris.

Quando Thiers ataca o comitê central da guarda nacional, desqualificando-o, não deixa dúvidas que ele mesmo está vendo a aproximação da guerra civil. Os escritos *communards* constantemente mostram que Thiers teria provocado a guerra civil. Ele percebia que a guerra

⁶⁹ Durante a noite, alguns guardas reacionários de Paris a cavalo, apresentaram-se na entrada da *rue des vosges*. O sentinela pergunta quem é, eles não respondem, é dado o sinal e os guardas nacionais aparecem. Os cavalos fogem.

era inevitável e que o tempo tenderia a fortalecer mais aos trabalhadores que a ele próprio. Não é à toa que Marx e os internacionalistas achavam uma loucura pegar em armas já nesse instante, quando ainda não estavam prontos. E foi isso que, de alguma forma, aconteceu em Paris. Não consigo afirmar até que ponto foi um ato consciente de Thiers, no sentido de dar início a uma guerra civil ou, ao menos, preparar as condições para que ela desse início, esse ato de tomar os canhões no dia 18 de março ou esse cartaz exigindo a entrega das armas.

Bourgin afirma que Thiers teria acreditado na possibilidade de pegar os canhões e ter uma vitória rápida. Arnould parece indicar que esse início de guerra civil teria sido provocado e criado por Thiers:

On comprend donc que personne, dans le parti républicain, démocratique, révolutionnaire ou socialiste, ne désirait livrer la bataille des rues ; que tous les hommes de coeur et d'action, au contraire, d'accord en cela avec le bon sens et l'opinion publique générale à Paris, s'efforçaient d'éviter la guerre civile, et que la provocation ne put venir que du gouvernement, provocation préméditée longuement à l'avance, résolue par l'Assemblée et par Thiers, et dont nous allons avoir se dérouler le plan.

Tout reposait sur la question des canons, question créée, entretenue, envenimée avec soin par le gouvernement.

Comme je l'ai déjà dit plusieurs fois, ces canons avaient été enlevés dans un but exclusivement patriotique, afin de les soustraire aux Prussiens. (...)

Personne ne contestait que leur présence sur le haut des buttes Montmartre, entourées de retranchements et dominant la ville entière, ne fût anormale et absolument provisoire. (...)

L'Assemblée de Versailles enchantée, saisissait ce prétexte aux cheveux et en faisait merveille. Les journaux de police, payés par Thiers, annonçaient tous les jours que la guerre civile était commencée, que le sang ruisselait à flots dans les rues de la capitale livrée au pillage. (...)

Admettant pour un moment que Thiers ait eu des idées de conciliation et le désir d'éviter l'effusion du sang, rien n'était donc plus facile. Le gouvernement remerciait la garde nationale de sa prévoyance patriotique, désignait un, deux ou trois emplacements dans l'intérieur de Paris, y parquait les canons et y installait un poste de gardes nationaux renouvelés chaque jour par la méthode ordinaire du roulement. (...)

Le gouvernement refusa d'user des dispositions conciliantes du plus grand nombre des bataillons, ou même d'y répondre.

Il les repoussa par un silence méprisant, d'après la tactique inaugurée depuis l'avènement de Thiers au pouvoir.

Ce que Thiers voulait, ce n'était point la restitution des canons : - c'était l'égorgeement des classes travailleurs de Paris, de toute parti socialiste et révolutionnaire.

Ce qu'il voulait, c'était la guerre civile, une guerre qui lui permît rentrer dans Paris en vainqueur, la hache à la main, cent mille bourreaux derrière lui. (...)

Il comprenait, en effet, aussi bien que le parti révolutionnaire tout entier, quels avantages la situation actuelle, en se prolongeant, eût apporté à la cause de la République, de la démocratie. (...)

Il se garda donc bien de provoquer, de chercher, d'écouter de raisonnables résolutions ; de même que, plus tard, sous la Commune, il repoussa froidement toutes les propositions d'arrangements présentées par certains maires et quelques groupes conciliateurs.

On pourrait même supposer qu'il ne voulut pas enlever les canons par surprise, de crainte de jeter trop complètement le désarroi et le découragement dans les bataillons révolutionnaires. (...)

Thiers avait un intérêt majeur à commencer l'attaque, à provoquer la bataille, avant que Paris ne se fût reposé du premier siège, avant que l'organisation de la garde nationale ne fût complète, avant surtout que Paris n'ait pu se mettre de nouveau en rapport avec le reste de la France, y démasquer les mensonges dont il était victime, y communiquer quelques étincelles du feu patriotique et révolutionnaire dont il brûlait.

Thiers avait aussi un intérêt positif à ce que la résistance fût assez sérieuse pour causer une terreur folle à la bourgeoisie, le poser en Sauveur et le rendre nécessaire, essentiel. (...)

Si je me suis expliqué clairement, on doit comprendre que la réaction avait seule intérêt à provoquer la guerre civile, et que la date en fut exclusivement appropriée aux desseins personnels, aux ambitions cachées de M. Thiers⁷⁰. (Arnould, 2006, p. 111-115)

⁷⁰ “É, portanto, claro que ninguém no partido republicano, democrático, revolucionário ou socialista queria a batalha de ruas, que todos os homens de coração e de ação, no entanto, seguindo o bom senso e a opinião pública geral de Paris, se esforçavam para evitar a guerra civil, e que a provocação só poderia vir do governo, provocação premeditada com antecedência, determinada pela Assembléia e por Thiers, e cujo plano nós vemos acontecer.

Tudo repousava sobre a questão dos canhões, questão criada e mantida com cuidado pelo governo. Como eu já disse várias vezes, esses canhões tinham sido removidos em um propósito exclusivamente patriótico, a fim de evitar a entrada dos prussianos. (...)

Ninguém contesta que a presença deles no topo das colinas de Montmartre, cercados por fortificações e com vista para toda a cidade, era absolutamente anormal e temporária. (...)

A Assembleia de Versalhes aproveitou esse pretexto para inventar. Os jornais da polícia, pagos por Thiers, anunciaram todos os dias que a guerra civil tinha começado, que o sangue correria livremente nas ruas da capital saqueada. (...)

Assumindo por um momento que Thiers tinha idéias de reconciliação e o desejo de evitar o derramamento de sangue, nada era mais fácil. O governo agradeceria a guarda nacional de sua ação patriótica, designava um, dois ou três locais no interior de Paris, guardava os canhões e instalava um posto de guardas nacionais renováveis diariamente pelo método ordinário do *roulement*.

O governo se recusou a usar as disposições conciliadoras de muitos batalhões, ou mesmo de responder. Ele os repeliu por um silêncio desprezível, de acordo com a tática inaugurada desde a chegada de Thiers ao poder.

O que Thiers queria não era a restituição dos canhões: - era a destruição das classes trabalhadoras de Paris, de qualquer partido socialista e revolucionário.

O que ele queria era a guerra civil, uma guerra que lhe permitiria voltar a Paris como o vencedor, machado na mão, cem mil carrascos com ele. (...) Ele compreendeu, na verdade, assim como o partido revolucionário, quais as vantagens que a situação atual, ampliando-se, teria dado à causa da República, a democracia. (...)

Ele teve o cuidado de provocar, investigar, escutar as razoáveis resoluções, assim como, mais tarde, na Comuna, ele friamente rejeitou todas as propostas de conciliação feitas por alguns prefeitos e alguns grupos de conciliadores.

Pode-se até supor que ele não queria retirar os canhões de surpresa, com medo de instaurar completamente a confusão e o desânimo nos batalhões revolucionários. (...)

Thiers tinha um grande interesse em começar o ataque, em provocar a batalha, antes que Paris houvesse descansado da primeira ocupação, antes da organização da guarda nacional ser completa,

É uma tese que, efetivamente, tem base de sustentação. Não consigo afirmar com tanta certeza que os cálculos de Thiers eram tão exatos. Até porque ele já estava tentando desarmar a guarda nacional há muito tempo, essa teria sido apenas mais uma de suas tentativas. Mesmo em Montmartre, dia 8 de março, ou negociando com Clemenceau, ou no dia 17 também na *place de Vosges*. E esse desarmamento também era uma exigência da Prússia. Para poder exercer seu governo, precisava gerar a estabilidade em Paris.

Mas é isso que dará início ao período que se atribui à Comuna. É a partir de seu ato provocativo que se desencadeia o início do que hoje nós apresentamos como o primeiro governo dos trabalhadores. E ele, Thiers, era a burguesia e seus interesses, seu ódio de classe não deixa dúvidas que era uma guerra de classe – e não uma *guerra contra Paris*⁷¹.

Ele provoca e se articula muito bem, usando uma estratégia já aplicada por outros governos: retirar-se para melhorar seu exército e retornar triunfante. Não é a toa que a Assembleia vai para Versalhes. Mas Thiers também deve satisfação aos ruralistas, que não reconhecem a república – e é, exatamente, a república o governo em que ele pode ser chefe do executivo. Para os ruralistas, o retorno da monarquia é a expectativa. Para os anseios pessoais de Thiers, a república burguesa, de que ele é o maior defensor e representante, é o objetivo. Arnould afirma que a reação tinha o interesse de provocar a guerra civil, mas que a data teria sido adaptada aos desejos de Thiers. A maioria da reação queria simplesmente a monarquia, não queria a elevação de Thiers, que ela mesma detestava.

Aliás, apesar do apoio monarquista da província, as grandes cidades de França também exigem a república e não aceitam a restauração monárquica. Aqui, Thiers ganha aliados, já que pode usar de manobras para justificar sua defesa republicana. E encontra apoio nos republicanos parlamentares que serão, esses sim, apoiadores e coniventes com o massacre de *communards*. Pois o passado de Louis Blanc contribui para que as províncias não vejam o que o governo de Thiers efetivamente será. Aliás, também esses parlamentares só encontram seu *reconhecido valor* num governo como o de Thiers, onde podem, com seus dons

especialmente antes que Paris tivesse sido capaz de, novamente, estabelecer relações com o resto da França, desmascarando as mentiras das quais ela era vítima, compartilhando algumas faíscas do fogo patriótico e revolucionário que queimava.

Thiers também tinha um interesse positivo que a resistência fosse grande o suficiente para causar um terror selvagem à burguesia, colocando-o como um Salvador e como necessário, essencial (...)

Se eu me expliquei claramente, é preciso entender que a reação só tinha interesse em provocar uma guerra civil, e que a data foi apropriada pelos desejos pessoais e pelas ambições ocultas de Thiers.

⁷¹ Refiro-me aqui ao livro de Tombs que mostra como o exército de Versalhes se organizou para lutar contra “a capital”. A luta entre a França ruralista e provinciana e a França dos trabalhadores e industrial vai além de uma questão geográfica. É de classe.

de oradores, exercer algum domínio. É uma república que eles podem governar – diferente daquele governo de trabalhadores que existirá durante a Comuna.

E é assim que Thiers se comporta: prepara-se para a guerra contra seus inimigos de classe. Uma guerra ideológica que culminará num massacre. E é isso que ele precisa: exterminar seus verdadeiros opositores, os trabalhadores, para poder reinar *sozinho*, após ter vencido a guerra e entrado triunfante em Paris. Após ter tido o seu junho de 48 e o seu 2 de dezembro de 51.

É outro ato do governo que gera outro ato do povo e dos trabalhadores. O governo decide retirar os canhões, cumprindo com a ideia de voltar a *por ordem* na França. Mas para retirar os canhões, seria preciso desarmar a guarda nacional. O 20 de março⁷² está chegando e, sem consultar os *maires*, como Picard havia prometido, nem escutar o que os chefes de batalhões burgueses haviam dito – que não poderiam controlar seus homens – dá a ordem de retirar 250 canhões espalhados por Paris. Depois de não conseguir nem mesmo parar 25 membros do comitê central da guarda nacional.

A ordem de Thiers *bate de frente* com o estatuto do comitê central da guarda nacional e com o anseio dos guardas nacionais de defender Paris e a república. A consequência só poderia ser o confronto.

É interessante observar que Thiers afirmava que os canhões eram do Estado quando, em verdade, eles tinham sido adquiridos pela guarda nacional e, portanto, não havia motivos, ou melhor, não havia justificativa legal, para Thiers querer pegá-los, a não ser a própria questão de desarmar a guarda nacional. Praticamente sua totalidade era propriedade da guarda nacional.

Aliás, nenhuma lei havia suprimido a guarda nacional ou decretado o seu desarmamento, assim, ela possuía o direito de conservar suas armas. A única coisa que poderia ser discutida, para Arnould, seria a forma como ela guardaria esse armamento. Ele sustenta que os canhões colocados no alto da *Montmartre*, dominando a cidade, eram provisórios. Ainda que pudesse parecer ostensivo, não havia qualquer perigo material, eles jamais seriam usados contra a cidade. Eles serviram como pretexto moral para a reação acusar a guarda nacional.

Quando os generais vão buscar os canhões, iniciando sua tarefa de desarmar a guarda nacional, encontram resistência. Uma resistência armada. Vou detalhar melhor o que aconteceu em 18 de março e suas vésperas. O início da Comuna de Paris tem uma

⁷² Quando a Assembleia voltaria a funcionar.

importância muito grande para compreender suas causas e conseqüentes derrotas. Para entender esse *elemento subjetivo* que falta – ou não – durante esse período.

Lissagaray afirma que às 3h as tropas sem suas bolsas e alimentos vão para todas as direções, no *Buttes-chaumont*, em *Belleville*, *faubourg du temple*, Bastilha, *Hôtel-de-ville*, praça Saint-Michel, Luxemburgo, no XIII, nos *Invalides*. O general Subsille, que marcha em *Montmartre* tem em torno de 6.000 homens. A brigada de Paturel ocupa o moinho da Galette, a brigada Lecomte ganha Solférino. Na *buttes-chaumont* os canhões são pegos. Segundo as *dépêches da maire*⁷³ e da *préfecture de Police*, às 7 horas o *buttes-chaumont* é ocupado sem resistência séria.

Mas durante esse tempo, a cidade acorda. As mulheres agem primeiro, no XVIII *arrondissement*, onde atua Louise Michel, que logo grita traição quando Turpin é atingido por um tiro. Elas dobram a metralhadora dos soldados, interpelam os chefes. O chamado é feito. Às 8h, são 300 guardas que aparecem. Soldados e guardas confraternizam, Lecomte comanda o fogo, os soldados não obedecem e ele é preso. Muitos querem fuzilá-lo, mas ele é levado ao *Château-rouge*, quartel general de Montmartre. Exige-se que ele ordene a evacuação das ruas e, diante da situação que lhe é imposta, ele assina a ordem.

O general Paturel conseguiu descer a rua com alguns canhões, mas seus cavalos são presos. Os soldados também param as atividades. Na praça Pigalle, o general Susbille ordena contra a *foule*, mas não é ouvido. Um capitão fere um guarda e é tomado de tiros. O general desaparece. Vinoy, na praça Clichy, não continua. Em torno de 60 policiais são presos. Na Bastilha, onde está o general Leflô, os soldados confraternizam com a guarda nacional.

No depoimento do N. Rousseau, membro do comitê pelo V *arrondissement*, ele afirma que a noite foi calma e que por volta de 6 horas eles – guardas nacionais - perceberam que em torno de 10.000 homens estavam na praça da Bastilha e que a *faubourg* estava cercada. Uma hora depois a *faubourg* estava em armas. Ele sustenta que durante esse tempo eles ficaram discutindo o que fazer, concluindo pela organização da defesa, de não atacar e em caso de ataque, organizar barricadas nas ruas pequenas, próximas das grandes avenidas, para cortar sua circulação. Em caso de luta, a orientação era não ficar em pelotão, mas se colocar como atirador ao longo dos muros. Assim assinou Rousseau, Assi, Blanchet e Gouthier.

N. Rousseau indica que, às 8h, os guardas nacionais vinham pedir ordens no V *arrondissement*. Às 8h52, segundo as *dépêches da maire* e da *préfecture de police*, Montmartre parece estar ocupada depois de uma falha na ação, *Belleville* também apresenta pontos de resistência. Em torno e 9h, alguns membros do comitê vinham se juntar a eles. De

⁷³ Notas, relatórios.

9h até meio dia, recebiam notícias. Em torno de 14h, muitas notícias chegaram, os soldados confraternizavam com os guardas nacionais. Entretanto, não possuíam notícias de *Belleville, la villette* e *Montmartre*.

O XX *arrondissement* amanheceu às 6h com alarme. As 8h muitos batalhões estavam juntos, sendo informados que as tropas de Vinoy tinham buscado muitos canhões e metralhadoras do parque Ménilmontant. O 173 batalhão lança-se e chega à rua Puebla quando os *artilleurs* estavam levando as peças e a atitude enérgica dos guardas nacionais os força a ir em direção à *mairie*. Imediatamente as barricadas são levantadas em todos os lados, os guardas nacionais fraternizam com os soldados. Em torno de 10h, chega um batalhão do X *arrondissement* acompanhado por Ranvier, que obtém a evacuação da *mairie*.

Às 9h10, as bandeiras vermelhas da praça da Bastilha são abatidas. Lissagaray conta que às 10h, alguns membros do comitê central estavam reunidos, e apenas em torno de 14h os acontecimentos precisos chegavam: Varlin nos Batignolles, Bergeret em Montmartre, Duval do Panthéon, Pindy do III, Faltot na rua de Sèvres. Ranvier e Brunel, sem pertencer ao comitê, agitavam *Belleville* e o X *arrondissement*.

Segundo as *dépêches* da *maire* e da *préfecture de Police*, às 10h20, há muita agitação no XI *arrondissement*. Os guardas nacionais são barrados na *rue de la roquette* por duas barricadas. Às 10h30 são recebidas “péssimas notícias” de Montmartre. A tropa da ordem não quer agir. As peças são pegas pelos insurgentes. Feitos prisioneiros. Às 10h35 os canhões levados da *place royale* são conduzidos para a rue Basfori e para *rue de la roquette*. Foi levantada uma barricada na esquina entre a Faubourg-antoine e a rua Saint-bernard. Os regimentos que estão na praça da Bastilha confraternizam. Às 10h45 não é possível avançar do lado *de la villette*. Barricadas são elevadas em *Ménilmontant*.

Lissagaray aponta que às 11h o povo tinha vencido as agressões e conservado os canhões. Às 11h18 Luxemburgo é invadido pela guarda nacional, que confraterniza com a tropa. Às 11h25 uma manifestação de em torno de 200 pessoas onde ao menos a metade são soldados de *ligne*, está chegando ao *Hôtel-de-ville*. A *foule* aumenta um pouco. Um tiro é dado, as tropas da ordem não respondem. Os grupos se dispersam e ficam nas esquinas das ruas. Todos os quarteirões do norte e do leste são tomados, durante a tarde os quarteirões do sul também o são. A *Maire* do XIV é tomada.

Rousseau afirma que apenas em torno de meio-dia o comitê central irá organizar um plano: após ter combinado um plano de ataque, um deles vai a *Belleville* para pegar alguns batalhões e ir ao *Hôtel-de-ville* onde o encontro tinha sido marcado para 17h. As mesmas disposições são tomadas pelos batalhões de Faubourg-saint-antoine e pelo *quartier du temple*.

É enviada ao XIII, XIV e V a ordem de agrupar todos os batalhões, em torno de 16h, para descer ao *Hôtel-de-ville*. O XV recebeu a ordem de ficar na reserva com os batalhões no *Invalides*.

Ao meio dia, Aurelles e Picard lançam um chamado. O governo pede para que defendam sua família e sua propriedade. Thiers estava escondido nos *Affaires étrangères*. Quando ele é informado do que está acontecendo, em torno de 10h da manhã, ele entra em contato com Vinoy e com o ministro da guerra, o general Leflô, que estava na Bastilha. E é assim que é decidida a retirada das tropas em direção à escola militar. Quando ele sabe da situação, dá ordem de se retirar sobre a *Champs de mars*. Os primeiros escalões só começam a chegar na praça da Concorde quando ele já havia mudado de plano. Abandonado pelos batalhões burgueses, defende a evacuação de Paris para fazer um exército em Versalhes. É em torno de 15 a 16h que Thiers decide fugir. No início da tarde, Thiers ordena a retirada das tropas da *rive gauche*, em volta da quai *d'orsay*, onde ele está. E faz evacuar as casernas que Haussmann havia criado na *rive droite*. Ferry, o *Maire*, protesta em vão. Thiers escapa ao ver os guardas nacionais desfilando. Os ministros preparam a evacuação, fazendo a lista dos funcionários que devem partir e pegando os dossiers que devem ser levados. Alguns ministros pedem para que sejam guardados alguns pontos de defesa, mas Thiers recusa. Quer a evacuação de toda a cidade. Apenas mais tarde vão retomar alguns postos.

Em torno de 15h30, informaram ao comitê de vigilância de Clignancourt que o general Lecomte estava correndo perigo. Muitos soldados no *Château Rouge* exigiam sua execução. Os membros do comitê - Ferré, Bergeret e Jaclard - enviaram ordem de zelar pelo prisioneiro. Lecomte pede para ser enviado ao comitê central, mas os chefes vão ao comitê da rua Rosiers, em torno de 16h. Os membros do comitê estão espalhados por Paris. Em torno de 16h30, um homem é jogado contra a casa, é Clément Thomas. Reconhecido na rua, onde ele inspecionava uma barricada, ele é preso. Logo é fuzilado. Lecomte, em seguida.

Os batalhões federados começam a tomar os postos. Brunel ocupa a caserna do *Prince-Eugène* e prende os oficiais. Ele marcha ao *Hôtel-de-ville*. A imprensa nacional é ocupada às 17h. Às 18h, a caserna Napoleão. Às 19h30, Brunel encontra-se com Pindy, da AIT, que estava com os federados de *Montmartre*, e com Ranvier, que está com os guardas nacionais de *Belleville*. O *Hôtel-de-ville* é cercado.

Os policiais que estão no *Hôtel-de-ville* fogem pelo subterrâneo. Ferry e Favre são abandonados pelas tropas, deixados sem ordens pelo governo. Favre deixa o *Hôtel-de-ville*. Ferry não queria deixá-lo, e o único batalhão que chega até as 18h, o 194, não o intimidou. Ferry pede reforços, mas não recebe. Na *dépêche* de 21h45, Ferry afirma que as tropas

evacuaram o *Hôtel-de-ville* e que ele está fugindo. Pouco tempo depois, Brunel ocupa seu lugar. Ele inicia as barricadas, distribui os postos e organiza patrulhas. Lissagaray afirma que uma das patrulhas prende Ferry, que fugia pela janela.

Os *maires* e muitos assessores estão na *mairie* da bolsa. Eles também tinham sido abandonados pelo governo. Alguns reacionários pensam em resistir, outros pensam achar uma saída e a fazem nomeando um *préfet de police*, Edmond Adam e o coronel Langlois como chefe da guarda nacional. Em torno de 19h, alguns *maires* vão levar a solução a Favre, que pergunta a Millière se é verdade que dois generais foram fuzilados e, diante da resposta afirmativa, responde que não trata com assassinos. A *mairie* da bolsa passa a ser o “quartel general” dos *maires* da Paris. O que resta do governo estava reunido secretamente. Favre fala da decisão dos *maires*, eles demitem Aurelles e mandam Langlois ir tomar seu posto.

Os blanquistas tomaram as decisões indispensáveis. Eudes desce com os *bellevillois*, Duval sobe os quarteirões do sul com os batalhões do XIII e do V e ocupam os pontos mais estratégicos: *préfecture de Police*, *Hôtel-de-ville*, ministérios. Varlin agita nos internacionalistas dos Batignolles.

Os clubes também agiram. A *salle marseillaise* foi um centro de resistência do 19 *arrondissement*, organizando a segurança dos canhões sob seu controle. O comitê de vigilância do 5 *arrondissement* também controlou os canhões apreendidos. Membros do comitê de vigilância do 18 também tiveram papel importante no comitê local da guarda nacional que organizou a posse dos canhões de Montmartre.

O *Hôtel-de-ville* foi tomado apenas de noite. Ele foi evacuado em torno de 22h, e os federados entraram apenas meia hora depois. Segundo Rougerie, foram os blanquistas, definitivamente, que ocuparam o *Hôtel-de-ville*. Os membros do comitê central chegam um a um. Muitos não queriam ocupá-lo, por não possuírem um mandato.

Moreau organiza: afirma que não seria possível deixar o posto conquistado, mas que ali deveriam ficar para organizar as eleições. Lullier, que se encontrava lá, foi nomeado comandante da guarda nacional. Sua nomeação, aponta Lissagaray, teria sido uma imprudência, até porque Brunel, que tinha tido uma grande atuação, estava presente e poderia ter sido nomeado.

Às 22h Langlois aparece afirmando ser general da guarda nacional. Moreau afirma que a guarda nacional nomeia seus chefes e que a nomeação dele, vinda de uma Assembleia que acaba de atacar Paris, não tem validade. Perguntam a ele se ele reconhece o comitê central da guarda nacional e, diante da resposta negativa, Langlois é trancado. Durante a noite, Vinoy e

seus regimentos fogem para Versalhes. A guarda nacional nada faz. Em vez de fechar as portas de Paris, Lullier deixa as saídas abertas.

Enquanto em Paris a situação é essa e o comitê central da guarda nacional passa a ocupar o *Hôtel-de-ville*, em Versalhes os *anticommunards* começam a se reorganizar. Picard, ministro do Interior, logo teria redigido um projeto de lei de eleições municipais para ser submetido no dia 20 à Assembleia Nacional. Já nessa reunião da assembleia era possível perceber a posição dos reacionários e sua indignação diante dos acontecimentos de Paris.

A fuga do governo, em 18 de março, deixou a burguesia ainda mais indignada. Ela vê uma verdadeira traição, e mesmo durante a Comuna, apesar de detestar o movimento socialista, também não se simpatiza por Versalhes. O sentimento de apoio vem apenas próximo do final da Comuna.

Por outro lado, o comitê central da guarda nacional decide a realização de eleições e não o avanço em direção a Versalhes. Publica nos muros uma declaração chamando para as eleições. E se inicia todo um processo eleitoral desgastante para os *communards*, diante da interferência dos homens de Thiers.

No mesmo dia 19, o comitê reúne-se novamente. Babick pede que o comitê proteste contra as execuções dos generais Clément Thomas e Lecomte. Alguém retruca, sustentando que o comitê não desautorize as ações do povo. Eles decidem lançar um material contando o que teria acontecido. Discutem sobre a organização das eleições, quando é anunciado que está ocorrendo uma reunião de chefes de batalhões, *maires* e deputados, no III *arrondissement*, os quais estariam dispostos a convocar os eleitores. Moreau sugere que haja um entendimento entre eles, outros acham que eles devem ser presos. Babick responde que isso teria uma consequência negativa para a França. Arnold argumenta que, para conseguir chamar Paris às urnas, a adesão deles seria fundamental. Arnold é delegado para a reunião.

A reunião de deputados, *maires* e chefes de batalhões tinha examinado as diferentes questões do problema. Eles buscavam encontrar soluções. O coronel Langlois exprimiu sua animosidade contra o comitê central, Malon e Millièrre mostravam que era possível discutir com o comitê, alguns exprimiram o medo de que os prussianos viessem fazer com que todos eles chegassem em um acordo, através da força. Nesse contexto, apoiado por Babick, Éd. Moreau e Grélier que Arnold, representando o comitê central, chega durante a tarde. Ele não é bem acolhido, mas consegue fazer com que os delegados das *mairies* fossem ao *Hôtel-de-ville*.

Em torno de 20h, chegaram os deputados Clemenceau, Tolain e Lockroy, radicais que não estavam hostis ao comitê central, Millièrre e Cournet, que eram simpáticos, os *Maires* Bonvalet e Mottu, mais moderados e os assessores Léo Meillet e Jaclard. Clemenceau

sustenta que a insurreição foi feita com um motivo ilegítimo, pois os canhões são do Estado, que o comitê não tem os batalhões e que seus decretos não serão seguidos. Reconhece as reivindicações de Paris mas questiona a forma como elas se exprimem, e afirma que não é possível se insurgir contra a França, de modo que Paris teria que reconhecer a Assembleia Nacional. Sustenta a posição do governo que, utilizando dos generais, poderia agrupar os homens da ordem e deveria fazer respeitar os direitos da Assembleia. Pede que o comitê ceda espaço para a reunião de deputados e *maires* de Paris e afirma que iria se engajar para que a assembleia fizesse o que Paris reclamava.

Muitos afirmam que foi o governo que atacou, alguém argumenta que a tarefa do comitê central era de organizar as eleições municipais. Um proudhoniano⁷⁴ falou da ideia de criar uma federação de comunas na França, onde Paris teria seu espaço.

Varlin questiona se a Assembleia reconhece Paris. Clemenceau pergunta o que eles querem da Assembleia, um membro do comitê central afirma que o mandato imperativo que receberam os impede de deixar o governo e que eles não querem tomar a França, nem se submeter aos rurais.

Millière tenta mostrar que o progresso teria que ser conquistado de maneira mais lenta, que a ideia defendida poderia jogar a França unitária contra a capital e os trabalhadores parisienses, concluindo como Clemenceau. O federado Boursier defendia que fossem realizadas as eleições, com ou sem os *maires* e deputados, ou mesmo contra eles.

Clemenceau pede um mandato preciso para ser utilizado na Assembleia e Varlin formula um programa, que é um resumo das reivindicações de Paris: um conselho municipal eleito, liberdades municipais, a supressão da polícia, o direito de a guarda nacional nomear seus chefes e de se organizar, a proclamação da república como governo legal, o perdão puro e simples dos alugueis em atraso, uma lei sobre os prazos e a interdição da entrada das forças armadas no território parisiense. Malon concorda com as reivindicações mas, refletindo sobre a situação, exprime uma proposição próxima a de Clemenceau, buscando uma solução pacífica, diante da impossibilidade deles conseguirem se manter no poder por muito tempo. Eles deixam evidente que lutam pela república e que dela não abrem mão.

O debate parecia sem fim quando eles decidem enviar quatro membros do comitê central para a *mairie* do II *arrondissement*, onde muitos homens estavam estudando a situação. Muitos membros do governo de defesa nacional estavam lá, entre eles Louis Blanc. Os delegados afirmam que querem se entender com as municipalidades se elas concordarem em realizar as eleições. Os membros da assembleia respondiam que apenas um poder existia, que

⁷⁴ Desconheço o nome.

era a reunião de *maires*. Era lhes respondido que o comitê existia e que tinha sido eleito pela guarda nacional. Os delegados perguntam se há interesse em realizar eleições e eles questionam qual o programa do comitê central da guarda nacional. Varlin tentava expor o programa, eles respondem que Paris não pode se autoconvocar. Os delegados sustentam que o povo tem direito de se autoconvocar, que esse direito foi usado muitas vezes na história da França e que estaria sendo usado de novo, pois a assembleia *corre* para a monarquia.

Bourgin afirma que os burgueses não podiam aceitar “um Varlin” no poder e que os dois grupos se repudiaram: “*le reproche mutuel de vouloir la guerre civile*”. No meio da noite, Arnold e Moreau, percebendo que nada seria decidido, retiram-se. Jourde e Varlin continuam, diante do pedido dos assessores, que querem tentar a conciliação. Os *maires* e deputados afirmam que prometem obter do governo as eleições, Varlin e Jourde afirmam que manterão os postos, e lhes é pedido que deixem Paris na discrição. Jourde vai se retirar, mas os assessores conseguem de novo mantê-lo.

Lissagaray sustenta que parece que teriam chegado a um acordo: o comitê remeteria os serviços administrativos para os *maires*, que ocupariam uma parte do *Hôtel-de-ville*, mas o comitê continuaria lá, conservando a direção exclusiva da guarda nacional e da cidade. Mas uma grande discussão retoma quando resolvem organizar as questões e a proclamação de Louis Blanc reforça a soberania da assembleia, explicando que os deputados, mandatários regulares, não poderiam realizar transações com insurgentes. Jourde responde que essa transação tem que ser concedida pelo povo de Paris e retira-se. As vozes indignadas continuam. Varlin fica sozinho, acaba cedendo com reservas. Mas quando retorna ao *Hôtel-de-ville* afirma que seria preciso repulsar a pretensão dos *maires* e deputados. A conciliação perdia em Paris.

Segundo Rougerie, depois de horas de discussão, os *maires* e deputados assinam uma proclamação afirmando que resolveram solicitar que a assembleia nacional adotasse duas medidas: a eleição dos chefes da guarda nacional e o estabelecimento do conselho municipal eleito pelos cidadãos.

Na manhã do dia 20, Bonvalet, *maire* do III, com seus dois assessores, vai ao *Hôtel-de-ville* para *tomar posse*. Os membros do comitê central surpreendem-se e afirmam que nada haviam tratado. Bonvalet fala da reunião do dia anterior e que as questões só seriam solucionadas se o governo de Paris ficasse com os *maires*. É nesse momento que os membros da AIT, os membros do comitê de *XX arrondissement*, com um grupo de blanquistas, afirmam que a Internacional estaria com o comitê central e aconselham-no a continuar com seu poder.

Bonlavet retira-se, sem insistir. O *Officiel*, pela primeira vez nas mãos do povo, chamava as eleições para o dia 22 de março.

Quando ocorre as ações de 18 de março, no centro, a delegação *des XX arrondissements* foi retratada como inicialmente hesitante em apoiar a Comuna mas a delegação era essencial para preservar a nova insurreição. Já no dia 19, o comitê central da guarda nacional foi chamado pelos *maries* e deputados de Paris para se retirar do *Hôtel-de-ville*, para que as eleições para um conselho municipal fossem realizadas. A delegação foi contra isso. A delegação não lançou nenhuma declaração de apoio até dia 21 de março, mas não porque era contra a insurreição. Até esse dia não era claro que a guarda nacional precisaria de uma declaração de apoio. Naquela manhã, 28 jornais em Paris lançaram declarações contra o direito da guarda nacional de chamar eleições e os *mairies* e deputados também lançaram uma declaração questionando-as. As posições eram endurecidas e apenas nessa conjuntura a delegação sentiu que uma declaração pública era necessária.

A delegação tinha algumas dúvidas sobre a existência do novo governo insurrecional não porque o apoio da delegação era morno mas porque muitos de seus membros pensavam que a guarda nacional era muito moderada. Após o 18 março, membros da delegação queriam o governo revolucionário e não a realização de eleições já que as eleições não garantiriam uma vitória dos revolucionários. Johnson afirma que a decisão de apoiar as eleições em vez da linha revolucionária modificou a tática da delegação de janeiro e fevereiro, muitos delegados afirmaram que a circunstância exigia mudança no programa revolucionário. Não foi a delegação que ficou com o poder, mas um comitê suspeito de ser reacionário. Essa decisão – de apoiar as eleições - foi reorientação tática. Depois de 18 de março, ocorreram esforços para a unidade. A delegação sofre transformações. Dia 21 houve uma reunião da delegação com a *Union Republicaine Centrale* – os homens de 48 – considerados reacionários por outros membros da delegação.

Tanto membros da AIT como da delegação defenderam a ida a Versalhes e não a realização imediata das eleições. A decisão de realizar as eleições é tomada pelo comitê central da guarda nacional e não pela delegação. Ocorre um efetivo debate em 19 de março para decidir o que fazer e teria sido a busca da legitimidade que teria motivado o comitê central a decidir dessa maneira, o que, de certo modo, relaciona-se com uma postura mais legalista que revolucionária. Entretanto, se os militantes revolucionários acabam por apoiar a eleição, é porque, uma vez decidido em reunião que as eleições seriam feitas, não caberia outra postura. Isso não significou abandonar uma linha revolucionária. Também não parece que a AIT e a delegação tenham defendido as eleições porque o poder caiu com um “comitê reacionário” ou

“de origens reacionárias”. Esse apoio ocorre por decorrência do próprio apoio à Comuna e à decisão que o comitê central, grupo com quem teria ficado o poder, tomou.

As decisões começam a ser tomadas e as posições ocupadas. Duval fazia a função de *préfect de police*, colando uma proclamação que ainda deixava possibilidades para a conciliação, buscando as eleições dos *maires* e chefes da guarda nacional. Mas havia uma evidente preocupação no tocante à legalidade por parte do comitê central. O comitê começa a perceber ações mais ou menos ocultas das organizações, clubes e comitês locais.

No dia 21 de março, encorajados pelo apoio de Versalhes, ocorre uma manifestação dos reacionários na Bolsa. No dia 22, outra manifestação da ordem, na *place Vendôme*. Na assembleia, dia 21, Clemenceau propõe que se façam as eleições, o mais rápidos possível, de um conselho municipal de 80 membros para Paris. Tirard e Picard vem se opor a essa medida, sugerindo eleições municipais por toda a França. As eleições municipais eram a solução encontrada pelos parlamentares da esquerda, que pensavam ser essa a única solução possível para o conflito. Mas a oposição a essa proposta é visível e mostra como os reacionários estavam dispostos a lutar contra os trabalhadores de Paris. O general Martins de Pallières questiona essa proposição de colocar a capital em situação regular, já que ela estava realizando uma insurreição e estava anárquica.

Thiers falava da importância em se organizar um regime especial em Paris, o que exigiria tempo. Clemenceau e Tolain tentam argumentar, mas logo Thiers toma a palavra e fala de medidas próprias para desarmar a cidade custe o que custar. Jules Favre vem acusar o movimento de separatista. Após as discussões, Clemenceau retira o projeto de lei sobre as eleições municipais e a maioria adota a ordem do governo. A conciliação perdia em Versalhes.

Logo, não houve acordo. Esses *maires* e deputados exigiam dos *communards* um grande esforço e, por outro lado, faziam Thiers ganhar tempo, o que ele queria e precisava para reorganizar seu exército. A tentativa de conciliação foi visivelmente prejudicial aos *communards*. Mas ela decorre dessa busca de legitimidade e apoio, que seriam encontrados, para alguns membros do comitê central, numa convocação conjunta com os *maires* e deputados.

Os *maires* e os deputados poderiam ter salvado a situação, evitado os acontecimentos como foram. Mottu e Bonvalet, efetivamente, buscaram impedir um conflito sangrento. Mas Vacherot e Vautrain foram apenas agentes de Versalhes. De toda forma, a boa-fé teve a mesma consequência que a má intenção.

Arnould narra um fato que se passou em 19 de março. Ele vai até a *mairie* do II *arrondissement*, onde a maior parte dos *maires* e deputados de Paris estavam reunidos. Louis

Blanc não estava. Ao conversar com alguns deles constata: Langlois apenas falava da morte de Lecomte e Clément Thomas, Tolain – que era trabalhador, membro da AIT e um de seus fundadores – quando Arnould tenta lhe falar, vira as costas, e Brisson considerava os guardas nacionais como insurgentes com quem não se deveria estar. Quanto aos assistentes, Arnould achou que de nada adiantaria falar. Mas ele conhecia os três com que tinha falado, havia participado com eles das mesmas associações. E eles passaram para a posição de governantes.

Ma présence, en effet, devait les gêner. Je les connaissais presque tous personnellement. Tous devant moi, avaient pris des engagements solennels, prononcé des discours révolutionnaires. (...)

Je les retrouvais là tels que je les avais devinés à Bordeaux, résolus à se serrer autour du pouvoir légal, c'est-à-dire sur les talons de Thiers, résolus à conserver leurs sièges de députés, ayant reçu de la République et des calamités publiques tout ce qu'ils pouvaient en espérer, étant passés de la position de postulants à la position de gouvernantes, et voyant désormais les événements de l'autre bout de la lorgnette. (Arnould, 2006, p. 135)

Os trabalhadores não tinham dado, até então, um passo importante, de efetivamente romper com esse poder e de construir o seu governo. De alguma maneira, esse outro poder que esteve em Paris – os *maires* e deputados – não tinha qualquer poder sobre a massa de trabalhadores e guardas nacionais. Mas sua existência atravancou os avanços da Comuna.

Thiers proibia os funcionários civis e militares de manter relações com Paris, a polícia filtrava o que entraria em Versalhes e cortava as comunicações entre Paris e os departamentos. Os jornais burgueses chamavam para a abstenção nas eleições de 22 de março – que vai mudar de data. Eram colados cartazes por toda Paris onde se anunciavam os projetos de lei na Assembleia para eleições de chefes de guarda nacional e para as eleições municipais.

A decisão de adiar as eleições mostrava que o comitê central da guarda nacional ainda aceitava a conciliação com Versalhes e que a situação de Paris exigia outras respostas que não as eleições. O que era para ter sido no dia 22, não conseguiu ser nem dia 23. O comitê decide que elas ocorrerão no domingo, dia 26. É exatamente isso que alguns *communards* vinham afirmando: a questão não é realizar eleições imediatamente, mas organizar. É isso que Marx analisa tecnicamente. Diante de uma insurreição e tomada do poder, é ilusão achar que é possível convocar eleições para o outro dia.

Alguns insurgentes questionavam a legitimidade da Assembleia Nacional, que teria sido eleita apenas para decidir sobre a paz e a guerra, e agora estava governando a França. Assim

escreve Longuet, que defende a emancipação dos trabalhadores. E isso que o comitê central deveria ter ressaltado, ao invés de reconhecê-la. Essa assembleia era, ela própria, um golpe.

Lissagaray afirma: em Paris, o comitê central, os trabalhadores e a pequena burguesia. Em Versalhes, a assembleia, os monarquistas, a alta burguesia, os ruralistas. Entre Paris e Versalhes, alguns deputados, *maires* e assessores. No *officiel*, uma primeira nota socialista, escrita por Moreau, Rogeard e Longuet: os trabalhadores produzem tudo; a burguesia não compreende porque a emancipação dos trabalhadores chegou.

Mas o governo reacionário não aceitaria isso. Os *maires*, no dia 23 e autorizados por Thiers, nomeiam Saisset como comandante da guarda nacional. Saisset e seus homens vão à Assembleia para encorajar o governo a chamar a província para marchar contra a capital. Arnaud d'Ariège lê na tribuna a declaração dos colegas afirmando que o único meio de evitar a guerra civil é realizando as eleições do chefe da guarda nacional para 28 e do conselho municipal para 3 de abril. Os *maires* voltam para Paris. Seu programa, vinculado a Versalhes, desencorajava a média burguesia. O estado-maior passou a ocupar o *Grand-Hotel*.

O comitê central encoraja Brunel a ocupar as *mairies* do I e II *arrondissements*. Ele declara aos assessores que o comitê quer as eleições logo. Os assessores pedem a *mairie* que negociem e afirmam que as eleições são para o dia 3, Brunel exige 30, os assessores cedem. Eles comemoram. Mas na *mairie*, Dubail, Varurain e Schoelder recusam o acordo. Os membros da reunião aceitam.

Lissagaray afirma que o comitê não podia confiar nas afirmações do governo. Ranvier e Arnould mantiveram a data 26. Como já afirmado, muitos *maires* estavam apenas ganhando tempo para que Versalhes se armasse – e essa era uma fala constante de Thiers nas reuniões da Assembleia. Ranvier afirma que Brunel só tinha o mandato de ocupar as *mairies*, e não de negociar a data das eleições. Dubail pensa em organizar uma resistência diante disso. Os rurais sentem-se traídos.

Sábado seria o último dia da crise. O comitê mantém a eleição para o dia seguinte, 26. Muitos não entendiam porque se discutia por uma data. Por fim, a maioria aceita e convoca os eleitores para domingo. Um cartaz foi assinado pelos *maires*, deputados e membros do comitê central, os delegados Ranvier e Arnold. Cinco deputados apenas assinaram o cartaz: Lockroy, Floquet, Clemenceau, Tolain, Greppo. O grupo de Louis Blanc não deixou mais Versalhes.

As relações foram completamente cortadas – e a iniciativa foi, novamente, do governo reacionário, ainda que fosse consequência, também, de os trabalhadores não terem cedido em suas proposições. Após a eleição da Comuna, a situação é modificada e a guerra civil efetivamente começa. Em 02 de abril, os versalheses atacam *Courbevoie*. Os *communards* não

esperavam um ataque, mas tão logo fica clara a ação e intenção dos versalheses, as barricadas começam a ser feitas.

A comissão executiva reúne-se e proclama que os monarquistas atacaram. Duval, que está no comando militar da *préfecture de Police*, Bergeret, de *la place* e Eudes, delegado da guerra, se pronunciam pelo ataque. Tridon, Vaillan, Lefrançais, Pyat são contra. A maioria decide que os generais devem apresentar o estado detalhado da situação. A comissão coloca Cluseret ao lado de Eudes, acreditando acrescentar à guerra um militar sério.

Um movimento unânime de batalhões começa a ocorrer e, em algumas horas, 200.000 homens estão na praça da Bastilha. Apesar da maioria ter decidido contra a saída, os generais saíram. Eles não haviam recebido uma proibição formal. Mesmo Pyat teria deixado em aberto uma possibilidade. Eudes, Bergeret, Duval e Flourens organizam-se. Decidem, em 3 de abril, iniciar uma marcha em três colunas. Uma delas é liderada por Bergeret assistido de Flourens, outra por Duval e outra por Eudes.

Esse movimento, sem oficial de estado-maior para servir de guia, foi mal executado. Muitos homens caminharam horas, cansaram-se. Meia noite restavam 20.000 homens na *rive droite* e 17.000 na *rive gauche*. Muitos batalhões estavam sem chefes desde o 18 de março, os generais improvisados não tinham conhecimento militar nem jamais haviam conduzido um batalhão em uma batalha. Cada federado ia com o chefe que escolhia.

A coluna de Bergeret é surpreendida por tiros que vem do *Mont-Valérien*. Muitos acreditam em traição, pois pensavam que o forte estava com os *communards*. Alguns homens do *Hôtel-de-ville*, do comitê central da guarda nacional, sabiam da situação mas não haviam informado. Ménard afirma que todos sabiam que o *Mont-Valérien* não estava com os *communards* e acusa Bergeret de não ter seguido o caminho indicado. O próprio Flourens é abalado com a situação e teria se deixado morrer (a circunstância da sua morte é bastante discutida e publicada nos jornais da época). Lissagaray afirma que após a debandada, Flourens teria se recusado a voltar. Ele vai ser morto por policiais.

Duval, que marchava pela extrema esquerda, também é surpreendido. E a situação da coluna do centro também não é boa, eles são obrigados a retornar a Paris. Os *communards* haviam perdido em todos os pontos, mas as notícias informavam que teriam vencido. Um batalhão de mulheres é organizado, sob uma bandeira vermelha. No dia 4 Duval é morto. Muitos federados foram fuzilados.

Ora, a Comuna perde dois de seus principais nomes militares e isso, no contexto que está posto, significava muita coisa. Flourens exercia verdadeiro poder de liderança sobre seus *artilleurs*, consequência disso que é criado um grupo chamado *Vengeurs de Flourens*. Mas não

apenas ocorre a morte deles, há outras perdas humanas e, especialmente, o desestímulo nas tropas, inclusive em função de como a derrota teria acontecido.

O significado dessa derrota e seus motivos serão melhor compreendidos no próximo capítulo. Mas a Comuna percebia que estava em guerra, que a guerra não seria fácil e que o seu adversário seria implacável.

f. A luta na França e o internacionalismo

Apesar do isolamento de Paris e das dificuldades em se comunicar com o restante da França, os parisienses não estavam sozinhos. Não apenas na França, mas no restante da Europa ocorreram manifestações em solidariedade aos *communards*. A Comuna é conhecida e marcada por seu internacionalismo.

Em diversas cidades, há movimentação política. Entre as cidades em que há trabalhadores se manifestando, podemos mencionar Le Creusot, Limoges, Lyon, Marselha, Narbonne, Saint-Etienne, Toulouse, Tulle, Saint-Junien, Solignac, Aubusson, La Souterraine, Saint-Léonard-de-Noblat. Os trabalhadores de Lyon serão os primeiros a se manifestar. Mas a Comuna que irá durar mais tempo é a de Marselha (23 de março a 4 de abril de 1871), terminando com uma repressão que fará 150 mortos⁷⁵.

A Comuna de Marselha foi precedida pela criação da sessão marselhesa da Internacional de Trabalhadores (AIT), fundada em 1867, a fundação da Ligue Du Midi e a primeira comuna. Em 1871, a AIT de Marselha conta com 4.500 trabalhadores organizados em 27 corporações. As manifestações em Marselha são anteriores ao início da Comuna de Paris e ao ocorrer a insurreição na capital, a cidade praieira também se reergue. O porto de Marselha era um polo ativo do movimento. A seção dos “dockers”, dirigida por Chauvin, vai decretar a primeira greve insurrecional. A insurreição é fruto de uma aliança entre a burguesia radical, representada por Crémieux, e a seção da internacional dirigida por Bastelica. A criação da Ligue du Midi corresponde à aspiração dos treze departamentos do Sudeste de participar diretamente de Defesa Nacional.

A primeira Comuna de Marselha é declarada em 1 de novembro, mas foi logo duramente reprimida. No dia 10 de março os trabalhadores do porto de Marselha estão em greve, dia 17 as ruas não são varridas, no dia 18 os *chauffers* cessam o trabalho, os padeiros

⁷⁵ Informações tiradas de *La Commune*, février 2009, *Association des Amis de La Commune de Paris* (1871).

param de trabalhar no dia 21. Na noite do dia 22 de março, Crémieux pronuncia um discurso afirmando que reconhece o governo de Paris, e não o governo de Thiers. O contra-almirante Cosnier convoca uma contramanifestação, mas os guardas nacionais partidários da ordem não aparecem. Já a artilharia da guarda nacional, os franco-atiradores e soldados de diferentes posições se unem para apoiar os trabalhadores de Paris.

Uma comissão departamental é criada, mas os insurretos não ocupam nem os fortes de Saint-Jean e de Saint-Nicolas, nem a *butte* de *Notre-Dame-de-la-Garde*. Os membros da Internacional ocupam o porto. No dia 26 a comissão é isolada. No dia 27, os conselheiros municipais retiram-se da Prefeitura. No dia 3 de abril, o general Espivent dá ordem para marchar em direção a Marselha. Os oficiais insurretos são avisados 1h30 da manhã e às 4 horas, 400 guardas nacionais estão na *préfecture*. As barricadas são levantadas, centenas de franco-atiradores são enviados, mas recuam. A *préfecture* será defendida, mas Espivent bombardeia a cidade com canhões do alto do forte Saint-Nicolas e da *Butte de Notre-Dame-de-la-garde*. Em torno de 300 morrem lutando próximos à *préfecture*.

Em *Limoges*, que tem uma atividade industrial têxtil e de porcelana, as ideias socialistas também estavam presentes. Muitos republicanos foram encarcerados ou para o exílio durante o período de Napoleão III e retornaram após o 4 de setembro. Eles criam *La Défense Republicaine* e enviam, quando inicia a Comuna em Paris, Baubiat para ter contato com o comitê central da guarda nacional. Desde o dia 22 de março o Conselho Municipal solicita à *préfecture* o armamento da população. O *préfet* Massicault, republicano, é substituído por um monarquista.

Dia 4 de abril um regimento é enviado para reforçar as tropas versalhesas em Paris. Um grupo de pessoas invade a estação de trem para impedir que ele saia em direção à capital e conseguem com isso 80 fuzis. Enquanto isso, outro movimento invade a *préfecture*, a Comuna de Limoges é proclamada. E as ruas são tomadas de barricadas. Mas as tropas oficiais aparecem durante a noite e iniciam os fuzilamentos. No outro dia, o *état de siège* é proclamado e os reforços chegam. No dia 10 de abril o conselho Municipal é demitido e uma comissão militar de 22 membros assume a autoridade. Os dois *communards* mais visíveis dessa jornada, Rebeyrolle e Duboys, que conseguem escapar das tropas da ordem, são condenados à morte à revelia. Em torno de 30 penas de prisão são pronunciadas. Alguns dias mais tarde *la défense républicaine* é proibida.

Acrescenta-se, também, que entre os *communards* presos em Paris (33.584), durante a semana sangrenta⁷⁶, 1.314 era de *Limousins* (953 de *Creuse*, 388 de *Haute-Vienne*, 173 de *Corrèze*). A *Creuse* foi o terceiro departamento em número de presos depois da *Seine*, Paris e da *banlieu* (8939) e de *Seine-et-Oise* (1257). Alain Corbin aponta que o número de “creusois” mortos ou fuzilados durante a semana sangrenta é de entre 380 e 400.

Além de ser uma guerra travada na França, as relações também foram se estabelecidas pela Europa. Um dos grandes traços da guerra civil francesa e, em especial, das guerras civis é o Internacionalismo. Estrangeiros que lutam junto com os insurgentes e manifestações em outros países em apoio à luta, uma vez que as guerras civis costumam envolver princípios e valores que transpassam as fronteiras nacionais.

A Comuna adota como bandeira a bandeira vermelha: símbolo da luta dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, sem ter a marca nacional de qualquer país específico. É símbolo do internacionalismo e da união dos povos trabalhadores.

Quando a comissão de validação vai confirmar a eleição de Léo Frankel⁷⁷ para a Comuna, ela afirma: “*Considérant que le drapeau de la Commune est celui de la République universelle, considérant que toute cité a le droit de donner le titre de citoyen aux étrangers qui la servent, la commission est d’avis que les étrangers peuvent être admis et vous propose l’admission du citoyen Fränkel*”⁷⁸.

⁷⁶ A semana sangrenta foi a última semana da guerra civil, de 21 a 28 de maio, quando acontecem os massacres em Paris, após a entrada das tropas da ordem.

⁷⁷ Léo Frankel, húngaro, marxista, funda em Lyon, em 1867, uma seção da Primeira Internacional. Em Paris, onde trabalha como joalheiro, representa a seção alemã da Internacional. Preso em fim de abril de 1870, é condenado em 9 de julho a dois meses de prisão por complô e por pertencer a uma sociedade secreta. Liberado no dia 4 de setembro, ele se alista na guarda nacional e empreende, com Varlin, na reconstituição do Conselho Federal da Internacional. Faz parte do comitê central des *vingts arrondissements* e participa constantemente no clube de la *Reine-Blanche*. É candidato socialista revolucionário à Assembleia Nacional mas não é eleito. Em 26 de março, com 4.080 sobre 8.010 votantes, o XIII *arrondissement* o envia ao conselho da Comuna. Pertence à Comissão *du Travail et de l’Échange* (29 de março), depois à comissão de finanças (5 de abril) e é nomeado de Ministro do Trabalho (20 de abril) e à comissão executiva. Ele vota pela criação do *Comité de Salut Public*, mas assina a declaração da minoria. Luta nas barricadas durante a semana sangrenta, é ferido em combate no dia 25 de maio de 1871, escapa da repressão e é exilado na Inglaterra. Condenado à morte à revelia em 1872 pelo 6 conselho de guerra, em Londres, em especial na Conferência da Internacional, ele auxilia Marx, vota pela expulsão de Bakunin no congresso de La Haye. Vai para a Alemanha em 1875, é expulso e vai para a Áustria, onde é preso. Liberado em março de 1876, vai para a Hungria onde organiza o Partido dos Trabalhadores e onde é redator chefe, em fevereiro de 1877, da *Arbeiter Wochen-Chronik*. O Partido dos trabalhadores é constituído em 1880. Em março de 1881 é condenado a 18 meses de prisão, liberado em fevereiro de 1883, vai para Paris e participa do Congresso onde foi criada a II Internacional. Vive modestamente e morre de pneumonia.

⁷⁸ “Considerando que a bandeira da Comuna é aquela da República universal, considerando que toda a cidade tem o direito de dar o título de cidadão aos estrangeiros que a ela servem, a comissão entende que os estrangeiros podem ser admitidos e propõe a vocês a admissão do cidadão *Fränkel*”.

Da mesma forma, em 15 de abril a assembleia geral da *Union de femmes pour la défense de Paris*⁷⁹ pronuncia-se outorgando o título de cidadã à Elisabeth Dmitrieff⁸⁰, em função das suas atividades na Comuna:

*Considérant que Mme Elisabeth Dmitrieff, en s'occupant, avec un zèle et une énergie au-dessus de son âge, du groupement des parisiennes, par l'organisation d'un comité central destiné à l'augmentation des forces morales et matérielles de la défense; considérant que sa qualité d'étrangère ajoute au mérite de son initiative, l'assemblée générale de l'Union des femmes décerne à Mme Elisabeth Dmitrieff le titre de citoyenne de Paris, en attendant que la République nouvelle lui donne de grandes lettres de naturalisation qui la feront citoyenne de l'humanité*⁸¹.

Segundo o material da Associação dos Amigos da Comuna de Paris, *La Commune et les étrangers*, sobre 1.850.000 habitantes de Paris, o recenseamento de 1866 estima que 120.000 pessoas são estrangeiras. Mas, levando em conta os clandestinos, estima-se que seriam entre 150.000 a 200.000 o número de estrangeiros em Paris. Muitos saem de seu país por causa da miséria e a maioria são francófonos (belgas, luxemburgueses, suíços). Muitos são também poloneses ou italianos. É interessante lembrar que Garibaldi, italiano, é eleito à Assembleia Nacional em 8 de fevereiro, mas sua eleição é invalidada pela maioria monarquista, o que faz com que Victor Hugo renuncie a seu mandato de deputado.

Em 1867, 17.000 luxemburgueses habitam em Paris, 12.000 em *Faubourg Saint-Antoine*, um bairro de tradição revolucionária. Muitos entram na guarda nacional após a proclamação da República.

Muitos estrangeiros lutaram na Comuna e, por mais que apontem números, o massacre realizado tende a criar dificuldades nesse tipo de identificação. Estima-se que 2.000 estrangeiros lutaram: 737 belgas. Entre os luxemburgueses, 200 são submetidos ao conselho de guerra. São entre 500 e 600 poloneses; 200 a 300 italianos e algumas dezenas de

⁷⁹ União de Mulheres para a Defesa de Paris.

⁸⁰ Elisabeth Dmitrieff, russa, jovem aristocrata, revolucionária, organiza, na Suíça, a seção russa da Primeira Internacional. Delegada a Londres para manter contato com Marx. É correspondente de Marx, chega em Paris em março de 1871, como representante do Conselho Geral da Internacional. Participa da criação da *Union de Femmes pour la défense de Paris et les soins aux blessés* e passa a pertencer à sua comissão executiva. Luta nos combates durante a semana sangrenta, ajuda Frankel, ferido nas barricadas e depois retorna ao combate. Consegue escapar da repressão e volta para a Rússia com o fim da Comuna.

⁸¹ "Considerando que a Srta Elisabeth Dmitrieff, ocupa-se, com zelo e energia acima de sua idade, do grupamento de parisienses, para a organização de um comitê central destinado ao aumento das forças morais e materiais de defesa; considerando que a qualidade de estrangeiro acrescenta mérito a sua iniciativa, a Assembleia geral da União de Mulheres concede à Srta Elisabeth Dmitrieff o título de cidadã de Paris, esperando que a República nova dê a ela a naturalização que a fará cidadã da humanidade".

húngaros. Os russos, romenos, espanhóis e americanos representam algumas individualidades e há também alemães que, apesar da guerra franco-prussiana, lutam pela Comuna.

Durante a semana sangrenta, 1.725 estrangeiros são presos (militares e civis) dos quais 1236 são objeto de *ordennance de non-lieu*⁸². Louis Bretonnière e Roger Pérennes, em « *L'internement des prévenus de la Commune à Rochefort* » revelam que dentre 5.489 prisioneiros há 262 estrangeiros: 114 belgas, 36 suíços, 29 italianos, 27 luxemburgueses, 16 poloneses, 11 prussianos, 7 holandeses, 6 russos, 6 espanhóis, 2 americanos, 2 austríacos, 1 dinamarquês, 1 inglês, 1 romeno, 1 turco, 1 egípcio, 1 haitiano.

Há 170 belgas que ocupam funções no exército da Comuna, onde muitos são oficiais. Eles formam a *Légion fédérale belge* e, no dia 17 de maio, sobre a praça Vendôme, o general Dombrowski lhes passa sua bandeira. No jornal *Le Cri Du Peuple*, de 12 de abril, o major de Villamayor lança um chamado para formar uma legião de 20.000 homens, composta de estrangeiros, mas esse chamado não chega a acontecer.

E esse internacionalismo reflete-se, também, nos atos da Comuna. Entre eles, na destruição da Coluna *Vendôme*. Em 13 de abril de 1871 é publicado o Decreto indicando a destruição da Coluna, o que ocorre em 16 de maio. A coluna *Vendôme* possui uma imagem de Napoleão I, Imperador da França e símbolo da vitória imperialista. Os *communards* apontam que a coluna *Vendôme* é símbolo de dominação e que incita o ódio contra os estrangeiros. A demolição é acompanhada de uma grande festa e buscou mostrar que a Comuna não distinguia nacionalidades.

Os estrangeiros ocuparam papéis centrais na organização da Comuna e sobre eles pesou a repressão de forma ainda mais violenta. Em documentos encontrados na *Préfecture de Police de Paris* era possível ver essa diferença. Segundo o material, havia uma ordem do marechal e do ministro da guerra no tocante aos soldados desertores e aos estrangeiros que serviram à Comuna. Considerando que sabemos qual a “sorte” que possui um soldado desertor, tendo a crer que o fuzilamento seria aplicado contra os estrangeiros. A parte final do *Rapport* de 24 de maio de 1871, 11 horas da manhã, afirma:

“Les ordre de Monsier le Marechal ainsi que ceux de monsieur Le Ministre de la guerre sont formels concernant les soldats deserteurs ainsi que les étrangers ayant servi la Commune ; aussi deux individus qui viennent a être arrêtés vont probablement subir le meme sort.

⁸² Ordennance = decisão; non-lieu = improcedência judicial. Significa que os fatos não foram verificados ou que não há provas suficientes. Ou seja, é uma decisão que põe fim à persecução penal.

Le commandant ⁸³»

Se, por um lado, os *communards* não fizeram distinção de nacionalidade para formar suas fileiras, a repressão não veio da mesma forma. O que não quer dizer que não tenha havido uma “solidariedade” entre os burgueses franceses e alemães. Os alemães, sentindo o perigo que a vitória da Comuna poderia representar e apoiando a repressão à AIT, liberaram os homens do exército da França para que reprimissem a Comuna: mesmo as querelas nacionalistas foram subjugadas pela união de classe.

E é a Prússia, inimiga da França, que vem ao socorro dos proprietários franceses. A guerra acelera a história e o interesse comum entre as classes possuidoras de ambos os países de extirpar o socialismo, a AIT e as greves vai gerar o massacre dos trabalhadores.

⁸³ “As ordens do Senhor Marechal bem como as do Senhor Ministro da guerra são formais no que concerne aos soldados desertores, bem como aos estrangeiros que serviram à Comuna; também dois indivíduos que foram presos vão, provavelmente, ter o mesmo destino. O comandante”. Documento da *Préfecture de Police* de Paris.

4. A Comuna de Paris de 1871

a. Partidos, associações e organizações

Pensar que faltou “o elemento subjetivo” na Comuna de Paris para que uma revolução socialista acontecesse é um pouco angustiante. Pois se tinham tantas organizações, se a AIT estava presente, se os clubes eram inúmeros, e os comitês existiam por toda a cidade, como pensar que faltaram sujeitos preparados e organizados para realizar a revolução social? Uma luta que ocorre e é acompanhada exatamente por aqueles que desenvolvem a teoria que irá servir de método para a análise da história. Marx e Engels estão diretamente ligados à guerra civil na França, mas ainda assim falta o elemento subjetivo. Como falta? Por que falta? O que falta? Por que, quase cem anos depois, a revolução social não foi efetivada?

A burguesia realiza a sua revolução, ainda que durante todo o século XIX vá travar sérias batalhas com os monarquistas e ruralistas. Os trabalhadores não conseguiram. Mas teriam conseguido? Será que o que faltava não era exatamente uma experiência como a da Comuna, para permitir aos trabalhadores também esse amadurecimento? Um amadurecimento teórico e prático?

Se a Comuna acabou por se isolar em Paris, não teria sido consequência inclusive do baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais na França? Pois para ter trabalhadores conscientes é preciso, antes de tudo, ter trabalhadores. Essa expansão dos trabalhadores, essa transformação de todos em trabalhadores assalariados ocorre com o desenvolvimento do próprio capitalismo. Mas Paris e França estão, também elas, com desenvolvimentos distintos.

O meu foco, todavia, não é analisar o desenvolvimento das forças produtivas e sim as forças políticas, ou seja, a existência de trabalhadores organizados. Vou retomar a afirmação de Lênin: uma das condições para que uma revolução socialista seja vitoriosa é a existência de trabalhadores preparados para fazê-la.

Ménard afirma que o dezoito de março não foi uma tentativa revolucionária preparada por uma organização política mas a resistência a um golpe governamental, dirigida por homens decididos como Eudes e Duval. Já Johnson entende que havia um partido socialista revolucionário que iria organizar as ações. Mas como era formada a classe trabalhadora na França? E em Paris? Já existia uma classe trabalhadora? Para saber se a classe trabalhadora estava ou não preparada, seria preciso saber se havia classe trabalhadora. Refiro-me a

“trabalhadores” no sentido marxista da palavra, aquele que não possui os meios de produção e que vende sua força de trabalho por um salário.

Dono e vendedor da força de trabalho, o trabalhador recebe com o nome de salário fração do produto na qual se corporifica a parte do trabalho, a qual chamamos trabalho necessário, isto é, o trabalho necessário para manter e reproduzir essa força de trabalho, sejam as condições dessa manutenção e reprodução pobres ou ricas, favoráveis ou desfavoráveis (Marx, 2008, p. 1085).

A França ainda permanecia agrícola, apesar do avanço da industrialização. Ela não tinha a maioria de seu povo formada por trabalhadores, e sem essa condição, a realização de uma revolução se configura de maneira diferenciada. Segundo Tombs (1999), mais de um quinto dos trabalhadores da França estavam concentrados em Paris.

Em nenhum dos países da Europa continental de 1871, a maioria do povo era constituída pelo proletariado. A revolução capaz de arrastar a maioria do movimento só poderia ser “popular” com a condição de englobar o proletariado e os camponeses, essas duas classes constituíam, então, “o povo”. Essas duas classes são solidárias, visto que a ‘máquina burocrática e militar do Estado’ as oprime, as esmaga e as explora. Quebrar essa máquina, demoli-la, tal é o objetivo prático do “povo”, da sua maioria, dos operários e dos camponeses; tal é a “condição prévia” da aliança livre dos camponeses mais pobres e do proletariado. Sem essa aliança, não há democracia sólida nem transformação social possível. Era para essa aliança, como se sabe, que tendia a Comuna de Paris, que falhou por uma série de razões de ordem interna e externa (Lênin, 1918)⁸⁴.

Já Paris passa por transformações. Os trabalhadores já estavam surgindo como força autônoma e separada da burguesia. Rougerie escreve que a capital estava composta majoritariamente por trabalhadores. Em 1850, Paris tinha em torno de um milhão de habitantes. Sobre 1.799.980 habitantes constatados em 1866, 57% viviam do trabalho industrial, 12% do trabalho comercial. Foram recenseados 455.000 operários e operárias, 120.000 empregados, 100.000 trabalhadores domésticos e 140.000 patrões. São 11.527 agricultores, 94.665 indivíduos sem profissão declarada. Vivem de salário 934.575 parisienses.

Boito (2001) afirma que dentre os 35.000 parisienses presos por Versalhes, mais de 5.000 eram operários da construção civil, mais de 4.000 eram diaristas sem especialização, outros 4.000 eram metalúrgicos, e milhares de outros eram operários de diferentes setores. Ao todo, 90% dos prisioneiros eram de origem operária e popular.

Os ramos que mais empregavam eram a indústria de roupas e confecções, a de produtos de arte e de luxo, a construção civil e a metalurgia. Muitos ainda trabalhavam em

⁸⁴ <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estadoerevolucao/cap3.htm>.

pequenas empresas, mas também muitos trabalhadores já estavam empregados em indústrias típicas da era da revolução industrial - a construção civil e a metalurgia cresceram durante o Império. Havia duas fábricas de locomotivas e material ferroviário que possuíam mais de 1.500 operários cada uma e as oficinas ferroviárias do norte do país eram, desde 1848, consideradas “fortalezas operárias”⁸⁵.

Homens e mulheres atuavam em diversos setores. Boito (2001) afirma que os trabalhadores de Paris de 1870 não podem ser comparados aos artesãos e lojistas que compunham o movimento dos *sans-cullottes* da revolução francesa de 1789. Dois terços da população economicamente ativa era composta de assalariados, principalmente de trabalhos manuais e mais da metade trabalhava na indústria.

Muitas mulheres trabalham na capital e, especialmente, na produção industrial: a estatística de 1871 indica que sobre 114.000 *emplois*,⁸⁶ são 62.000 mulheres. As mulheres trabalham entre 12 e 14 horas por dia por um salário quotidiano de 50 *centimes* à 2,50 francos, metade do salário dos homens. Nessa época, um quarto para ser alugado custava 100 a 200 francos o ano. Muitas vezes a prostituição se tornava uma parte da jornada. O casamento legal e religioso não estavam regradados e nos conselhos de guerra isso causa ainda mais imoralidade.

Paris tornou-se ao longo do Império uma cidade industrial e de assalariados. E são esses trabalhadores que começam a se organizar que vão realizar a Comuna de Paris. A classe trabalhadora existia *materialmente* em Paris. Mas a existência material diferencia-se da tomada de consciência, conforme Marx argumenta (1847). “As condições econômicas transformam primeiro a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa é, portanto, já uma classe no que se opõe ao capital, mas não é ainda uma classe para si”.

A questão é saber se a classe trabalhadora também já avançou em sua consciência, se há unidade que constitua a classe para si. Pois é essa constituição que irá mostrar que os interesses que defendem são interesses de classe. E a consciência de classe irá conduzir a uma luta política: a luta de uma classe contra a outra é uma luta política.

Mas o que seria uma guerra civil se não essa luta e o reflexo de uma consciência? Se a Comuna foi obra dos trabalhadores, eles estariam ou não preparados? O que é estar preparado para realizar uma revolução? Apesar da discussão comuna-crepúsculo ou comuna-aurora, entendo que não há como negar que a Comuna foi realizada por trabalhadores, que

⁸⁵ Boito (2001) menciona Rougerie (1997), *La Commune de 1871*.

⁸⁶ Empregos.

mostraram suas reivindicações próprias e que, de alguma maneira, questionavam as bases do capitalismo. A Comuna também herda a experiência de 1789, mas herda no que tem de mais avançado. São os jacobinos, os seguidores de Marat, os raivosos, os herbertistas, são esses movimentos que *estão* em 1871. Aliás, a Comuna lembrada por esses *communards* – que era apenas mais uma das tantas visões de comuna, que era uma das correntes que atuou na guerra civil – é a comuna insurrecional de 92-93, ou seja, o que tem de mais questionador da revolução francesa.

Onde a consciência de classe já havia avançado, os trabalhadores começam a pensar a organização da classe, o liame subjetivo capaz de fazer uma ação organizada e decisiva. Os trabalhadores começam a se organizar em sociedades e associações que vão buscar solucionar questões específicas, ou resolver alguns de seus problemas concretos, como é o caso da *Société d'épargne et de crédit mutuel des ouvriers relieurs*, da qual Varlin será presidente. Em 1864 e 1865, Varlin participa das greves de *relieurs*, e assim vai ganhando confiança desses trabalhadores. Nos anos de 1868, 1869 e 1870 também serão realizadas grandes greves, marcadas pelo enfrentamento com a polícia.

Em Paris, nos últimos anos de Império, quase todas as profissões possuíam suas sociedades ou seu sindicato. De 10.000 fundadores de bronze, 6.000 são associados; 12.000 mecânicos sobre 30.000; 2.500 de 3.500 tipógrafos; 1.000 de 1.500 fundadores de ferro. Na primavera de 1870, 54 associações, talvez 40.000 membros, fazem parte da *Chambre Fédérale des Sociétés Ouvrières*, formada, no mês de dezembro anterior, por Varlin, um dos membros da AIT, que defende a greve e os mecanismos de luta dos trabalhadores.

As associações de trabalhadores proliferam-se na Europa e assim também ocorre na França. A AIT vai aglutinar diferentes correntes teóricas e mesmo membros de diferentes partidos, como os blanquistas. O movimento popular organiza-se durante o Império, vai-se dando um avanço de consciência durante a guerra franco-prussiana e o *siège* de Paris. Não faltam revolucionários. Não apenas os membros da Internacional como os blanquistas já tem claro que um governo de trabalhadores somente terá lugar com uma insurreição e com a revolução social. Ambos se opõem no tocante ao método e à maneira de organizar o partido, mas a questão da tomada do poder e da crítica ao governo é feita pelas duas correntes.

A AIT, ela própria, não seria um partido estruturado, mas a atuação da AIT em relacionar as diferentes seções e associações exerce um papel importante durante a Comuna. A AIT é fundada em 28 de setembro de 1864, em Londres. A seção parisiense é fundada em 8 de janeiro de 1865, no III *arrondissement*, e reúne 200 membros no primeiro ano, entre eles Varlin. Malon também já participa da AIT desde 65. Varlin é delegado à Conferência de

Londres, em setembro de 1865, onde conhece Marx. No segundo ano, a seção parisiense da AIT reúne 600 membros. No Congresso de Genebra (setembro de 1866), Varlin opõe-se à maioria proudhoniana. Percorre a França criando seções da internacional.

Durante o Império, os internacionalistas são declarados inimigos de Estado e perseguidos. São considerados uma associação secreta – o que será, inclusive, ironizado por Marx, já que a AIT anuncia suas reuniões e não tem um método conspiratório, como as organizações blanquistas. Louise Michel (1999) afirma que os internacionalistas comparecem pela primeira vez diante do tribunal correcional de Paris, em 26 de março de 1868, num número de quinze e condenação foi bastante leve diante das condenações posteriores: eles pagaram *cents francs d'amende* e a AIT foi dissolvida. Mas com esses julgamentos, a AIT passa a ser ainda mais conhecida e vai ganhando novos membros. Novamente eram julgados seus membros, e o número de internacionalistas aumentava à medida da perseguição. Em 1870, a AIT possui mais de 100.000 membros – o que não significa que fossem todos membros ativos.

Segundo Balibar, a ação da Internacional no decurso da guerra entre a França e a Prússia e da Comuna teve de ter em conta a complexidade das contradições que aí se acumulavam. Marx, ao escrever sobre a guerra Franco-Prussiana e sobre a guerra civil argumenta que era preciso organizar a AIT. Fortalecer a organização, ampliá-la às províncias. Aponta para o perigo de uma insurreição prematura, antes do amadurecimento das organizações socialistas, e ao ver os acontecimentos de Paris já afirmava que a Comuna não teria êxito, ainda que estivesse sempre ao lado dos insurgentes, inclusive trocando correspondência. É assim com Dmitrieff, com Eudes, Leo Frankel, Varlin e outros membros.

Antes da Comuna, Marx desaconselhava a insurreição, que poderia jogar o movimento operário para trás, falsificar os dados e desenvolver o ódio nacional. Envia Serrallier à Paris nesse momento em que, segundo Marx, toda a seção francesa da Internacional se pôs a caminho de lá para “fazer besteiras em nome da AIT”.

Marx está concentrando seus esforços nas manifestações de internacionalismo franco-alemão, na luta contra o imperialismo de Bismarck e pelo reconhecimento da república democrática na França. Segundo Balibar (1975, p. 52), a atitude de Marx é ditada pelo “conhecimento do *aspecto principal* existente na contradição das classes em 1870-1871: a força dos Estados burgueses, a impreparação do proletariado”.

Mas, como Marx também afirma, as circunstâncias não são escolhidas, tiveram os trabalhadores que pegar em armas. E diante disso, Marx sai à defesa da Comuna. Ainda que a AIT não tivesse suficientemente organizada, que estivesse sendo construída, com suas complicações teóricas que mais tarde irá desembocar na ruptura com anarquistas e mesmo

com muitos blanquistas, Marx, membro do Conselho Geral da Internacional, e que não tinha qualquer participação no seu desencadear, lança manifestações de apoio.

O Conselho geral organizou a solidariedade, enviou representantes que, “forçando o bloqueio, puderam comunicar à Comuna informações (sobre o acordo secreto entre Bismarck e Jules Favre) e alguns conselhos táticos em matéria de defesa militar, finanças e política do trabalho” (Balibar, 1975, p. 53). Marx também vai organizar o salvamento dos que escaparam quando a Comuna é reprimida.

A não unidade teórica reforça as diferenças de ações. Por um lado, alguns membros da AIT influenciados pela teoria de Proudhon, avessa à greve, por outro, os blanquistas e sua organização fechada (e resistente a participar de espaços onde não conseguem dominar). Mas apesar das divergentes posições e métodos, marxistas, blanquistas, anarquistas e jacobinos lutaram do mesmo lado. E mesmo no interior de cada corrente de pensamento, há inúmeras divergências teóricas.

A questão é que a direção do movimento que se desenvolve na França, em 1871, não *cai nas mãos* da AIT. Com influências políticas contrárias a atuações políticas enérgicas e mesmo violentas, não ocupou a direção do movimento. Lênin (1905) menciona que o “*Jornal Operário de Nova York*, órgão da Internacional, apontou num artigo de 18 de Julho de 1874: ‘A Comuna não foi obra da Internacional; Comuna e Internacional não são o mesmo, mas os membros da Internacional aprovaram o programa da Comuna, levando-o na própria altura muito mais longe do que o seu limite inicial; estes foram, igualmente, os seus mais zelosos e fiéis defensores, pois compreendiam a importância da Comuna para a classe operária’”.

Mas a direção também não *cai nas mãos* dos blanquistas. A partir da primavera de 1870, Blanqui passou a ter relações pessoais e políticas com alguns líderes da AIT, o que ocorre, em parte, como resultado de relação entre a AIT com o blanquismo nos encontros públicos.

Os blanquistas propagavam suas ideias através de seu jornal mas também organizando o clube *La Patrie en danger*, cujas reuniões eram anunciadas pelo jornal com a ordem do dia e com a prestação de contas das reuniões anteriores. Os leitores participavam, sob a presidência de Blanqui ou Granger e votavam moções ou resoluções. Mas os blanquistas não participavam de um único clube.

É notória a participação de Blanqui no movimento operário francês. Foram a força, a consciência e a coragem de muitos blanquistas que permitiram que muitas medidas fundamentais para a existência e manutenção da Comuna fossem realizadas. Sua

preocupação militar gerou batalhões coordenados por blanquistas que efetivamente eram líderes.

O próprio Marx teria dito que Blanqui e sua organização poderiam ter sido capazes de dar direção ao movimento, ou seja, Blanqui era a cabeça e o coração do partido dos trabalhadores na França. Engels vai afirmar que ele seria o único homem capaz de ser o cabeça do movimento revolucionário nesse país. Blanqui possuía aprofundamento teórico e inserção política. Mas Blanqui é preso em 17 de março, o partido blanquista perde seu principal membro um dia antes dos eventos iniciarem e até que ponto isso gerou abalos na organização dos trabalhadores é uma resposta que só poderia ser dada com um estudo aprofundado do partido blanquista durante o período, todavia, a sua prisão tem um significado tão grande que durante todo o período os *communards* tentarão trocá-lo por outros reféns, em vão.

Ou seja, Blanqui estava, mas não estava⁸⁷. Apesar dos partidos que existiam e atuavam em Paris e na Europa, o partido de Blanqui não conseguirá tomar a direção do movimento quando o *Hôtel-de-ville* é ocupado, em que pese a sua importante atuação. Seu modelo de organização clandestina fez com que não chegasse a ter grande inserção nas massas trabalhadoras.

Mas a AIT e os blanquistas não eram as únicas organizações e mesmo eles se organizaram em outros comitês e clubes capazes de dialogar com os demais *communards*. Os jacobinos criam três organizações em novembro e dezembro de 1870: *Union Républicaine Centrale*, a *Alliance républicaine* e a *Association des Défenseurs de la République*.

A *Union Républicaine Centrale* adotava uma estrutura como a das sociedades secretas. Segundo Noël, ela foi fundada em novembro de 1870 por antigos proscritos do Império. Ela teria sido efêmera mas teria se pronunciado pela Comuna.

A *Alliance républicaine* era dominada por antigos *montagnards* de 1849, entre eles Delescluze, e por radicais como Brisson, por moderados e por militantes mais avançados como Arthur Arnould. Arnould afirma que a *Alliance républicaine* vinha de uma cisão da *Union Républicaine* (formada principalmente por representantes das assembleias de 1848 e 1851). A *Alliance républicaine* buscava fazer uma ligação entre a capital e as províncias.

A *Association des Défenseurs de la République*, segundo Johnson, foi fundada por antigos *maires* e assistentes de Paris e, de acordo com Arthur Arnould, foi fundada por Brisson.

⁸⁷ Pergunto-me se a revolução russa teria tido sucesso se Lênin tivesse sido preso em 1917. Não acho que conseguiria responder a essa questão mas o que é possível constatar é que apesar dos inúmeros clubes, comitês, organizações políticas e mesmo da presença da Internacional, parece que nenhuma organização preparou o “dia seguinte” da ressurreição.

Em muitos cafés, os revolucionários se encontravam. Napoleão III legalizou, com limitações, encontros públicos em 1868. Para muitos revolucionários, a popularidade dos encontros públicos durante o Império foi o primeiro passo para a Comuna. Nesses clubes, membros de diferentes organizações participavam e os blanquistas eram considerados os oradores mais radicais.

A vida é intensa nos clubes. Louise Michel afirma que eles se reuniam nos comitês de vigilância e, em seguida, iam para suas reuniões nos clubes. Ela participa do comitê de vigilância de Montmartre, do clube *La Patrie en danger*. Conta que muitos clubes eram presididos por membros dos comitês de vigilância, ela mesma presidia o *club de la révolution* que ficava na *justice de paix*.

Os encontros públicos forneceram uma plataforma efetiva para esses diferentes grupos durante o império. Quando o império é derrotado, os encontros públicos imediatamente brotaram de novo. Blanqui organizou o primeiro clube – *La Patrie en danger*, que se diferencia de outros encontros, já que selecionam os membros e tem discussões mais limitadas.

Das 733 pessoas identificadas como clubistas⁸⁸, 198 tinham alguma posição oficial de autoridade sob a comuna. Uma proporção de 27%. Entre eles, 2 mulheres. Como as organizações populares tiveram muitos oficiais na administração da Comuna, no *Hôtel-de-ville* e nos *arrondissement-mairies*, na prática a liderança dos clubes locais administrava a guarda e assuntos civis nos *arrondissements*.

A composição social das organizações populares evidenciaram que clubistas representaram um segmento chave da população devota à Comuna. Dos 733, 85% eram homens e 113 mulheres. Mas pelas evidências existiriam mais mulheres. De 35.771 adultos presos, 819 eram mulheres e só 115 convictas. Elas eram menos identificadas porque eram menos oradoras e líderes. Dessas mulheres, um grande número era de companheiras e de viúvas. Ainda, 20% dos clubistas eram solteiros enquanto 47% dos *communards* eram solteiros.

Johnson aponta que os clubistas não derivam de uma classe ou categoria. Sua atuação era vista pelos reacionários como vandalismo, já que destruíam a propriedade e símbolos da antiga ordem. Quatro padrões de ação e análise caracterizavam a ação dos clubistas durante a Comuna:

- 1) Rejeitavam conjunto de ideias inimigas;

⁸⁸ Johnson afirma que ao menos 733 clubistas foram identificados, o maior grupo de *communards* ainda é objeto de análise.

- 2) Identificavam-se com outros grupos;
- 3) Inverteram as normais relações sociais;
- 4) Posicionavam-se na grande evolução histórica da luta revolucionária.

As atividades dos clubes e participantes casuais formaram a grande base de militantes que elaboraram e implementaram a Comuna. Muitos clubes parecem ter um grupo nuclear que organizou encontros, foram os principais oradores e fizeram manifestos e artigos de jornais e isso pode ser visto no clube organizado pelo partido blanquista ou mesmo no clube do XVIII *arrondissement*, em que Louise Michel e Ferré participavam.

As implícitas ou de fato supervisão dos clubes pelas pessoas em posição de poder fez dos clubes mais que grupos de discussão. Os clubes eram centros vitais de comunicação com o movimento revolucionário. A Comuna ocorre em uma época em que a ciência está associada a progresso e liberdade e a igreja é relacionada ao obscurantismo e à opressão, daí que o poderoso discurso da violência que esteve na cultura política dos clubes era fundado na concepção revolucionária de justiça. Mas de uma legalidade que é diferente de direito. Para Louise Michel, o que os *communards* faziam era legal.

Os clubes efetivamente serviram de base de sustentação do movimento e, ao mesmo tempo, foram preparando seus militantes para exercer a função de administração da cidade. Essa identidade é tal que Johnson chega a falar em “clubistas”, referindo-se aos que participavam dos clubes como se fosse possível identificá-los como um grupo.

As sentenças impostas aos clubistas foram mais duras que aquelas para os *communards* convictos. Ainda, verificou-se uma tendência das cortes militares para impor penalidades mesmo à revelia. Mais claramente os clubistas foram considerados culpados que *communards* comuns. Johnson aponta que a profissão de 482 de 733 clubistas era conhecida (416 homens e 66 mulheres). *Employés*, que incluía trabalhadores assalariados, balconistas, empregados de mais baixo nível de governo eram maioria. Também havia negociantes, que incluíam os profissionais liberais (advogados, médicos e professores); e os que trabalhavam com *business*. Ainda, dos 402 homens da AIT, 55% dos membros são classificados como *workers*, segundo a tabela apresentada por Johnson. E 29% dos clubistas era *worker*.

Em estudos sobre 111 mulheres participantes da *Union de Femmes*, associação de mulheres fundada para a defesa da Comuna, verifica-se que 62% trabalhava no comércio de roupa e vestuário, consequência da própria *Union de Femmes* organizar mulheres para prover uniforme para a guarda nacional.

Além dos clubes, tão logo a república é proclamada, a AIT e a *Chambre* buscam organizar a resistência dos trabalhadores em cada *arrondissement*, e assim organizam comitês de vigilância que irão formar um comitê central *des XX arrondissements*. Johnson afirma que o comitê *des XX arrondissement* teria sido responsável por criar o movimento comunal e que foi a mais importante organização no movimento revolucionário que precedeu a Comuna.

Esse comitê tornou-se o centro da atividade revolucionária porque a AIT estava dividida sobre o papel que o movimento operário deveria ter nesse momento político. Membros da AIT, da *Chambre*, blanquistas, clubistas participavam dos comitês de vigilância. Lefrançais queria que a AIT tivesse uma relação direta com esses comitês, mas a maioria pensou que a AIT poderia se comprometer caso o movimento de trabalhadores viesse contra os comitês.

Os membros do comitê *des XX arrondissement* viraram líderes dos encontros públicos no final do Império. No início, o comitê *des XX arrondissement* estava dividido em membros e em objetivos. Isso aparece especialmente nas agitações pela comuna no mês de outubro. Flourens, Sapia, Lefrançais, fizeram protestos contra o governo. O principal efeito dessas manifestações foi dividir o comitê *des XX arrondissement*. Moderados e radicais saíram.

Essa ação unificada entre os membros da AIT, da *Chambre* e dos blanquistas que culmina nos comitês de vigilância ligados por um comitê central, que passa a se chamar delegação ganhou corpo com sua declaração de princípios e programa e com a publicação do *affiche rouge*. Em virtude dessa sistematização e da forte atuação nos comitês e clubes, Johnson identifica a existência de um partido socialista revolucionário, formado por militantes socialistas revolucionários que irão coordenar as ações *communards*.

As observações de Johnson são interessantes para mostrar que, para além de ações espontâneas, a Comuna também possuiu grupos organizados que dialogavam entre si. E por isso a posição de Johnson será analisada mais profundamente. Até mesmo por ir contrariamente ao que se tem estudado e afirmado sobre a Comuna, que a sua falta teria sido a ausência de um partido capaz de dar direção ao movimento.

O autor afirma que um movimento coordenado composto de clubes e comitês militantes organizaram 3 revoltas, contra o governo da defesa nacional durante o inverno de 1870-1871. As discussões nos clubes permitiram o acesso à fundação da ação política, porque as organizações populares fizeram a relação essencial entre o discurso e as ações na Comuna.

Johnson argumenta a existência do partido ao verificar ações coordenadas entre os militantes. Quando observa que dez *mairies* foram tomadas durante o 31 de outubro e a conexão que houve entre os militantes, pensa que não restaria dúvidas de que as organizações populares agiram de maneira coordenada. O pensador sustenta que, enquanto a indignação

parisiense foi a fundação da insurreição de 31 de outubro, as organizações populares – e especialmente o comitê *des XX arrondissement* – forneceram as lideranças e o quadro organizacional para a revolta. Apesar de enfraquecido, o comitê *des XX arrondissement* conseguiu agir quando a situação chegou. Em muitos clubes foram debatidas as ações, mas os membros da AIT recusaram endossar o movimento.

Com isso, ele se opõe aos demais historiadores que, segundo ele próprio, confirmam a insurreição nos *arrondissements* durante o 31 de outubro, mas não reconhecem a ação organizada que emerge quando os insurgentes são estudados a luz dos clubes e dos comitês.

Mas ainda que se veja coordenação e ação conjunta no dia 31 de outubro, não seria possível falar que foi uma ação organizada e estruturada por um partido político, ainda que diferentes organizações participassem da ação e tivessem articuladas. A insurreição não foi decretada com antecedência nem os atos revolucionários tinham completa unidade. A intervenção de Flourens mostra que não havia essa unidade e Lefrançais mesmo afirmou que a diversidade de listas circulando entre a Comuna e o comitê de *Salut Public* revelam uma falta de unidade.

Mas em 31 de outubro, apesar da coordenação, Johnson ainda não visualiza um partido. O partido que ele entende existir seria formado, especialmente, por ocasião das eleições de fevereiro. Ele desenvolve seu argumento mostrando as ações da delegação, da *Chambre* e da AIT. Durante a campanha eleitoral, a delegação foi o pilar central do movimento revolucionário e da formação do que ele identificou como partido socialista revolucionário. A compilação dessa lista de candidatos para as eleições de fevereiro foi o primeiro ato autoproclamado de um emergente movimento socialista revolucionário, construído da fundação da comuna revolucionária. O manifesto eleitoral e a lista de 1 de fevereiro foram um passo fundamental para a transição da coalizão em um partido verdadeiro, formada em grande parte por blanquistas, membros da AIT e baseada em um definido conjunto de ideias conscientemente descritas como revolucionárias socialistas.

O significado do termo revolucionário socialista, que é distinto de republicano socialista, é revelado em problemas encontrados na elaboração da lista comum socialista revolucionária para as eleições. O presidente da *salle marseillaise* em 3 de fevereiro afirma que o comitê eleitoral dos três grupos (delegação, AIT e *Chambre*) tentou negociar uma lista comum com os burgueses republicanos, mas que isso não foi possível em virtude de uma dupla cisma de ambos os lados. A diferença estava na presença dos blanquistas na lista. Mas essa diferença era mais profunda que apenas a questão eleitoral.

O manifesto revolucionário socialista para as eleições do dia 8 de fevereiro significa uma nova fase do movimento. Cada frase usava o termo socialista revolucionário para indicar os membros e a defesa de um novo mundo estava posta. Duas considerações talvez expliquem esse novo tom: a reforçada cooperação entre a delegação e a AIT e a mudança de contexto de uma luta militar nacional para a contestação política.

Johnson afirma que as eleições de fevereiro revelaram dois fatos. Primeiro, os clubes e comitês de *arrondissements* que estavam coordenados num movimento coerente durante o *siège* tomaram um rumo próprio na escolha dos candidatos. Muitos encontros públicos associados aos comitês de vigilância apoiaram os comitês de vigilância. Mas muitos encontros públicos refletiram os desejos diferentes de seus membros. Segundo, a delegação e a AIT estavam formando uma parceria nascida de coordenação eleitoral: relativa centralização em nível da cidade, e relativa fragmentação em nível de *arrondissement*. Embora os líderes do movimento revolucionário socialista tivessem vindo de diferentes clubes, comitês de vigilância e seções da AIT, eles tinham procurado construir um movimento mais unificado. Eles sabiam as vantagens que os clubes e comitês oferecem a luta revolucionária. Mas eles também sabiam as fraquezas dos clubes e comitês como armas de combate: ação isolada, dificuldades de coordenação, divisão ideológica, vigilância policial. No meio de fevereiro, os líderes socialistas revolucionários adotaram uma estratégia para minimizar as fraquezas e maximizar as vantagens: o partido socialista revolucionário.

A declaração apontava no sentido da AIT. O partido socialista revolucionário era uma associação política designada para governar por princípios socialistas revolucionários até a definitiva liquidação. O partido não era um sindicato, como a *Chambre*, não buscava definir uma grande agenda socialista ou ligar os trabalhadores pela Europa em uma luta comum, como a AIT. O partido socialista revolucionário era um veículo para ação política direta, baseado em organizações populares e direcionado contra as forças antirrepublicanas.

As assembleias gerais de delegados dos comitês de vigilância nos próximos 4 dias adotaram uma resolução concernente aos comitês de vigilância. A declaração apresentou os objetivos e ideais do partido. A primeira tarefa dos comitês de vigilância era a sua reconstrução, deixando de lado os elementos que não fossem socialistas revolucionários. Cada membro teria que aprovar e assinar a declaração de princípios. Os membros deveriam contribuir e uma parte ia para a delegação. Os comitês também provocaram a fusão por meio dos delegados, dos diferentes grupos que se reconheciam socialistas revolucionários. O plano estrutural previa três níveis para o partido, um tipo de federação de organizações populares. No centro estava a delegação, em seguida viriam os comitês de *arrondissement*, onde os membros também

seriam membros do partido socialista revolucionário e, finalmente, os grupos aderentes, onde os membros não seriam necessariamente membros do partido, mas teriam caráter socialista revolucionário. Assim como a delegação supervisionou e coordenou os comitês de *arrondissement*, os comitês individuais de *arrondissement* seriam centros dos seus próprios trabalhos.

Seis comitês foram reestruturados em conformidade com a declaração de princípios, incluindo o V e o XIII. O XIV aderiu no meio de março. O XV e o XIX também assinaram a declaração. O IV adotou as novas mudanças.

Johnson sustenta que o partido socialista revolucionário representou uma mudança radical das concepções anteriores de como conseguir uma sociedade socialista. No fim do segundo Império é possível verificar o começo de uma mentalidade socialista revolucionária reconhecendo a necessidade da agitação política para chegar ao socialismo. As experiências passadas culminaram no descobrimento de que a sociedade socialista poderia ser realizada apenas com a tomada do poder por um partido socialista revolucionário.

A reestruturação do movimento socialista revolucionário ocorreu no momento crucial no desenvolvimento da crise entre a assembleia nacional e Paris. É nessa atmosfera que a guarda nacional torna-se uma associação eleitoral. À luz do movimento socialista revolucionário a federação da guarda nacional apresenta novos aspectos.

A fusão do movimento socialista revolucionário e da guarda nacional foi a fundação da ação revolucionária do final de fevereiro até 18 de março, um resultado da eleição dos militantes socialistas, ou sua nomeação, para as posições de autoridade na guarda nacional. A insurreição de 18 de março culminou a longa história da ação revolucionária que começou nos encontros públicos do final do império. De 68 a 71, havia continuidade nos militantes do movimento revolucionário, líderes, objetivos e estruturas.

Com base nesses fatos e identificando um partido, Johnson afirma que a Comuna não foi uma insurreição que nasceu das circunstâncias, um acidente. E considerando a história da organização revolucionária que criou a comuna, o autor entende que ela foi mais que uma evolução natural histórica. Nenhum projeto revolucionário teria militantes sem a consciência revolucionária dos clubes e comitês militantes e a estrutura organizacional que eles criaram. E, reconstruindo a história das organizações populares de Paris, seria possível entender o mecanismo exato para compreender a retórica e os rituais no sentido de um programa revolucionário durante a Comuna e iluminando a continuidade do *siège* para o armistício e para a Comuna. Para o autor, um dos mais impressionantes aspectos da associação em 71 era a medida que ela era uma estratégia consciente e deliberada.

Segundo Johnson, a delegação não planejou a insurreição do 18 de março. Mas, embora os revolucionários não tenham previsto a rendição da capital, a Comuna de Paris resultou de um quadro organizacional que eles criaram. As lutas durante a ocupação, pontuadas pelas três infrutíferas insurreições, quebraram a cultura política única com os clubes e comitês da capital. Organizações populares como clubes, reuniões públicas e comitês foram cruciais para estabelecer objetivos comuns e instigar ações coordenadas.

A experiência dos seus membros, a direção realizada pelos seus líderes e a sua estrutura em toda a cidade foram as fundações para o sucesso da tomada do poder. Quando ocorre a mudança do nome de *délégation des XX arrondissements* para *délégation communale des XX arrondissements*, no começo de março, Johnson aponta que a palavra *communale*, sendo uma adição, mostra que os militantes estavam convencidos de que sua organização era o único governo legítimo da cidade.

Constatando a relação entre os militantes e as ações realizadas, Johnson afirma que a insurreição de 18 de março não foi espontânea, aqueles que ocuparam os centros de poder nesse dia e nos seguintes tinham um quadro de organização, a expectativa da necessidade do ato e uma visão de objetivos. Clubes e comitês associados ao movimento socialista revolucionário durante os 7 meses precedentes, fizeram 3 insurreições, formaram uma comuna revolucionária vinda direto das organizações populares e criaram as linhas do partido socialista revolucionário que chamou a França para ser governada pelos clubes e comitês socialistas. Durante a Comuna, esse programa foi quase todo realizado. Falar em espontaneidade falsifica a história da preparação dos que fizeram a Comuna.

A tese de Johnson é que a nova fusão entre os movimentos foi a estratégia consciente adotada por militantes-chaves. A conjunção desses dois movimentos, um baseado na guarda e outro nos clubes e comitês, fez a insurreição do 18 de março - que criou a Comuna - parecer espontânea, quando de fato foi preparada por um longo período de agitação revolucionária. Enquanto o comitê central da guarda nacional providenciou a estrutura através da qual o 18 de março acontece, muitos dos líderes-chaves eram militantes das organizações populares, veteranos das lutas travadas pelos comitês de vigilâncias e os clubes. Ainda, nove *mairies* foram ocupadas no dia 18 e em cada instância, clubes e comitês militantes tiveram a iniciativa para tomar o poder. Johnson vai indicar que a interpretação dos dois movimentos, clubes e guardas, não foi reconhecida pelos historiadores da comuna, que geralmente consideram a guarda nacional indiferente às previsões da atividade revolucionária. Durante a comuna, as organizações revolucionárias formadas nas organizações populares de Paris finalmente

conseguiram pegar o controle da cidade. Johnson sustenta que as oito semanas de armistício, quando o partido socialista revolucionário se cristalizou, foram cruciais nesse desenvolvimento.

Johnson afirma que sempre foi conhecido que alguns *arrondissements* tinham escapado do controle do governo antes do 18 março, mas por causa do contexto do partido socialista revolucionário e do movimento que deu origem a ele não ter sido compreendido, as conexões entre esses eventos não foram reconhecidas. Geralmente, os militantes eram considerados como agindo em sua própria iniciativa ou como parte da federação da guarda nacional. A ação dos guardas foram fundamentais para os movimentos, mas sem a atuação dos líderes revolucionários a guarda não teria aproveitado as situações. No nível do *arrondissement*, era frequente uma nova fusão entre a guarda e o movimento de clubes: as eleições dos guardas eram realizadas nos mesmos lugares dos encontros de clubes e comitês e os líderes eleitos também eram frequentemente líderes de clubes.

Mostrando a atuação dos revolucionários antes e durante a Comuna, Johnson evidencia que há ações conjuntas. Ele retira dessa sua análise a conclusão de havia um partido socialista revolucionário coordenando as ações.

Todavia, em que pese a relação que esses membros possuíam, como vai mostrar o autor, e ainda que seja possível afirmar que as ações conjuntas ocorreram, que o partido blanquista possuía sistematização e realizava ações coordenadas e que, em sua relação com as demais organizações, conseguiram agir de maneira mais consciente diante da situação, entendo que não seria possível pensar que a união da AIT, da delegação e da *Chambre*, atuando e organizados nos clubes e comitês, formaria um partido socialista revolucionário. Ou seja, não seria possível afirmar que esse partido socialista revolucionário existiu enquanto um efetivo partido socialista revolucionário, o que exigiria que: 1) fosse efetivamente um partido político, com organização sistemática e militantes orgânicos e 2) fosse socialista, ele enquanto programa e seus membros, o que não poderia ser verificado, já que não se verifica em atuação e programa o socialismo, apesar das diferentes correntes que pensam o socialismo (Johnson não afirma que o partido teria por base o socialismo científico mas também não indica porque seria socialista).

Essas relações e conexões mostram que a Comuna também foi resultado da atuação de organizações e militantes conscientes, mas isso é diferente de afirmar que havia um partido socialista revolucionário. Não faltou apenas estrutura de partido mas também ações e caracterizações que pudessem afirmar que esse suposto partido seria socialista. Veja-se que Johnson sequer desenvolve acerca da teoria socialista que esse partido seguiria.

Não há dúvidas, entretanto, que são esses militantes que compõe o que Johnson chamou de partido socialista revolucionário que irão compor a Comuna. Segundo Johnson, dois terços dos membros do Conselho da Comuna eram do movimento socialista revolucionário.

Não havia esse partido socialista revolucionário e a Comuna também contou com uma ação espontânea. Ela não foi apenas a ação de militantes, grupos, partidos e comitês que, coordenadamente, realizaram ações. Não há que se negar que essas ações coordenadas existiram, que havia diálogo entre os militantes, mas não ocorreu a atuação de um partido revolucionário, com inserção de base, capaz de dar direção ao movimento.

Entretanto, é fundamental ressaltar que foram os *communards*, trabalhadores militantes de esquerda, que realizaram a Comuna e que a atuação nos clubes e comitês foi criar o alicerce para que a ação acontecesse. Esses militantes que Johnson identificou como “socialistas revolucionários” efetivamente ficaram à frente do movimento e da Comuna. A questão é diferenciar essa participação como uma ação organizada entre diferentes grupos e militantes comprometidos de uma ação organizada por um partido orgânico. E mais, ainda que eles tivessem ficado à frente do movimento, quando ocorre o 18 de março não é com a delegação – que de alguma maneira já tinha se unido com a guarda nacional diante de seu esvaziamento – que a direção ficará. Até mesmo a guarda nacional é pega de surpresa no dia 18 de março.

Ménard afirma que foram os comitês de vigilância que, em cada *arrondissement*, reagiram sob o impulso de homens decididos, especialmente dos blanquistas. Essa ausência de direção central causou certa desordem.

Os militantes socialistas revolucionários ou das organizações populares ocuparam 9 *mairies* em 18 março. A do 6 e 7 foram tomadas temporariamente. Todas as 7 *mairies* que caíram nas mãos dos insurgentes foram controladas pelos revolucionários, e a maioria delas, exceto a 5, eram das áreas onde a classe trabalhadores predominava. A do 5 foi tomada por uma coordenação e forças entre Duval do 13 e o comitê de vigilância local.

Nas outras localidades, os *mairies* eleitos em novembro permaneceram para evitar uma guerra civil entre a cidade e a assembleia. Quando a conciliação falha, uma por uma as *mairies* são ocupadas pelos *communards*. Comitês de vigilância administraram 10 *arrondissements* durante a Comuna. O resto foi administrado por delegações de guardas, pelo Conselho eleito dia 26 ou por conselheiros apontados pelos membros do Conselho. Em alguns *arrondissements* os militantes participaram dos conselhos nomeados, em outros

arrondissements o comitê de vigilância local ajudou esses conselheiros a administrar o *arrondissement*.

A atividade dos militantes revolucionários foi especialmente importante no 19. O 20 conseguiu escapar do controle do governo antes do 18 de março, onde Eudes atuou. Ele conta como coordenou a ação juntamente com Duval, do 13. Esse exército revolucionário era ligado por homens chaves do movimento e no dia 18 de março, eles tomaram boa parte da cidade a frente de seus batalhões.

A maioria dos oficiais do 8 e 9 *arrondissements* eram membros do comitês de vigilância que também funcionavam como conselhos municipais para os seus *arrondissements*. Ainda, 17 dos 20 *arrondissements* tinham oficiais locais conhecidos por participar de um clube ou comitê. Muitos oficiais de polícia listados eram comissários mas alguns também tinham posto na *préfecture*. Os 20 *arrondissements* são conhecidos como ter oficiais de polícia que também eram clubistas. Clubes e comitês ligavam os líderes e os militantes revolucionários uns com os outros e com a massa de *communards*.

Apesar da existência desses grupos, comitês, clubes e organizações mais avançadas da classe trabalhadora, apesar de seus militantes atuarem em diferentes comitês e clubes, quando ocorre o 18 de março a direção central não é tomada pelos setores mais avançados. O poder decisório e organizacional. O grupo organizado central que termina por ficar com o poder e direção é o comitê central da guarda nacional que, como muitos internacionalistas já haviam percebido, possuía muitos aspectos conservadores ou reacionários.

Não há dúvidas que a guarda nacional também era composta por revolucionários, blanquistas e membros da AIT, e que alguns de seus membros mais influentes eram revolucionários. Mas a guarda nacional é, por sua origem e constituição, a organização mais distante da AIT e dos setores mais avançados do movimento dos trabalhadores e seu comitê central tinha uma composição e uma indefinição teórica que não conseguiu ir para além do que a defesa de alguns de seus interesses.

Esse momento entre o 18 de março e a formação do Conselho da Comuna quando o poder fica com o comitê central da guarda nacional terá consequências sérias para o movimento. Todavia, tão logo a ação do 18 de março passa a se consolidar, a delegação e a AIT passam a apoiar os *communards* e seus membros farão parte também do Conselho.

Quando são realizadas as eleições para o Conselho da Comuna, apenas uma organização apresentou sistematicamente listas em todos os *arrondissements*: a delegação *des XX arrondissements*. Isso mostra a importância que a AIT tem em Paris, ainda que o comitê central da guarda nacional tivesse ganhado o papel relevante com o 18 de março. A AIT

e o comitê dos XX *arrondissements* são a parte mais consciente e organizada dos trabalhadores. Somente eles dispõem sobre toda a capital dos quadros capazes e de teóricos que pudessem redigir um programa, por já terem por longo tempo meditado sobre isso.

Para as eleições da Comuna, a delegação e os comitês de vigilância se unem para os revolucionários ganharem. Ocorre uma cooperação eleitoral entre a guarda nacional e os clubes e comitês. Clubes, guarda nacional, delegação, comitês de vigilância e AIT estão juntos para a eleição. Em alguns *arrondissements*, a lista da delegação e a lista dos clubes tem os mesmos nomes. As listas apresentadas mostram a coordenação entre o centro e os *arrondissement*.

Houve 229.167 votantes dentre os 484.569 inscritos. A porcentagem de abstenção é de 52%. Essa abstenção ocorre, inclusive, em virtude da partida e hostilidade dos burgueses e do péssimo estado das listas eleitorais (as mesmas que serviram em 8 de fevereiro). Nessas datas, o número de votantes tinha sido próximo a 300.000. Rougerie afirma que existiam os republicanos sinceros, que estavam entre os dois campos. Esse campo não é nem monarquista, mas nem *communards*. Especialmente, não é *anticommunards*. Para saber o número de votos a favor dos *communards*, teria que ser descontado em torno de 40.000 dos *anticommunards*, que tinham proposto candidatos em muitos *arrondissements*.

Para o Conselho, o órgão central da Comuna, são 92 eleitos. Mas esse número nunca chegou a efetivamente governar. Seja porque muitos não assumiram, seja porque alguns eleitos acabavam ficando com funções que não lhes permitia acompanhar as discussões – por exemplo, na atuação militar, Brunel, Eudes e Bergeret. Duval e Flourens, por exemplo, eleitos para o Conselho morreram logo no início da Comuna, Blanqui estava preso. No dia que a Comuna foi derrotada, ela contava com 78 membros. Alguns desses membros nunca tomaram parte das deliberações.

São eles:

- I arrondissement: Adam, Méline, Rochart, Barré;
- II arrondissement : Brélay, Loiseau-Pinson, Tirard, Chéron;
- III arrondissement : Demay, Arnaud, Pindy, C. Dupont, Murat / Cléray ⁸⁹;
- IV arrondissement : Lefrançais, Ar. Arnould, Clémence, E. Gérardin, Amouroux ;
- V arrondissement : Regère, Jourde, Tridon, Blanchet, Ledroit;

⁸⁹ Há divergências nos materiais consultados no tocante ao nome Murat e Cléray. Noel não afirma a eleição de Murat nem inclui o nome de Cléray em seu dicionário. Todavia, uma reprodução do Journal officiel mardi 28 mars 1871, com data de 27 mars 1871, inclui Murat e em outra reprodução encontrada está o nome de Cléray.

- VI arrondissement : Leroy, Goupy, Robinet, Beslay, Varlin ;
- VII arrondissement : Parisel, Léfèvre, Urbain, Brunel;
- VIII arrondissement : Raoul Rigault⁹⁰, Vaillant, Ar. Arnould, Alix;
- IX arrondissement : Ranc, U. Parent, Desmarest, E. Ferry, Mast⁹¹;
- X arrondissement : Gambon, Pyat, Fortuné, Champy, Babick, Rastoul;
- XI arrondissement : Mortier, Delescluze, Assi, Protot, Eudes, Avrial, Verdure;
- XII arrondissement : Varlin, Géresme, Theisz, Fruneau;
- XIII arrondissement : Léo Melliet, Duval, Chardon, Frankel;
- XIV arrondissement : Billioray, Martelet, Decamp (ou Descamps);
- XV arrondissement : V. Clément, Vallès, Langevin;
- XVI arrondissement : Marmottan, De Bouteiller;
- XVII arrondissement : Varlin, E. L. Clément, C. Gérardin, Chalain, Malon;
- XVIII arrondissement : Blanqui, Theisz, Dereure, J. B. Clément, Ferré, Vermorel, P. Grousset;
- XIX arrondissement : Oudet, Puget, Delescluze, Miot, Ostyn, Cournet;
- XX arrondissement : Bergeret, Ranvier, Flourens, Blanqui.

Muitos *communards* vinham da pequena burguesia. Mesmo os membros do Conselho da Comuna. Mas aí a questão da consciência de classe, da atuação política para além da inserção social, é que determina em qual lado eles lutariam. O Conselho da Comuna é formado por: 12 jornalistas, 2 pintores, 1 arquiteto, 1 engenheiro, 3 advogados, 3 médicos, 1 farmacêutico, 1 veterinário, 6 metalúrgicos, 1 fundador de bronze, 2 chapeleiros, 1 tintureiro, 1 carpinteiro, 2 *relieurs*⁹², 2 tipógrafos, 6 sapateiros, 1 fabricante de cesta, 1 fabricante de cadeira, 2 joalheiros, 12 artesãos, 1 *cheminot*⁹³, 3 contadores, 4 comerciantes “diversos”, 1 *broncateur*⁹⁴ e 1 perfumista.

Johnson afirma que 2/3 dos candidatos da delegação foram eleitos conselheiros para a Comuna. Depois das eleições de 16/4, o Conselho passa a ter 78 membros, desses 78, 50 são membros dos conselhos de *arrondissement*. Ainda, 85% dos conselheiros eram membros dos comitês de vigilância ou apoiados por membros dos comitês de vigilância ou da delegação⁹⁵.

⁹⁰ Há divergência nos materiais consultados no tocante ao arrondissement de Raoul Rigault. Pelo *Journal officiel* mardi 28 mars 1871 com data de 27 mars 1871, ele teria sido eleito pelo VIII *arrondissement*. Noel afirma que ele teria sido eleito pelo VII *arrondissement*.

⁹¹ Uma das versões do *Journal officiel* mardi 28 mars 1871 com data de 27 mars 1871 inclui o nome de Mast. Em outra versão, não está presente.

⁹² Encadernadores.

⁹³ Ferroviário.

⁹⁴ “Camelô”.

⁹⁵ Sobre essa composição, ver a tabela organizada por Johnson, p. 105.

A população organizada representava 60% dos 70 membros. A maioria dos membros do Conselho de fato participavam dos clubes e comitês e 2/3 do Conselho participava do que Johnson chamou de movimento socialista revolucionário ou comitês de vigilância antes da Comuna. Dezenove participavam dos grandes clubes ou assembleias públicas – 24% dos membros. Um terço das posições de autoridade da administração da Comuna era dos clubistas.

São 15 do partido dos *maires*, que se recusam a ocupar os mandatos. Outros quatro também não irão assumir. Noel afirma que vinte burgueses não teriam assumido. Menos da metade da lista do comitê dos XX *arrondissements* foi eleita. O comitê da guarda nacional, sem fazer campanha, consegue 14 eleitos, que tiveram esse sucesso por pertencerem também a outros movimentos. São 9 blanquistas (sem Blanqui, que está preso), 17 internacionalistas (Varlin foi eleito 3 vezes), 11 socialistas, que estavam no movimento de trabalhadores, 4 jacobinos (Delescluze, Gambon, Miot e Pyat), e os revolucionários independentes (entre 25 a 30). Segundo Noël, os revolucionários independentes não participam de nenhuma organização bem estruturada.

Noël afirma que o Conselho era formado por uma alta porcentagem de *ouvrières*: 25. Assim, uma vez retirados os membros nobres e burgueses, o Conselho fica tomado por trabalhadores e pequenos burgueses. A saída dos reacionários mostra esse evento importante: eles não irão compor com um governo de trabalhadores, que se proponha a ser para os trabalhadores. Talvez tivessem tido essa postura por poderem estar atrelados a outro governo, que não foi dissolvido. Talvez se não tivessem essa “outra opção” poderiam ter permanecido no governo que lhes elegeu. Entretanto, a saída dos reacionários dá as condições para que o governo seja de trabalhadores compostos com a pequena burguesia, compromissada com os princípios da Comuna. São eles que efetivamente ocupam o *Hôtel-de-ville*.

Segundo Balibar, os representantes da classe operária dividiam-se numa maioria de blanquistas e numa minoria de internacionalistas, sobretudo, proudhonianos (incluindo Varlin) e raros marxistas (Frankel e Serrailleur). Dmitrieff não chega a ser membro do Conselho, já que as mulheres não fizeram parte dele. Varlin, entretanto, apresenta muitas divergências com relação aos proudhonianos.

As eleições da Comuna efetivamente significaram a participação dos trabalhadores, dos bairros onde eles estavam presentes, dos locais onde seus líderes atuavam. O XI *arrondissement* é aquele que terá mais votos. Mortier, blanquista e membro da AIT, está no topo da lista com 21.186 votos, seguido por Delescluze, com 20.264. Mortier é capitão do 191 batalhão. O XI *arrondissement* apresenta uma votação massiva, consequência de ser um bairro

populoso, mas também em consequência de ser um dos bairros onde há muitos trabalhadores. É o bairro da Bastilha. Também Montmartre, o XVIII *arrondissement*, apresenta uma votação expressiva. É em Montmartre que ocorre o 18 de março. Blanqui está no topo da lista com 14.953. O XX *arrondissement* apresenta uma votação favorável aos *communards*, elegendo Bergeret, Ranvier, Flourens e Blanqui. Já o XVI *arrondissement*, exatamente por onde os *anticommunard* vão entrar em 21 de maio, dando início a semana sangrenta, mostra sua postura *anticommunards*. Com dois eleitos, o que também é consequência de não ser um bairro populoso, irá eleger Marmottan, republicano moderado, que recebe 2.036 e não chega a participar do Conselho. Individualmente, é uma votação considerável e reflete a posição burguesa do bairro. Entre os que logo renunciaram estão Méline, Loiseau, Tirard, Leroy, Robinet, Ranc, Ulysse Parent, Desmarets, Marmottan, entre outros.

A Comuna de Paris mostra essa relação entre os bairros, mas isso não pode esconder o que efetivamente significa essa “separação” entre a *Paris burguesa* e a *Paris trabalhadora*. As organizações davam-se por bairros, os batalhões se organizavam por bairros, mas os bairros concentravam sujeitos de uma mesma classe.

Johnson afirma que participantes das organizações populares vieram de diferentes origens sociais e não constituíam uma classe social. As fundações associativas da Comuna revelam que o debate entre as duas concepções teóricas que buscam entender o fenômeno pode ser contornado por uma falsa dicotomia. As associações tem três raízes: a grande revolução, o trabalho e os movimentos sociais e a esquerda revolucionária.

Arnould afirma que muitos membros da Comuna não tinham compreendido que a missão passava suas próprias forças. Mas aceitar o mandato e depois recusá-lo quando Versalhes começa o bombardeio contra Paris era semear a dúvida no tocante a suas intenções. A renúncia de Ranc e Loiseau-Pinson arrastou com eles uma porção da burguesia republicana e revolucionária, até certo ponto, que teria sido o melhor escudo contra as calúnias de Versalhes. Outra vez os trabalhadores ficaram sozinhos. Arnould narra que quando Ranc lhe disse que iria renunciar, ele teria lhe suplicado para permanecer. Ranc seguia as ordens de sua consciência e os conselhos da política onde as habilidades e a tática do dia exerciam uma grande influência. Ele acreditou que preservando sua personalidade e se salvando do naufrágio comum, ele poderia prestar maiores serviços à república.

De maneira geral, os membros do Conselho não possuíam experiência política, seja pela sua jovem idade, seja porque o Império os deixou exilados. Noël afirma que os intelectuais e profissionais liberais (12 jornalistas, 2 pintores, 1 arquiteto, 1 engenheiro, 3 advogados, 3 médicos, 1 farmacêutico e 1 veterinário) estavam, no essencial, de acordo com os *ouvrières* (6

metalúrgicos, 1 *bronzier*⁹⁶, 2 chapeleiros, 1 tintureiro, 1 carpinteiro, 2 *relieurs*⁹⁷, 2 tipógrafos, 6 sapateiros, 1 tecelão, 1 fabricante de cadeira, 3 joalheiros), com os artesãos (12), com os empregados (1 de *chemiot*⁹⁸ e 2 de contabilidade) e com os comerciantes (4 diversos, um *brocanteur*⁹⁹ e 1 perfumista).

Noël apresenta essa divisão que nos ajuda a perceber que a Comuna foi um governo de trabalhadores. Mas apenas uma análise mais aprofundada poderia enquadrar a situação específica de cada um, para além da dita profissão que possuem, como trabalhadores no sentido marxista do termo.

Para Noël, existiam duas classes, os *ouvriers* e artesãos, educados nas associações operárias e mais sociais que políticos e os pequenos burgueses, os intelectuais de esquerda, que são mais sensíveis ao político que ao social, considerando-se socialistas. Segundo ele, os socialistas revolucionários seriam os mais avançados, já que eles queriam a coletivização dos meios de produção.

Não houve unidade no Conselho. Como afirmado, o Conselho era composto por membros de diferentes organizações e os debates que ocorrem em torno das questões que são postas para a Comuna decidir vão, aos poucos, criando uma maioria e uma minoria. Não há uma divisão organizada entre os grupos. Mas se pode perceber que a maioria é composta por blanquistas, jacobinos e revolucionários independentes enquanto a minoria forma-se por muitos membros da AIT. Mas nem todos os *ouvriers* faziam parte da minoria, da mesma maneira que alguns intelectuais, como Vallès e Arnould faziam parte da minoria. Segundo Arnould, entre os membros da maioria que faziam parte da burguesia estão Pyat, Vaillant, Rigault, Ferré, Gambon, Paschal, Grousset, Protot, Régère, Léo Melliet, Miot. Entre os *ouvriers* estavam Chardon, Amoroux, Chalain, Dereure, Trinquet, Johannard. Entre os membros da minoria que faziam parte da burguesia estavam Lefrançais, Longuet, Vallès, Vermorel, Tridon, Andrieu, Jourde, Arnould enquanto Clémence, Gérardin, Theisz, Malon, Pindy, Serrailleur, Avrial e Varlin eram *ouvriers*.

Arnould aponta que nas reuniões faltavam ao menos uns vinte membros, onde a ausência reduzia a 50 membros os que efetivamente deliberavam e votavam os decretos. Assim, era preciso apenas alguns votos para fazer uma maioria no Conselho. E ele acredita que a Comuna era formada de homens distintos, inteligentes, mas que também possuía

⁹⁶ Trabalha com a fundição do bronze.

⁹⁷ Encadernador.

⁹⁸ De ferrovia.

⁹⁹ Corrector.

membros ignorantes e incapazes – e mesmo traidores. Ao final, ela descobre e prende dois traidores.

Essas diferenças vão culminar no debate em torno da criação do *Comité de Salut Public*. Os equívocos e acertos. Se ele simbolizava o terror ou uma ditadura que não teria mais sentido, como muitos membros da minoria afirmavam, ele também foi consequência de uma situação de guerra, que começa a ser perdida. Arnould afirma que as tradições revolucionárias, empregadas como meio, dominavam a maioria e que ela considerava acessório o que muitos membros da minoria consideravam como principal.

Essa questão da defesa dos meios tradicionais é um ponto que questiono. Se a maioria que defendeu o *Comité de Salut Public* era tão saudosa da revolução francesa de 1789, como criticam os membros da minoria, se ela tinha um *apego autoritário*, por que e como a Comuna foi tão antiautoritária? Pois uma das constantes críticas feitas à Comuna, posteriormente a seu fim, é que ela não usou da violência em momentos que deveria ter usado. Que ela foi clemente, *bondosa*. Que para evitar as calúnias, que não foram evitadas, ela teve receio de cometer atos que pudessem prejudicá-la. E não cometeu. Mesmo os reféns que foram mortos, e o foram no contexto da guerra e em resposta a tantas mortes que os *anticommunards* fizeram. O decreto dos reféns é feito em resposta a descoberta de que os versalheses matavam os prisioneiros *communards*. E o decreto teve imediata repercussão, pois os fuzilamentos cessaram. Entretanto, ao saber que os *communards* não matavam seus reféns, os versalheses voltaram aos massacres.

Arnould afirma que a prova que a minoria teria razão é que a maioria das medidas preconizadas pela Comuna foi raramente aplicada, pois não respondia nem ao meio nem aos eventos. Elas apenas fizeram precipitar a queda momentânea da Comuna e a fazê-la mais profunda. Talvez isso explique porque eles tivessem sido autoritários – em decisões e discursos - sem terem sido – na prática.

Arnould ainda sustenta que, se a maioria se pronunciava de tal forma, é pela influência que homens como Delescluze, Pyat e Gambon exerciam, diante de sua idade e seu histórico de luta e da quase totalidade de novos homens na política. Tirando Beslay e Lefrançais, os membros da minoria não tinham participado dos eventos anteriores ao Império. Eram vindos do movimento de trabalhadores, como Varlin e outros membros da Internacional. Mas Arnould fala da grandeza de atitudes de Delescluze, mesmo sendo maioria. Por outro lado, ele afirma que a minoria também não propôs outros meios capazes de resolver a situação. Suas críticas foram justas, mas sua iniciativa foi insuficiente.

Arnould narra que os membros do Conselho pouco se conheciam. Falando de sua relação com os membros da minoria, afirma que conhecia Lefrançais desde o 4 de setembro, mantendo raras relações. Conhecia Vermorel, mas por desconfiança, permaneceu afastado dele. Conhecia e era amigo pessoal de Vallès. Conhecia também Malon, Pindy, Varlin e Avrial e já tinha ouvido falar de Longuet e Tridon. Assim, Arnould conhecia mais membros da maioria que da minoria.

Paris não era uma unidade, mas nem se esperava que fosse. Era evidente que haveria muita abstenção e mesmo votos da reação. Num governo de trabalhadores recém instalado, não há que se esperar uma votação tão expressiva. Mas é preciso uma maioria? E é possível? Não creio que seja. É necessário ocorrer uma votação significativa e entendo que isso aconteceu. Mas esperar maioria numérica, seja para realizar uma insurreição, seja para votar é desconsiderar que é o meio que forma a consciência. Sim, há os trabalhadores que desenvolvem a consciência de classe, que atuam na luta e que permitem que uma insurreição aconteça. Mas o possível é um amplo movimento de massas, crítico, descrente das antigas formas. Isso não significa uma maioria eleitoral.

A desunião e o desgaste político em virtude de longos debates contribuíram para a derrota da Comuna. Marx afirma isso, já durante a própria guerra civil, sustentando que os *communards* perderam muito tempo com querelas, com questões pequenas. Inúmeras vezes ele critica as discussões inúteis, a briga de vaidades que levaria a Comuna à derrota. E os estudiosos da Comuna apontam essa mesma falha. E essa atuação de Marx, presente, perto e distante, é intrigante: como uma guerra civil acontece enquanto é vivo o mais importante teórico do movimento comunista e revolucionário, organizado em uma associação internacional, e ainda assim os revolucionários perdem por falta de organização e de teoria?

Pergunto-me se houve unidade teórica em algum dos ascensos revolucionários e tendo a responder que não. Existiam sempre grupos distintos, ligados por pontos em comum. O que se observa das experiências francesas é que uma revolução não é feita por um único grupo, não há apenas uma corrente política ou linha teórica, nem um único partido, clube ou organização internacional. A revolução francesa de 1789, por exemplo, foi escrita por jacobinos, girondinos, *sans-culottes*, *enragés*, hebertistas etc. Apesar de todo seu apoio popular, consagra-se como revolução burguesa, aniquilando, durante a contrarrevolução, aqueles que poderiam ter dado continuidade e realizado uma revolução social.

Mas ela abala as estruturas da sociedade francesa, abole privilégios. É, efetivamente, uma revolução. A composição diversificada da sociedade francesa e a situação da França permitem que ela aconteça, ainda que apresente suas diferentes facetas. Mas, como afirmou

Marx, é uma revolução política, que deixa nas relações sociais os privilégios, ainda que eles se apresentem de outra maneira, com o Estado Moderno e sua burocracia.

Os trabalhadores precisavam passar pela experiência que passaram. Uma organização é feita de estudo da história, de experiências, de análises. É a experiência da Comuna e suas lições que permitem aprofundar e desenvolver a teoria e, também, a pensar uma teoria de partido. Ela mostra a ferocidade burguesa. A necessidade da unidade de ação, do estreitamento dos laços de confiança.

b. O governo revolucionário

A atuação dos partidos, grupos, comitês e associações é diferente da existência e organização de um governo revolucionário. A organização em um partido não se confunde com a estruturação de um governo revolucionário que, apesar de composto por revolucionários e também por membros do partido, possui outra função e estrutura. Partido e governo revolucionários não são a mesma coisa.

A Comuna possuía um certo tipo de “governo revolucionário”, já que ele não se apresentava com feições tão claras de governo (e, portanto, uma direção), especialmente em relação à sua base. Especialmente antes do 18 de março não havia uma deliberação tão evidente de que o que estava se constituindo seria um governo. Todavia, sua estrutura e a intenção clara de muitos de seus membros em construir uma Comuna que substituísse o governo oficial, o que vai ocorrer também com o avançar dos acontecimentos, mostra que essa organização montada passa a ser o governo revolucionário adotado pelos *communards*.

Esse governo revolucionário atuou ao mesmo tempo que o governo oficial e continuou existindo após o 18 de março. Ele era baseado em organizações de bairros, nos comitês de *arrondissements* e nos clubes. Antes mesmo do 18 de março, os clubes já discutiam a política a ser adotada, com posturas mais ou menos ofensivas no tocante ao governo. Mas é após o 18 de março e com a eleição do Conselho que sua estruturação de governo revolucionário fica mais evidente.

Johnson afirma que, desde sua origem, em setembro, os comitês de vigilância tinham, como o comitê central *des Vingts arrondissements*, a dupla tarefa de acompanhar as autoridades municipais e substituí-las quando possível. Ou seja, essa intenção de substituir o governo oficial mostra que o que se estava organizando era um governo.

Mas quem era o centro desse governo revolucionário? Aquilo que Johnson passa a identificar como partido socialista revolucionário aproxima-se, em verdade, da organização de um governo revolucionário cujo centro seria o comitê central *des vingts arrondissements* e, posteriormente, a delegação *des vingts arrondissements*. Com a eleição do Conselho, o nível central concentra-se no *Hôtel-de-ville*. Um segundo nível era formado nos *arrondissementes*, pelos comitês de vigilância. As estruturas de base, onde havia inúmeras discussões, era formada pelos clubes e encontros públicos.

Na administração central civil e militar, militantes e organizações agiram para preservar e dirigir a insurreição. Nos *arrondissementes*, questões administrativas e organizacionais eram realizadas. Metade dos *arrondissementes* eram administrados por comissões municipais criadas sobre os comitês de vigilância enquanto oito dos outros bairros eram representados no Conselho da Comuna por membros do comitê de vigilância ou da delegação. Nos clubes e encontros públicos a opinião pública era formada e expressada. Eles foram vitais na realização da revolução.

Clubes e comitês militantes, em certa medida, providenciaram as lideranças e aprovaram o programa da revolução. Os clubes irão funcionar durante todo o período da Comuna e no seu decorrer muitos novos clubes são abertos. Clubes e comitês ligavam os líderes e militantes revolucionários uns com os outros e com a massa *communard*.

Em alguns clubes, a entrada é gratuita mas às vezes é demandada uma contribuição para manter os custos. E como, cada vez mais, o número de pessoas que participa dos clubes aumenta. As salas de teatro, as Igrejas – como a St Nicolas e a St Ambroise – começam a ser utilizadas para sediar encontros.

Uma gestão democrática foi instaurada nos clubes, onde um presidente e dois assessores eleitos organizavam as sessões. E qualquer participante podia subir à tribuna improvisada e dar sua opinião ou fazer uma proposição. Nesses clubes eram debatidas inúmeras questões, desde as questões concretas e práticas até questões mais profundamente teóricas, como o antagonismo entre capital e trabalho, a mulher vista pela Igreja e pela revolução, a prostituição e a burocracia.

Lejeune afirma que as sessões iniciavam com uma série de informações sobre Versalhes, sobre os debates da Comuna e sobre a vida no bairro. As decisões tomadas pela Comuna eram analisadas e criticadas. E constantemente uma delegação era enviada no dia seguinte ao *Hôtel-de-ville*, portando moções ou proposições. E foi graça às ações dos clubes que foram criados os açougues municipais.

As mulheres participavam dos clubes e sua participação provocava irritação em Versalhes. Isso mostra o quão revolucionário era esse governo, que alterava a lógica estabelecida. Por outro lado, é a convivência do novo com o velho: as mulheres, apesar de participar da base desse governo, estavam excluídas do sufrágio universal que elegia os membros do Conselho da Comuna. Johnson afirma que os clubes podiam refletir o sentimento dos seus membros, permitindo a rápida execução de suas disposições.

Todavia, os clubes apresentaram problemas, tais como as estruturas organizacionais, a falta de unidade, de disciplina e de clandestinidade. As organizações populares eram independentes mesmo quando participavam do comitê central *des vingts arrondissements*. Muitos de seus membros eram participantes casuais e muitas vezes mudavam de clubes. Ainda, o governo era informado sobre as decisões tomadas, o que favorecia a repressão. Muitos revolucionários sabiam dessas deficiências e tomaram medidas para corrigi-las. Durante a segunda metade do século XIX, clubes e comitês aprenderam lições com as suas falhas e formaram uma nova coalizão para salvar a nação e a sua visão de república.

Sobre esse nível organizacional - o dos clubes – reflito até que ponto eles poderiam ser considerados como parte ou nível do governo revolucionário nesse contexto da Comuna. Sua interferência é clara, bem como sua relação com o Conselho, daí pensar que eles seriam organizações de massa que formaram a base do governo revolucionário. Todavia, se podem ser vistos como governo – como afirmou Marx ao considerar que os clubes operários formassem um governo revolucionário - ou se são apenas organizações de massa que controlam o governo – como constatou Balibar – é uma questão que ainda não estaria totalmente esclarecida.

Em um segundo nível estavam os comitês de vigilância, que se formaram logo com a proclamação da república e por iniciativa da AIT e da *Chambre*. Esses comitês de vigilância passarão a funcionar como as *mairies*, ou seja, responsáveis pela administração da vida em cada *arrondissement*.

Em 31 de março os comitês de vigilância rapidamente transformaram-se de assembleias populares para corpos de governo, um processo verificado por alguns revolucionários logo no início do movimento do comitê de vigilância em setembro e codificado na declaração de princípios de fevereiro.

Quando a Comuna é instalada, a organização no bairro sofre mudanças. As questões administrativas eram efetivamente realizadas pelos bairros, onde os membros da comuna eram cercados por uma comissão, dita comissão municipal.

Lefrançais foi um dos fundadores do movimento dos comitês de vigilância. O objetivo do movimento comunal era dar aos cidadãos em suas assembleias nos bairros a regulação de seus assuntos locais e coletivos. Portanto, era permitir o autogoverno.

Os membros do conselho também atuavam em seus *arrondissements*. Isso vai permitir a realização da democracia direta. Eles iam e possuíam uma grande atividade também nos bairros. Alguns agiam como *maires*, oficiais das questões civis, encarregados de administrar. Muitos ainda tinham o comando da guarda nacional e era muito constante que eles tivessem que ir para os postos, aos fortes, para encorajar os combatentes, escutar as reclamações e julgar ali mesmo uma situação militar.

Arnould afirma que eles não dormiam, que ele se lembra de se trocar ou dormir apenas dez vezes nesses dois meses. « *Je n'oublierai jamais, à cet égard, le spectacle que présente le 4^e arrondissement dont je parle plus particulièrement, l'ayant vu de plus près et administré avec deux de mes collègues pendant ces jours de tempête* »¹⁰⁰ (Arnould, 2006, p. 261).

Em cada *mairie* havia uma comissão. Elas que resolviam as questões do *arrondissement*. Arnould afirma que a comissão do XIV *arrondissement*, onde ele atuou, era composta de 12 membros. Eram simples trabalhadores ou pequenos comerciantes, que não tinham sido “preparados” para essa função, mas que agiam com um zelo admirável e que sabiam que, colocando seu nome na frente, estavam assinando sua sentença de morte. Para esse trabalho, recebiam 5 francos por dia, mas, segundo Arnould, teriam feito por menos: “*ils ne demandaient que le pais de leur famille*”. Alguns que eram comerciantes continuaram o seu negócio e poderiam ter ganhado bem mais dinheiro caso tivessem se dedicado apenas ao comércio. Já os trabalhadores podiam ter conseguido um trabalho com salário mais elevado, já que eram os mais hábeis de sua situação.

A comissão se reunia uma vez por semana com os membros da Comuna para dar um resumo dos trabalhos, expor a situação e discutir as reformas e melhoras a serem realizadas. Arnould narra que numa das reuniões os membros da comissão pediram um favor, coisa que jamais haviam pedido. O favor era de ter um dia de recesso. O objetivo era que, como cada um deles participava de um batalhão de *arrondissement* e que as suas funções civis os dispensavam de suas funções militares, eles queriam passar suas 24 horas em seus postos, próximos aos batalhões, a fim de lhes encorajar, de dividir seu cansaço e perigo e de constatar

¹⁰⁰ "Eu jamais esquecerei, sobre isto, o que aconteceu no 4^e *arrondissement*, do qual eu falo mais particularmente, que eu vi de perto e administrei com dois de meus colegas durante esses dias de tempestade".

com seus próprios olhos se os combatentes tinham o que lhes era necessário, de receber suas reclamações e de transmiti-las.

Arnould entende que essa proposição era excelente em todos os pontos de vista, já que os membros da Comuna não poderiam fazer isso, pois os que iam visitar os batalhões iam sempre em funções específicas e não podiam ter esse objetivo prático. Em cada *mairie* havia também um conselho de legião e um estado-maior da legião. Arnould conta as ações de Guilletat, *lieutenant-colonel* do 4 *arrondissement*, um trabalhador-artista que já havia mostrado sua posição revolucionária na luta contra o Império.

Au 18 mars, il entra à la mairie du quatrième arrondissement et prit une part active aux travaux préparatoires des élections. Il devint, pendant la Commune, sous-chef de légion. Durant ces deux mois, malade et faible comme il l'était, quoique bien pris dans sa taille élégante, il resta vingt-quatre heures par jour à son service, ne voyant sa femme qu'à de rares intervalles, quand elle venait, pour quelques minutes, le trouver à la mairie, passant les nuits sans se déshabiller, sur une mauvaise paille jetée dans un coin de son bureau. Toujours debout le premier, au premier signal, toujours en mouvement, surmenant son corps sans pitié, montant à cheval pour conduire les bataillons de l'arrondissement à leur poste de combat, jetant ses forces, mieux que cela, sa vie, avec une prodigalité inouïe, cas je voyais chaque jour sur sa pâle figure les ravages de la fatigue, de la maladie.

*On m'a raconté que, pendant la dernière semaine, on avait vu, derrière une barricade, son cadavre percé de coups de baïonnettes. Qu'il reçoive donc ici ce suprême témoignage de justice et de sympathie*¹⁰¹ (Arnould, 2006, p. 263-264).

No nível central a Comuna debateu questões fundamentais. O Conselho da Comuna foi um trabalho dos militantes. Pela organização montada antes do 18 de março, o nível central que estava sistematizando essas atividades seria a delegação *des vingts arrondissements*. Ela organizava a iniciativa local dos clubes, multiplicando sua eficácia. Clubes e comitês, relacionados com uma Delegação, eram capazes de fazer conexões maiores. Posteriormente irão estabelecer relações com a guarda nacional.

¹⁰¹ “Em 18 de março, ele entrou para a *mairie* do quarto *arrondissement* e teve parte ativa nos preparativos para as eleições. Ele tornou-se, durante a Comuna, *sous-chef* da Legião. Durante estes dois meses, doente e fraco como estava, embora bem em sua figura elegante, ele permaneceu 24 horas por dia a serviço da Comuna, vendo sua esposa só em raros intervalos, quando ela vinha, por alguns minutos, encontrá-lo na *mairie*, passando as noites sem se despir, em um péssimo colchão jogado em um canto de seu escritório. Sempre pronto em primeiro, no primeiro sinal, sempre em movimento, sobrecarregando seu corpo impiedosamente, indo a cavalo para levar batalhões do *arrondissement* para os seus postos de combate, jogando suas forças, ou melhor, sua vida, com uma generosidade incrível, pois eu via todos os dias no seu rosto pálido os estragos da fadiga, da doença. Disseram-me que durante a última semana, alguém viu, por trás de uma barricada, o seu corpo perfurado por baionetas. Então, aqui ele recebe esse testemunho supremo de justiça e solidariedade”.

Entretanto, ela não consegue realizar essa atividade centralizadora de tal forma a coordenar as ações e não ficará com o poder decisório em 18 de março. Quem ocupa o espaço deixado pelo governo é o comitê central da guarda nacional, que passa a ser o governo central. A delegação não substituiu o governo. Ela não chega a ser o poder central e apenas com o Conselho que ela conseguirá fazer parte da Comuna.

A queda de influência e perda de espaço da delegação é explicada exatamente em virtude do papel que ela ocupava antes do 18 de março e do que ela se propunha a ser. Como coordenadora e diretriz dos comitês de vigilância, ela perde seu sentido quando o poder central fica com o comitê central da guarda nacional e, posteriormente, com o Conselho – que irá atuar como poder central. Em parte, o declínio da delegação foi consequência do enfraquecimento dos laços entre ela e os comitês de *arrondissements* – até porque ela deixou de ser o centro.

Durante as primeiras semanas de abril, quase não tinha motivo de chamamento de encontro para delegação. Ela não havia encontrado papel no início e no meio de abril. Apenas no final de abril a delegação renasce. Ela buscava unir elementos da coalizão socialista. Seu declínio como centro do movimento é refletido no Conselho.

Nas eleições de fevereiro e março há diferenças entre centro e *arrondissements*, nas eleições de abril, ocorre uma desconexão. Dos 22 nomes da lista da delegação, só 7 estavam na lista dos comitês de vigilância. E apenas 10 dos 22 da delegação foram eleitos. O que mostra que a delegação já não estava com o mesmo contato com os *arrondissements*. No II *arrondissement*, as listas de ambos estavam de acordo, no I e IX parcialmente de acordo, no VIII, XII, XVIII e XIX, não havia candidato em comum.

Os comitês de vigilância ganham metade de 5 *arrondissements* (1, 2, 7, 9 e 19), mas não tinham lista nos XIII, XVI, XVII e XX *arrondissements*. O relativo fracasso dos comitês de vigilância e da delegação em abril em comparação com março ocorreu mais em virtude da falta de cooperação entre comitês, guarda e comitê central da guarda nacional. No meio de abril, o comitê central da guarda nacional e o Conselho discordavam, divisão que se refletia nos *arrondissements*. A guarda nacional apoiava outros candidatos e tendia a derrotar os candidatos da delegação ou dos comitês de *arrondissement*.

Em virtude de suas complicações teóricas e de formação, o comitê central da guarda nacional não se reconhece por governo quando ocorre o 18 de março, apesar de passar a tomar decisões como um governo. Em reunião, decidem logo chamar as eleições para o Conselho da Comuna.

Formando o Conselho, ele passaria a ser o elaborador de decretos e o executor de suas decisões. Articulado com cada *arrondissement*, ele vai organizar administrativamente a

cidade. O Conselho vai funcionar como assembleia e como administração, ou seja, realiza a junção entre poder legislativo e executivo. Alguns membros eleitos para fazer parte das comissões continuavam a atuar no Conselho, a tomar parte nas decisões.

O Conselho reunia-se cada dia, no *Hôtel-de-ville*, às 10h da manhã, reservando a tarde para as comissões e as reuniões suplementares. Era eleito um presidente e um assessor e, em seguida, o secretário fazia a leitura do *procès-verbal* da reunião da véspera, que podia ter espaço para as observações. Seguem-se a isso as discussões. As decisões e decretos votados iam para o *Journal Officiel*.

O Conselho da Comuna dialogava com diferentes entidades. Quando foi decidido sobre créditos e débitos, ele debateu com sindicatos, industriais etc para ajudar a resolver os problemas de débito e crédito. Clubes e assembleias funcionaram em parte como intermediários entre as lideranças revolucionárias e a massa de *communards*. Os membros do Conselho e os administradores de *arrondissement* organizavam encontros para falar e escutar.

Quando a Comuna se forma, ela irá nomear, já no dia seguinte de sua instalação no *Hôtel-de-ville* as comissões que irão executar as decisões da assembleia. São nove comissões sendo unidas por uma comissão executiva. As comissões, formadas por membros dos conselhos eleitos por eles mesmos, deviam funcionar como ministérios coletivos.

Havia uma composição original que, com as demissões, mortes ou mudanças, passa a sofrer modificações. Até porque, em 18 de abril é realizada nova eleição para a Comuna, assim, no dia 21 de abril recebe nova configuração. No dia 20, o Conselho da Comuna, buscando reforçar sua organização e autoridade, aceita a proposição de Delescluze de formar uma nova comissão executiva, onde o poder executivo é confiado, a título provisório, aos delegados reunidos em nove comissões. Os delegados serão nomeados pela Comuna, na maioria de votos. Eles se reunirão todos os dias e tomarão suas decisões relativas a cada departamento por maioria de votos. A cada dia eles vão prestar contas à Comuna em comitê secreto, das medidas executadas por eles.

São elas:

- 1) comissão *exécutive*: faz aplicar os decretos da Comuna e as ordens das outras comissões. Membros: Bergeret, Duval, Eudes, Lefrançais, Pyat, Tridon e Vaillant. Passou a ser formada por: Cluseret (*guerre*), Jourde (*finances*), Viard (*subsistances*), Grousset (*relations extérieures*), Frankel (*Travail et échange*), Protot (*Justice*), Andrieu (*services publics*), Vaillant (*enseignement*), Rigault (*sûreté générale*);

- 2) comissão *des finances*: encarregada do orçamentos, das relações com o banco da França, decide sobre impostos, gestão, repartição de fundos. Membros: Beslay, Victor Clement, Jourde, Régère, Varlin. Em 21: Beslay, Billioray, Victor Clement, Lefrançais, Pyat;
- 3) comissão *militaire*: equipa a guarda nacional, controla o estado-maior, faz a segurança militar. Membros: Bergeret, Chardon, Duval, Eudes, Flourens, Pindy, Ranvier. Em 21 de abril: Avrial, Arnold, Delescluze, Ranvier, Tridon;
- 4) comissão *de la justice*: assegura o funcionamento da justiça. Membro: Babick, Ledroit, Meillet, Protot, Ranc, Vermorel. Em 21: Clémence, Dereure, Durand, Gambon, Langevin ;
- 5) comissão *de la sûreté générale* : encarregada da polícia, mantém a ordem e a segurança, velando pelo respeito da liberdade individual. Deve identificar os suspeitos que atuam por Versalhes. Membros: Assi, Chalain, Cournet, Ferré, Gérardin, Oudet, Rigault. Em 21: Cournet, Dupont, Ferré, Trinquet, Vermorel ;
- 6) comissão *des subsistances*: organizar os mantimentos, manter reservas, organizar a entrega aos necessitados. Membros: Champy, Émile Clément, J-B Clément, Dereure, Fortuné, Ostyn, Parisel. Em 21 : Arnould, Champy, V. Clément, Parisel, Varlin ;
- 7) comissão *du travail – industrie et échange*: organiza os trabalho públicos e o comércio, o desenvolvimento industrial. Membros: Avrial, Dupont, Frankel, Eug. Gérardin, Loiseai-Pinson, Malon, Puget, Theisz. Em 21: Chalain, Longuet, Malon, Serrailier, Theisz;
- 8) comissão *des relations extérieures*: deve estabelecer relações amigais com as outras comunas pela França, deve organizar o envio de delegados para o estrangeiro. Membros: Arnould, Delescluze, Ch. Gérardin, Grousset, Parent, Ranc. Em 21: Amouroux, Ch. Gérardin, Johannard, Meillet, Vallès;
- 9) comissão *des services publics*: organiza os grandes serviços públicos e assegura seu bom funcionamento. Membros: Billioray, J-B Clément, Martelet, Mortier, Ostyn, Rastoul. Em 21 : Ant. Arnaud, Ostyn, Pothier, Rastoul, Vésinier ;
- 10) Comissão *de l'enseignement*: ocupa-se da reforma da instrução pública, para a fazer gratuita, laica e obrigatória. Membros: Demay, Goupil, Lefèvre, Leroy, Robinet, Urbain, Vallès, Verdure. Em 21: J-B Clément, Courbet, Miot, Vallès, Verdure.

A composição das comissões mostra o quanto a Comuna era, efetivamente, um poder executivo e legislativo. Eram os mesmos homens. Eles atuavam tanto no Conselho, que tinha a função de elaborar seus decretos, como nas comissões executivas, que iriam aplicá-los. Aliás, a comuna governa por decretos e não por leis.

Sobre as comissões, Lênin (1905), mostrando a relação da AIT com o Conselho da Comuna, afirma:

Na Comissão Executiva estava Duval; na das Finanças Varlin, Jourde e Beslay; na Militar, Duval e Pindy, na de Segurança Pública, Assi e Chalain, e na do Trabalho, Malon, Frankel, Theisz, Dupont e Avrial. Em 16 de Abril, depois das novas eleições, entraram vários membros mais da Internacional (entre eles Longuet, genro de Marx), mas também havia na Comuna inimigos declarados da Internacional, como Vésinier, por exemplo. No fim da Comuna, as finanças estavam nas mãos de dois membros de muito talento da Internacional: Jourde e Varlin. O Comércio e o Trabalho achavam-se debaixo da direcção de Frankel; Correios, Telégrafo, a Casa da Moeda e os impostos directos, eram igualmente governados por socialistas. Contudo, como disse Jaekch, a maioria dos ministérios mais importantes permanecia nas mãos da pequena burguesia.

O Conselho era eleito pelo sufrágio universal masculino e passou a ser o órgão central de Paris. E se o comitê central da guarda nacional, que se colocava como guardião do *Hôtel-de-ville* a fim de organizar as eleições da Comuna e, portanto, considerar seu mandato encerrado, não queria usurpar o poder, isso não quer dizer que não fosse ter relações diretas com o Conselho da Comuna durante toda a sua duração. Mas o que deveria ter sido organizado, acabou por criar ainda mais conflitos e confusões. As interferências que o comitê central continuou a ter, até por se sentir “guardião” do que tinha acontecido, vão criar, por vezes, conflitos que culminarão em debates e inércia. Segundo Tombs (1999), uma das complicações foi a continuação da existência do comitê central da guarda nacional que, tendo anunciado que iria deixar o poder para a Comuna, continuou existindo e exigiu direitos especiais como representante da guarda nacional.

Os debates do Conselho eram muitas vezes interrompidos, pela chegada de questões urgentes, algumas vezes causadas pelas crises militares. Os poderes e as responsabilidades nunca foram bem definidos. Pensando em se a Comuna seria uma revolução social, Tombs afirma que ela não foi um governo para refletir, consultar e planejar. Ela não teve liberdade de debates, diante da circunstância em que encontrava e sua própria duração não permitiu maiores avanços. Teria sido no aspecto político que ela teria tomado medidas mais radicais.

Quando os clubes aprovavam resoluções, os membros do Conselho da Comuna comumente davam resposta à vontade do povo. Os membros da Comuna que participavam dos clubes falavam para o Conselho.

Um dos direitos na Comuna é a permanente intervenção pelos cidadãos nos seus negócios, esses direitos eram acompanhados pela limitação radical da função do governo. Para permitir essa intervenção, o conselho do I *arrondissement*, composto de membros do comitê de vigilância, fez um projeto de conselho consultivo formado por 6 delegados dos encontros públicos em cada dos 4 bairros do *arrondissement*. Esse conselho consultivo iria, segundo os membros da Comuna, ajudá-los em seus entendimentos e por representação direta com as vontades da população.

Líderes do clube *des proletaires* fizeram um elaborado sistema de organizadas assembleias populares ao lado de corpos representativos como o Conselho da Comuna. Esse sistema era um mecanismo permanente onde povo seria consultado.

O Conselho da Comuna irá concretizar essa relação entre os trabalhadores e seus delegados. Mas é uma relação que já vem se estabelecendo há anos, consequência de um amadurecimento político. Já na revolução francesa o mandato imperativo era discutido e foi aplicado. De todos os grupos radicais ativos em Paris, Zaidman afirma que os *enragés* foram os que defenderam mais completamente a democracia direta e o mandato imperativo. Durante o Império, o mandato imperativo será objeto de discussões teóricas, mais ou menos críticas. Na república, passa a ganhar ainda mais força. A lógica da prestação de contas, que vai se consolidar no mandato imperativo, já é adotada também nos clubes. Zaidman afirma que o renascimento do mandato imperativo surge na guarda nacional sedentária de Paris, durante os anos de 70 e 71. A ideia vem de diferentes correntes como os proudhonianos, os internacionalistas e os blanquistas 'livres'.

O texto do projeto do regulamento "direitos e deveres dos delegados" institui um controle permanente e uma democracia direta no interior do comitê. É a consolidação do mandato imperativo dentro da guarda nacional. O artigo 12 prescreve que todas as moções ou proposições vindas do comitê central devem ser submetidas ao comitê de cada batalhão, para os cuidados e diligências dos delegados que o representam, antes de serem submetidas à assembleia geral para serem discutidas. O artigo 14 narra que todos os delegados têm o direito de controle sobre as operações do comitê a que pertencem. A cada mês, o comitê central deve prestar contas em assembleia geral de todas as suas operações. O mandato imperativo está claramente no artigo 11, que aduz que os delegados serão solidários entre eles por todas as moções e proposições que terão sido aprovadas pelo voto, aqueles da companhia pela

companhia, os do batalhão pelo comitê do batalhão e os de todos os batalhões pelo comitê central.

Quando o comitê central é constituído em 15 de março, ela adota esse modelo de relação. Cada companhia da guarda nacional delega um de seus membros, sem distinção de grau, à assembleia geral de delegados. Os oficiais de batalhões enviam um oficial eleito. Os comandantes fazem parte da assembleia por direito.

O batalhão forma a sua própria delegação, com o nome *cercle de bataillon*, constituídos de delegados de companhia, sem distinção de graus, do oficial e do chefe de batalhão enviados para a assembleia. Um *conseil de légion* é apresentado por todos os delegados eleitos dos batalhões de um mesmo *arrondissement*. Assim, os batalhões da guarda nacional de cada *arrondissement* formavam uma legião e havia um conselho de legião em cada *mairie*.

O *arrondissement* é o fundamento da instituição, porque agrupa todos os batalhões em seu interior. O chefe de legião também é eleito conforme o princípio democrático. O comandante de cada companhia faz parte do *cercle de bataillon*, do *conseil de légion* e da assembleia geral. O comitê seria uma espécie de comissão executiva que exprimiria os sentimentos da assembleia geral e da federação. É o sufrágio universal que nomeia os delegados.

O mandato imperativo relaciona-se com a noção que temos de democracia direta, ou seja, participação efetiva na tomada de decisões. O eleito, que é um delegado e não um representante, deve fazer aquilo que os eleitores querem que ele faça. Ele é designado para cumprir uma função específica, para agir nesse sentido. E, por isso, a relação de prestação de contas está estabelecida.

Há uma relação efetiva entre a parte e o todo e só consegue ser efetivado em circunstâncias em que há interesses comuns. Essa ligação principiológica é fundamental para sua concretização. É o mandato imperativo que aproxima delegados e eleitores e sua prestação de contas tem um sentido diferente da prestação de contas que se observa em sistemas representativos. A representação política, que Hobbes (1974) e depois outros pensadores vem a teorizar, entrega ao representante a possibilidade de decidir *em nome* do outro. É uma carta em branco que, em tese, seria fiscalizada pelo mecanismo das eleições.

O delegado, detentor de um mandato imperativo, é enviado para repassar as decisões da assembleia e sua prestação de contas busca informar e coletar novas decisões, que surgem dos debates e discussões. É preciso que haja uma relação direta e constante entre mandante e mandatário. O delegado deve fazer as vontades daquele que o indicou.

O mandato imperativo é o instrumento de realização da soberania. Ele se materializa com a revogabilidade do mandato, ou seja, com a possibilidade de retirar o delegado de sua função a qualquer momento. Ainda, o delegado possui responsabilidade pessoal e direta.

Já nos clubes o mandato imperativo encontra respaldo e é essa prática que é consolidada na Comuna. Os mandantes controlam seus mandatários, exigem resposta para seus atos. Há uma efetiva responsabilidade.

Quando o governo dissolve o batalhão de *tirraillous* (atiradores), de Flourens, acusados de indisciplina, o clube *Favié*, em 7 de dezembro, marca uma reunião para o dia seguinte, a fim de ouvir explicações dos atiradores e seus chefes. Na reunião do *Meme club*, em 8 de dezembro, por exemplo, eles afirmam que voltaram a *Belleville* para saber da situação dos atiradores que pouco teria sido resolvida, já que os atiradores acusavam Lamperrière de traição.

Eles efetivamente discutem sobre a revogação dos poderes de seus delegados, sobre aquilo que eles devem fazer. Debatem se revogar o mandato também não seria um direito apenas deles, e não do delegado.

No clube *Marseillaise*, inaugurado em 10 de janeiro, um orador critica a renúncia de Delescluze e outro orador vem para defendê-la, afirmando que Jules Favre teria solicitado a concordância da capitulação e que na repartição de verbas aos necessitados, iriam repassar ao *Maire* do XIX o equivalente para 4.000 indigentes, quando ele possui mais de 50.000, buscando, assim, arruinar o governo dos republicanos.

A escolha dos nomes que irão participar das eleições também faz parte da lógica desse mandato. Isso se reflete nas associações. Diversos motivos podem ser apresentados, mas a preocupação que se destaca nos clubes é a verificação da posição política dos candidatos. Se eles defendem ou não a república, se são ou não socialistas. As eleições de fevereiro geram uma grande agitação e são um momento propício para se discutir responsabilidade e revogabilidade.

Por exemplo, a *association electorale de la fusion républicaine*, que teve sua primeira reunião em 31 de janeiro, na *salle de la redoute*, vem a discutir os nomes para a lista da Assembleia Nacional. O objetivo da associação é unir todos os republicanos, excluindo-se aqueles que estão no governo. A sala é mais jacobina que socialista. Eles criticam que já existem em torno de dez a doze listas, enquanto os orleanistas e o clero possuem apenas uma. Os monarquistas se autodenominam republicanos liberais, para assim poderem ser apoiados pelo governo. São propostos alguns nomes, há bastante discussão, Louis Blanc é aplaudido por ser socialista, enquanto outros, como Victor Hugo, provocam receio na plateia. O orador

demanda que a assembleia faça uma lista de nomes, para depois serem escolhidos por votação aberta, manual.

A reunião eleitoral de *la cour des miracles*, em 1 de fevereiro, foi organizada pelos membros da AIT. O presidente lê a lista com os nomes dos candidatos do governo: Jules Favre, Gambetta, Dorian, Crémieux, Grais-Bizoin, Jules Simon, Jules Ferry, Victor Hugo, Quinet, Louis Blanc, Hérinsson. Eles não se assustam com o nome de Victor Hugo, posto que ele não é socialista, mas sim com os de Quinet, Louis Blanc, Hérinsson, que é secretário de Jules Favre, e decidem que devem lhes pedir satisfação. Sobretudo Louis Blanc, que é socialista e que não pode estar em duas listas ao mesmo tempo. É lida a lista de candidatos dos socialistas: os delegados da AIT e das seções de trabalhadores parisienses formam a maioria, após vem os redatores do *Patrie en Danger*, Blanqui e Garibaldi. Serrailleur, um dos candidatos, explica como eles devem agir.

É interessante que Louis Blanc será o principal parlamentar de esquerda que irá legitimar o governo de Thiers e sua atuação será extremamente nociva para a Comuna, já que o seu passado contra o Império contribui para que as províncias não percebam as verdadeiras intenções do governo.

Na reunião eleitoral de *la cour des miracles*, em 1 de fevereiro, narra-se o método para unir as vias republicanas e socialistas: eleger três pessoas por *arrondissement*. Eles terão uma reunião fechada com alguns membros da AIT, de onde escolherão quarenta e três nomes para formar uma única lista.

Na reunião de *la vielleuse*, em Belleville, no dia 2 de fevereiro eles começam a eleição dos nomes. A candidatura de Victor Hugo é proposta e rejeitada. A candidatura de Briosne e Millière são aclamadas por unanimidade. A de Rochefort gera discussão, pois ele teria participado do governo e, ainda que revelado a traição de Bazaine, teria ofendido Pyat quando ele a tornou pública. Sua candidatura foi rechaçada pela maioria. Discutem a candidatura de Gambetta, advogado, alguns dos presentes afirmam que não se precisa de advogados, mas de soldados e marinheiros no governo, para que não aceitem o armistício. Um orador afirma que seria a província que deveria nomeá-lo e sua candidatura é descartada. Então, examinam as candidaturas de trabalhadores, em particular de Assy, promotor da coalisão Creusot, que é aclamada.

Em outro clube é proposta as candidaturas de Albert Barbieux e Paul Meurice, redatores do *Rappel*, que são descartadas pelos mesmos motivos de Victor Hugo, ligado ao jornal. A de Gambetta também é descartada. A candidatura de Cluseret é mencionada, mas ainda que concordem, a lista já estaria fechada. O presidente explica que a lista foi endereçada

pelo comitê central republicano, composto pelos delegados dos XX *arrondissements*, de uma parte, e membros da Internacional e das federações de trabalhadores, de outra. A lista foi formada como escolha entre muitas candidaturas. Depois de um primeiro trabalho de eliminação restaram 73, era preciso descartar mais 30 e assim foi feito. O comitê não se mostrou exclusivista e chegou a conversar com burgueses republicanos, mas a negociação não deu certo. É lido o manifesto, afirmando o respeito aos princípios da república e o fim do feudalismo industrial. Eles enumeram os candidatos, a maioria da AIT, e também Blanqui, Pyat, Gambon, Garibaldi.

Em outro clube, há uma discussão sobre candidaturas, alguém sugere Blanqui, outra pessoa indica Victor Hugo, que é criticado por ser aristocrata e burguês. Indicam que é preciso eleger homens jovens e enérgicos, alguém sugere Lissagaray, outro aponta Amoroux. Um orador indica Dereure, Jaclard e Razoua e Gambetta, a candidatura de Gambetta e de Garibaldi são aclamadas.

Na reunião *de la salle molière*, em 6 de fevereiro, leu-se a lista dos candidatos revolucionários e socialistas escolhidos pelos delegados dos XX *arrondissement*. Discute-se o nome de alguns delegados, recusa-se Quesnay de Beaurepaire por ser bonapartista, lamenta-se que Marthorel não está na lista dos comitês reunidos.

Mas os clubes também discutem as condições do mandato. Na reunião *de la Marseillaise*, na Villette, em 3 de fevereiro, defende-se o mandato imperativo. As condições do mandato serão a não assinatura do armistício, o julgamento do governo nacional e o chamamento ao povo. Já na reunião eleitoral da *salle de la redoute*, em 5 de fevereiro, indicou-se que o eleito deveria recusar o armistício, transformar a assembleia em constituinte, acusar o governo de traição, condenando-os à pena de morte. Um orador sustenta que também é preciso condenar os membros do governo na província e ao se discutir sobre Gambetta, alguém afirma que ele poderia ser beneficiado por atenuantes, a fim de lhe evitar a morte. Os membros eleitos deverão defender a república. E decide-se que, caso os revolucionários estejam em minoria, devem ir para Lyon para organizar a guerra civil.

Efetivamente, o período da república, apesar de todas as preocupações e repressões, permitiu que amplos debates fossem realizados e foi preparando a situação para que Paris, posteriormente, fosse organizada como Comuna. Quando ela é eleita, o mandato imperativo passa a fazer parte de sua lógica de funcionamento, bem como a revogabilidade e a responsabilidade dos delegados. Inúmeras vezes alguns de seus membros foram destituídos de sua função, inclusive os que exerciam atividades militares. Assim acontece, por exemplo, com Cluseret, delegado da guerra.

Um dos traços mais marcantes da Comuna de Paris é que ela é um exemplo de democracia direta após a constituição do Estado Moderno. Adota-se a eleição tanto para os cargos governamentais como para os cargos militares, administrativos e judiciários. A Comuna destruiu a burocracia.

Lênin afirma que a Comuna substituiu o parlamentarismo da sociedade burguesa por instituições onde a liberdade de opinião não degenera em engano porque os próprios parlamentares precisam trabalhar, executar seus decretos, comprovar o que fazem. Por isso a afirmação de que ela concentrou os poderes executivo e legislativo.

A Comuna vai propor a liquidação dos dois princípios do burocratismo, o recrutamento é formalmente aberto a todas as classes mas o recrutamento ocorre por competência individual, formal e aparente, apoiada no saber. A Comuna interdita na prática o acesso ao Estado às classes exploradoras, permitindo aos trabalhadores que realizem as funções estatais. Ainda que os agentes de origem burguesa participassem da Comuna, eles assim faziam por serem reconhecidos pelos trabalhadores como seus delegados. A Comuna também abandona a ética da competência e adota a representação de classe, ou seja, a adesão à Comuna e a ação prática de sua defesa.

Segundo Martorano (2001), adotou-se um novo critério de recrutamento, a representação política (termo diferente da noção de representação política no sentido utilizado pelos pensadores liberais). Representação política porque há que estar politicamente defendendo a Comuna. Martorano afirma que as condições da Comuna dificultam saber qual critério prevaleceu na prática, e que houve dificuldades para a aplicação do critério de representação política. Assim, por vezes escolhia-se como funcionários cidadãos de “boa vontade”. Para as tarefas de maior responsabilidade, a Comuna buscava pessoas comprometidas com seus princípios.

É um governo de trabalhadores que irá realizá-la. Só que ele também vem passar por seus problemas e conflitos. As eleições teriam sido prematuras, de tão prematuras foram adiadas. É o comitê que ficará no *Hôtel-de-ville* e será responsável pelas eleições. Apesar das transferências de datas, ela foi convencionada para o dia 26, domingo.

A noção de prestação de contas também é adotada pelas organizações de trabalhadores em relação à Comuna. Lênin (1905) narra que a AIT chamou uma assembleia:

No próximo sábado, 20 de Maio, à uma em ponto, realizar-se-á uma assembleia urgente do Conselho Federal da Associação Internacional dos Trabalhadores. Convidam-se a assistir os membros da Comuna pertencentes à Internacional. Terão de prestar contas da posição que têm ocupado na Comuna, bem

como da causa e essência das divergências surgidas no seu seio. Para assistir, é preciso o cartão de filiado.

Segundo Lênin, “assistiram à assembleia seis membros da Comuna; outros três enviaram as suas desculpas. Em 19 de Março, Lissagaray contou na Comuna vinte e cinco representantes da classe operária, mas nem todos pertenciam à AIT: inclusivamente, na altura, a maioria alinhava ao lado da pequena burguesia”. A resolução resultado da assembleia mostra essa relação entre os delegados e os trabalhadores organizados:

Após ouvir os associados, que são ao mesmo tempo membros da Comuna, a assembleia considerou a sua conduta inteiramente leal e decidiu pedir-lhes que continuem a defender por todos os meios os interesses da classe operária e a procurar manter a unidade da Comuna, a fim de lutar com vigor contra os versalheses. Ademais, recomendou que se consiga a total publicidade das sessões da Comuna e se anule o parágrafo terceiro do seu Manifesto, por incompatível com o direito de o povo comprovar os actos do poder executivo, neste caso, do Comitê de Saúde Pública.

Além de executivo e legislativo, o Conselho também poderia exercer o poder judiciário. Ele se tornaria em tribunal para julgar um de seus membros, e assim o fez em 21 de maio para julgar Cluseret. Ou seja, a organização dos poderes era diferenciada, e a maneira como os *communards* atuavam diferenciava-se de como os deputados atuavam na assembleia nacional.

E se a Comuna possuiu um sistema como tal, isso também só foi possível em virtude dos sujeitos que fizeram parte dela. Por ser um governo de trabalhadores e para os trabalhadores. O 18 de março surge espontaneamente e as organizações de trabalhadores e revolucionários que atuavam em Paris logo começam a atuar na Comuna. É isso que irá permitir que ela tivesse sido o que foi.

Mas há algo que intriga na lista de eleitos. São homens. Todos. Não há mulheres. Onde elas estão? A Comuna surge num momento em que as mulheres não votavam na França. Onde suas conquistas políticas eram diminutas. As mulheres não votavam nem eram votadas. Nem para o Conselho.

As listas usadas para essas votações eram as listas do Império e assim permaneceu. Mas isso não significa que as mulheres estivessem ausentes da Comuna, de suas decisões e atos importantes. As mulheres participaram ativamente dos comitês, dos batalhões. Mas mesmo assim sua participação sofreu oposição por parte de muitos homens. No dia 31 de janeiro, na *salle de la redoute*, a assembleia decide que os soldados *de la ligne* poderiam assistir às reuniões sem pagar. As mulheres poderiam participar, pagando a retribuição, mas sem ter o direito de participar das deliberações até que seja acordado os direitos políticos

relativos ao que elas podem decidir. Isso mostra que a conquista de participar das deliberações e decisões é das mulheres que se fizeram presentes, que buscaram participar, que não aceitavam ser excluídas.

As mulheres fundaram um pelotão apenas de mulheres. É no militar – lá onde a luta se faz na rua – que elas estiveram presentes, seja com fuzil na mão, seja em apoio aos feridos, seja organizando a alimentação. E foi essa ampla participação e influência das mulheres que contribui ainda mais para que a Comuna tenha um significado tão importante nas lutas feministas.

Como Marx afirma, a Comuna era a forma política para levar adiante dentro de si a emancipação econômica do trabalho. A socialização, a participação dos trabalhadores. Os mecanismos que a Comuna adotou induziriam a uma socialização dos meios de produção.

Em que medida a Comuna realizou seus anseios da classe, isso é outro ponto. A Comuna não apenas resolveu questões democráticas que a própria revolução burguesa não teria resolvido como também avançou em temas socialistas. Foram 72 dias de Comuna, onde as primeiras semanas acabaram sendo tomadas pela preocupação das eleições – preocupação essa bastante criticável e da qual tratarei mais a frente - e, logo após sua realização, já logo inicia a guerra propriamente dita, ou seja, o ataque *anticommunard*, os bombardeios em Paris. Seu último mês, praticamente todo, foi tomado pela preocupação da guerra, a ponto de Arthur Arnould afirmar que a Comuna ficou, em muitos momentos, discutindo “princípios” em situações que era para ter uma atuação militar. Mas ainda assim ela tomou medidas fundamentais para os trabalhadores.

Lênin (1905) sustenta que a Comuna não foi uma ditadura do proletariado *verdadeira e pura*, no sentido da composição nitidamente socialdemocrata dos seus membros e do caráter das suas tarefas práticas. O proletariado consciente (apenas *mais ou menos* consciente¹⁰²), quer dizer, os membros da AIT estavam em *minoría*; a maioria do governo era de representantes da democracia pequeno-burguesa.

Porventura foi esta uma ditadura do proletariado *verdadeira e pura*, no sentido da composição nitidamente social-democrata dos seus membros e do caráter das suas tarefas práticas? De maneira nenhuma! O proletariado consciente (apenas *mais ou menos* consciente), quer dizer, os membros da Internacional estavam em *minoría*; a maioria do governo era de representantes da democracia pequeno-burguesa (Lênin, 1905).

¹⁰² Expressão e grifos de Lênin.

Mas Lênin avança e conclui, analisando a experiência histórica da Comuna: “Antes de mais, ensina-nos que a participação de representantes do proletariado socialista, com a pequena burguesia, num governo revolucionário, é perfeitamente admissível, por princípio, e absolutamente obrigatória em determinadas condições. Ensina-nos, além disso, que a verdadeira tarefa que a Comuna teve de cumprir foi, acima de tudo, o exercício da ditadura democrática e não socialista, ou seja, a aplicação do nosso ‘programa mínimo’”.

Mas a Comuna de Paris foi uma luta política que opôs classe contra classe. É um governo de trabalhadores, com pretensões que vão além de uma questão meramente econômica. É política porque é antimonárquica, antibonapartista. Foram os trabalhadores que lutaram até o final, que não abandonaram a Comuna. Havia uma consciência de classe que unificava esses trabalhadores politicamente, que transformava pequenos burgueses em traidores de classe que viriam lutar ao lado dos *communards*.

Lênin afirma que apenas os trabalhadores, sobretudo os artesãos, e suas organizações lutaram pela Comuna até o fim, mas no início e para que ela acontecesse, também participaram da insurreição os patriotas, ou seja, aqueles que buscavam uma vitória da França na guerra e que não aceitavam a derrota tal como se deu; os republicanos burgueses, que viam uma assembleia monarquista e sentiam o perigo do retorno do rei; e os pequenos lojistas, que passavam por uma situação de endividamento, devido aos aluguéis. Mais cedo ou mais tarde, pequenos burgueses e republicanos burgueses afastaram-se da Comuna, seja por se assustarem, em função de seu caráter revolucionário, seja porque, depois de alguns dias, perceberam que ela seria derrotada.

Mas esse avanço de consciência de classe que culminará na Comuna de Paris não significa que a classe trabalhadora estivesse preparada para realizar a revolução. A guerra isolada em uma única cidade não poderia ser mantida, sua possibilidade de vitória dependia do avanço das províncias e, portanto, da existência de trabalhadores preparados também no restante da França – e, em verdade, no restante da Europa, já que um governo de trabalhadores apenas na França também não conseguiria se manter por muito tempo. Para além disso, de trabalhadores organizados internacionalmente, que conseguissem organizar a ação nacional e globalmente.

Ainda que as agitações políticas ocorressem tanto em Paris quanto no restante da França e a situação de fome e desesperança não se restringisse à capital, teria faltado base de apoio aos revolucionários, especialmente tomando a França como um todo. Apesar dos grandes centros apresentarem focos de resistência e a industrialização ter aumentado o número de trabalhadores, não se pode esquecer que a base de apoio de Louis Bonaparte foi o

camponês reacionário, conservador, e que Bonaparte sai do poder apenas em 1870. Que as eleições de fevereiro mostraram uma França monárquica e ruralista.

Mas a Comuna também vai encontrar oposição de outros grupos. O comitê central da guarda nacional, que não é dissolvido após a eleição do Conselho, se opõe a muitas ordens da Comuna. Ele contesta as decisões centralizadas da Comuna afirma que tem o direito de analisar todas as nomeações, revogações e decisões do poder comunal que interessem aos guardas nacionais. Mesmo quando os delegados da guerra fizeram concessões, a medida não foi suficiente. Os membros do comitê central da guarda nacional e os oficiais mostravam aversão à autoridade ministerial.

O comportamento do comitê central é explicado pela confusão de suas concepções políticas. Ele se torna um poder que busca suplantar a Comuna, ao menos em alguns assuntos. Ele era a direção do exército revolucionário e sua manutenção significou a existência de uma força política contrária ao Conselho.

c. O exército revolucionário

O governo revolucionário da Comuna possuía seu exército revolucionário, mas a atuação militar da Comuna será bastante criticada, diante de seus erros e falhas. A Comuna é conhecida por seu primeiro decreto que trata exatamente desse assunto: o povo em armas. Mas para além de verificar suas decisões, como era esse exército?

O exército revolucionário era formado pelo povo em armas, organizado na guarda nacional, e por militares que tinham deixado o exército – que seriam fuzilados após a derrota da Comuna. Antes mesmo do 18 de março, a guarda nacional começa a se organizar tendo como base o sufrágio universal e elegendo seus chefes, recusando os oficiais indicados pelo governo de Thiers.

Napoleão vai mobilizar a guarda nacional, diante das derrotas que ocorrem na guerra. Quando vem a lei reorganizando-a e é proclamada a república, os militantes revolucionários começam a se organizar em comitês de delegados. Em dezembro, o governo dissolve a guarda nacional, deixando o conselho de família ainda em funcionamento.

Rougerie afirma que ao longo do *siège*, houve tentativas de federação da guarda nacional, que não chegaram a prosseguir. Mas em março a federação da guarda nacional elege seu comitê central e abre um debate entre os militantes mais avançados. Questionando a existência de oficiais indicados pelo governo, os guardas nacionais defendem que reconhecem

apenas os oficiais eleitos e que iriam defender a república. A guarda nacional preconiza a si o direito de defender suas próprias armas. Ela representava a força mais popular.

Alguns militantes revolucionários participaram de sua formação, não apenas como membros isolados mas como parte da organização que pertenciam. Mesmo antes da federação da guarda nacional, organizações populares e unidades da guarda nacional tinham fundido em certa medida. Clubes e comitês de vigilância mobilizaram batalhões durante as jornadas.

Blanqui dá orientação aos blanquistas para que eles fizessem parte da guarda nacional e muitos deles tornam-se chefes de legião. Após a proclamação da república, Blanqui em artigos de seu jornal, preconiza a reorganização da guarda nacional para por fim à bagunça que reinava. Ele queria dar estruturas claras e precisas à guarda nacional. Defende a existência de uma legião por *arrondissement*, composta de homens que habitavam o *arrondissement*. Uma legião compreenderia quatro batalhões de 1600 homens divididos em 6 companhias de oito pelotões. Os oficiais de todos os níveis seriam eleitos. La *Patrie en danger* incitava os leitores a participar da defesa do país.

Blanqui é eleito pela 19 legião, Jaclard é comandante do 158 batalhão, Levraud do 204, Pilhes do 71, Granger do 150. Eles foram eleitos apesar das manobras do governo que queria impor os nomes dos oficiais. Eudes foi eleito comandante do 138 batalhão da legião do 11 *arrondissement*.

Vaillant foi membro da comissão organizadora da federação em 3 de fevereiro, Minet participou de encontros e pediu aos participantes de um encontro da AIT, da *Chambre* e da delegação para que participassem da eleição dos representantes da guarda nacional. Depois do encontro organizador, a delegação começou a pensar, em 27 de fevereiro, em usar a agitação para promover a revolução.

Mas se a guarda nacional foi organizada com inserção popular, por que os membros da AIT e do comitê de XX *arrondissements* não estavam massivamente nela presentes? Sua origem e formação ambígua deixaram os militantes revolucionários mais avançados desconfiados, já que ela era convocada por jornais conservadores. Rougerie afirma que o “partido revolucionário” – referindo a AIT e aos comitês de XX *arrondissements* – estava desconfiado das origens eleitoreiras e dos desconhecidos que compunham o movimento da guarda nacional. Os contatos que são estabelecidos na noite do dia 28 de fevereiro abrandaram os ânimos, uma meia dúzia de delegados dos XX *arrondissements* participa das atividades do comitê provisório. Apenas a AIT resta mais afastada, ainda que Varlin, mais próximo ao povo, fosse um dos primeiros a entrar na federação.

Lissagaray entende que eles observavam com certa *jalouse* (inveja, ciúme) esse embrião de comitê composto de pessoas desconhecidas, que não tinham sido nunca vistas nos movimentos revolucionários. Os grupos da *Corderie* não admitiam que eles fossem uma força. Eles não possuíam um programa e era difícil aceitar que a ideia simples de se defender da monarquia conseguisse aglutinar tantos batalhões.

Mas muitos membros defenderam que a AIT participasse ativamente da federação da guarda nacional. Debock também argumentou que os guardas de Paris do departamento do *Seine* estavam dispostos a um segundo movimento revolucionário se eles julgassem oportuno. Vallès fala do patriotismo da guarda e da possibilidade de fusão. Malon argumenta que muitos proletários socialistas desenvolveram a ideia de federar a guarda nacional.

A ideia de coordenar e combinar a guarda e o movimento revolucionário foi discutida no encontro da AIT em primeiro de março. Nessa reunião do Conselho federal, Varlin defende que é urgente que os internacionalistas façam o possível para serem nomeados delegados nas suas companhias, a fim de participar do comitê central. Frankel sustenta que, se isso parece um compromisso com a burguesia, ele não quer participar, e que o caminho deles é internacional. Varlin responde que os homens do comitê que eram suspeitos tinham sido substituídos por socialistas que desejavam ter entre eles quatro delegados servindo de ligação entre eles e a AIT, e que a influência da AIT desapareceria se os internacionalistas ficassem sozinhos diante de uma força como essa. Se eles ficassem unidos com o comitê, um grande passo seria feito para o futuro social. Charbonneau continua desconfiado, diante da afirmação de Varlin de que o comitê transformou-se em socialista, mas que no início era reacionário. Varlin sugeriu que 4 membros da AIT fossem delegados para a federação para apoiá-la contra o governo. Mas a AIT continua reticente, Frankel questiona essa posição e eles ficam como observadores, sem efetivamente participar da federação.

A relação da AIT com os guardas nacionais ocorre, e sua influência é de tal maneira importante que vai evitar um dos grandes confrontos que estava prestes a ocorrer. Foi em virtude da ação da AIT que os guardas nacionais não entraram em conflito com os prussianos, evitando que uma luta desnecessária e mortal acontecesse.

Foi a atuação e presença de membros da guarda nacional e de batalhões organizados por blanquistas que permitiram e garantiram que o *Hôtel-de-ville* e outros postos fossem ocupados no dia 18 de março. Esses grupos e militantes organizados agem no interior da guarda nacional para garantir uma ação eficaz. Eudes afirmava que desde o dia 13 de março havia um acordo secreto entre ele, que comandava a 20 legião e Duval, que estava no comando da 13. Esse acordo era estendido à 14 legião, dirigida por Henry, e à 15 conduzida

por um comitê de vigilância em que Chauvière era o nome mais importante e a 8 legião controlada pelo comitê em que Ferré era presidente. Havia também os batalhões da 11 e 19 legião, cujos comandantes eram revolucionários próximos aos blanquistas. Todos esses guardas nacionais estavam sob as ordens de Duval e de Eudes, e eles se dividiam em setores, Duval pela *rive gauche* e Eudes pela *rive droite*. Duval e Eudes organizam seus batalhões de maneira própria, como independentes do comitê central, que eles acusam de moderado e sem capacidade revolucionária.

Esses acordos entre eles foram concluídos sem o conhecimento do comitê central da guarda nacional, que não oferecia todas as garantias de discricção necessárias para a preparação de uma insurreição. Os eventos que são precipitados nos dias 17 e 18 de março impedem a estruturação desse exército revolucionário.

Quando o comitê central da guarda nacional é formado, Garibaldi é nomeado comandante em chefe, mas Garibaldi recusa, e nomeiam o comitê central definitivo: Alavoine, Allemane, Arnaud, Arnold, Assi, Audignoux, Babick, Baroud, Bergeret, Billioray, Blanchet, Chouteau, Clémence, Duval, Eudes, Faltot, Ferrat, Forgeret, Gastioni, Gauthier, Geresme, Gouhier, Groslard, Jocelyn, Jourde, Lisbonne, Lucien, Maljournal, Moreau, Mortier, Prud'homme, Ranvier e Varlin. Os guardas nacionais passam a reconhecer apenas o comitê central como autoridade, e fixam como objetivo a instauração de uma república democrática e social.

Muitos dos eleitos para o comitê central da guarda nacional faziam parte das antigas comissões. Outros eram conhecidos dos conselhos de família ou dos batalhões. O comitê central é bastante representativo, faltando nele apenas representantes dos seis *arrondissements* burgueses (I, II, VII, VIII, IX).

Alguns círculos de legiões têm apenas um ou dois delegados. Ocorre a adesão de 215 dos 240 batalhões, e de 1325 companhias de um total de 2.500 a 3.000. Em alguns casos, a adesão dos *arrondissements* é formal. Dos dez melhores chefes de legiões, os únicos que possuem autoridade real sobre a tropa são os blanquistas Duval e Eudes.

Rougerie escreve que a composição do comitê e, também, dos círculos de batalhões, é popular, mas não *ouvrière* ou *prolétaire*. Chega a afirmar que na federação os proletários estão pouco representados e que salvo nos *arrondissements* vermelhos (XIII e XX), onde estão os socialistas e os internacionalistas, as companhias escolheram como delegados os pequenos proprietários, os pequenos comerciantes, os empregados subalternos, os homens de profissão liberal, que eram os que sabiam ler, escrever e contar. Lissagaray escreve que os membros não eram socialistas.

Rougerie entende que a federação republicana não era nem um movimento nem um partido revolucionário e argumenta que no comitê definitivo, não havia membros da AIT ou do comitê de *XX arrondissements*, com exceção de Varlin e Avoine, que agiam em nome próprio. Segundo Lênin, eles exerciam bastante influência entre seus companheiros de mando. Posteriormente, Pindy, Ostyn e Jourde passaram a fazer parte do comitê.

Nos primeiros dias de março, o comitê central era considerado por ser formado por desconhecidos, entretanto, Jonhson indica que ele era formado por ativistas do movimento socialista revolucionário. Apresentando uma análise distinta de Rougerie, o autor aponta que a superioridade numérica de militantes revolucionários socialistas foi esmagadora no encontro da guarda nacional de 15 de março. Dois terços (28 de 42) dos membros do comitê central ou comando de legião nomeados nesse dia eram membros da AIT ou blanquistas. Ainda, 43% eram conhecidos como membros do comitê de vigilância ou da delegação.

Não consegui identificar até que ponto efetivamente a AIT e a delegação passaram a fazer parte da federação como organizações. Pela bibliografia analisada, a argumentação dominante é de que houve um distanciamento da AIT e da delegação com relação à guarda nacional, especialmente no tocante ao comitê central, apesar da inserção de seus membros na federação. Todavia, verificando os membros do comitê central, é possível perceber que muitos deles tinham aderido à AIT ou eram blanquistas ou participaram do movimento operário, como mostrou Johnson.

Se o comitê central da guarda nacional não possuía socialistas ou revolucionários, isso ocorre em decorrência de uma decisão da AIT que, analisando a configuração do comitê, entendeu ser melhor não fazer parte dele. Ou seja, não havia uma resistência do comitê para a participação da AIT e a consequência, também, de a AIT não ter participado dele é que ele acabou por ser formado pelos pequenos burgueses que Rougerie, Lênin e Lissagaray indicaram.

Se essa não participação significa uma auto-exclusão da burguesia, então, ela é um fator positivo, pois o fato de não haver representantes burgueses reforça a formulação de um projeto próprio dos trabalhadores. E como Rougerie afirmou que os bairros burgueses não mandaram representantes, então, entendo que foi isso que ocorreu. Rougerie parece não levar esse ponto em consideração. A não presença desses representantes, para ele, parece significar apenas uma “incompletude” do comitê central da guarda nacional. De toda a forma, a exclusão dos burgueses, seja pelo motivo que for, acaba por fortalecer um projeto próprio. É ilusório que se pense que os trabalhadores conseguirão mobilizar a todos.

A defesa do comitê central era a república com seus valores, mas o que seria essa república? Também não seria possível afirmar que defendiam uma república burguesa, até porque o mecanismo do mandato imperativo, que era proposto para a eleição de seus delegados, não seria compatível com uma “república burguesa” e chegou a ser aplicado na própria Comuna.

Defender o fim do exército permanente tal qual existe no estado burguês e o armamento de toda a população caminha no sentido de um projeto socialista: é entregar a arma ao povo e, portanto, aos trabalhadores¹⁰³. Lênin (1917) afirma que na forma “positiva” de república proletária socialista e, portanto, o estado que a Comuna começou a criar, o exército permanente é substituído pelo povo amado, medida essa que está no primeiro decreto da Comuna e que já fazia parte das reivindicações do comitê central da guarda nacional. E acrescenta (1917): “Essa reivindicação encontra-se, hoje, no programa de todos os partidos que se dizem socialistas”.

O comitê central da guarda nacional e seus demais comitês, portanto, diante de quem recairá a direção inicial da Comuna, possui um programa de defesa – como os demais comitês e organizações – mas não apenas da defesa da França, também da defesa da república, formada na base do mandato imperativo, na revocabilidade e na ausência de exército. Mas se há avanço nesses pontos, há também uma falta de aprofundamento teórico para avançar pelo socialismo científico.

A posição heterogênea do comitê central tal qual a própria guarda nacional era percebida pelos militantes mais avançados, que não demoraram em pensar medidas para resolver essas questões, especialmente a partir do 18 de março quando o poder passa aos *communards*. Logo após o 18 de março, Eudes propõe a dispresão de alguns batalhões não federados e reacionários, mas essa medida não é tomada.

Eudes, Duval e Brunel são nomeados comandantes da guarda nacional. Com a eleição da Comuna, PE formada a comissão militar. Primeiramente, essa comissão é formada por Bergeret, Chardon, Duval, Eudes, Flourens, Pindy, Ranvier.

Apesar da eleição do Conselho e da formação de uma comissão militar, o comitê central da guarda nacional permanece em atividade e, ainda que tivesse decidido organizar as eleições para ceder a um poder legítimo, acabou não deixando os assuntos militares. Ele não é dissolvido, abrindo espaço para rivalidades. As rivalidades pioram com a nomeação de

¹⁰³ Veja-se que o conceito de “povo” e “trabalhadores”, ou classe trabalhadora, não são os mesmos. A noção de “povo” é mais ampla e pode vir a gerar confusão, já que poderia aglutinar as diferentes classes sociais. O termo classe trabalhadora, como já afirmado, é apropriado da teoria marxista.

Cluseret como Ministro da Guerra. Os confrontos entre ele e o Conselho da Comuna serão constantes.

O comitê central da guarda nacional disputava o comando com o estado-maior da *Place Vendôme* e da Comuna. Desde o 31 de março o comitê central da guarda nacional queria deixar as questões municipais para a Comuna e ficar com as questões militares. Ele virou um poder rival da Comuna, apenas algumas de suas atribuições foram retiradas. Conservava um poder sobre os federados e buscava dirigir o ministério da guerra ao menos na parte administrativa. Vai semear na guarda nacional a desordem e a divisão. André Léo afirma que o comitê central induz os soldados a agirem contra os chefes e que busca o poder nas municipalidades. Afirma, também, que seus membros tentam retirar os chefes das legiões e querem realizar a administração militar. A Comuna e o delegado da guerra eram forçados a compor com o comitê central.

André Léo questiona quem seriam esses homens do comitê central da guarda nacional. Ela reconhece que há cidadãos dedicados a causa, cuja maioria passou a fazer parte da Comuna. Mas quanto aos demais, ela mantém a crítica e defende que seria preciso fazer uma investigação para que sejam colhidos depoimentos. E ela narra seu testemunho. Em conversa com Andre Leo, A. Du Camp teria mostrado sua indiferença política e, em 15 de maio, Du Camp estaria sendo acusado de desvio de fundos municipais.

Pendant le premier siège, en novembre ou décembre, je reçus une demande d'argent, accompagnée d'une pièce de vers, le tout signé: A. Du Camp.

Ayant fort peu moi-même, j'envoyai fort peu et je répondis en m'excusant. M. Du Camp vint me voir. L'ayant interrogé sur ses opinions, il m'avoua son indifférence en politique. Il avait mené la vie d'un homme de Lettre qui trop souvent n'est que la vie de bohème et me parut également dépourvu d'énergie et de convictions. J'essayai cependant de lui procurer du travail et lui écrivis peu après pour l'engager à aller voir un de mes amis qui m'avait promis de s'occuper de lui. M. Du Camp n'y alla pas et ne me répondit pas. – Quelle ne fut pas me surpris, plus tard, de voir le nom de cet homme parmi ceux qui se faisaient les initiateurs et les guides de la révolution populaire !

Aujourd'hui, M. Du Camp est inculpé de détournements de fonds municipaux, pas suite d'une gestion où lui et les siens s'étaient imposés (Leo, 2005, p. 183).

Os conflitos de direção também ocorrem em relação à comissão de artilharia que a Comuna possuía. As baterias de artilharia da guarda nacional, organizadas durante a ocupação sob diferentes denominações, estavam federadas em parte e tinham eleito um comitê central

de artilharia, que não ocupava uma posição política como o comitê central, nem tinha a sua popularidade e era um poder que ficava em discussão com o delegado da guerra. O comitê de artilharia estava dividido em 4 sessões: uma com o objetivo de organizar, por *arrondissements*, as legiões de artilharia e as baterias e recrutar os *artilleurs*; a segunda, denominada comissão de armamento, com a função de reunir, nos parques e lojas, as peças de artilharia e as munições espalhadas por Paris; a terceira, com o objetivo de centralizar o serviço e a fabricação de munições; a quarta, visitava os locais e fortes e solicitava a comissão militar da Comuna de decidir com ela o armamento dos pontos de ataque e de defesa. O recrutamento realizado pelo comitê de artilharia não era difícil, diante do salário que recebiam.

A guarda nacional organizava-se por *arrondissement*. Em cada um deles, havia uma administração militar, que estava ou nas mãos do comitê *d'arrondissement* ou do chefe da legião ou de um conselho de legião ou mesmo de um indivíduo qualquer, membro da Comuna ou não. Havia uma legião por *arrondissement*, que tinha um chefe. As legiões possuíam muitos batalhões de uma força numérica variável.

O delegado da guerra prestava contas à Comuna, à comissão executiva, à comissão de guerra, ao comitê central da guarda nacional e ao comitê de artilharia, além das personalidades de renome. Tudo isso, de alguma maneira, complicou ainda mais a atuação militar da Comuna, que sofria interferência dos mais diferentes grupos.

A amplitude do exército revolucionário não ocorreu com uma sistematizada organização. Mas logo os *communards* buscam organizar, sistematizar e criar uma direção para esse exército, que vai acabar se chocando com o comitê central da guarda nacional. Além do conflito de direção, havia um problema de formação. A postura da Comuna de armar a toda a população tem consequências. Arnould, como muitos cidadãos de Paris, fez parte da guarda nacional sob a primeira ocupação. “*Comme garde national, j’ai été plus d’une fois aux avant-postes, et je connais le service d’une place assiégée* » (Arnould, 2006: 205)¹⁰⁴.

O primeiro decreto da Comuna afirma que a guarda nacional é a única força militar e que todos os cidadãos válidos fazem parte da guarda nacional. Ou seja, a manutenção do exército revolucionário, agora reconhecido pelo governo eleito, vai ocorrer, garantindo a defesa de Paris. E é um exército diferente do exército tradicional, não apenas em sua organização, mas em motivação para a luta. Ambos os pontos refletem nas ações e falhas que esse exército vai apresentar.

¹⁰⁴ “Como guarda nacional, eu estive mais de uma vez nos postos avançados, e eu conhecia o serviço de um local ocupado”.

Quando se pensa em armar a todos, corre-se o risco de armar também o inimigo e, ao mesmo tempo, dar-lhe armas e dinheiros para sua manutenção. O levante em massa, o armamento de toda a população, acabou por fazer com que a Comuna tivesse esforços em organizar aquilo que não se organizaria: os seus opositores. Ainda, mesmo que o exército passasse a ser o povo armado, continuou – e continuou porque se mostrou necessário – o preparo e destacamento de uma parcela da população para a ação militar. Ou seja, a estrutura militar, uma organização hierárquica e disciplinada foi criada e muitos dos problemas que a Comuna passou a ter ocorreram por falha nessa organização.

A guarda nacional vai passar por uma reorganização. O general Cluseret, que havia voltado a Paris em 30 de março, torna-se delegado da guerra e é encarregado de reorganizar a guarda nacional e de dirigir as operações militares, com a ajuda de uma comissão composta de membros da Comuna, que se reúnem todos os dias no ministério da guerra.

A primeira medida de Cluseret foi proibir, até nova ordem, as saídas em *ruse campagne* e restringir a ação à defesa pura e simples dos fortes e fortificações protegidos pela ocupação de Neuilly e de outros pontos avançados. Durante esse tempo, ele buscava organizar a guarda nacional em uma força militar ativa, que seria composta de todos os elementos jovens e aptos a lutar. Com essa força seria possível fazer saídas frequentes e enérgicas.

Cluseret ordena que todos os homens de 19 a 40 anos entrassem nas companhias de guerra e que os homens acima de 40 anos ficassem em Paris, sem ultrapassar as fortificações. Ele divide a guarda nacional em companhias de marcha e companhias sedentárias. Arnould aponta que aqui teria sido produzido um grande erro, que teria desorganizado os batalhões. Para ele, a guerra civil é uma guerra política, o governo instalado é um governo revolucionário e não é possível lutar sem o entusiasmo popular, sem a vontade dos cidadãos convencidos da causa comum. É a crença que conduz os homens de um exército revolucionário.

Ainda, cada batalhão, cada companhia forma uma verdadeira família composta de vizinhos, de companheiros de atividades. Separando a unidade dessa ligação moral, é destruída a unidade intelectual mais profunda, que não poderia ser realizada por outras unidades. A restrição pela idade impede que homens dedicados participem da companhia de marcha, em que o efetivo, em virtude da deserção ou da resistência era inferior. Muitos batalhões que não conheciam o decreto, marchavam sem levar em conta a idade. Por outro lado, em muitos batalhões, muitos homens incorporaram-se nas companhias sedentárias para conseguir o salário e manter suas armas, já que a Comuna havia decidido que os homens que não fizessem parte da guarda nacional fossem desarmados. Tudo isso fez perder muito tempo, além de reduzir o efetivo real de combatentes.

Não foi levada em consideração a guarda nacional tal qual ela era. Arnould entende que seria preciso organizar a guarda sem categorias, enviando aos postos mais avançados os homens que se apresentassem. A Comuna sabia quem estava por ela e quem era contra ela. Ela pagaria apenas aos que a servissem, desarmaria os demais e a massa real de combatentes seria maior.

Também vieram lutar ao lado da Comuna militares do exército oficial. Os soldados do exército regular passaram para o lado insurgente porque queriam vingar as vergonhas da guerra, a traição de Metz, a entrega de uma parte do território, a paz a qualquer preço. Porque queriam defender a república. Para além da consciência militante que muitos militares podem possuir, havia também questões específicas da França que interferem nesse ponto. É o efeito da nacionalidade: ao considerar a todos como membros de uma mesma nação e ao perceber que seu governo trai o “próprio povo”, a indignação é propagada.

Pelotões de mulheres se organizaram para lutar pela Comuna, passando inclusive pela oposição de alguns homens. Mas elas formam uma legião que irá lutar organizadamente e com armas. Em 11 de abril foi criada a União de Mulheres, coordenadas por Nathalie Lemel e Elisabeth Dmitrieff. As mulheres, reunidas em assembleias, deliberavam sobre sua participação na guerra. Em 22 de abril, decidiram que as mulheres de Montmartre estariam dispostas a participar da formação de ambulâncias.

Em um cartaz de 14 de maio de 1871 assinado pelo coronel comandante da 12 legião, Jules Montrels, direcionado aos guardas nacionais, afirma-se que as mulheres pediram armas ao *Comité de Salut Public* para defender a Comuna e a república. Com isso, o coronel da 12 legião decide que a companhia de Cidadãs Voluntárias será organizada e armada e que essa companhia irá marchar contra o inimigo junto com a 12 legião e que para estimular o amor próprio de alguns *lâches* (covardes, frouxos), o coronel decide que todos os refratários serão desarmados publicamente em seus batalhões pelas cidadãs voluntárias; depois de terem sido desarmados, esses homens, indignos de servir à república, serão conduzidos à prisão pelas cidadãs que os desarmaram. O cartaz termina afirmando que a primeira decisão desse tipo ocorrerá na *avenue Daumesnil*.

Além dos batalhões em marcha e sedentários, a Comuna possuiu uma comissão de barricadas. Em 12 de abril, por ordem de Cluseret, Rossel passa a presidi-la. Desde o dia 3 de abril Rossel é o chefe do estado-maior de Cluseret e também é atingido pelas discussões e divergências da Comuna.

Rossel chega em Paris dia 20 de março. Ele começa com uma função subalterna e apresenta-se a alguns amigos do *quartier des Batignolles*, que o nomeiam chefe da 17 legião.

É coronel sob as ordens de Bergeret. As tentativas de organizar a legião não deram certo e a tropa o abandona em um dia que ele quer conduzi-la à Courbevoie.

Rossel logo percebe que a espécie de unidade administrativa e militar, o *arrondissement* e a legião, representava a imagem de Paris, onde se encontrava a desordem, as competições, a rivalidade e as invejas. Ele não estava de acordo com seu comitê *d'arrondissement*, chegando a ser preso por algumas horas pelo delegado *d'arrondissement*. É posto em liberdade.

Durante a sessão da comissão de barricadas, presidida por Rossel, eles discutiram um plano de defesa da cidade e foi acordada a demolição das barricadas existentes, pois elas entravavam a circulação dos carros e não estavam à altura de uma guerra com novas configurações. Também decidiram que haveria dois tipos de barricadas, uma para as grandes vias de comunicação e outra para as pequenas. As medidas da inclinação, do buraco (da vala) e da bancada são estritamente determinadas.

A comissão entende que a batalha seria decidida pelos tiros dos canhões e recomendou evitar a construção de barricadas em pavimentos, pois os defensores poderiam se machucar com os pedaços de pedra destacados pelos projéteis. Mas como era necessário usar o que havia em Paris, foi acertado construir as barricadas em pedra, mas realizando a cobertura dos pavimentos do lado do inimigo com ao menos um metro e 50 de terra.

Para construir barricadas e não impedir a circulação deveria haver sempre, ao lado das casas, uma passagem larga o suficiente para passar os carros e pedestres, segundo a importância da rua. A barricada seria dividida em duas partes para permitir a circulação dos defensores. As passagens contra as casas deveriam ser fechadas durante o combate.

Gerspach relata sobre a escavação das minas, que seriam colocadas nos esgotos, afirmando que Pindy já teria a receita de uma substância destinada a ser jogada nos esgotos para fazer com que eles explodissem.

As municipalidades dos *arrondissements* seriam encarregadas dos trabalhos em cada bairro, cuidando para que o plano conjunto fosse realizado. Um cidadão faria a litografia do perfil regulamentar das barricadas para deixá-las ao público.

Um membro da comissão acha que o sistema administrativo não está bom, afirmando que seria necessário uma ação imediata e revolucionária no lugar de uma ação metódica e, em resposta a ele, a comissão decide que as barricadas devem ser estudadas metodicamente e executadas revolucionariamente.

Por ser oficial, Rossel estava responsável pelas questões relacionadas ao aterramento e aos trabalhos de guerra. Mas Gerspach afirma que, no dia seguinte, ele não sabia nem faria

a construção sob seus olhos, nem pegaria em armas para a defesa. Ele ficaria em seu quarto e, ao invés de ir ao combate para aplicar a teoria, ele redigiu suas notas.

A utilização das barricadas é própria da luta de ruas, mas contém ela também os seus problemas. Blanqui escreveu sobre a utilização de barricadas, que espalhadas sem coordenação não conseguiram cumprir sua função em 1848. Ainda, as barricadas podem ser usadas pelos dois lados, o que faz com que sua construção tenha que ser efetivamente pensada.

Muitos *communards* vão realizar estudos e desenhos de barricadas ou de outros mecanismos de defesa. A construção de um aeróstato, com fins civis e militares, era elaborada por um *communard*. Buscava, inclusive, permitir a comunicação que era duramente combatida pelos versalheses, que impediam que a província recebesse notícias de Paris.

Arnould aponta que a negligência na construção de barricadas foi um dos erros cometido pela Comuna. A construção de barricadas gastou muito dinheiro e não teve utilidade. Fazer barricadas contra os prussiano era uma infantilidade ou comédia, já que não seria possível crer que eles iriam invadir Paris dessa maneira. Contra os versalheses era diferente, seria esperado que uma hora fosse por fim à ocupação e, portanto, era para se esperar uma guerra de rua. Arnould argumenta que durante os 2 meses, eles teriam tido tempo para erguer várias barricadas, para organizar fortificações pela cidade. Os *anticommunards* teriam dificuldades para avançar, parados pela sequência de barricadas. Mas isso não ocorreu. No dia 22 de maio havia apenas as barricadas da rua Rivoli e da praça *Vendôme*, que foram logo destruídas e não serviram para nada. Foi preciso construir às pressas, durante a batalha, sem um plano organizado, quando os *anticommunards* já estavam em Paris. O general Cluseret havia indicado um plano, mas ele não foi seguido.

Rossel era militar e não acreditava em barricadas, não gostava nem compreendia a luta de ruas, que é a luta do povo, especialmente, o parisiense. Gerspach afirma que Rossel não contestava a autoridade do comitê central da guarda nacional, sua opinião é que as medidas administrativas votadas pelo comitê deveriam ser executadas, devendo ser apresentado um relatório sobre os assuntos tratados pela federação. O comitê central da guarda nacional não é unânime em suas decisões e mesmo dentro dele há diferenças de opiniões e competições; há quem apoie Rossel e há quem se oponha. O comitê de artilharia não gosta de Rossel. Essas divergências e competições são erros fatais para a Comuna, pois dificultam uma ação unitária e direta.

Outra falha militar apresentada pela Comuna foi no tocante a evacuação do forte d'Issy, que vai causar sérias repercussões. Ele foi evacuado por ordem do seu comandante, Mégy e,

ainda que o forte tenha sido recuperado, a comissão executiva usou a situação para destituir Cluseret e decretar sua acusação. Cluseret é acusado de traição e conivência com Versalhes.

O comitê central da guarda nacional achou as circunstâncias boas para tentar tomar definitivamente a direção militar. Ele delega alguns de seus membros e a questão é posta, o comitê argumenta sobre sua força e popularidade e sobre a desordem dos assuntos militares. Propõe à Comuna a supressão pura e simples da delegação da guerra e sua substituição pelo comitê central inteiro, que ficaria com a direção dos serviços administrativos e da conduta das operações de guerra. A Comuna recusa e nomeia Rossel.

Segundo as cifras dos papéis oficiais da Comuna, que formavam a base de dados dos salários¹⁰⁵, estavam incorporados à guarda, em 2 de maio, 190.500 homens, onde a metade era de legião de marcha. Nesse número de 190.500, havia em torno de 28.000 ausentes, 14.000 por diferentes causas e muitos refratários. A legião de marcha contava, como armados, em torno de 75.000 federados e 3.500 oficiais, e as legiões sedentárias 77.500 guardas e 3.250 oficiais. Gerspach afirma que faltavam detalhes de ao menos 50 batalhões.

Havia canhões que a Comuna não sabia como utilizar. Durante os primeiros dias de maio, os federados possuíam 1.047 peças de artilharia, 726 estavam nos parques, nas praças públicas, nas casernas, e 321 peças estavam a serviço, distribuídas: 82 nos postos avançados, 63 nos fortes e 186 nos bastiões das fortificações (*bastions de l'enceinte*).

A engenharia era formada por duas companhias, comandadas por engenheiros militares, cada uma com 120 homens. Havia sido decidido de se organizar, na *École militaire*, dez companhias, compostas por militares que ficaram em Paris. A Comuna também criou uma companhia de *dynamiteurs*. A cavalaria possuía apenas 449 cavalos. Os corpos *francs* a pé eram 3350 homens e 110 oficiais. Todo esse exército custava 500.000 a 550.000 francos, sem contar as apropriações de todas as naturezas pegas nas lojas e as requisições não pagas.

Rossel distribuiu os comandos: Dombrowski¹⁰⁶ na direção do setor norte, ficou em Neuilly e comandou a *rive droite*; a responsabilidade do setor sul (em torno do Forte de Vanves e d'Issy) ficou com La Cecilia¹⁰⁷, pelo centro, e Wroblewski¹⁰⁸, que comandou a *rive gauche*.

¹⁰⁵ Gerspach (2011).

¹⁰⁶ Ele foi comandante da 12 legião e depois comandante *de la plade de Paris* substituindo Bergeret. A partir de 9 de abril, dirige a defesa de Neuilly. Rossel confia a ele o comando da *rive droite*. É atingido quando lutava na barricada da rua Myrrha e morre no hospital.

¹⁰⁷ Segundo os *rappports* de Versalhes, ele combateu nas barricadas até o último momento, com uma energia sem igual. Ele consegue escapar da repressão. Era capaz de falar 25 línguas.

¹⁰⁸ Polonês. Durante a semana sangrenta, ele defendeu a *Butte-aux-cailles*, retirando-se para a Bastilha com seus homens. Delescluze oferece a ele o comando, ele recusa, "*faute de pouvoir reunir 'mille hommes résolus'*" (Noël, 2000) e luta como um simples soldado. Ele consegue escapar quando a

Bergeret comandou a primeira brigada de reserva, com seu quartel general no *Corps législatif*. Eudes comandou a 2 brigada de reservas, com seu quartel general na *Légion d'Honneur*. Eles eram denominados generais na ordem de Rossel, ainda que esse título tivesse sido abolido pela Comuna.

Gerspach aponta que a Comuna, seja por ignorância do plano, seja porque a batalha de Neuilly convinha melhor ao temperamento dos insurgentes, sabia da força dessa parte da defesa. Mas no forte d'Issy a situação era outra. Rossel não poderia desconhecer a situação e o dever da causa o obrigaria a exercer mais segurança na *rive gauche*.

Rossel acredita que é preciso fazer uma reforma na organização militar, mas ele não teria nenhum projeto. Achando a folha de pagamento muito elevada, quer reduzi-la. O comitê de *salut public* recusa essa reforma.

As forças das legiões não eram as mesmas, algumas possuíam 7 ou 8 batalhões enquanto outras possuíam 25. Rossel propôs formar regimentos de 2000 homens divididos em 5 batalhões e dar um canhão a cada batalhão. O regimento seria uma unidade tática e administrativa. Mas suprimir a legião seria a desagregação das forças de um quarteirão. Rossel é chamado no *Hôtel-de-ville* e a reforma é abandonada. Rossel busca organizar a artilharia, ordenando a concentração do material na *École Militaire*. Foi uma ruptura com o Comitê central da artilharia, que perderia sua atribuição.

Eudes passa a ser o comandante do forte d'Issy e durante esse tempo Rossel vai várias vezes ao local. Desde que Rossel assume a posição de delegado da guerra, a Comuna vai tendo muitas derrotas militares, até ocorrer também a derrota do forte d'Issy. E é a maneira como ele anuncia essa derrota que o faz ser criticado por muitos *communards*.

Sem prevenir ou informar a Comuna, Rossel vai anunciar a perda do forte d'Issy. Ele faz imprimir 10.000 exemplares de um cartaz com o título "*le drapeau tricolore flotte sur le fort d'Issy*". E nos jornais, ele faz aparecer uma carta aberta com pedido e demissão e denuncia os erros militares da Comuna.

Para Lejeune, a atitude de Rossel mostra sua preocupação maior com sua honra do que com a própria existência da Comuna. A comissão de barricadas, diante disso, reforça a defesa em Paris. André Léo entende que Rossel pediu demissão porque as atitudes do comitê central da guarda nacional reduziam sua atuação a nada, ou seja, ele não possuía poder. Mais uma vez os conflitos internos de poder tem reflexos fatais para a Comuna.

Outra crítica feita por Arnould refere-se ao foco da ação dos revolucionários. Ele entende que os melhores e mais avançados homens foram sendo perdidos, pois durante dois meses, a elite da população revolucionária foi enviada aos fortes, aos postos avançados. Deles dependia o encontro do novo, do original, uma ideia de organizar a guerra popular. Foi preferido lutar uma longa batalha. Arnould argumenta que foram sacrificados milhares de *communards* na defesa dos fortes que não poderiam ser salvos, que iriam sucumbir.

Teria faltado à Comuna uma liderança militar revolucionária, que compreendesse a situação e as circunstâncias da luta. Foram pagos muitos homens que não eram bons em nada e que podiam ter sido empregados em trabalhos de defesa, sem diminuir o contingente que ia para a *batalha*. Ficaram na caserna muitos soldados desocupados, que poderiam ter trabalhado no transporte de artilharia e munição.

Muitos das ações militares *communards* ocorrem desorganizadas e como resposta a ataques versalheses e, dessa maneira, acabam sendo derrotadas e enfraquecem a organização militar. Assim ocorreu com a saída desorganizada em direção a Versalhes, em 03 de abril.

Esse movimento, sem oficial de estado-maior para servir de guia, foi mal executado. Muitos homens caminharam horas, cansaram-se. Meia noite restavam 20.000 homens na *rive droite* e 17.000 na *rive gauche*. Muitos batalhões estavam sem chefes desde o 18 de março, os generais improvisados não tinham conhecimento militar nem jamais haviam conduzido um batalhão em uma batalha. Cada federado ia com o chefe que escolhia.

A coluna de Bergeret é surpreendida por tiros que vem do *Mont-Valérien*. Muitos acreditam em traição, pois pensavam que o forte estava com os *communards*. Alguns homens do *Hôtel-de-ville*, do comitê central da guarda nacional, sabiam mas não haviam informado. Flourens é surpreendido. Lissagaray afirma que após a debandada, Flourens teria se recusado a voltar. Ou seja, ele teria se deixado morrer (a circunstância da sua morte é bastante discutida e publicada nos jornais da época) e vai ser morto por policiais. Duval, que marchava pela extrema esquerda, também é surpreendido. No dia 4 Duval é morto e muitos federados foram fuzilados.

Em verdade, essa ação não viera cedo demais, mas tarde, já que era no 18 de março que eles teriam podido agir contra Versalhes em situação favorável a eles. E a ação foi momentaneamente desorganizada diante de um inimigo que estava preparado para uma resposta à sua provocação.

Arnold afirma que, do ponto de vista material, esse desastre poderia ser reparado, mas do ponto de vista moral, ele teve fatais consequências, desencorajando as tropas, onde o

entusiasmo e dedicação eram maiores que a disciplina e a experiência. Segundo ele, foi uma saída que apresentou falhas em todos os pontos de vista porque não tinha sido preparada com as precauções que uma ação como esta necessita, porque ocorreu em condições anormais, sob o fogo inimigo e porque expunha a guarda nacional a uma derrota, desde o seu início. Era preciso dar confiança a esse novo exército e organizá-lo, mas os jovens generais não teriam feito isso. Depois do ataque a Paris e dos fuzilamentos, os *communards* pensam em questões de defesa e o decreto sobre os reféns é publicado nesse contexto.

Versalhes utiliza os meios de guerra mais modernos, enquanto Paris comete muitos equívocos militares, desde o não conhecimento da ciência militar, que resultava, muitas vezes, na não utilização de armamentos, até a própria organização, consequência da juventude e inexperiência de muitos de seus generais.

No dia seguinte à entrada dos *anticommunards* em Paris, os trabalhadores souberam o que se passava. As barricadas começam a ser fortalecidas. E mais uma vez foi possível ver a falha militar da Comuna. As barricadas não tinham sido feitas. Ainda, o discurso de Delescluze de que agora cabia aos membros do Conselho partir para a luta de ruas em seus bairros mostrou que Delescluze, responsável pela guerra, não tinha estratégia quando os prussianos entraram.

Sabendo das complicações e dificuldades militares e que não conseguiram exercer controle sobre o Conselho da Comuna, os *anticommunards* organizaram-se para criar a desordem na guarda nacional. Versalhes teria apostado na questão militar para destruir a Comuna, ou seja, foi na questão militar que os maiores esforços contra a Comuna foram realizados e, de alguma maneira, essa questão iria interferir diretamente na questão política e de princípios.

Em 8 de abril Jules Favre vai obter o repatriamento de em torno de 100.000 franceses que estavam presos com os prussianos. Homens que estavam presos e que não tinham contato com o que estava acontecendo, privados da informação, são submetidos a intensa propaganda *anticommunard*.

As calúnias contra os *communards* eram inúmeras, o que apenas lhes reforçava o receio de que confirmassem o que lhe era atribuído. Um das calúnias descobertas pelos *communards* era de que o governo de Versalhes dizia que os *communards* davam água envenenada aos prisioneiros de guerra. A consequência disso é que um soldado, ao cair em mãos *communards*, recusava-se a beber. Mas não. Os *communards* respeitavam os prisioneiros, diferente dos *anticommunards*.

O governo de Versalhes atuava para ganhar os chefes e a corrupção era um meio de “conquistá-los”. A Dombrowski teria sido sugerida, mais de um vez, quantias de dinheiro para que permitisse a entrada dos versalheses. Os Versalheses souberam, em 21 de maio, que as defesas de Paris, próximas da *porte Saint Cloud*, estavam enfraquecidas quando alguém que estava em Paris os alertou. Foi em um domingo, enquanto ocorria um grande festival de música. Foi apenas às 19h que um telegrama de Dombrowski chega ao conselho informando o que teria acontecido.

Os historiadores apontam que teria havido tanto irresponsabilidades como traições. Moraes cita que na noite de 3 para 4 de maio, no reduto Moulin Saquet, defendido por 500 guardas nacionais, os versalheses dominaram os sentinelas, massacraram 50 soldados e levaram 5 peças de artilharia e 200 prisioneiros.

A ação de Thiers de ganhar tempo para, posteriormente, retornar e destruir os opositores estava sendo concretizada. A diferença entre as ações de ambos os lados mostrou-se durante todo o período. Enquanto os Versalheses matavam e caluniavam os *communards*, a Comuna pouco usou da força e acabava por buscar intuir sobre os seus adversários através da palavra, ou seja, com publicações que pediam aos seus “irmãos do exército” de não atirar contra a Comuna. Um chamado ao exército de Versalhes de 3 de maio mostra como os *communards* pretendiam ganhar pela consciência.

Ora, evidente que a batalha pela conscientização é fundamental e que apenas com consciência militante é possível realizar uma revolução. Mas há momentos que apenas uma ação concreta e violenta pode por fim a atitudes violentas cometidas pelo inimigo. Só a força pode conter a força.

Teriam sido diversas as causas diretas e as causas morais para a derrota da Comuna, mas Arnould afirma que seria preciso procurá-las na administração da polícia e na direção militar. Até porque, foram nelas que Versalhes teria colocado seus esforços para gerar a desordem, já que sabia que não teria controle sobre a assembleia.

Mas a questão militar está diretamente relacionada com a questão de princípios, de valores, de objetivos. O conflito armado é inevitável numa situação como essas, a organização centralizada e direta que uma ação militar exige diferencia-se de debates sobre medidas administrativas – que também são baseadas em princípios. Mesmo no tocante à publicidade a questão militar diferencia-se das demais questões.

Por isso, criticou-se a Comuna em tomar certas medidas – por mais avançadas ou interessantes que fossem – num contexto de guerra, como a destruição da coluna *Vendôme* nas vésperas da entrada dos versalheses em Paris. Por isso também a crítica à publicação do

manifesto da minoria ganha reforços, já que vai demonstrar divisão e fraqueza num contexto que é preciso unidade de ação.

A formação de um exército revolucionário precisa de tempo e de consciência militante avançada. Os *communards* e seus principais líderes já haviam começado essa atividade, como mostraram as ações de Blanqui, Eudes, Duval, Flourens, Bergeret. Mas as circunstâncias e condições em que a França e a Europa estavam inseridas bem como o próprio desenrolar dos acontecimentos prejudicaram a formação desse exército e da organização do governo revolucionário. A questão é que as situações não esperam e que é o partido, o governo e o exército revolucionários que precisam estar prontos quando a situação ocorre, e não o contrário.

d. Situação revolucionária e insurreição

A situação para a ação teria chegado. Não que as circunstâncias essenciais para a vitória de uma revolução social estivessem postas, mas a abertura, o momento, para a crítica ao governo e a tomada do poder teriam ocorrido outra vez. Essa situação necessária que desencadeasse as ações do 18 de março, colocando os revolucionários no governo, estaria presente.

Mas o que ocorre em Paris e na França? Há uma situação revolucionária? Considerando que para que uma revolução aconteça é preciso que a situação revolucionária ocorra mas que nem toda situação revolucionária termina em revolução, primeiramente, será verificado se a situação revolucionária ocorria em Paris.

Vamos retomar, rapidamente, os três elementos da situação revolucionária que Lênin indicou: o agravamento extremo da miséria e da angústia; a crise de cúpula, de uma forma tão grande que gera uma situação de ingovernabilidade; a ação independente das massas, que não respeita a ordem, que vai às ruas.

Pergunto-me se havia uma crise na cúpula. A queda de Napoleão III e a ascensão de uma república, que vai passar a ter como chefe maior um representante da burguesia mas que terá apoio em uma assembleia monarquista criam uma situação de ingovernabilidade. Inclusive, a assembleia irá mudar de sede. As cúpulas queriam a monarquia, todavia não conseguiram impô-la. A república é proclamada por pressão das massas que ocupam o *Palais Bourbon* e o *Hôtel-de-ville*. Daí a situação de rearranjo a fim de se adaptar a um poder que consiga manter a ordem.

A queda de um governante seguida da mudança de regime – ainda que não se atacasse o aparelho de estado – composto por forças reacionárias que desejavam o retorno da monarquia geraria uma crise de cúpulas. A guerra entre a França e a Prússia, uma guerra dinástica colocando em confronto as classes dominantes criaria algum desequilíbrio.

A questão é que a guerra não durou tanto tempo e logo a paz foi restaurada para restaurar, também, a ordem. Marx afirma que a classe dominante francesa estaria apta a continuar sua política e que a transformação de uma guerra nacional em guerra dinástica, com a fundação do Império alemão que ocorre em janeiro, não cria as condições de um movimento internacional de massa em favor da revolução.

Assim, se por um lado, as manifestações de trabalhadores que ocorrem contra a guerra são um exemplo da solidariedade de classe, também o apoio entre as classes dominantes das potências europeias é crucial para a manutenção interna do governo de cada país. A guerra entre a França e a Prússia é logo finalizada para restabelecer a ordem interna na França e evitar a revolução. Por outro lado, a classe dominante francesa tem uma postura provocativa que vai desencadear a insurreição prematura. Os Estados burgueses estão fortes e não enfraquecidos e o proletariado não está suficientemente preparado.

Por outro lado, até 1870 não havia *mairie* de Paris, diante da supressão desse cargo, e com a proclamação da república Arago é nomeado para ocupá-lo. Ele renuncia diante dos acontecimentos. Em novembro, Jule Ferry será nomeado para a *mairie* de Paris. O governo municipal também está instável.

Paris e a França não estão nas mesmas condições, mas ambos os poderes – municipal e nacional – sofrem conturbações. Enquanto o poder municipal está em crise e abalado e não consegue ser rapidamente restabelecido, o poder nacional também sofre mudanças, mas logo se reestabelece. Os setores mais avançados da sociedade francesa defendiam a república e não aceitavam qualquer retorno à monarquia, estando dispostos a lutar por isso. A parte que não admitia que o governo francês fosse uma república aceitou a unidade em torno da república para evitar uma revolução e por fim à Comuna – ainda que seus planos fossem o retorno da monarquia. Esse rearranjo sob a forma de república, ganha apoio das demais potências europeias, inclusive da Prússia.

A prisão de Napoleão III deixou o espaço para esses republicanos e, ao mesmo tempo, impediu que uma resistência por parte dos bonapartistas fosse organizada. Por outro lado, a mera ocupação dos republicanos em uma estrutura de poder praticamente semelhante à anterior – não houve uma quebra e tomada do poder – também não gerou uma oposição reacionária violenta.

De toda a forma, a instalação de um poder revolucionário na capital da França, que recebe apoio de outras cidades e mesmo de trabalhadores de outros países e que não reconhece a assembleia nacional “eleita” nem o chefe principal da república – que não conseguiram governar normalmente – mostra que ocorreu uma crise de cúpulas, ainda que o rearranjo tivesse logo ocorrido.

Além dessa crise de cúpulas, a situação econômica estava passando por sérias complicações, principalmente de falta de alimentos, que tem repercussões diretas nas ações de massa. Não basta a miséria, é preciso que os miseráveis tomem consciência da sua miséria, a classe precisa desacreditar e é essa desesperança que impulsionará para a ação. Em Paris, a fome e a miséria são agravadas e esse agravamento extremo da miséria gerou a angústia que fez com que a população começasse a agir.

A população passa por uma situação de pauperização, ainda que o trabalhador de 50 e 60 vivesse melhor que o trabalhador de 30 e 40. E é, antes de tudo, uma cidade que teve um crescimento demográfico enorme. Durante a invasão de Paris a situação é tão precária que os franceses chegam a comer ratos. No Museu de Arte e História de Saint-Denis, hoje uma das *banlieues* populares em torno de Paris, encontram-se materiais e pinturas sobre a guerra, o *siège* de Paris e a Comuna: o quadro “*Le dépeceur de rats*”, ou o “esfola ratos” de Narcisse Chaillou, mostra uma cena onde um homem com um avental e chapéu de cozinheiro, tipicamente franceses, calmamente, esfola um rato, para alimentação.

Mas ratos, cães e gatos eram vendidos. “*La livre de chien se vend de 4 à 5 francs, le rat est à 2 ou 3 francs pièce, et son ennemi d’antan, réconcilié dans la cuisine obsidionale, atteint de 20 à 30 francs. Le pain, qui reste la base de l’alimentation, est infect, car, s’il comporte de l’orge et du riz au début du siège, on y fait peu à peu rentrer de la paille hachée et des succédanés innommables* » (Bourgin, 1928, p. 25).

Apenas no dia 25 de novembro, 1.500 mulheres teriam ido à *mairie* do XX *arrondissement* para pedir pão. A questão dos alimentos é tão grave na França que constantemente se busca uma solução. O fato é que há necessidades humanas que não podem esperar e é a busca dessa solução que incita o povo a uma ação, inclusive, mais radical.

Em 19 de novembro, no clube *Favié*, a decisão de requisitar todos os alimentos, em todos os lugares, para distribuí-los a todos, é lembrada, mostrando que o problema da fome não está sendo resolvido. Na reunião do clube *democratique du casino*, em 25 de novembro, é denunciada a existência de comida nas lojas que, para eles, deveriam ser requisitadas. Na reunião de 13 de dezembro do clube *Favié*, discute-se sobre a condenação à morte em bloco

dos “animais parasitas” como cavalos de luxo, os cavalos que realizam os enterros, cães e gatos. Um dos oradores pede que, ao menos, cães e gatos sejam poupados um pouco, e assim decide a assembleia. Já no clube *de la reine-blanche*, em 26 de dezembro, ocorrem denúncias, inclusive, de uma mulher que está alimentado seu cão com pão. Se o pão falta aos humanos, como dá-lo aos cães?

O *rationnement du pain* – o racionamento, distribuição do pão – é feito em Paris durante o *siège*. No clube *Favié*, em 16 de janeiro, fala-se com animação do racionamento do pão que foi inaugurado no *arrondissement*. Mas eles criticam os homens do *Hôtel-de-ville*, que comem carne enquanto o povo come um pouco de pão. As mulheres narram que foram maltratadas durante a “fila do pão” e que uma mãe foi agredida, caindo ao chão e quebrando o braço, por um guarda do corpo civil, pois ela estava com uma criança.

Na mesma reunião, um orador sustenta que ele mesmo cortou e continuará cortando as árvores dos *bois*¹⁰⁹ de Paris, diante da situação em que se encontram. Em 21 de janeiro, no clube *de la reine-blanche*, um orador afirma que só tem 300 gramas de pão por dia.

Em virtude da situação de desespero que se encontraram, os trabalhadores passaram a agir. Na França e, em especial, em Paris encontramos uma sociedade com agitação espontânea das massas. Os episódios foram inúmeros ao longo do período. Era um momento de bastante agitação política, de participação em grupos e clubes. As ações livres e independentes ocorrem constantemente, para além das ações coordenadas.

É uma população que já não acredita mais no governo republicano, da mesma maneira que acreditou logo que ele foi eleito. Ou seja, esses meses que separam o 31 de outubro e o 18 de março possuem bastante significado, em função do que ocorre entre eles. Não eram apenas os militantes revolucionários que agiam, a população passa por um processo de perda de paciência com relação ao governo, de descrença combinada com a situação econômica angustiante. Ainda, muitos soldados franceses estão presos, outros tantos franceses morrem em decorrência da guerra. Parte do território francês é entregue ao estrangeiro.

Mas veja-se: a população de Paris, os trabalhadores, havia tomado consciência da incapacidade do governo, havia perdido a esperança e o questionava diretamente. Todavia, o restante da França, o campesinato que ainda formava uma grande parcela da população, não teria tido o mesmo avanço de consciência que os trabalhadores de Paris e isso vai se refletir em seu não apoio à Comuna.

Essa espontaneidade reflete-se na organização do movimento. Ora, primeiramente, é importante ressaltar que a espontaneidade do levantamento de massas, para que a situação

¹⁰⁹ Campos, florestas.

revolucionária ocorra, difere da espontaneidade - ou *espontaneísmo* – de um movimento. As massas irão agir e se levantar, independentemente da ação do partido, elas tomam consciência e agitam por questões concretas, ligadas a questões gerais. Isso é uma coisa. A espontaneidade de um movimento que não encontra direção – ou que possui uma direção sem, efetivamente, saber para onde ir – é outra coisa.

Arcary (2001) afirma que Marx teria situado a Comuna como uma situação revolucionária no marco de uma época não revolucionária. Estando frente a uma situação revolucionária, os trabalhadores decidiram ir para a luta e enfrentar uma guerra civil, onde a Comuna e a revolução social já eram bandeiras a serem defendidas, ainda que um programa socialista não tivesse sido efetivamente aplicado.

A situação revolucionária teria acontecido. A ação das massas combinada com a ação de grupos e militantes permitiu que se instalasse um governo de trabalhadores em Paris. As circunstâncias dadas fizeram com que o 18 de março acontecesse. Lênin afirma:

A Comuna surgiu de maneira espontânea, ninguém a preparou de modo consciente e sistemático. A funesta guerra com a Alemanha, os sofrimentos do assédio, o desemprego operário e a ruína da pequena burguesia; a indignação das massas contra as classes superiores e as autoridades que haviam demonstrado uma incapacidade absoluta; a surda efervescência no seio da classe operária, descontente de sua situação e ansiosa por um novo regime social; a composição reacionária da Assembleia Nacional, que fazia temer os destinos da república foram as causas que concorreram com outras muitas para impulsionar a população parisiense para a revolução do 18 de março (Lênin, 1911).

Pelos mais recentes estudos, Johnson aponta que duas grandes escolas interpretativas tem dominado a historiografia da Comuna. Uma é a chamada de interpretação política, que considera a revolta como a resposta a uma circunstância concreta e explica a Comuna pelas dificuldades da ocupação. A Comuna é vista como uma explosão de raiva e frustração patriótica e republicana ou uma reação descentralizada ao segundo império. Por levarem em consideração uma situação, falam em acidente. Já a interpretação social considera a Comuna como resultado de larga escala econômica e de forças sociais rompendo a ordem tradicional. Por isso, pensam em termos de um acontecimento inevitável e natural. Ambas as interpretações recusam a noção de que a Comuna veio de uma ação revolucionária.

Ora, a Comuna teria ocorrido por uma combinação de inúmeros fatores, desde a resposta a circunstâncias concretas, tal qual afirmou a interpretação política, até a explosão de raiva patriótica e republicana, como sustenta a interpretação social. Mas ela não seria nem um acidente, nem um acontecimento inevitável. Não seria possível reduzir todo o fenômeno a um

apontamento ou outro, nem tirar as influências das circunstâncias e da situação apresentada nem ignorar a ação consciente de muitos militantes e partidos que atuaram durante o período. Se a Comuna aconteceu, é porque as condições lhe permitiram mas, também, porque haviam sujeitos – grupos, partidos, associações, clubes, e classes - para fazê-la.

Segundo Harvey, Castells e Gould¹¹⁰, a Comuna foi uma revolução urbana de novo tipo. Falando sobre a haussmanização, Harvey afirma que o império teria fundamentalmente motivos econômicos, querendo resolver a crise causada pela superacumulação de capital. O principal efeito da transformação urbana foi fazer uma cidade em que o capital torna-se o real poder imperial. Ele enfatiza o conflito de classes como consequência da destruição das tradicionais noções de comunidade e da indústria artesanal, favorecendo o capital financeiro e os grandes negócios. Para Castells, a Comuna foi uma revolta urbana de uma população que se via como parisiense e não proletária. Para Gould, a haussmanização foi a causa da Comuna pois tirou as pessoas da cidade e exilou-as na periferia. E isso aumentou a identidade de classe e os conflitos entre as classes.

A variedade de conjunturas foi parte desse processo, como os fatores militares que levaram ao isolamento e bombardeamento de Paris e a assembleia eleita para trazer a paz mas determinada a restaurar a monarquia. Evoluções de longo termo no capitalismo industrial e nas estruturas sociais fizeram o contexto histórico de 1871. Ainda, as origens da comuna, como visto através da história dos clubes e comitês, exige que a cultura política revolucionária das organizações populares seja levada em consideração.

As revoltas foram possíveis quando as causas nacionais e revolucionárias estiveram unidas. Essas foram as lições de 4 de setembro, de 31 de outubro e de 18 de março, e também de 22 de janeiro, quando uma cidade passando fome, prestes a ser rendida testemunhou uma tentativa de militantes de organizações populares de estabelecer uma Comuna revolucionária. Mas mais que isso: a defesa da pátria estava ligada à defesa da república. Defender a pátria, para os *communards*, significava evitar que o governo voltasse para a monarquia.

Por outro lado, o desenvolvimento econômico e político da França a partir de 1789 tornaria impossível que uma revolução, caso ocorresse, não tivesse caráter proletário, ou seja, sem que os trabalhadores apresentassem suas próprias reivindicações. Entretanto, ainda que os trabalhadores formassem uma grande parte da população, isso não significaria uma consciência de classe capaz de realizar uma revolução social. E se uma revolução nesses termos não chega a ter êxito na França, ao menos instala-se uma guerra civil.

¹¹⁰ Tombs (1999).

Se para que uma revolução social triunfe é necessário um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas e trabalhadores preparados para fazê-la e em 1871 nenhuma dessas condições estava presente, como afirma Lênin (1911), entende-se porque a ação *communard* não chegou a ser uma revolução. A França era um país da pequena burguesia, o capitalismo francês encontrava-se pouco desenvolvido. Para além disso, a força do campo, dos latifúndios, ainda era grande. Mas é interessante essa afirmação de Lênin pois ela mostra que a revolução não acontece na França não apenas em função de os trabalhadores não estarem preparados, o que, de alguma maneira, tem relação com o desenvolvimento das forças produtivas, já que um capitalismo mais desenvolvido tende a levar a classe trabalhadora a todos os lugares do globo.

Os *communards* ocupam um *Hôtel-de-ville* que estava vazio. E enquanto o governo nacional continua, de alguma maneira reconhecido – e não - pela Comuna, ele transfere a administração de Paris para os *maires*, que continuam a atuar. Entretanto, com a proclamação da Comuna os *maires d'arrondissements* deixam Paris. Até porque começa o ataque de Versalhes.

Por isso, questiona-se se houve uma efetiva tomada de poder. Se a Assembleia, que estava em Bordeaux e iria funcionar em Versalhes e, efetivamente, passa a funcionar; se Thiers, chefe do poder executivo, permanece ditando ordens, teria sido o poder tomado em Paris e na França? Sim e não. O poder não foi tomado, ainda que o tivesse sido. Eles *ocupam* o poder. O governo nacional e municipal tem que mudar de sede.

O poder foi tomado porque eles passaram a ser o governo de Paris. Só de Paris e não da França, ainda que muitos quisessem que a Comuna passasse a ser o governo de toda a França. Essa questão não foi resolvida. Se, por um lado, muitos afirmavam que a Comuna seria um movimento na capital, que deveria ser acompanhado pelas demais cidades e, dessa maneira, ela não seria o governo da França (o que combina com a teoria de Proudhon), outros *communards*, inclusive em muitos clubes, buscaram afirmar a Comuna como o governo da França.

O abandono dos *maires* de Paris só mostra que eles já não possuem o poder sobre a cidade – que não é uma cidade qualquer, mas sim o centro econômico e financeiro da França. O poder militar do estado nacional era nulo. Mas seus chefes políticos permanecem e não demoram para reorganizar o poder militar.

Arnould sustenta que o 18 de março não foi uma insurreição, já que para haver insurreição, é preciso ter levante popular, ataque contra os poderes estabelecidos, resolução e tentativa de tomar o poder. Ele afirma que em Paris nada disso aconteceu. O povo não atacou,

não houve levante, os homens no *Hôtel-de-ville*, evitaram se pronunciar sobre o poder “caído”. Ou seja, ao invés de marchar em direção a Versalhes e tentar impor um programa para a França inteira, como fazem os governos insurrecionais, eles restaram no terreno comunal e, a fim de evitar a guerra civil e de respeitar a legalidade, eles dialogaram com os conciliadores.

Não consigo afirmar como Arnould que não houve uma insurreição. Olhando a situação de Paris por completo, anterior e posterior ao 18 de março, a resistência organizada, percebendo que o poder sobre a cidade e, portanto, a Comuna foi dos *communards*, que não reconheciam, para Paris, as ordens de Versalhes, pode-se afirmar que houve uma insurreição e que essa resistência vai culminar numa guerra civil.

A duração da Comuna poderia causar dúvidas e questionamentos no tocante à sua caracterização como guerra civil. Mas não há que se negar que houve um confronto armado entre dois lados, mais ou menos organizados, com organização militar, com técnicas e táticas, compostos por pessoas de um mesmo povo, ainda que muitos estrangeiros tivessem participado dela. Ela não é uma guerra entre distintas nações, mas a Comuna já era um governo estabelecido, através de eleições, quando passa a ser bombardeada pelos *anticommunards*.

A Comuna não chega a realizar uma revolução, mas a luta armada e a insurreição ocorrem. Vejamos a etapas para a configuração da guerra civil: durante o período preparatório da Comuna, antes do 18 de março, Paris presenciou muitos motins. Também ocorriam em Paris e na França greves e manifestações contra o regime: seja contra Bonaparte, seja depois contra a república.

A resistência armada ocorre algumas vezes. O 18 de março foi um ato de resistência armada, que desencadeou a organização de barricadas e se não gerou uma batalha de ruas foi em decorrência da fuga do governo da defesa nacional para Versalhes e da própria confraternização que ocorreu entre soldados e guardas nacionais. A formação de barricadas é fortalecida a partir de 18 de março e mantém-se durante os ataques contra a Comuna.

O governo e exército revolucionários já começam a ser criados antes mesmo do 18 de março, quando o *Hôtel-de-ville* é ocupado. A organização da guarda nacional e a eleição de um comitê central combinada com a hesitação de parte do exército em continuar defendendo o governo de defesa nacional vão formando o exército revolucionário. O próprio exército confraterniza com a guarda nacional e parte dele passou para o lado *communard*. Rougerie afirma que isso é consequência de uma atitude desesperada de Thiers, que dá uma ordem excessiva. Mas o governo ficou sem seu braço armado, que não respondeu aos seus chamados. Diferente do 31 de outubro, quando o governo é feito prisioneiro durante a

ocupação do *Hôtel-de-ville* e, portanto, os guardas nacionais reacionários conseguem libertá-lo. Aqui, o governo não é feito prisioneiro. Ele foge.

Mas os *communards* param na guerra civil, ao serem massacrados. Essas ações *communards* não chegaram a realizar uma revolução, que é a efetiva transformação das estruturas. Entretanto, a discussão sobre revolução estava, de alguma maneira, posta. A documentação encontrada, os jornais oficiais, as cartas, apontam para a clareza e o desejo, por parte de muitos membros da Comuna, em realizar uma revolução social.

O que a experiência da Comuna mostra é que a guerra civil pode acontecer a partir do momento em que um grupo se propõe a tomar o poder revolucionariamente, e a tentativa de evitá-la pode levar, como levou, ao massacre.

Quando ocorre o 18 de março, a população parisiense “pôs de improviso o poder nas mãos da Guarda Nacional, em mãos da classe operária e da pequena burguesia, que havia aderido aos operários” (Lênin, 1911). A questão é que ninguém programou o 18 de março. O 18 de março é efetivamente um levante de massas. Por toda a cidade. E é, também, uma resposta a uma ação do governo que também é em toda a cidade. Essa unidade de ação foi reflexo da unidade criada pela ação governamental, mas também, das relações que já existiam entre os militantes. Os oficiais chegam a ordenar, mais de uma vez, que se atirasse contra o povo: é isso que acontece em Montmartre, por exemplo.

A guarda nacional estava cumprindo seu estatuto: não aceitar que fosse desarmada. Assim ela o fez. E diante do ataque contra ela e seus princípios, respondeu. E ocupou o *Hôtel-de-ville*. Só que um *Hôtel-de-ville* que já estava desocupado. Diante de uma ação das massas armadas, não houve defesa para o governo. Ele está desocupado porque o governo viu que não teria como se manter no local. Eles haviam perdido o controle.

No 18 de março, não havia um programa claro, definido e organizado entre os militantes revolucionários. Mas mesmo que se elabore um programa baseado em uma teoria crítica, tal qual o socialismo científico, o que resta desse programa em termos de ações são direções e apontamentos. Como afirma Marx, não se sabe ao certo como se constituirá o socialismo, como ele funcionará, pois é na prática e na existência que ele se realiza. Mas apenas com o estudo do que é o capitalismo e suas contradições, com a sua crítica, que se é possível construir um programa que permita a emancipação humana.

O 18 de março apenas exterioriza um ódio acumulado, relacionado a questões da guerra e com o aprofundamento das contradições sociais. É assim e por isso que os generais serão fuzilados. No clube *de la reine-blanche*, as atrocidades cometidas por Clément Thomas já teriam sido narradas. Seu autoritarismo e desprezo para com os subalternos. Em 20 de

dezembro, um cidadão narra que se encontrou com Clément Thomas e que não pôde dizer uma só palavra. Em 26 de dezembro, denuncia-se que ele, velho reacionário de 1848, e seu estado maior viviam em apartamentos luxuosos. Faz-se também uma denúncia de que Clément Thomas teria acusado alguns batalhões de guardas nacionais, especialmente os republicanos, de indisciplina, desorganizando e nomeando *lieutenants-colonel* e reconstituindo os conselhos de família. Assim, o clube *Reine-blanche* acolheu com aclamação uma resolução do clube *de medecine* reclamando sobre os decretos sobre esses pontos e exigindo a destituição de Clément Thomas. Eles não fuzilaram qualquer pessoa. Clément Thomas era um fuzilador. Era um carrasco para esses homens e sua morte é uma resposta. São os anos de autoritarismo.

A resposta é dada dias após ser formado o comitê central da guarda nacional, de ser votado seu estatuto, que afirma: iremos defender de qualquer tentativa de retirada de nossas armas. Ou seja, quando é formado o exército revolucionário.

A guarda nacional age respaldada por uma decisão dela, de sua organização. Os revolucionários, os blanquistas, os membros da AIT participam do 18 de março, mas são surpreendidos como todos, inclusive, o comitê central da guarda nacional. São surpreendidos, mas logo começam a agir e sua atuação é fundamental. Mas não há dúvidas que a direção imediata fica com o comitê central da guarda nacional, que é a direção do exército revolucionário. Diante do afastamento que a AIT e a delegação tiveram em relação ao comitê central da guarda nacional, elas não ficaram em posição de comando.

Arthur Arnould afirma que Paris encontrou-se diante de três rotas. Ela podia ter entregado suas armas, sabendo que deixaria a França e a república submersas na reação. Essa decisão seria a abdicação. Suicida. Seria uma covardia. Marx mesmo escreve que, para a classe trabalhadora, ter caído sem lutar seria pior que ter lutado e perdido.

Arnould afirma que ela poderia ter tentado uma nova revolução, à moda antiga, ao declarar-se contra as eleições de fevereiro e a marchar contra a Assembleia. Com relação a essa "rota", ele sustenta que não seria prática, de um lado e, de outro lado, afirma que ele não acreditava, depois de tantas revoluções abortadas, na capacidade desses grandes levantes que dão a ditadura durante oito dias e que deixam a reação depois durante vinte anos. Sustenta que se essa revolução desse certo, ela teria que realizar novas eleições nacionais e essas eleições, tendo sido como foram até então, seriam o que são sempre quando se mantém o mesmo sistema. Assim, se a reforma republicana não era abolida, qual o pretexto de uma revolução? Arnould critica as deliberações de uma assembleia de representantes que é nomeada pela centralização.

Ele sustenta que Paris segue um terceiro caminho: resolve, mantendo-se a república, deixar agir o governo eleito pelo resto da França e inaugurar um grande movimento de autonomia comunal, dando ao povo a parte exata de seu poder. Paris decide defender a república, se ela for ameaçada, exigindo apenas a manutenção de suas armas e a nomeação de um conselho municipal encarregado da administração e da organização da polícia interior. Arnould afirma que Paris estava decidida a respeitar o governo legal que a França lhe impunha, mas à condição que esse governo respeitasse a existência, a integridade e a dignidade de Paris.

Bourgin também sustenta que a ideia de uma revolução integral, que valesse por toda a França, foi descartada e que se a província pensasse como Paris, ela deveria fazer como a capital. Ele argumenta que a ideia de uma revolução social não era visada.

É uma questão contextual mas também teórica (mesmo que eles não tenham decidido com clareza teórica ou sequer tenham, efetivamente, decidido). As teorias de Proudhon influenciam muitos *communards*: a criação de uma federação, de uma união de comunas autônomas sem poder central – o que ganha reforço no contexto francês diante do centralismo autoritário que foram os seus governos monárquicos e Bonapartistas. Muitos do *communards* defendem essa posição. E não se vendo detentores do poder, afirmam o respeito ao governo nacional. Não destroem, portanto, o Estado nacionalmente.

De fato, a Comuna de Paris permaneceu sendo um governo municipal, mas as suas medidas avançam os limites das fronteiras de um município. Concretamente, a Comuna foi o governo em Paris e não na França toda e aquela decisão de “criar uma federação independente” em caso de agressão parecia se materializar. Com todas as suas consequências: o isolamento. Paris vai se isolando pelo contexto da guerra, a sua ocupação. As forças políticas não estão suficientemente organizadas para travar uma luta nacional.

Por outro lado, o Conselho da Comuna tomava decisões que eram aplicadas por toda a cidade. Eram decretos que deveriam ser cumpridos por todos. Ou seja, havia centralismo nas decisões do Conselho que tomava decisões com aplicações gerais, independente do *arrondissement* ou do clube.

Ainda, a relação da Comuna com as demais cidades da França, com a intenção de criar laços e novas perspectivas, também evidencia que a sua proposta ia contrariamente ao governo de Versalhes – e seria impraticável que ambos continuassem existindo. Há um duplo poder em termos de propostas. O governo que a Comuna realizava, seus princípios e organização, diferenciava-se do governo de Versalhes.

Os *communards* não queriam o isolamento, era visível que buscavam que as demais províncias os acompanhassem. Muitos afirmaram que Paris não queria dominar a França, nem se impor perante os outros, mas convocaram cada cidade a se organizar como a capital. Ainda, buscaram apoio pela França e pela Europa. “Ao longo do mês de abril e no início de maio, travou-se a batalha pelas zonas rurais circundantes e pelos subúrbios” (Moraes, 2001, p. 107). Mas foram sofrendo muitas derrotas.

A questão é que, ainda que não se quisesse ser um poder nacional, não seria possível crer que o governo burguês fosse aceitar que Paris – com todo o *glamour* que isso significa – ficasse sendo governada por trabalhadores. Nem mesmo as outras cidades na França. Tão logo elas se pronunciavam pela Comuna ou proclamavam a sua Comuna, eram reprimidas. Ainda que outras Comunas surgissem, ainda que os trabalhadores do mundo se manifestassem em apoio a Comuna, ainda que ela tenha abrigado os internacionalistas em suas fileiras – que por ela lutaram e morreram – ela foi ficando isolada. A burguesia jamais aceitaria deixar existir um governo *communard*, em Paris, convivendo com um governo nacional burguês.

Ou seja, o duplo poder que existia, antes, a favor dos *communards*, passou a ser um problema, mostrando que um duplo poder não dura muito tempo e que os que tiveram historicamente no poder não irão deixá-lo. A Comuna aceita o governo nacional, em alguma medida, até porque ela se põe como governo municipal. Ou seja, em termos nacionais, Thiers e a Assembleia Nacional permanecem como poder. Em termos municipais, a Comuna apresenta-se como poder.

E esse duplo poder prejudicial à Comuna é ainda fortalecido quando em Versalhes, no dia 19, Thiers passa a administração provisória de Paris aos *maires*. Ou seja, é criado um governo municipal que irá atrapalhar os andamentos da Comuna – ainda que logo ele perdesse sua força.

Mas, se de alguma maneira, a Comuna foi um poder municipal, isso se relaciona com a sua força política, com o não desenvolvimento das organizações de trabalhadores no restante da França. Esse desenvolvimento é necessário para que seja possível organizar um governo central a favor dos trabalhadores, fundamental para coordenar as ações e garantir a unidade.

Por não terem lutado contra esse governo nacional, permitiram que ele se organizasse enquanto força contra a Comuna. E, principalmente, permitiram que ele organizasse o que lhe faltava: o braço armado. Isso é consequência da espontaneidade do 18 de março. Quando ocupam o *Hôtel-de-ville*, a questão de avançar sobre Versalhes é uma das primeiras a ser discutida, mas não é logo realizada.

No dia 19 de março, há uma reunião do comitê central da guarda nacional que decidirá qual a medida a ser tomada. O apego à legalidade da maioria do comitê central vai ser decisivo para o futuro da Comuna: além de não tomar o banco da França, decidem não avançar sobre os *anticommunards*. Surgem duas propostas: realizar as eleições municipais, já que eles não possuiriam um mandato legitimando suas decisões, ou dirigir-se para Versalhes, para dispersar a Assembleia e chamar a França inteira para se pronunciar. Duval sustenta que os membros do governo ainda estariam em Paris e que seria necessário tomar as medidas rápidas para dispersar os batalhões hostis. Efetivamente estavam em fuga. Jules Favres e Picard tinham acabado de deixar Paris, Jules Simon, Jules Ferry, Dufaure, Leflô e Pothuau tinham fugido durante a noite.

O comitê central acha que é o momento de reorganizar a administração, ou seja, de enviar os delegados para ocupar os espaços. Mas, ao mesmo tempo que começa a ocupar a administração, a editar decretos, o comitê central recusa a se declarar como governo provisório. Afirmando-se como encarregado de organizar a defesa de Paris, caça o governo que o traía. Mas seus membros entendem que agora seus mandatos expiraram e as eleições deveriam ser preparadas. O *Hôtel-de-ville* é apenas guardado em nome do povo.

Eles decidem pela realização das eleições municipais e pela construção de barricadas por Paris. Mas ao não se reconhecer como governo, não tomaram medidas necessárias. E, por efetivamente serem um governo, não tiveram como fugir de outras questões que a realidade os impunha. Eles decidiram. O decreto que abole os conselhos de guerra e que exige a libertação de todos os presos políticos é sim uma decisão urgente e foi tomada.

Os novos homens do *Hôtel-de-ville* tiveram que ocupar os ministérios deixados e reorganizar a cidade. Delegar membros para as funções. Combatz foi delegado para os Telégrafos, A. Arnaud e E. Grélier para o Interior, Jourde e Varlin para as Finanças, Duval e Raoul Rigault para a *Préfecture de Police*, Bergeret para *la place*, Eudes para a Guerra, Assi para o comando militar do *Hôtel-de-ville*.

Mas essa ocupação dos espaços não significava que o comitê central tinha a intenção de governar a França nem instalar um governo, até porque as pastas mais importantes e os funcionários especializados estavam em Versalhes. Ou seja, o governo estava deslocado e continuava existindo.

São essas decisões imediatas que deveriam ter sido tomadas, também, em outros aspectos. Especialmente na questão militar – que é urgente. Ora, qual legitimidade buscava o comitê central da guarda nacional? Mais legitimidade que o curso dos acontecimentos e que todas as eleições de seus chefes? Se o poder *cai* em suas mãos, é porque ele tinha apoio e

legitimidade. Evidente que a realização das eleições é importante, mas a escolha do seu momento é crucial. Para garantir sua existência, seria preciso aniquilar o outro poder e impedir que ele continuasse atuando.

O comitê central buscava regularizar a situação por meio das eleições. Organizar os serviços públicos, proteger a cidade de uma surpresa. Mas como fazer isso tudo ao mesmo tempo? Lênin (1917) retoma a crítica de Marx, de caráter técnico: o comitê central renunciou demasiado cedo aos seus poderes. Ora, uma eleição demanda tempo e esforço. Após a tomada do poder, uma série de questões deve ser resolvida. Entre elas, a garantia da existência. O comitê central tinha que ter tomado todas as medidas necessárias antes de lançar-se na organização de uma eleição. Evitar que a reação se fortalecesse: o que inclui a preocupação com Versalhes. Os nove dias que decorrem entre uma coisa e outra foram preciosos.

Quando Marx escreve a mensagem do Comitê Central para a Liga dos Comunistas, afirma que as eleições devem ser chamadas, mas após a derrocada dos governos existentes. A questão é até que ponto é possível mencionar que o governo tinha sido derrotado em Paris, já que ele se muda para Versalhes e continua em atividade. Marx escreve:

It appears that the defeat of the Parisians was their own fault, but a fault which really arose from their too great honnêteté [decency]. The Central Committee and later the Commune gave the mischievous abortion Thiers time to centralise hostile forces, in the first place by their folly in trying not to start *civil war*--as if Thiers had not started it by his attempt at the forcible disarming of Paris, as if the National Assembly, which was only summoned to decide the question of war or peace with the Prussians, had not immediately declared war on the *Republic!* (2) In order that the appearance of having usurped power should not attach to them they lost precious moments--(they should immediately have advanced on Versailles after the defeat (Place Vendôme) of the reaction in Paris)--by the election of the Commune, the organisation of which, etc., cost yet more time (Marx, 1871)¹¹¹.

E complementa em outra carta:

Eles deviam ter marchado imediatamente sobre Versalhes, depois que Vincy, primeiro, e em seguida o setor reacionário da Guarda Nacional de Paris se retiram. O momento preciso foi perdido por causa de escrúpulos de consciência. Eles não queriam *começar a guerra civil*, como se esse nocivo *aborto* Thiers já não a houvesse iniciado com sua tentativa de desarmar Paris. Segundo erro: o Comitê Central entregou seu poder muito cedo, para dar caminho à Comuna. Outra vez por escrúpulos “muito honrados”! Entretanto, pode ser que o atual levante de Paris – mesmo se ele for

¹¹¹ Carta a Ludwig Kugelmann, 6 de abril de 1871.

esmagado pelos lobos, porcos e cães sujos da velha sociedade – seja o feito mais glorioso do Partido desde a insurreição de junho em Paris. Compare esses parisienses, que vão em assalto ao céu, com os escravos celestes do sacro Império Romano Germano-Prussiano, com seus disfarces póstumos encobrendo os quartéis, a Igreja, os latifúndios e, sobretudo, os filisteus (Marx)¹¹².

E Lênin (1907), parafraseando Marx ao analisar as técnicas da insurreição, afirma: a insurreição deveria ter sido ofensiva, deveria ter ido para Versalhes. Louise Michel também argumenta que foi um equívoco não se ter marchado em direção ao inimigo. Mas haveria possibilidade de vitória para os *communards*, caso tivessem decidido marchar?

Segundo os dados, o exército *anticommunards* teria apenas 12.000 homens. Além disso, estava desorganizado: haviam acabado de perder a guerra franco-prussiana. Muitos morreram nos campos de batalha. Os homens estavam desanimados e prontos a entrar com um acordo com a insurreição de Paris. Na fuga para Versalhes, deixaram para trás mais de 400 mil fuzis, 1.740 canhões e a munição correspondente. Cabe lembrar que os fortes chegaram a ser abandonados, mesmo que fossem retomados no outro dia, a pedido dos generais de Thiers. Diversos testemunhos apontam que Versalhes era uma cidade em pânico.

Ainda, a França estava ocupada. Por outro lado, os insurgentes estavam com o furor de ter tomado o poder, de ter matado dois generais e expulsado os políticos tradicionais. A situação era favorável a eles. E é essa não ida no momento oportuno que vai resultar numa ida em momento inoportuno e sem organização.

Evidente que não é possível aferir certeza de vitória de uma suposta marcha a Versalhes. Mas os dados contribuem para mostrar que, ao menos, a luta na França teria tomado outros rumos. Tendo a crer que essa decisão, se tivesse sido outra, teria dado mais tempo para a Comuna. Ou seja, os trabalhadores poderiam ter assegurado uma zona de segurança, permitindo que o campesinato pudesse ter se unido à Paris.

Mas ainda que não tivesse ido no dia 19 ou 20, poderiam ter ido no dia 26, logo após a eleição da Comuna. Não foram. Esperaram o ataque *anticommunard* para se por, efetivamente, em guerra. Mais uma vez, o excesso do apelo de defesa foi refletido. Aliás, o movimento é erguido, durante toda a guerra Franco-Prussiana, para defender Paris. E continuam a defendê-la. Mas ao defendê-la, não perceberam que deveriam ter atacado e não o fizeram porque não queriam a guerra civil. Como se fosse possível evitá-la.

A não saída para Versalhes foi decidida com a consciência de se traçar o terceiro caminho apontado por Arnould, ou seja, inaugurar um grande movimento de autonomia

¹¹² Carta a Ludwig Kugelmann, 12 de abril de 1871.

comunal? A minha dúvida é se a decisão de não ir a Versalhes e eleger um poder municipal foi consciente no sentido de se buscar essa terceira via, ou seja, a criação de unidades autônomas que iriam se relacionar.

Por um lado, parece-me que o comitê central toma a decisão de não marchar a Versalhes em virtude da importância de se realizar as eleições e não como uma decisão consciente de se restringir a amplitude do movimento. Nessa busca de legalidade e para não se tornarem, como pensaram seus membros, usurpadores de um poder que acreditavam não possuir, eles decidem realizar as eleições, a fim de entregar o poder para os delegados do povo. Mas ao decidirem pelas eleições municipais, eles mostram que se entendem responsáveis pela organização apenas do poder municipal e não da França.

Por outro lado, a realização de eleições apenas municipais tende a mostrar que possuíam a intenção de eleger apenas o governo de Paris. Não seria essa a intenção dos críticos do governo de defesa nacional durante a guerra Franco-Prussiana? Eles não estavam, constantemente, exigindo eleições municipais, a eleição da Comuna? E não era isso que dizia o estatuto da guarda nacional, ao afirmar a independência de Paris?

Veja-se, entretanto, que um artigo do jornal *la rouge* publicado no dia 17 perguntava aos clubes se o Conselho da Comuna seria o governo da França. Ou seja, a questão de ampliar a revolução para toda a França era visivelmente um ponto a ser pensado e debatido e ainda se mantinha como uma questão em aberto.

Até porque marchar contra Versalhes, quando estavam em uma posição mais favorável, não precisaria significar fazer uma revolução “à moda antiga”. Não se precisaria reviver a história em todos os seus momentos. Mas significaria aniquilar o inimigo enquanto força e enquanto se tem uma força superior. Também não significava um “banho de sangue”. Mesmo que eles quisessem criar a federação e unidades autônomas, teria sido fundamental destruir o poder de Thiers.

A desorganização dos reacionários era tamanha que não seria uma luta árdua. O próprio Arnould diz que não teria havido coisa mais fácil. O seu receio era aniquilar o inimigo, fazer um poder central e manter a velha ordem política: uma centralização forte que concentra tudo em Paris e não permite a vida “inteligente” na província. Mas porque a criação de um poder central iria, necessariamente, desembocar nas velhas consequências? E como acreditar que as províncias poderiam ter seus atos de liberdade sob a dominação de um poder nacional que combatia qualquer ação crítica?

Arnould, constantemente, critica a centralização e isso é sua preocupação principal. Ao fazer isso, parece imputar a essa centralização todos os males políticos da França. Entretanto,

entendo que a questão não é essa. A Comuna é algo distinto do que era o Estado francês e, se acabou transformando-se apenas em governo municipal, seja em virtude das condições postas, seja porque seus membros assim fizeram, isso não significa que a federação, da forma como defende Arnould, seria a solução para superar a existência do Estado.

Balibar (1975: 58) afirma que a Comuna previa a autonomia relativa das províncias e das comunas mas de maneira nenhuma a abolição da centralização. “A Comuna não era federalista, mas centralista, em virtude das próprias características da sociedade moderna, que não é uma sociedade de produtores independentes, mas repousa já num grau elevado de socialização da produção”. Ela mostrou a possibilidade de um centralismo democrático sobre a aliança dos operários e outros trabalhadores, sob a direção dos operários.

Marx vai criticar a noção de federação de Proudhon e irá defender a centralização, mas sua concepção de centralização – e as medidas que esse poder central vai tomar – nada se assemelha a uma monarquia ou ao bonapartismo. É uma centralização organizada sobre outras bases: a primeira fase do comunismo, a ditadura do proletariado ou o Estado socialista. Ou seja, nesse primeiro momento caberia aos trabalhadores destruir o Estado burguês e se apropriarem da máquina estatal para fazer o seu governo de classe. É aqui que se trava um dos maiores debates entre anarquistas e marxistas. Isso tem reflexões diretas no que foi a Comuna, já que as influências anarquistas na França eram enormes.

Marx inspira-se também na revolução francesa de 1789, o que não quer dizer que vai reproduzi-la. Quando defende a ditadura do proletariado, pensa na existência de um poder que sirva à classe trabalhadora no seu combate contra a burguesia. Ou seja, na utilização do Estado pelos trabalhadores e no seu interesse. Diante da “loucura” de se pegar em armas, Marx não hesitou em dizer: que se tivesse ido a Versalhes.

Lissagaray questiona essa “certeza em ter ido a Versalhes”. Ele afirma que a assembleia, no primeiro alerta, teria ganhado Fontainebleau com o exército, a administração, a “esquerda”, tudo o que era preciso para governar. A ocupação de Versalhes teria apenas tirado o inimigo de seu lugar. Os batalhões populares estavam mal preparados para ter, ao mesmo tempo, Versalhes e Paris.

Ora, marchar em direção a Versalhes não significa ocupar uma cidade. Significa aniquilar um inimigo, não deixar escapar e, portanto, impedir que ele continue exercendo influência. É isso que aqueles que defendem a ida a Versalhes sustentavam. Era tirar, efetivamente, esses homens da ordem do poder: que é outra coisa que ocupar seu espaço ou a sede de sua administração.

Arnould afirma, também, que se tivessem marchado para Versalhes, os prussianos teriam atacado. Que não teriam permitido a vitória de um governo de trabalhadores. O temor existia, mas Bismarck não partiu imediatamente em apoio a Thiers. Bismarck só decidiu apoiar os versalheses depois que o caráter revolucionário do levante de 18 de março ficou evidente e depois que Thiers cedeu a todas as exigências. Ou seja, numa continuação de 18 de março, teria sido difícil aos prussianos partir contra os trabalhadores de Paris. E mesmo que os prussianos tivessem vindo ao auxílio dos reacionários, a história já teria sido outra. Inclusive na Alemanha.

Se Marx já apontava, e reforça no *Manifesto*, que a insurreição na Alemanha estaria para vir, já em 1848, ao menos uma luta contínua na França poderia ter impulsionado a movimentação no país vizinho.

Se os operários alemães não podem chegar à dominação e realização dos seus interesses de classe sem passar por todo um desenvolvimento revolucionário prolongado, pelo menos desta vez eles têm a certeza de que o primeiro ato deste drama revolucionário iminente coincide com a vitória direta de sua própria classe na França e é consideravelmente acelerado por aquela (Marx, 1850, p. 9)¹¹³.

Os trabalhadores não se libertam do poder nacional. E a influência é tanta, que o governo nacional bem como o até então governo municipal irá interferir diretamente no desenrolar dos fatos. As eleições serão acordadas com os *maires* e deputados que ainda continuam a estabelecer um diálogo com os *communards*. E é essa atuação que vai consumindo as energias do comitê central da guarda nacional e que vai dando a Thiers o tempo necessário para organizar seu exército e voltar contra os trabalhadores.

Entretanto, mesmo para um acordo, em circunstâncias como essas – de impossibilidade de vitória (e veja-se que em 31 de outubro de 1870 também foi a impossibilidade de vitória que fez com que eles acordassem deixar o *Hôtel-de-ville*) seria necessária uma postura ofensiva dos *communards*, para conseguir exigir que suas reivindicações fossem atendidas. Se não foi conseguido um acordo, é mais em virtude da recusa do poder nacional do que dos próprios *communards*.

Lissagaray (2000,p. 149) afirma que Thiers tinha dado sua palavra: “não continuem uma resistência inútil, eu estou reorganizando as forças armadas. Eu espero que antes de 3 semanas ou quinze dias eu tenha força para *délivrer Paris*”.

¹¹³ Mensagem do comitê central para a liga dos comunistas.

Isso mostra que o plano de Thiers, desde o começo, seria uma guerra contra os trabalhadores. Há anos o Império vinha perseguindo os membros da AIT, os blanquistas, os grevistas. Há anos queria “limpar” o socialismo, o anarquismo de Paris. Até que ponto queria uma guerra civil ou a planejava, é difícil de afirmar. Mas seu ódio de classe já havia se manifestado em outros momentos de sua história. E sua assembleia monarquista queria continuar com seus subalternos. Não suportava mais dormir nos corredores de Versalhes. Queria voltar triunfante para a cidade luz. Era inaceitável ver que os trabalhadores estavam no poder, organizando uma cidade.

Essa “esquerda” parlamentar, que fica em Versalhes e *trai* a Comuna teve um papel fundamental na sua derrota. Eles vão envolver os *communards* em muitas questões, desviando de seu foco. Por outro lado, vão legitimar, para a província, as ações de Thiers, quando eles exigem uma França republicana. Ao lado de Louis Blanc, conhecido republicano e que até mesmo os socialistas confiaram, não seria difícil defender o seu governo. Nem afirmar que era ele o governo das liberdades – principalmente depois de cortar qualquer relação de Paris com as demais cidades francesas.

Arnould afirma que uma declaração honesta, de um desses homens, defendendo a Comuna, explicando a situação teria sido um apoio crucial para Paris. Mas não, eles publicaram proclamações sem explicar o que acontecia, aceitando que Thiers permanecesse a contar mentiras sobre a capital. Na declaração dos nove deputados de Paris – Louis Blanc, Henri Brisson, Edmond Adam, G. Tirard, E. Farcy, A. Peyrat, E. Quinet, Langlois e Dorian -, que pode ser lida no jornal *Le Bonnet Rouge*, de 10 de abril de 1871, essa postura dos “representantes” de Paris na Assembleia de Versalhes, de legitimar as ações do governo e, ao mesmo tempo, não dar apoio à Comuna, é evidenciada. Os deputados afirmam defender a República e criticam a autonomia da Comuna capaz de destruir a unidade nacional. Chegam a defender, de alguma maneira, a postura do governo que iria adotar uma política de moderação. Os deputados, reconhecendo sua esperança de que não ocorresse a guerra civil, admitem que essa esperança estava enganada e assumem que irão continuar no cargo dado pelo “sufrágio universal”, defendendo a República através das armas mais eficazes: o discurso e a razão.

A conciliação não seria realizada, pois não era essa a intenção do governo de Thiers. Ele queria a guerra, queria aniquilar seu inimigo e, se em 18 de março não houve oposição, no dia 2 de abril os versalheses atacam Paris. E a consequência disso é bem mais desastrosa para os *communards*.

Houve resposta à situação revolucionária, os *communards* instalam seu governo. Governo e exército revolucionários passam a estar à frente das decisões e ações em Paris.

Mas não agem na ofensiva, demoram a romper com o governo nacional e com essa esquerda parlamentar. Mas rompem, não só com os burgueses, ruralistas e monarquistas. Pela primeira vez, os trabalhadores rompem com a “esquerda parlamentar”. Realizam as eleições e formam a Comuna. Defendem-se com seu exército e sua vida.

e. As decisões e o programa mínimo

As decisões da Comuna não foram tomadas apenas no Conselho. Os clubes aprovavam resoluções e moções e muitas vezes contavam com a participação de membros do Conselho. Nas *mairies* as decisões administrativas e militares eram tomadas.

A Comuna buscava o respeito ao seu princípio e era isso que servia de “limite” às discussões. Durante certo período mesmo os jornais *anticommunards* circulavam, até que o conselho decide proibir os jornais que atacassem a existência da Comuna.

Indivíduos e o Conselho poderiam ser atacados mas não o princípio da Comuna e da república. Clubes e comitês eram os pilares da sociedade, as bases fundamentais. Embora o discurso no clube fosse limitado aos que aceitassem os princípios da Comuna, havia espaço para debate e crítica. Para *communards*, a intimidação exercida nos *arrondissements* populares era um atributo positivo e um tipo de força para a revolução.

Os clubes exigiam igualdade entre *communards*. E os diálogos e decisões do clube *communal*, para citar um exemplo, pareciam ter conformidade com a maioria das organizações populares. Denúncia a traidores, sentenças de morte, líderes, indicação de que a Assembleia Nacional estava fora da lei, propriedade fiscalizada. A eleição de Landeck pelo clube *communal* para o conselho é uma expressão de cultura dos clubes. Ainda que ele não chegasse a ser membro direto, ele se relacionava diretamente com o Conselho.

Balibar afirma que a Comuna não teria seguido a política que ditavam as posições ideológicas da maior parte de seus membros. Ela seguiu uma política diametralmente oposta, a política do socialismo científico, ditada pela necessidade. Necessidade da sua existência e sobrevivência. A classe operária dominava, mas não assegurava a direção, já que também estavam presentes representantes da pequena burguesia revolucionária, artesanal e intelectual.

Bakunin e os demais anarquistas entendem que a Comuna confirmou o anarquismo. “O socialismo revolucionário acaba de tentar uma primeira manifestação brilhante e prática na Comuna de Paris” (Bakunin, 2006, p. 79). Para Bakunin, a Comuna é a negação do Estado.

Todavia, para Marx, a Comuna seria o embrião de um Estado novo, ainda que temporário. É o governo dos trabalhadores, das classes expropriadas. Marx constatou que a Comuna seria a antítese do Império. É a partir da Comuna que será resgatada a expressão “ditadura do proletariado”, cujo exemplo histórico é a própria Comuna.

Os *communards* rejeitavam a república burguesa e preconizavam a república democrática e social. Mas a própria noção de república ainda não tinha passado pela experiência histórica de ser o que é hoje, ainda que nos Estados Unidos da América ela já existisse. Se ela foi essa república, teria sido ela uma forma de governo ou a ausência de governo? Um novo Estado ou um não Estado?

A Comuna opunha-se ao Império, mas sua organização, com base no sufrágio universal, com a eleição de delegados, com a elaboração de decretos pelo Conselho, que valiam para toda a cidade, com a manutenção da luta armada, com a realização de julgamentos e aplicação de penas mostra que a Comuna foi um governo. Mas essa república é marcada pela noção de que é uma forma de governo em que o povo, os trabalhadores, as classes exploradas, estariam exercendo o governo. As classes dominantes, até então, teriam governado por meio de regimes monárquicos, imperialistas ou bonapartistas.

O embate político, teórico e prático da Comuna tem reflexo em suas ações. Mas as condições em que ela ocorre são determinantes para as suas decisões. Se ela não era socialista e nem podia sê-lo, como afirma Marx, se a solução teria sido apenas um acordo diante da impossibilidade de vitória, o que deveriam ter feito os *communards* após iniciar uma luta contra o governo?

A Comuna deparou-se com muitas questões concretas e práticas, mas que perpassam por sua postura política. Um delas é a incompatibilidade do mandato, ou seja, do membro eleito para atuar na Comuna e também eleito para a assembleia nacional. Na primeira assembleia de 28 de março essa questão teve que ser decidida. Muitos votos, entre eles Vallès, Jourde e Theisz, pronunciaram-se para propor a incompatibilidade. Duval também a sustenta. Mas a Comuna envia o problema à comissão eleitoral que confirma a impossibilidade técnica e, principalmente, política. Assim fizeram Delescluze, Pyat, Gambon, Millière, Razoua, Cournet.

Ora, evidente que seria incompatível manter-se nos dois lados, posto que o conflito estava posto. Depois, ainda, o ataque contra Paris colocaria mais em destaque a incompatibilidade em se estar com os dois mandatos. Mas a Comuna deveria ter a prudência de perceber quais membros estariam tendenciosos a manter ambos os mandatos. Por outro lado, poderia ter sido útil a manutenção de um membro de confiança em Versalhes, para saber

seus próximos passos – ainda que fosse preciso que essa pessoa recusasse, a fim de conseguir atuar nessa função - o mandato na Comuna.

Outra questão fundamental da Comuna foi lidar com as ausências. Desde que as reuniões começaram, um quarto dos membros faltava as reuniões. Muitos membros propuseram na reunião de 1 de abril (Duval, Chardon, Oudet, Protot e Delescluze) a *radiation*¹¹⁴ de todos os membros que não pudessem justificar sua ausência. Em virtude das mortes, renúncias e ausências, a Comuna realiza novas eleições em 16 de abril, mas as abstenções continuam. Ainda, as eleições não tiveram ampla participação e os candidatos não obtiveram o quórum mínimo para ser eleito. O relatório da comissão eleitoral é pela validação desses mandatos. As conclusões do relatório são adotadas por 26 votos a 7.

Arnould questiona a realização dessas eleições e a consequência que ela teve. Ela tinha motivos sinceros para que acontecesse, já que as renúncias, mortes e ausências deixaram a Comuna esvaziada, mas foram realizadas no momento equivocado. Foram intempestivas e exageradas. Não era mais um momento para voto. Desde o início do mês Paris era bombardeada, a guerra avançava e a situação estava numa situação trágica que não deixava o sangue frio para que se pudesse organizar um sufrágio universal.

Ainda, os *arrondissements* que não tinham delegados, onde era necessário chamar ao voto, eram aqueles onde a Comuna possuía menos apoiadores ou militantes, onde era possível prever que o número de participantes seria pequeno. Por outro lado, todas as pessoas mais dedicadas à causa revolucionária estavam nas trincheiras, nos fortes. Estavam no combate da cidade. O povo também não achava nenhuma importância nessas eleições complementares, já que os homens do *Hôtel-de-ville* poderiam salvar a situação. E, caso não pudessem salvá-la, não seria a soma de alguns colegas que a salvaria.

Arnould afirma que as eleições foram apenas parlamentarismo. Não era momento para eleições, mas para soldados; não era momento de saber se estava ganhando ou não a opinião parisiense, era momento de defender Paris dos versalheses. Assim, além de o número de votantes ter sido mínimo, Paris ainda pareceu ter perdido três quartos da sua popularidade. E, com isso, deu motivo para Versalhes comemorar e se fortalecer moralmente.

Por fim, todos os novos eleitos não tinham alcançado o quórum, ou seja, a oitava parte dos eleitores inscritos, exigidas pela lei do império e com base na qual a Comuna fez a eleição. A Comuna não havia mudado a lei eleitoral anteriormente. Para Arnould, a Comuna deveria ter considerado as eleições nulas, mas ela decide que a abstenção não poderia suprimir o sufrágio dos demais e valida as eleições.

¹¹⁴ Remoção, retirada.

Ainda, as eleições foram questionadas em virtude de como foram convocadas. Arnould sustenta que o direito de convocação pertence ao corpo eleitoral e não ao executivo. Essa posição é apoiada por Pyat, que numa carta de renúncia em 20 de abril afirma que os eleitos não podem substituir os eleitores. Os eleitores de seu *arrondissement* pedem para que ele continue, afirmando, inclusive, que são os eleitores que devem revogar os mandatos dos delegados.

Mas Arnould argumenta: se tudo isso tivesse salvado a Comuna, ele não teria criticado a realização dessas eleições. Os homens que poderiam agir no Conselho, poderiam ter servido a Comuna de outra maneira. Eles nem mesmo alteraram a composição do Conselho. Essas novas eleições acabaram apenas por abalar moralmente a Comuna.

A Comuna também teve que decidir sobre a publicidade dos debates. Duval, Rigault, Frankel, Vaillant e Grousset pronunciam-se contra, já que nas circunstâncias em que eles se encontram essa publicidade seria prejudicial. Em 28 de março, Grousset, Dereure, Mortier e Ranvier falam da necessidade de ausência de publicidade. Grousset sustenta que a assembleia é um conselho de guerra, que não pode deixar que Versalhes tome conhecimento de suas ações. No dia 30 de março, voltam a discutir sobre isso. Também em 1 de abril. Em 11 de abril, a Comuna adota um *procès-verbal* sumário que será inserido no *Journal Officiel*, depois da aprovação da assembleia. Em 18 de abril, depois de uma intervenção de Amouroux, secretário da Comuna explicando as dificuldades técnicas de se restituir os debates, é decidida a instalação de um serviço estenográfico e da publicação no *Journal* de uma prestação de contas analítica. Mas entende-se que não há publicidade quando a Comuna decide em comitê secreto.

Arnould vai criticar a decisão da Comuna no tocante à publicidade. Defendendo que as reuniões da Comuna fossem públicas, diz que essa decisão teria isolado a Comuna. Em vez de fazê-la ocupar a praça pública, ela se isolou. Transformando-se logo num governo, considerando-se uma assembleia ordinária, não permitiu que o povo pudesse, efetivamente, interferir.

Em 21 de abril, Pyat sugere que o *Journal Officiel* seja gratuito, muitos apoiam mas muitos criticam por razões práticas e por seu valor. A decisão é a de fazer um grande cartaz e manter seu preço reduzido.

A não publicidade das reuniões acarreta o distanciamento e a dificuldade em interferir nos assuntos da Comuna, podendo gerar o isolamento apontado por Arnould. Por outro lado, a situação de guerra exige que certos assuntos e decisões não possam ter publicidade e assim seguiu a Comuna. São dificuldades que a própria circunstância vai gerar.

E é como consequência da situação pela qual passava a Comuna que surge a discussão do *Comité de Salut Public*. Mesmo antes do 18 de março era comum que muitos militantes reivindicassem a formação de um *Comité* como esse, que fazia lembrar o terror da revolução francesa e por isso causava tantas discussões. O debate em torno do *comité de salut public* é um dos mais complexos. A maioria, buscando respostas mais enérgicas diante da situação de guerra, decide pela sua criação. Seria entregar o poder da Comuna a um pequeno número de homens.

Arnould, da minoria, faz inúmeras críticas ao comitê. Uma delas é deixar que cinco pessoas tomem para si a responsabilidade de decidir a situação. É uma responsabilidade verdadeiramente grande para se deixar recair em poucas pessoas. Ainda, eleitos por um mandato imperativo, sua abdicação seria a abdicação do povo. Mas o que queria o povo? Ele queria a criação do comitê?

Arnould também aponta que o risco de traição aumentaria, que bastaria um desses homens – e descobrir quem são os traidores é uma questão um tanto complicada – serem espiões ou agentes de Versalhes para colocar tudo a perder. Por fim, ele afirma que a utilização desse nome, para o resto da França, poderia fazer lembrar o terror da revolução francesa e agir negativamente. Seria necessário, ao menos, ter criado outro nome. Ainda, Arnould entende que não era mais um momento de medidas políticas, mas sim de medidas de combate.

Aqueles que votaram contra a criação do comitê decidiram não participar de sua nomeação. O debate foi enorme, os membros da maioria ficaram indignados. A raiva, segundo Arnould, foi excessiva. Depois disso, iniciou-se uma ruptura entre ambos os lados. A maioria inicia uma separação, começou a ser inacessível um debate entre eles. Diante disso, a minoria lança o seu manifesto, afirmando, em essência, que a Comuna havia abdicado do poder passando às mãos de uma ditadura que ela chamou de comitê de *salut public*, que a maioria tinha se declarado irresponsável de seu voto e abandonou ao comitê todas as responsabilidades da situação, e que a minoria acredita que a Comuna deve aceitar todas as suas responsabilidades. Os membros da minoria afirmam que apareceriam apenas quando a Comuna fosse julgar um de seus membros e que iriam se retirar em seus *arrondissements*, convencidos de que a questão da guerra tem primazia sobre as outras e que iriam passar o tempo com os guardas nacionais, fazendo parte da luta decisiva. Assinaram: Beslay, Jourde, Theisz, Lefrançais, Gérardin, Vermorel, Clémence, Andrieu, Serrailleur, Longuet, Arnould, Clément, Avrial, Ostyn, Frankel, Pindy, Arnold, Vallès, Tridon, Varlin, Courbet e Malon.

Arnould afirma que a minoria obteve apoio de um grande número de trabalhadores e das seções da AIT. Os membros da minoria que faziam parte do IV *arrondissement* obtiveram dos eleitores uma declaração que ele narra. Aproveitaram a circunstância para prestar contas da gestão, Lefrançais, que não fica até o final da sessão, fala em nome da minoria, depois Clémence e Gérardin. Amoroux estava representando a maioria. Havia em torno de 2.000 eleitores. A assembleia vota que “*la minorité avait fait preuve en ces circonstances de conscience et d’honnêteté* ». Mas os membros da minoria deveriam retornar às funções.

No dia seguinte, Clémence, Gérardin e Arnould foram para a reunião da assembleia, afirmando que em nome dos eleitores iriam tomar parte nas deliberações. É nessa reunião que lhes foi dito que os versalheses haviam entrado em Paris.

Segundo Arnould, a minoria estava em seu direito de criticar. Entretanto, o manifesto da minoria não teria sido compreendido pela população. Muitos apenas tinham visto que havia uma cisão e que eles estavam se retirando. A manifestação tinha um caráter muito parlamentarista para ser bem compreendida, ela discutia princípios, mas o momento não era mais para essa discussão. O povo não podia ver as grandes linhas, viu apenas essa separação e essa decisão o inquietou, fazendo-o crer que havia uma falha, um deslocamento do poder com o qual ele contava para dirigir a defesa e combater os inimigos.

Arnould reconhece que a opinião pública tinha razão. O manifesto veio muito tarde, num momento em que não cabia à Comuna saber “o que” nem “como” ela seria, mas “se” ela seria. Se ela tivesse vencido, seria um dever chamar o povo para se pronunciar. Se no início de abril a minoria, constituída como foi ao fim de maio, tivesse tido uma ação mais enérgica para conduzir a Comuna a uma via mais moderna, teria resultado num grande bem. Assim, qualquer que fosse a política, ela deveria ter sido uniforme.

Se as coisas assim aconteceram foi pela falta de acordo dos membros que depois vieram a compor a minoria e que, por muito tempo, agiram isolados. A minoria vai se formando sucessivamente, com a soma de indivíduos diversos que, diante das faltas cometidas, abandonam a maioria. Foi o caso de Tridon, Frankel e Varlin.

Arnould, todavia, sustenta que, apesar de imaginar que a Comuna não sairia vencedora, não poderia imagina que iria perder tão rápido. Assim, o manifesto veio muito tarde e num momento que não podia haver divisão. O conflito entre maioria e minoria foi tal que Villaume aponta que Rigault tinha preparado mandado de prisão contra os membros da minoria. E a maioria tinha seu próprio timbre, ao assinar suas ordens.

Mas, em que pese as discussões sobre a criação do comitê, o comitê de *salut public* não poderia ser considerado uma ditadura: seu poder derivava e dependia da eleição do

Conselho; ele não era contra a massa, já que o ímpeto de criar veio da *salle marseillaise* (19 *arrondissement*) e no dia 24 de abril o comitê do *arrondissement* passou uma resolução chamando um *comité de salut public*. Assim, 4 dias depois Miot, membro do Conselho e desse *arrondissement*, fez a proposta. Ainda, não havia declaração contra o comitê *de salut public* e muitos eram favoráveis a ele. Em um encontro da AIT, ela não condenou a minoria pela declaração mas falou para voltar a participar do Conselho, o que também foi feito pelos comitês.

Logo, nos clubes muitos concordavam com a existência de um *Comité de Salut Public* e mesmo a postura clubista era do exercício da violência. Assim, não seria possível afirmar que a eleição desse comitê seria contrária à Comuna.

Mas essa discussão em torno do Comitê mostra o quão dividida estava a Comuna. Johnson afirma que houve uma quebra da coalizão socialista. Ele afirma que 28 dos 78 membros tinham assinado o cartaz vermelho de 6 de janeiro. Dos 28, 26 eram da maioria e 8 da minoria; 3 votaram não para o nome *comité de salut public*; 50 membros do Conselho eram ativos de comitês de vigilância, 30 da maioria e 14 da minoria. Ainda, 5 foram contra a criação mas não assinam a declaração da minoria.

Da mesma maneira que não havia unidade teórica, não havia unidade em termos de propostas. Os membros mais avançados tinham a revolução social como meta, ainda que pudessem verificar as dificuldades em realizá-la.

Antes de mais nada, é preciso salientar que o tempo, como também sustenta Marx, faltou à Comuna. E, a meu ver, apenas com o tempo seria possível aprofundar medidas socialistas, especialmente numa sociedade em que ainda tem questões “democráticas” tão pendentes. A situação da França criava dificuldades concretas para a Comuna.

Marx afirma que a Comuna deveria servir de alavanca para extirpar os alicerces econômicos sobre os quais assenta a dominação de classe. Ou seja, a classe trabalhadora não esperava um milagre. “A Comuna não tem de realizar nenhum ideal, mas simplesmente de libertar os elementos da nova sociedade que a velha sociedade burguesa agonizante traz no seu seio”¹¹⁵.

A Comuna não chega a elaborar um programa claro. Engels afirma que ela seria um exemplo de ditadura do proletariado. Ou seja, esse período necessário para transformar as bases societárias. Daí a afirmação de Lênin (1905): “Todas as medidas e toda a legislação social da Comuna apresentavam um caráter prático, não utópico. A Comuna realizava o que hoje chamamos ‘*programa mínimo do socialismo*’”.

¹¹⁵ A guerra civil na França.

Elegibilidade absoluta, imovibilidade, em qualquer tempo, de todos os empregos sem exceção, redução dos vencimentos ao nível do salário operário habitual - essas medidas democráticas, simples e evidentes por si mesmas, solidarizando os interesses dos operários e da maioria dos camponeses, servem, ao mesmo tempo, de ponte entre o capitalismo e o socialismo. Essas medidas reformistas são de ordem puramente governamental e política, e, naturalmente, não atingem todo o seu significado e todo o seu alcance senão com a 'expropriação dos expropriadores' preparada ou realizada, isto é, com a socialização da propriedade privada capitalista dos meios de produção.

No dia 23 de março, o Conselho federal das seções parisienses da AIT publica, com o *Chambre fédérale des sociétés ouvrières*, uma proclamação aos trabalhadores, onde está formulado um programa social. Era rejeitada a ideia de uma guerra civil, mas o princípio da autoridade deveria restabelecer a ordem e o trabalho. Muitos dos decretos da Comuna terão por conteúdo as reivindicações da AIT.

A Comuna, portanto, teria realizado medidas democráticas, que são necessárias para avançar no sentido do socialismo. Outras de suas medidas mostram que a Comuna continha nela o socialismo, ou melhor, mostram que nela estavam os princípios para que fosse construída uma sociedade comunista. Ela fez o possível, sem ilusões. Mas ela foi essencialmente diferente do que são os estados burgueses.

Arnould divide os decretos da comuna em três categorias: decretos de atualidade, decretos de princípios e decretos de combate. Os decretos de atualidade são aqueles necessários pelas circunstâncias particulares do período da república e do 18 de março. Entre eles está o decreto relativo aos alugueis, as dívidas do comércio, às pensões para viúvas e órfãos da guerra civil.

No dia 30, um decreto aprovou a "remise générale du loyer des termes d'octobre 1870, janvier et avril 1871" (Arnould, 2006, p. 190), creditando em conta, para futuras dívidas de aluguel, as importâncias já adiantadas. Mas, segundo Arnould, o decreto pecou por omissão e, por isso, no dia seguinte foi corrigido. Considerando que muitos comerciantes e industriais exerceram atividades remuneradas e que muitos funcionários receberam durante o período as mesmas rendas que em tempos normais, todos os cidadãos que tivessem em situação regular durante a invasão deveriam reverter o montante dos alugueis para os caixas municipais.

O decreto, portanto, aproveitou aos trabalhadores, aos necessitados, sem dúvida, mas é claro que também os proprietários ou os moradores de grandes imóveis teriam aproveitado a medida. De alguma maneira, os decretos que favorecem aos trabalhadores podem favorecer, algumas vezes, também as outras classes. Até por isso a classe trabalhadora consegue aglutinar em torno dela os anseios da sociedade.

Mas essa questão da propriedade tem que ser discutida segundo os interesses e as necessidades dos trabalhadores. O direito burguês expropria, desaloja e retira pessoas do lugar. O direito burguês aplicado em uma situação de transição, por um governo de trabalhadores, iria servir para expropriar as propriedades que existem para deleite dos proprietários como, por exemplo, aquelas que não são habitadas. Da mesma maneira que as fábricas desocupadas foram ocupadas pelos trabalhadores, as propriedades privadas que servem apenas para o enriquecimento deveriam ser utilizadas.

O decreto sobre *l'échéance des effets de commerce* foi mais estudado. Em 30 de Abril, a Comuna ordenou o encerramento das casas de penhores, fundamentando-se em que eram uma forma de exploração privada dos operários, oposta aos seus direitos de disporem dos seus instrumentos de trabalho e de crédito. Também suspendeu a venda de objetos hipotecados nas casas municipais de penhores. O decreto sobre a pensão a todo federado ferido era de grande importância, tal como o decreto que dava a mulher – legítima ou não – de um federado morto, uma pensão. Uma pensão também era dada ao filho reconhecido ou não.

Aqui se mostrou um grande avanço social da Comuna: o reconhecimento das uniões estáveis e dos filhos não legítimos. Muitos guardas nacionais começaram a constatar essas injustiças e a questionar o que acontecia. Agora, em seu governo, conseguiram, efetivamente, concretizar esse avanço. Caso fosse necessário, uma investigação seria realizada para assegurar que a mulher era efetivamente companheira e vivia com o guarda morto.

É interessante ressaltar que no clube *de la salle des mille et un jeux*, já em 9 de novembro, Tartaret, membro da AIT, defende o reconhecimento das uniões estáveis, sendo informado que essa medida já é feita pelo chefe da municipalidade, mostrando que em alguns *arrondissements* essa questão já era debatida.

Entre os decretos de princípios estão o da interdição de multas e retenção de salários nos ateliers e na administração, a abolição do sermão político e profissional, a eleição e responsabilidade dos magistrados. Mas a Comuna não conseguiu realizar essa reforma do Judiciário. As eleições foram realizadas apenas para cargos dos tribunais civis, procedendo-se a designações dos juízes de Paz e de Instrução. Ainda, apenas os oficiais da guarda nacional e os membros do Conselho da Comuna foram eleitos, os demais foram nomeados pela comissão executiva da Comuna ou, depois, pelo comitê *de salut public*.

Também o decreto que separa a Igreja e o Estado, no dia 2 de abril, que suprime todas as verbas consignadas no orçamento do Estado para fins religiosos, declarando propriedade nacional os bens da Igreja era de princípio. Armould afirma que esse decreto não seria uma audácia, já que essa previsão estaria mesmo no programa da esquerda parlamentar, e o critica

pois a Comuna não representaria um Estado, devendo evitar essa pretensão de fazer governar a França inteira. Segundo ele, isso foi uma falha de redação, que a Comuna deveria apenas ter escrito que não reconhece nenhum culto e que não iria financiar qualquer deles. Outro ponto levantado por Arnould é que os bens da Igreja, móveis e imóveis, deveriam ser considerados bens comunais e não bens nacionais.

Essa mesma discussão terminológica Arnould observará no decreto em que a Comuna aboliu o serviço militar obrigatório e o exército permanente, e declarou a guarda nacional como única força armada, em que deviam alistar-se todos os cidadãos capazes de empunhar as armas. Arnould afirma que deveria ter se acrescentado “*dans Paris*”¹¹⁶. Como a Comuna é um governo municipal e não buscava usurpar o poder nacional, deveria explicar sua aplicação. Ele insiste no uso desses termos porque eles tem importância para explicar o caráter da Comuna, até porque ela seria uma ideia original. A província, lendo um decreto como esse, poderia pensar que a Comuna pretende ser mais um novo governo centralizador, dos que tradicionalmente ocorrem na França.

Em termos técnicos, entendo que não é necessário que todos os seus decretos tenham que, constantemente, afirmar essa municipalidade. Mas será que essa ausência de especificação não seria uma consequência de a própria Comuna ainda não ter se reconhecido apenas como um governo municipal? Se a posição do Arnould é clara em defender que a Comuna era apenas um governo municipal e que a Comuna assim se identificava, isso não significa um consenso nessa posição.

No dia 8 de Abril, a Comuna ordenou a eliminação nas escolas de todos os símbolos religiosos, imagens, dogmas, orações, ou seja, de «tudo o que cai dentro da órbita da consciência individual», ordem que se foi aplicando gradualmente, reforçando a separação entre a Igreja e o Estado.

Outro decreto de princípios é aquele que, em 1 de Abril, acordou que a remuneração máxima que um funcionário da Comuna poderia ganhar, e portanto os seus próprios membros, não deveria exceder 6000 francos e a 15 francos por dia a remuneração dos membros do Conselho. Era em torno disso que ganhava um *ouvrier* em um bom trabalho. Isso fez com que a Comuna fosse um dos governos menos caros da história. Por outro lado, ela quase dobrou o salário de professores e professoras, que ela levou a 2.000 francos e das ajudas que ela elevou a 1.500 francos.

Segundo Lênin (1917), “é nisto que mais se faz sentir a passagem brusca da democracia burguesa para a democracia proletária, a passagem da democracia dos

¹¹⁶ Em Paris.

opressores para a democracia dos oprimidos, a passagem da dominação de um ‘força especial’ destinada à opressão de determinada classe para o esmagamento dos opressores pelas forças combinadas da maioria do povo, dos operários e dos camponeses”.

Mas Arnould vai criticar o decreto que, no dia 20, aboliu o trabalho noturno dos padeiros. Ele entende que o princípio é excelente, já que o trabalho noturno é contrário à higiene e à moral, separando o trabalhador da sociedade. Mas ele entende que a Comuna não deveria decretar a supressão, e sim que os trabalhadores deveriam se entender entre eles e recusar o trabalho. A Comuna deveria apenas ter feito respeitar essa decisão, expropriando, por utilidade pública, os patrões que tivessem fechado a padaria e remetendo aos trabalhadores a organização.

Arnould sustenta que o decreto foi expedido enquanto os trabalhadores ainda não tinham tomado essa atitude eles mesmos. Como resultado, o decreto não foi aplicado de maneira séria. Muitos patrões continuaram com os trabalhos noturnos, em *acordo com seus trabalhadores*, e a atuação da Comuna acabou sendo, muitas vezes a repressão de alguns industriais.

Ele critica, portanto, a atitude dos trabalhadores de, habituados ao “governamentalismo”, pedir à Comuna que regulamentasse certas questões relativas ao trabalho que deveriam ser regradas pelos próprios trabalhadores. O poder, para ele, deveria intervir apenas para fazer valer a vontade desses trabalhadores.

Ora, não há dúvidas que a Comuna deve decretar aquilo que exigem os trabalhadores e que, portanto, só conforme suas exigências deveria ser feito um decreto como esse. Mas não teria sido uma exigência deles? O que esperava Arnould, que os trabalhadores recusassem a trabalhar diante dos patrões? A Comuna transforma em decreto essa exigência dos trabalhadores – que não necessariamente será de todos, mas sim dos seus setores mais conscientes em benefício de todos os trabalhadores – e garante sua execução. Até porque é essa regulamentação que dará respaldo para que os trabalhadores possam se *recusar* a ir trabalhar. A elaboração de decretos nesse contexto não é “governamentalismo”, mas decorrência de uma necessidade concreta em se garantir e dar respaldo às decisões dos trabalhadores.

Não é contraditório ao capitalismo que os padeiros não trabalhem durante a noite. Mas a lógica competitiva do sistema impulsiona para a exploração e, portanto, tanto melhor que trabalhem também durante a noite. A Comuna vai contra essa lógica e pela saúde do trabalhador. Que o decreto não fosse totalmente cumprido, isso é consequência de uma

sociedade que ainda possui as velhas estruturas enraizadas. A ação da Comuna e, portanto, desse novo governo é regulamentar aquilo que é necessário para superar a antiga ordem.

A Comuna vai organizar as relações de trabalho. Ela faz com que, em cada *mairie*, seja aberto um registro de ofertas e demandas de trabalho. É realização de princípio quando, no dia 20, suprime as agências de empregos que, segundo Engels, “durante o Segundo Império eram um monopólio de certos indivíduos designados pela polícia, exploradores de primeira fila dos operários”.

Em 16 Abril, a Comuna determinou que se abrisse um registro estatístico de todas as fábricas encerradas pelos patrões e se preparassem os planos para renovar a sua organização com os operários que antes trabalhavam nelas, por meio de sociedades cooperativas, e que se realizasse também a organização de todas estas cooperativas numa grande união.

Assim, a Comuna foi organizando sua economia, rumando para a socialização. A jornada de trabalho é reduzida, os descontos de salários foram abolidos, os sindicatos foram legalizados. A expropriação da propriedade patronal, entregando para os trabalhadores sua organização, é outro avanço socialista que deveria ser realizado com o avançar das medidas também socialistas. Em que momento que ela pode ser efetivada, são as condições concretas que responderão. Acabar com a propriedade privada dos meios de produção é a meta do programa socialista e, segundo Marx, é realizada já na primeira fase do comunismo. Para que a Comuna tivesse sido socialista, teria que ter avançado sobre a propriedade.

Estudos de Rougerie apontam que as medidas da Comissão Ministerial do Trabalho e Troca, dirigida por Frankel, esboçava um caminho para a socialização dos meios de produção. Assim, a tendência ao socialismo que teria a Comuna aparece na atuação dessa comissão. Rougerie afirma que era a socialização dos meios de produção via sindicalização dos meios de produção, ou seja, a colocação da produção sob controle das associações operárias.

“É essa sociedade comunista que acaba de sair dos flancos do capitalismo, e que ainda traz todos os estigmas da velha sociedade, o que constitui para Marx a ‘primeira’ fase, a fase inferior do comunismo. Os meios de produção deixaram de ser, nesse momento, a propriedade privada de indivíduos, para pertencerem à sociedade inteira” (Lênin, 1917).

Entre os decretos de combate, realizados para responder as violências de Versalhes, estão os que acusam os membros de Versalhes de agredirem Paris. Arnould analisa apenas dois desses decretos: o dos reféns e a demolição da coluna *Vendôme*.

No dia 5, a Comuna decreta, com unanimidade, que se Versalhes continuasse com o massacre, eles iriam responder com a execução de um número igual ou o dobro desses prisioneiros. As tropas de Versalhes fuzilavam diariamente os combatentes da Comuna

capturados por elas. Assim fizeram com Flourens e Duval, membros do Conselho. Aliás, esse é um ponto que merece ser lembrado: o decreto dos reféns surge um dia após o fuzilamento, sem qualquer julgamento, de dois membros da Comuna. Sua motivação é completamente justa, sua intenção é mais ainda. A Comuna visava evitar que mais *communards* fossem fuzilados e, de alguma maneira, ela conseguiu.

Arnould vem a criticar o decreto, posto que ele teria servido para o governo de Versalhes - que fuzilava sem ter publicado decreto algum, que matava sem qualquer base legal e indistintamente – continuar acusando os *communards* de fazerem o que não faziam. O decreto nunca se cumpriu na prática (veja-se que a morte dos reféns já durante a semana sangrenta ocorre em outra situação, ainda que seja uma resposta a todas as mortes realizadas pelos versalheses). Até porque a Comuna não possuía reféns sérios, que pudessem motivar um receio em Versalhes. Em 18 de março, todos aqueles que poderiam ter sido reféns com um efetivo valor para Versalhes tinham escapado. A Comuna ficou apenas com o arcebispo de Paris e com o senador Bonjean, além de alguns policiais, sargentos e padres. E a preservação da vida não era uma coisa pela qual os versalheses zelavam. Para Thiers, um refém morto poderia ter mais validade e importância que um refém vivo.

E isso é tão evidente que Thiers recusou-se a trocar reféns. A Comuna, buscando a libertação de Blanqui, um dos membros do Conselho e que tinha sido preso já em 17 de março, propôs inúmeras vezes a troca de reféns. Inclusive, chegou a enviar um de seus reféns para que fizesse a negociação. Thiers não aceita. Para ele, Blanqui teria dado um cérebro para a Comuna. Mas Arnould ressalta: se o decreto salvou a vida de apenas um federado, isso já lhe valeu a existência. E os estudos mostram que sim.

Já em 12 de abril a Comuna resolveu que a Coluna Triunfal da praça *Vendôme*, fundida com o bronze dos canhões tomados por Napoleão depois guerra de 1809, fosse demolida. Entendia ela que a coluna representava as guerras de conquista e incitava o ódio entre os povos. Apenas em 16 de maio o decreto é cumprido. Arnould critica sua execução, afirmando que a Comuna teria inúmeras medidas mais urgentes para fazer. Entretanto, o caráter moral dessa decisão é relevante e marca o internacionalismo, bem como o significado do que pretendeu ser a Comuna. Entendo que esse decreto seria também um decreto de princípio, para além de decreto de combate.

Adotando a classificação de Arnould, menciono o decreto de 30 de março, quando foram confirmados nos seus cargos os estrangeiros eleitos para a Comuna, pois a “bandeira da Comuna é a bandeira da República mundial” é um decreto de princípio. A adoção da bandeira

vermelha como símbolo da unidade federal da humanidade e a adoção do calendário revolucionário também o são.

E se a demolição da coluna *Vendôme* teria sido um decreto de combate, tendo a achar que o decreto de 5 de Maio, ordenando a demolição da Capela Expiatória, que havia sido erigida para redimir a execução de Luís XVI também o seria. Da mesma maneira, quando no dia 6, o 137.^o Batalhão da Guarda Nacional arrancou da rua a guilhotina e queimou-a publicamente, entre o entusiasmo popular, a Comuna realizou um decreto de combate.

Entretanto, não há como negar que esses decretos de combate reforçam princípios da Comuna. Mais: as decisões são tomadas com base em princípios e valores, mesmo as mais práticas. A situação dos alugueis, por exemplo, que é uma questão prática, teve resposta totalmente diferente quando comparamos o governo de Versalhes e a Comuna.

É preciso mencionar a postura da Comuna no tocante ao Banco da França. No dia 20 de março, o Comitê Central decide exigir um milhão do governador do banco, ainda que Varlin tenha sugerido que o Banco da França fosse tomado. A proposta de Varlin não se faz maioria e a Comuna age num sentido de “respeito”.

Lissagaray conta que no dia 19, Varlin e Jourde foram ao ministério das Finanças. Os cofres continham em torno de 4.600.000 francos, mas as chaves estavam em Versalhes. Os delegados pediram a Rothschild a abertura de um crédito. No dia seguinte, quando os delegados vão ao banco, o seu responsável, afirmando que não faz política e que eles são o governo da cidade, entrega um milhão para a conta da capital. Varlin e Jourde distribuem entre os *arrondissements*.

Esse teria sido um dos grandes erros da Comuna. A apropriação do banco teria avançado sobre a propriedade e, como afirma Marx, teria salvado a vida de muitos reféns. É nesses termos que tratam a burguesia. O Banco da França chega a negociar com Versalhes durante a guerra.

Essa postura é consequência do apego ao legalismo do comitê central mas, para além disso, consequência dessa sua postura em não se fazer um governo nacional. Como legitimar o avanço sobre o Banco da França se ela se propunha a ser um governo municipal?

A Comuna negociou em vez de tomar. Os setores mais avançados da classe trabalhadora, do qual Varlin fazia parte, apontaram para isso. Mas são derrotados. Veja-se que essa foi uma decisão do comitê central ainda, posto que em 20 de março, antes da eleição da Comuna.

A Comuna avançou sobre a propriedade, mas de forma tímida. Ela não chegou a ocupar lojas nem a realizar massivas expropriações. Ainda que uma igualdade imediata não

fosse possível – e daí uma primeira fase do comunismo – algumas medidas deveriam e poderiam ser feitas. Mesmo que a Comuna tivesse que passar por reformas democráticas que ainda não teriam sido feitas, ela podia ter feito mais.

A Comuna passou a maior parte do seu tempo em guerra, muitos revolucionários foram mortos em combate. A Comuna deveria ter tido uma postura ofensiva em seu início, para evitar o desgaste posterior. Ou, então, seguindo a análise da situação concreta, não deveria ter “pegado em armas” nesse momento, quando a organização revolucionária dos trabalhadores ainda não estava preparada.

Arnould escreve que talvez Thiers tivesse bombardeado Paris, caso as tropas versalhesas não tivessem sido barradas nos fortes, mas que com isso também mataria seus próprios eleitores. E é possível que tivesse matado a todos. Muitos dos incêndios causados em Paris foram realizados por Versalhes, que aproveitou, inclusive, para fazer desaparecer os papéis comprometedores.

Seria possível retirar as tropas, os membros revolucionários, dos fortes, dos postos de defesa? E mesmo que tivessem ficado na cidade, teriam que organizar a defesa armada da cidade. Quem efetivamente vai organizá-la se não os setores mais comprometidos com os princípios da Comuna e, portanto, a “elite revolucionária”?

A Comuna esteve toda a sua existência em situação de guerra. Seu final era tão militar que era difícil discutir princípios. São dois momentos diferentes e em uma situação onde é preciso gastar toda a energia com a organização militar, é complicado aplicar um programa.

Além das questões militares relacionadas diretamente à guerra, havia as questões de polícia e repressão. A polícia formava um estado dentro do estado, já que escapava constantemente ao controle da Comuna. A polícia teria que ser feita pelos cidadãos. Arnould entende que as reformas da polícia não deveriam ter sido aplicadas enquanto Paris lutava contra Versalhes, pois muitos conspiradores estavam ainda em Paris. A Comuna nomeou três delegados para serem responsáveis pela atividade de polícia: Rigault, Cournet e Ferré.

As prisões foram realizadas sem discernimento e os infiltrados de Versalhes conseguiram escapar. Arnould conta que a comissão executiva estava preocupada por substituir Rigault de sua função, entretanto, não sabiam quem por no lugar. Vermorel, segundo Arnould, seria um bom nome, mas ele não aceitava. A Comuna buscou corrigir qualquer irregularidade cometida pelo delegado de polícia e Protot faz votar um decreto afirmando que todas as prisões realizadas pela Segurança Geral deveriam ser notificadas, em 24 horas, sob pena de nulidade, ao delegado da justiça. As investigações sem mandado regular estavam proibidas.

Ocorreram prisões inúteis ou não justificadas, que foram muitas vezes resultado de erros pessoais ou de circunstâncias, ou resultado de insuficiência ou da traição, de excessos calculados, de agentes improvisados que o delegado estava obrigado a empregar. Ainda, ordens podiam ser mal cumpridas quando da sua execução. Em geral, a polícia foi feita diretamente pela guarda nacional, e por todos.

Arnould critica a supressão dos jornais. O Conselho votou essa supressão, pois os jornais insultavam a Comuna e clamavam sua derrota. Alguma medida deveria ser tomada. Durante o debate de quais jornais suprimir ou mesmo de não suprimir jornais, qualquer decisão teria apresentado problemas. Por isso Arnould afirma que durante a Comuna, deveriam ser permitidas as discussões sobre os atos da Comuna, mas, em estado de guerra, deveriam ser também investigados certos delitos cometidos pela palavra que, dependendo das circunstâncias, seriam delitos de alta traição. Veja-se que Versalhes não autorizava nenhum jornal *communard*. Assim, em Paris não foi tolerado que os versalheses viessem conspirar sob a máscara de jornalismo.

Ora, a consequência de tantos ataques e calúnias realizados por Versalhes combinados com a situação de guerra, que se agravava, gerou essa supressão. Lejeune afirma que foi no dia 5 de maio que a Comuna decidiu a supressão de 7 jornais burgueses.

A Comuna não foi um governo do terror mas utilizou da violência. Arnould afirma que se a Comuna foi um governo com esse caráter é porque as medidas violentas não encontraram uma base concreta para serem realizadas. Efetivamente, muitos *communards* estavam cansados de violência. Até por isso a guilhotina vem a ser destruída durante o período.

Entretanto, a violência era reivindicada em muitos clubes. Johnson aponta que a violência verbal e real foram a parte orgânica da Comuna; os elementos comuns entre clubistas eram mais remarcáveis que as diferenças e o culto da violência foi um dos elementos unificadores da revolução comunal. Clubes e clubistas tiveram papel vital em gerar uma cultura de violência revolucionária em Paris, eles usavam uma estrutura onde a oposição poderia ser silenciada e abriram um espaço para a elaboração e implementação da visão *communard*.

A cultura clubista da violência revolucionária considerava a execução e o terror necessários para a transformação da sociedade. Essas ações criaram um clima de medo entre os *anticommunards*. Muitos clubistas diziam que preferiam ver Paris queimando que com Versalhes, tal qual falavam dos prussianos. Johnson narra que os incêndios que ocorreram ao final da guerra tiveram diferentes motivações: muitos foram defensivos, alguns acidentais e alguns destrutivos. Mas a violência e o terror *communard* não eram gratuitos. Cada ato deixa a visão de como condições devem ser mudadas para construir um mundo novo.

A violência não é algo que se pode evitar em absoluto e ela mesma possui a sua função na guerra. Afinal, o que é guerra se não a violência declarada? Num contexto de luta de classes que se concretiza numa guerra civil, não há que se pensar que é possível não agir com violência. É da essência da guerra. Por isso a Comuna também trouxe em si a violência.

No campo jurídico, a Comuna instituiu uma corte marcial para julgar os traidores e os “fracos”. Rossel aceitou a presidência. As penas aplicadas eram: morte, trabalhos forçados, detenção, degradação cívica, degradação militar, destituição, prisão, multa. Todos os oficiais ou delegados que exerciam a polícia judiciária marcial deveriam ser eleitos. A corte julga em último recurso. Suas ordens são executadas em 24 horas e, em caso de condenação à morte, vinte e quatro horas depois da sanção da comissão executiva¹¹⁷.

A jurisprudência marcial era aplicada a todos os fatos que interessavam a saúde pública. As sessões eram públicas. O acusado podia ser defendido de ofício ou por um defensor a sua escolha. Os gastos da justiça estavam a cargo da Comuna.

Um anúncio de Rossel convida os oficiais, suboficiais e guardas, licenciados em direito, a se inscrever na secretaria da corte marcial e a assistir as audiências, para dar o seu apoio à investigação de casos, à defesa e ao Ministério Público.

Um dos defensores pede que os acusados sejam avisados ao menos 24 horas antes para que possam preparar sua defesa, mas Rossel não aceita afirmando que a situação não permite.

Entre as decisões das quais Rossel teve participação, destaca-se a do 105 batalhão, quando dez oficiais e dois guardas foram acusados de se recusar a marchar contra o inimigo, de violências e de cumplicidade de violência contra os chefes. Esse batalhão havia tido disputas violentas entre os oficiais e os guardas. Os oficiais foram condenados a trabalhos forçados perpetuamente, o subtenente a 5 anos de prisão e o 105 batalhão foi dissolvido. Os oficiais, suboficiais e guardas nacionais foram transformados em simples guardas nacionais nos outros batalhões, não podendo se apresentar a eleições civis nem militares, sob pena de nulidade da eleição.

¹¹⁷ Dentre as condenações presididas por Rossel estão: um cidadão (Giro) do 74 batalhão condenado à morte por ter se recusado a marchar contra o inimigo. Dessa decisão, a comissão executiva leva em consideração os antecedentes e comuta a pena para degradação cívica e militar e ordena a ele ficar na prisão durante a guerra. Um capitão, Pothier, e um subtenente, Loth, por fatos semelhantes, ambos condenados à destituição e à prisão por 3 e 1 ano. O caporal Séjourné a dez anos de trabalhos forçados por *vol* (furto/roubo) em uma casa habitada. Os *artilleurs* Froc e Guyot por *vols* de materiais militares a cinco anos de prisão. Os acusados alegam que os oficiais os autorizaram a cometer o *vol*, o capitão de artilharia Lucar reconhece que os homens estão constantemente bêbados e pede que, para limpar a imagem da artilharia, a Corte permita a ele *marcher au feu* no dia seguinte.

Mas essa sentença foi cassada por uma comissão de revisão da Comuna, pois a corte estava irregularmente composta por dois membros que tinham sido irregularmente designados e porque o presidente Rossel era o chefe de estado-maior do delegado da guerra, parte que acusava e, tendo sido parte do 105, caberia a Rossel recusar participar do julgamento. Com isso, Rossel pede demissão da Corte marcial e da chefia do estado maior. Delescluze irá substituir Rossel nessa função.

Apesar dos equívocos políticos e militares que a Comuna cometeu, nem mesmo o mais pessimista dos *communards* teria previsto um final tal qual ocorreu. Em 10 de maio de 1871, Thiers assina o tratado de paz com Bismarck. A França teria que cumprir os seus termos, deixando a Alsácia e parte da Lorena para a Prússia, pagando cinco bilhões de francos. Seriam libertados os soldados franceses, que contribuiriam para reorganizar o exército de Versalhes.

Marx, percebendo a situação, dá um alerta a Varlin e Leo Frankel, sobre as intenções de se acabar com a Comuna. Uma semana antes do início da semana sangrenta aponta para as relações entre Thiers e os prussianos, a necessidade que a Prússia tinha do dinheiro vindo da guerra e a pressão que faria sobre a França.

It is absolutely necessary that whatever you want to do outside Paris, in England or elsewhere, you should do quickly. The Prussians will not hand over the forts to the Versailles government, but after the final conclusion of peace (May 26) will allow it to invest Paris with its *gendarmes*. Since Thiers and Co. had, as you know, stipulated for a large commission for themselves in the treaty they concluded by Pouyer Quertier, they refused to accept the help from the German bankers which Bismarck offered them. Had they accepted it they would have lost their commission. The preliminary condition for the realisation of their treaty being the subjugation of Paris, they have asked Bismarck to postpone their payment of the first instalment until after the occupation of Paris. Bismarck has accepted this condition. Prussia, being herself in very urgent need of this money, will therefore give the Versailles government every possible facility for hastening the occupation of Paris. So take care! (Marx, 1871)¹¹⁸.

Não que a burguesia francesa já não tivesse mostrado sua ferocidade, até porque as inúmeras calúnias lançadas contra a capital mostraram seu potencial. Entretanto, as mortes e fuzilamentos só passam a diminuir quando os cadáveres começam a preocupar a saúde daqueles que não foram mortos.

Pelletan afirma que o massacre não foi apenas contra os federados, foi um massacre contra Paris. Tombs também reforça a noção de “guerra contra Paris”. Entretanto, a guerra contra Paris significa, em verdade, uma guerra contra o que a sociedade industrializada e mais

¹¹⁸ Carta de Marx a Frankel e Varlin em 13 de maio de 1871,

avançada produz de mais perigoso: uma classe trabalhadora questionadora. Era essa Paris que ruralistas, monarquistas e bonapartistas massacraram.

Era contra o governo dos trabalhadores que destrói o aparelho de estado. Moraes escreve que, sob o enfoque da Comuna, foi enfatizado unilateralmente o polo fascista (= imperial) do poder de Estado burguês. O Estado torna-se a estufa de todas as corrupções dessa sociedade.

Seu completo apodrecimento e o apodrecimento da sociedade em que ele devia salvar foram desnudados pelas baionetas da Prússia, mas esse regime imperial é a tal ponto a forma política inevitável da 'ordem' da sociedade burguesa que a própria Prússia só pareceu destruir sua sede central em Paris porque a estava transferindo para Berlim. O Império não é somente, como seus predecessores, monarquia legítima, monarquia constitucional e república parlamentar, uma das formas políticas da sociedade burguesa; ele é ao mesmo tempo sua forma mais prostituída, mais acabada e a última. É o poder de Estado da dominação de classe na época moderna, pelo menos no continente europeu (Marx, 1968, p. 272-273).

Engels escreve que o fracasso da Comuna produziu um deslocamento do centro do movimento operário da França para a Alemanha. Mas é um deslocamento de problemática política que irá repercutir em toda a discussão sobre a revolução e a via prussiana. Sobre luta armada e voto. E o que a Comuna mostra é que a república – essa república - e o sufrágio universal são compatíveis com a conservação das relações sociais de produção capitalista e a opressão dos trabalhadores.

A união das classes exploradoras mostrou até onde pode chegar. Essa unidade vai ter repercussões mesmo no Império brasileiro. Na sessão da Câmara de 20 de junho de 1871, o deputado Pereira da Silva congratula o governo francês pela vitória da causa da civilização na capital da França. As manifestações no sentido de impedir qualquer asilo em terras brasileiras mostravam a posição da classe dominante que aprova o requerimento de congratulações apresentado pelo deputado Pereira da Silva. Também os senadores irão repudiar as ações da Comuna.

Por outro lado, há apontamentos de que dois *communards* teriam desembarcado no Brasil, o que não é totalmente comprovado¹¹⁹. De toda a forma, o movimento operário europeu já começa a estabelecer relações com a América Latina. Alguns *communards* vão desembarcar em Montevideú e Buenos Aires.

¹¹⁹ O navio que conduziu os *communards* para o exílio passava pelo Brasil, uma vez que a viagem era longa e os portos da África não apresentavam boas condições para que se realizasse essa parada.

Outra poderia ter sido – até porque as condições estariam presentes – a saída encontrada, que não o massacre. Mas não foi. A Comuna teria sido um governo de trabalhadores e teria caminhado para o socialismo – ainda que não tivesse sido um governo efetivamente socialista. O ódio burguês, monarquista, bonapartista, religioso e reacionário contra esse governo de trabalhadores vai fomentar o massacre, afogando a cidade em sangue. E é na morte e Varlin que vislumbro o quanto foi uma guerra de todos esses “inimigos”, unidos, contra a classe trabalhadora e não uma guerra contra Paris. Varlin era o que eles queriam exterminar: trabalhador, *relieur*¹²⁰, consciente, revolucionário, grevista, presidente da sociedade de economia e crédito mútuo dos trabalhadores encadernadores, defensor da igualdade dos sexos, fundador da cooperativa *Marmite*, membro da AIT e do seu segundo *bureau* parisiense, participante do 4 congresso da AIT, organizador da Internacional pela França, delegado do comitê central de XX *arrondissement*, comandante do 193 batalhão da guarda nacional, membro do estado maior da guarda nacional (praça *Vendôme*), membro do Conselho da Comuna, delegado das finanças, membro da comissão de finanças, diretor geral da manutenção e de aquisições militares, comandante da defesa do VI e do XI *arrondissement*. Varlin que conhece Marx e com ele troca correspondência. Os *anticommunards* fuzilaram, massacraram. Mas a morte de Varlin é de uma violência e, a meu ver, revela o ódio de classe:

Le dimanche 28, place Cadet, il fut reconnu par un prêtre qui courut chercher un officier. Le lieutenant Sicre saisit Varlin, lui lia les mains derrière le dos et l'achemina vers les Buttes où se tenait le général de Laveaucoupet. Par les rues escarpées de Montmartre, ce Varlin qui avait risqué sa vie pour sauver les otages de la rue Haxo, fut traîné une grande heure. Sous la grêle des coups, sa jeune tête médiative qui n'avait eu que des pensées fraternelles, devint un hachis de chairs, l'oeil pendant hors de l'orbite. Quand il arriva rue des Rosiers, à l'état-major, il ne marchait plus ; on le portait. On l'assit pour le fusiller. Les soldats crevèrent son cadavre à coups de crosse. Sicre vola sa montre et s'en fit une parure (Lissagaray, 2000)¹²¹.

Os *communards* já tinham sido derrotados. Varlin é linchado porque fez história e porque os trabalhadores fizeram história. Porque é essa história, essa revolução e

¹²⁰ Encadernador.

¹²¹ “No domingo, 28, praça Cadete, ele foi reconhecido por um padre que correu procurar um oficial. O tenente Sicre pegou Varlin, amarrô suas mãos atrás das costas e foi para os *Buttes* onde estava o general Laveaucoupet. Pelas ruas íngremes de Montmartre, esse Varlin que arriscou sua vida para resgatar os reféns da Rua Haxo, foi arrastado por bastante tempo. Sob a saraivada de golpes, sua cabeça jovem e pensativa, que tinha apenas pensamentos fraternos, logo já não passava de uma massa de sangue, de carne lacerada, o olho saindo de órbita. Quando ele chegou à *Rue des Rosiers*, no estado-maior, ele não caminhava mais: carregavam-no. Sentaram-no para fuzilá-lo. Os soldados desmembraram seu cadáver com coronhadas. Sicre roubou seu relógio e transformou-o em um enfeite”.

emancipação, que os reacionários, os ruralistas, os monarquistas e os burgueses não querem que seja feita.

5. Conclusão

Não seria possível definir um único motivo para a Comuna ou identificar um único fator que teria lhe dado origem. Se ocorreria a preponderância de um ou outro elemento, isso não significa que os demais fatores possam ser ignorados. As constantes disputas por poder das classes dominantes, que vivem em guerras de conquista e guerras dinásticas, como a guerra de 1870, somadas a um governo que se baseia em guerras para se manter e existir – o império napoleônico -, a crise econômica, o avanço da industrialização, o desenvolvimento da classe trabalhadora, o histórico de revoluções e insurreições – 1789, 1830, 1848 - e perseguições que desmistifica o governo, a criação de uma cidade dividida com a *hausmanização*, o ódio de classe, a fome, a derrota da França na guerra contra a Prússia, o avanço de consciência, a atuação de grupos organizados (blanquistas, AIT, *Chambre*, jacobinos, *Union de Femmes*) – tudo isso contribui para que fossem criadas as condições para ocorrência da Comuna de Paris.

A guerra entre a França e a Prússia foi o acelerador que colocou em evidência as contradições do sistema, ampliou a crise e mostrou as “falhas” do governo francês, mais preocupado em gerar estabilidade interna para restabelecer a velha ordem do que em evitar que a França tivesse que pagar duras contas à Alemanha, agora o novo Império da Europa. A sede do Império europeu teria apenas se modificado, a era napoleônica chegava ao seu final e o domínio da Alemanha passava a se concretizar. Por outro lado, o Império alemão queria seus lucros de guerra e passou a pressionar o governo de Thiers a pagar sua conta – o que exigiria que a França estivesse com sua situação estável.

Ainda, o inimigo comum de Thiers e Bismarck, os trabalhadores, que tanto já haviam questionado seus governos – o processo do 48 francês ocorre de maneira semelhante na Alemanha – faz com que ambos os governos estivessem unidos em seu combate e, em especial, tivessem encontrado uma boa oportunidade para ter uma ação dura e eficaz contra a sua organização.

A questão é que o exército bonapartista estava em guerra pelo seu imperador e não por uma república. E muito menos para uma república que poderia vir a ser formada por homens que eles não consideravam “honrados” para tanto. Mas diante da derrota de Bonaparte, os prussianos continuam a guerra e os avanços sobre a França, que passa a uma guerra defensiva e, por isso, desperta nos trabalhadores um sentimento de defesa da pátria, mas de uma pátria livre e republicana. A luta contra o Império também não era nova e a queda de Bonaparte foi a possibilidade para a instauração da república.

Mas o governo de Defesa Nacional que teve início num golpe dos republicanos burgueses combinado com a incapacidade dos revolucionários de impor suas exigências vai se mostrar, aos olhos dos que buscavam a defesa, ineficaz. As derrotas na guerra continuam e são até mais vergonhosas. Enquanto os revolucionários denunciavam que o governo não organizaria a defesa, uma parcela da população ainda tinha esperanças, até porque o próprio governo continuou com manobras para aparentar a busca da vitória na guerra. Essa diferença entre discurso e ação começa a ser cada vez mais objeto de denúncia das organizações de trabalhadores.

A França poderia ter tido outro tipo de atuação na guerra contra a Prússia. As falhas na guerra faziam aumentar a descrença dos parisienses no governo “republicano”. A paciência foi sendo perdida e cada derrota gerava uma revolta interna combinada com a ampliação das exigências de se criar uma Comuna que instaurasse um poder que, efetivamente, salvaria a França. Tanto a ação de 31 de outubro como a de 22 de janeiro ocorreram após uma derrota militar, mas por derrotas militares que ocorriam em consequência de posturas dos oficiais franceses que, aos olhos dos parisienses, significavam traição ou covardia.

Diante da incapacidade do governo de resolver as questões postas – ou de uma incapacidade de resolver as questões no tocante às necessidades dos trabalhadores – os trabalhadores tiveram que resolver suas questões e, aos poucos, a Comuna vai sendo instaurada – antes mesmo do governo “republicano” fugir. Eles já deliberam, já se organizam, já dão diretrizes para si mesmo. E, percebendo que o governo rumava para a monarquia, os trabalhadores evidenciaram que a Comuna só poderia ocorrer de forma revolucionária.

Os comitês de vigilância e o comitê central *des XX arrondissements*, depois delegação, surgiram em decorrência dessas questões concretas e atuaram durante o período, passando a se constituir como um governo revolucionário que iria organizar os trabalhadores, juntamente com as atividades nos clubes. Eles já começam a se opor a esse governo oficial, antes mesmo da sua fuga.

Mas a estrutura e atuação de um governo revolucionário diferenciam-se da estrutura e atuação de um governo burguês estabelecido. Esse governo revolucionário não teria as mesmas funções e estrutura de um governo burguês. Ele não serve para administrar a vida burguesa, ele é organizado com a missão de organizar e dirigir a revolução, de sistematizar suas atividades. Como poder paralelo organizado antes da tomada do poder, vai mobilizar o povo e, especialmente, unificar a parte insurreta.

O governo revolucionário possui sistematização, órgãos escalonados e uma direção central. Ele será o espaço onde as diferentes organizações dialogam para realizar ações

conjuntas e, depois, estará no lugar do estado burguês destruído. Diante de sua origem e proposta, ele já é outra coisa que não o estado burguês.

Há uma certa dificuldade em buscar em Lênin, que escreve anos depois que a Comuna acontece, alguns conceitos para serem analisados no contexto da Comuna, especialmente a noção de situação revolucionária, partido e governo revolucionários. Mas foi possível realizar essa análise, ainda que a manifestação de partido e governo revolucionários que Lênin presencie, durante a revolução russa, seja diferente de como ambos vão se organizar durante a Comuna. O governo revolucionário de uma situação concreta não será o mesmo de outra situação concreta, mas é possível ver elementos semelhantes de ambos que torne possível que eles sejam chamados de “governo revolucionário”.

Governo revolucionário é diferente de partido revolucionário. Essa diferença é importante de ser feita para que não se tome um pelo outro e, especialmente, entenda-se a importância de cada um, sem realizar misturas ou composições que impeçam que um ou outro exista. Tanto nesse momento anterior à tomada do poder como no momento posterior, ambos não devem ser confundidos. A questão é de tal forma complexa que Johnson tomou o governo pelo partido.

Um partido tem uma estrutura organizada enquanto tal, com programa claro, membros definidos. Um partido revolucionário tem uma estrutura ainda mais complexa, além de funções mais estabelecidas para cada membro. Tem um “estado-maior” ou comitê central. Ele atua no governo revolucionário, juntamente com outros movimentos e organizações e também atua em outras organizações, movimentos, clubes e associações, como uma associação internacional.

O partido revolucionário que atuou na Comuna, o partido blanquista, e outras organizações que também eram organizações revolucionárias, como as alianças jacobinas, diferenciam-se do partido de Lênin. Cada fenômeno ocorre com as influências de seu contexto, mas é possível ver em Lênin muitas influências do blanquismo.

O fato de a Comuna não ter realizado uma revolução— apesar da tomada de poder, da insurreição e da guerra civil não houve uma continuação que permitisse a mudança das relações sociais - não significa que ela não teve um governo revolucionário e que partidos revolucionários tivessem participado dela.

O partido blanquista é um partido revolucionário que atuou durante todo o período e a atuação de seus membros foi fundamental para a existência da Comuna, especialmente para a sua ação militar. Ainda que ele não tivesse inserção suficiente capaz de dar uma direção para os acontecimentos, o que ocorre também em virtude da prisão de Blanqui, ele tomou medidas que permitiram a ocupação e tomada do *Hôtel-de-ville* e de outros pontos estratégicos de Paris.

Os blanquistas participaram do governo revolucionário da Comuna, que foi constituído para organizar as ações dos trabalhadores quando da proclamação da república e passou a coordenar as atividades após o 18 de março. Também a AIT, a *Chambre* e as demais associações e grupos participaram desse governo, que se constituía desde os clubes até seu espaço central.

A Comuna era organizada em níveis. Possuía um nível central, que seria a delegação e, depois, passou a ser o comitê central da guarda nacional e, em seguida, o Conselho. Havia o nível dos *arrondissements*, cuja organização era realizada pelos comitês de vigilância, por membros do Conselho, da delegação ou indicados por eles. E possuía o nível dos clubes e encontros públicos, um espaço de base.

Até que ponto os clubes chegaram a formar o governo revolucionário organicamente ainda me questiono. Mas o governo revolucionário precisaria dessas organizações de base e se eles não chegaram a formar o governo de forma mais orgânica e sistemática, talvez isso tenha enfraquecido o próprio governo enquanto tal, que precisa dessas instâncias para garantir a amplitude democrática. Por outro lado, a existência de organizações de massa, como as associações, que realizavam o controle “externo” do governo, também foram importantes para estreitar os laços entre os delegados e os trabalhadores. Talvez apenas com o avançar da Comuna seria possível perceber como ficaria essa relação entre as organizações de base e os outros níveis da Comuna.

Se os trabalhadores ocupam um lugar vazio, o fazem porque o governo fugiu – e nenhum governo foge à toa. *Mairies* e *Hôtel-de-ville* não são ocupados por acaso: diante da espontaneidade e confusão, houve uma ação mais ou menos organizada de tomada do poder. O histórico de revolução e suas conquistas deixam no “inconsciente coletivo” e também no consciente desenvolvido da classe trabalhadora que uma ruptura com a ordem pode superar o velho e criar o novo.

O desenrolar de fatos após a derrota dos trabalhadores para a burguesia desde o 1789 combinados com a existência de governos centralizadores, como o Império napoleônico, iria fazer com que muitos intelectuais pensassem que o problema político da França fosse o centralismo e que a consequência seria a existência de comunas autônomas, que iriam se manifestar livremente. A experiência da Comuna mostra, primeiramente, que um governo burguês nacional não aceita a existência de um governo dos trabalhadores organizados em comunas autônomas, daí sua repressão contra Paris e as demais cidades quando buscavam proclamar sua Comuna. Em segundo lugar, evidencia que essa manifestação livre e independente das Comunas precisa de um apoio central, ou seja, de um governo capaz de

organizar e apoiar as ações, que não seriam isoladas, mas interligadas. Não é que o governo central *communard* tenha que impor normas para essas comunas independentes. A derrota das Comunas nas demais cidades vai deixar Paris isolada – porque essas Comunas também estavam isoladas - e permitir que o ataque seja concentrado contra ela. É o centralismo democrático que permitirá essa união.

A Comuna não foi obra do acaso. Ela é feita. São os trabalhadores e seus aliados que tomam o poder. Mas as organizações que formavam os setores mais avançados da classe trabalhadora não tinham inserções suficientes para dirigir a ação e nem mesmo um aprofundamento teórico com um programa mais bem elaborado, com bases científicas, capaz de ordenar e dar sentido e encaminhamento aos acontecimentos. Eles também participaram, mas, organicamente, não conseguiram estar à frente do movimento, especialmente quando o *Hôtel-de-ville* é ocupado e as primeiras e mais importantes decisões são tomadas.

De toda a forma, essas organizações foram cruciais para que a Comuna tivesse existência e tomasse medidas que apontam para o socialismo. É a presença de militantes da AIT ligados a Marx, de blanquistas e mesmo de jacobinos que torna possível que os decretos questionando a propriedade sejam expedidos, que a relação entre eleitos e delegados seja estreitada por meio do mandato imperativo. Essa ampliação democrática que faz com que os clubes tenham uma atuação fundamental e de base – o que permitiria percebê-los como um dos níveis do governo – que faz da Comuna um governo de outro tipo.

A Comuna é a antítese do império, do executivo centralizador, burocratizado e militar. Essa afirmação de Marx ecoou nas discussões sobre a Comuna e definiu o seu caráter. Se há algo repetido entre os marxistas, inclusive, em virtude do que Lênin vai escrever, é que a experiência da Comuna mostra que é necessário quebrar, destruir o estado. E da análise dessa quebra, Lênin vai mostrar a diferença entre a destruição do estado burguês e o definimento do estado proletário.

A Comuna é apenas esse primeiro momento e organização. Ela é tão “momento” que ficou conhecida como “ditadura do proletariado”. Ela é ainda um estado e é isso que traz um debate em torno de sua constituição. Por mais que se afirme que ela seria um não-Estado, como faz Balibar, ao constatar que sua estrutura é totalmente diferente de um estado, não é possível afirmar que a Comuna conseguiu pôr fim a qualquer existência de estado imediatamente. Aliás, é isso que vai diferenciar a teoria marxista da anarquista. Entretanto, diante da manutenção de aparatos governamentais – ainda que reduzidos – a Comuna evidencia que não é possível dar um salto e sair de um estado moderno sistematizado como um polvo diretamente para a não existência do estado. Ou seja, a Comuna mostra o fundo da

divergência entre marxistas e anarquistas, e vai criar a ruptura entre os dois grupos. Logo após seu fim, os anarquistas ligados a Bakunin são expulsos da Primeira Internacional.

Em verdade, não seria possível superar a moral burguesa e suas relações sociais de produção de um momento para o outro ou apenas com a destruição do estado burguês. Seria um determinismo político acreditar que a mudança no estado geraria uma mudança também já em toda a organização societária. A destruição desse aparato governamental é apenas um passo – grande, é verdade – no sentido da eliminação das relações sociais de produção capitalistas.

A manutenção do exército – ainda que fosse formado pelo povo em armas -, da polícia – ainda que a segurança fosse feita por todos os cidadãos -, do direito, ainda que sob outra motivação, do dinheiro, das relações de troca, tudo isso evidencia que a Comuna estava num começo um tanto longe do que se aponta como a outra sociedade. Mas as suas novas diretrizes e sua constituição também evidenciam que ela tem a tendência para o socialismo e para o comunismo, ou seja, para a coletivização da produção e da apropriação, para o fim do estado e das classes.

Se a Comuna foi a nova prática política, como indica Balibar, ela o foi porque a política ainda permanece, porque o estado ainda permanece. Ela foi aquele momento de inversão, a tomada do poder contra o poder, o governo mais barato da história, a redução do que era enorme. Ela vai ser essa dominação de classe, mas da classe dos produtores contra a classe dos apropriadores. Ela realizaria esse início de revolução, que se propõe a mudar o sistema político e as relações sociais. Por ser essa primeira etapa, ela combina o velho e o novo, destruindo do velho o que tem que imediatamente ser destruído – que é o que possivelmente pode ser destruído.

A Comuna atua no sentido de diminuir a distância entre as decisões da esfera política e as decisões da vida social, reforçando a possibilidade de as questões serem decididas em suas relações diretas e agindo quando há necessidades de intervenções mais precisas e, portanto, que envolvem a repressão. As liberdades de realização – por exemplo, na reorganização das escolas, na organização do trabalho – conseguem se manifestar sem a intervenção direta do poder político. Ela caminha para a superação da política, mas ainda não a supera. Ela permitiria o vir a ser da outra sociedade, dando condições para que esse novo dever-ser seja realizado. Vai criando as condições para que a ética e a moral baseadas na emancipação humana possam ser desenvolvidas e combate a antiga ética e moral que, de alguma maneira, ainda existem e precisam ser superadas nas próprias relações sociais.

A questão é que o contexto de guerra não permite que a Comuna supere o que tem de mais opressor na política – que é a própria violência. Não há que se cogitar participar de uma guerra e não estar em contato direto com decisões que envolvem a vida e a morte, a traição e a aceitação do erro. Mas mesmo existindo num contexto de guerra, a Comuna não foi um governo de terror. Ela não consegue evitar a violência – nem conseguiria. E, diante dessa clareza, muitos communards defendiam – porque teriam que defender - abertamente a violência.

A Comuna precisou se impor para garantir sua existência, mas perde diante da força do inimigo. Por isso há pensadores que apontam que a Comuna deveria ter sido mais violenta do que foi, e Marx mesmo teria sugerido algo semelhante a isso ao perceber a benevolência da Comuna. Mas quando se fala em mais violência, refere-se, por exemplo, a uma marcha em direção a Versalhes como continuação ao 18 de março – que, pelo que se supõe, não chegaria a ser uma ação tão violenta diante da impossibilidade de resistência do inimigo. Ou então, aponta-se para a dominação total do Banco da França – que, convenhamos, seria um ato de violência contra a propriedade e não contra os humanos.

Ora, esse é um dos pontos que parece trazer confusões quando o assunto é o período transitório. As expropriações da propriedade privada dos meios de produção são um ato de violência, mas de uma violência contra a propriedade e o sistema que a defende. É contra a classe exploradora, enquanto classe. Da mesma maneira, a ocupação das propriedades desocupadas poderia ser considerada uma violência contra os seus supostos donos (os donos no “papel”). Ainda que a consequência desses atos possa gerar uma reação dos seus donos e, portanto, fazer incidir uma violência física sobre eles, através da utilização do direito e da polícia, são medidas de violência que não podem ser evitadas. Por isso o estado, a política e a dominação.

Já teria Marx afirmado no Manifesto sobre “o horror” que sente a burguesia ao ver que os proletários querem abolir a propriedade privada. E a complementação de Marx é clara: ela já é abolida para a grande maioria e só existe porque é abolida para essa maioria. Ora, a inversão disso e a abolição total da propriedade privada realizam-se, também, com violência.

A Comuna apresentou essas limitações no tocante ao avanço sobre a propriedade, consequência, por um lado, da insuficiência teórica de muitos dos seus membros e, por outro lado, de dificuldades concretas que ela encontrou. Sua afirmação de ser um governo em Paris e não na França gerou um engessamento prático no sentido de tomar o banco da França – e, por isso, ela foi atuando com seu próprio dinheiro, o dinheiro da cidade de Paris que estava no banco da França. Para completar, o banco da França negocia com Versalhes. Se não se

propunha a avançar sobre toda a França, como justificar a intervenção no dinheiro de todo o país?

Mas isso não foi um debate finalizado, já que até seus últimos dias muitos *communards* queriam a ampliação da revolução a toda a França. O debate que não é feito claramente e o ponto que não é esclarecido refere-se à amplitude da revolução. Ampliar a revolução a toda a França e querer transformá-la, tendo a capital como o centro, ou seja, buscar uma revolução à moda antiga no sentido se avançá-la sobre o todo não significa compactuar com as consequências e continuações da revolução francesa de 1789 e, portanto, com a vitória de Napoleão e da burguesia.

Assim, aniquilar o governo de Versalhes e sua Assembleia monarquista não significa constituir em seu lugar um governo com os mesmos parâmetros. A existência e motivações de um órgão central e de direção em um governo revolucionário diferenciam-se da existência e motivações de um governo central burguês.

O centro da Comuna restringiu-se ao Conselho de Paris e, portanto, a Comuna restou isolada. A existência de outros conselhos em outras cidades que pudessem formar um conselho geral de todas as cidades para, assim, organizar e dirigir a revolução num sentido organizado não ocorreu. As tentativas de Comuna foram logo reprimidas pelo governo nacional que continuou existindo, o que evidencia a incompatibilidade de existência permanente entre centro e periferia caso não estivessem sob as mesmas bases e valores. E, assim, a existência de um centro apoiador das manifestações de cada cidade também se mostrou necessária.

A mudança em termos burocráticos foi um dos grandes legados da Comuna. Ela combateu o burocratismo e o parlamentarismo. Na administração das coisas, a burocracia não se faz necessária. A burocracia tal qual se desenvolve no estado moderno é necessária para a manutenção desse tipo histórico de estado e não para a administração e organização humana em suas relações sociais. É um determinado tipo de relações sociais que precisa de um estado destacado, “acima” delas e cheio de complexidade. A transformação das relações sociais geraria a transformação também dessa outra esfera – que chamamos de política – e a ela poria fim. Em relações sociais humanas e racionais, onde as classes antagônicas estão superadas, a complexidade das relações de administração também deixa de existir.

A revolução social significa essa transformação que vai além da mudança de uma classe no poder por outra. E a Comuna desmistificou o “antigo mito” de que os trabalhadores “não podem e não sabem governar”. O “mito” que vem sendo reforçado por aristocratas e por republicanos norte-americanos que, ao fundar os Estados-Unidos, fundam um governo complexo que se prepara para a dominação e a guerra. Essa complexidade existe para esse

tipo de sociedade que também produz e reproduz trabalhadores que não consigam governar. Mas não conseguem porque as questões concretas dessa sociedade impedem que eles o façam.

Mas para que um governo complexo e burocratizado? E para quem? Esse destacamento da política e, portanto, de uma esfera de dominação com redes inúmeras, ocorre com essa complexidade também em virtude das relações sociais de produção capitalistas. A existência desses políticos profissionais especialistas em resolver problemas que essa sociedade produz relaciona-se com toda essa organização social. Eles existem porque essa sociedade precisa e dá as condições para que eles existam.

Se um trabalhador se propõe a administrar a ordem burguesa, acaba ele mesmo deixando de ser trabalhador, diante da impossibilidade concreta de estar em cargos políticos de governo e, ao mesmo tempo, possuir um trabalho produtivo. Por outro lado, por que motivo um trabalhador se poria a administrar a ordem burguesa se não para reproduzi-la? Qualquer atuação crítica de trabalhadores em cargos de governo na sociedade capitalista serviria apenas para mostrar o quanto essa ordem impede a sua emancipação.

Evidente que há governo mais ou menos violento, mais ou menos agressivo contra os trabalhadores. Que é possível ter avanços sociais mesmo na sociedade capitalista. Que o sufrágio universal permitiria mais o debate que uma ditadura militar, que a democracia liberal teria mais aspectos democráticos que o nazismo. Essas diferentes configurações de sistema e regimes políticos podem permitir mais ou menos a intervenção dos trabalhadores, de modo que não são todos a mesma coisa. Mas essas diferenças não alteram as bases sobre as quais todo o sistema se ergue.

Ainda que muitas decisões econômicas estejam restritas à esfera econômica e, portanto, em alguma medida alheias à esfera política, quando elas precisam ser tomadas, elas não são tomadas pelos produtores – ou ao menos não em seu interesse – e, sim, pelos apropriadores. E, isso, em ambas as esferas. Mas, para além da possibilidade de decisão - econômica ou política -, o sistema tem um mecanismo de funcionamento que obriga a todos. Na competição desenfreada entre capitalistas, todos se submetem ao que o sistema exige. E, nesse sentido, a esfera política vem para garantir que as decisões econômicas tomadas sejam respeitadas ou, por vezes, para que as mazelas do sistema, formado de crises, não permitam um colapso tal que ele não se mantenha.

Esse estado destacado também reforça a noção de que ele é o *universal* em uma sociedade formada por seres singulares e por classes sociais. A ampliação dos direitos políticos a todas as classes serve para legitimar essa afirmação. Mas é um universal que não

consegue se realizar e que acaba por dificultar a percepção de que o estado está relacionado com a existência de classes sociais e, portanto, com um determinado tipo societário.

A Comuna supera esse “mito” de incapacidade subjetiva porque ela vai deixar evidente que os trabalhadores podem governar – eles governaram. Só que esse governo dos trabalhadores não se assemelha ao governo da burguesia e a sua possibilidade de existência é exatamente a transformação total da lógica e organização de um governo da burguesia. Eles quebram o estado burguês e quebram porque só através dessa modificação é possível que eles consigam exercer o seu governo que, por ser o que é, tem a tendência de por fim a qualquer estado e, portanto, a essa “separação” de esferas. Quebram o estado burguês e constituem esse estado com tendência ao definhamento para que em sua atividade diária, em seu trabalho, possam também tomar as decisões que – na sociedade capitalista – são tomadas ou pela classe apropriadora – seja na esfera econômica, seja na esfera política - ou por ninguém, por imposição do sistema.

Não que seja possível decidir tudo, nem necessário, nem vantajoso. Mas se deixar ser governado por políticos profissionais imersos em um sistema tal qual o capitalista apenas reproduz a sua alienação e exploração.

Os trabalhadores podem estar no governo porque é possível a existência de um governo que não tenha essa complexidade que, para a administração das relações humanas enquanto tal, não é necessária. Podem porque é possível uma sociedade que tenha um governo mínimo que desemboque na ausência do governo.

A Comuna de Paris e o 18 de março mostram a classe trabalhadora com o potencial que tem para fazer aquilo que poderia libertá-la: a revolução social. A transformação das relações sociais. Ela não o faz durante esses 72, 73 dias, mas ela já sinaliza as tendências e nas lições de cada experiência histórica ela vai trilhando seu caminho, aprofundando seu aprendizado.

É uma experiência que mostra que nem tudo está sob controle humano, nem pode vir a estar. Que não se escolhe a hora da ação ou da luta, ainda que se possa escolher. São nessas respostas ao desenrolar da história que se age, são nessas circunstâncias legadas pelo passado que os sujeitos interferem para conduzir os rumos do futuro conforme suas projeções e seus valores.

A organização da Comuna vai mostrar que o governo dos trabalhadores, mesmo num primeiro momento, não terá as mesmas bases que um governo burguês. Para além de “quebrar” o aparelho de Estado, os trabalhadores organizam-se sob novos princípios que

ampliam a participação – no caso da Comuna, no conselho e em clubes, comitês e associações.

O sufrágio universal – que ainda excluía as mulheres da participação do mais alto nível de governo, o Conselho – teve outro sentido que aquele usado por Bonaparte. Bonaparte buscava uma mera legitimidade de um poder que ele tomaria de qualquer maneira. Na Comuna, o sufrágio era o mecanismo de escolha dos delegados, mas junto a ele estava o mandato imperativo que fazia com que os delegados estivessem em constante relação com os eleitores. Ainda que muitos dos conselheiros não compreendessem a grandiosidade de sua missão, eles exerceram com responsabilidade a uma função que os colocava como contrários do governo nacional. Sua derrota era a morte, eles sabiam. Ser eleito para o Conselho de uma Comuna revolucionária é totalmente diferente que ser eleito para uma Assembleia Nacional de um governo burguês ou imperialista. É o comprometimento com a causa que define essa aceitação e é por isso que muitos não aceitaram o cargo.

Com a sua ação de romper com a tradição de poder, a Comuna rompe também com a esquerda parlamentar, que deixou evidente seu compromisso com a ordem. Com suas tentativas de negociação, melhor ou pior intencionadas, tiveram a função de ganhar tempo para que Thiers reorganizasse seu exército. Mas, dessa vez, os trabalhadores não esperaram que esses republicanos, *mairies* e deputados, resolvessem a questão. Eles próprios passaram a ser o governo e se recusaram a aceitar as migalhas que o governo de Versalhes oferecia.

Mas ao mesmo tempo que foram recusando, tentaram negociar. Essa ruptura foi um tanto demorada e mostra que esse tempo de negociação só causou mais prejuízos aos *communards*. Por outro lado, deixou claro quem ficaria de que lado. Ou se estava com a Comuna, ou se estava com Versalhes.

A Comuna lutou no domínio das crenças. Ela não apenas reorganizou o sistema educativo, atuou no sentido da educação para mulheres, como também combateu a instituição responsável pela formação das consciências, a Igreja. Seus maiores inimigos eram os padres, os religiosos que, para os *communards*, reproduziam a submissão e eram contra a ciência. A Comuna reivindicava o desenvolvimento científico.

Ainda, transformou as Igrejas em locais de debate e decisões, em espaços para clubes. Mesmo que em alguns locais os cultos ainda fossem permitidos, o apoio e financiamento estatal aos cultos teve mudança radical. Até porque a Comuna afirmava a separação entre Igreja e Estado.

A força do que era a crença *communard* pode ser vista na ação daqueles que lutaram por essa causa, dando sua vida a ela. Apenas essa consciência, o amor à causa que se luta, a crença nessa causa, pode justificar atitudes como as vistas durante esse período em Paris.

Lissagaray narra um acontecimento que ajuda a ilustrar a força dessa crença: “Lefrançais visita a ambulância do doutor Demarquay, pergunta a ele sobre a condição dos feridos. 'Eu não compartilho de tuas idéias, responde o médico, e não posso desejar o triunfo de tua causa; mas eu nunca vi feridos manterem tanto a calma e o sangue-frio durante as operações. Eu atribuo essa coragem à energia de suas convicções'. A maioria dos feridos perguntava ansiosamente quando poderiam voltar ao serviço. Um jovem de 18 anos, amputado da mão direita, levanta a outra e exclama: 'Eu ainda tenho esta mão a serviço da Comuna'¹²².”

Isso tudo mostra o quanto a Comuna foi feita e não, simplesmente, aconteceu. Os trabalhadores “tomaram o céu de assalto”. Por outro lado, se os trabalhadores estiveram sozinhos até o final da Comuna, a sua derrota mostra que apenas com a união com as classes subalternas – entre eles, o campesinato – seria possível ter forças para fazer frente a um governo que, ao final, acaba sendo de coalizão entre os possuidores.

Esses trabalhadores lutaram pela república, especialmente, pela república social organizada sob uma Comuna. Mas a república, para eles, ainda não estava manchada pelo sangue operário. Era um governo da coisa pública pelo “povo”, aqui entendido como os subalternos. A república tinha sido aquele governo duramente reprimido pelas classes apropriadoras que logo restauravam a monarquia. A de 30, a de 48.

Mas, ironicamente ou não, foi a república e em nome dela que os massacres de maio ocorreram. Os números de mortos da semana sangrenta mostram que, a essa altura, não se fala mais de uma guerra – que requer dois lados lutando – mas de um massacre. Mesmo que alguns generais republicanos demonstrassem menos ferocidade que os antigos generais bonapartistas – e, portanto, não tivessem fuzilado tanto quanto os conservadores – eles também legitimaram – e realizaram - os fuzilamentos. Esses oficiais que haviam perdido a guerra para Prússia de maneira vergonhosa – e, eles próprios, pensavam em uma maneira de sair da guerra sem manchar a honra do exército – encontraram uma outra maneira de entrar triunfantes e vitoriosos em Paris, recuperando sua honra. Mas nem todos os militares compactuaram com isso e quem não o fez pagou com a morte.

¹²² “*Lefrançais visite l'ambulance du docteur Demarquay, l'interroge sur l'état des blessés. 'Je ne partage pas vos idées, répond le docteur, et je ne puis désirer le triomphe de votre cause; mais je n'ai jamais vu des blessés conserver plus de calme et de sang-froid pendant les opérations. J'attribue ce courage à l'énergie de leur conviction'. La plupart des malades demandent anxieusement quand ils pourront reprendre leur service. Un jeune homme de dix-huit ans, amputé de la main droite, lève l'autre et s'écrie: J'ai encore celle-là au service de la Commune*” (Lissagaray, 300).

A Comuna impediu o retorno da monarquia. A França não teve mais reis. Mas a república francesa é erigida sobre esse sangue e mostra que a burguesia pode se organizar no poder das mais diferentes formas: com ou sem parlamento, com ou sem rei, com ou sem sufrágio universal. O capital pode se adaptar aos mais diferentes rearranjos políticos. O começo da república na França vinda de um massacre contra trabalhadores, socialistas, anarquistas, jacobinos e críticos do governo foi apenas o prelúdio dos massacres do século XX. E XXI.

Por outro lado, a derrota da França na guerra mexeu a Europa de tal forma que vai desenvolver as condições para a ocorrência da Primeira Guerra Mundial. A França reestrutura seu exército e desenvolve uma educação militar, realiza acordo de proteção com as demais potências europeias, como a Rússia e a Inglaterra. São esses acordos e relações que irão colocar a França contra o Império alemão e o Império Austro-Húngaro durante a Grande Guerra.

E é nesse período que os trabalhadores fazem a revolução russa de 1917. Por outro lado, é a derrota alemã nessa guerra que criará as condições para que a Segunda Guerra aconteça. Essas relações entre guerras externas e revoltas internas são constantes, até porque o capitalismo – ele próprio – é formado de crises e guerras. E o que ameaçaria mais o gênero humano que essas crises e guerras? A lógica destrutiva do sistema capitalista desperta ainda mais a consciência dos trabalhadores.

Muito do que a Comuna debateu e decidiu ainda permanece sendo objeto de debate na atualidade. Ela continha nela o socialismo, que é percebido não apenas nas medidas da comissão do trabalho, mas na relação entre eleitores e delegados, na utilização do mandato imperativo e no comprometimento que seus membros tinham para com seus valores.

Mesmo que algumas de suas medidas fossem apenas democráticas, isso não significa que ela não tivesse uma tendência para o socialismo. Até porque para se chegar a realizar medidas socialistas, é preciso superar e vencer questões que são apenas democráticas – como a separação entre Estado e Igreja ou a igualdade salarial.

A Comuna deixa suas lições. Ela se levantou contra as injustiças, contra os alugueis excessivos, contra a derrota humilhante, contra a fome, contra a dominação, contra os privilégios, contra as desigualdades, contra o frio, contra as mortes, contra a repressão. Pela liberdade, pela emancipação, pela república, pela arte, pela igualdade, pela participação, pela vida. Ela vence pelas lições que deixa. A Comuna de Paris de 1871 acabou. Mas a comuna não está morta porque ela é mais aurora que crepúsculo, porque ela é mais vir a ser, *devenir*,

to become. Ela não se esgota nela e por não se esgotar nela, ela não pode ser tida como encerrada.



ÉDIFICES DE PARIS
CONSTRUITS DE 1871 A 1889

Le Point Noir indique Les Édifices.
 La Pointe Noire indique Les Etablissements
 Universitaires et Scolaires.



Échelle de 1:50,000 pour une feuille (1:250,000)

1871-1889
 G. B. & C. Paris

6. Anexos

Fontes¹²³

- Arquivos de Paris (*Archives des Paris*)

VD3 9 - Assistance publique.

VD3 12 – gouvernement de Versailles.

VD3 14 – 11 arrondissement.

- Arquivos Nacionais (Archives Nationales)

14 S 84 – 14 AS 88 – Fonds Eudes

- Arquivos do Serviço Histórico do Exército (*Archives du service historique de l'Armée de Terre*)

L v 11 – Armée de Versailles. Télégrammes.

Lu 7 – Insurrection de Paris, mouvement des troupes (mars-mai 1871).

Lu 93 – Désarmement des insurgés. Pièces diverses. Sapeur pompier.

Lu 94 – Occupation du fort de Vincennes par les insurgés (mars 1871 – 1875).

Lu 95 - Pièces diverses. Condamnations à mort, tués, blessés (mars 1871 – 1875). Barricades.

Lu 98 – Rapports sur les opérations militaires.

Ly 1 – Insurrection ; copie des correspondances ; correspondances diverses.

Ly 2 – États-majors Dombrowski. Ordres.

Ly 3 – Télégrammes.

Ly 4 – Télégrammes.

Ly 6 – Archives de la poste.

Ly 7 – Détenues. Femmes.

Ly 10 – Bataillons fédérés.

Ly 12 – Journée du 31 octobre 1870. Blanqui

Ly 13 – Incendies. Enquêtes. Procès-verbal.

Ly 20 – Garde nationale. Comité Central de la Garde Nationale. Mouvements des troupes.

¹²³ As indicações no tocante ao conteúdo de cada série foram organizadas tanto com a referência ao livro de Arquivos da Comuna como de anotações feitas por mim.

Ly 21 – Comité Central d'artillerie.
 Ly 22 – Clubs. Femmes. Union des Femmes. Louise Michel.
 Ly 25 – Barricades. Conseil. Bergeret.
 Ly 26 – Hôtel-de-ville.
 Ly 36 – Bataillons fédérés. Corps spéciaux.
 Ly 46 – Garde Nationale.
 Ly 124 – Femmes. Emprisonnement.
 Ly 125 – Contumaces.
 8j 211 Dossier Louise Michel.
 8J 219 Dossier Blanqui.

- Arquivos da Delegacia de Paris (*Préfecture de Police*)

Ba 364 3 – 18-31 mars 1871
 Ba 364 4 – 1er-15 avril 1871
 Ba 364 5 – 16-30 avril 1871
 Ba 364 6 – 1er-15 mai 1871
 Ba 365 1 – 16-31 mai 1871
 Ba 365 2 – 1er-30 juin 1871
 Ba 365 3 – 1er juillet – 30 septembre 1871
 Ba 365 4 – 1er octobre – 31 décembre
 Ba 365 5 – Dossiers individuels. Janvier – juin 1872. Juillet – décembre 1872. 1873
 Ba 366 1 – renseignements justice militaire
 Ba 366 3 – généralités concernant la Commune
 Ba 366 4 – Complot contre la Sûreté de l'État
 Ba 1183 - BA 1187 – dossier Louise Michel

- Arquivos do Ministério das Relações Exteriores (*Ministère des Affaires Étrangères*)

Carton 9 – *Affaires Diverses Politiques* – 1814-1896 - *Brésil*

- Arquivos do Ministério *des Outre-mer* (*Aix-en-Provence*)

H30/1 – Déportation. Transportation Guyane. Convois.
 H30/2 – Déportation. Nouvelle-Calédonie. Convois.

- Instituto Nacional de Informação Geográfica (*Intitut National de l'Information Géographique et Forestière*)

Mapas de Paris

7. Referências Bibliográficas

a. Em português

- Althusser, L. (2003) *Aparelhos ideológicos de Estado*. São Paulo: Graal.
- Antunes, R. (2005) *Adeus ao trabalho?*. 10ª edição. São Paulo: Cortez.
- Arcary, V. (2001) “A Comuna de Paris e a Teoria da Revolução em Marx e Engels: de 1871 a 1895”. Em: *A Comuna de Paris na História*. Campinas: Editora Xamã, Cemarx-Unicamp.
- Arendt, H. (2001) *Sobre a revolução*. Lisboa: Relógio d’Água.
- Badiou, A. (2012) *A hipótese comunista*. São Paulo: Boitempo.
- Balibar, E. (1975) *Cinco estudos sobre o materialismo histórico I*. Lisboa: Editorial Presença.
- Bakunin, M. (2006) A Comuna de Paris e a noção de Estado. *Verve*, São Paulo, n. 10: 75-100.
- Bennoit, H. (2004) *Teoria (dialética) do partido ou a negação da negação leninista*. Outubro. http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/02/out2_04.pdf
- Bhaskar, R. (1977) “Filosofia e Realismo Científico”. Em: *A Realist Theory of Science*. London, Verso. [Tradução de Rodrigo Moerbeck. Revisão/Supervisão: Mário Duayer (UFF). Versão preliminar]
- _____, R. (1993) “Realismo Crítico, Relações Sociais e Argumentos para o Socialismo”. Em *Reclaiming Reality: a critical introduction to contemporary philosophy*. London: Verso. [Tradução (2005) de Astrid Baecker Avila; revisão (2006) de Mário Duayer (UFF) e Maria Célia Marcondes de Moraes (UFSC)].
- Bianchi, A. (2007) Uma teoria marxista do político? O debate Bobbio Trent’anni dopo. São Paulo: Lua Nova, p. 39-82. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a04n70.pdf>
- Bobbio, N. (1975). Esiste una dottrina marxista dello Stato? *Mondoperaio*, a.28, n. 8-9, p. 24-31, ago./set.
- Boito Jr., A.(2001). *A Comuna de Paris na História*. Campinas: Editora Xamã, Cemarx-Unicamp.
- Boito Jr., A.(2001). “Comuna republicana ou operária? A tese de Marx posta à prova”. Em: *A Comuna de Paris na História*. Campinas: Editora Xamã, Cemarx-Unicamp.
- Bukharin, N. (1921) A Teoria do Materialismo Histórico: Manual Popular de Sociologia Marxista. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/bukharin/1921/teoria/index.htm>
- Carcanholo, R. (2001) *Trabalhadores, empresários e economistas: prisioneiros da aparência*.

- Chasin, J. (2000) *A determinação ontonegativa da politicidade*. Tomo III. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem.
- Christiansen, R. (1998) *Paris babilônia: a capital francesa nos tempos da Comuna*. Rio de Janeiro: Record.
- Coggiola, O (org.) (2003) *Escritos sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã.
- Costa, S. (2011) *Comuna de Paris - o proletariado toma o céu de assalto*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi; Goiânia: Editora PUC-Goiás.
- _____ (2001) "Importância e atualidade da Comuna de Paris". Em *Dossiê Comuna de Paris: 140 anos*. Revista Espaço acadêmico. N. 118, março 2001. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/12603/6697>
- Duayer, M. *Anti-realismo e absolutas crenças relativas*.
- _____ (2001) *Marx, verdade e discurso*. Perspectiva, Florianópolis, v. 19, n. 1, jan./jun.
- Duayer, M; Medeiro, J. *A ontologia crítica de Lukács: para uma ética objetivamente fundada*.
- Engels, F. "A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado". Em Engels, F.; Marx, K. *Obras Escolhidas*. V. 3. São Paulo, Alfa Omega.
- _____ (1871) *Carta a Theodor Cuno (em Milão)*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1872/01/24.htm>
- Engels, F; Marx, K. (2007) *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- _____ (1848) *O Manifesto do Partido Comunista*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/cap2.htm>
- Engels, F. Programa dos Refugiados Blanquistas da Comuna (Artigo II da série «Literatura de Refugiados») Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1874/06/26.htm>
- Garcia, M. A. (2001). "Comuna de Paris como paradigma revolucionário?". Em: *A Comuna de Paris na História*. Campinas: Editora Xamã, Cemarx-Unicamp.
- Fontes, V. (2003) *Freud, conflito, contradição e história: Elementos para uma discussão sobre a historicidade*. Artigo publicado na revista TRIEB. RJ, vol. II, n. 2, set. 2003. Revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro/Relume Dumará.
- Freud, S. (1978) *O Mal Estar na Civilização*, Em: Freud, Col. Os Pensadores. São Paulo: Ed. Abril.
- Gramsci, A. (1989) *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Hobbes, T. (1974) *Leviatã*. São Paulo.
- Iasi, M. (2006) *As metamorfoses da consciência de classe: O PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular.

Lênin (1905). *A Comuna de Paris e as Tarefas da Ditadura Democrática*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/07/17.htm>

_____ (1984) “A burguesia e a paz”. Em: *Obras Escolhidas*. Lisboa: Avante. V. 2

_____ (1984) “A guerra de guerrilhas”. Em: *Obras Escolhidas*. Lisboa: Avante. V. 1

_____ (1975) “A questão militar e o trabalho nas forças armadas”. Em: *Obras Escolhidas*. Lisboa: Avante.

_____ (1984) “A revolução proletária e o renegado Kautsky”. Em: *Obras Escolhidas*. Lisboa: Avante. V. 1

_____ (1988) “Aos cidadãos da Rússia”. Em: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega. V. 2
Lênin, V. *As Duas Táticas da Socialdemocracia na Revolução Democrática*. São Paulo, Editora e Livraria Livramento.

_____ (1988) “Cartas aos membros do CC”. Em: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega. V. 2

_____ (1988) “Cartas de longe”. Em: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega. Disponível em:

<http://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/cap2.htm>

_____ (1979) *Como iludir o povo*. São Paulo: Ática.

_____ (1975). *Democracia Socialista*. Lisboa, Edições Avante.

_____ (1907) *Do «Prefácio à Tradução Russa das Cartas de K. Marx a L. Kugelmann»*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1907/02/05.htm> 5 de Fevereiro de 1907

_____ (1911) Em Memória da Comuna. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1911/04/28.htm>

_____ (1986) “Karl Marx”. Em: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega. V. 1

_____ (1984) “Novas tarefas e novas forças”. Em: *Obras escolhidas*. Lisboa: Avante. V. 1

_____ (1917) O Estado e a Revolução. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estadoerevolucao/index.htm>

_____ (1988) *Os bolcheviques devem tomar o poder*. Em: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, V. 2.

_____ (1988) *O marxismo e a insurreição*. Em: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, V. 2.

_____ (1984) “O partido socialista e o revolucionarismo sem partido”. Em: *Obras Escolhidas*. Lisboa: Avante. V. 1.

_____ (1984) “Os armamentos e o capitalismo”. Em: *Obras Escolhidas*. Lisboa: Avante. V. 2.

_____ (1984) “O socialismo e a guerra”. Em: *Obras Escolhidas*. Lisboa: Avante. V. 2.

_____ (1988) “Os bolcheviques devem tomar o poder”. Em: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, V. 2.

_____ (1908) Os Ensinamentos da Comuna. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1908/03/23.htm>

_____ (1979) *Que fazer?*. EM: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega.

Losurdo, D. (2004) *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Editora UNESP.

Lukács, G. (1979) *Ontologia do Ser Social: Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*. São Paulo: Editora Ciências Humanas.

Luxemburgo, R. (1999) *Reforma ou revolução*. São Paulo: Expressão Popular.

Martorano, L. (2007). *Conselhos e Democracia: em busca da socialização e da participação*. Tese de Doutorado em Ciência Política, IUPERJ.

_____ (2001). *Elementos do Estado Socialista na Comuna de Paris*. Campinas: Editora Xamã, Cemarx-Unicamp.

Marx, K. (1871) *Carta a Friedrich Bolte (em Nova Iorque)*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1871/11/23.htm>

_____ (1871) *Carta a Ludwig Kugelmann (em Hannover)*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1871/04/12.htm>

_____ (1871) *Carta a Ludwig Kugelmann (em Hannover)*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1871/04/17.htm>

_____ Marx, K. (2006) *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo.

_____ Marx, K. (1875) *Crítica ao Programa de Gotha*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1875/gotha/index.htm>

_____ *Grundrisse*.

_____ “Guerra Civil na França”. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa Omega. V.3.

_____ (2008) *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.

_____ (1850) *Mensagem do comitê central para a liga dos comunistas*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1850/03/mensagem-liga.htm>

_____ *Notas Marginais Críticas ao Artigo ‘O Rei da Prússia e a Reforma Social. Por um Prussiano’*.

_____ (1996) *O Capital*. Livro 1. Vol 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____ (1980) *O Capital*. Livro 2. Vol 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____ (1980) *O Capital*. Livro 3. Vol 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- _____ (2008) *O Capital*. Livro 3. Vol 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (2008) *O Capital*. Livro 3. Vol 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (2004) *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro.
- _____ (1982) *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural.
- _____ (1869) “Prefácio do autor à Segunda edição de 1869”. Em *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. Disponível em: <http://marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/prefacio.htm>
- _____ (1859) “Prefácio Para a crítica da Economia Política”. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>
- _____ (2006) *Sobre o Suicídio*, São Paulo, Boitempo.
- Mattos, M. *Classes Sociais e Luta de Classes*.
- Meszaros, I. (2002) *Para além do Capital*. Campinas: UNICAMP.
- Montesquieu. (1999) *Do espírito das leis*. In. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural Ltda.
- Moraes, J. Q. (2001) “Marx, Engels e Lenin perante a Comuna de Paris”. Em *A Comuna de Paris na História*. Campinas: Editora Xamã, Cemarx-Unicamp.
- Orso; Lerner; Barsotti; (2001) *A Comuna de Paris de 1871: história e atualidade*, São Paulo: Ícone.
- Poulantzas, N. (1977) *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ranieri, J. (2008) Apresentação: sobre os chamados Manuscritos econômico-filosóficos de Karl Marx. Em: Marx, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo.
- Saes, D. (1987) *Democracia*. São Paulo: Ática.
- _____ (1994) *Estado e Democracia*. Campinas: IFCH/Unicamp.
- _____ (2001) *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Serge, V. (1925) *O que todo o revolucionário deve saber sobre repressão*. São Paulo: Quilombo.
- Silva, S. (2000) “J. Chasin: Para a crítica da razão política”. Em: *A determinação ontonegativa da politicidade*. Tomo III. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem.
- Trotsky, L (2011) *A Comuna de Paris*. Edições Iskra. São Paulo.
- _____ (1924) Os problemas da guerra civil. In. Conferências realizadas na Sociedade de Ciências Militares de Moscou.
- Wood, E. (2003) *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo.

b. Em francês, inglês e espanhol

- Allemane, J. (2001) *Memoires d'un communard*. Paris: Editions: La Découverte.
- Arnould, A. (2006) *Histoire populaire et parlementaire de la Commune de Paris*. Paris : Ed. Dittmar.
- Bidouze, R. (2001) *72 Jours qui changerent la cite*. Le Temps des Cerises.
- Boisseau, P. Rossetto, J. Massias. (2000) *La Commune de Paris de 1871 à l'épreuve du droit constitutionnel*. Presses Universitaires de la Faculté de Droit de Clermont-Ferrand.
- Bourgin, G. (1928) *Les premières journées de la Commune*. Librairie Hachette, Paris.
- Bowd, G. (2007) *Le dernier communard Adrien Lejeune*. Paris : L'Harmattan.
- Brhurat, J. *Pouvoir, pouvoirs, État en 1871*. In: Le Mouvement Social, 1972, abr-jun.
- Cala, R. *Los comuneros de Paris*.
- Callinicos, (2006) A. *The Resources of Critique*. Malden (UK): Polity Press.
- Cappella, É. (2005) *Louise Michel exil en Nouvelle-Calédonie*. Paris : Magellan.
- Cavattera, E. Margairaz, M. (1996) *La Banque de France et la Commune de Paris (1871)*.
- Choury, M. (1967) *La Commune au Coeur de Paris*. Paris : Éditions Sociales.
- Colleti, L. (1974) "A political and philosophical interview". In. *New Left Review*, n. 86, p. 3-28, jul./aug.
- Cluseret ; Rossel (1971) *1871. La commune et la question militaire*. Paris : Union Générale d'Éditions.
- Cordillot, M. (2010) *Aux origines du socialisme moderne*. Paris: Les Éditions de l'Atelier.
- Da Costa, G. (1905) *La Commune vécue: 18 mars-28 mai 1871*. Paris: Librairies-imprimeries réunies
- Dalotel, A. (2005) *Gabriel Ranvier 1828-1879. Le Christ de Belleville. Blanquista, franc-maçon, communard et Maire du XX arrondissement*. Paris : Éditions Dittmar.
- Dittmar, G. (2003) *Histoire des femmes dans la Commune de Paris*. Éditions Dittmar, Paris.
- _____ (2007) *Montmartre de la République à la Commune*. Paris : Éditions Dittmar.
- Dubois, R. (1991) *A l'assaut du ciel*. Les éditions ouvrière.
- Duveau, G. (1946) *La vie ouvrière en France sous le Second Empire*. Paris : Gallimard.
- Engels, F. (1968) « Introdução de 1895 a Les luttas de classe em France ». In. *Les luttas de classe em France*. Paris: Éditions Sociales.
- Fabre, M. (1937) *Les drames de la Commune 18 mars – 27 mai 1871*. Paris : Librairie Hachette.
- _____ (1939) *Vie et mort de la Commune 1871*. Paris : Librairie Hachette.

- Flourens, G. (1872) *Paris livré*. Paris : a le chevalier éditeur.
- Gerspach, E. (2011) *Le colonel Rossel*. Paris: Éditions Pagala.
- Guide des sources d'archives de la Commune de Paris et du mouvement communaliste (1864-1880)*.
- Godineau, L. (2010) *La Commune de Paris par ceux qui l'ont vécue*. Paris : Éditions Parigramme.
- Hardouin C. (2005) *La détenue de Versailles en 1871*. Paris : Les Amis de la Commune de Paris 1871.
- Haupt, G. (1972) « La Commune como symbole et comme exemple ». In. *Le Mouvement Social*. Paris.
- Horne, A. (2007) *The fall of Paris: the siege and the commune 1870-71*. London: Penguin Books.
- Johnson, M.P. (1996) *The Paradise of association: political culture and popular organizations in the Paris Commune of 1871*. The University of Michigan Press.
- Johnson, M. The Commune and Marx's conception of the dictatorship of the proletariat and the role of the party. In: LEITH, J. A (org.). *Images of the Commune*. 1978.
- Jourdan, M. (2005) *Le cri du peuple (22 février 1871 – 23 mai 1871)*. Paris : L'Harmattan.
- Journal Officiel de la Commune de Paris*, Editions Ressouvenances.
- Lacosse, E. (2008) *Louise Michel. L'enfant terrible de la liberté*. Graulhet : Escourbiac.
- Lemonnyer, J. *Les journaux de Paris pendant la Commune: revue bibliographique complète de la presse parisienne du 19 mars au 27 mai*. Paris.
- Kerbaul, E. (2009) *Nathalie Le Mel. Une communarde bretonne révolutionnaire et féministe*. Pantin : Le Temps des Cerises.
- (1998) *La chute de la conolle Vendôme 16 mai 1871*. Éditions du Ravin Bleu ; l'Insomniaque Éditeur.
- Lefrançais, G. (1871) *Étude sur le mouvement communaliste à Paris, en 1871*. Paris : Neuchatel.
- Lejeune, P. (2002) *La Commune de Paris au jour le jour (18 mars – 28 mai 1871)*. Paris : L'Harmattan.
- Le Quillec, R. (2006) *La Commune de Paris Bibliographie critique*. La boutique de l'Histoire, Paris.
- Lênin, V.I. (1914) La faillite de la II^o Internationale. Disponivel em : <http://www.marxists.org/francais/lenin/works/1915/05/19150500.htm>
- Les Amis de la Commune de Paris (2000) Eugene Varlin.

- _____ (2009) *La Commune*. Février.
- _____ (2007) *La Commune et la démocratie: le peuple souverain*.
- _____ (2006) *La Commune et les étrangers*. Mai.
- _____ (2006) *La Commune : l'action des femmes*
- _____ (2008) *La Commune. Le mur des fédérés. 1871-2008*. Deuxième trimestre.
- _____ (2009) *La Commune sur les tarces des communards dans le XI arrondissement*.
Février.
- _____ *La Commune et la culture : pour une éducation populaire*.
- _____ (2000) *Louise Michel*. Mars.
- _____ *Histoire de la Commune de Paris 18 mars – 28 mai 1871*.
- Léo, A. (2005) *Écrits politiques*. Paris : Éditions Dittmar.
- Lissagaray; P. *Histoire de la Commune de Paris de 1871*. Paris: La Découverte/Poche.
- Lissagaray; Bruhat, J. (1978) *Les Huit journées de mai: derrière les barricades*. Paris: Gallimard.
- Marx, K. (1968) *La Guerre civile en France*. Paris: Éditions Sociales.
- _____ (1982) *La Question Juive*. In. *Oeuvres III: Philosophie*. Paris: Gallimard. cxxxii, 1976.
- Marx, K. (1847) *Misère de la philosophie*. Disponible en :
<http://www.marxists.org/francais/marx/works/1847/06/km18470615.htm>
- Malon, B. (1871) *La troisième défaite du prolétariat français*. Neuchatel : G. Guillaume Fils, Imprimeur-Éditeur.
- Ménard, J-L. (2005) *Émile Eudes : Général e la Commune et blanquiste (1848-1888)*. Paris : Éditions Dittmar.
- Michel, L. (1999) *La Commune Histoire et souvenirs*. Éditions La Découverte & Syros, Paris.
- _____ (2005) *Lettres à Victor Hugo*. Mercure de France, collection Petit Mercure.
- _____ *Vive la Commune!*
- Molinari. *Les club rouges pendant le sige de Paris*. Disponible en :
http://books.google.com.br/books/about/Les_clubs_rouges_pendant_le_si%C3%A8ge_de_Pa.html?id=IG8eAQAAMAAJ&redir_esc=y
- Noël, B. (2000) *Dictionnaire de la Commune*. Mémoire du livre, Paris.
- Pelletan, C. (1880) *La semaine de mai*. Paris : Maurice Dreyfus Éditeur.
- Planche, F. (2005). *La vie ardent et intrepid de Louise Michel*. Éd. Tops-H. Trinquier.
- Proudhon, J. (1863) *Du Principe Fédératif*. Paris: E. Dentu, libraire-éditeur.
- _____ (1851) *Idée générale de la révolution au XIX siècle*. Paris : Garnier Frères, Libraires.

- Reclus, E. (2008) *La Commune de Paris au jour le jour: 1871, 19 mars-28 mai*. Coeuvres-et-Valsery : Ressouvenances, 2008.
- Rougerie, J. *Que sais-je La Comunne de 1871*, P.U.F.
- _____ (1964) *Le procès des communards*. Paris : Julliard.
- _____ *Paris Insurge - la Commune de 1871*. Découvertes Gallimard N° 263.
- _____ (2004) *Paris libre: 1871*. Paris: Seuil.
- _____ (org.). *1871: Jalons pour une histoire de la Commune de Paris*. Amsterdam: Internaciona Institute of Social History, 1972.
- Serman, W. (1986) *La Commune de Paris (1871)*. Paris : Fayard.
- Schulkind, E. *The Paris Commune: the view from the left*. London: Cape; New York, 1972.
- Tersen, B. D. *La Commune de 1871*. Paris: Éd. Sociales, 1970.
- Thomas, E. (1963) *Les Pétreoleuses*. Gallimard.
- _____ (1967) *Rosel (1844-1871)*. Gallimard.
- Tillier, B. (2004) *La Commune de Paris, révolution sans images?* Champ Vallon.
- Tombs, R. (1999) *The Paris Commune. 1871*. New York: Longman.
- Tombs, R. (2009) *La guerre contre Paris 1871*. Paris: editions Flammarion.
- Valat, E. (2007) *Le Journal de la Commune*. Paris : Editions Paris bibliothèques.
- Varlin, E. ; Lejeune, P (ed). (1977) *Pratique militante et écrits d'un ouvrier communard*. Marpero.
- Vuillaume, M. (1908) *Mes cahiers rouges*. Paris: Cahiers de la quinzaine.
- Wood,. (2006) "Estado, democracia y globalización. La Teoria Marxista hoy. Problemas e perspectivas". Buenos Aires. CLACSO. Disponible em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxis/marix.html>
- Zaidman, P. *Le mandat impératif de la révolution française à la commune de Paris*. Paris : Éditions du monde libertaire – éditions libertaires.